

Formulário de Referência

<i>Companhia:</i>	WIZ CO PARTICIPAÇÕES E CORRETAGEM DE SEGUROS S.A.		
	<i>Data de Referência:</i> 2023	<i>Versão do Documento:</i> 5	

0. DADOS DO DOCUMENTO

Períodos			
Último exercício social			
Data Início:	01/01/2022	Data Término:	31/12/2022
Penúltimo exercício social			
Data Início:	01/01/2021	Data Término:	31/12/2021
Antepenúltimo exercício social			
Data Início:	01/01/2020	Data Término:	31/12/2020

Registro de Distribuição Pública			
Essa (Re)Apresentação é por conta de pedido de registro de distribuição pública de valores mobiliários?			
Sim		Não	X
Informe as datas da última informação contábil divulgada no exercício social em curso:			
Data Início:	-	Data Término:	-

Moeda e Escala					
Moeda	Real	Escala da Moeda	Unidade	Escala da Quantidade de Ações	Unidade

1. ATIVIDADES DA COMPANHIA

1.1. Histórico

Fomos constituídos na cidade do Rio de Janeiro em 5 de julho de 1973 sob a denominação de FENAE Corretora de Seguros e Administração de Bens S.A., quando as Associações de Pessoal da Caixa Econômica Federal – APCEF's, entidades representativas dos funcionários da Caixa Econômica Federal (“CAIXA”) em âmbito estadual, por intermédio de sua federação nacional, Federação Nacional das Associações de Pessoal da Caixa Econômica Federal (“FENAE”), decidiram pela constituição de uma sociedade 100% investida pela FENAE, para atuação no segmento de corretagem, intermediação de negócios e administração de bens.

Desde nossa constituição e atuando sob a antiga denominação de FENAE Corretora de Seguros e Administração de Bens S.A., permanecemos instalados no Rio de Janeiro por 30 (trinta) anos, mantendo nossas atividades no segmento de corretagem, intermediação de negócios e administração de bens, notadamente envolvendo produtos e serviços oferecidos pela CAIXA ou suas parceiras de negócios.

Em 7 de outubro de 2003, nossa sede foi transferida para a cidade de Brasília, Distrito Federal, onde continuamos exercendo as atividades de corretagem, intermediação de negócios e administração de bens.

Em 28 de janeiro de 2010, tivemos nossa denominação social alterada para Par Corretora de Seguros S.A., de modo a implementar a estratégia de intensificar a nossa atuação no segmento de corretagem de seguros. Em 25 de março de 2010, tivemos novamente nossa denominação alterada para FPC Par Corretora de Seguros S.A.

Em 8 de outubro de 2012, a FENAE, na condição de nossa única acionista indireta, admitiu como novos acionistas da PAR Holding Corporativa S.A., então nossa única acionista direta, as sociedades Boxe Participações Ltda. (“Boxe”) e CNP Seguros Holding Brasil S.A. (anteriormente denominada Caixa Seguros Holding S.A. - “CSH”). Em função do ingresso dos novos acionistas, a participação indireta da FENAE foi para 51% do total de ações de nossa emissão, ficando a Boxe e a CSH com os 49% restantes.

Nesta mesma data, foi celebrado Acordo de Acionistas, com o propósito de regular os mecanismos de governança e circulação de ações entre os acionistas e por meio do qual foi formalizada nossa exclusividade para comercialização de produtos de seguros da CSH, que, por sua vez, possuía exclusividade de acesso à rede de distribuição da CAIXA (“Balcão Caixa”). Para mais informações sobre a exclusividade na operação do Balcão Caixa, vide itens 1.2, 4.1 e 5.1 deste Formulário de Referência.

Em 2013, passamos por uma reestruturação societária, que consistiu na incorporação de nossos acionistas por nossa Companhia, de forma que os nossos controladores indiretos, PAR Participações S.A. (antiga denominação da Integra Participações S.A.) (“Integra Participações”), CSP Participações Ltda. (“CSP”) e a Boxters LLC passaram a deter uma participação direta em nosso capital social. No mesmo ano, a Boxters LLC transferiu à Nisa Participações S.A. (“Nisa”) uma participação correspondente a 18,9% de nosso capital social.

Em 2014, nossos acionistas passaram por um novo processo de reestruturação, onde (i) a Integra Participações alienou 100.000 ações ordinárias de nossa emissão para sua controladora, a FENAE, representativas de 25,0% do nosso capital social, passando a Integra Participações a deter o correspondente a 26,0% do total de ações de nossa emissão, (ii) a CSH incorporou a CSP, passando a ser titular direta de 100.000 ações ordinárias de nossa emissão, representativas de 25,0% do nosso capital social, e (iii) a FENAE alienou ao Évora Fundo de Investimento em Participações (“Évora FIP”) ações representativas de 3,65% de nosso capital social, passando a deter o correspondente a 21,35% do total de ações de nossa emissão e o Évora FIP passou a integrar o nosso bloco de controle, por meio da celebração do acordo de acionistas previsto no item 1.13 deste Formulário de Referência, o qual pode ser encontrado no *website* de relações com investidores da nossa Companhia (<https://ri.wiz.co/>) e no *website* da CVM (www.cvm.gov.br).

Em 19 de dezembro de 2014, nossa Assembleia Geral Extraordinária e a Assembleia Geral Extraordinária da Nisa, sociedade que à época pertencia ao nosso bloco de controle, aprovaram a incorporação da Nisa pela nossa Companhia. Em razão da incorporação, a Algarve LLC, controladora da Nisa, passou a ser nossa acionista direta, com a mesma participação em nosso capital social antes detida pela Nisa.

Em fevereiro de 2015, alteramos nossa sede social, que passou a se localizar no 1º andar do Edifício Sede da CSH, nos

aproximando fisicamente do nosso principal parceiro comercial. Em janeiro de 2015, formalizamos o Convênio de Parceria Operacional a fim de regular nossa atuação como corretora de seguros junto à CSH e suas subsidiárias, conforme descrito no item 1.2 deste Formulário de Referência.

Em 13 de outubro de 2014, iniciamos o processo para obtenção junto a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") do nosso registro de emissor na categoria "A", o qual foi deferido em 11 de maio de 2015, e nossos acionistas iniciaram o processo de registro de uma oferta pública secundária de ações de nossa emissão ("Oferta Pública"), o qual foi deferido em 03 de junho de 2015 pela CVM. Em 5 de junho de 2015, após o registro da Oferta Pública pela CVM, na qual foram alienadas 48.888.890 ações de nossa emissão, as ações de nossa emissão passaram a ser negociadas no segmento do Novo Mercado da B3.

Em 07 de março de 2017, nosso Conselho de Administração aprovou a alteração de nossa marca comercial e recomendou aos nossos acionistas a alteração da nossa denominação social para Wiz Soluções e Corretagem de Seguros S.A., a qual foi aprovada em sede de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 25 de abril de 2017. Como parte desta reestruturação da nossa marca, em 3 de maio de 2017 a B3 deferiu o nosso pedido de alteração de *ticker* e nossas ações passaram a ser negociadas sob o *ticker* WIZ3.

Em 20 de junho de 2017 finalizamos a compra de 100% da Finanseg Administração e Corretagem de Seguros Ltda. (antiga denominação da Wiz Parceiros e Corretagem de Seguros Ltda. - "Wiz Parceiros"). Atuávamos por meio da Wiz Parceiros para realização de prospecção, ativação e gestão de uma rede de parceiros comerciais com presença nacional para a venda de produtos de consórcios, seguros relacionados, produto de crédito com garantia imobiliária na modalidade "Home Equity", produtos de financiamento imobiliário e crédito consignado.

Conforme previsto em nosso Acordo de Acionistas, em junho de 2017 foi encerrado o período de "*Lock Up*" de, à época, nossos acionistas Algarve LLC e Évora FIP. Após esta data, a Algarve LLC e Évora FIP alienaram as ações de nossa emissão que detinham, finalizando o desinvestimento total e, conseqüente saída do nosso bloco de controle em 15 de setembro de 2017. Para mais informações sobre o nosso Acordo de Acionistas e a cláusula de "*Lock Up*", vide item 1.13 deste Formulário de Referência, bem como acessar o documento disponibilizado no *website* de relações com investidores da nossa Companhia (<https://ri.wiz.co/>) e no *website* da CVM (www.cvm.gov.br).

Em 10 de agosto de 2017, tomamos conhecimento, por meio de fato relevante divulgado pela Caixa Seguridade, acerca da decisão dessa de encerrar, em 14 de fevereiro de 2021, o Acordo Operacional, então vigente, que disciplinava o acesso exclusivo por parte da CSH e suas controladas à rede de distribuição da CAIXA. Após período de negociação, em 29 de agosto de 2018, formalizamos com a Caixa Seguridade, a CNP Assurances S.A. e a CSH novos termos de prestação de corretagem e co-corretagem na rede distribuição da CAIXA até 14 de fevereiro de 2021, de forma que a Companhia garantiu, até tal data, sua atuação como corretora exclusiva para a distribuição de produtos de seguros, consórcios e previdência privada na Rede de Distribuição da CAIXA ("Transação"). Durante o prazo da Transação, a Companhia manteve os percentuais de comissionamento vigentes à época, exceto quanto à ativação do produto Habitacional no canal Correspondentes Caixa Aqui - CCA, o qual foi descontinuado em 31 de dezembro de 2018.

Em outubro de 2018, iniciamos a estruturação da Wiz Concept Soluções de Teletendimento Ltda. (nova denominação social da Wiz BPO Serviços de Teletendimento Ltda.) ("Wiz Concept"), uma nova subsidiária integral da nossa Companhia, com a finalidade de concentrar as operações de backoffice, conforme descrito no item 1.2 deste Formulário de Referência. No mesmo mês, adquirimos 5% da participação societária da Money Ex Plataforma Tecnologia S.A. (antiga denominação social da GRID Tecnologia Ltda. - "GRID Tecnologia") e o direito de subscrição de ações ordinárias representativas de 30% do capital social da GRID Insurance Inovação S.A. ("GRID Insurance") ("Aquisição GRID").

Para fomentar a atuação da nossa então recém-criada subsidiária, Wiz Concept, em 27 de dezembro de 2018 celebramos contrato de associação e outras avenças com Luiz Gonzaga Mendonça e Silva ("Gonzaga") e Cassia Nobre Mendonça ("Cássia" e, em conjunto com Gonzaga, "Sócios Comp Line"), únicos sócios da Comp Line Informática Ltda. ("Comp Line"), que é uma sociedade prestadora de serviços de atendimento, backoffice e gestão de documentos, com objeto social semelhante ao da Wiz Concept. No âmbito do contrato de associação, os Sócios Comp Line concordaram e se comprometeram a, sujeito a determinadas condições suspensivas, ceder e transferir para a Wiz Concept, em 01 de janeiro de 2019, certos contratos de prestação de serviços, em que a Comp Line figura como contratada, bem como outros ativos mobiliários pré-selecionados. Em contrapartida à transferência dos contratos e ativos para a Wiz Concept, os Sócios Comp Line receberam da Companhia o correspondente a 25% por cento das quotas de emissão da Wiz Concept.

Em maio de 2019, adquirimos 40% das quotas de emissão da Inter Digital Corretora e Consultoria em Seguros Ltda. ("Inter

Seguros"), com o objetivo de explorar a comercialização de seguros por meio da plataforma digital do Banco Inter S.A., oferecendo suporte ao negócio imobiliário e corporativo, além dos demais ramos de seguros comercializados através do aplicativo *mobile e internet banking* ("Aquisição Inter Seguros").

Em outubro de 2019, celebramos Acordo Operacional com a Galápagos Capital Investimentos e Participações Ltda. ("Galápagos"), visando a estruturação de uma operação de distribuição, comercialização e pós-venda de crédito com garantia imobiliária na modalidade "Home Equity". A comercialização do produto, denominado "Wimo", iniciou em dezembro de 2019. No âmbito da parceria, somos responsáveis pela estruturação de canal omnichannel de distribuição e comercialização do produto, através de nossas unidades de negócios, por meio da captação de parceiros de negócios ou através de nossa rede de parceiros já existente. A Wiz Concept, sociedade controlada por nós, atua diretamente no relacionamento com o mutuário, além da execução de todas as etapas da esteira de produção do produto, prestando serviços de backoffice, tais como análise de crédito, avaliação e vistoria do bem oferecido em garantia, gestão de documentos e cobrança. A Galápagos, por sua vez, é responsável pela estruturação financeira e disponibiliza os recursos financeiros necessários para a concessão dos mútuos, no âmbito da parceria, para os clientes finais, por meio de fundos de investimento em direitos creditórios - "FIDCs". Adicionalmente, sujeito à ocorrência de determinados eventos e, em observância às regras de governança corporativa de ambas as partes, a Companhia e a Galápagos se comprometeram a constituir uma sociedade de propósito específico para, em regime de exclusividade, explorarem em conjunto oportunidades para a concessão de crédito com garantia imobiliária na modalidade "Home Equity".

Em novembro de 2019, em continuação à aquisição realizada em 2018, adquirimos 9.412 ações da GR1D Tecnologia, representativas de 80% de seu capital social ("Aquisição GR1D Finance"). Em conjunto com a aquisição realizada em 2018, passamos a deter 85% das ações da GR1D Tecnologia.

Em dezembro de 2019, adquirimos 76% das quotas da Wiz Conseg Corretora de Seguros Ltda. (nova denominação social de Barigui Corretora de Seguros Ltda.), com o objetivo de explorar a comercialização de seguros auto e prestamista na rede de distribuição de veículos do Grupo Barigui, sendo que o fechamento de tal operação ocorreu em 03 de março de 2020 ("Aquisição Barigui Corretora" e, em conjunto com a Aquisição GR1D, Aquisição Inter Seguros e com a Aquisição GR1D Finance, "Aquisições"). A nossa administração entende que as Aquisições são estratégicas, pois estão inseridas no contexto de ampliação e diversificação das nossas Unidades de Negócios, sendo a expansão das frentes de negócios um pilar desse movimento de reposicionamento da nossa Companhia.

Em 6 de agosto de 2020, celebramos contrato de compra e venda de quotas, por meio do qual adquirimos 40% do capital social da CMG Corretora de Seguros Ltda. ("CMG"), sendo-nos, ainda, conferida a opção de compra de quotas representativas de 9% do capital social da CMG, a ser exercida em 2024, a depender do atingimento de determinadas metas pela CMG relacionadas ao seu lucro líquido nos exercícios sociais a serem encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2022 e 2023, que tem por objeto a comercialização de produtos de seguridade, incluindo seguros, consórcios, capitalização e previdência privada, por meio dos canais de distribuição do Banco BMG S.A., consolidando ainda mais nossa posição de destaque no segmento.

Em 22 de dezembro de 2020, assinamos com a Extreme Digital Consultoria e Representações Ltda. e com a GR1D Tecnologia, com interveniência-anuência da CSMG Corretora de Seguros Ltda. e João Bosco Araújo Pinto Filho, contrato de cessão de participação societária para potencial cessão, pela nossa Companhia, de 50,1% do capital social da GR1D Tecnologia. A transação foi concluída em 30 de abril de 2021, conforme Comunicado ao Mercado divulgado na mesma data pela Companhia.

Em 23 de dezembro de 2020, tomamos ciência, por meio de Fato Relevante divulgado pela Caixa Seguridade naquela data, da abertura do procedimento competitivo para seleção de co-corretora(s) para atuação em linhas de negócios em parceria com a corretora própria da Caixa Seguridade. Assim, em 15 de janeiro de 2021, submetemos oferta preliminar e não-vinculante no âmbito desse processo, para atuação em todas as linhas de negócios objeto do referido processo competitivo. Já no dia 12 de fevereiro de 2021, fomos informados pela Caixa Seguridade que não nos sagramos vencedores do referido processo competitivo. Auxiliamos e cooperamos com a Caixa Seguridade, sua corretora própria e co-corretoras no processo de transição, conforme disciplinado no Primeiro Termo Aditivo ao Acordo Comercial que celebramos com Caixa Seguridade, o qual se encerrou em 15 de agosto de 2021. Nesse período, fomos remunerados conforme os critérios mencionados no Fato Relevante que divulgamos em 02 de fevereiro de 2021 ("Fato Relevante 02.02.2021"), e continuaremos tendo o direito de receber as comissões de corretagem incidentes sobre as apólices comercializadas antes de 15 de fevereiro de 2021, até o encerramento das respectivas vigências. Ainda, continuaremos prestando serviços ao conglomerado da CSH, por meio de contratos de *backoffice*. Por fim, nos termos do Fato Relevante 02.02.2021, a CSH autorizou a Companhia a comercializar produtos de consórcios de quaisquer administradoras de consórcios, revogando

cláusula de exclusividade existente em instrumentos contratuais celebrados entre a Companhia, a CSH e sua subsidiária integral Caixa Consórcios S.A. Administradora de Consórcios, de forma que a Companhia restou autorizada a distribuir, comercializar, ofertar e promover produtos de consórcios de qualquer sociedade.

Celebramos também, em 4 de fevereiro de 2021, junto à Itaú Administradora de Consórcios Ltda. e à Itaú Unibanco Veículos Administradora de Consórcios Ltda. (em conjunto "Itaú Consórcios") um acordo operacional para distribuição de produtos de consórcios administrados pela Itaú Consórcios. Passamos, assim, a realizar a distribuição dos produtos de consórcios administrados pela Itaú Consórcios, por meio de nossa rede de parceiros comerciais (canal de vendas de produtos de consórcio, formado por pessoas jurídicas aptas à representação do produto consórcio da Itaú Consórcios, nos termos da legislação vigente), mediante a criação de uma subsidiária integral, que atuará com dedicação exclusiva ao acordo operacional.

Em 29 de abril de 2021, tomamos conhecimento e divulgamos ao mercado, por meio de Fato Relevante, que fomos selecionados pelo BRB - Banco de Brasília S.A. ("BRB"), em processo competitivo para seleção de parceiro estratégico para a comercialização de produtos de seguridade nos canais do banco pelo prazo de 20 anos. Em 17 de junho de 2021, foram concluídas as negociações dos termos e condições de tal parceria, tendo a Companhia e a BRB celebrado contrato de compra e venda de ações, por meio do qual a Companhia, sujeito a determinadas condições precedentes que foram cumpridas em 31 de dezembro de 2021, por meio do qual adquiriu 50,1% das ações de emissão de uma nova corretora de seguros, a BRB Corretora de Seguros S.A.

Em 03 de maio de 2021, celebramos junto à Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. ("Santander Consórcios") um convênio para a comercialização, distribuição e divulgação de consórcios e produtos correlatos por ela administrados. Com isso, passamos a realizar a distribuição dos produtos da Santander Consórcios, por meio de nossa controlada indireta WP2 Corretora de Seguros Ltda.

Em 11 de maio de 2021, a Inter Seguros, o Banco Inter S.A. ("Banco Inter") e a Sompo Seguros S.A. celebraram uma parceria comercial, por meio da qual a Inter Seguros poderá oferecer, no aplicativo do Banco Inter, seguros habitacionais no ramo do Sistema Financeiro de Habitação, para cobertura de morte ou invalidez permanente e para danos físicos ao imóvel. Referida parceria perdurará, inicialmente, por 15 (quinze) anos, e a Inter Seguros receberá: (i) R\$12.000.000,00 (doze milhões de reais) à vista; e (ii) R\$152.500.000,00 (cento e cinquenta e dois milhões e quinhentos mil reais), ao longo da duração do contrato, podendo ser superior em caso de superação do plano de negócios acordado.

Em 14 de julho de 2021, celebramos, junto à BB Administradora de Consórcios S.A. ("BB Consórcios"), um convênio para a comercialização, distribuição e divulgação de consórcios pela BB Consórcios. A partir da celebração do convênio, nossa Companhia passará a realizar a distribuição dos produtos da BB Consórcios, por meio de sua rede de parceiros comerciais, sendo que a operação será conduzida pela unidade de negócios Wiz Parceiros.

Em 20 de julho de 2021, nosso Conselho de Administração aprovou a realização de nossa 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, com prazo de vencimento em 18 de agosto de 2026, perfazendo um montante total de captação de R\$225.000.000,00 (duzentos e vinte e cinco milhões de reais) na data de emissão ("Debêntures"), haja vista a colocação do montante mínimo definido para a oferta das Debêntures. As Debêntures foram objeto de oferta pública com esforços restritos, nos termos da então vigente Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, e contam com garantia real na forma de alienação fiduciária da totalidade das quotas de emissão da Inter Seguros de titularidade da Companhia, ou seja, 39,75% do capital social total e votante da Inter Seguros.

Em 02 de agosto de 2021, adquirimos a totalidade da participação social que a Comp Line Informática Ltda. ("Comp Line") tinha na Wiz Concept (18% das quotas representativas do capital social). Após essa aquisição, a Companhia passou a deter 93% de participação na Wiz Concept.

Por meio de nossa controlada Wiz Conseg Corretora de Seguros Ltda. ("Wiz Conseg"), celebramos, em 4 de agosto de 2021, junto ao grupo CAO A, por meio da CAO A Corretora de Seguros Ltda. ("CAOA Corretora"), uma parceria comercial contratual com prazo de vigência de 12 meses, para comercialização, distribuição e divulgação de produtos de seguridade na rede de concessionárias de veículos automotores do Grupo CAO A ("Parceira Comercial CAO A"). A Parceria Comercial CAO A se dará em regime de co-corretagem entre a Wiz Conseg (na qualidade de corretora líder) e a CAO A Corretora, na comercialização, presencial e remota, de produtos de seguros dos ramos de danos e pessoas, em toda a rede de concessionárias do Grupo CAO A, atuais e futuras, salvo unidades nas cidades paulistas de São Paulo, Santos e Campinas.

Em 20 de setembro de 2021, celebramos com a LG Informática S.A. ("LG Lugar de Gente") acordo de investimentos, visando a constituição de uma Joint Venture para o desenvolvimento e exploração comercial de uma plataforma digital para a distribuição de benefícios por adesão, a ser disponibilizada para as áreas de Recursos Humanos de empresas e seus colaboradores. Nesse sentido, em 14 de janeiro de 2022, a Companhia divulgou ao mercado, por meio de Fato Relevante, a constituição da Ben.up Soluções e Corretora de Seguros Ltda., a qual tem participação societária de 50,1% da LG Lugar de Gente e 49,9% da Companhia, e será responsável pelo desenvolvimento e exploração comercial de uma plataforma digital de benefícios por adesão, entre eles produtos de crédito, como consignado privado e produtos de seguro, como previdência privada, dentre outros, para colaboradores das empresas clientes.

Em 10 de novembro de 2021, nossa então controlada indireta Wiz Partners Corretora de Seguros Ltda. ("Wiz Partners") celebrou contrato para aquisição, sujeita a condições suspensivas, da integralidade das quotas do capital social das seguintes sociedades: (i) Águas de Manso Corretora de Seguros EIRELI; (ii) ASF Corretora de Seguros Ltda.; (iii) LL Corretora de Seguros EIRELI; (iv) Orbis Adviser Corretora de Seguros Ltda.; (v) Universa Corretora de Seguros Ltda. A aquisição busca consolidar a atuação da Wiz Corporate Soluções e Corretagem de Seguros S.A. ("Wiz Corporate") no mercado de produtos de seguridade direcionados à construção civil, notadamente em produtos atrelados a programas habitacionais, sendo que as condições suspensivas da aquisição foram implementadas em 17 de janeiro de 2022.

Em 03 de dezembro de 2021, adquirimos a totalidade da participação social que o Sr. Francisco de Assis Bizarro detinha na Wiz Concept (7% das quotas representativas do capital social). Após essa aquisição, a Companhia passou a deter 100% de participação na Wiz Concept, que passou a ser uma subsidiária integral da Companhia.

Em 01 de abril de 2022, por meio de nossa controlada Wiz Concept, adquirimos, por meio de exercício da opção de compra, 50,1% das quotas de emissão da General Claims Soluções em TI Ltda. ("GClaims"). A GClaims vem sendo acelerada pelo Wiz Labs desde setembro de 2019, gerando a ampliação de seu portfólio de produtos, a expansão de sua atuação para novos segmentos de seguros, o desenvolvimento de novos módulos para festão automatizada de apólices de crédito e o crescimento da sua receita. Com a referida aquisição, passamos a realizar consultoria em tecnologia da informação, suporte técnico de manutenção e outros serviços em tecnologia da informação, desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis e customizáveis e a Wiz Concept aumenta seu portfólio de serviços de regulação de sinistro, gestão de apólices de seguros, vistoria presencial e remota, plataformas de crédito para home e *car equity*, além de um módulo de gestão de apólices, corroborando com nossa visão de crescimento no contexto de ampliação de nossas UN.

Em 14 de abril de 2022, celebramos uma promessa de compra e venda de ações com o Paraná Banco S.A. ("Paraná Banco"), por meio do qual nos comprometemos a adquirir 40% das ações de emissão de uma nova corretora de seguros que foi previamente constituída pelo Paraná Banco, indiretamente por meio de uma sociedade também constituída pelo Paraná Banco. A corretora de seguros foi constituída para a comercialização de determinados produtos de seguridade nos canais de distribuição do Paraná Banco, com exclusividade pelo prazo de 10 (dez) anos contados do fechamento da operação, e extensível, por igual período, mediante exercício, pelo Paraná Banco, de uma opção de venda de ações representativas de até 9% das ações da Paraná Seguros, condicionada à sua performance. Nesse sentido, em 08 de novembro de 2022, após a implementação das condições precedentes para o fechamento da operação, adquirimos 100% das ações da Paraná Wiz Holding S.A., titular de 40% do capital social total e votante da Paraná Corretagem de Seguros S.A.

Em 24 de abril de 2022, celebramos os documentos definitivos para a constituição de uma *joint venture* entre nossa Companhia e o Grupo Omni. Nesse sentido, em 02 de dezembro de 2022, foram implementadas as condições precedentes para o fechamento da operação de aquisição de 50,1% das quotas de emissão da Omni 1 Corretora de Seguros S.A., uma nova corretora de seguros constituída para a comercialização de produtos de seguridade por meio dos canais de distribuição do Grupo Omni, com exclusividade pelo prazo de 10 (dez) anos contados do fechamento da operação.

Em 07 de junho de 2022, celebramos o contrato de parceria para a constituição de uma *joint venture* entre nossa Companhia e o grupo varejista Polishop (Polimport Comércio e Exportação LTDA.). Em 16 de agosto de 2022, foram implementadas as condições precedentes previstas no referido contrato de forma que passamos a deter 50% das quotas de emissão da Polishop Corretora de Seguros Ltda. ("Polishop Seguros"). A Polishop Seguros foi constituída com o propósito de comercializar produtos de seguridade por meio dos canais de distribuição da Polishop, com exclusividade pelo prazo de 10 (dez) anos contados do fechamento da operação.

Em 22 de agosto de 2022, a nossa controlada Wiz Conseg celebrou o contrato para aquisição de 50,1% da Primavia Corretora de Seguros Ltda., corretora que detém a exclusividade para comercialização de produtos de seguridade nas concessionárias do Grupo Primavia por 10 (dez) anos. O Grupo Primavia, que atua há 27 (vinte e sete) anos no mercado, é composto por 28 (vinte e oito) concessionárias de veículos das marcas Fiat, Jeep, Renault, Nissan, RAM, Chrysler, Dodge,

Citroën, Peugeot e Ventura Marine, distribuídas em 11 (onze) cidades nos Estados de Minas Gerais, Goiás, Bahia, Tocantins e no Distrito Federal. O fechamento da operação ocorreu em 14 de dezembro de 2022 após a implementação das condições precedentes para a conclusão do processo de aquisição.

Em 30 de setembro de 2022, buscando endereçar uma demanda crescente da comunidade investidora global, a qual se demonstra cada vez mais interessada por informações dos aspectos sociais, de governança corporativa e ambientais, em um padrão internacionalmente reconhecido, de forma que seja possível facilitar o entendimento e a comparação entre empresas, tanto no Brasil como no exterior, a Companhia realizou a divulgação do seu 1º Relatório Anual de Sustentabilidade (“Relatório de Sustentabilidade”), adotando os direcionamentos do *Global Reporting Initiative - GRI*. O referido Relatório de Sustentabilidade traz informações de aspectos sociais, de governança corporativa e ambientais da Companhia com relação ao exercício de 2021 e pode ser acessado no *website* de relações com investidores da nossa Companhia (<https://ri.wiz.co/>) e no *website* da CVM (www.cvm.gov.br).

Em 06 de outubro de 2022, adquirimos, por meio de nossa controlada Wiz Conseg, 50,1% das quotas de emissão da Trombini Corretora de Seguros Ltda., que detém a exclusividade, por 10 (dez) anos, para a comercialização de produtos de seguridade nas 11 (onze) concessionárias de veículos das marcas Jeep, Citroën, Peugeot e Hyundai pertencentes ao Grupo Le Lac, no Estado do Paraná. Referida operação se alinha com a estratégia de crescimento, expansão e consolidação da atuação da Wiz Conseg no segmento de seguros para redes de concessionárias de veículos, corroborando com nossa visão de crescimento no contexto de ampliação de nossas UN.

Em 10 de novembro de 2022, divulgamos por meio de Fato Relevante a celebração de contrato de compra e venda de ações com o Banco Votorantim S.A. (“BV”), por meio do qual nós, ou uma de nossas controladas, e sujeito a determinadas condições precedentes, nos comprometemos a adquirir 100% das ações de emissão da Promotiva S.A. (“Promotiva”), uma das principais gestoras de correspondentes do Banco do Brasil S.A. (“BB”) (“Aquisição Promotiva”). A Promotiva, mediante a celebração de um novo contrato com o BB, continuará atuando como uma das gestoras de correspondentes do BB no país, por 5 (cinco) anos, contados do fechamento da Aquisição Promotiva, para distribuição de Crédito Pessoa Física, conta corrente e cartão. Quando da celebração do contrato de compra e venda de ações, a Promotiva contava com centenas de parceiros credenciados, com atuação em mais de três mil municípios do país, e foi responsável pelo desembolso de R\$5,4 bilhões em crédito a Pessoa Física no ano de 2022. Com o fechamento da Aquisição Promotiva em 22 de dezembro de 2022, a Wiz Open X S.A. (“Wiz X”), passou a ser titular de 100% do capital social total e votante da Promotiva. A Wiz detém 35,0% do capital social da Wiz X e a Wiz Corporate, subsidiária na qual a Wiz detém 40,0% de participação no capital social, detém 65,0% do capital social da Wiz X. Dessa forma, somando as participações direta e indireta, a Wiz detém 61,0% do capital social da Wiz X.

Em 29 de novembro de 2022, visando reforçar o novo posicionamento estratégico e atuação dinâmica do conglomerado WIZ, que abrange desde a distribuição, gestão e operação de canais até a criação de soluções flexíveis e inovadoras para o segmento de negócios em seguros e produtos financeiros, anunciamos a nossa nova marca corporativa, a “Wiz Co”. A nova marca reflete a nossa atuação diversificada, consolidada como um ecossistema completo composto por unidades de negócio interdependentes e sinérgicas, responsáveis por potencializar resultados de negócios de seguros e produtos financeiros por mais de 49 anos, e se entrelaça com os novos caminhos que almejamos trilhar em sua busca por novas estratégias de inovação. Neste movimento, nossos websites também foram atualizados, passando a apresentar visuais e conteúdos considerando a nova identidade de marca e novos domínios: <https://wiz.co/> e <https://ri.wiz.co/>.

Em 20 de dezembro de 2022, adquirimos 23,995% da Wiz Conseg, de forma que passamos a deter 99,995% das quotas representativas do seu capital social (“Aquisição Wiz Conseg”). No âmbito da Aquisição, a Wiz Conseg constituiu, em 05 de janeiro de 2023, em conjunto com os vendedores, controladores do Grupo Barigui, uma nova sociedade corretora de seguros, na qual detém uma participação societária correspondente a 50,1% (“Barigui Conseg”). A Barigui Conseg, mediante o pagamento de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) aos vendedores, controladores do Grupo Barigui, deterá até 2035 (extensão de 6 anos adicionais à vigência do Acordo Operacional anterior), os direitos exclusivos de comercialização de produtos de seguridade na rede de distribuição constituída pelas unidades de concessionárias automotivas. À época da Aquisição Wiz Conseg, o Grupo Barigui era o maior revendedor de automóveis e caminhões da região Sul do Brasil, detendo 61 (sessenta e uma) concessionárias de 16 (dezesesseis) marcas, distribuídas em 16 (dezesesseis) cidades. As condições precedentes da Aquisição Wiz Conseg foram implementadas em 09 de fevereiro de 2023, tendo o fechamento da aquisição ocorrido na referida data.

Dando abertura ao nosso plano de consolidação e otimização da estrutura de nossas subsidiárias e definição de nossas unidades de negócios, em 30 de dezembro de 2022, a nossa controlada Wiz Corporate incorporou a sua controlada Wiz Partners, sendo que esta foi extinta e sucedida por aquela em todos os seus direitos e obrigações.

Iniciando 2023 e em linha com a nossa nova marca corporativa, em 08 de fevereiro de 2023, nossos acionistas, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram a alteração da nossa denominação social para WIZ CO PARTICIPAÇÕES E CORRETAGEM DE SEGUROS S.A. e, em 09 de fevereiro de 2023, as nossas ações passaram a ser negociadas na B3 sob o *ticker* "WIZC3" com nome de pregão "WIZ CO".

Por fim, dando mais um passo do nosso plano de consolidação e otimização da estrutura de subsidiárias e definição de unidades de negócios, nossos acionistas, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária em 11 de abril de 2023, aprovaram a incorporação da Wiz Parceiros, mediante a versão, para nossa Companhia, da totalidade de seu patrimônio líquido, com a consequente extinção da Wiz Parceiros e sua sucessão pela nossa Companhia em todos os seus direitos e obrigações.

1.2 Descrição das principais atividades da Companhia e de suas controladas

Visão Geral

Atuamos na gestão de canais de distribuição de seguros e produtos financeiros. Ao longo dos nossos mais de 49 anos de história, desenvolvemos soluções completas de venda e pós-venda, tanto no segmento pessoa física como pessoa jurídica, para potencializar os resultados de nossos clientes e parceiros em diversos canais de distribuição. Operamos em todo o território nacional por meio de nossas unidades de negócios ("UN" ou "Unidade"), ofertando soluções presenciais, remotas e digitais para venda e pós-venda de seguros e produtos financeiros. Investindo em pessoas, tecnologia e métodos, formamos times de alta performance e desenvolvemos modelos de negócios com foco em eficiência operacional e alcance de resultados consistentes, maximizando o valor das nossas operações.

Nosso negócio é orientado por nossa cultura corporativa, que é baseada em gente e na formação de profissionais de alta performance. Temos como pilares de nossa cultura a busca por resultados de forma ética e socialmente responsável, o trabalho em time, a inovação, a diversidade e a constante busca por melhorias em nossos métodos e modelo de negócios. Fruto da valorização da nossa cultura, fomos sete vezes consecutivas premiados pela consultoria global Great Place to Work (GPTW) como uma das Melhores Empresas para se trabalhar no Centro-Oeste (2015 e 2017 a 2022) e cinco vezes consecutivas integramos o ranking das 150 Melhores Empresas para se trabalhar no Brasil em premiação organizada pela GPTW (2018 a 2022). Além disso, em 2020 e 2021 fomos premiados pelo GPTW como uma das Melhores Empresas para a Mulher Trabalhar no ranking nacional, que reconhece empresas com as melhores práticas em relação à inclusão e ascensão de mulheres à liderança, ficando entre as 35 empresas de grande porte.

Nosso modelo de gestão e governança é estruturado de forma a permitir *accountability*, autonomia e independência na gestão operacional das nossas UN, que são orientadas pelo nosso DNA analítico, possibilitando o alcance de resultados consistentes em cada uma de nossas operações. Nossas UN são núcleos de negócios distintos, que se diferenciam pela atuação em diferentes canais, com diversos parceiros de negócios, perfil de clientes e modelos operacionais. Temos um modelo de gestão escalável, com uma estrutura corporativa que conecta todos os nossos negócios, constituída por nossas áreas de (i) Marketing&Tecnologia, (ii) Gente&Cultura, (iii) Financeiro, Jurídico, Auditoria Interna & Compliance e (iv) Relações com o Mercado e M&A, desenvolvida para suportar a expansão da atuação da nossa Companhia e a criação de novas UN.

Em 31 de dezembro de 2022, possuíamos as seguintes UNs:

1. Wiz Parceiros;
2. Wiz Concept;
3. Wiz Corporate;
4. Wiz Conseg
5. Inter Seguros;
6. Bmg Corretora;
7. BRB Seguros;
8. Paraná Seguros;
9. Omni1 Corretora;
10. Polishop Seguros;
11. Promotiva;
12. Ben Up;

UN Wiz Parceiros

Atuamos por meio de nossa controlada WP1 Corretora de Seguros Ltda. ("WP1") e da nossa controlada indireta WP2 Corretora de Seguros Ltda. ("WP2"), realizando a prospecção, ativação e gestão de uma rede de parceiros comerciais ("UN Wiz Parceiros") com presença nacional para a venda de produtos de consórcios, seguros relacionados ao produto de consórcio vendido (Seguros Prestamista e Quebra de Garantia), produto de crédito com garantia imobiliária na modalidade "Home Equity", crédito consignado, financiamento imobiliário, dentre outros. A Finanseg Administração e Corretagem de Seguros Ltda. (antiga denominação da Wiz Parceiros e Corretagem de Seguros Ltda.) também integrava a UN Wiz Parceiros, mas foi incorporada pela nossa Companhia em 11 de abril de 2023.

Foi em razão de nossa estratégia de ampliação de nossos negócios que celebramos, em fevereiro de 2021, junto à Itaú Administradora de Consórcios Ltda. e à Itaú Unibanco Veículos Administradora de Consórcios Ltda. (em conjunto "Itaú

Consórcios"), um acordo operacional para distribuição de produtos de consórcios administrados pela Itaú Consórcios. Passamos, assim, a realizar a distribuição dos produtos de consórcios administrados pela Itaú Consórcios por meio da nossa subsidiária integral WP1, que constitui, junto com a controlada indireta WP2, a UN Wiz Parceiros. Os recursos alocados na subsidiária WP1 atuam com dedicação exclusiva ao acordo operacional.

Ainda no mercado de consórcios, celebramos, em 03 de maio de 2021, junto à Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. ("Santander Consórcios"), um convênio para a comercialização, distribuição e divulgação de consórcios e produtos correlatos por ela administrados. Com isso, passamos a realizar, através da WP2, a distribuição dos produtos Santander Consórcios.

No mesmo sentido, em 14 de julho de 2021, celebramos, junto à BB Administradora de Consórcios S.A. ("BB Consórcios"), um convênio para a comercialização, distribuição e divulgação de consórcios pela BB Consórcios. A partir da celebração do convênio, nossa Companhia passará a realizar a distribuição dos produtos da BB Consórcios por meio de sua rede de parceiros comerciais, sendo que a operação será conduzida pela UN Wiz Parceiros.

UN Wiz Concept

Adicionalmente, em 2018, expandimos a nossa atuação em operações de pós-venda após assinatura de novos contratos com a CSH. A fim de consolidar essas operações, criamos a Wiz Concept Soluções de Teleatendimento Ltda. (nova denominação social da Wiz BPO Teleatendimento Ltda.) ("UN Wiz Concept"), uma de nossas subsidiárias, que atua em soluções de pré e pós-venda para produtos de seguros, consórcios, previdência, home equity e diversos outros produtos de crédito. Ao final de 2018, celebramos, ainda, um acordo de associação com a Comp Line Informática Ltda. ("Comp Line") para a expansão da nossa atuação em pós-venda. Com essa transação, incorporamos à matriz operacional da Wiz Concept novas atividades de pós-venda em seguros, consórcios e capitalização, bem como atividades de gestão de documentos e terceirização de mão-de-obra especializada. Em 02 de agosto de 2021, adquirimos a totalidade da participação social de titularidade da Comp Line na Wiz Concept (18% das quotas representativas do capital social). Após essa aquisição, passamos a deter 93% de participação na Wiz Concept. Em 03 de dezembro de 2021, adquirimos a totalidade da participação social de titularidade do Sr. Francisco de Assis Bizarro na Wiz Concept (7% das quotas representativas do capital social). Após essa aquisição, passamos a deter 100% do capital social da Wiz Concept, que passou a ser uma de nossas subsidiárias integrais. Ao longo dos exercícios sociais de 2021 e de 2022, respectivamente, incorporamos, na UN Wiz Concept, as atividades anteriormente desempenhadas na UN Wiz B2U, que fazia gestão de uma plataforma multicanal para comercialização de produtos de seguros de forma remota, e na Wiz Wiz Engagement, que atuava com foco na criação de estratégias para o engajamento de forças de vendas terceiras, tanto em canais operados por UNs do Grupo Wiz, como para outros parceiros, expandindo assim seu portfólio de serviços e carteira de clientes.

Em 01 de abril de 2022, a Wiz Concept, adquiriu, por meio de exercício da opção de compra, 50,1% das quotas de emissão da General Claims Soluções em TI Ltda. ("GClaims"). A GClaims vem sendo acelerada pelo Wiz Labs desde setembro de 2019, gerando a ampliação de seu portfólio de produtos, a expansão de sua atuação para novos segmentos de seguros, o desenvolvimento de novos módulos para gestão automatizada de apólices de crédito e o crescimento da sua receita. Com a referida aquisição, passamos a realizar consultoria em tecnologia da informação, suporte técnico de manutenção e outros serviços em tecnologia da informação, desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis e customizáveis e a Wiz Concept aumenta seu portfólio de serviços de regulação de sinistro, gestão de apólices de seguros, vistoria presencial e remota, plataformas de crédito para home e *car equity*, além de um módulo de gestão de apólices, corroborando com nossa visão de crescimento no contexto de ampliação de nossas UN.

UN Wiz Corporate

Atuamos, ainda, com uma UN de vendas especializada na comercialização de seguros de riscos especiais por meio de nossa subsidiária Wiz Corporate Soluções e Corretagem de Seguros S.A. ("UN Wiz Corporate"), com foco no público de pessoas jurídicas, ofertando seguros de várias seguradoras em regionais distribuídas em mais de 12 estados do país. Adicionalmente, nossa UN Wiz Corporate inclui também uma estrutura, por meio de nossa subsidiária Wiz Benefícios Empresarial Soluções e Corretagem de Seguros S.A. ("Wiz Benefícios Empresarial") para a comercialização de planos de saúde e odontológico para jurídicas de pequeno porte, médio porte, coletivo por adesão e grandes contas.

UN Wiz Conseg

Em 2019, fortalecemos a nossa atuação no mercado de seguros automotivos através de aquisição de participação societária na Barigui Corretora de Seguros Ltda. (antiga denominação social da Wiz Conseg Corretora de Seguros Ltda.) ("UN Wiz

Conseg”), que atua na comercialização de produtos de seguros auto e prestamista na rede de distribuição de veículos do Grupo Barigui. Por meio dessa aquisição, formamos mais uma UN na nossa Companhia, a Wiz Conseg, criada para realizar a distribuição de seguros e produtos financeiros, por meio de redes de concessionárias. A Wiz Conseg passou a ser operacional em março de 2020.

Em 22 de agosto de 2022, a Wiz Conseg celebrou o contrato para aquisição de 50,1% da Primavia Corretora de Seguros Ltda., corretora que detém a exclusividade para comercialização de produtos de seguridade nas concessionárias do Grupo Primavia por 10 (dez) anos. O Grupo Primavia, que atua há 27 (vinte e sete) anos no mercado, é composto por 28 (vinte e oito) concessionárias de veículos das marcas Fiat, Jeep, Renault, Nissan, RAM, Chrysler, Dodge, Citroën, Peugeot e Ventura Marine, distribuídas em 11 (onze) cidades nos Estados de Minas Gerais, Goiás, Bahia, Tocantins e no Distrito Federal. O fechamento da operação ocorreu em 14 de dezembro de 2022 após a implementação das condições precedentes para a conclusão do processo de aquisição.

Em 06 de outubro de 2022, a Wiz Conseg adquiriu 50,1% das quotas de emissão da Trombini Corretora de Seguros Ltda., que detém a exclusividade, por 10 (dez) anos, para a comercialização de produtos de seguridade nas 11 (onze) concessionárias de veículos das marcas Jeep, Citroën, Peugeot e Hyundai pertencentes ao Grupo Le Lac, no Estado do Paraná. Referida operação se alinha com a estratégia de crescimento, expansão e consolidação da atuação da Wiz Conseg no segmento de seguros para redes de concessionárias de veículos, corroborando com nossa visão de crescimento no contexto de ampliação de nossas UN.

Em 20 de dezembro de 2022, adquirimos 23,995% da Wiz Conseg, de forma que passamos a deter 99,995% das quotas representativas do seu capital social ("Aquisição Wiz Conseg"). No âmbito da Aquisição, a Wiz Conseg constituiu, em 05 de janeiro de 2023, em conjunto com os vendedores, controladores do Grupo Barigui, uma nova sociedade corretora de seguros, na qual detém uma participação societária correspondente a 50,1% ("Barigui Conseg"). A Barigui Conseg, mediante o pagamento de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) aos vendedores, controladores do Grupo Barigui, deterá até 2035 (extensão de 6 anos adicionais à vigência do Acordo Operacional anterior), os direitos exclusivos de comercialização de produtos de seguridade na rede de distribuição constituída pelas unidades de concessionárias automotivas. À época da Aquisição Wiz Conseg, o Grupo Barigui era o maior revendedor de automóveis e caminhões da região Sul do Brasil, detendo 61 (sessenta e uma) concessionárias de 16 (dezesesseis) marcas, distribuídas em 16 (dezesesseis) cidades. As condições precedentes da Aquisição Wiz Conseg foram implementadas em 09 de fevereiro de 2023, tendo o fechamento da aquisição ocorrido na referida data.

UN Inter Seguros

Ainda em 2019, fortalecemos a nossa atuação no mercado de seguros digital, através de aquisição de participação societária na Inter Digital Corretora e Consultoria em Seguros Ltda. ("Inter Seguros"), que atua em diversos núcleos de negócios, com principal foco na comercialização de seguros pela plataforma digital do Banco Inter S.A.

Em 11 de agosto de 2020, a nossa coligada Inter Seguros, o Banco Inter S.A. ("Banco Inter") e a Liberty Seguros S.A. ("Liberty") renegociaram os termos do modelo de exclusividade dos produtos de seguros ofertados no balcão do Banco Inter. No novo acordo, a Liberty passa a ter exclusividade pelo prazo inicial de 15 (quinze) anos para oferta de determinados produtos de seguridade previstos em contrato, mantendo os percentuais de comissão anteriormente praticados. Em contrapartida à exclusividade, a Liberty pagará à Inter Seguros R\$368 milhões, divididos em (i) pagamento adiantado (upfront) de R\$60 milhões e (ii) pagamento a título de compensação (*earn-out*) base de R\$308 milhões, variável de acordo com a performance da parceria no âmbito do acordo operacional. Já em 11 de maio de 2021, a Inter Seguros e o Banco Inter celebraram com a Sompo Seguros S.A. ("Sompo Seguros") uma parceria comercial, por meio da qual a Inter Seguros poderá oferecer, no aplicativo do Banco Inter, seguros habitacionais no ramo do Sistema Financeiro de Habitação, para cobertura de morte ou invalidez permanente e para danos físicos ao imóvel. Referida parceria perdurará, inicialmente, por 15 (quinze) anos. Pela parceria comercial, a Sompo Seguros pagará à Inter Seguros os valores de R\$12,0 milhões à vista e R\$152,5 milhões ao longo da duração do contrato, podendo ser superior em caso de superação do plano de negócios acordado.

UN Bmg Corretora

Ainda em 2020, criamos a "UN Bmg Corretora", por meio da aquisição de 40% do capital social da CMG Corretora de Seguros Ltda., que tem por objeto a comercialização de produtos de seguridade, incluindo seguros, consórcios, capitalização e previdência privada por meio dos canais de distribuição do Banco BMG S.A., fomentando nossa posição no segmento estratégico Seguros. A unidade atualmente, passou a representar 28% de nosso faturamento.

UN BRB Seguros

Ao final de 2021, após acordo celebrado com o BRB - Banco de Brasília ("**BRB**"), constituímos mais uma UN, a "**UN BRB Seguros**". Com o fechamento da transação, a Wiz passou a ser titular de 50,1% das ações de emissão da UN BRB Seguros. Essa UN atua na comercialização de produtos e serviços de seguridade, incluindo seguros, consórcio, títulos de capitalização e previdência privada, na rede de distribuição controlada pelo BRB, sendo intensiva na atuação com clientes pessoa física do BRB e operando por meio de sua extensa rede de distribuição, composta por mais de 140 agência bancárias, redes de correspondentes e os canais digitais do banco. A UN BRB Seguros possui outorga de exploração exclusiva dos canais de distribuição do BRB por 20 anos, desde janeiro de 2022.

A aquisição, de preço total estimado em R\$ 585.235.334,40 (quinhentos e oitenta e cinco milhões, duzentos e trinta e cinco mil, trezentos e trinta e quatro reais e quarenta centavos), composto por uma parcela à vista, correspondente a R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), três parcelas fixas anuais de R\$ 57.047.066,88 (cinquenta e sete milhões, quarenta e sete mil, sessenta e seis reais e oitenta e oito centavos) cada, com vencimentos em 2023, 2025 e 2026, respectivamente, além de três parcelas anuais variáveis, estimadas no valor de R\$ 38.031.377,92 (trinta e oito milhões, trinta e um mil, trezentos e setenta e sete reais e noventa e dois centavos) cada ("**Valor Variável**"). As parcelas de Valor Variável serão apuradas e pagas nos exercícios sociais de 2023, 2025 e 2026, considerando a apuração do lucro líquido da UN BRB Seguros nos exercícios sociais imediatamente anteriores aos dos vencimentos das Parcelas Variáveis e de acordo com as métricas acordadas na aquisição. A parcela de Valor Variável prevista para pagamento em 2023 foi renegociada e o efetivo pagamento postergado para o ano de 2024, mediante atualização monetária da parcela a uma taxa de 15,69%.

UN Omni1 Corretora

Em 24 de abril de 2022, celebramos os documentos definitivos para a constituição de uma *joint venture* entre nossa Companhia e o Grupo Omni. Nesse sentido, em 02 de dezembro de 2022, foram implementadas as condições precedentes para o fechamento da operação de aquisição de 50,1% das quotas de emissão da Omni 1 Corretora de Seguros S.A., uma nova corretora de seguros constituída para a comercialização de produtos de seguridade por meio dos canais de distribuição do Grupo Omni, com exclusividade pelo prazo de 10 (dez) anos contados do fechamento da operação. Em 2023, a Omni1 Corretora de Seguros S.A. celebrou acordo com a seguradora Zurich para ofertar o seguro prestamista com exclusividade e demais seguros correlatos no balcão da Omni, por cinco anos.

UN Polishop Seguros

Em 07 de junho de 2022, celebramos o contrato de parceria para a constituição de uma *joint venture* entre nossa Companhia e o grupo varejista Polishop (Polimport Comércio e Exportação LTDA.). Em 16 de agosto de 2022, foram implementadas as condições precedentes previstas no referido contrato de forma que passamos a deter 50% das quotas de emissão da Polishop Corretora de Seguros Ltda. ("**Polishop Seguros**"). A Polishop Seguros foi constituída com o propósito de comercializar produtos de seguridade por meio dos canais de distribuição da Polishop, com exclusividade pelo prazo de 10 (dez) anos contados do fechamento da operação.

UN Paraná Seguros

Em 14 de abril de 2022, celebramos uma promessa de compra e venda de ações com o Paraná Banco S.A. ("**Paraná Banco**"), por meio do qual nos comprometemos a adquirir 40% das ações de emissão de uma nova corretora de seguros que foi previamente constituída pelo Paraná Banco, indiretamente por meio de uma sociedade também constituída pelo Paraná Banco. A corretora de seguros foi constituída para a comercialização de determinados produtos de seguridade nos canais de distribuição do Paraná Banco, com exclusividade pelo prazo de 10 (dez) anos contados do fechamento da operação, e extensível, por igual período, mediante exercício, pelo Paraná Banco, de uma opção de venda de ações representativas de até 9% das ações da Paraná Seguros, condicionada à sua performance. Nesse sentido, em 08 de novembro de 2022, após a implementação das condições precedentes para o fechamento da operação, adquirimos 100% das ações da Paraná Wiz Holding S.A., titular de 40% do capital social total e votante da Paraná Corretagem de Seguros S.A.

No exercício encerrado de 2022, a unidade não gerou receita líquida, com a ressalva de que seus resultados são computados em nossos resultados por meio do método de equivalência (MEP), na medida em que a unidade não tem o caráter de controlada pela Wiz Co.

UN Promotiva

Em 10 de novembro de 2022, divulgamos por meio de Fato Relevante a celebração de contrato de compra e venda de ações com o Banco Votorantim S.A. ("**BV**"), por meio do qual nós, ou uma de nossas controladas, e sujeito a determinadas condições precedentes, nos comprometemos a adquirir 100% das ações de emissão da Promotiva S.A. ("**Promotiva**"), uma das principais gestoras de correspondentes do Banco do Brasil S.A. ("**BB**") ("**Aquisição Promotiva**"). A Promotiva, mediante a celebração de um novo contrato com o BB, continuará atuando como uma das gestoras de correspondentes do BB no país, por 5 (cinco) anos, contados do fechamento da Aquisição Promotiva, para distribuição de Crédito Pessoa Física, conta corrente e cartão. Quando da celebração do contrato de compra e venda de ações, a Promotiva contava com centenas de parceiros credenciados, com atuação em mais de três mil municípios do país, e foi responsável pelo desembolso de R\$5,4 bilhões em crédito a Pessoa Física no ano de 2022. Com o fechamento da Aquisição Promotiva em 22 de dezembro de 2022, a Wiz Open X S.A. ("**Wiz X**"), passou a ser titular de 100% do capital social total e votante da Promotiva. A Wiz detém 35,0% do capital social da Wiz X e a Wiz Corporate, subsidiária na qual a Wiz detém 40,0% de participação no capital social, detém 65,0% do capital social da Wiz X. Dessa forma, somando as participações direta e indireta, a Wiz detém 61,0% do capital social da Wiz X.

UN Ben Up

Em 20 de setembro de 2021, celebramos com a LG Informática S.A. ("**LG Lugar de Gente**") acordo de investimentos, visando a constituição de uma Joint Venture para o desenvolvimento e exploração comercial de uma plataforma digital para a distribuição de benefícios por adesão, a ser disponibilizada para as áreas de Recursos Humanos ("**RH**") de empresas e seus colaboradores, incluindo produtos de crédito, como consignado privado, produtos de seguro e previdência privada, dentre outros. O fechamento da operação estava sujeito a condições suspensivas usuais a esse tipo de transação, incluindo prévia aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica. Em 14 de janeiro de 2022, foram implementadas as condições precedentes para o fechamento da operação com a LG Lugar de Gente, com a constituição da Ben.up Soluções e Corretora de Seguros Ltda. ("**Ben.up**"). Com o fechamento dessa operação, passamos a deter 49,9% do capital social da Ben.up, e a LG Lugar de Gente, por sua vez, de 50,1% do mesmo. A administração da Ben.up é composta por uma Diretoria Executiva com 2 (dois) membros, sendo um Diretor Executivo, que acumulará a função de Diretor Financeiro, indicado pela LG Lugar de Gente, e um Diretor de Operações e Tecnologia, indicado por nós. A Ben.up foi autorizada e constituída em 06 de janeiro de 2022.

Além das 12 Unidades de Negócio listadas acima, possuímos participação em outros negócios:

GRID Finance

Em 31 de outubro de 2018, nossa Companhia adquiriu a participação societária de 5% da Money Ex Plataforma Tecnologia S.A. ("**GRID Finance**") e comprometeu-se a integralizar 30% do capital social da GRID Insurance Inovação S.A., companhia que seria constituída posteriormente, empresas voltadas ao segmento de consultoria e criação de plataformas e wallets digitais. A operação foi aprovada em reunião realizada por nosso Conselho de Administração em 17 de outubro de 2018.

Em novembro de 2019, em continuação à aquisição realizada em 2018, adquirimos 9.412 ações da GRID Finance, representativas de 80% de seu capital social. Em conjunto com a aquisição realizada em 2018, passamos a deter 85% das ações da GRID Finance. A aquisição foi refletida nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. O valor de pago foi de R\$ 2 milhões, integralmente pagos em dezembro de 2019.

Em 22 de dezembro de 2020, celebramos contrato de cessão de participação societária na GRID Tecnologia, do qual consta cláusula de cessão de lucros oriundos desta operação. Esta cláusula, contudo, somente entrou em vigor em abril de 2021, não afetando as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Celebramos com a Extreme Digital Consultoria e Representações Ltda. e com a GRID Tecnologia S.A., com interveniência-anuência da CSMG Corretora de Seguros Ltda., contrato de cessão de participação societária para potencial cessão, pela Wiz, de 50,1% do capital social da GRID Tecnologia. A transação foi concluída em 30 de abril de 2021, conforme Comunicado ao Mercado divulgado nesta data pela nossa Companhia.

Neste segmento GRID Finance o foco está comercialização de produtos de tecnologia, especificamente APIs, para o mercado financeiro e de seguros por meio do modelo B2B.

No exercício encerrado de 2022, a GRID Finance não gerou resultados para a nossa Companhia.

Wiz Benefícios Varejo

Por meio de nossa subsidiária Wiz Benefícios Varejo Soluções e Corretagem de Seguros S.A. ("Wiz Varejo"), operamos na comercialização de planos de saúde e odontológico para pessoas físicas.

UN em "Run Off" - Rede Caixa

Até agosto de 2021, atuamos na comercialização de produtos de seguros, previdência, capitalização e consórcios ("Produtos de Seguridade") junto ao balcão da Caixa Econômica Federal ("CAIXA"), por meio de parceria estabelecida com a Caixa Seguridade S.A. O acesso ao balcão da CAIXA era regulado por um acordo operacional assinado com a Caixa Seguridade em agosto de 2018, e vigorou até 14 de fevereiro de 2021. Em 2 de fevereiro de 2021, anunciamos a celebração de um termo aditivo ao Acordo Operacional, que disciplina a transição das atividades que eram desempenhadas pela Wiz à corretora própria da Caixa Seguridade e à(s) co-corretora(s) de seguros vencedoras do processo competitivo promovido pela CAIXA, além das regras de comissionamento definidas para o período. O período de transição iniciou em 15 de fevereiro de 2021 e teve duração de seis meses. Sendo assim, com o fim do período de transição em 14 de agosto de 2021, a Operação Rede Caixa continuará recebendo o estoque de receita, ou seja, as vendas realizadas pela Wiz nos períodos anteriores ao dia 15 de fevereiro de 2021, porém não teremos mais acesso ao balcão da CAIXA e, portanto, não auferirá receitas de novas vendas de Produtos de Seguridade nesse canal. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, não obtivemos receita com vendas de novos produtos de seguridade no canal da CAIXA, haja vista o encerramento da parceria com a Caixa Seguridade ocorrido em 14 de agosto de 2021. Por essa razão, não consideramos mais a Rede Caixa como uma Unidade de Negócio.

A Wiz Co no setor de seguros

A expansão do setor de seguros no Brasil nos últimos anos, que teve taxa de crescimento anual composta (Compound Annual Growth Rate – CAGR (20-22) de 17,5%¹ e um crescimento de 21,4% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 em relação ao mesmo período do ano anterior, demonstra o grande potencial deste mercado, ainda pouco penetrado e com muitas oportunidades de crescimento. Nós, enquanto corretora de seguros de diversos canais de venda, participamos de um crescimento ainda mais acelerado, com base em um modelo de negócios isento de riscos atuariais e que não possuía requerimentos regulatórios de capital mínimo para crescer. Com isso, conseguimos financiar a ampliação e diversificação de nosso portfólio de produtos oferecidos a nossos clientes, firmar parcerias relevantes e promover aquisições estratégicas de outras sociedades, conforme mencionado acima, atingindo, durante este período, níveis satisfatórios de crescimento orgânico e inorgânico.

Ao longo dos nossos mais de 49 anos de atuação, fomos capazes de desenvolver e implementar plataformas multicanais integradas de relacionamento e venda, garantindo nossa presença em todo território nacional, que confere maior acesso e agilidade aos clientes. Na UN Bmg Corretora, a rede de distribuição é composta por mais de 827 lojas físicas – lojas help! - e mais de 2 mil correspondentes bancários ativos. Em nossa UN Wiz Concept, atuamos oferecendo soluções de pré e pós-venda a clientes, como seguradoras, para produtos oferecidos por estes clientes, sejam produtos de seguros, crédito, consórcios, dentre outros. Já na UN Wiz Conseg, possuímos acesso a uma rede composta por mais de 200 concessionárias de veículos presentes na região sul, sudeste e centro-oeste do país. Contamos, ainda, em complemento ao canal presencial, com mais de 100 funcionários próprios para atuação em nossa UN Wiz Corporate. Adicionalmente, junto a estrutura da Wiz Corporate, temos a UN Wiz Benefícios, da qual faz a distribuição de produtos de seguros para pessoas físicas e jurídicas de pequeno porte, médio porte, coletivo por adesão e grandes contas. Em nossa UN Wiz Parceiros, atuamos por meio de uma rede de mais de 2 mil parceiros de negócios espalhados por todo o Brasil, que totalizam mais de 30.000 pontos de venda em 25 estados brasileiros e no Distrito Federal. Na unidade Inter Seguros, a atuação se dá por meio do canal digital próprio do Banco Inter, com a oferta de mais de 22 produtos em seu canal, tendo como maior composição do portfólio, produtos de seguros, e contando também com produtos de consórcios. Já na unidade Polishop Seguros, atuamos com exclusividade, pelos canais de distribuição da rede varejista Polishop. Já na UN BRB Seguros, atuamos por meio dos canais do Banco BRB, que conta com uma rede de mais de 140 agência bancárias para distribuição de seus produtos, bem como em seus canais digitais. Na UN Promotiva, atuamos por meio de uma rede que conta com mais de 400 Cobans (Correspondentes Bancários) do Banco Brasil, atuando na distribuição de produtos de crédito para pessoas física, produtos de consórcios, seguros, dentre outros. Em nossa UN Omni1 Corretora, atuamos na distribuição de produtos de seguros, como seguros Prestamista e Garantia Mecânica, por meio dos canais de distribuição do Grupo Omni, uma das principais instituições financeiras do Brasil com foco em crédito automotivo. Já na Paraná Seguros, atuamos na distribuição de produtos de seguros, de forma exclusiva por meio da rede de distribuição do Paraná Banco.

¹ Considerado o total de prêmios diretos por companhias seguradoras, divulgado pela SUSEP, excluindo previdência, capitalização, consórcio e DPVAT, em dezembro de 2022.

Nossos Negócios

O ano de 2022 foi marcado por mudanças profundas no modelo de gestão da nossa Companhia, refletindo um caminho natural em busca das nossas principais diretrizes. Repensamos nossa estrutura interna e modelo de negócios a fim de nos preparar para expandir os resultados em nossas atuais linhas de negócios, bem como para suportar os desafios e oportunidades futuros com a diversificação das nossas linhas de atuação.

Essa reformulação do modelo de gestão teve como intuito: (i) oferecer maior autonomia aos canais com responsabilização direta dos resultados; (ii) enfatizar a necessidade de aumentar a eficiência operacional em todas as verticais de negócios; e (iii) permitir escalabilidade ao aportar novos canais e/ou negócios.

Ao longo dos últimos anos, já havíamos realizado uma grande reestruturação, a qual resultou na remodelação da nossa Companhia em uma visão por UN, que, posteriormente, foram agrupadas em quatro segmentos estratégicos, entre eles: Segmento Estratégico de Seguros, Segmento Estratégico de Crédito, Segmento Estratégico de Canais Indiretos e Segmento Estratégico de Serviços. A partir dessa divisão, alcançamos maior responsabilidade e maior foco na rentabilização das nossas UNs: Wiz Parceiros, Wiz Corporate, Wiz Concept, bem como as novas UNs Wiz Conseg, Bmg Corretora, BRB Seguros, Paraná Seguros, Polishop Seguros, Omni1 Corretora, Promotiva além das investidas Inter Seguros, GR1D, Ben Up e Wiz Varejo. Além disso, posicionamos as demais áreas da nossa Companhia em uma visão corporativa, estruturadas para dar suporte, promover e sustentar o crescimento das atuais e novas verticais de atuação.

Na condição de corretora de seguros completa, especializada em bancassurance e distribuidora de consórcios e crédito, executamos nosso modelo de negócios investindo em pessoas, tecnologia e método para potencializarmos os negócios de nossos clientes. Aplicando inteligência analítica, construímos uma estratégia de atuação direcionada a cada negócio, mobilizamos a força de vendas e acompanhamos os resultados para que estes sejam consistentes.

Nossos produtos

Nosso modelo de atuação se dá por meio de multicanalidade, flexibilidade, eficiência e foco no resultado. Comercializamos produtos de seguros e financeiros em diversos canais de atuação, possuindo estratégias de venda direcionadas a alavancar o desempenho dos produtos em cada canal.

Produtos de Bancassurance

Produtos comercializados no segmento de Seguros possuem maior aderência às transações realizadas no balcão, especialmente àquelas relacionadas à concessão de crédito, venda de veículos, abertura de conta, compra de utensílios domésticos, produtos eletrônicos, dentre outros, e que acontecem nos diversos canais de vendas que atuamos. Nessa categoria, a compra do seguro está, em geral, associada à oferta realizada no momento da concretização da transação. São produtos como: seguro Habitacional, Prestamista, Vida, Residencial, Multirrisco Empresarial, Auto e Garantia Estendida. Nesses casos, somos responsáveis pelo desenvolvimento da estratégia de vendas, de produtos, de gestão tática e operacional das vendas de seguros e, no caso dos canais presenciais, da promoção de vendas através de nossas equipes de vendas, que possuem, como principais atribuições: (i) acompanhamento diário de vendas e penetração de seguros nas transações; (ii) mobilização dos canais para a venda, buscando comprometer um maior número de funcionários com a venda de seguros, (iii) contribuir para fidelização e satisfação dos clientes por meio de acompanhamento e atendimento de pós-venda dos produtos da seguradora e (v) rentabilizar a carteira de clientes por meio da venda direta de seguros. Destacam-se os seguros Habitacional, Prestamista, Vida, Residencial e Multirrisco Empresarial.

Produtos Tradicionais

Os produtos tradicionais de seguros são aqueles em que o cliente possui intenção de compra anterior à sua relação com o canal de vendas. Para esses produtos, o cliente possui uma grande percepção de valor do seguro e costuma fazer a cotação com diversas seguradoras, com isto, o desenho do produto se torna parte relevante da estratégia comercial. A comercialização desses produtos exige um modelo de oferta mais complexo e precisa atender às diferentes necessidades dos clientes, tanto às coberturas quanto aos seus canais de atendimento. Para isso, nossa operação se baseia na multicanalidade e tecnologia, além da multi-oferta, relacionando leads de diferentes ambientes de negócios e modelos de propensão, para uma oferta precisa. Tradicionalmente, esses produtos possuem um seguro de ticket médio superior aos de bancassurance e margens técnicas mais baixas para a seguradora. Nessa categoria, destacamos o seguro Auto.

Produtos de Riscos Especiais

Os produtos de Riscos Especiais, direcionados ao canal B2B na nossa subsidiária Wiz Corporate, são seguros de riscos especiais e demandam um processo de vendas consultivo, pois dependem de especificações atuariais a respeito dos riscos de subscrição a serem aceitos pela seguradora. Para esses produtos, a relação com o cliente final – pessoas jurídicas (B2B) – demanda uma força de vendas especializada, em decorrência do processo de vendas mais complexo, gerando, por consequência, um comissionamento superior ao praticado nos produtos de Bancassurance. As vendas destes produtos são originadas tanto fora do ambiente bancário, quanto através de indicações feitas nas agências e superintendências dos bancos. Nessa categoria, comercializamos produtos de diversas seguradoras, dada a especificidade do nicho de produtos de Grandes Riscos, sendo os principais produtos comercializados: (i) garantias diversas; (ii) seguro rural; (iii) responsabilidade civil e (iv) patrimoniais.

Produtos de Crédito

Os principais produtos comercializados nesse segmento, são (i) crédito com garantia imobiliária na modalidade "Home Equity" – o produto Wimo, (ii) modalidades de crédito para pessoa física, como crédito salário, crédito consignado, renovação de empréstimos, dentre outros, e (iii) outras modalidades de crédito, através da "WizCred" e Promotiva.

O processo de vendas do produto Wimo e outras modalidades de crédito através da "WizCred" ocorre na estrutura da Wiz Parceiros por meio de uma rede de parceiros comerciais, fora do ambiente bancário e presentes em todas as regiões do país, com acesso aos clientes finais consumidores de produtos de crédito. Já a venda dos produtos na Promotiva, que são os de maior relevância a unidade, ocorrem por meio dos chamados "Cobans" (Correspondentes Bancários), que é uma entidade legal contratada por instituições financeiras, neste caso o Banco do Brasil, para agir em favor dela na comercialização de seus produtos. Maiores informações sobre nossos parceiros e o escopo de atuação da Wiz Parceiros e da Promotiva em relação aos seus produtos de crédito, podem ser encontradas no item "Visão Geral" acima.

Produtos de Acumulação.

Os produtos que compõem tal segmento são ofertados pela Wiz Parceiros através do mesmo processo (da unidade) de oferta para produtos de crédito, e pela Promotiva, também através do mesmo processo (da unidade) de produtos de crédito, ou seja, por meio de seus Cobans (Correspondentes Bancários), e é composto majoritariamente por produtos bancários de acumulação, diferentemente dos segmentos de bancassurance e produtos tradicionais que possuem exclusivamente produtos de seguros. Este segmento representa uma parcela menor de nosso resultado, na medida em que estes produtos possuem uma competição natural com outros produtos ofertados pelos bancos, tais como: (i) Previdência – compete com captação de fundos e títulos de renda fixa; (ii) Capitalização – compete com captação de poupança; e (iii) Consórcio – compete com o financiamento Auto e Habitacional.

Os principais produtos comercializados são (i) consórcios, principalmente nas modalidades Automóvel e Imobiliário, (ii) seguros desenvolvidos a fim de garantir proteção aos clientes quanto aos riscos originados e inerentes às transações do produto de consórcio, tais como seguro prestamista e seguro quebra de garantia; (iii) Previdência e (iv) Capitalização.

Serviços

As soluções desenvolvidas pela nossa Companhia para a cadeia de valor do mercado segurador e de crédito ocorrem por meio da estrutura de nossa subsidiária Wiz Concept, nossa empresa especializada em prestação de serviços de pré e pós-venda para produtos de seguridade e financeiros, bem como no desenvolvimento de soluções de venda, Gestão de Documentos e Terceirização de Mão-de-Obra. Os principais serviços prestados em pós-venda são as atividades de Atendimento e Regulação de Sinistros para produtos de seguros, além de atividades de Cobrança, Retenção, Análise Técnica, Contemplação, Vistorias, Venda Remota de Seguros e Resgate de produtos financeiros.

Nossa receita bruta de prestação de serviços por produto por UN

A tabela abaixo apresenta a conciliação entre a Receita Líquida por Segmento, conforme definido nas Demonstrações Financeiras, e a Receita Bruta de Prestação de Serviços por Unidade de Negócios no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022:

Conciliação Receita Líquida por segmento e Receita Bruta da Prestação de Serviços	Exercícios encerrados em 31 de dezembro de		▼ ▲ %
	2022	2021	2022x2021
	(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)		
Receita Líquida do Segmento Wiz	224.579	395.868	-43,3%
(+) Imposto sobre faturamento	28.807	50.493	-42,9%
(+) Ajustes de Consolidação	(2.040)	(1.576)	-
Receita Bruta de Prestação de Serviços: Operação Rede Caixa	251.346	444.785	-43,5%
Receita Líquida do Segmento Wiz Corporate, Wiz Partners e Wiz Benefícios	58.055	45.643	27,2%
(+) Imposto sobre faturamento	6.840	5.150	32,8%
(+) Ajustes de Consolidação	4.194	3.760	-
Receita Bruta de Prestação de Serviços: Wiz Corporate e Wiz Partners e Wiz Benefícios	69.089	54.533	26,7%
Receita Líquida dos Segmentos Wiz Parceiros e WP1	62.594	66.439	-5,8%
(+) Imposto sobre faturamento	4.438	4.078	8,8%
(+) Ajustes de Consolidação	1.343	1.347	-
Receita Bruta de Prestação de Serviços: Wiz Parceiros, WP1 e WP2	68.375	71.864	-4,9%
Receita Líquida do Segmento Wiz Concept e Gclaims	105.246	103.344	1,8%
(+) Imposto sobre faturamento	13.335	12.405	7,5%
(+) Ajustes de Consolidação	(8.638)	(13.705)	-
Receita Bruta de Prestação de Serviços: Wiz Concept e Gclaims	109.944	102.044	7,7%
Receita Líquida do Segmento Wiz Conseg e WC1	13.896	9.413	47,6%
(+) Imposto sobre faturamento	1.771	1.235	43,4%
(+) Ajustes de Consolidação	5	(16)	-
Receita Bruta de Prestação de Serviços: Wiz Conseg e WC1	15.672	10.632	47,4%
Receita Líquida do Segmento Bmg Corretora	272.053	206.242	31,9%
(+) Imposto sobre faturamento	17.441	11.925	46,3%
(+) Ajustes de Consolidação	(946)	-	-
Receita Bruta de Prestação de Serviços: Bmg Corretora	288.548	218.167	32,3%
Receita Líquida do Segmento BRB Seguros	194.817	-	-
(+) Imposto sobre faturamento	11.809	-	-
(+) Ajustes de Consolidação	28	-	-
Receita Bruta de Prestação de Serviços: BRB Seguros	206.655	-	-
Receita Líquida do Segmento Promotiva	12.238	-	-

(+) Imposto sobre faturamento	378	-	-
(+) Ajustes de Consolidação	28	-	-
Receita Bruta de Prestação de Serviços: Promotiva	12.645	-	-
Receita Líquida do Segmento Omni1 Corretora	4.687	-	-
(+) Imposto sobre faturamento	-	-	-
(+) Ajustes de Consolidação	281	-	-
Receita Bruta de Prestação de Serviços: Omni1 Corretora	4.968	-	-
Receita Líquida do Segmento Polishop Seguros	5.735	-	-
(+) Imposto sobre faturamento	165	-	-
(+) Ajustes de Consolidação	727	-	-
Receita Bruta de Prestação de Serviços: Polishop Seguros	6.628	-	-
Receita Líquida dos Segmentos	953.900	826.949	15,4%
(+) Ajustes de Consolidação	(5.017)	(10.190)	-50,8%
Receita Líquida da Prestação de Serviços Consolidado	948.884	816.759	16,2%
(+) Impostos sobre receita e deduções	84.984	85.287	-0,4%
Receita Bruta da Prestação de Serviços Consolidado	1.033.868	902.046	14,6%

A tabela abaixo apresenta uma segregação da nossa receita bruta de prestação de serviços por Unidade de Negócios e produtos que comercializamos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022:

Receita Bruta de Prestação de Serviços por Produto e Unidade de Negócios	Exercícios encerrados em 31 de dezembro de		▼▲%
	2022	2021	2022x2021
	(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)		
Receita Bruta de Prestação de Serviços: Operação Rede Caixa	251.346	444.785	-43,5%
Vida	143.086	167.112	-14,4%
Prestamista	(21.389)	94.573	-
Habitacional	96.522	97.666	-1,2%
Outros	33.127	85.434	-61,2%
Receita Bruta de Prestação de Serviços: Bmg Corretora	288.548	218.167	32,3%
Prestamista	132.483	119.511	10,9%
Outros	156.064	98.656	58,2%
Receita Bruta de Prestação de Serviços: Wiz Concept e GClaims	109.944	102.044	7,7%

Serviços de Backoffice	77.838	69.430	12,1%
Outros	32.105	32.614	-16%
Receita Bruta de Prestação de Serviços: Wiz Parceiros, WP1 e WP2	68.375	71.864	-4,9%
Indicação	44.241	46.330	-4,5%
Outros	24.134	25.534	-5,5%
Receita Bruta de Prestação de Serviços: Wiz Corporate, Wiz Partners e Wiz Benefícios	69.089	54.553	26,6%
Garantia	30.097	30.676	-1,9%
Outros	38.992	23.937	62,9%
Receita Bruta de Prestação de Serviços: Wiz Conseg e WC1	15.672	10.632	47,4%
Auto	7.987	4.953	61,3%
Outros	7.685	5.679	35,3%
Receita Bruta de Prestação de Serviços: BRB Seguros	206.655	-	-
Prestamista	144.605	-	-
Outros	62.050	-	-
Receita Bruta de Prestação de Serviços: Omni	4.968	-	-
Assistência	2.867	-	-
Outros	2.101	-	-
Receita Bruta de Prestação de Serviços: Promotiva	12.645	-	-
Crédito	10.663	-	-
Outros	1.982	-	-
Receita Bruta de Prestação de Serviços: Demais Segmentos	6.628	-	-
Receita Operacional Bruta	1.033.868	902.046	14,6%
(-) Impostos sobre receita e deduções	(84.984)	(85.287)	-0,4%
Receita Líquida da Prestação de Serviços	948.884	816.759	16,2%

Nossa Estratégia

Buscamos criar valor para nossos acionistas por meio da implementação das seguintes iniciativas:

Diversificar nossa atuação em diferentes ambientes de negócios, potencializando canais de distribuição de produtos financeiros e de seguros

Atuamos na distribuição de seguros e produtos financeiros, por meio de nossas diversas unidades de negócios. Nosso modelo de gestão e governança é estruturado de forma a permitir accountability, autonomia e escalabilidade de nossas operações. Como forma de viabilizar essa expansão para novas unidades, mantemos um núcleo corporativo de suporte e criamos uma estrutura interna focada na prospecção e análise de novas unidades e negócios, que sejam alinhados com nossa estratégia de atuação e perfil corporativo. Dessa forma, nos posicionamos para potencializar os resultados dos canais de distribuição em que atuamos e expandir a atuação para outros canais que permitam a ampliação da nossa atuação na distribuição de produtos financeiros e de seguros. Acreditamos que, assim, continuaremos uma expansão sustentável da nossa Companhia, diversificando nossa atuação em diversos ambientes de negócios e gerando valor para nossos acionistas.

Nossa estratégia de crescimento inorgânico envolve identificar oportunidades de rentabilização em novos balcões de venda. Focamos em balcões que fomentam negócios em seu core business que tenham fit para rentabilização por meio da comercialização de produtos financeiros e de seguros. Em nossas transações de fusões e aquisições (M&A), aportamos nossa expertise e know how no setor de atuação e buscamos desenvolver um formato de transação que garanta alinhamento entre as partes envolvidas. Por isso, em nossas negociações priorizamos realizar parte do pagamento do valor do negócio na data de fechamento da transação (pagamento upfront) e parte do valor em parcelas de earn-out atreladas a métricas definidas na negociação, que usualmente são relacionadas a resultados operacionais do negócio, garantindo comprometimento das partes na alavancagem do negócio. Nesse sentido, desenvolvemos a transação em 3 principais etapas: avaliação das principais avenidas de crescimento do potencial parceiro, desenvolvimento de um business plan em conjunto com o parceiro e definição de metas para o negócio, que orientam as métricas de pagamento das parcelas de earn-out.

Aumentar a penetração de produtos de seguros na base de clientes a que temos acesso em nossas operações do Segmento Estratégico de Seguros

Acreditamos que a estratégia comercial de oferta qualificada utilizada nas operações do segmento estratégico de Seguros (Inter Seguros, Bmg Corretora, Wiz Conseg, BRB Seguros, Paraná Seguros, Polishop Seguros, Wiz Corporate e Omni1 Corretora), que tem como princípio ofertar o melhor produto de seguro, no momento em que são geradas as principais transações de crédito originadas nos canais em que atuamos, representa o melhor caminho para aumentarmos a penetração dos produtos de seguros na base de clientes dos canais. Este nosso entendimento está baseado nos resultados positivos que tivemos historicamente na implementação de programas junto às operações de bancassurance que exploramos historicamente.

Assim, esperamos continuar a possuir bons fundamentos que nos permitam crescer acima da média do mercado, uma vez que nossa penetração na base de clientes dos canais em que atuamos ainda possui espaço para crescimento. Valendo-nos dos canais de vendas das operações em que atuamos no segmento Core Business, seja por meio de agências bancárias, concessionárias, lojas de crédito, correspondentes bancários e plataformas bancárias digitais, quanto por meio de nossos canais remotos.

Nos canais em que atuamos objetivamos crescer ao incrementar a eficiência comercial na venda de produtos de seguros com os investimentos que fazemos, quando aplicável à realidade do canal, na implantação do nosso Customer Relationship Management/Gestão de Relacionamento com o Cliente (“CRM”) de vendas, bem como de programas de gestão e incentivo da força de vendas.

Aproveitar as oportunidades de cross-selling dos produtos de seguros nos diferentes canais de distribuição em que atuamos por meio da Unidade Wiz Concept

Identificamos que os produtos que comercializamos apresentam oportunidades significativas de cross-selling na nossa base de clientes. Por exemplo, identificamos que clientes que possuem seguro Auto são potenciais adquirentes de seguros Patrimoniais. Da mesma forma, no relacionamento com pessoas jurídicas, identificamos que nossos clientes de seguro Saúde são potenciais adquirentes de seguros de Vida corporativos e Multirrisco Empresarial, assim como clientes do seguro Habitacional são frequentes adquirentes de seguro Residencial. Pretendemos, portanto, continuar a aumentar os níveis de comercialização de produtos de seguro dentro da nossa carteira de clientes, utilizando estratégias suportadas (i) por modelos estatísticos de propensão a compras; (ii) pela automatização da oferta em conjunto de produtos complementares no ato da venda; (iii) pela segmentação de clientes, visando iniciativas de marketing direto e rentabilização da carteira de clientes. Acreditamos que essa estratégia reforça a sustentabilidade do nosso modelo de receitas, uma vez que (i) é possível continuar a penetrar a venda de produtos de seguros dentro da carteira de clientes adquirida; e (ii) clientes que possuem mais de um produto de seguros permanecem por mais tempo na nossa carteira de clientes.

Expandir a carteira de clientes da Wiz Concept e evoluir os níveis de qualidade de suas atividades, permanecendo como uma das maiores operações de Concept para seguros e produtos financeiros do país

Buscamos nos consolidar cada vez mais como uma das maiores empresas de Concept, fornecendo atendimento especializado e soluções full Concept para toda a cadeia dos mercados de seguros e crédito. Temos foco no atendimento ao cliente, possuindo eficiência operacional por meio da automação de rotinas e melhoria na qualidade do processo, buscando potencializar os resultados de nossos clientes. Nossa atuação está baseada no uso de tecnologia, método e gente para atendimento dos níveis de serviço em todas as nossas operações, com foco em crescimento contínuo da carteira de clientes da Wiz Concept.

Ainda, por meio da Wiz Concept, fortalecemos e geramos vantagem competitiva ao conglomerado Wiz, ao termos uma unidade que atua no desenvolvimento de soluções tecnológica complementares, serviços e atendimento a todas as operações do grupo, permitindo foco e ganhos de escala em nossas operações.

Buscamos aumentar nossa participação no mercado de Consórcios e Crédito do Brasil

Por meio da nossa rede de parceiros comerciais, atuamos, no ano de 2022, em mais de 30.000 pontos de venda na comercialização de Consórcios Auto e Imobiliário da Caixa Consórcios, uma operação que representa, em volume de cartas de consórcios vendidas, 2,5% do mercado de consórcios brasileiro. Procuramos aumentar nossa participação no setor de consórcios por meio dos seguintes pilares: (i) expansão na quantidade de parceiros comerciais – temos hoje uma estrutura focada em prospectar novos parceiros varejistas e (ii) expansão do portfólio de produtos de consórcios, incorporando à matriz da Unidade produtos de consórcios de outras administradoras, bem como de diversos segmentos além do segmento Auto e Imobiliário. Ainda, ao final de 2022, ingressamos ativamente na distribuição de produtos de crédito por meio da subsidiária Promotiva. Procuramos aumentar nossa participação no setor de crédito por meio dos seguintes pilares: (i) expansão de Cobans vinculados à rede da Promotiva e (ii) expansão do portfólio de produtos de crédito, incorporando à matriz da Unidade produtos que atualmente não fazem parte do portfólio.

Buscamos aumentar nossa participação no mercado de seguros para o setor automobilístico brasileiro

Por meio da nossa Unidade Wiz Conseg, no ano de 2022, expandimos a nossa operação de venda de seguros por meio do canal de concessionárias. Essa expansão se deu em virtude da aquisição de participação na Trombini Corretora de Seguros Ltda. - detentora de exclusividade por 10 anos para a comercialização de produtos de seguridades na 11 (onze) concessionárias de veículos das marcas Jeep, Citroën, Peugeot e Hyundai pertencentes ao Grupo Le Lac -, bem como pela aquisição de participação na Primavia Corretora de Seguros Ltda. - detentora de exclusividade por 10 anos para a comercialização de produtos de seguridades na 28 (vinte e oito) concessionárias de veículos das marcas Fiat, Jeep, Renault, Nissan, RAM, Chrysler, Dodge, Citroën, Peugeot e Ventura Marine pertencentes ao Grupo Primavia. Procuramos continuar a nossa expansão nesse setor por meio dos seguintes pilares: (i) expansão na quantidade de pontos de venda, consolidando um extenso canal de vendas de seguros em diversas redes de concessionárias do país e demais redes comerciais relacionadas ao segmento automotivo, (ii) estruturação de uma operação remota especialista em rentabilização de carteira de clientes, por meio de estratégias de win-back, renovação e cross-sell e (iii) expansão do portfólio de produtos ofertados aos clientes do canal, de forma alinhada à operação core dos nossos parceiros e das instituições financeiras que operam no pilar "Finance" nesse segmento.

Aproveitar oportunidades no segmento de seguros para Pessoa Jurídica, atuando por meio de força de vendas de trusted advisors

Buscamos atuar no segmento de seguros e benefícios para Pessoa Jurídica no conceito trusted advisor, entregando aos nossos clientes um portfólio completo de seguros e benefícios com as maiores seguradoras e operadoras do país, de forma alinhada aos riscos e necessidades específicas às operações de nossos clientes. Exploramos oportunidades no mar aberto, por meio de estratégia própria de go to market, bem como atuamos para complementar a oferta de valor nos balcões do core business da Wiz, ofertando soluções para pessoas jurídicas e promovendo a rentabilização desses canais.

Marcamos a entrada da Wiz Co no mercado varejista brasileiro por meio de uma de suas maiores e mais conhecidas redes.

Por meio da nova Unidade Polishop Seguros, constituída no ano de 2022, expandimos a nossa atuação no segmento estratégico de Seguros por meio do canal da rede varejista Polishop. Essa parceria, da qual a Wiz detém 50,0% do capital social da nova unidade, se deu mediante a contrato de exclusividade para explorarmos as operações de bancassurance nos canais do grupo Polishop por 10 (dez) anos e com exclusividade nessa exploração dos canais.

A nossa Companhia e Ecossistema Caixa Econômica Federal

Condições de Atuação da Wiz como Corretora Exclusiva da Caixa Seguridade, até fevereiro de 2021

Em 29 de agosto de 2018, nossos acionistas aprovaram os termos de uma operação celebrada entre a nossa Companhia, a Caixa Seguridade, a CNP e a CSH, com o objetivo de estabelecer os termos e condições de atuação da nossa Companhia tanto no balcão da CAIXA, quanto fora dele ("Transação"). Nos termos da Transação, a Wiz garantiu, até 14 de fevereiro

de 2021, sua atuação como corretora exclusiva para a distribuição de produtos de seguros, consórcios e previdência privada na Rede de Distribuição da CAIXA ("Balcão da CAIXA"). Durante o prazo da Transação, a Wiz manteve os percentuais de comissionamento vigentes à época, exceto quanto à ativação do produto Habitacional no canal Correspondentes Caixa Aqui - CCA, o qual foi descontinuado em 31 de dezembro de 2018.

Em 23 de dezembro de 2020, a Caixa Seguridade lançou um processo competitivo para seleção de co-corretora(s) para atuação em linhas de negócios em parceria com a corretora própria da Caixa Seguridade a partir de 15 de fevereiro de 2021, com vigência de 10 anos. Submetemos ofertas preliminares à Caixa Seguridade e, em 12 de fevereiro de 2021, foi informada que não se sagrou vencedora no referido processo competitivo. Em 2 de fevereiro de 2021, a Wiz anunciou a celebração de um termo aditivo ao Acordo Operacional, que disciplina a transição das atividades atualmente desempenhadas pela nossa Companhia à corretora própria da Caixa Seguridade e à(s) co-corretora(s) de seguros vencedoras do processo competitivo, além das regras de comissionamento definidas para o período. O período de transição iniciou em 15 de fevereiro de 2021 e tem duração de seis meses. Sendo assim, com o fim do período de transição em 14 de agosto de 2021, a Rede Caixa passa a receber apenas o estoque de receita, ou seja, as vendas realizadas pela nossa Companhia nos períodos anteriores ao dia 15 de fevereiro de 2021.

Acordo de Compromisso celebrado entre Wiz e CSH

Por meio deste Acordo de Compromisso, celebrado em 29 de agosto de 2018, a CSH expressamente se comprometeu em fazer com que suas subsidiárias Caixa Seguradora S.A. e Caixa Vida e Previdência S.A. concomitantemente celebrassem com a nossa Companhia um Contrato de Prestação de Serviços de Suporte de Pós-Vendas (Backoffice) para regular nossa atuação na prestação dos referidos serviços pelo período de 10 (dez) anos.

Adicionalmente, no caso de concretização da parceria entre CNP e Caixa Seguridade, a CSH se comprometeu, por si e pelos membros de nosso Conselho de Administração por ela indicados, a exercer os direitos de voto a fim de permitir que a nossa Companhia, incluindo subsidiárias, preste serviços de corretagem ou de soluções financeiras a outras seguradoras e empresas no balcão da CAIXA, exceto quanto ao produto Consórcio e quanto à Plataforma Zim (iniciativa digital de venda de seguros, atualmente descontinuada pela nossa Companhia). Como contrapartida pela não liberação da exclusividade no tocante ao produto Consórcio, o contrato de prestação de serviços que regula a atuação da nossa Companhia nesse sentido, firmado em 01 de setembro de 2017, foi aditado em 8 de novembro de 2018, para estender sua vigência até 31 de dezembro de 2027. Em 02 de fevereiro de 2021, foi celebrado novo aditivo, o qual disciplinava a transição das atividades então desempenhadas pela Wiz à corretora própria da Caixa Seguridade e à(s) co-corretora(s) de seguros que eventualmente sagrarem-se vencedoras do processo competitivo. Nos termos do referido aditivo, *inter alia*, foi revogada a cláusula de exclusividade supramencionada.

Em razão do acordo para liberar a nossa Companhia dos compromissos de exclusividade com a CSH, poderemos participar dos futuros Bids para atuarmos, no balcão da CAIXA, como corretora ou co-corretora para outras seguradoras parceiras da Caixa Seguridade nas futuras parcerias.

Nossa atuação como corretora de seguros da CSH e suas subsidiárias permanece regulada pelo Convênio de Parceria Operacional ("Convênio"), celebrado em 16 de janeiro de 2015, entre nós, a CSH e todas as suas subsidiárias operacionais. As regras de atuação e comissionamento previstas no Convênio permanecem inalteradas, exceto quanto à comissão relacionada ao projeto de ativação do produto Habitacional no CCA, o qual foi descontinuado em 31 de dezembro de 2018, conforme acordado entre as Partes do Convênio. Adicionalmente, o Convênio será oportunamente aditado para alterar as disposições que tratam sobre os direitos de exclusividade da CSH, com o propósito de autorizar a nossa Companhia e suas subsidiárias a prestarem serviços de corretagem dentro do balcão da CAIXA a outras seguradoras.

Contrato de Prestação de Serviços de Backoffice entre Wiz, CSH, Caixa Seguradora S.A. e Caixa Vida e Previdência S.A.

Nossa Companhia foi contratada para prestar com exclusividade, diretamente, por suas subsidiárias ou por subcontratados, serviços de suporte operacional (backoffice) dos produtos de Previdência, Vida, Prestamista e Habitacional, comercializados no balcão da CAIXA, bem como em outras redes e canais nos quais a CSH e suas subsidiárias operem.

O Contrato de Prestação de Serviços de Backoffice foi celebrado em 29 de agosto de 2018, com vigência de 10 (dez) anos, com a possibilidade de renovação mediante a assinatura de termos aditivos entre as partes, considerada a premissa negocial de manterem entre elas um relacionamento de longo prazo. Entretanto, foi estabelecida como condição suspensiva ao contrato a não concretização da pretendida parceria CNP e Caixa Seguridade, a qual, por consequência, reduzirá para 2

(dois) anos o prazo de vigência do Contrato de Prestação de Serviços de Backoffice, podendo ser renovado mediante termo aditivo assinado pelas partes.

Também ficou estabelecido que quando, e se, a parceria CNP e Caixa Seguridade se tornar operacional e toda a carteira de seguros de Vida e Previdência for transferida para o escopo de atuação da nova sociedade, o Contrato de Prestação de Serviços de Backoffice será, por consequência, aditado para excluir os referidos produtos de seu objeto. Dadas as veiculações públicas pela Caixa Seguridade S.A., por meio dos Fatos Relevantes divulgados em 19 de setembro de 2019, 22 de março de 2019 e 29 de agosto de 2018, de que as condições precedentes foram devidamente cumpridas, os contratos que ora regem a atuação da Wiz Concept foram aditados para atender o negociado entre as partes em agosto de 2018. Ainda, ficou estabelecido também que em eventual possibilidade da CNP vencer o Bid para atuar na comercialização do seguro Habitacional, o Contrato de Prestação de Serviços de Backoffice deveria ser aditado para excluir os referidos produtos de seu objeto quando toda a carteira de seguros habitacionais for transferida para o escopo de atuação da nova parceria. Conforme Fato Relevante publicado pela Caixa Seguridade S.A. em 6 de janeiro de 2020, a CNP Assurances não foi vencedora do Bid para atuar na comercialização do seguro Habitacional, logo os termos do contrato que regem essa operação não foram aditados.

Consideradas as hipóteses acima, caso o Contrato de Prestação de Serviços de Backoffice seja aditado para a exclusão dos produtos de Vida, Previdência e/ou Habitacional, o escopo do contrato também deverá ser ajustado para incluir novos serviços a serem prestados pela nossa Companhia de modo a restaurar o volume de serviços inicialmente contratados.

Não será considerada violação à exclusividade concedida à nossa Companhia caso a CSH, a Caixa Seguradora ou a Caixa Vida e Previdência decidam, por quaisquer motivos, internalizar ou propriamente executar os serviços objeto do Contrato de Prestação de Serviços de Backoffice. Entretanto, eventuais reduções no escopo do objeto inicialmente contratado deverão sempre objetivar a manutenção do contrato na tentativa de manter, na medida do possível, a remuneração global paga à Wiz, considerada a premissa de relacionamento de longo prazo entre as Partes.

O Contrato de Prestação de Serviços de Backoffice poderá ser rescindido de comum acordo entre as Partes, desde que a CSH, Caixa Seguradora e Caixa Vida e Previdência, notifique a Wiz para que, em até 10 (dez) dias, contados do recebimento da notificação, apresente o Plano de Transição, o qual compreende a descrição dos critérios e procedimentos a serem seguidos para efetivar a descontinuidade da prestação dos serviços em até 90 (noventa) dias, contados também do recebimento da notificação do interesse em rescindir. Ficará, portanto, efetivamente rescindido o contrato nas seguintes hipóteses:

- (i) Finalização do Plano de Transição;
- (ii) Notificação quanto ao descumprimento de qualquer disposição do Plano de Transição, que poderá acarretar a rescisão unilateral do contrato, após envio de nova notificação nesse sentido;

Também poderá ser rescindido, pela CSH, Caixa Seguradora e Caixa Vida e Previdência, imediatamente, nas seguintes hipóteses:

- (i) Qualquer alteração societária que resulte em mudança no controle de nossa Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, ou caso ocorra modificação da finalidade ou da estrutura da Wiz que prejudique a execução do Contrato de Prestação de Serviços de Backoffice;
- (ii) Utilização indevida, pela Wiz, em benefício próprio ou de terceiros, de informações privilegiadas ainda não divulgadas ao público e que venha a ter acesso por força das suas atribuições contratuais;
- (iii) Por quaisquer descumprimentos da Lei Anticorrupção, pela Wiz, podendo a CSH, Caixa Seguradora, Caixa Vida e Previdência requerer o ressarcimento por todo e qualquer dano suportado em razão da violação;

Adicionalmente, também poderá ser rescindido o contrato caso ocorra pedido de recuperação judicial ou decretação de falência por uma das partes ou pela ocorrência de incidentes que configurem caso fortuito ou de força maior. Nesta última hipótese, a Parte impossibilitada de cumprir com suas obrigações deverá comunicar às demais, imediatamente, acerca da extensão do problema e prazo estimado para sua solução, competindo às outras partes a decisão de conveniência ou não pela continuidade do contrato.

Poderá, ainda, ser rescindido pela CSH, Caixa Seguradora e Caixa Vida e Previdência caso a Wiz, ou mesmo um terceiro prestador de serviços por ela contratado, após 60 (sessenta) dias, contados do recebimento de notificação, incorra no descumprimento das denominadas Obrigações Materiais, as quais incluem, mas sem limitação, a) dever de confidencialidade, proteção a direitos e propriedades da CSH, Caixa Seguradora e Caixa Vida e Previdência; b) conformidade com a lei de combate à corrupção e prevenção à lavagem de dinheiro; c) obrigações que, quando violadas, possam gerar danos materiais à CSH, Caixa Seguradora e Caixa Vida e Previdência, incluindo danos de imagem; d) obrigações que, quando violadas, possam impedir a CSH, Caixa Seguradora e Caixa Vida e Previdência de continuar suas respectivas atividades no seu curso normal de negócios ou de manter a continuidade do contrato em termos e condições substancialmente similares ao inicialmente pactuado; e) não apresentação, pela Wiz, do Plano de Transição, conforme detalhado anteriormente. Serão consideradas violações a uma Obrigação Material a contínua, repetitiva ou severos descumprimentos dos prazos estabelecidos oportunamente pelas Partes em SLA e SLO. De maneira a evitar a rescisão do contrato, visando manter o relacionamento de longo prazo acordado entre as Partes, poderá ser estabelecido um prazo para que a Wiz corrija os problemas apontados.

Em até 90 (noventa) dias que precedam o final do prazo de vigência do Contrato de Prestação de Serviços de Backoffice, cada uma das Partes deverá notificar a outra sobre sua intenção de renovar o prazo, sob pena de ser considerado o instrumento rescindido de pleno direito e dar início ao prazo do Plano de Transição.

Acordo de Compromisso celebrado entre Wiz e CNP

O Acordo de Compromisso foi celebrado em 29 de agosto de 2018 entre a CNP e a Wiz vislumbrando a possibilidade da concretização da parceria CNP e Caixa Seguradora para a distribuição, promoção, oferta e comercialização dos produtos de seguros e de Previdência, motivo pelo qual a CNP se comprometeu a fazer com que a nova seguradora celebre com a Wiz um contrato para a prestação de serviços de backoffice substancialmente similar ao Contrato de Prestação de Serviços de Backoffice celebrado entre CSH, Caixa Seguradora, Caixa Vida e Previdência, cuja vigência será equivalente ao prazo remanescente para atingir os 10 (dez) anos originalmente acordados para no Contrato de Prestação de Serviços de Backoffice.

O mesmo entendimento vale para a eventualidade de estruturação de parceria para distribuir, promover, ofertar e comercializar produtos habitacionais. Caberá, portanto, à CNP exercer seus direitos de voto como acionista direta ou indireta da nova sociedade para aprovar a celebração de novo contrato de prestação de serviços de backoffice, com a Wiz, para produtos de seguros habitacionais, com termos substancialmente similares ao Contrato de Serviços de Backoffice celebrado com a CSH, Caixa Seguradora e Caixa Vida e Previdência, cuja vigência será equivalente ao prazo remanescente para atingir os 10 (dez) anos originalmente acordados para no Contrato de Prestação de Serviços de Backoffice.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

Nossa administração definiu os segmentos operacionais com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas revisados pela Diretoria Executiva. A diretoria efetua análise do negócio baseada na segmentação das unidades de negócio, as quais oferecem serviços distintos a um público-alvo específico, são elas: (i) Wiz; (ii) Wiz Benefícios; (iii) Wiz Corporate; (iv) Wiz Parceiros; (v) Wiz Concept; (vi) Wiz Conseg; (vii) Bmg Corretora; (viii) BRB Seguros; (ix) Promotiva - Open X; (x) Polishop Seguros; (xi) Paraná Seguros; e (xii) Omni1 Corretora.

Nossos Segmentos Estratégicos e Unidades de Negócios

Segmento Estratégico de Seguros

As UNs do segmento estratégico de Seguros, atuam em balcões presenciais ou digitais proprietários de parceiros comerciais e utilizam de diversas estratégias para rentabilizar a operação do parceiro por meio da oferta de seguros e produtos de crédito aos clientes, desde que esses produtos não sejam o core da operação do balcão em questão. As UN que fazem parte desse segmento estratégico são: Wiz Conseg, Bmg Corretora, Inter Seguros, BRB Seguros, Paraná Seguros, Polishop Seguros, Wiz Corporate e Omni1 Corretora.

Wiz Conseg

A Wiz Conseg tem como foco a distribuição de seguros e produtos financeiros no segmento Auto, fora do ambiente bancário. A unidade tem como propósito ser a maior e melhor empresa de distribuição de produtos de seguros e financeiros no segmento, contando com modelo de atuação presencial, remoto e digital, sendo capaz de atuar em qualquer balcão do segmento automotivo no Brasil. Nessa UN, possuímos acesso, enquanto corretora exclusiva, a uma rede composta por mais de 200 concessionárias de veículos presentes nas regiões sul, sudeste, nordeste e centro-oeste do país. Atuamos comercializando produtos de mais de 15 seguradoras nessa Unidade.

Em agosto de 2022, a Wiz Conseg adquiriu 50,1% da Primavia Corretora de Seguros Ltda., corretora que detém a exclusividade para comercialização de produtos de seguridade nas concessionárias do Grupo Primavia por 10 (dez) anos. O Grupo Primavia, que atua há 27 (vinte e sete) anos no mercado, é composto por 28 (vinte e oito) concessionárias de veículos das marcas Fiat, Jeep, Renault, Nissan, RAM, Chrysler, Dodge, Citroën, Peugeot e Ventura Marine, distribuídas em 11 (onze) cidades nos Estados de Minas Gerais, Goiás, Bahia, Tocantins e no Distrito Federal. Ainda, em outubro de 2022, a Wiz Conseg adquiriu 50,1% das quotas da Trombini Corretora de Seguros Ltda., que detém a exclusividade, por 10 (dez) anos, para a comercialização de produtos de seguridade nas 11 (onze) concessionárias de veículos das marcas Jeep, Citroën, Peugeot e Hyundai pertencentes ao Grupo Le Lac, no Estado do Paraná. Por fim, em janeiro de 2023, a Wiz Conseg constituiu a Barigui Conseg, a qual deterá até 2035 os direitos exclusivos de comercialização de produtos de seguridade na rede de distribuição constituída pelas unidades de concessionárias automotivas.

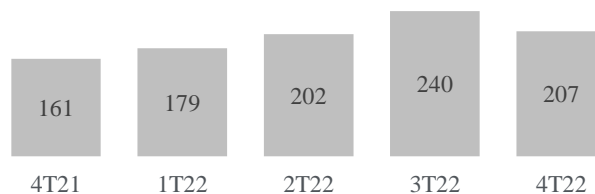
Bmg Corretora

A UN Bmg Corretora atua na comercialização de produtos de seguridade, incluindo seguros, consórcios, capitalização e previdência privada, por meio dos canais de distribuição do Banco BMG, com uma rede de distribuição composta por mais de 800 lojas físicas – lojas help! - e 2 mil correspondentes bancários ativos. Atuamos comercializando produtos da seguradora Generali nessa Unidade.

A Bmg Corretora estrutura sua atuação por meio de um modelo físico e digital, de forma alinhada aos canais de vendas do banco. Na atuação presencial, a UN opera em um modelo de negócios B2B2C (Business to Business to Consumer), realizando a distribuição de produtos por meio da força de vendas da rede de distribuição do banco, atuando com foco no desenvolvimento de estratégia de vendas, tecnologia, produtos e programa de incentivo de vendas à rede comercial.

Com o início da parceria entre Wiz e Banco BMG em novembro de 2020, a Bmg Corretora passou pelo PPM – Post Merger Management (método Wiz de avaliação e estruturação de novos negócios para fase pós aquisição), para construção do Plano de Integração e redefinição estratégica da Unidade. Os principais resultados foram a definição das alavancas de negócio e metas para o próximo ciclo estratégico da Unidade e redefinição da estrutura operacional e de governança. Em 2022, a Unidade atuou em seus processos internos e revisões em sua estratégia comercial, bem como para aumentar a abrangência do canal de atuação e portfólio de produtos, tendo lançado 2 (dois) novos produtos digitais para a plataforma do banco, o Seguro de Vida FGTS Protegido e o Seguro Prestamista para clientes do Cartão Consignado de Benefício, trazendo grandes resultados à unidade.

Prêmio Emitido (em R\$ milhões)



BRB Seguros

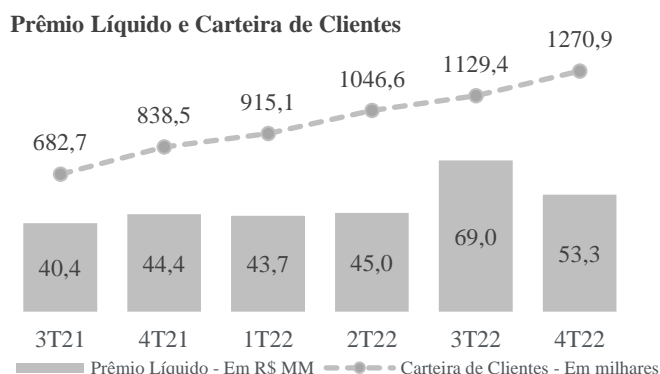
A UN BRB Seguros atua na comercialização de produtos de seguridade por meio dos canais de distribuição do BRB - Banco de Brasília, possuindo acesso a uma extensa rede de distribuição, composta por mais de 140 agências bancárias, rede de correspondentes e os canais digitais do banco. A subsidiária possui outorga de exploração exclusiva dos canais de distribuição do BRB por 20 anos, desde janeiro de 2022.

A BRB Seguros comercializa, por meio dos canais do banco BRB, produtos de seguros nas modalidades Prestamista, Vida, Habitacional, Residencial, Auto, dentre outros, além de previdência, capitalização e consórcios, sendo intensiva na atuação com os clientes pessoa física do banco.

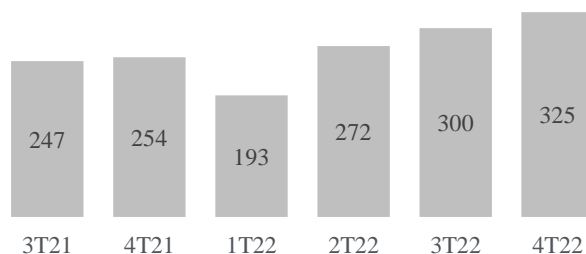
Em 2022, primeiro ano de operação da Unidade após a parceria entre Wiz e Banco BRB, esta atuou para promover diversas evoluções em seu modelo de negócios, com o objetivo de proporcionar à operação maior eficiência, com foco em pessoas e resultados. A Unidade lançou no ano três (3) novos produtos para promover um portfólio de produtos cada vez mais completo para os clientes do Banco BRB. Além disso, a Unidade atuou para promover melhorias operacionais, com foco em tecnologia, plataforma de vendas, segurança da informação, dentre outras. Como resultado, a Unidade em seu primeiro ano, já passou a representar 20% do faturamento da Wiz Co.

Inter Seguros

A Inter Seguros é uma companhia investida da Wiz, que atua na comercialização de seguros, consórcios e previdência nas plataformas do Inter. Possui um modelo de atuação segmentado nas estratégias de bancassurance – oferta de seguros contextualizada à transação bancária – e appassurance – oferta de seguros de forma contextualizada, coerente com o perfil e momento de vida de cada cliente. Atualmente, a Inter Seguros possui a maior operação 100% digital de oferta de seguros no país, com acesso a uma carteira composta por mais de 24 milhões de clientes do Banco Inter. Nos últimos três anos, a Inter Seguros redefiniu sua estratégia de atuação, desenvolveu a Plataforma de Proteção (página de seguros do app do banco) e acelerou a esteira de lançamento de novos produtos, atingindo o patamar de mais de 22 produtos 100% digitais em portfólio. Além disso, de forma alinhada à estratégia do banco, lançou diversas campanhas de vendas no aplicativo. Como resultado, a Inter Seguros atingiu o patamar de 1,2 milhões de clientes em carteira no fechamento do exercício social encerrado em 2022, versus 839 mil clientes em carteira ao final de 2021. Ainda, alcançou o patamar de R\$210,9 milhões em prêmio líquido no ano de 2022, um crescimento de 35,5% em relação ao ano de 2021. A Inter Seguros atua comercializando produtos das seguradoras Liberty e Sompo Seguros.



Número de Vendas (em milhares)



Paraná Seguros

A Paraná Seguros é uma companhia investida da Companhia desde de 08 de novembro de 2022, após a conclusão da aquisição de 40% do seu capital social. A UN atua na comercialização de produtos de seguridade nos canais do Paraná Banco, permitindo a diversificação de nossa atuação no modelo bancassurance, explorando mais e melhores oportunidades com mais um parceiro de negócios. A UN, uma corretora *greenfield*, irá atuar nos canais físicos, digitais e remotos do Paraná Banco, com exclusividade de 10 (dez) anos na comercialização de produtos de seguridade

No exercício encerrado de 2022, a unidade não gerou receita líquida, e encerrou o período com prejuízo na ordem de R\$349 mil, com a ressalva de que seus resultados são computados para a nossa Companhia pelo método de equivalência patrimonial (MEP).

Polishop Seguros

A UN do segmento estratégico de seguros, foi constituída com o propósito de dar início à entrada da nossa Companhia no segmento de varejo, a fim de comercializar produtos de seguridade por meio dos canais de distribuição da Rede Polishop, com exclusividade pelo prazo de 10 (dez) anos contados do fechamento da operação, que ocorreu em agosto de 2022. A Polishop possui mais de 200 lojas físicas, bem como plataforma de oferta digital e oferta remota como extensão dos canais físico e digital, ofertando principalmente o produto de Garantia Estendida, representando em torno de 85% do resultado de seguros da UN.

No exercício encerrado de 2022, a UN atingiu R\$5,7 milhões em receita líquida e gerou um prejuízo de R\$1,2 milhões ao fim do exercício encerrado de 2022.

Omni1 Corretora

A Omni1 Corretora, é nossa UN para atuação na distribuição de produtos de seguridade por meio dos canais do Grupo Omni, frente a uma parceria firmada em 02/12/2022, na qual a nossa Companhia passou a deter 50,1% do seu capital social,

adicionado mais uma parceria para atuação no modelo bancassurance em nosso segmento estratégico de seguros A UN oferta produtos de seguro prestamista e garantia mecânica por todo território brasileiro por meio dos canais de distribuição do Grupo Omni.

Em 2022, a UN gerou R\$4,7 milhões em receita líquida e R\$1,8 milhões em lucro líquido, bem como R\$8,8 milhões em prêmio líquido emitido, oriundos praticamente 100% do produto prestamista.

Wiz Corporate

Nossa UN Wiz Corporate é uma corretora de seguros com foco em produtos para pessoa jurídica, no segmento B2B. A unidade de negócio atua por meio de dois modelos principais: (i) modelo bancassurance, comercializando seguros para pessoa jurídica em sinergia com as unidades do Core Business da nossa Companhia e (ii) modelo de prospecção direta no mercado (mar aberto), com foco em grandes clientes com necessidade de seguros desenhados sob medida, onde o processo de vendas é especializado e consultivo, possuindo verticais compostas por especialistas para o atendimento a clientes de diferentes indústrias: agronegócios, química e farmacêutica, energia, alimentos e bebidas, portos e logística, bancos, varejo, serviços e infraestrutura, recursos naturais, mineração, siderurgia, cyber dentre outros.

Com soluções de seguros integradas e customizadas, a Wiz Corporate possui mais de 60 produtos disponíveis para empresas de todos os portes e segmentos de mercado, como construção civil, rural e indústria e trabalha com mais de 60 seguradoras. A Unidade está presente em todo o Brasil auxiliando empresas na compreensão de riscos e proteção do negócio contra prejuízos causados por eventualidades e imprevistos. A Wiz Corporate trabalha com mais de 60 seguradoras para oferecer condições competitivas com as oferecidas pelo mercado de acordo com a necessidade de seus clientes. Após o fim do contrato com a Caixa Seguridade em 14 de fevereiro de 2021, a UN Wiz Corporate deixou de atuar na venda de seguros de grandes riscos para os clientes do ecossistema Caixa. Com isso, ao longo de 2021, a Unidade intensificou sua atuação em "mar aberto", ampliando o time comercial e realizando aquisições de corretoras de seguros, conforme detalhado em Comunicado ao Mercado publicado em 11 de novembro de 2021. Em 2022, a UN Wiz Benefícios foi segregada em duas operações, sendo que a operação com foco na comercialização de benefícios, tais como planos de saúde e odontológico, para pessoas jurídicas de pequeno e médio portes, coletivo por adesão e grandes contas passou a integrar a UN Wiz Corporate e o as operações com foco em pessoas físicas passaram a operar sob a nova UN Wiz Varejo.

Wiz Benefícios

A Wiz Benefícios (antiga Wiz Saúde), é nossa UN que atua na comercialização de planos de saúde e odontológico para pessoas físicas e jurídicas de pequeno e médio portes, coletivo por adesão e grandes contas. No exercício social de 2022, esta UN atingiu o patamar de R\$6,9 milhões de receita líquida. A partir do terceiro trimestre de 2022, os resultados da unidade passaram a ser consolidados junto a unidade Wiz Corporate.

Investida - Wiz Benefícios Varejo

A Wiz Varejo é nossa UN que atua na comercialização de benefícios, tais como planos de saúde e odontológico, para pessoas físicas.

Segmento Estratégico de Crédito e Consórcios

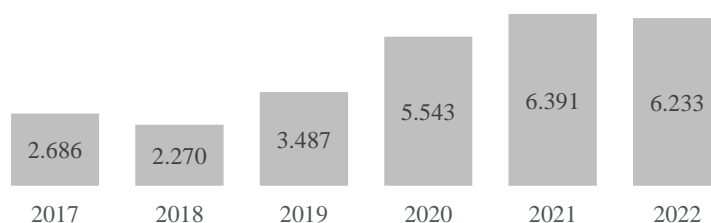
As UN do segmento estratégico de Crédito e Consórcios, atuam provendo soluções e métodos para alavancar a performance de vendas de nossos clientes na distribuição de produtos de crédito e consórcios, além de seguros correlatos. Essas UNs fornecem soluções de gestão de força de vendas, buscando garantir remuneração e produtos competitivos para viabilizar a rentabilização dos canais dos nossos parceiros. Essas operações não possuem exclusividade para operação nos canais em que atuam. As UNs que fazem parte desse segmento estratégico são a Wiz Parceiros, a Promotiva e a Ben Up.

Wiz Parceiros

Nossa UN Wiz Parceiros é responsável pela comercialização de produtos de consórcios, crédito e seguros via canais indiretos, gerindo e fomentando uma ampla rede de parceiros comerciais, com presença em todo território nacional. A operação é baseada em um modelo de negócio B2B2C (Business to Business to Consumer), com foco na prospecção e ativação de parceiros especializados no produto, contando com uma esteira completa de relacionamento, que se inicia com o treinamento e capacitação até a gestão de vendas e resultados com os parceiros por meio de uma plataforma de relacionamento integrada. A UN possui ampla expertise na operação do produto consórcio, mas também atua na comercialização de seguros atrelados a produtos de crédito, tais como seguro Pretamista e Quebra de Garantia, além de diversos produtos de crédito, como o produto de home equity "Wimo", consignado público, empréstimo pessoal "WizCred", financiamento imobiliário, dentre outras iniciativas. Nessa UN comercializamos produtos das administradoras de consórcios Caixa Consórcios, Santander Consórcios, Itaú Consórcios e BB Consórcios, produtos de seguros das seguradoras CNP Seguros e Previsul, e produtos de crédito dos bancos Itaú, Paraná Banco, dentre outros.

A rede de parceiros da Wiz Parceiros recebe suporte completo para a distribuição de consórcios em todo o país. A partir de relacionamento digital e presencial, a Wiz Parceiros oferece estrutura de captação de clientes, treinamento de equipes até a avaliação de qualidade das vendas. Todo esse suporte resultou em R\$ 6,2 bilhões de cartas de créditos de consórcios de automóvel e imóvel comercializadas por parceiros da nossa Companhia em 2022.

Volume de Cartas de Consórcios Vendidas
(em R\$ milhões)



Promotiva – Open X

Nossa UN Promotiva é responsável pela comercialização de produtos de crédito pessoa física, produtos de consórcios, seguridade, dentre outros serviços do Banco do Brasil, exclusivamente, e oferecidos por meio de sua rede de Correspondentes Bancários (Cobans). A UN conta com uma presença em mais de 3.000 municípios por meio da sua rede de mais de 400 Cobans ativos. A operação é baseada em um modelo de negócio B2B2C (Business to Business to Consumer) e possui como principal produto o crédito pessoa física, que representa em torno de 90% da receita líquida da empresa. Este modelo de atuação permite a UN atuar com maior capilaridade no território brasileiro, portanto, sendo um modelo de negócios totalmente escalável e de fácil acesso aos clientes, na medida em que mais de 70% dos domicílios brasileiros residem até 5 KM de um Coban.

Em 2022, a UN atingiu uma produção líquida de R\$5,4 bilhões em crédito pessoa física, produtos de maior relevância em sua geração de receita, e de R\$1,6 bilhão em Consórcios. Esse volume representou R\$502 milhões em Receita Bruta, R\$73,4 milhões em Receita Líquida ex Comissões e R\$35,3 milhões em lucro líquido da operação (na visão do acumulado do ano, não consolidado pela Wiz).

Para 2023, a Promotiva atuará na evolução do seu modelo de negócio, aportando tecnologia e revendo processos comerciais. Terá como foco também a expansão da sua rede de Cobans e a diversificação de produtos, buscando aumentar ainda mais a sua relevância na cadeia de distribuição dos produtos do Banco do Brasil.

Ben Up

Nossa UN Ben.Up, (na qual a Wiz detém 49,90% do capital social sendo, portanto, sua coligada), é responsável pela exploração comercial de uma plataforma digital de benefícios por adesão, entre eles produtos de crédito, como consignado privado e produtos de seguro, como previdência privada, dentre outros, para colaboradores das empresas clientes. A UN

tem como objetivo facilitar o acesso para os colaboradores destas empresas clientes, a produtos de crédito, investimentos, e benefícios com as melhores condições do mercado.

Por ser uma coligada da nossa Companhia, os resultados da UN são computados por meio do método de equivalência patrimonial (MEP) e, no exercício de 2022, a nossa Companhia computou uma participação no resultado do exercício de R\$-1,6 milhão.

Segmento Estratégico de Serviços

As UNs do segmento estratégico de Serviços fornecem soluções tecnológicas e serviços a toda a cadeia de negócio das unidades do Grupo Wiz e de nossos clientes, com foco no setor de seguros e produtos financeiros. São unidades full provedoras de soluções, atuando em processos complementares aos segmentos da nossa Companhia. A UN que faz parte desse segmento estratégico é a Wiz Concept.

Wiz Concept

Ao longo de 2018, fizemos grandes evoluções em nossas operações de pós-venda, desde uma expressiva mudança em nossas formas de atuação com as operações que já faziam parte do escopo de atividades da Wiz, promovendo uma visão mais centralizada no cliente, até a incorporação de novas frentes de atuação e consequente criação de uma nova empresa na matriz da Wiz: a Wiz Concept.

Com a assinatura de novos contratos com a CSH e Caixa Vida e Previdência S.A., em agosto de 2018, as operações de pós-venda dos produtos Habitacional e Prestamista, já realizadas pela nossa Companhia, passaram a ser remuneradas diretamente por atividade prestada. Ainda no âmbito dos novos contratos, prorrogamos a vigência da operação de pós-venda para os produtos de Consórcios por 10 anos a partir da data de assinatura dos contratos, uma operação que já remunerava diretamente nossa Companhia pelos serviços executados. Além dessas mudanças, aumentamos o nosso escopo de atuação nesse ecossistema, incorporando ao portfólio de serviços da nossa Companhia as atividades de pós-venda para os produtos Vida e Previdência. Nesse contexto, visando um maior foco e otimização na operação das novas atividades, criamos a Wiz Concept – uma nova empresa subsidiária da nossa Companhia que concentra as operações e prestações de serviços de pós-venda da nossa Companhia.

Com atuação especializada em prover soluções de venda e pós-venda para o setor de seguros e crédito, a Wiz Concept concentra operações de relacionamento com o cliente, backoffice, gestão de documentos, cobrança e terceirização de mão de obra especializada. Ao longo de 2021, em linha com as oportunidades identificadas no mercado e a expertise adquirida pela Unidade nos últimos anos, a Wiz Concept expandiu seu escopo passando a atuar não só com soluções em business process outsourcing, mas desenvolvendo, também, uma plataforma completa de tecnologia, serviços e produtos para o mercado financeiro, possibilitando que parceiros possam maximizar seus resultados com seguros e crédito. Essa estratégia full solutions se baseia em fornecer tecnologia com soluções inovadoras e alta conectividade, serviços de alta qualidade com foco na satisfação dos clientes e melhores produtos, permitindo uma oferta contextualizada. Nesse sentido, no ano de 2021 as operações que anteriormente eram desenvolvidas pela UN Wiz B2U foram incorporadas ao escopo da Wiz Concept, que passou a desenvolver soluções remotas e digitais para intermediar a venda de seguros, de forma a complementar a atuação presencial de nossos clientes. Em 2022, as operações anteriormente desenvolvidas pela UN Wiz Engagement foram incorporadas pela Wiz Concept que passou a atuar também com foco na criação de estratégias para o engajamento de forças de vendas terceiras, tanto em canais operados por UNs do Grupo Wiz como para outros parceiros.

A Unidade conta com mais de 800 funcionários para atender a clientes como Caixa Seguradora, American Life, Too Seguros, Previsul, Argo Seguros Brasil, Berkley International, Tóquio Marine, Excelsior, Munich-Re, dentre outros. A Wiz Concept realiza a gestão de uma base de mais de 14 milhões de clientes e realiza mais de 700 mil atendimentos a clientes ao ano e, ainda, faz mais de 100 mil regulações de sinistros e 30 mil vitórias por ano.

a. produtos e serviços comercializados

Nossa receita é oriunda principalmente de comissões pela intermediação de produtos de seguridade.

Comissões

Nossa receita de corretagem é auferida na medida em que o consumidor de produtos de seguros e demais produtos efetua o pagamento das parcelas à seguradora. A seguradora, por sua vez, ao receber os valores repassa a nós as comissões correspondentes, que representam um percentual sobre o prêmio do seguro vendido, nos remunerando pelos serviços de corretagem prestados.

As comissões que recebemos como remuneração da prestação de serviços de corretagem foram determinadas com base em análises que levam em consideração (i) a modelagem dos produtos de seguros, (ii) suas respectivas margens técnicas, (iii) os efeitos na precificação do produto, e (iv) a sinistralidade, buscando garantir a manutenção de níveis adequados de margens técnicas das seguradoras com as quais operamos e, ao mesmo tempo, remunerar adequadamente nossa atuação como agente comercial com participação relevante no processo de vendas de seguros.

Segue abaixo uma breve descrição dos principais produtos e serviços que comercializamos:

Os produtos negociados para o segmento Wiz Corporate são produtos, em sua maioria, de grandes riscos e dependem de especificações atuariais a respeito dos riscos de subscrição a serem aceitos pela seguradora. Nessa categoria, os principais produtos comercializados por nossa Companhia são: (i) garantias diversas; (ii) seguro rural; (iii) vida em grupo; (iv) responsabilidade civil; (v) patrimoniais, principalmente: Riscos Especiais; e (vi) seguros de Saúde e Odontológico.

Os principais produtos negociados no segmento Wiz Parceiros são (i) consórcios, nas modalidades Automóvel e Imobiliário, (ii) seguros desenvolvidos a fim de garantir proteção aos clientes quanto aos riscos originados e inerentes às transações do produto de consórcio, tais como seguro prestamista e seguro quebra de garantia, (iii) produto de crédito com garantia imobiliária na modalidade “Home Equity” e (iv) produtos dentro da plataforma “WizCred”, incluindo empréstimo pessoal, empréstimo consignado e cartão consignado.

Os principais produtos negociados no segmento Wiz Conseg são seguros Auto e Prestamista ao financiamento veicular, no formato B2B2C, comercializados por meio de força comercial presente em redes de concessionárias.

Ainda no segmento Bmg Corretora, os clientes adquirem produtos de seguros majoritariamente relacionados às transações bancárias realizadas nos canais de venda do Banco BMG, onde podemos incluir seguros prestamista, vida e empresarial.

No segmento BRB Seguros, os principais produtos negociados são Prestamista, Vida, Residencial, Habitacional, dentre outros, de diversas seguradoras.

No segmento Polishop Seguros, os principais produtos negociados são: Garantia Estendia.

No segmento Omni1 Corretora, os principais produtos negociados são: Seguro Prestamista e Garantia Mecânica.

No segmento Promotiva, os principais produtos negociados são: Crédito Pessoa Física (Consignado, Crédito Salário, Portabilidade, Crédito Automático, dentre outros), Consórcios, Seguros e outros Serviços, Abertura de Conta Corrente, dentre outros.

No segmento Paraná Seguros, os principais produtos negociados são: Seguro Prestamista.

No segmento Wiz Varejo, os principais produtos negociados são: Seguro Saúde e Odontológico.

Segmento Wiz Corporate

Riscos Especiais

Atuamos na comercialização dos produtos de Riscos Especiais por meio de nossa subsidiária Wiz Corporate Soluções e Corretagem de Seguros S.A. (“Wiz Corporate”). O processo de venda de seguros de Riscos Especiais é consultivo, pois depende de especificações atuariais a respeito dos riscos de subscrição a serem aceitos pela seguradora. Em decorrência do processo de venda mais complexo, as taxas de comissão praticadas costumam ser superiores aos produtos de *bancassurance*. Nesta categoria comercializamos produtos de diferentes seguradoras, sendo que os principais produtos comercializados por nós são: (i) garantias diversas; (ii) rural; (iii) vida em grupo; (iv) responsabilidade civil e (v) patrimoniais.

Os seguros Garantia têm por objetivo garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador perante o segurado, podendo ser comercializado em diversas modalidades. Em nossa Companhia, os principais produtos de garantia comercializados são: Garantia Judicial, que substitui depósitos e penhora de bens em ações legais, e Garantia Término de Obra, que em caso de obra não finalizada, garante uma licitação e a busca de uma nova construtora para o término da obra, cobrindo as despesas envolvidas neste processo, trazendo segurança ao construtor na hora de vender seus imóveis na planta. Os seguros Garantia apresentaram aumento em receita bruta de 21,7% em 2022, em relação a 2021, devido, especialmente, a expansão da operação e adição de novos parceiros de negócios, bem como o foco na venda de produtos que geram receita recorrente.

O seguro Rural permite ao produtor proteger-se contra perdas decorrentes principalmente de fenômenos climáticos adversos, porém, cobrindo não só a atividade agrícola, mas também a atividade pecuária, o patrimônio do produtor rural, seus produtos, o crédito para comercialização desses produtos, além do seguro de vida dos produtores. A principal modalidade de seguro rural comercializada pela nossa Companhia é o Seguro Agrícola, que garante indenizações por prejuízos causados à plantação por fenômenos da natureza. O seguro Rural é vendido especialmente para clientes CAIXA, possuindo uma forte correlação com o volume de crédito rural disponibilizado pelo banco.

O seguro Vida em Grupo oferece proteções e benefícios sob medida, de acordo com as coberturas escolhidas pela empresa, podendo ser ajustado para cobrir especificidades de Convenções Coletivas de Trabalho.

O seguro de Responsabilidade Civil proporciona segurança nos casos em que o segurado é responsabilizado por danos não intencionais causados a terceiros. Assim, o capital do contratante não é afetado frente a imprevistos que envolvam outras organizações e pessoas. A principal modalidade de seguro responsabilidade civil comercializada pela nossa Companhia é o Responsabilidade Civil Profissional e Material (RCPM) focado no construtor de imóveis e garante o reparo de danos resultantes de erros ou defeitos de materiais de construção. Esse produto foi desenvolvido especialmente para o programa MCMV – faixas 2 e 3 – possuindo grande aderência às transações de crédito MCMV comercializadas na CAIXA. O RCPM apresentou crescimento desde que foi lançado, em 2016, alcançando uma receita bruta de R\$ 13,1 milhões em 2022 e R\$8,6 milhões em 2021, um avanço de 51,4% em relação ao ano anterior, impulsionado em 2022 pela expansão das operações da unidade e seu foco na venda de produtos que geram receita recorrente.

Por fim, os seguros patrimoniais garantem ao segurado, até o limite máximo de garantia e de acordo com as condições do contrato, o pagamento de indenização por prejuízos, devidamente comprovados, diretamente decorrentes de perdas e/ou danos causados aos bens segurados, ocorridos no local segurado, em consequência de risco coberto. A principal modalidade de seguro patrimonial comercializada por nossa Companhia é o Seguro Empresarial, que oferece proteção para patrimônio, edificações, mercadorias, instalações e outros, contra diversos tipos de eventos, além de consultoria personalizada de riscos e coberturas de acordo com as necessidades dos clientes.

Desde 2015 passamos divulgar a receita de comissão gerada pelo prêmio recebido com o fluxo de pagamento mensal das apólices do segmento de Riscos Especiais. Em 2022 as receitas contratadas em períodos anteriores representaram 44,1% da receita bruta deste segmento (35,0% em 2021).

Os seguros de Riscos Especiais foram responsáveis por 6,3% de nossa receita bruta no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e 5,4% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Produtos de Saúde

Atuamos no segmento de seguro saúde através de nossa subsidiária Wiz Benefícios Empresarial Soluções e Corretagem de Seguros S.A. (“Wiz Benefícios”). Recebemos comissões nos produtos de Saúde e Odontologia pela quantidade de vidas ativas na base.

O seguro Saúde foi responsável por 0,8% de nossa receita bruta no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e 0,7% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Segmento Wiz Parceiros

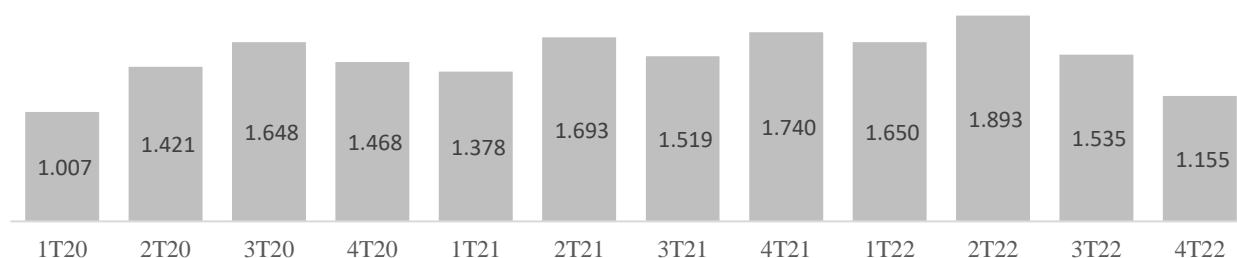
Os principais produtos e serviços comercializados na Operação Parceiros são (i) consórcios, nas modalidades Automóvel e Imobiliário, (ii) seguros desenvolvidos a fim de garantir proteção aos clientes quanto aos riscos originados e inerentes às transações do produto de consórcio, tais como seguro prestamista e seguro quebra de garantia, (iii) crédito com garantia

imobiliária na modalidade "Home Equity" e (iv) o portfólio de produto dentro do "WizCred", incluindo empréstimo pessoal, empréstimo consignado e cartão consignado.

Produtos de Consórcios

Consórcio é a modalidade de compra baseada na união de pessoas - físicas ou jurídicas - em grupos, com a finalidade de formar poupança para a aquisição de bens móveis, imóveis ou serviços. A formação desses grupos é feita por uma Administradora de Consórcios, autorizada e fiscalizada pelo Banco Central do Brasil. No caso da Wiz, atuamos, via nossa unidade Wiz Parceiros, na ativação, prospecção e treinamento de parceiros comerciais para venda de Consórcios administrados pela Caixa Consórcios – controlada da CSH - nas modalidades Auto e Imobiliário, além de consórcios administrados pelo Itaú Consórcios, Santander Consórcios e BB Consórcios - parcerias realizadas em 2021. A rede de parceiros da Wiz Parceiros comercializou R\$ 6,4 bilhões de cartas de créditos de consórcios de automóvel e imóvel em 2021. No ano de 2022, foram comercializados R\$ 6,2 bilhões em cartas de consórcios pela UN.

Volume de Cartas de Consórcios Vendidas (em R\$ MM)



Segundo a ABAC, em 2022, foram vendidos R\$ 252,09 bilhões em cartas de consórcios no Brasil, possuindo mais de 9,4 milhões de participantes ativos, um mercado bastante representativo na economia brasileira. A Wiz Parceiros vem apresentando um alto crescimento de penetração nesse mercado, passando a ser responsável por 2,5% do total de vendas de cartas de consórcios em 2022, frente a uma penetração de 2,9% em 2021. A comissão originada com a venda das cartas de consórcio é paga para a nossa Companhia em 4 parcelas, gerando um pequeno fluxo de comissão após a realização da venda. A receita bruta de consórcios representou 95,6% da receita bruta contábil da Operação Parceiros em 2022.

Produtos de Seguros

O seguro Prestamista funciona como garantia para o contratante do consórcio que, em caso de morte ou invalidez, terá sua dívida com o grupo de consórcios quitada pela seguradora. O produto comercializado pela Wiz Parceiros é subscrito pela Caixa Vida e Previdência S.A. e pode ser ofertado para os clientes de consórcio originados fora de agências bancárias, não sendo de natureza obrigatória, ou seja, exige esforço de vendas da nossa operação e dos parceiros comerciais para aumentar os níveis de penetração e, conseqüentemente, o resultado do produto. O seguro é pago pelo cliente ao longo das parcelas da cota de consórcios, garantindo fluxo de comissão enquanto durar o parcelamento, gerando estoque de comissão para a nossa Companhia. Esse produto representou 9,0% da receita bruta da Operação Parceiros em 2022.

O seguro Quebra de Garantia é uma das modalidades dos seguros de Crédito Interno que, segundo a SUSEP, possui como objetivo ressarcir o segurado (credor), nas operações de crédito realizadas com clientes domiciliados no país, das Perdas Líquidas Definitivas causadas por devedor insolvente. No caso do seguro Quebra de Garantia das operações de Consórcio é utilizado para assegurar o grupo de consórcios em caso de inadimplência de um consorciado. O produto comercializado pela Operação Parceiros é subscrito pela Previsul – controlada da CSH S.A. - sendo de natureza obrigatória para a concretização da venda da carta de consórcio, tendo, portanto, seu desempenho diretamente relacionado à venda de novas cartas de consórcio. O seguro é pago pelo cliente ao longo das parcelas da cota de consórcios, garantindo fluxo de comissão enquanto durar o parcelamento, gerando estoque de comissão para a nossa Companhia. Esse produto representou 26,1% da receita bruta da Operação Parceiros em 2022.

Produtos de Crédito

Os produtos de crédito comercializados pela Wiz Parceiros são (i) "Wimo", produto de *home equity* (empréstimo com garantia imobiliária) e (ii) "WizCred", produtos de crédito consignado e crédito pessoal. A receita proveniente de produtos de crédito representou 4,4% da receita bruta da Operação Parceiros em 2022.

Segmento Promotiva

A Promotiva atua na comercialização de produtos de crédito pessoa física, produtos de consórcios, seguridade, dentre outros serviços, exclusivamente do Banco do Brasil, e oferecidos por meio de sua rede de Correspondentes Bancários (Cobans). A UN conta com uma presença em mais de 3000 municípios, tendo como principais produtos as linhas de crédito para pessoa física, e que representam em torno de 90% da receita líquida da empresa.

Produto de Consórcios

Majoritariamente voltado para o público agro, o produto de consórcios, representou no exercício encerrado de 2022, 14,2% da receita bruta total da UN, bem como 0,2% da receita bruta total da Wiz.

Demais Produtos

A parcela de receita líquida restante gerada na UN, advém de produtos de seguros, serviços, dentre outros, e que representam em torno de 2% da receita líquida UN.

Wiz Concept

Essa unidade contempla as receitas registradas com as operações de relacionamento com o cliente, *backoffice*, tele vendas, gestão de documentos, cobrança e terceirização de mão de obra especializada, em nossa subsidiária Wiz Concept.

No âmbito das atividades de *backoffice*, são serviços prestados para a clientes pessoa jurídica dos setores de seguros e crédito, e envolvem atividades relacionadas à terceirização de processos, tais como: atendimento e regulação de sinistros, no caso de seguros, e de serviços de esteira de crédito para os produtos de consórcios e créditos em suas diversas modalidades.

As soluções em seguros massificados são serviços fornecidos a clientes que operam produtos massificados, como Vida, Habitacional, Prestamista e Previdência. A receita dessa linha é composta, majoritariamente, por soluções de pós-venda em regulação de sinistros para os clientes CNP Seguros Holding Brasil (antiga Caixa Seguros Holding) e American Life. A remuneração desses serviços é baseada em um valor definido pela quantidade de contratos ativos de cada produto.

As soluções em Seguros Corporate são serviços fornecidos a clientes que operam produtos para pessoa jurídica, como Agro, Responsabilidade Civil e outros. A receita dessa linha é composta, majoritariamente, por soluções de pós-venda em regulação de sinistros para os clientes Newe, Argo Berkley, dentre outros. A remuneração desses serviços é baseada em um valor definido pela quantidade de atendimentos realizados.

Já as soluções em crédito são serviços fornecidos a clientes que operam na cadeia de produtos de crédito, como Consórcios e Home Equity, além de seguros atrelados a esses produtos, como seguro de quebra de garantia. A receita dessa linha é composta, majoritariamente, por soluções de entrega do bem para os consorciados contemplados da Caixa Consórcios, regulação de sinistro do seguro SQG da Previsul e esteira de crédito do produto de Home Equity "Wimo". A remuneração desses serviços é baseada em um valor definido pela quantidade de atendimentos realizados.

No âmbito dos serviços prestados de "Tele vendas", nossa UN Wiz Concept atua de forma complementar às demais UNs da Wiz, fazendo interação remota para comercialização de seguros que demandam multicanalidade. Essa operação é focada em iniciativas de *call center* e digitais, aproveitando oportunidades de vendas não concretizadas anteriormente e para os momentos de renovação, *cross sell*, *upsell* e recuperação. A operação tem como pilar o uso de iniciativas digitais e tecnológicas, buscando eficiência e escalabilidade. A Wiz Concept fornece ferramentas eficientes para apoiar as fases de pré-venda e venda de bancos, seguradoras e corretoras de seguro, para a geração de resultados escaláveis e rentáveis. Por meio de soluções remotas e digitais, como call centers, *webchats*, *e-commerce* e redes sociais, e da expertise da equipe de profissionais especializados na oferta de seguros, previdência e consórcio, a Wiz Concept aporta inteligência na qualificação de *leads* até a venda totalmente automatizada e digital. Essa operação era, anteriormente, executada pela

Unidade Wiz B2U, que foi incorporada à Wiz Concept ao longo de 2021. Os clientes atuais da operação de Televendas são as Unidades Wiz Conseg e Rede Caixa, logo a receita faturada é eliminada para fins de consolidação do resultado da Wiz. A remuneração desse serviço é baseada em contrato de corretagem diretamente com as seguradoras que fazem a emissão do produto, ou contrato de prestação de serviços, no qual é baseado um valor fixo por unidade de atendimento alocada.

As demais atividades de pós-venda são categorizadas de acordo com a natureza dos serviços prestados, conforme a seguir:

“Gestão de Documentos”: operamos uma central de documentação especializada na gestão, controle e armazenamento de documentação física e digital. O processo de gestão de documentos inicia com o recebimento, via plataformas multicanais, dos arquivos físicos e digitais. Realizamos esse armazenamento em sistema de repositório de imagem na nuvem e a documentação física é catalogada e inserida em sistema de rastreamento por RFID. Nessa operação, também realizamos atividades de análise documental, como tipificação e extração de meta dado. A remuneração desse serviço é baseada em um valor fixo por unidade digitalizada ou guardada.

“Alocação de Profissionais”: realizamos a prospecção e seleção de candidatos especializados para a necessidade do cliente, podendo ser este de diferentes segmentos. A remuneração desta atividade é determinada especificamente para cada vaga alocada.

“Ouvidoria”: Realizamos o tratamento de ouvidorias com foco na identificação e na solução dos problemas que não foram resolvidos pelos meios tradicionais. Elaboramos subsídio e respostas aos Ofícios judiciais e extrajudiciais. A remuneração dessa operação é em um valor definido pela quantidade de processos em ouvidoria.

Segmento Wiz Conseg

A Wiz Conseg opera na venda de seguros e produtos financeiros em redes de concessionárias. A unidade conta com times de alta performance, tecnologia e modelo de gestão eficiente para mapeamento de oportunidades de venda direta e rentabilização das concessionárias parceiras. Atualmente, atua com exclusividade em um dos maiores grupos distribuidores de veículos no Brasil e maior revendedor de seminovos no Sul do país, o Grupo Barigui, possuindo mais de 60 concessionárias de veículos na região Sul. Ainda, ao longo de 2022, a Wiz Conseg expandiu sua rede comercial, passando a operar em mais 9 redes concessionárias/associações de concessionários (ABRACAF e Grupos Leven, Primavia, CAO, MVC, Rivel, Cavepe, Minauto e Venture). Essa expansão permitiu que a Wiz Conseg, ao final de 2022, estivesse presente em todas as regiões do país e em mais de 200 concessionárias. Os produtos comercializados pela Wiz Conseg são: seguros Auto, residencial, Prestamista e seguro garantia mecânica.

Os produtos da Operação Wiz Conseg foram responsáveis por 1,5% de nossa receita bruta no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Segmento Bmg Corretora

A Bmg Corretora atua na comercialização de produtos de seguridade, incluindo seguros, consórcios, capitalização e previdência privada, por meio dos canais de distribuição do Banco BMG. Possui acesso a uma extensa rede de distribuição composta por mais de 800 lojas físicas – as lojas Help! – e 2 mil correspondentes bancários ativos. Os principais produtos comercializados pela Bmg Corretora são: Seguros Prestamista (BMG Card e BMG Conta) e Seguro de Vida (Papcard).

O seguro Prestamista funciona como garantia para o contratante do crédito que, em caso de morte ou invalidez, terá sua dívida quitada pela seguradora. Este seguro representa uma importante segurança tanto para quem contrata o seguro, pois elimina o risco que a sua família ou empresa suporte a dívida em caso de morte, quanto para o banco, pois diminui a inadimplência e garante a quitação do crédito em caso de ocorrência do sinistro. O seguro Prestamista possui grande aderência ao canal bancassurance, na medida que o seguro é ofertado junto da transação de crédito originado no banco e tem cobertura simples e de fácil entendimento pelo cliente. O produto comercializado pela Operação Bmg Corretora é subscrito pela Generali, não sendo de natureza obrigatória, ou seja, exige esforço de vendas da nossa operação e dos parceiros comerciais para aumentar os níveis de penetração e, conseqüentemente, o resultado do produto. O seguro prestamista nas modalidades "Prestamista Card" e "Prestamista Stand Alone" – modalidades de seguro do crédito concedido no cartão consignado - são renováveis anualmente, permitindo atuação na retenção e encarteiramento dos clientes. Esse produto representou 45,9% da receita bruta da Unidade no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Demais produtos

Além do produto Prestamista, a Bmg Corretora possui os seguros de vida e empresarial em carteira. O seguro de vida – Papcard – é comercializado exclusivamente para clientes do BMG Card (cartão exclusivo para aposentados, pensionistas do INSS e servidores públicos).

Os produtos da Operação Bmg Corretora foram responsáveis por 27,9% de nossa receita bruta no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e por 24,2% em 31 de dezembro de 2021.

Segmento BRB Seguros

A BRB Seguros atua na comercialização de produtos de seguridade, incluindo seguros, consórcios, capitalização e previdência privada, por meio dos canais de distribuição do Banco BRB – Banco de Brasília, possuindo acesso a uma extensa rede de distribuição, composta por mais de 140 agências bancárias, rede de correspondentes e os canais digitais do banco. Os principais produtos comercializados pela BRB Seguros, são: seguros prestamista, vida, habitacional, residencial, auto, dentre outros, além de previdência, capitalização e consórcios, tendo sua atuação principalmente voltada ao público pessoa física do banco.

O seguro Prestamista, seu principal produto em geração de receita, funciona como garantia para o contratante do crédito que, em caso de morte ou invalidez, terá sua dívida quitada pela seguradora. Este seguro representa uma importante segurança tanto para quem contrata o seguro, pois elimina o risco que a sua família ou empresa suporte a dívida em caso de morte, quanto para o banco, pois diminui a inadimplência e garante a quitação do crédito em caso de ocorrência do sinistro. O seguro Prestamista possui grande aderência ao canal bancassurance, na medida que o seguro é ofertado junto da transação de crédito originado no banco e tem cobertura simples e de fácil entendimento pelo cliente.

O produto prestamista representou 70,0% da receita bruta da UN no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Ainda, em 2022, sendo o primeiro ano de operação da BRB Seguros junto a Wiz, a receita total da UN representou 20,0% do total de receita bruta da Wiz.

Demais produtos de seguros

Os demais produtos de seguros, Residencial, Vida e Auto, representaram 7,4%, 14,5% e 3,7%, respectivamente da receita bruta da Unidade no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Demais produtos

Os demais produtos, como previdência, consórcios e capitalização, representaram no exercício encerrado de 2022, 4,5% do total de receita bruta da UN.

Segmento Paraná Seguros

A Paraná Seguros atua na comercialização de produtos de seguridade por meio dos canais de distribuição do Paraná Banco, possuindo acesso a uma extensa rede de distribuição, seja ela digital, ou física, na qual o banco possui 23 lojas próprias, 135 corbans exclusivos e 105 corbans multimarcas, compondo assim todo seu modelo de negócios. O principal produto comercializado pela UN é o produto de seguro Prestamista.

O seguro Prestamista, seu principal produto em geração de receita, funciona como garantia para o contratante do crédito que, em caso de morte ou invalidez, terá sua dívida quitada pela seguradora. Este seguro representa uma importante segurança tanto para quem contrata o seguro, pois elimina o risco que a sua família ou empresa suporte a dívida em caso de morte, quanto para o banco, pois diminui a inadimplência e garante a quitação do crédito em caso de ocorrência do sinistro. O seguro Prestamista possui grande aderência ao canal bancassurance, na medida que o seguro é ofertado junto da transação de crédito originado no banco e tem cobertura simples e de fácil entendimento pelo cliente.

No exercício 2022, a UN não gerou resultados com receita de comercialização de produtos.

Segmento Omni1 Corretora

A Omni1 Corretora atua na comercialização de produtos de seguridade por meio dos canais de distribuição do Grupo Omni, possuindo acesso a uma rede de mais de 10.000 estabelecimentos comerciais e mais de 130 agentes exclusivos que atuam no ciclo de originação de negócios do grupo. Os produtos comercializados pela UN são os produtos seguro Prestamista e garantia mecânica. Os produtos da Omni1 Corretora, foram responsáveis por 0,5% da receita bruta total da Wiz no exercício de 2022.

Segmento Polishop Seguros

A Polishop Seguros atua na comercialização de produtos de seguros por meio dos canais de distribuição do grupo Polishop, contando com mais de 200 lojas espalhadas pelo território brasileiro, bem como através de plataforma digital desenvolvida pelo grupo e pela nossa Companhia. Os produtos comercializados pela UN são os produtos garantia estendida e compra protegida.

O seguro Garantia Estendida é, atualmente, o principal produto ofertado no mercado varejista pelos principais players do segmento, e é comercializado em 100% do varejo que atua com seguros em seu portfólio de serviços, e representa historicamente uma média de 85% do resultado (receita) em seguros da Polishop. Os produtos da Polishop Seguros, foram responsáveis por 0,5% da receita bruta total da nossa Companhia no exercício de 2022.

b. receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

A Administração definiu os segmentos operacionais com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas revisados pela diretoria. A diretoria efetua análise do negócio baseada na segmentação das empresas que compõem do Grupo. Os segmentos apresentados nas demonstrações financeiras são unidades de negócio estratégicas que oferecem serviços distintos a um público-alvo específico.

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de	
	2022	2021
	<i>(em R\$ milhões)</i>	
Receita líquida de prestação de serviços – Wiz	224.579	395.868
Receita líquida de prestação de serviços - Wiz Corporate, Wiz Benefícios	58.055	45.643
Receita líquida de prestação de serviços - Wiz Parceiros	62.594	66.439
Receita líquida de prestação de serviços - Wiz Concept	105.246	103.344
Receita líquida de prestação de serviços - Wiz Conseg	13.896	9.413
Receita líquida de prestação de serviços - Bmg Corretora	272.053	206.242
Receita líquida de prestação de serviços – BRB Seguros	194.817	-
Receita líquida de prestação de serviços – Open X, Promotiva	12.238	-
Receita líquida de prestação de serviços – Omni	4.687	-
Receita líquida de prestação de serviços – Polishop Seguros	5.735	-
Ajustes de consolidação	(5.017)	(10.190)
Receita líquida da prestação de serviços total	948.884	816.759

Por sua vez, a participação da receita proveniente de nossos diferentes segmentos operacionais em nossa receita líquida da prestação de serviços de prestação de serviços total é demonstrada a seguir:

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de	
	2022	2021

	<i>(em %)</i>	
Receita líquida de prestação de serviços – Wiz	23,7	48,5
Receita líquida de prestação de serviços - Wiz Corporate, Wiz Benefícios	6,1	5,6
Receita líquida de prestação de serviços - Wiz Parceiros, WP1 e WP2	6,6	8,1
Receita líquida de prestação de serviços - Wiz Concept	11,1	12,7
Receita líquida de prestação de serviços - Wiz Conseg e WC1	1,5	1,2
Receita líquida de prestação de serviços - Bmg Corretora	28,7	25,3
Receita líquida de prestação de serviços – BRB Seguros	20,5	-
Receita líquida de prestação de serviços – Open X, Promotiva	1,3	-
Receita líquida de prestação de serviços – Omni1 Corretora	0,5	-
Receita líquida de prestação de serviços – Polishop Seguros	0,6	-
Receita líquida da prestação de serviços total	100,0	100,0

c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

O lucro líquido proveniente de nossos diferentes segmentos operacionais encontra-se evidenciado na tabela abaixo

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de	
	2022	2021
	<i>(em R\$ milhões)</i>	
Lucro líquido Wiz	134,7	188,0
Lucro líquido Wiz Corporate, Wiz Partners e Wiz Benefícios	8,6	(1,7)
Lucro líquido Wiz Parceiros, WP1 e WP2	32,8	37,4
Lucro líquido Wiz Concept	2,3	9,6
Lucro líquido Wiz Conseg e WC1	0,6	0,9
Lucro líquido Bmg Corretora	47,6	29,4
Lucro Líquido BRB Seguros	79,8	0,0
Lucro Líquido Open X, Promotiva	0,9	0,0
Lucro Líquido Omni1 Corretora	1,8	0,0
Lucro Líquido Polishop Seguros	(1,3)	0,0
Lucro Líquido Paraná Seguros	(0,3)	0,0
Lucro Líquido Gr1d Finance		(1,7)
Ajustes	(94,3)	(56,1)
Lucro líquido total	213,1	205,8

Por sua vez, a participação do lucro líquido proveniente de nossos diferentes segmentos operacionais em nosso lucro líquido total é demonstrada a seguir:

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de	
	2022	2021
	<i>(em %)</i>	

Lucro líquido Wiz	63,2	91,4
Lucro líquido Wiz Corporate, Wiz Partners e Wiz Benefícios	4,0	-0,8
Lucro líquido Wiz Parceiros, WP1 e WP2	15,4	18,2
Lucro líquido Wiz Concept	1,1	4,6
Lucro líquido Wiz Conseg e WC1	0,3	0,4
Lucro líquido Bmg Corretora	22,3	14,3
Lucro Líquido BRB Seguros	37,4	-
Lucro Líquido Open X, Promotiva	0,4	-
Lucro Líquido Omni1 Corretora	0,8	-
Lucro Líquido Polishop Seguros	-0,6	-
Lucro Líquido Paraná Seguros	-0,2	-
Lucro Líquido Gr1d Finance	-	-0,8
Ajustes	-44,3	-27,3
Lucro líquido total	100,0	100,0

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

a. características do processo de produção

Na condição de corretora de seguros completa, especializada em bancassurance e distribuidora de consórcios e crédito, executamos nosso modelo de negócios investindo em pessoas, tecnologia e método para potencializarmos os negócios de nossos clientes. Aplicando inteligência analítica, construímos uma estratégia de atuação direcionada a cada negócio, mobilizamos a força de vendas e acompanhamos os resultados para que estes sejam consistentes e aprimoramento do operacional envolvido.

Nossa administração definiu os segmentos operacionais com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas revisados pela Diretoria Executiva. A diretoria efetua análise do negócio baseada na segmentação das empresas que são consolidadas pelo Grupo, as quais oferecem serviços distintos a um público-alvo específico, são elas: (i) Wiz; (ii) Wiz Benefícios; (iii) Wiz Corporate; (iv) Wiz Parceiros; (v) Wiz Concept; (vi) Wiz Conseg; (vii) Bmg Corretora; (viii) BRB Seguros; (ix) Open X (Promotiva); (x) Polishop Seguros; (xi) Paraná Seguros; (xii) Omni1 Corretora.

Nossa estrutura é suportada transversalmente pelos segmentos operacionais. As principais atividades desempenhadas por essas empresas estão descritas a seguir:

- **Wiz Concept**: Com atuação especializada no pós-venda de seguros e produtos financeiros, a Wiz Concept concentra operações de relacionamento com o cliente, backoffice, gestão de documentos, venda remota, cobrança e terceirização de mão de obra especializada. É uma das maiores empresas de Concept no mercado de seguros no Brasil e conta com mais de 800 funcionários para atender a clientes como Caixa Seguradora, Previsul, Argo, Berkley, dentre outros. A Wiz Concept realiza a gestão de uma base de 14 milhões de clientes e realiza, ao ano, mais de 762 mil atendimentos a clientes, 100 mil regulações de sinistros e 30 mil vistorias.
- **Wiz Parceiros**: A rede de parceiros da Wiz recebe suporte completo para a distribuição de consórcios em todo o país. A partir de relacionamento digital e presencial, a Wiz Parceiros oferece estrutura de captação de clientes, treinamento de equipes até a avaliação de qualidade das vendas. Todo esse suporte resultou em R\$6,2 bilhões de cartas de créditos de automóvel e imóvel comercializadas por parceiros da Wiz em 2022.
- **Wiz Corporate**: Com soluções de seguros integradas e customizadas, a Wiz Corporate possui mais de 60 produtos disponíveis para empresas de todos os portes e segmentos de mercado, como construção civil, rural e indústria. A Unidade está presente em todo o Brasil auxiliando empresas na compreensão de riscos e proteção do negócio contra prejuízos causados por eventualidades e imprevistos. A Wiz Corporate trabalha com mais de 60 seguradoras para oferecer condições competitivas com o mercado de acordo com a necessidade de seus clientes.
- **Wiz Benefícios**: A Wiz Benefícios (antiga Wiz Saúde), é nossa UN, que atua na comercialização de planos de saúde e odontológico para pessoas físicas e jurídicas de pequeno e médio porte, coletivo por adesão e grandes contas. A UN, que faz parte do segmento estratégico Corporate, atua de forma consultiva, garantindo as melhores soluções a seus clientes. Essas UNs operam tanto explorando oportunidades derivadas de outras unidades, quanto possuem estratégia própria de *go to market*.
- **Open X (Promotiva)**: A Promotiva é responsável pela comercialização de produtos de crédito pessoa física, produtos de consórcios, seguridade, dentre outros serviços do Banco do Brasil, exclusivamente, e oferecidos por meio de sua rede de Correspondentes Bancários (Cobans). A UN conta com uma presença em mais de 3.000 municípios, atingindo em torno de 56% deles por meio de sua rede de Cobans, portanto contando com presença em todo território nacional. A operação é baseada em um modelo de negócio B2B2C (Business to Business to Consumer), e que por meio destes Cobans, que atuam pela Promotiva.
- **Wiz Conseg**: A Wiz Conseg tem como foco a distribuição de seguros e produtos financeiros no segmento Auto, por meio da atuação no canal de concessionárias de automóveis. Nessa UN, possuímos acesso a uma rede composta por mais de 200 concessionárias de veículos presentes na região sul do país.
- **Bmg Corretora**: A Unidade de Negócio Bmg Corretora atua na comercialização de produtos de seguridade, incluindo seguros, consórcios, capitalização e previdência privada, por meio dos canais de distribuição do Banco BMG, com uma rede de distribuição é composta por mais de 827 lojas físicas – lojas help! – e 2.000 correspondentes bancários ativos.

- **BRB Seguros:** A BRB Seguros atua na comercialização de produtos de seguridade, por meio dos canais de distribuição do BRB - Banco de Brasília, possuindo acesso a uma extensa rede de distribuição composta por mais de 140 agências bancárias, rede de correspondentes e os canais digitais do banco. A subsidiária possui outorga de exploração exclusiva dos canais de distribuição do BRB por 20 anos, desde janeiro de 2022.
- **Polishop Seguros:** A Polishop Seguros atua na comercialização de produtos de seguros por meio dos canais de distribuição do grupo Polishop, contando com mais de 200 lojas espalhadas pelo território brasileiro, bem como através de plataforma digital desenvolvida pelo grupo e pela nossa Companhia. A UN possui outorga de exploração dos canais da Polishop Seguros por um período de 10 (dez) anos.
- **Omni1 Corretora:** Nessa UN, de caráter controlada pela Wiz, atuamos na oferta de produtos de seguridade por meio dos canais de distribuição do Grupo Omni, possuindo acesso a uma rede de mais de 10.000 estabelecimentos comerciais e mais de 130 agentes exclusivos que atuam no ciclo de originação de negócios do grupo.
- **Paraná Seguros:** A Paraná Seguros atua na comercialização de produtos de seguridade por meio dos canais de distribuição do Paraná Banco, possuindo acesso a uma extensa rede de distribuição, seja ela digital, ou física, na qual o banco possui 23 lojas próprias, 135 corbans exclusivos e 105 corbans multimarcas, compondo assim todo seu modelo de negócios. A nossa Companhia possui exclusividade de exploração dos canais de distribuição do banco, por um período de 10 (dez) anos, com possibilidade de extensão deste período.

Além unidades de negócios contamos com áreas de apoio que suportam o nosso plano de crescimento. São elas: Financeiro, Jurídico, Auditoria Interna & *Compliance*, Marketing & Tecnologia, Gente & Cultura e Relações com o Mercado e M&A.

Nossa atuação como corretores varia de acordo com o canal e natureza dos produtos que comercializamos. Nossa atuação comercial se dá de forma distinta para os diferentes canais:

Comercialização na Unidade - Wiz Concept

Nossa Unidade de Negócio Wiz Concept possui em seu portfólio soluções de “Televendas”, sendo responsável pela atuação complementar às demais UNs da Wiz, fazendo interação remota para comercialização de seguros que demandam multicanalidade. Essa operação é focada em iniciativas de call center e digitais, aproveitando oportunidades de vendas não concretizadas anteriormente e para os momentos de renovação, cross sell, upsell e recuperação. A Unidade de Negócio tem como pilares o uso de iniciativas digitais e tecnológicas, buscando eficiência e escalabilidade, a fim de viabilizar negócios para a Wiz.

A Wiz Concept fornece ferramentas para apoiar as fases de pré-venda e venda de bancos, seguradoras e corretoras de seguro para a geração de resultados escaláveis e rentáveis. Por meio de soluções remotas e digitais, como *call centers*, *webchats*, *e-commerce* e redes sociais, e da expertise da equipe profissionais especializados na oferta de seguros, previdência e consórcio, a Wiz Concept aporta inteligência na qualificação de *leads* até a venda totalmente automatizada e digital.

Produtos Tradicionais

Os produtos tradicionais de seguros são aqueles em que o cliente possui intenção de compra anterior à sua relação com o canal de vendas. Nestes casos, diferente do que ocorre na comercialização dos produtos de *bancassurance*, possuímos papel predominante na execução da venda, utilizando plataforma multicanal para a venda desses produtos. Enquanto isso, a Caixa fica responsável pela realização do suporte à venda do produto de seguro, contribuindo, ainda, com a geração de indicações de oportunidades de negócio.

Para os produtos tradicionais de seguros o cliente possui uma grande percepção de valor do seguro e costuma fazer a cotação com diversas seguradoras, com isto, o desenho do produto se torna parte relevante da estratégia comercial. Tradicionalmente estes produtos possuem um seguro de ticket médio superior aos de *bancassurance* e margens técnicas mais baixas para a Seguradora. Nesse caso, destacamos o seguro Auto.

Produtos comercializados na Wiz Concept:

- Auto

- Residencial
- Multirrisco Empresarial
- Vida

Comparativo de atuação entre produtos de bancassurance e produtos tradicionais:

Produtos de *bancassurance* devem ser **ofertados** ao cliente, já que na maioria dos casos não existe uma intenção de compra anterior a entrada do cliente na agência, e que os produtos tradicionais de seguros são **comprados** pelos clientes, já que existe uma grande percepção de valor do produto além de uma intenção de compra que antecede a sua entrada na agência. Além disso, nosso time de vendas possui uma abordagem comercial específica para cada um de nossos segmentos.

Comercialização na Unidade - Wiz Parceiros

Nossa unidade de negócio Wiz Parceiros é responsável pela comercialização de produtos de Consórcio Caixa Consórcios (subsidiária da CSH), do Itáú Consórcios, da Santander Consórcios e da BB Consórcios em mar aberto. A operação é baseada em um modelo de negócio B2B2C (*Business to Business to Consumer*), com foco na prospecção e ativação de parceiros especializados no produto, contando com uma esteira completa de relacionamento, que se inicia com o treinamento e capacitação até a gestão de vendas e resultados com os parceiros por meio de uma plataforma de relacionamento integrada. Além do Consórcio, a Wiz Parceiros comercializa e é remunerada pelas vendas de seguros atrelados ao produto: seguros quebra de garantia e prestamista – produtos da Previsul e Caixa Seguradora, respectivamente.

A rede de parceiros da Wiz recebe suporte completo para a distribuição de consórcios em todo o país. A partir de relacionamento digital e presencial, a Wiz Parceiros oferece estrutura de captação de clientes, treinamento de equipes até a avaliação de qualidade das vendas. Todo esse suporte resultou em R\$5,6 bilhões de cartas de créditos de automóvel e imóvel comercializadas por parceiros da Wiz em 2020.

Produtos da Wiz Parceiros

Os principais produtos comercializados na Operação Parceiros são (i) consórcios, nas modalidades Automóvel, Imobiliário, Motos, Pesados e Serviços, (ii) seguros desenvolvidos a fim de garantir proteção aos clientes quanto aos riscos originados e inerentes às transações do produto de consórcio, tais como seguro prestamista e seguro quebra de garantia. O primeiro garante a quitação da dívida do consorciado em caso de morte ou invalidez permanente (produto da CSH) e o segundo é utilizado para assegurar o grupo de consorciados em caso de inadimplência (produto da Previsul). Por fim, (iii) a Wiz Parceiros comercializa produtos de crédito como por exemplo o produto de home equity "Wimo" e consignado público e empréstimo pessoal "WizCred". O processo de vendas desses produtos ocorre por meio da rede de parceiros comerciais, fora do ambiente bancário e presentes em todas as regiões do país, com acesso aos clientes finais consumidores de produtos de consórcio. A força de vendas da Operação Parceiros atua na prospecção, ativação e capacitação desses parceiros a fim de garantir conformidade e fomentar a venda de produtos de consórcio da Caixa Consórcio – controlada da CSH S.A. – no ambiente fora das agências bancárias, em mais de 30.000 pontos de vendas espalhados pelo país, caracterizando um processo B2B2C. Ao final de 2022, possuíamos mais de 2000 parceiros comerciais ativos.

Produtos da Operação Parceiros:

- Consórcios Auto e Imobiliário;
- Seguro Prestamista;
- Seguro Quebra de Garantia;
- Serviços Diversos relacionado à operação de consórcios.
- Home Equity (Wimo);
- Consignado Público e Empréstimo Pessoal (WizCred).

Comercialização na Unidade - Wiz Corporate

Nossa unidade de negócio Wiz Corporate é responsável pela corretagem de seguros com foco nos produtos para Pessoa Jurídica, no segmento B2B. A unidade de negócios atua de forma especializada, oferecendo seguros personalizados, com equipe técnica-comercial própria, atuante em todo o território nacional. As vendas são originadas fora do ambiente bancário. São comercializados produtos variados, especialmente produtos de Riscos Especiais, de diversas seguradoras.

Com soluções de seguros integradas e customizadas, a Wiz Corporate possui mais de 60 produtos disponíveis para

empresas de todos os portes e segmentos de mercado, como construção civil, rural e indústria. A unidade está presente em todo o Brasil auxiliando empresas na compreensão de riscos e proteção do negócio contra prejuízos causados por eventualidades e imprevistos. A Wiz Corporate trabalha com mais de 60 seguradoras para oferecer condições do mercado competitivas de acordo com a necessidade de seus clientes.

Os produtos comercializados na Operação Corporate são seguros de riscos especiais e demandam um processo de vendas consultivo, pois dependem de especificações atuariais a respeito dos riscos de subscrição a serem aceitos pela seguradora. Para esses produtos, a relação com o cliente final – pessoas jurídicas (B2B) – demanda uma força de vendas especializada, em decorrência do processo de vendas mais complexo, gerando, por consequência, um comissionamento superior ao praticado nos produtos de *Bancassurance*. As vendas destes produtos são originadas fora do ambiente bancário. Nessa categoria, comercializamos produtos de diversas seguradoras, dada a especificidade do nicho de produtos de Grandes Riscos. Nossa força comercial para execução da operação Corporate está distribuída em 9 regionais e 45 co-corretores.

Produtos corporate:

- Garantias diversas;
- Seguro Rural;
- Vida em grupo;
- Responsabilidade Civil; e
- Patrimoniais

Comercialização na Unidade - Wiz Concept

Com atuação especializada no pós-venda de seguros e bens financeiros, a Wiz Concept concentra operações de relacionamento com o cliente, *backoffice*, televendas, gestão de documentos, cobrança e terceirização de mão de obra especializada, contemplando as receitas registradas com tais operações.

No âmbito das atividades de *“Backoffice”*, os serviços são prestados para clientes pessoa jurídica dos setores de seguros e crédito e envolvem atividades relacionadas à terceirização de processos, tais como: atendimento e regulação de sinistros, no caso de seguros, e de serviços de esteira de crédito para os produtos de consórcios e créditos em suas diversas modalidades.

As soluções em seguros massificados são serviços fornecidos a clientes que operam produtos massificados, como Vida, Habitacional, Prestamista e Previdência. A receita dessa linha é composta, majoritariamente, por soluções de pós-venda em regulação de sinistros para os clientes CNP Seguros Holding Brasil (antiga Caixa Seguros Holding) e American Life. A remuneração desses serviços é baseada em um valor definido pela quantidade de contratos ativos de cada produto.

As soluções em Seguros Corporate são serviços fornecidos a clientes que operam produtos para pessoa jurídica, como Agro, Responsabilidade Civil e Outros. A receita dessa linha é composta, majoritariamente, por soluções de pós-venda em regulação de sinistros para os clientes Newe, Argo Berkley, entre outros. A remuneração desses serviços é baseada em um valor definido pela quantidade de atendimentos realizados.

Já as soluções em crédito são serviços fornecidos a clientes que operam na cadeia de produtos de crédito, como Consórcios e Home Equity, além de seguros atrelados a esses produtos, como seguro de quebra de garantia. A receita dessa linha é composta, majoritariamente, por soluções de entrega do bem para os consorciados contemplados da Caixa Consórcios, regulação de sinistro do seguro SQG da Previsul e esteira de crédito do produto de Home Equity *“Wimo”*. A remuneração desses serviços é baseada em um valor definido pela quantidade de atendimentos realizados.

No âmbito dos serviços prestados de *“Televendas”*, nossa UN Wiz Concept atua de forma complementar às demais UNs da Wiz, fazendo interação remota para comercialização de seguros que demandam multicanalidade. Essa operação é focada em iniciativas de call center e digitais, aproveitando oportunidades de vendas não concretizadas anteriormente e para os momentos de renovação, cross sell, upsell e recuperação. A operação tem como pilares o uso de iniciativas digitais e tecnológicas, buscando eficiência e escalabilidade. A Wiz Concept fornece ferramentas eficientes para apoiar as fases de pré-venda e venda de bancos, seguradoras e corretoras de seguro para a geração de resultados escaláveis e rentáveis. Por meio de soluções remotas e digitais, como call centers, webchats, e-commerce e redes sociais, e da expertise da equipe de profissionais especializados na oferta de seguros, previdência e consórcio, a Wiz Concept aporta inteligência na qualificação de leads até a venda totalmente automatizada e digital. Essa operação era anteriormente executada pela Unidade Wiz B2U, que foi incorporada à Wiz Concept ao longo de 2021. Os clientes atuais da operação de Televendas são

as Unidades Wiz Conseg e Rede Caixa, logo a receita faturada é eliminada para fins de consolidação do resultado da Wiz. A remuneração desse serviço é baseada em contrato de corretagem diretamente com as seguradoras que fazem a emissão do produto, ou em contrato de prestação de serviços, no qual é baseado um valor fixo por unidade de atendimento alocada.

As demais atividades de pós-venda são categorizadas de acordo com a natureza dos serviços prestados, conforme a seguir:

“**Gestão de Documentos**”: operamos uma central de documentação especializada na gestão, controle e armazenamento de documentação física e digital. O processo de gestão de documentos inicia com o recebimento, via plataformas multicanais, dos arquivos físicos e digitais. Realizamos esse armazenamento em sistema de repositório de imagem na nuvem e a documentação física é catalogada e inserida em sistema de rastreamento por RFID. Nessa operação, também realizamos atividades de análise documental, como tipificação e extração de meta dado. A remuneração desse serviço é baseada em um valor fixo por unidade digitalizada ou guardada.

“**Alocação de Profissionais**”: realizamos a prospecção e seleção de candidatos especializados para a necessidade do cliente, podendo ser este de diferentes segmentos. A remuneração desta atividade é determinada especificamente para cada vaga alocada.

“**Ouvidoria**”: Realizamos o tratamento de ouvidorias com foco na identificação e na solução dos problemas que não foram resolvidos pelos meios tradicionais. Elaboramos subsídio e respostas aos Ofícios judiciais e extrajudiciais. A remuneração dessa operação é em um valor definido pela quantidade de processos em ouvidoria.

Serviços realizados de Concept:

- Pós-venda de seguros
- Pós-venda de consórcios
- Pós-venda de previdência
- Pós-venda de crédito
- Ouvidoria
- Gestão Eletrônica de Documentos
- Terceirização de mão-de-obra especializada
- Televendas

Produtos comercializados na Bmg Corretora

Seguro Prestamista

O seguro Prestamista funciona como garantia para o contratante do crédito que, em caso de morte ou invalidez, terá sua dívida quitada pela seguradora. Este seguro representa uma importante segurança tanto para quem contrata o seguro, pois elimina o risco que a sua família ou empresa suporte a dívida em caso de morte, quanto para o banco, pois diminui a inadimplência e garante a quitação do crédito em caso de ocorrência do sinistro. O seguro Prestamista possui grande aderência ao canal bancassurance, na medida que o seguro é ofertado junto da transação de crédito originado no banco e tem cobertura simples e de fácil entendimento pelo cliente. O produto comercializado pela Operação Bmg Corretora é subscrito pela Generali, não sendo de natureza obrigatória, ou seja, exige esforço de vendas da nossa operação e dos parceiros comerciais para aumentar os níveis de penetração e, consequentemente, o resultado do produto. O seguro prestamista nas modalidades "Prestamista Card" e "Prestamista Stand Alone" – modalidades de seguro do crédito concedido no cartão consignado - são renováveis anualmente, permitindo atuação na retenção e encarteiramento dos clientes. Esse produto foi incorporado em novembro de 2020 e representou 45,9% da receita bruta da Unidade ao longo do exercício social de 2022.

Demais produtos

Além do produto prestamista, a Bmg Corretora possui os seguros de vida e empresarial em carteira. O seguro de vida – Papcard – é comercializado exclusivamente para clientes do BMG Card (cartão exclusivo para aposentados, pensionistas do INSS e servidores públicos).

Produtos comercializados na Bmg Corretora:

- Prestamista, nas modalidades: Prestamista Card; Prestamista Stand Alone; Prestamista Conta e Prestamista

- Consignado
- Seguro de Vida – Sindnapi e Papcard

Produtos comercializados na Wiz Conseg

Auto

A atuação comercial da Wiz Conseg é baseada na multicanalidade, sendo fundamental para a manutenção do desempenho na comercialização do produto Auto, visto que as principais vendas são realizadas através de uma rede de concessionárias. A Wiz Conseg opera com diversas seguradoras entre elas: HDI Seguros, Porto Seguro, Azul Seguros, Tokio Marine, Liberty Seguros, Santander Seguros, Itaú Seguros e Alfa Seguros. A Wiz Conseg, ainda, possui as centrais remotas com papel estratégico na venda e renovação do seguro Auto. Além disso, é um produto que traz potencial de *cross-selling* com outros produtos patrimoniais, bem como gera um relacionamento de longo prazo e oportunidades comerciais com o cliente. Esse produto representou 50,4% da receita bruta da Unidade ao longo do exercício social de 2022.

Demais produtos

A Wiz Conseg comercializa além do seguro auto, os seguros prestamista, garantia mecânica e residencial. O produto prestamista está atrelado ao crédito veicular comercializado nas concessionárias.

Produtos comercializados na BRB Seguros

Seguro Prestamista

A BRB Seguros tem como principal produto, o seguro Prestamista PF, já que sua atuação é majoritariamente voltada à pessoa física, porém também atua na distribuição do Prestamista PJ. Esse seguro funciona como garantia para o contratante do crédito que, no caso de pessoa física, em caso de morte ou invalidez, terá sua dívida quitada pela seguradora e, no caso de pessoa jurídica, garante a proteção de suas operações de crédito em caso de imprevistos. Este seguro representa uma importante segurança tanto para quem contrata o seguro, pois elimina o risco que a sua família ou empresa suporte a dívida em caso de morte ou imprevistos, quanto para o banco, pois diminui a inadimplência e garante a quitação do crédito em caso de ocorrência do sinistro. O seguro Prestamista possui grande aderência ao canal bancassurance, na medida que o seguro é ofertado junto da transação de crédito originado no banco e tem cobertura simples e de fácil entendimento pelo cliente. Nos canais do banco, conforme processo competitivo da UN, o produto de seguro prestamista é exclusivamente ofertado pela Cardif do Brasil nos canais de distribuição da BRB Seguros, acordo este com duração de 20 (vinte) anos na oferta. Esse produto, em seu primeiro ano da operação junto à nossa Companhia, representou 70,0% da receita bruta anual da UN, e 14,0% da receita bruta total da Wiz no exercício encerrado de 2022.

Seguros de Riscos Pessoais

Neste escopo, temos os seguros de Vida, que oferecem diversas proteções e benefícios sob medida ao segurado ou aos seus beneficiários, de acordo com as coberturas escolhidas pelo contratante, e possui enorme importância no modelo de bancassurance. A aderência do seguro de vida ao canal de bancassurance ocorre principalmente por: (i) simplicidade do produto, (ii) preços alinhados ao perfil de renda do cliente, (iii) integração de sistemas, gerando agilidade no momento da venda, bem como comodidade na cobrança através de débito automático em conta corrente. Após processo competitivo, conforme divulgado pelo Banco BRB, a seguradora Cardif do Brasil terá, após acordo comercial, um prazo de 20 (vinte) anos para a oferta exclusiva de produtos de seguros nos canais de distribuição do banco, compilando, nesse caso, os seguros de vida, bem como outros que não deste escopo.

Assim, o principal produto deste escopo para a UN é o Vida Premiado Plus e o Vida Encampação, este último em run-off, e juntos representaram 14,5% da receita bruta anual da UN, e 2,9% da receita total da nossa Companhia.

Demais Produtos

A BRB Seguros ainda comercializa além dos seguros de riscos pessoais e prestamista, seguro auto, seguro residencial e habitacional (estes últimos com oferta exclusiva nos canais do banco pela Mapfre Seguros, conforme acordo comercial), seguro viagem e turismo, seguro rural, dentre outros, bem como produtos de consórcios, capitalização e previdência.

Produtos comercializados na Promotiva

Produtos de Crédito

A Promotiva atua na distribuição de produtos de crédito para pessoa física, ou seja, empréstimos a pessoas físicas, sem vinculação à aquisição de bens ou serviços, mediante a disponibilização de recursos ao tomador para livre utilização. Estes produtos chegam a representar em torno de 90% da receita líquida da UN. Nesse escopo, são ofertados os produtos do tipo crédito consignado, que são operações com desconto na folha de pagamento do contratante, crédito benefício, que é direcionado a aposentados e pensionistas do INSS e que garante condições exclusivas ao contratante, crédito salário, este para pessoas que recebem o salário pelo Banco do Brasil, dentre outros. Esse escopo de produto, no exercício de 2022, representou 84,3% da receita bruta total da UN, bem como 1,0% da receita bruta total da nossa Companhia.

Demais produtos

Além de crédito para pessoa física, a UN também oferece o produto de consórcio exclusivamente ao público agro e que representam em torno de 7% da receita líquida da UN, bem como outros produtos de seguridade e serviços, representando em torno de 2% da receita líquida da UN.

Produtos comercializados na Polishop Seguros

Garantia Estendida

A Polishop Seguros, atua no setor de varejo por meio dos canais de distribuição da rede Polishop comercializando o seguro Garantia Estendida como principal produto, e que tem como objetivo fornecer ao segurado, facultativamente e mediante o pagamento de prêmio, a extensão temporal da garantia do fornecedor de um bem adquirido e, quando prevista, sua complementação, sendo, atualmente o principal produto ofertado no mercado varejista, e representa historicamente uma média de 85% do resultado em seguros da Polishop.

Compra Protegida

A UN também atua na comercialização do produto de seguro Proteção Fácil, sendo um seguro que visa a troca por um produto novo em casa de quebra acidental.

Produtos comercializados na Paraná Seguros

Seguro Prestamista

A Paraná Seguros tem em seu canal de distribuição, em seu primeiro ano de operação, apenas a oferta do seguro Prestamista para pessoa física, já que sua atuação é majoritariamente voltada à pessoa física e na oferta de crédito consignado. Este seguro funciona como garantia para o contratante do crédito que, no caso de pessoa física, em caso de morte ou invalidez, terá sua dívida quitada pela seguradora. Este seguro representa uma importante segurança tanto para quem contrata o seguro, pois elimina o risco que a sua família ou empresa suporte a dívida em caso de morte ou imprevistos, quanto para o banco, pois diminui a inadimplência e garante a quitação do crédito em caso de ocorrência do sinistro. O seguro Prestamista possui grande aderência ao canal bancassurance, na medida que o seguro é ofertado junto da transação de crédito originado no banco e tem cobertura simples e de fácil entendimento pelo cliente.

Produtos comercializados na Omni1 Corretora

Seguro Prestamista

A Omni1 Corretora tem em seu canal de distribuição majoritariamente a oferta do seguro Prestamista, já que sua atuação é voltada para financiamentos, seja de veículos, capital de giro, microcrédito, dentre outros. Este seguro funciona como garantia para o contratante do crédito que, no caso de pessoa física, em caso de morte ou invalidez, terá sua dívida quitada pela seguradora e no caso de pessoa jurídica, garante a proteção de suas operações de crédito em caso de imprevistos. Ainda, este seguro representa uma importante segurança tanto para quem contrata o seguro, pois elimina o risco que a sua família ou empresa suporte a dívida em caso de morte ou imprevistos, quanto para o banco, pois diminui a inadimplência e garante a quitação do crédito em caso de ocorrência do sinistro. O seguro Prestamista possui grande aderência ao canal bancassurance, na medida que o seguro é ofertado junto da transação de crédito originado no banco e tem cobertura simples e de fácil entendimento pelo cliente.

Garantia Mecânica

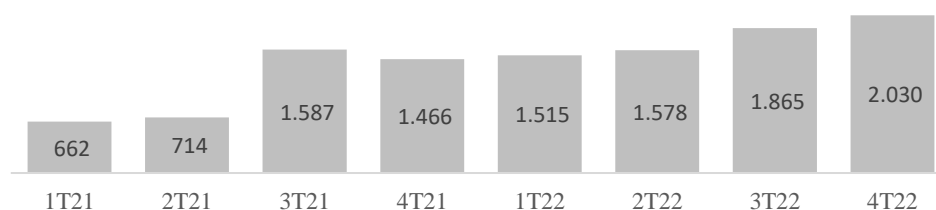
Ainda, a UN atua na oferta do seguro garantia mecânica, que garante, mediante a um limite de indenização, o reparo de partes mecânicas do veículo. Este produto possui baixa representatividade nos resultados da UN.

b. características do processo de distribuição

Somos uma empresa com presença nacional, apoiada em uma sólida estrutura de vendas e operações e recebemos comissões pelas vendas de seguros em diversos ambientes de negócios:

- **Wiz Corporate**: são os nossos funcionários distribuídos em 9 regionais próprias pelo país, além de 45 co-corretores para comercialização de produtos de seguros de riscos especiais para atendimento do canal B2B.
- **Wiz Parceiros**: ambiente de negócios formado por mais de 120 funcionários próprios e 2.030 parceiros ativos, distribuídos por todo país, para comercialização de produtos de consórcio da CSH no "Canal Parceiros", além de produtos da Itaú Consórcios, BB Consórcios e Santander Consórcios, ou seja, fora da rede de distribuição dos bancos CAIXA, Itaú, Banco do Brasil e Santander.

Evolução na Quantidade de Parceiros Comerciais - Wiz Parceiros



- **Wiz Concept**: são os nossos mais de 800 funcionários próprios que atuam nas operações de pós-venda no ramo de seguros e produtos financeiros.
- **Wiz Conseg**: rede de distribuição com foco na venda de seguros e produtos financeiros no segmento Auto, por meio da atuação especializada no canal de concessionárias de automóveis. Atualmente, contam com operação em mais de 200 concessionárias.
- **Bmg Corretora**: a operação conta com mais de 30 funcionários para suporte à venda de produtos de seguros entre eles, seguro prestamista, vida, empresarial, consórcios, previdência e capitalização, além de atuar por meio da rede de distribuição do Banco BMG, composta por mais de 827 lojas físicas – lojas help! - e 2 mil correspondentes bancários ativos.
- **BRB Seguros**: atua por meio da rede de distribuição do Banco BRB, composta por mais de 140 agências bancárias, rede de correspondentes e os canais digitais do banco.

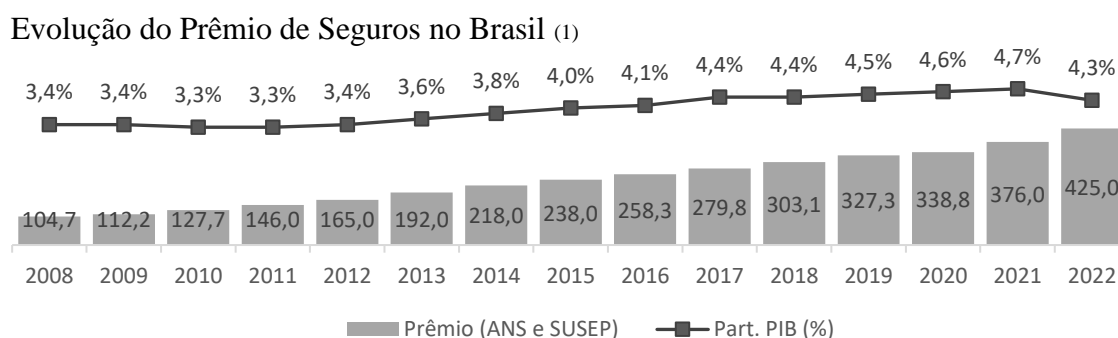
- **Promotiva:** atua por meio de mais de 400 Correspondentes Bancários, que ofertam exclusivamente produtos do Banco do Brasil.
- **Omni1 Corretora:** atua por meio dos canais de distribuição do Grupo Omni, contando com mais de 130 agentes exclusivos do grupo, e presença em mais de 10.000 estabelecimentos comerciais espalhados pelo Brasil.
- **Paraná Seguros:** atua na comercialização de produtos de seguridade por meio dos canais de distribuição do Paraná Banco, possuindo acesso a uma extensa rede de distribuição, seja ela digital, ou física, na qual o banco possui 23 lojas próprias, 135 corbans exclusivos e 105 corbans multimarcas.
- **Polishop Seguros:** atua por meio de toda a rede de distribuição do grupo Polishop, sendo mais de 200 lojas físicas, bem como plataforma de oferta digital e oferta remota como extensão dos canais físico e digital. A nossa Companhia possui outorga de exploração exclusiva pelo prazo de 10 (dez) anos para venda de produtos de seguridade nesses canais do grupo Polishop.

Exceto nos segmentos Bmg Corretora, BRB Seguros, Omni 1 Corretora, e Promotiva, não estamos sujeitos a qualquer exclusividade e, portanto, intermediamos produtos de quaisquer seguradoras em nossas Unidades, principalmente para produtos de Riscos Especiais e Consórcio.

c. características dos mercados de atuação

Visão Geral da Indústria de Seguros

Desde 2008, o mercado de seguros nos países emergentes mostra uma constância no crescimento total de prêmios, e o mesmo pode ser observado no Brasil. O mercado de seguros brasileiro apresentou um crescimento médio anual (CAGR_{13.22}) no volume de prêmio na ordem de 9,2%, segundo dados da SUSEP e ANS. De acordo com a SUSEP, em 31 de dezembro de 2022, o total de prêmio direto de seguros acumulado no ano de 2022 foi de R\$171,2 bilhões, tendo sido considerados os produtos Vida, Acidentes Pessoais, Prestamista, Residencial, Empresarial, Auto (excluindo DPVAT), Rural, Não Contemplados, Condomínio e Garantia e Outros. São excluídos os produtos: Previdência, Capitalização e Consórcio. Em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), os prêmios de seguro passaram de 3,6% do PIB em 2013, para 4,3% em 2022 (não considera operações previdência, saúde, riscos especiais e títulos de capitalização).



¹ Considera prêmios de seguro DPVAT.
Fonte: SUSEP e ANS

Evolução Histórica da Indústria de Seguros

Durante as décadas de 1970 e 1980, a indústria brasileira de seguros apresentou um crescimento modesto, influenciado pelas condições macroeconômicas do período (inflação e taxas de juros elevadas e políticas inibidoras de competição) e por uma cultura ainda pouco atenta à importância da contratação de seguros. Já na década de 1990, mudanças na regulamentação do setor permitiram que as companhias seguradoras tivessem maior liberdade na fixação de preços e estruturação dos produtos, bem como a possibilidade de sociedades estrangeiras deterem o controle de sociedades seguradoras nacionais. O crescimento do setor começou a se acentuar, principalmente, com o fim da hiperinflação advinda da estabilização monetária vivenciada em 1994.

A estabilização da economia brasileira, marcada também pelo incremento na renda média *per capita* da população e o surgimento de uma nova classe média, permitiu um aumento da demanda potencial por produtos de seguros. Paralelamente, observou-se ainda uma melhoria no conjunto normativo do setor por parte da Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP").

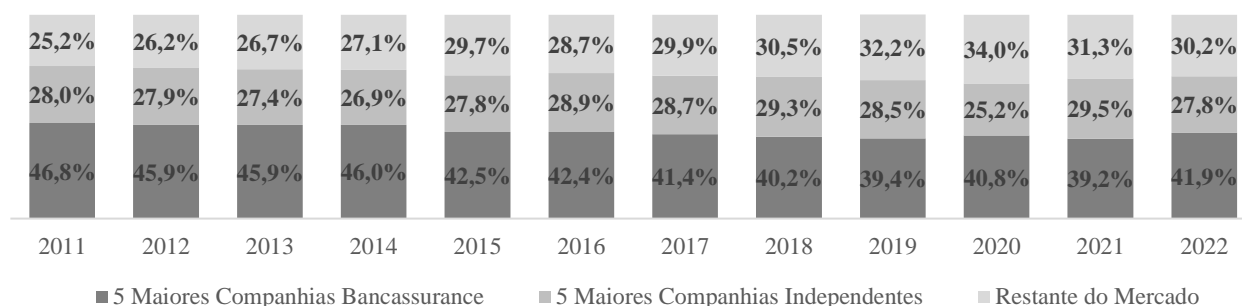
Cenário Atual da Indústria de Seguros

Em 2022, a arrecadação do mercado segurador foi de R\$171,2 bilhões com crescimento de 21,4%, quando comparado à 2021.

Os produtos de *bancassurance* continuam com grande representatividade no mercado de seguros, com 45,9% dos prêmios diretos no período de 12 meses encerrado em 31 de dezembro de 2022, segundo dados divulgados pela SUSEP². Por esta razão, os *players* deste segmento concentram a maior parte do mercado de seguros no País, seguidos de grandes seguradoras, mostrando-se um mercado concentrado no qual os 10 maiores *players*³ detêm cerca de 64,2% do mercado no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2022 (68,8% no mesmo período de 2021), em valor de prêmios diretos divulgado pela SUSEP.

Este perfil é resultado de um processo de consolidação das instituições financeiras brasileiras, que culminou na formação de grandes conglomerados financeiros com forte atuação no varejo. Devido às sinergias observadas entre as redes de distribuição bancária e a venda de seguros, tais instituições passaram a operar no mercado de seguros por meio seguradoras próprias ou por meio de parcerias com grandes seguradoras. Estes fatores influenciaram o mercado de seguros, concentrando grande parte das operações do setor em poucos *players*, conforme demonstrado no gráfico abaixo:

Market Share dos 10 maiores Grupos



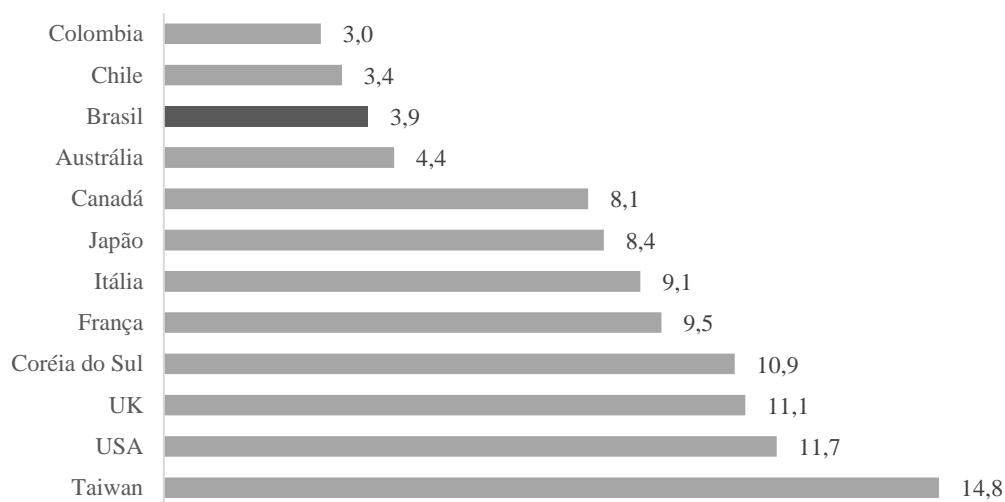
Fonte: SUSEP, excluindo o seguro DPVAT e as receitas de saúde e contribuições de previdência

Apesar dos avanços da indústria de seguros no País nas últimas décadas, o mercado de seguros no Brasil ainda apresenta baixo nível de penetração quando comparado a outros países e à média de penetração mundial, segundo a consultoria especializada Swiss Re.

Ranking – Penetração de Prêmio no PIB (%) - 2021

² Em termos de prêmios diretos, divulgados pela SUSEP, excluindo o produto de DPVAT.

³ Em termos de prêmios diretos, divulgados pela SUSEP, excluindo o seguro DPVAT; (i) as cinco maiores companhias brasileiras de *bancassurance* são: BB Mapfre, Itaú Seguros, Bradesco, Zurich Santander e CSH; e (ii) as cinco maiores seguradoras independentes são: Porto Seguro, Sul América, Allianz Seguros, Tokio Marine e Liberty

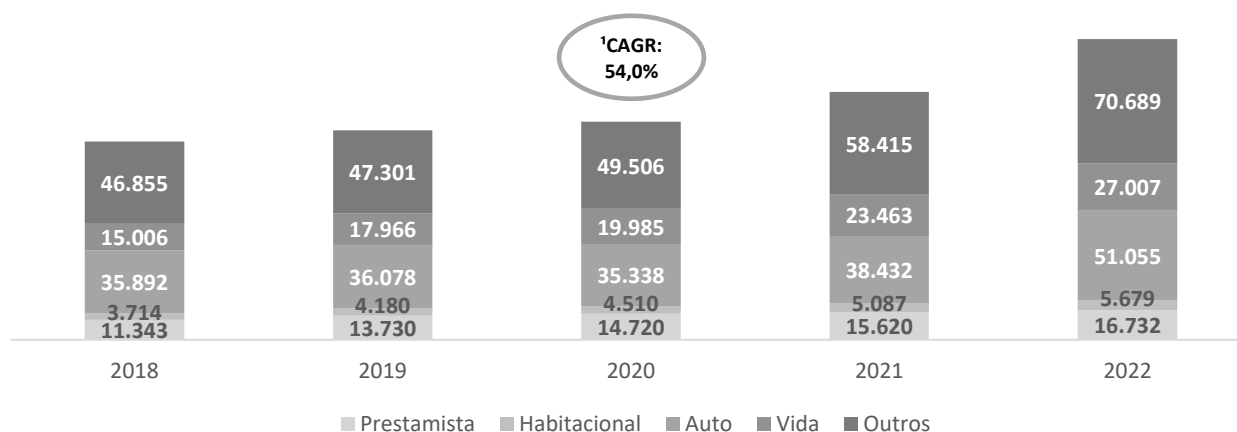


Fonte: Swiss Re, dados de 2020.

Em 2022, os produtos que contribuíram de forma mais efetiva para a expansão do setor de seguros foram as categorias de Prestamista, Vida, Auto e Habitacional, responsáveis por 58,7% do prêmio direto obtido nos 12 meses do ano, excluindo o prêmio de DPVAT. Em razão da sua representatividade, tais produtos apresentaram taxas de crescimento anuais próximas às médias do próprio mercado de seguros, que apresentou um CAGR_[18-22] de 54,0%, excluindo os prêmios de DPVAT.

Outros produtos apresentaram crescimento significativo, com ênfase no produto Rural que sozinho corresponde a 7,9% do prêmio direto de 2022. Em conjunto com os produtos Vida, Habitacional, Prestamista e Auto, somam 66,6% do total e um CAGR_[18-22] de 49,6%, de acordo com os dados da SUSEP, influenciado em grande parte pela expansão do crédito para pessoa física no Brasil.

Volume total de prêmio emitido (em R\$ Milhões)



Fonte: SUSEP, excluindo previdência, capitalização e seguros DPVAT

¹CAGR referente ao conjunto: Prestamista, Habitacional, Auto e Vida.

Vida

Essa categoria de produtos foi responsável por 15,8% dos prêmios de seguros no ano de 2022, sendo o segundo produto mais vendido, atingindo R\$ 27,0 bilhões em prêmio. Esse comportamento é explicado pela grande aderência deste produto aos canais de distribuição de *bancassurance*, como agências bancárias, devido à simplicidade de sua estrutura e ao baixo *ticket* de seus prêmios, gerando grande volume de vendas pelos *players* desse segmento.

A BB Seguridade, ocupa a liderança na venda deste produto no Brasil. Entre os *players* de *bancassurance*, a CSH foi a companhia que mostrou evolução mais relevante nos últimos anos.

Habitacional

Esta categoria de produtos foi responsável por 3,3% do prêmio direto total obtido no ano de 2022. Por se tratar de um seguro obrigatório, estando vinculado a concessão de créditos imobiliários, seus resultados estão intrinsecamente ligados aos resultados de crédito para o setor imobiliário. Em 2022, segundo a Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip), o volume de crédito imobiliário registrado foi de R\$240,8 bilhões, número 5% menor quando comparado ao ano anterior. Isso se deve, especialmente, à desaceleração do setor imobiliário, somado a taxas de juros elevadas. No entanto, esse é um setor que ainda tem grande espaço para crescimento e expansão. Podemos ver que o seguro habitacional apresentou um CAGR_[18-22] de 53,7%, referente ao crescimento de R\$3,1 bilhão em 2015 para R\$5,7 bilhões em 2022, segundo dados da SUSEP.

A CSH é líder na venda deste produto no Brasil, tendo sido capaz de manter uma participação de mercado superior a 50% desde 2005, segundo dados obtidos junto à SUSEP, conforme tabela abaixo, operando junto à CAIXA, um banco com atuação preponderante na concessão do crédito habitacional no Brasil.

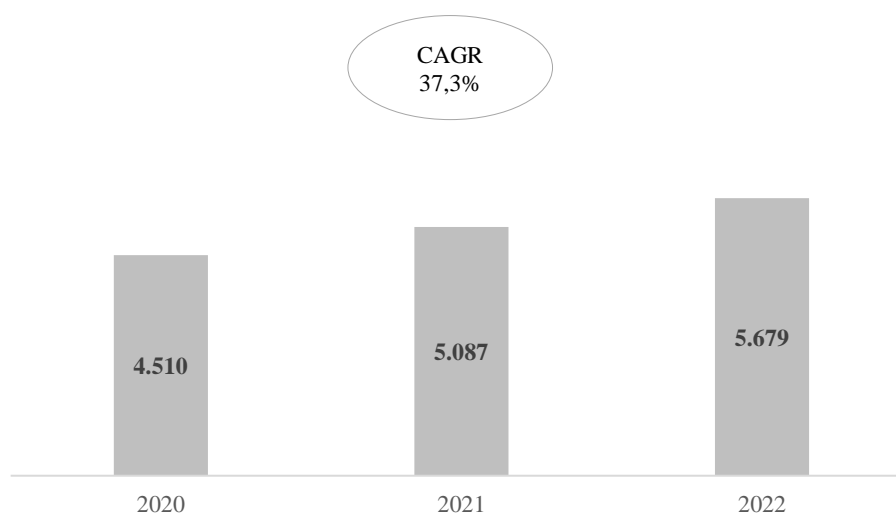
Prêmio Direto de Seguro Habitacional – Brasil

Volume de prêmio emitido (em R\$ milhões) e Market share do produto Habitacional

	Prêmio Direto (MM) e Share Ranking			Prêmio Direto (MM) e Share Ranking			Prêmio Direto (MM) e Share Ranking		
	2020			2021			2022		
Caixa Seguradora S.A.	2.590,87	57,44%	1	2.661,67	52,32%	1	2.526,18	44,49%	1
Itau Seguros S.A.	448,58	9,95%	2	564,81	11,10%	2	719,16	12,66%	2
Bradesco Auto/Re Companhia De Seguros	410,15	9,09%	3	489,10	9,62%	3	557,13	9,81%	3
Zurich Santander Brasil Seguros S.A.	296,65	6,58%	4	354,26	6,96%	4	317,27	5,59%	6
Brasilseg Companhia De Seguros	289,69	6,42%	5	287,16	5,65%	5	297,60	5,24%	7
Too Seguros S.A.	179,46	3,98%	6	246,51	4,85%	6	365,03	6,43%	5
Companhia Excelsior De Seguros	137,68	3,05%	7	155,87	3,06%	7	160,17	2,82%	6
Xs3 Seguros S.A.	-	-	-	96,31	1,89%	8	414,02	7,29%	4
Tokio Marine Seguradora S.A.	38,26	0,85%	8	64,76	1,27%	9	102,65	1,81%	8
Zurich Minas Brasil Seguros S.A.	28,04	0,62%	9	50,03	0,98%	10	66,27	1,17%	9
Hdi Seguros S.A.	13,56	0,30%	10	25,71	0,51%	11	33,14	0,58%	10
American Life Companhia De Seguros	-	-	-	23,18	0,46%	12	44,47	0,78%	11
Rio Grande Seguros E Previdência S.A.	19,83	0,44%	11	-	-	0	-	-	0

Fonte: SUSEP

Volume total de prêmio emitido do produto Habitacional



Fonte: SUSEP

Prestamista

Esta categoria de produtos foi responsável por 9,8% dos prêmios diretos obtidos em 2022, segundo dados da SUSEP, totalizando R\$16,7 bilhões, representando crescimento desde 2005, quando possuía uma representatividade quase irrisória no mercado de seguros brasileiro. Este seguro representa uma garantia importante tanto para quem contrata o seguro, pois elimina o risco de que a família do cliente contratante tenha de arcar com a dívida em caso de morte, quanto para o banco, pois diminui a inadimplência e garante a quitação do crédito em caso de ocorrência do sinistro, o que se acredita que resulte em alto potencial de penetração deste produto nas operações de crédito. Seu desempenho é impactado positivamente pela expansão do crédito para pessoas físicas no Brasil. O produto apresentou um CAGR_[18-22] de 56,5% referente ao crescimento de R\$11,3 bilhões no final de 2018 para R\$16,7 bilhões no final de 2022, conforme dados da SUSEP.

Desde 2003, o BB Seguridade é líder na venda deste produto no Brasil. A CSH e o Zurich Santander são os *players* que mais subiram posições no *ranking* de participação no mercado nos últimos anos, segundo dados obtidos junto à SUSEP.

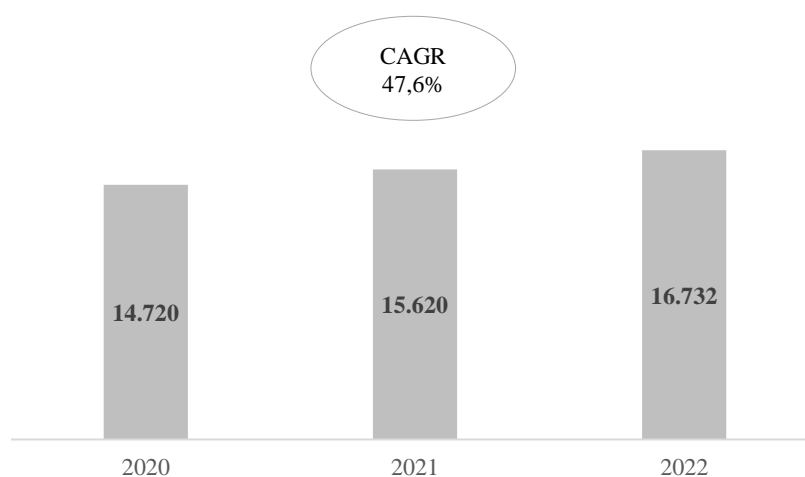
Prêmio Direto de Seguro Prestamista – Brasil

Volume de prêmio emitido (em R\$ milhões) e Market share do produto Prestamista

	Prêmio Direto (MM) e Share Ranking			Prêmio Direto (MM) e Share Ranking			Prêmio Direto (MM) e Share Ranking		
	2020			2021			2022		
Brasileg Companhia De Seguros	2.421,78	16,45%	1	2.027,15	12,98%	4	2.520,66	15,06%	1
Zurich Santander Brasil Seguros E Previdência S.A.	2.076,55	14,11%	2	2.366,06	15,15%	1	2.217,40	13,25%	3
Caixa Vida E Previdência S.A.	1.853,36	12,59%	3	-	-	-	-	-	-
Bradesco Vida E Previdência S.A.	1.786,18	12,13%	4	2.037,47	13,04%	3	2.363,93	14,13%	2
Cardif Do Brasil Vida E Previdência S/A	1.108,35	7,53%	5	1.201,69	7,69%	5	1.218,60	7,28%	6
Caixa Seguradora S.A.	851,89	5,79%	6	-	-	-	-	-	-
Itau Seguros S.A.	623,46	4,24%	7	1.005,83	6,44%	6	1.409,54	8,42%	5
Icatu Seguros S.A.	477,93	3,25%	8	623,75	3,99%	7	698,51	4,17%	7
Sicoob Seguradora De Vida E Previdência S.A.	467,76	3,18%	9	608,32	3,89%	8	661,78	3,96%	8
Mapfre Seguros Gerais S.A.	384,37	2,18%	10	398,49	2,55%	11	428,71	2,56%	10
Xs2 Vida E Previdência S.A.	-	-	-	2.293,55	14,68%	2	1.985,51	11,87%	4
Too Seguros S.A.	354,66	2,41%	11	499,48	3,20%	9	472,03	2,82%	9
Zurich Minas Brasil Seguros S.A.	-	-	-	410,45	2,63%	10	443,16	2,65%	11

Fonte: SUSEP

Volume total de prêmio emitido do produto Prestamista



Fonte: SUSEP

Auto

Esta categoria de produtos foi responsável por 29,8% do prêmio direto total em 2022, correspondente a R\$51,0 bilhões, segundo dados da SUSEP. É o produto de maior representatividade entre os produtos de seguros e apresentou um CAGR_[18-22] de 59,4%. Trata-se de um produto com maior aderência aos canais tradicionais de venda de seguros, tais como rede de corretores independentes (sociedades ou pessoas físicas) que operam com apólices de várias seguradoras. Por esta razão, as seguradoras independentes possuem papel mais relevante na comercialização deste produto. É importante notar que BB Seguridade e Bradesco Seguros, *players* do segmento de *bancassurance*, foram responsáveis em conjunto por 19,0% dos prêmios diretos no ano de 2022 para seguros Auto, valendo-se da mesma estratégia para distribuição do produto, ou seja, uma rede credenciada de corretores independentes. Ao contrário de outros tipos de produtos de seguros, o mercado de seguros Auto, segundo dados da SUSEP, já se encontra em estágio mais maduro de desenvolvimento, com histórico de competição principalmente por preços, na medida em que as apólices emitidas pelas diferentes seguradoras são bastante similares e não há uma percepção de qualidade relevante associada à marca das seguradoras.

Por outro lado, pudemos ver que em 2022 houve uma redução de 0,8% na venda de automóveis, e uma elevação de 5,4% na produção de autoveículos, totalizando 2,4 milhões em 2022, segundo a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea). A queda apresentada no setor em 2022 é reflexo do aumento da inflação e aumento na taxa de juros, com conseqüente queda no apetite do mercado para o consumo desses produtos, à medida que se encarece o crédito.

Desde 2005, a Porto Seguro é líder na venda deste produto no Brasil, apresentando 27,5% deste mercado. A Tokio Marine é o *player* que mais ganhou posições no *ranking* de participação no mercado, passando do 7º lugar em 2014 para o 2º lugar em 2022.

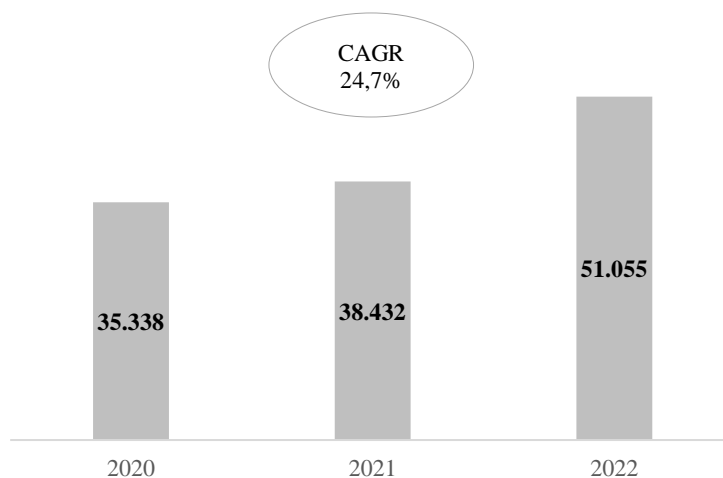
Prêmio Direto de Seguro Auto – Brasil

Volume de prêmio emitido e Market share do produto Auto

	Prêmio Direto (MM) e Share Ranking			Prêmio Direto (MM) e Share Ranking			Prêmio Direto (MM) e Share Ranking		
	2020			2021			2022		
Porto Seguro Companhia De Seguros Gerais (05886)	6.443,60	18,23%	1	7.123,75	18,54%	1	9.484,18	18,58%	1
Bradesco Auto/Re Companhia De Seguros (05312)	3.927,60	11,11%	2	4.521,30	11,76%	3	6.321,45	12,38%	4
Tokio Marine Seguradora S.A. (06190)	3.640,51	10,30%	3	3.986,32	10,37%	4	6.443,33	12,62%	2
Azul Companhia De Seguros Gerais (05355)	3.284,40	9,29%	4	3.700,24	9,63%	5	4.549,53	8,91%	6
Hdi Seguros S.A. (06572)	3.157,77	8,94%	5	3.172,79	8,26%	6	3.746,04	7,34%	7
Liberty Seguros S.A. (05185)	3.148,48	8,91%	6	3.152,06	8,20%	7	4.639,29	9,09%	5
Allianz Brasil Seguradora S.A (01015)	2.929,41	8,29%	7	-	-	-	-	-	-
Mapfre Seguros Gerais S.A. (06238)	2.751,09	7,79%	8	2.989,24	7,78%	8	3.370,38	6,60%	8
Allianz Seguros S.A. (05177)	2.069,49	5,86%	9	5.017,43	13,06%	2	6.368,01	12,47%	3
Sompo Seguros S.A. (05720)	920,96	2,61%	10	1.030,54	2,68%	9	1.297,91	2,54%	9
Zurich Minas Brasil Seguros S.A. (05495)	650,06	1,84%	11	748,83	1,95%	10	1.070,41	2,10%	10

Fonte: SUSEP

Volume total de prêmio emitido do produto Auto (em R\$ milhões)



Fonte: SUSEP

O Segmento de Bancassurance

Visão Geral do Segmento de Bancassurance

Bancassurance, também conhecido como *bank insurance* ou *bancasseguros*, refere-se a uma parceria entre um banco e uma seguradora, na qual a seguradora utiliza os canais de venda do banco para vender produtos de seguros. O segmento de *bancassurance* possui grande relevância no mercado de seguros do Brasil, representando 45,9% do total de prêmios diretos⁴, conforme dados da SUSEP para 2022. Em geral, a grande capilaridade das redes de distribuição dos bancos, aliados à conveniência de oferecer produtos de seguros no momento em que são realizadas transações bancárias, criam um ambiente propício para realização de negócios envolvendo grandes volumes de itens segurados.

A relevância dos prêmios de seguros emitidos no segmento de *bancassurance* está diretamente relacionada ao tamanho da base de clientes dos bancos e à eficiência do principal canal de distribuição das instituições financeiras: sua rede de agências. O volume de seguros comercializado nos balcões dos bancos está sujeito, dentre outros, aos seguintes fatores: (i) expansão do crédito no Brasil; e (ii) crescente inclusão bancária⁵.

A tabela abaixo demonstra a participação do segmento de *bancassurance*⁶ e de seus principais *players* em algumas das principais categorias de produtos de seguro, conforme dados da SUSEP:

Seguradoras ligadas a bancos dominam o mercado de seguros no Brasil

2021 (R\$ milhões)	Mercado ¹	Itaú Unibanco	Bradesco	BB Seguridade	Zurich Santander	CSH	Outros Bancassurance	% de Bancassurance ²	% de Outras
Auto	38.283	-	11,8%	7,8%	-	1,0%	79,4%	21,1%	78,9%
Vida	19.194	8,7%	7,5%	20,3%	9,5%	10,2%	43,7%	58,5%	41,5%
Residencial	3.869	-	15,0%	11,6%	9,9%	17,2%	46,3%	67,1%	32,9%
Multi-Risco Empresarial	3.057	1,8%	3,9%	10,6%	6,3%	5,3%	72,1%	28,9%	71,1%
Prestamista	15.620	6,4%	13,1%	15,5%	15,1%	14,7%	35,1%	70,4%	29,6%
Habitacional	5.087	46,5%	9,6%	5,8%	7,0%	54,2%	-23,1%	87,7%	12,3%
Demais produtos	591	-	1,6%	16,9%	-	4,4%	77,1%	22,9%	77,1%
Total	85.701	5,9%	10,7%	12,2%	6,0%	9,6%	55,5%	44,8%	55,2%
Previdência (VGBL + PGBL)	141.079	7,0%	20,7%	32,7%	7,8%	1,7%	30,1%	92,2%	7,8%
Total	226.780	6,6%	16,9%	24,9%	7,1%	4,7%	39,7%	74,3%	25,7%

2022 (R\$ Milhões)	Total Mercado	Itaú Unibanco	Bradesco	BB Seguridade	Zurich Santander	CSH	Outros	% do Total de Bancassurance	% de Outras
Auto	51.055	0,0%	12,4%	6,6%	2,1%	0,8%	0,7%	22,6%	77,4%
Vida	27.007	10,8%	8,2%	17,7%	13,6%	8,2%	2,6%	61,0%	39,0%
Residencial	4.485	0,0%	15,5%	3,3%	10,3%	17,0%	11,4%	57,6%	42,4%
Empresarial	3.300	2,3%	4,2%	10,7%	7,7%	1,2%	0,9%	27,0%	73,0%
Prestamista	16.732	8,4%	14,1%	17,6%	15,9%	11,2%	2,5%	69,8%	30,2%
Habitacional	5.679	12,7%	9,8%	5,4%	6,8%	51,8%	0,0%	86,4%	13,6%
Demais Produtos	62.898	1,5%	1,5%	20,3%	5,8%	0,7%	3,2%	32,9%	67,1%
Total	171.155	3,5%	7,7%	14,4%	7,1%	5,1%	2,3%	40,2%	59,8%
Previdência (VGBL e PGBL)	153.051	7,6%	21,1%	34,8%	8,3%	8,7%	1,3%	80,1%	19,9%
Total	324.206	5,5%	14,1%	24,0%	7,7%	6,8%	1,9%	59,2%	40,8%

Fonte: SUSEP, Dez/22.

¹Valores baseados em Prêmios Diretos para os produtos de seguros, excluindo saúde e DPVAT. Para Previdência considera prêmio combinado.

⁴ Não considera seguro DPVAT e não considera receitas com saúde e contribuições de previdência.

⁵ Inclusão bancária, também conhecida como bancarização, é o movimento de aumento do universo de pessoas com algum vínculo com instituições financeiras, por meio da facilitação do acesso da população aos seus produtos e serviços.

⁶ Segmento de *Bancassurance* inclui: Zurich Santander (Zurich, Santander, Real e Minas - Brasil); BB – MAPFRE (Banco do Brasil, Mapfre, Vera Cruz, Aliança do Brasil e Companhia de Seguros Aliança do Brasil); Bradesco; CSH; Banestes; HSBC; Itaú (Itaú, AIG e Unibanco); Safra; BTG Pactual.

² Segmento de *Bancassurance* inclui: Zurich Santander (Zurich, Santander, Real e Minas - Brasil); BB Seguridade (Banco do Brasil, Mapfre, Vera Cruz, Aliança do Brasil e Companhia de Seguros Aliança do Brasil); Bradesco (Bradesco, HSBC); CSH; Banestes; Itaú (Itaú, AIG, Unibanco e Itaú Seguros de Auto e Residência - ISAR); Safra; BTG Pactual.

Os maiores grupos de *bancassurance* no Brasil se diferem quanto a suas estratégias de operação, tanto no que diz respeito ao modelo de subscrição de risco, quanto nos seus respectivos modelos de corretagem de seguros:

- **Modelos de subscrição de risco.** Com relação ao modelo de subscrição de risco, Bradesco Seguradora e a Santander Seguradora, por exemplo, apresentam posicionamentos opostos. A CSH e a Bradesco Seguradora fazem a subscrição de seus próprios produtos, tomando o risco e retendo os lucros relacionados à comercialização destes, enquanto que o Santander e Banco do Brasil compartilham parte dos seus riscos atuariais com outras seguradoras, como a Zurich Santander (*Joint Venture* entre a Zurich Seguros e o Banco Santander) e as empresas Mapfre BB SH1 e Mapfre BB SH2 (*Joint Ventures* entre a BB Seguridade, controlada pelo Banco do Brasil, e a seguradora Mapfre para subscrição de risco em seguros de vida e patrimoniais). A Itaú Seguros, outro grande grupo no setor, possui uma participação minoritária na Porto Seguro para oferta de seguros de automóveis dessa seguradora em sua rede de agências.
- **Modelos de corretagem de seguros.** No que tange ao relacionamento com seus clientes, as seguradoras também divergem em suas estratégias comerciais, podendo se valer de corretores exclusivos e/ou de corretores independentes. A Bradesco Seguros e a Itaú Seguros, por exemplo, utilizam principalmente redes de corretores independentes, que atuam de forma descentralizada sob todo o território nacional. Já a CSH e a BB Seguridade concentram seu modelo de corretagem em uma corretora exclusiva, sendo que para determinados produtos com menor aderência aos canais de *bancassurance* essa corretora pode vir a utilizar redes de corretores independentes. A Zurich Santander utiliza um modelo misto, composto por uma corretora exclusiva para alguns produtos e corretores independentes para outros. Neste tipo de modelo de corretagem, a corretora exclusiva da CSH, diferentemente da BB Seguridade, possui gestão independente e atua em território nacional com sua força de vendas própria.

Seguradora	Subscrição de Risco	Modelo de Corretagem
BB Seguridade	<i>Joint Venture</i>	Corretora exclusiva
Bradesco Seguros	Próprio	Corretores independentes
Itaú Seguros	Próprio	Corretores independentes
Zurich Santander	<i>Joint Venture</i>	Modelo misto
CSH	Próprio	Corretora exclusiva

Relevância da Operação de Seguros para as Instituições Financeiras

Nos últimos anos, visando a minimizar dois impactos negativos em suas operações da redução das taxas básicas de juros no Brasil, bem como pela necessidade de retenção de capital para atender níveis de solvência, as instituições financeiras identificaram produtos e serviços alternativos e/ou complementares capazes de sustentar suas taxas históricas de rentabilidade. Neste cenário as operações de seguros possuem um papel fundamental no incremento dos índices de rentabilidade consolidados dos bancos, o que pode ser evidenciado pela análise do retorno sobre o patrimônio líquido médio ("ROAE" – sigla em inglês para *Return on Average Equity*).

Indústria de Corretagem de Seguros no Brasil

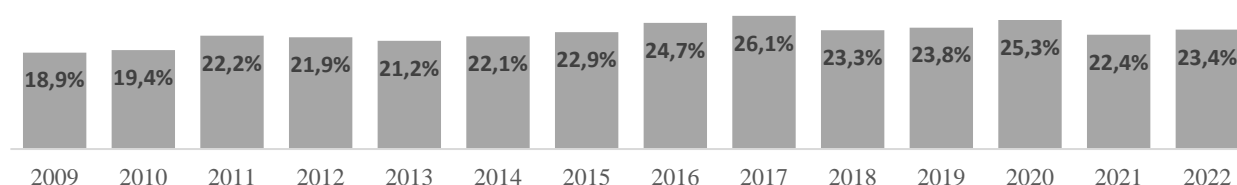
Visão Geral do Mercado de Corretagem de Seguros

A atividade de corretagem de seguros consiste na intermediação de contratos de seguros entre as sociedades seguradoras e as pessoas físicas ou jurídicas seguradas. Nessa atividade, a corretora tem papel relevante no fechamento de negócios de seguros, porém, não assume os riscos atuariais das apólices comercializadas, que são integralmente suportados pelas seguradoras. No processo de venda via corretores, a seguradora disponibiliza seus produtos de seguro e se limita a subscrição do risco atuarial. No Brasil, a corretagem compõe o principal canal de distribuição de seguros, sendo beneficiada por normas regulatórias que estabelecem a necessidade de contratação de corretores de seguros, nos termos do artigo 18

da Lei nº 4.594/64.

A operação das corretoras cria uma rede de distribuição mais efetiva para as seguradoras, com acesso direto aos clientes, gerando *feedbacks* para o desenvolvimento dos produtos de acordo com necessidades específicas de cada cliente. A remuneração no setor se baseia em comissões pagas com base nos prêmios emitidos pelas companhias seguradoras, variando de acordo com o tipo de produto e o tamanho do prêmio entre outros fatores. A remuneração de corretores em relação aos prêmios das seguradoras tem se mantido historicamente estável nos últimos anos.

Despesas com Comercialização de Seguros (% Comissões pagas em relação ao Prêmios Emitidos)



Fonte: SUSEP, com base nas despesas com comercialização de seguros das seguradoras e prêmios emitidos.

A tabela abaixo sumariza as principais diferenças dos negócios desenvolvidos pelas seguradoras e pelos corretores de seguros:

Comparação das Atividades das Seguradoras e Corretores

Característica	Companhia Seguradora	Corretor(a) de Seguros
Risco	Assunção de Risco Atuarial	Inexistência de Risco Atuarial
Rentabilidade	Margens de Lucro Elevadas	Margens de Lucro Superiores
Barreiras de Entrada	Maior Barreira de Entrada	Menor Barreira de Entrada
Regulação	Alto Nível de Regulação	Menor Nível de Regulação
Necessidade de Capital	Maior Necessidade de Capital	Menor Necessidade de Capital

A indústria de corretagem de seguros no Brasil é composta, basicamente, por quatro tipos de agentes intermediários de distribuição: (i) sociedades de corretagem com atuação exclusiva junto a seguradoras, geralmente ligadas a grandes instituições bancárias (segmento de “*bancassurance*”), (ii) grandes sociedades corretoras independentes, que atuam com a venda de apólices emitidas por diferentes seguradoras; (iii) pequenas sociedades corretoras e corretores independentes pessoas físicas atuando na atividade de corretagem; e (iv) sociedades corretoras que atuam por meio de canais remotos, especialmente *websites*.

Quanto à divisão do mercado de distribuição de seguros, as corretoras exclusivas utilizam os canais de venda dos bancos aos quais estão ligadas, se utilizando da abrangência nacional das agências e postos de atendimento, além da base de correntistas já consolidadas. Os corretores independentes pessoas físicas e pequenas sociedades corretoras atuam com foco em varejo, enquanto as grandes sociedades corretoras independentes se dividem entre os segmentos de seguro corporativo (grandes contas) e por meio de parcerias com grandes redes varejistas. Os corretores que operam via canais remotos atuam com foco em varejo. O segmento varejista se caracteriza pela relação pessoal entre corretora e cliente, construída geralmente a partir de parcerias com estabelecimentos comerciais ou grandes instituições financeiras, como bancos de varejo, capazes de gerar uma base de clientes com escala suficientemente relevante para atuação. No segmento corporativo, os produtos vendidos são geralmente customizados e de maior complexidade, exigindo certo grau de especialização e expertise técnica dos distribuidores.

	Corretores pessoas físicas e pequenas sociedades corretoras	Corretores remotos	Grandes corretoras independentes	Corretoras exclusivas
Entrada	Baixas barreiras de	Média barreira de	Alta barreira de	Alta barreira de

	entrada	entrada (<i>software</i> e integração de sistema com seguradoras)	entrada (abrangência, grandes contas, marca e sofisticação)	entrada (integração de sistema com a seguradora, exclusividade e abrangência)
Abrangência	Atuação regional	Atuação nacional	Atuação nacional e internacional	Atuação nacional
Foco	Foco em varejo	Foco em varejo	Foco corporativo e parcerias (grandes contas)	Foco em <i>bancassurance</i>
Perfil de produtos	Maior aderência a produtos Auto e Saúde.	Maior aderência a produtos Auto e viagem.	Maior aderência a produtos sofisticados, como Riscos Especiais.	Maior aderência a produtos Vida, Prestamista e Habitacional.
Principais <i>Players</i>	Diversos	Bidu e Sonntag Seguros	Willis Group, Marsh & McLennan e Alper.	Wiz e BB Corretora

Redes de distribuição eficientes são fundamentais para determinar a participação de mercado de cada participante do setor de seguros. Neste sentido, há diferenças relevantes entre seguradoras independentes e seguradoras de *bancassurance*. Essa dinâmica torna clara a divisão do mercado de acordo com a facilidade de cada grupo de seguradoras em operar com certos tipos de produtos, tendo as seguradoras independentes certa vantagem em produtos como automóveis, enquanto as seguradoras ligadas a bancos lideram em seguros de vida, habitacional e prestamista, por exemplo. As recentes atividades do mercado têm, no entanto, reduzido a evidência dessas divisões e vantagens por produtos, em função de associações entre seguradoras independentes e bancos.

Diagnóstico do Mercado de Corretagem de Seguros

O mercado de corretagem de seguros é altamente fragmentado. Segundo os dados da SUSEP, em 02 de maio de 2023, o mercado brasileiro era composto por aproximadamente 57,9 mil corretoras pessoas jurídicas. Acredita-se que nos últimos anos o setor vem experimentando uma tendência de consolidação, impulsionada por corretoras que, por meio de aquisições de pequenas e médias corretoras regionais, estão obtendo ganhos significativos de escala oriundos da melhoria da eficiência operacional em razão (i) do maior poder de barganha na negociação das taxas de comissão com companhias seguradoras e (ii) do melhor aproveitamento de custos fixos, como serviços administrativos, operações de *backoffice*, melhoria de processos, serviços financeiros e de tecnologia. Além disso, o aprimoramento da estrutura das corretoras permite que elas ofereçam às seguradoras determinados serviços secundários, porém necessários à venda de seguros, tais como serviços de pós-venda, *backoffice*, regulação de sinistros e outras atividades relacionadas ao pagamento e gerenciamento dos sinistros, permitindo que as seguradoras foquem seus esforços na administração do risco atuarial.

i. participação em cada um dos mercados

Não há informações confiáveis acerca das participações no mercado de corretagem de seguros. No entanto, monitoramos nossa participação no mercado de seguros a partir de informações internas acerca da emissão de prêmios em nossas unidades de negócios, em comparação ao valor de prêmios emitidos pelo mercado divulgados pela SUSEP.

A tabela abaixo ilustra a participação dos segmentos do Grupo Wiz no mercado brasileiro de seguros no ano de 2022:

PRÊMIO EMITIDO (em R\$ milhões)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022	Participação de mercado
Wiz Conseg	72,75	0,0%
Wiz Corporate	395,58	0,2%
Bmg Corretora	827,57	0,5%
BRB Seguros	522,69	0,3%
Polishop Seguros	22,13	0,0%
Paraná Seguros	0,37	0,0%
Inter Seguros	210,94	0,1%
TOTAL¹	2.052,04	1,2%
BB Corretora	25.852,96	15,1%
Outras	145.302,08	84,9%
MERCADO¹⁻²	171.055,05	100,0%

¹Não inclui saúde, previdência, capitalização, consórcios e DPVAT.

² Total de prêmios no mercado brasileiro de seguros. BB Seguridade, Itaú Seguros e Bradesco Seguros representam os principais players do segmento de bancassurance.

Fonte: SUSEP e dados internos da Companhia.

Indústria de Consórcios no Brasil

Visão geral do segmento de consórcios

De acordo com a Associação Brasileira de Administradoras de Consórcio (ABAC), consórcio é a modalidade de compra baseada na união de pessoas - físicas ou jurídicas - em grupos, com a finalidade de formar poupança para a aquisição de bens móveis, imóveis ou serviços. A formação desses grupos é feita por uma Administradora de Consórcios, autorizada e fiscalizada pelo Banco Central do Brasil, de acordo com a Lei 11.795/2008. Nesse sistema, o valor do bem ou serviço é diluído em um prazo predeterminado, e todos os integrantes do grupo contribuem ao longo desse período. Mensalmente (ou conforme estipulado em contrato), a administradora os contempla, por sorteio ou lance, com o crédito no valor do bem ou do serviço contratado, até que todos sejam atendidos. As vantagens do Consórcio são: horizonte estendido de pagamentos, poder de compra à vista, oportunidade de ampliação de patrimônio e flexibilidade do uso do crédito.

A ABAC classifica os consórcios nas seguintes modalidades:

- Veículos Leves
- Motocicletas e Motonetas
- Imóveis
- Veículos Pesados
- Serviços
- Eletroeletrônicos e outros bens duráveis

As três modalidades com maior relevância para o segmento são: veículos leves, motocicletas e motonetas, e imóveis.

Participantes ativos de consórcios

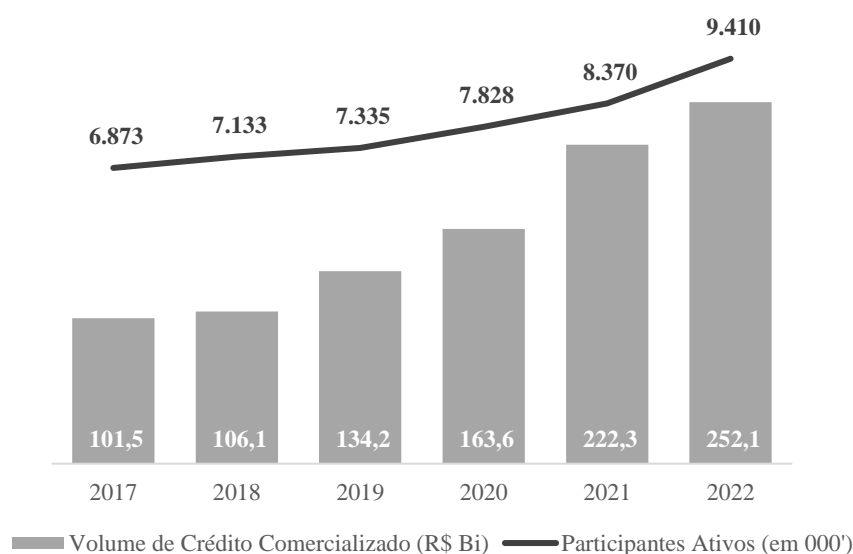
Participantes ativos (em milhões)	2018	2019	2020	2021	2022	Market Share 2022
Veículos leves	3,6	3,7	3,8	4,0	4,2	45,0%
Motocicletas e Motonetas	2,2	2,2	2,3	2,4	2,6	27,7%
Imóveis	0,9	1,0	1,0	1,2	1,4	15,2%

Veículos Pesados	0,3	0,3	0,4	0,5	0,7	7,0%
Serviços	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2	2,1%
Eletroeletrônicos e outros bens duráveis	0,0	0,1	0,1	0,2	0,3	3,0%
Total*	7,1	7,4	7,8	8,4	9,4	100%

(*) Market Share Total como % do PIB

Fonte: ABAC

Em 2022 a ABAC registrou 9,41 milhões de participantes ativos, crescimento de 12,4% em relação a 2021. As vendas de novas cotas totalizaram 3,93 milhões (13,6% maior em relação a 2021) representando R\$252,09 bilhões em créditos comercializados (13,4% maior em relação a 2021) e um tíquete médio de R\$59,56.



Fonte: ABAC

De acordo com o Banco Central, em 2022 havia 141 administradoras de consórcio ativas no Brasil. Nossa Unidade de Negócio Wiz Parceiros é responsável pela comercialização de produtos de Consórcio da CNP Consórcios, do Itaú Consórcios, da Santander Consórcios, BB Consórcios, Bradesco Consórcios e Porto Seguro Consórcios em mar aberto. A operação é baseada em um modelo de negócio B2B2C (*Business to Business to Consumer*), com foco na prospecção e ativação de parceiros especializados no produto. Em 2022 a CNP Consórcios foi a décima terceira maior em número total de cotas ativas.

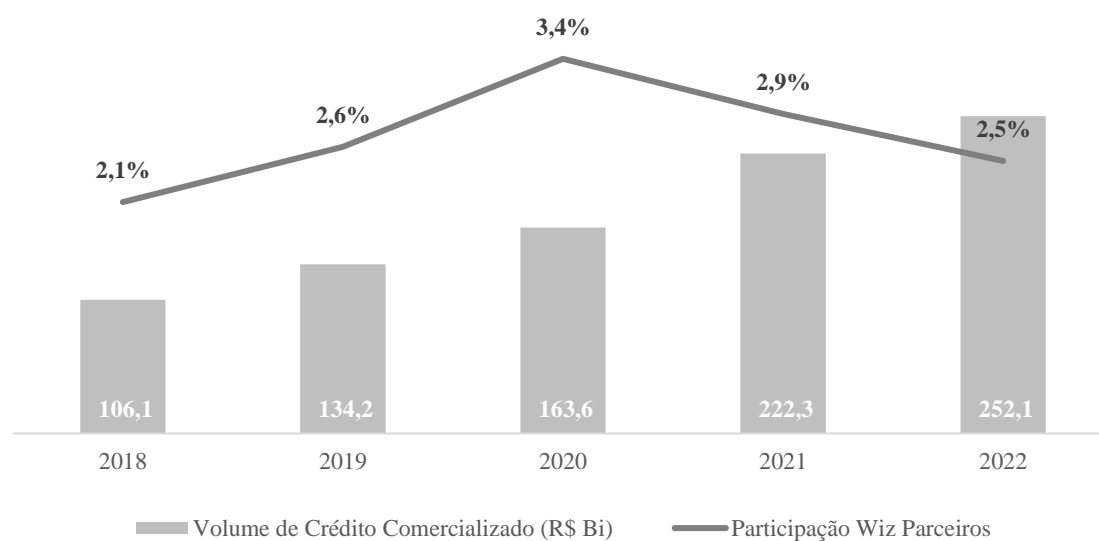
Ranking de Administradoras de Consórcio

QUANTIDADE DE COTAS ATIVAS (EM MILHARES)				
RANKING 2022	ADMINISTRADORA	2021	2022	Market Share 2022
1	ADM CONS NAC HONDA LTDA	1.581	1765	18,7%
2	BB CONSÓRCIOS	1.382	1724	18,3%
3	BRADESCO CONS. LTDA.	1.517	1570	16,6%
4	ITAÚ ADM DE CONSÓRCIOS LTDA	401	487	5,2%

5	SANTANDER BRASIL ADM CONS LTDA	337	354	3,8%
6	SICOOB ADM CONS LTDA.	268	319	3,4%
7	ADM CONS SICREDI LTDA	246	277	2,9%
8	PORTO SEGURO ADM. CONS. LTDA	192	243	2,6%
9	HS ADM CONS LTDA	180	208	2,2%
10	EMBRACON ADM CONS LTDA	166	162	1,7%
11	DISAL ADM CONS LTDA	171	153	1,6%
12	ADEMICON ADM CONS S.A.	119	148	1,6%
13	CNP CONSORCIO S.A. ADM CONS	158	140	1,5%
14	YAMAHA ADM CONS LTDA	110	113	1,2%
	Outros	1.657	1.767	18,7%
	Total	8.485	9.429	100,0%

Fonte: BCB, disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/consorciobd>

Abaixo, demonstramos a participação da Wiz Parceiros na venda de consórcios do Brasil.



Fonte: ABAC e Wiz.

Indústria de Crédito no Brasil

De acordo com o Banco Central do Brasil, quando se fala em Crédito Ampliado, este engloba, além das operações de crédito do sistema financeiro nacional (empréstimos e financiamentos concedidos por bancos e outras instituições financeiras), as operações de crédito dos demais setores institucionais residentes, títulos de dívida públicos e privados, e créditos concedidos por não residentes (dívida externa). Em suma, referindo-se a Crédito, o tomador de crédito, por meio de diversos produtos e modalidades de operações, como empréstimos e financiamentos, irá dispor de recursos financeiros para utilizá-lo da forma desejada.

Em 2022, segundo o BACEN, as operações de crédito ampliado às famílias atingiram a ordem de R\$3,4 trilhões (34,8% do PIB), representando uma expansão de 16,7% frente a 2021. Já em relação ao crédito ampliado às empresas, o valor atingido foi de R\$5,1 trilhões (52,3% do PIB), representando uma expansão de 8,9% no ano.

Na indústria de crédito, o BACEN classifica os produtos de crédito em diversas modalidades, sendo algumas delas:

- Crédito pessoal
- Crédito pessoal consignado
- Crédito pessoal consignado para beneficiários do INSS
- Crédito pessoal não consignado
- Cartão de crédito – compras a vista
- Cartão de crédito – parcelado
- Cartão de crédito – rotativo
- Conta Garantida

ii. condições de competição nos mercados

Nas Unidades de Negócio do segmento estratégico de seguros atuamos, majoritariamente, no modelo de exclusividade para distribuição de produtos de seguros e de crédito nos canais de distribuição de nossos parceiros comerciais, limitando a concorrência enfrentada nesses ambientes.

Bmg Corretora

Possuímos exclusividade para comercialização de seguros nos canais de distribuição do Banco BMG, por 20 (vinte) anos, contados a partir de 3 de novembro de 2020. Não obstante, nesta categoria de produtos também somos afetados pela concorrência existente entre as instituições financeiras brasileiras.

Inter Seguros

Da mesma forma, possuímos exclusividade para comercialização de produtos de seguridade nos canais de distribuição do Banco Inter, por 50 (cinquenta) anos, contados a partir de 27 de junho de 2019. Não obstante, nesta categoria de produtos também somos afetados pela concorrência existente entre as instituições financeiras brasileiras, bem como por operações de venda de seguros em canais digitais.

Wiz Conseg

Já na Wiz Conseg, possuímos exclusividade para comercialização de seguros na rede de concessionárias do Grupo Barigui, por 10 anos, a partir de 3 de março de 2020. Já nas demais redes de concessionárias que atuamos, estamos expostos à concorrência do setor.

Wiz Corporate

Na Unidade de Negócio do segmento estratégico Corporate, composto pela Unidade Wiz Corporate, nos situamos em um setor extremamente competitivo, composto por mais de 127 mil corretores de seguros em 23 de maio de 2023, segundo a SUSEP.

BRB Seguros

Possuímos exclusividade para a comercialização de seguros nos canais de distribuição do Banco BRB, por 20 (vinte) anos, contados a partir de 31 de dezembro de 2021. Não obstante, nesta categoria de produtos também somos afetados pela concorrência existente entre as instituições financeiras brasileiras.

Wiz Parceiros

Na Wiz Parceiros, por meio de diversos parceiros comerciais especializados, principalmente, em produtos de consórcios, comercializamos estes produtos e outros produtos de crédito, como o *Home Equity*, *Car Equity* e consignado. Portanto nossos parceiros terão competição com demais ofertantes de produtos iguais ou similares no mercado, oferecidos por instituições financeiras. O setor de consórcios, onde atuamos nas UNs do segmento Canais Indiretos, também é altamente competitivo, possuindo mais de 136 administradoras em funcionamento no país⁷.

⁷ Bacen: Relação de Instituições em Funcionamento no País – Administradoras de Consórcios. Em 31 de dezembro de 2022.

Promotiva

A Promotiva atua por meio de sua extensa rede de Correspondentes Bancários do Banco do Brasil, ofertando, principalmente, produtos de crédito para pessoa física e produtos de seguridade e consórcios. A Unidade, portanto, compete frente a instituições financeiras, na medida em que seus produtos são também majoritariamente ofertados pelas mesmas.

Polishop Seguros

Nossa Unidade atuante no setor varejista oferece apenas produtos de seguros, que são ofertados no momento da compra dos produtos oferecidos pela rede varejista Polishop; portanto, produtos como eletrodomésticos, aparelhos eletrônicos, dentre outros. Assim, a competição se dá no ambiente de varejo frente a redes que ofertam uma mesma gama de produtos descritos acima, dentre outros.

d. eventual sazonalidade

Não há impactos relevantes de sazonalidade em nossos negócios.

e. principais insumos e matérias primas, informando:

Como prestadores de serviços de corretagem, nosso principal insumo consiste em salários, encargos trabalhistas e benefícios. Este item foi responsável por 43,0% dos nossos custos dos serviços prestados e despesas operacionais no exercício social encerrado em 31 dezembro de 2022 (45,6% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021).

i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

Como prestadores de serviço, nosso modelo de negócios prescinde de fornecedores de matérias primas e insumos relevantes. Nossos principais fornecedores são provedores de assistência, prestação de serviços e sistemas relacionados a tecnologia da informação, com os quais mantemos contratos por prazos determinados, com pagamentos mensais pelos serviços prestados.

Tais contratos possuem hipóteses expressas de rescisão, com cláusulas de multa em caso de descumprimento contratual.

Nossa relação com nossos fornecedores não está sujeita a controle ou regulamentação governamental, sendo que os contratos pelos quais adquirimos licenças de *softwares* são regidos pela Lei nº 9.609/98.

ii. eventual dependência de poucos fornecedores

Não consideramos haver dependência relevante de nossos fornecedores.

iii. eventual volatilidade em seus preços

Os salários de nossa força de venda são ajustados anualmente por meio de dissídio coletivo. O ajuste, por sua vez, é influenciado pelo comportamento da inflação no período anterior ao reajuste. Em 2022, o dissídio coletivo estabeleceu um ajuste de 10,16% no salário de nossos empregados. Para mais informações sobre os efeitos da inflação em nossas receitas e custos, vide item 2.2.b e 2.2.c deste Formulário de Referência.

1.5 Principais clientes

Até 14 de fevereiro de 2021, atuávamos como corretora exclusiva da CSH, seguradora que possuía a exclusividade para a venda de produtos de seguridade nos canais de venda da CAIXA, sendo que parte significativa da nossa receita advinha dessa contraparte. Conforme detalhado na seção 1.2 deste Formulário de Referência, a nossa Companhia passou, então, a partir de tal data, a registrar apenas a receita proveniente de vendas passadas. Além disso, com o início da operação da Bmg Corretora, em novembro de 2020, passamos a registrar receita significativa proveniente do cliente Generalli, uma vez que a Bmg Corretora opera com exclusividade a venda de produtos da seguradora Generalli nos canais de venda do Banco Bmg.

a. montante total de receitas provenientes de clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total da Companhia

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, R\$239,0 milhões, ou, 23,1% de nossa receita bruta de prestação de serviços, foi oriunda da comercialização de produtos de seguridade da CSH, cuja venda a clientes finais foi intermediada por nós e prestação de serviços de pós-venda para a CSH (R\$573,2 milhões ou 63,5%, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021). Ainda neste mesmo exercício social, R\$289,5 milhões, ou 28% de nossa receita bruta de prestação de serviços foi oriunda da comercialização de produtos de seguros da Generalli, por meio da subsidiária Bmg Corretora.

b. segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes dos clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total da Companhia

O segmento mais afetado pelas receitas provenientes da CSH é o segmento Wiz, na medida em que este segmento abriga a maior parte dos produtos de *bancassurance* que comercializamos, na Operação Rede Caixa, cuja receita era 100% oriunda da CSH, em razão de nossa exclusividade.

O segmento Wiz representou 23,7% de nossa receita líquida de prestação de serviços, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 (48,5% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021).

O segmento Wiz Parceiros também foi diretamente afetado pelas receitas provenientes da CSH, à medida que grande parte dos produtos comercializados por esse segmento eram oriundos das empresas desse cliente (Caixa Consórcios, CSH e Previsul). O segmento de Operações Parceiros representou 6,6% de nossa receita líquida de prestação de serviços no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 (8,1% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021).

No segmento Wiz Corporate, sempre oferecemos produtos que escaparam aos termos da exclusividade que existia com a CAIXA, tais como seguros de Riscos Especiais e, por isso, já obtínhamos receitas oriundas de outras seguradoras que não só a CSH. O segmento de Wiz Corporate representou 5,4% de nossa receita líquida de prestação de serviços no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 (4,9% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021). O mesmo ocorre no segmento Wiz Benefícios (antigo Wiz Saúde), que representou 0,7% de nossa receita líquida de prestação de serviços no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 (0,7% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021).

O segmento Wiz Concept também era afetado pelas receitas proveniente da CSH, uma vez que, até o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, atuou, majoritariamente, realizando serviços de pós-venda em seguros e produtos financeiros para as empresas do conglomerado CSH. Esse segmento representou 11,1% de nossa receita líquida de prestação de serviços no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

O exercício de nossas atividades depende da obtenção de autorizações governamentais e de nosso histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações.

Os setores de seguros e previdência complementar no Brasil estão sujeitos a uma regulamentação abrangente. Nesse contexto, visando a centralizar as atividades de legislação e fiscalização do setor, foi criado, por meio do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, conforme alterado, o Sistema Nacional de Seguros Privados - SNSP, composto (i) pelo CNSP, (ii) pela SUSEP, (iii) pelas companhias de seguros e entidades de previdência complementar que foram devidamente autorizadas a realizar negócios no mercado local, (iv) pelas companhias de resseguro (incluindo o IRB-Brasil) e (v) pelo corretores de seguros devidamente habilitados e/ou registrados.

No Brasil, a regulamentação das atividades de seguro, cosseguro, resseguro, retrocessão, capitalização, previdência complementar aberta e de corretagem é realizada, fundamentalmente, pelo CNSP e pela SUSEP. Nesse sentido, as sociedades corretoras de seguros devem obter junto a referidos órgãos registro e autorização para seu funcionamento, conforme normas vigentes e de acordo com a Lei nº 4.594, de 29 de dezembro de 1964 ("Lei 4.594"), Resolução CNSP nº 249, de 15 de fevereiro de 2021, Resolução CNSP nº 303, de 16 de dezembro de 2013 e Circular SUSEP nº 602, de 23 de abril de 2020.

O corretor de seguros, seja pessoa física ou jurídica, é o intermediário legalmente autorizado a angariar e a promover contratos de seguros admitidos pela legislação vigente, entre as companhias de seguros e as pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado.

Só ao corretor de seguros devidamente habilitado nos termos da Lei 4.594 e que houver assinado a proposta de seguros deverão ser pagas as comissões de corretagem relativas a cada modalidade de seguro, pelas respectivas tarifas, inclusive em caso de ajustamento de prêmios emitidos.

A intermediação da venda de um produto de seguro por corretores de seguro não é obrigatória e as companhias de seguro podem buscar clientes diretamente. Entretanto, sempre que um produto de seguro é vendido sem a intermediação de um corretor de seguros, a importância habitualmente cobrada a título de comissão deve ser recolhida à FUNENSEG. A legislação brasileira não estabelece uma taxa mínima de corretagem nesses casos.

Principais Órgãos Reguladores do Setor de Seguros

Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP

Subordinado ao Ministério da Economia, compete ao CNSP (i) fixar as diretrizes e políticas gerais aplicáveis às entidades que fazem parte do Sistema Nacional de Seguros Privados, (ii) regular a constituição, organização, funcionamento e fiscalização destas sociedades e (iii) estipular índices e demais condições técnicas sobre tarifas, investimentos e outras relações patrimoniais a serem observadas pelas sociedades de previdência complementar e de seguros. O CNSP é composto por um representante de cada um dos seguintes órgãos: Ministério da Economia (Presidente), Banco Central, Ministério da Justiça, CVM, Ministério da Previdência e Assistência Social e SUSEP.

Superintendência de Seguros Privados – SUSEP

A SUSEP é uma autarquia encarregada da implementação e condução das políticas estabelecidas pelo CNSP e da supervisão dos ramos de seguro, cosseguro, resseguro, retrocessão, capitalização, previdência complementar aberta e de corretagem. O superintendente da SUSEP é nomeado pelo Presidente da República para um mandato de duração indeterminada. A SUSEP não regulamenta nem supervisiona (i) as entidades de previdência complementar, que são reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Privada – PREVIC nem (ii) as operadoras de planos privados de assistência à saúde que são reguladas pela ANS.

Com a promulgação da Lei Complementar nº 126, em 15 de janeiro de 2007, o CNSP e a SUSEP passaram a ser responsáveis também pela regulamentação e fiscalização do mercado brasileiro de resseguro.

A SUSEP é a responsável por conceder o registro das sociedades corretoras de seguros, sempre observando a existência dos seguintes requisitos mínimos, conforme normas vigentes e de acordo com a Lei 4.594, e Circular SUSEP nº 510, de 22 de janeiro de 2015 ("Circular SUSEP 510"):

- a pessoa jurídica deverá estar regularmente constituída e organizada sob a forma de sociedade simples ou empresária e ter sede no Brasil;
- não será concedido registro às sociedades cujos sócios e ou diretores aceitem ou exerçam emprego em pessoa jurídica de direito público ou mantenham relação de emprego ou de direção com sociedade seguradora; e
- a pessoa jurídica deverá possuir um corretor de seguros responsável, que atuará como diretor ou gerente técnico da sociedade, podendo este ser sócio/acionista ou não, o qual será responsável pelos atos sociais específicos da corretagem. Este corretor deverá (a) ser habilitado para todos os ramos de seguro em que a sociedade pretender operar; (b) possuir o certificado de aprovação no Exame Nacional de Corretor de Seguros promovido pela Escola Nacional de Seguros ou deter aprovação no curso específico promovido pela FUNENSEG; (c) encontrar-se regularmente inscrito junto ao Sindicato dos Corretores de Seguros (SINCOR) do seu estado; bem como (d) possuir a Carteira de Habilitação do Corretor emitida pela SUSEP.

Somos devidamente registrados perante a SUSEP sob o nº 202076942, assim como nossas subsidiárias Wiz Benefícios Soluções e Corretagem de Seguros S.A., Wiz Corporate Soluções e Corretagem de Seguros S.A., WP1 Corretora de Seguros Ltda., WP2 Corretora de Seguros Ltda., Wiz Conseg Corretora de Seguros Ltda., e WC1 Corretora de Seguros Ltda. registradas sob os números 202033308, 202020845, 212110517, 212110518, 202082192 e 212111093, respectivamente.

O nosso corretor responsável pela Wiz Co Participações e Corretagem de Seguros S.A., bem como das subsidiárias Wiz Corporate Soluções e Corretagem de Seguros S.A., WP1 Corretora de Seguros Ltda., WP2 Corretora de Seguros Ltda. é o Sr. Edmilson Santos Sá, igualmente habilitado e certificado sob o nº 201016405. Para a Wiz Benefícios Soluções e Corretora de Seguros S.A., o nosso corretor responsável é o Sr. Ivan Carlos Machado de Aragão, habilitado e certificado sob o nº 201033303. Na Wiz Conseg Corretora de Seguros Ltda., e WC1 Corretora de Seguros Ltda., o nosso corretor responsável é o Sr. Carlos Alexandre Kalache Mora, habilitado e certificado sob o nº 201081119.

Conselho de Saúde Suplementar – CONSU

O CONSU é o órgão definidor de políticas sob a jurisdição do Ministério da Saúde, criado pela Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998. Ele é composto pelos representantes do Ministério da Saúde, que presidirá, do Ministério da Economia, do Ministério da Justiça e Segurança Pública e pelo Chefe da Casa Civil da Presidência da República, conforme normas vigentes e de acordo com o Decreto nº 10.236, de 11 de fevereiro de 2020. O CONSU foi criado com poderes para:

- estabelecer e supervisionar as políticas e os regulamentos aplicáveis aos serviços de saúde suplementar;
- aprovar o contrato de gestão da ANS;
- supervisionar e monitorar os atos e operações da ANS;
- estabelecer normas gerais para a constituição, organização, operação e inspeção das entidades de assistência privada à saúde; e
- determinar o capital mínimo requerido e os critérios contábeis, atuariais e estatísticos, bem como a criação de fundos e contratação de seguro garantidor para proteger os consumidores contra a insolvência das entidades de assistência privada à saúde.

Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS

A ANS, agência reguladora vinculada ao Ministério da Saúde e criada pela Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, é a autoridade responsável pela regulação, normatização, controle e fiscalização das atividades que garantem a assistência suplementar à saúde. A ANS protege os interesses públicos com relação à cobertura dos planos de assistência à saúde no

setor privado, principalmente ao regulamentar a relação entre as Operadoras de Planos de Assistência à Saúde, os distribuidores de planos de assistência à saúde, os titulares de apólices e os Beneficiários.

A Lei nº 10.185, de 12 de fevereiro de 2001, transferiu da SUSEP para a ANS a competência para regular e supervisionar as sociedades seguradoras especializadas em planos privados de assistência à saúde. A legislação aplicável ao setor de saúde suplementar no Brasil, no entanto, não faz qualquer menção à atuação de corretores e não há regulação específica sobre a corretagem exclusiva de planos e seguros privados de assistência à saúde (em relação à ANS). As corretoras de planos e seguros de assistência à saúde observam os dispositivos editados pela SUSEP e devem ser sendo registradas/habilitadas pela SUSEP.

Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização – CRSNSP

O CRSNSP é um órgão governamental colegiado sob a supervisão do Ministério da Fazenda, responsável pela revisão em última instância administrativa das decisões proferidas pela SUSEP. As decisões administrativas do CRSNSP são definitivas e vinculantes em relação às partes sujeitas à sua jurisdição.

Providências necessárias para obtenção de registro de corretor de seguros:

Em todos os ramos de seguros, o interessado deverá prestar o Exame Nacional de Habilitação Técnico-Profissional para Corretor de Seguros, ou obter aprovação em Curso de Habilitação Técnico-Profissional para Corretor de Seguros, ambos promovidos pela FUNENSEG ou por outra instituição de ensino autorizada pela SUSEP, conforme estabelecido pela Circular SUSEP 510.

Nos segmentos de seguro de vida e capitalização, o registro de corretor de seguros é feito por indicação das sociedades de seguradoras e das sociedades de capitalização, dentre aqueles aprovados em (i) Exame Nacional de Habilitação Técnico-Profissional para Corretores de Seguro de Vida e Capitalização, promovido pela FUNENSEG ou por outra instituição de ensino autorizada pela SUSEP; ou (ii) Curso de Habilitação Técnico-Profissional para Corretores de Seguro de Vida e Capitalização, também promovidos pela FUNENSEG ou por outra instituição de ensino autorizada pela SUSEP.

De forma similar, no caso de corretores de previdência, o registro de corretor é feito por indicação de entidade aberta de previdência complementar ou de sociedade seguradora autorizada a operar planos de previdência complementar aberta, aplicando-se, também, as normas de registro e habilitação previstas para os corretores de seguros de vida e capitalização.

Recadastramento

As sociedades corretoras de seguros são obrigadas a manter suas informações cadastrais regularmente atualizadas junto à SUSEP, observando sempre os prazos e documentos exigidos, podendo a SUSEP exigir o recadastramento dos corretores e sociedades corretoras de seguros como condição necessária à revalidação do registro. A não realização dos recadastramentos periódicos na forma e prazo estabelecidos pela SUSEP faz com que as companhias seguradoras fiquem proibidas de repassar as Comissões de corretagem devidas às corretoras, até que tal situação seja regularizada. Não obstante a regras específicas de recadastramento, cabe ao corretor de seguros informar à SUSEP no prazo máximo de 30 dias, se pessoa física, ou 60 dias, se pessoa jurídica, contados da data da sua ocorrência qualquer alteração em seus dados cadastrais, conforme estabelecido pela Circular SUSEP 510.

Na data deste Formulário de Referência, nosso cadastro encontrava-se devidamente atualizado.

Certificação Técnica

As sociedades corretoras de seguros têm a obrigação regulamentar de providenciar a certificação técnica de todos os seus empregados e assemelhados que atuem diretamente na regulação e liquidação de sinistros, no atendimento ao público e na venda direta de produtos de seguros, capitalização e previdência complementar aberta. Esta certificação deve ser providenciada por instituição de reconhecida capacidade técnica, devidamente credenciada pela SUSEP.

Responsabilidade Civil

O corretor de seguros responde civilmente perante os segurados e as sociedades seguradoras pelos prejuízos que causar no exercício da atividade de corretagem, por ação ou omissão, dolosa ou culposa, conforme estabelecido pela Circular SUSEP 510.

Penalidades

No caso do não cumprimento das normas regulamentares, além das sanções legais, as corretoras de seguros e administradores estão sujeitas a multas, a suspensão temporária do exercício da profissão ou cancelamento do registro, observadas as hipóteses previstas na Resolução CNSP nº 393, de 30 de outubro de 2020.

Principais Órgãos Reguladores do Setor de Consórcios

BCB – Banco Central do Brasil

O Sistema de Consórcios se destina a propiciar o acesso de integrantes de grupos de consórcio ao consumo de bens e serviços. O sistema é constituído por administradoras de consórcio e por grupos de consórcio e é regulamentado pela Lei nº 11.795, de 8 de outubro de 2008 ("Lei 11.795"). O BCB é o responsável pela normatização, autorização, supervisão e controle das atividades do sistema de consórcios, com foco na eficiência e solidez das administradoras e cumprimento da regulamentação específica.

Conforme Art. 7º da Lei 11.795, compete ao Banco Central:

- I. conceder autorização para funcionamento, transferência do controle societário e reorganização da sociedade e cancelar a autorização para funcionar das administradoras de consórcio, segundo abrangência e condições que fixar;
- II. aprovar atos administrativos ou societários das administradoras de consórcio, segundo abrangência e condições que fixar;
- III. baixar normas disciplinando as operações de consórcio, inclusive no que refere à supervisão prudencial, à contabilização, ao oferecimento de garantias, à aplicação financeira dos recursos dos grupos de consórcio, às condições mínimas que devem constar do contrato de participação em grupo de consórcio, por adesão, à prestação de contas e ao encerramento do grupo de consórcio;
- IV. fiscalizar as operações de consórcio, as administradoras de consórcio e os atos dos respectivos administradores e aplicar as sanções;
- V. estabelecer os procedimentos relativos ao processo administrativo e o julgamento das infrações a esta Lei, às normas infralegais e aos termos dos contratos de participação em grupo de consórcio, por adesão, formalizados; e
- VI. intervir nas administradoras de consórcio e decretar sua liquidação extrajudicial na forma e condições previstas na legislação especial aplicável às instituições financeiras.

b. principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pela Companhia

Questões ambientais

As atividades que desenvolvemos atualmente não geram impactos ambientais significativos e não estão sujeitas ao licenciamento ambiental. Não aderimos a nenhuma norma de conduta específica ou padrões internacionais relativos à proteção ambiental, uma vez que a atividade de corretagem de seguros não traz qualquer prejuízo ao meio ambiente.

Questões sociais

Estamos sujeitos ao cumprimento da cota legal de contratação de empregados com deficiência, estabelecida pela Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, através da reserva de 5% dos nossos cargos para empregados com deficiência, o que assegura e promove condições de igualdade, garantindo a inclusão e permanência de pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

Ainda, estamos sujeitos ao cumprimento da cota legal de contratação de aprendizes, estabelecida pela Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000, garantindo oportunidade ao jovem de aprender uma profissão, promovendo a sua inserção no mercado de trabalho, contribuindo, assim, para a descoberta e formação de novos talentos.

De outra banda, embora a regulação específica sobre direitos humanos e empresas no Brasil não possua caráter vinculante, há uma tendência cada vez mais forte de proliferação de novos instrumentos normativos para prever obrigações a serem cumpridas por empresas no que tange à incorporação do respeito aos direitos humanos em toda a estratégia de negócios.

O Decreto nº 9.571/2018, inspirado pelos Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos da ONU, estabelece as Diretrizes Nacionais sobre Empresas e Direitos Humanos para médias e grandes empresas, incluídas as empresas multinacionais com atividades no Brasil. Apesar de serem voluntariamente implementadas, as Diretrizes incluem a previsão da responsabilidade das empresas de respeitar os direitos humanos de sua força de trabalho, seus clientes e das comunidades, bem como o dever de monitorar o respeito aos direitos humanos na sua cadeia produtiva, divulgar internamente os instrumentos internacionais de responsabilidade social e direitos humanos, implementar atividades educativas em direitos humanos para seus colaboradores, elaborar e divulgar código de conduta, dentre outros.

Por sua vez, a Resolução do Conselho Nacional de Direitos Humanos nº 5/2020 oferece subsídios para a postura a ser assumida pelas empresas com relação ao tratamento dos direitos humanos, indicando que as empresas são responsáveis pelas violações de direitos humanos causadas direta ou indiretamente por suas atividades, o que se estende por toda sua cadeia de produção.

Por fim, cabe ressaltar que possuímos um Código de Conduta Ética (disponível no nosso *website* de relações com investidores: <https://ri.wiz.co/>), o qual formaliza o nosso compromisso de orientar nossa atuação e estratégia de crescimento por objetivos como desenvolvimento sócio-econômicos e a justiça social.

c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

No Brasil, a propriedade de uma marca adquire-se somente pelo registro validamente expedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial ("INPI"), órgão responsável pelo registro de marcas e patentes, sendo assegurado ao titular seu uso exclusivo, da marca registrada, em todo o território nacional por um prazo determinado de dez anos, passível de sucessivas renovações. Durante o processo de registro, o depositante tem apenas uma expectativa de direito de propriedade das marcas depositadas aplicadas para a identificação de seus produtos ou serviços.

Os pedidos de registro de marca, depositados, mas ainda não concedidos pelo INPI, podem ser indeferidos, inclusive em caso de oposição de terceiros e, uma vez deferidos, o titular pode não efetuar o pagamento da taxa final, cobrada no ato do deferimento da marca, o que também ocasionará o arquivamento do pedido de registro. Os eventos que podem causar a perda dos direitos relativos às marcas são: (i) expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento da taxa de prorrogação a cada 10 anos; (ii) renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial; (iii) transferência para terceiros; (iv) caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; ou modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, (v) declaração de nulidade do registro, obtido por terceiro depois de êxito em processo administrativo. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estejamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.

Em 31 de dezembro de 2022, possuíamos 83 registros vigentes e mais 140 pedidos de registro para nossas marcas, ainda pendentes de deferimento pelo INPI.

Por fim, licenciamos o uso de determinados softwares necessários para a condução de nossas atividades, dentre os quais os mais relevantes estão indicados abaixo:

- Contrato de Cessão de Direito de Uso de Cloud Computing celebrado com a TOTVS S.A. em 01 de março de 2020, com a finalidade de (i) disponibilização de serviços de cloud computing "Protheus", sistema ERP utilizado pela Gerência Financeira em suas funções de Contas a Pagar e Recursos Humanos, (ii) licença para uso do software "SQL", destinado à gestão de banco de dados; e (iii) licença para uso do software "QlikView", ferramenta de business intelligence e data visualization software;
- Contrato de Licença de Uso de Software celebrado com a Salesforce em janeiro de 2020, com a finalidade de licença para uso de solução de CRM em nuvem, destinado à gestão de informações disponíveis à equipe comercial;
- Contrato de Licença de Uso de Software celebrado com a Lanlink em fevereiro de 2019, com a finalidade de licença para uso do pacote de *softwares* "Microsoft Office"; e
- Contrato de Licença de Uso de Software celebrado com a Lanlink em fevereiro de 2019 com a finalidade de licença para uso da solução Azure, com a finalidade de *cloud computing* para e-mail e outros sistemas.

d. contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:

i. em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos

Não aplicável, tendo em vista que nossa Companhia não efetuou, diretamente ou por meio de terceiros, contribuições financeiras em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos.

ii. em favor de partidos políticos

Não aplicável, tendo em vista que nossa Companhia não efetuou, diretamente ou por meio de terceiros, contribuições financeiras em favor de partidos políticos.

iii. para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos

Não aplicável, tendo em vista que nossa Companhia não efetuou, diretamente ou por meio de terceiros, contribuições financeiras para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos.

1.7 Receitas relevantes no país sede da Companhia e no exterior

a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia

Atualmente, mantemos operações somente no Brasil.

b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não possuímos receita proveniente de país estrangeiro. Todas as nossas receitas são provenientes do mercado brasileiro.

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira nos negócios da Companhia

Não sofremos quaisquer efeitos da regulação estrangeira em nossas atividades.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

a. se a Companhia divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade

Divulgamos informações ASG em nosso Relatório Anual de Sustentabilidade, o qual contém nossos resultados e forma de gestão de aspectos ambientais, econômicos e sociais referentes ao exercício social imediatamente anterior à sua divulgação. Em 30 de setembro de 2022, realizamos a divulgação do nosso 1º Relatório Anual de Sustentabilidade (“Relatório de Sustentabilidade”), o qual traz informações de aspectos sociais, de governança corporativa e ambientais da nossa Companhia com relação ao exercício de 2021.

b. a metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento

O nosso Relatório de Sustentabilidade segue as diretrizes de reporte em ASG determinadas pela *Global Reporting Initiative (GRI) Standard*, na opção "Essencial".

c. se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso

O nosso Relatório de Sustentabilidade não é auditado ou revisado por qualquer entidade independente, sendo produzido internamente por nossos colaboradores. Cumprindo os ritos de governança previstos, o Relatório é analisado e aprovado pela alta administração da Companhia. A Diretoria-Executiva é a instância mais alta que aprova o Relatório de Sustentabilidade, além de supervisionar a implementação da prática em todos os negócios e tem como apoio o Comitê de Pessoas, Governança, Remuneração e Sustentabilidade – ASG.

d. a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado

O nosso Relatório de Sustentabilidade está disponível no nosso *website* de relações com investidores (<https://ri.wiz.co/>) e no *website* da CVM (www.cvm.gov.br).

e. se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para a Companhia

Atualmente o Relatório Anual de Sustentabilidade não adota uma matriz de materialidade. No entanto, a nossa Companhia analisa a evolução de sua atuação por meio de indicadores-chave de desempenho ASG, que foram definidos em alinhamento à estratégia do Grupo. Abaixo, listamos os indicadores acompanhados pela nossa Companhia:

Compromissos ESG Wiz 2021–2022

Pilar	Visão para 2026	Tópico	Metas para 2022	Contribuição com os ODS ¹
Desenvolvimento humano	Promover a educação e o desenvolvimento, para que 3.000 pessoas possam superar a vulnerabilidade social. ²	Investimento social	Impactar 300 vulneráveis com ações de desenvolvimento	
		Diversidade e inclusão	Ter 50% dos 300 vulneráveis impactados pertencentes a uma das frentes a seguir: racial, mulheres e LGBTQIAP+	
		Investimento social	Ter 10% das pessoas contratadas pós-participação em programas de aceleração Wiz sendo do público de vulnerabilidade social	
Conduta ética	Ser referência na condução ética dos negócios da Wiz, seguindo as melhores práticas reconhecidas pelo mercado. ³	Ética e integridade	Aumentar de 0 (zero) para 5 (cinco) o volume de manifestações da alta administração/Diretoria sobre o comprometimento com a condução ética dos negócios da Wiz	
		Transparência		
		Ética e integridade	Aperfeiçoar, revisar e/ou criar 5 documentos referentes ao programa de integridade	
		Ética e integridade	Promover 4 programas de treinamentos/reciclagem para colaboradores, parceiros, sociedade e alta administração sobre as práticas de compliance	
		Ética e integridade	Revisar 100% dos riscos de compliance e aprovar o plano de monitoramento pelo Comitê de Riscos, Compliance e Partes Relacionadas	
Transparência	Publicar até dezembro de 2022 ao menos 1 instrumento para cada stakeholder priorizado (mercado, colaboradores e Conselho de Administração – CA) que proporcione transparência das práticas ESG da Wiz			

1. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

2. Conceito de vulneráveis: pessoas que estão à margem da sociedade, pois dispõem de poucos recursos para lidar com questões de renda, moradia, trabalho ou educação.

3. Baseado em critérios de avaliação da Controladoria-Geral da União – CGU.

f. se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio da Companhia

O nosso Relatório de Sustentabilidade considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas na definição das metas anuais de ASG. Atualmente, o nosso Relatório de Sustentabilidade indica a contribuição com os seguintes ODS:

- Erradicação da Pobreza (ODS nº 01);
- Educação de Qualidade (ODS nº 04);
- Igualdade de Gênero (ODS nº 05);
- Trabalho Decente e Crescimento Econômico (ODS nº 08);
- Redução das Desigualdades (ODS nº 10); e
- Paz, Justiça e Instituições Eficazes (ODS nº 16).

g. se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

O nosso Relatório de Sustentabilidade não considera as recomendações da Força Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD).

h. se a Companhia realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas

Atualmente, em razão das atividades por nós desenvolvidas, não realizamos inventários de emissão de gases do efeito estufa.

i. explicação da Companhia sobre as seguintes condutas

i. a não divulgação de informações ASG

Não aplicável, visto que divulgamos informações ASG.

ii. a não adoção de matriz de materialidade

Atualmente o processo de consulta a *stakeholders* sobre tópicos econômicos, ambientais e sociais está sendo estruturado, de forma que ainda não foi definida uma matriz de materialidade. Ademais, em maio de 2022, foi instaurado o Comitê de Pessoas, Governança, Remuneração e Sustentabilidade (ASG), órgão de assessoramento do nosso Conselho de Administração, o qual é responsável, *inter alia*, por planejar a gestão de temáticas ASG. Dessa forma, reforçamos o nosso comprometimento com o aprimoramento da nossa Estratégia de Sustentabilidade, bem como dos nossos mecanismos de reporte de informações ESG (incluindo, mas não se limitando, o nosso Relatório de Sustentabilidade), de forma que eventuais novos parâmetros de sustentabilidade podem ser adotados em relatórios futuros.

iii. a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG

Atualmente, a nossa Companhia acompanha indicadores-chave de desempenho ESG, conforme Estratégia de Sustentabilidade desenhada pelo grupo de trabalho interno, e aprovada pelo Comitê de Sustentabilidade. Para o futuro, conforme a nossa Companhia evolua na definição da sua matriz de materialidade, esses indicadores-chave deverão ser revisados de forma a garantir alinhamento da estratégia com os tópicos materiais definidos após consulta aos principais *stakeholders* do Grupo.

iv. a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas

O nosso Relatório de Sustentabilidade passa por um rigoroso e minucioso processo de revisão interna, incluindo a revisão pela nossa Diretoria-Executiva, responsável pela aprovação do Relatório Anual de Sustentabilidade. Ademais, estamos comprometidos com os mais altos padrões de governança corporativa, de forma que nossa Administração entende que as informações inseridas no Relatório de Sustentabilidade refletem as práticas por nós adotadas, bem como o nosso planejamento para os próximos anos em questões relacionadas a sustentabilidade e demais aspectos ASG.

v. a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas

Acreditamos que o Relatório de Sustentabilidade aborda os mais altos padrões de divulgação em matéria ASG, dentre eles aqueles estabelecidos pela GRI e os ODS estabelecidos pela ONU. Ademais, apesar da não adoção das recomendações emanadas pelo TCFD, estamos comprometidos com aprimoramento de nosso Relatório de Sustentabilidade, de forma que eventuais novos parâmetros de sustentabilidade podem vir a ser adotados em relatórios futuros.

vi. a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa

Acreditamos que o Relatório de Sustentabilidade aborda os mais altos padrões de divulgação em matéria ASG, dentre eles aqueles estabelecidos pela GRI e os ODS estabelecidos pela ONU. Ademais, apesar da não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa, entendemos que atuamos em um negócio que não gera alto volume de resíduos físicos e poluição direta, de forma que optamos por dar prioridade para as outras frentes de sustentabilidade, nas quais temos maior oportunidade de gerar impacto por meio de nossas operações, tais como redução de lixo e reciclagem. Por fim, nosso time ASG está frequentemente debatendo sobre temas e implementação de ações que possam ter maior impacto ambiental positivo e que poderão ser implementadas nos próximos anos.

1.10 Informações de sociedade de economia mista

Não aplicável, tendo em vista que nossa Companhia não é uma sociedade de economia mista.

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia

Não aplicável, tendo em vista que não foram realizadas aquisições ou alienações de ativos que não se enquadrem como operações normais nos negócios da Companhia. Para informações sobre as operações de aquisição de participação acionária em outras sociedades no âmbito de nossa estratégia de crescimento inorgânico, vide item 1.12 deste Formulário de Referência.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

Ano	2022
a) Evento	Aquisição de participação societária
b) Principais condições do negócio	<p>Em 20 de setembro de 2021, a nossa Companhia celebrou com a LG Informática S.A. (“<u>LG Lugar de Gente</u>”) acordo de investimentos, visando a constituição de uma Joint Venture para o desenvolvimento e exploração comercial de uma plataforma digital para a distribuição de benefícios por adesão, a ser disponibilizada para as áreas de Recursos Humanos de empresas e seus colaboradores, incluindo produtos de crédito, como consignado privado, produtos de seguro e previdência privada, dentre outros. O fechamento da operação estava sujeito a condições suspensivas usuais a esse tipo de transação, incluindo prévia aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica.</p> <p>Em 14 de janeiro de 2022, foram implementadas as condições precedentes para o fechamento da operação com a LG Lugar de Gente, com a constituição da Ben.up Soluções e Corretora de Seguros Ltda. (“<u>Ben.up</u>”). Com o fechamento dessa operação, a Companhia passa a ser titular de 49,9% do capital social da Ben.up, e a LG Lugar de Gente, por sua vez, de 50,1% do mesmo. A administração da Ben.up é composta por uma Diretoria Executiva com 2 (dois) membros, sendo um Diretor Executivo, que acumulará a função de Diretor Financeiro, indicado pela LG Lugar de Gente, e um Diretor de Operações e Tecnologia, indicado pela nossa Companhia. A Ben.up foi autorizada e constituída em 06 de janeiro de 2022.</p>
c) Sociedades envolvidas	Companhia, LG Informática S.A. e Ben.up Soluções e Corretora de Seguros Ltda.
d) Efeitos resultantes da operação no quadro societário	A nossa Companhia passou a deter 49,9% do capital social da Ben.up
e) Quadro societário antes e depois da operação	A nossa Companhia passou a deter 49,9% do capital social da Ben.up
f) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	N/A

Ano	2022
a) Evento	Aquisição de participação societária
b) Principais condições do negócio	<p>Em 17 de janeiro de 2022, por meio de nossa controlada Wiz Corporate Soluções e Corretagem de Seguros S.A., por sua então controlada, a Wiz Partners Corretora de Seguros Ltda., adquirimos 100% das quotas representativas do capital social das corretoras Águas de Manso Corretora de Seguros Eireli, ASF Corretora de Seguros Ltda., LL Corretora de Seguros Eireli, Orbis Adviser Corretora de Seguros Ltda. e Universa Corretora de Seguros Ltda (cada qual, uma “<u>Corretora</u>”). Referida operação visa consolidar a Wiz Corporate no mercado de produtos de seguridade direcionados à construção civil, notadamente em produtos atrelados a programas</p>

	<p>habitacionais, corroborando com nossa visão de crescimento no contexto de ampliação de nossas UN.</p> <p>Os contratos referentes a tal operação preveem um pagamento fixo no montante de R\$918 mil à vista, e parcela variável de 140% do lucro líquido apurado por cada Corretora, a qual será desembolsada nos anos de 2024 e 2025 referente ao resultado de 2023 e 2024 (respectivamente).</p>
c) Sociedades envolvidas	Companhia, Wiz Corporate Soluções e Corretagem de Seguros S.A., Wiz Partners Corretora de Seguros Ltda., Águas de Manso Corretora de Seguros Eireli, ASF Corretora de Seguros Ltda., LL Corretora de Seguros Eireli, Orbis Adviser Corretora de Seguros Ltda. e Universa Corretora de Seguros Ltda.
d) Efeitos resultantes da operação no quadro societário	Com a referida operação, a nossa Companhia passou a deter, por meio da Wiz Partners (posteriormente incorporada pela Wiz Corporate), 100% do capital social da Águas de Manso Corretora de Seguros Eireli, ASF Corretora de Seguros Ltda., LL Corretora de Seguros Eireli, Orbis Adviser Corretora de Seguros Ltda. e Universa Corretora de Seguros Ltda.
e) Quadro societário antes e depois da operação	A Companhia passou a deter, por meio da Wiz Partners (posteriormente incorporada pela Wiz Corporate), 100% do capital social da Águas de Manso Corretora de Seguros Eireli, ASF Corretora de Seguros Ltda., LL Corretora de Seguros Eireli, Orbis Adviser Corretora de Seguros Ltda. e Universa Corretora de Seguros Ltda.
f) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	N/A

Ano	2022
a) Evento	Aquisição de participação societária
b) Principais condições do negócio	<p>Em 01 de abril de 2022, por meio de nossa controlada Wiz Concept Soluções de Teleadendimento Ltda., adquirimos, por meio de exercício da opção de compra, 50,1% das quotas de emissão da General Claims Soluções em TI Ltda. (“GClaims”). A GClaims vem sendo acelerada pelo Wiz Labs desde setembro de 2019, gerando a ampliação de seu portfólio de produtos, a expansão de sua atuação para novos segmentos de seguros, o desenvolvimento de novos módulos para festão automatizada de apólices de crédito e o crescimento da sua receita. Com a referida aquisição, passamos a realizar consultoria em tecnologia da informação, suporte técnico de manutenção e outros serviços em tecnologia da informação, desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis e customizáveis e a Wiz Concept aumenta seu portfólio de serviços de regulação de sinistro, gestão de apólices de seguros, vistoria presencial e remota, plataformas de crédito para home e <i>car equity</i>, além de um módulo de gestão de apólices, corroborando com nossa visão de crescimento no contexto de ampliação de nossas UN.</p> <p>Os contratos referentes a tal operação preveem que o pagamento foi realizado da seguinte forma: pagamento à</p>

	vista, conforme contrato de opção de compra, no valor de R\$1,00.
c) Sociedades envolvidas	Companhia, Wiz Concept Soluções de Teleatendimento Ltda. e General Claims Soluções em TI Ltda.
d) Efeitos resultantes da operação no quadro societário	Com a referida operação, a nossa Companhia passou a deter, por meio da Wiz Concept, 50,1% do capital social da GClaims.
e) Quadro societário antes e depois da operação	A nossa Companhia passou a deter, por meio da Wiz Concept, 50,1% do capital social da GClaims.
f) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	N/A

Ano	2022
a) Evento	Aquisição de participação societária
b) Principais condições do negócio	Em 16 de agosto de 2022, foram implementadas as condições precedentes previstas no contrato de parceria firmado com o grupo varejista Polishop (Polimport Comércio e Exportação LTDA.) em 06 de junho de 2022, de forma que passamos a deter 50% das quotas de emissão da Polishop Corretora de Seguros Ltda. (“ <u>Polishop Seguros</u> ”). A Polishop Seguros foi constituída com o propósito de comercializar produtos de seguridade por meio dos canais de distribuição da Polishop, com exclusividade pelo prazo de 10 (dez) anos contados do fechamento da operação. O preço de aquisição é composto por (i) uma parcela fixa, no valor de R\$ 20 milhões, que foi paga à vista; e (ii) três parcelas anuais variáveis, cada qual estimada no valor de R\$10 milhões, que serão pagas (se, e somente se, atingirem as métricas acordadas na operação) nos exercícios sociais de 2024, 2025 e 2026, considerando o lucro líquido apurado pela Polishop Seguros no exercício social imediatamente anterior, podendo totalizar R\$ 51 milhões, em caso de superação das metas previamente acordadas.
c) Sociedades envolvidas	Companhia, Polimport Comércio e Exportação Ltda. e Polishop Corretora de Seguros Ltda.
d) Efeitos resultantes da operação no quadro societário	Com a referida operação, a nossa Companhia passou a deter 50% do capital social da Polishop Seguros.
e) Quadro societário antes e depois da operação	A nossa Companhia passou a deter 50% do capital social da Polishop Seguros.
f) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	N/A

Ano	2022
a) Evento	Aquisição de participação societária
b) Principais condições do negócio	Em 06 de outubro de 2022, adquirimos, por meio de nossa controlada Wiz Conseg Corretora de Seguros Ltda. (“ <u>Wiz Conseg</u> ”), 50,1% das quotas de emissão da Trombini Corretora de Seguros Ltda., que detém a exclusividade, por 10 (dez) anos, para a comercialização de produtos de seguridade nas 11 (onze) concessionárias de veículos das marcas Jeep, Citroën, Peugeot e Hyundai pertencentes ao Grupo Le Lac, no Estado do Paraná. Referida operação se alinha com a estratégia de crescimento, expansão e consolidação da atuação da Wiz Conseg no segmento de seguros para redes de concessionárias de veículos, corroborando com nossa visão de crescimento no contexto de ampliação de nossas UN.

	Os contratos referentes a tal operação preveem que o pagamento será realizado da seguinte forma: pagamento de parcela à vista no montante de R\$400 mil, e uma parcela a prazo no montante de R\$300 mil.
c) Sociedades envolvidas	Companhia, Wiz Conseg Corretora de Seguros Ltda. e Trombini Corretora de Seguros Ltda.
d) Efeitos resultantes da operação no quadro societário	Com a referida operação, a nossa Companhia passou a deter, por meio da Wiz Conseg, 50,1% do capital social da Trombini Corretora de Seguros Ltda.
e) Quadro societário antes e depois da operação	A nossa Companhia passou a deter, por meio da Wiz Conseg, 50,1% do capital social da Trombini Corretora de Seguros Ltda.
f) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	N/A

Ano	2022
a) Evento	Aquisição de participação societária
b) Principais condições do negócio	<p>Em 08 de novembro de 2022, foram implementadas as condições precedentes para o fechamento da operação de aquisição de 100% das ações da Paraná Wiz Holding S.A., titular de 40% do capital social total e votante da Paraná Corretagem de Seguros S.A. ("<u>Paraná Seguros</u>"), uma nova corretora de seguros constituída para a comercialização de determinados produtos de seguridade nos canais de distribuição do Paraná Banco S.A. ("<u>Paraná Banco</u>"), com exclusividade pelo prazo de 10 (dez) anos contados do fechamento da Operação, e extensível, por igual período, mediante exercício, pelo Paraná Banco, de uma opção de venda de ações representativas de até 9% das ações da Paraná Seguros, condicionada à sua performance.</p> <p>O preço de aquisição é composto por (i) uma parcela fixa, no valor de R\$ 17,4 milhões, que será paga em uma única parcela à vista; (ii) uma parte fixa que será paga em três parcelas de R\$ 4,3 milhões, corrigidas pelo CDI acumulado do período e com vencimento em 2025, 2026 e 2027; e (iii) três parcelas variáveis estimadas em R\$ 4,4 milhões, corrigidas pelo CDI acumulado do período e pagas nos exercícios sociais de 2025, 2026 e 2027, considerando o montante de lucro líquido apurado pela Paraná Seguros no exercício social imediatamente anterior e as métricas acordadas na transação.</p>
c) Sociedades envolvidas	Companhia, Paraná Banco S.A. e Paraná Wiz Holding S.A.
d) Efeitos resultantes da operação no quadro societário	Com a referida operação, a nossa Companhia passou a deter 100% do capital social da Paraná Wiz Holding S.A.
e) Quadro societário antes e depois da operação	A nossa Companhia passou a deter 100% do capital social da Paraná Wiz Holding S.A..
f) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	N/A

Ano	2022
a) Evento	Aquisição de participação societária
b) Principais condições do negócio	Em 02 de dezembro de 2022, foram implementadas as condições precedentes para o fechamento da operação de aquisição de 50,1% das quotas de emissão da Omni 1

	<p>Corretora de Seguros S.A., uma nova corretora de seguros constituída para a comercialização de produtos de seguridade por meio dos canais de distribuição do Grupo Omni, com exclusividade pelo prazo de 10 (dez) anos contados do fechamento da operação.</p> <p>O preço de aquisição foi de R\$ 34.719.300,00, pagos em uma única parcela.</p>
c) Sociedades envolvidas	Companhia, Grupo Omni e Omni 1 Corretora de Seguros S.A.
d) Efeitos resultantes da operação no quadro societário	Com a referida operação, a nossa Companhia passou a deter 50,1% do capital social da Omni 1 Corretora de Seguros S.A.
e) Quadro societário antes e depois da operação	A nossa Companhia passou a deter 50,1% do capital social da Omni 1 Corretora de Seguros S.A.
f) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	N/A

Ano	2022
a) Evento	Aquisição de participação societária
b) Principais condições do negócio	<p>Em 14 de dezembro de 2022, foram implementadas as condições precedentes para o fechamento da operação de aquisição, por meio da Wiz Conseg, de 50,1% das quotas de emissão da Primavia Corretora de Seguros Ltda., corretora que detém a exclusividade para comercialização de produtos de seguridade nas concessionárias do Grupo Primavia por 10 (dez) anos. O Grupo Primavia, que atua há 27 (vinte e sete) anos no mercado, é composto por 28 (vinte e oito) concessionárias de veículos das marcas Fiat, Jeep, Renault, Nissan, RAM, Chrysler, Dodge, Citroën, Peugeot e Ventura Marine, distribuídas em 11 (onze) cidades nos Estados de Minas Gerais, Goiás, Bahia, Tocantins e no Distrito Federal.</p> <p>Os contratos referentes a tal operação preveem que o pagamento será realizado da seguinte forma: uma parcela no montante de R\$1.350.000,00, paga em janeiro de 2023.</p>
c) Sociedades envolvidas	Companhia, Wiz Conseg Corretora de Seguros Ltda., Grupo Primavia e Primavia Corretora de Seguros Ltda.
d) Efeitos resultantes da operação no quadro societário	Com a referida operação, a nossa Companhia passou a deter, por meio da Wiz Conseg, 50,1% do capital social da Primavia Corretora de Seguros Ltda.
e) Quadro societário antes e depois da operação	A nossa Companhia passou a deter, por meio da Wiz Conseg, 50,1% do capital social da Primavia Corretora de Seguros Ltda.
f) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	N/A

Ano	2022
a) Evento	Aquisição de participação societária
b) Principais condições do negócio	Em 09 de novembro de 2022, a nossa Companhia e o Banco Votorantim S.A., celebraram contrato de compra e venda de ações, no qual, sujeito a determinadas condições precedentes, a nossa Companhia, ou uma de nossas controladas, se comprometeu a adquirir 100% das ações de emissão da Promotiva S.A. (“Promotiva”), uma das

	<p>principais gestoras de correspondentes do Banco do Brasil S.A. (“<u>BB</u>”).</p> <p>Em 22 de dezembro de 2022, a nossa Companhia informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que foram implementadas as condições precedentes da aquisição da Promotiva. Com a conclusão da operação, a Wiz Open X S.A. (“<u>Wiz X</u>”), subsidiária da nossa Companhia, passou a ser titular de 100% do capital social total e votante da Promotiva que, mediante a celebração de um novo contrato com o BB, continuará atuando como uma das suas gestoras de correspondentes bancários no país para distribuição de produtos de crédito e correlatos, pelo prazo de 5 (cinco) anos. A Wiz detém 35,0% do capital social da Wiz X e a Wiz Corporate, subsidiária na qual a Wiz detém 40,0% de participação no capital social, detém 65,0% do capital social da Wiz X. Dessa forma, somando as participações direta e indireta, a Wiz detém 61,0% do capital social da Wiz X.</p> <p>A aquisição da Promotiva se deu pelo preço total estimado de R\$ 85.000.000,00 (oitenta e cinco milhões de reais). O contrato prevê ainda um ajuste no preço de compra através de uma equação de dívida líquida a ser apurada em até 60 dias da data da aquisição.</p> <p>Os contratos referentes a tal operação preveem que o pagamento será realizado da seguinte forma: uma parcela à vista paga no fechamento da operação, no valor de R\$ 45.000.000,00, mais 4 (quatro) parcelas iguais de R\$ 10.000.000,00, a serem pagas em 2024, 2025, 2026 e 2027.</p>
c) Sociedades envolvidas	Companhia, Wiz Open X S.A., Banco Votorantim S.A., Promotiva S.A.
d) Efeitos resultantes da operação no quadro societário	Com a referida operação, a nossa Companhia passou a deter, por meio da Wiz X, 100% do capital social da Promotiva.
e) Quadro societário antes e depois da operação	A nossa Companhia passou a deter, por meio da Wiz X, 100% do capital social da Promotiva.
f) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	N/A

1.13 Acordos de acionistas

Possuímos o seguinte acordo de acionistas em vigor arquivado em nossa sede:

Acordo de Acionistas da FPC Par Corretora de Seguros S.A. (antiga denominação da Wiz Co Participações e Corretagem de Seguros S.A.), datado de 3 de outubro de 2014, celebrado entre a Par Participações S.A. (“Par Participações”) (nova denominação como Integra Participações S.A. (“Integra Participações”), Federação Nacional das Associações de Pessoal da Caixa Econômica Federal (“FENAE”), a CNP Seguros Holding Brasil S.A. (atual denominação de Caixa Seguros Holding S.A. - “CSH” e, em conjunto com FENAE e Integra Participações, as “Acionistas do Bloco de Controle”), a Nisa Participações S.A. (“Nisa”), o Évora Fundo de Investimento em Participações (“Évora FIP”) e Boxters LLC (“Boxters”) e Astúrias Fundo de Investimento em Participações (“Astúrias FIP”), com interveniência da nossa Companhia, da Algarve LLC e da CSH S.A. (“Acordo de Acionistas Pós IPO”).

Sendo que Algarve, LLC, Évora FIP, Boxters e Astúrias FIP alienaram completamente suas participações e, na data deste Formulário de Referência, não faziam mais parte do Acordo de Acionistas Pós IPO.

Os principais termos e condições do Acordo de Acionistas Pós IPO podem ser encontrados no documento disponibilizado no *website* de relações com investidores da nossa Companhia (<https://ri.wiz.co/>), no *website* da CVM (www.cvm.gov.br) e no *website* da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (<https://www.b3.com.br>).

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios da Companhia

Não aplicável.

1.15 Contratos relevantes celebrados pela Companhia e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia, seja por si ou por suas subsidiárias, não celebrou qualquer contrato relevante que não esteja diretamente relacionado com suas atividades operacionais.

1.16 Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes que não estejam mencionadas na seção 1 deste Formulário de Referência.

2. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

As informações financeiras incluídas neste Formulário de Referência, exceto quando expressamente ressalvado, referem-se às nossas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

As informações constantes neste item 2 devem ser lidas e analisadas em conjunto com as nossas demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis em nosso website (<https://ri.wiz.co/>) e no website da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>).

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

Somos a WizCo, uma corretora completa de seguros, especializada em *bancassurance*, e distribuidora de consórcios e crédito. Ao longo dos mais de 49 anos de atuação, identificamos e desenvolvemos soluções completas de venda e pós-venda, tanto no segmento pessoa física como pessoa jurídica, para potencializar os resultados de nossos clientes e parceiros em diversos canais de distribuição.

Operamos em todo o território nacional por meio de nossas Unidades de Negócios, ofertando soluções presenciais, remotas e digitais para venda e pós-venda de seguros, consórcios e crédito. De forma interdependente, elas capturam ganhos de sinergia entre seus diferentes negócios e geram vantagens competitivas ao conglomerado, causando impacto em toda cadeia do mercado segurador e financeiro. Investindo em pessoas, tecnologia e métodos, formamos times de alta performance e desenvolvemos modelos de negócios com foco em eficiência operacional e alcance de resultados consistentes, maximizando o valor das nossas operações.

Na data deste Formulário de Referência, atuamos com 12 (doze) Unidades de Negócios (cada qual, uma "UN"): Bmg Corretora, BRB Seguros, Inter Seguros, Paraná Seguros, Omni1 Corretora, Wiz Conseg⁸, Polishop Seguros, Wiz Corporate⁹, Ben.up, Promotiva¹⁰, Wiz Parceiros¹¹ e Wiz Concept¹². Ainda, registramos resultados provenientes da Rede Caixa, UN descontinuada em 2021, conforme detalhado adiante.

A Bmg Corretora, parceria formada em 2020 com o Banco Bmg, atua na comercialização de seguros, consórcios, capitalização e previdência, por meio dos canais de distribuição do Banco Bmg. Essa UN, a maior em termos de Receita Operacional Bruta, atingiu o equivalente a 27,9% do nosso faturamento total no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

A BRB Seguros, parceria firmada em 2021 com o Banco de Brasília – BRB, atua na comercialização de produtos e serviços de seguridade, incluindo seguros, consórcio, títulos de capitalização e previdência privada, na rede de distribuição controlada pelo BRB. Em seu primeiro ano de operação, essa UN representou 20,0% do nosso faturamento total no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

A Omni1 Corretora, parceria firmada com o Grupo Omni, atua na oferta de produtos de seguridade, assistências e garantias nos canais do Grupo Omni. Em apenas um mês de operação, após conclusão da aquisição, em dezembro de 2022, a UN representou 0,5% do nosso faturamento total no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

⁸ Considera os resultados consolidados das empresas: Wiz Conseg e WC1 Corretora.

⁹ Considera os resultados consolidados das empresas: Wiz Corporate, Wiz Benefícios, Wiz Partners, Águas de Manso Corretora, ASF Corretora, LL Corretora, Orbis Adviser Corretora e Universa Corretora.

¹⁰ Considera os resultados consolidados das empresas: Open X e Promotiva.

¹¹ Considera os resultados consolidados das empresas: Wiz Parceiros, WP1 Corretora e WP2 Corretora.

¹² Considera os resultados consolidados das empresas: Wiz Concept, Televendas BPO e GClaims.

A Wiz Conseg é a nossa UN que tem como foco a distribuição de seguros e produtos financeiros no segmento Auto, por meio da atuação no canal de concessionárias de automóveis. Essa UN representou 1,5% do nosso faturamento total no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

A Polishop Seguros, parceria firmada com o Grupo Polishop, atua na oferta de produtos de seguridade por meio dos diversos canais de distribuição do Grupo Polishop. A operação, que teve início em agosto de 2022, representou 0,6% do nosso faturamento total no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022.

A Wiz Corporate, nossa corretora de seguros que atua de modo consultivo, tem seu foco na oferta de produtos para pessoa jurídica no segmento B2B para diversos ramos industriais, bem como na comercialização de benefícios, tais quais como planos de saúde e odontológico. O faturamento consolidado dessa UN representou 6,7% do nosso faturamento total no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

A Promotiva, empresa adquirida em dezembro de 2022, é a nossa UN responsável por atuar na gestão de uma rede de centenas de Correspondentes Bancários¹³ da Rede Mais BB, que ofertam produtos do Banco do Brasil de forma presencial e remota em todo território nacional, incluindo regiões com baixa presença bancária. Essa UN possui amplo portfólio de produtos exclusivos do Banco do Brasil, comercializando principalmente produtos de crédito voltados ao público pessoa física. Em 2022, o faturamento referente a oito dias de operação representou 1,2% do nosso faturamento total no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

A Wiz Parceiros, nossa UN responsável pela venda de cartas de consórcio e produtos de crédito em canais indiretos, representou 6,6% do nosso faturamento total no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

A Wiz Concept atua provendo aos *players* dos segmentos de seguros e crédito, como seguradoras, administradoras de consórcios, dentre outros, serviços especializados, produtos e tecnologia para potencializar os negócios de maneira escalável, eficiente e modular. Seus principais serviços em portfólio são a regulação de sinistros de seguros, a venda remota de produtos de seguros e a terceirização de mão-de-obra especializada. A Wiz Concept representou 10,6% do nosso faturamento total no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Nossa UN investida Inter Seguros atua na comercialização de seguros, consórcios e previdência nas plataformas do Banco Inter. Possui um modelo de atuação segmentado nas estratégias de *bancassurance* e *appassurance* – oferta de seguros de forma contextualizada, coerente com o perfil e momento de vida de cada cliente. Em 2022, devido ao método de equivalência patrimonial (MEP), a investida representou 11,7% do Lucro Líquido da Wiz.

Nossa investida Ben.up é um completo *marketplace* de produtos financeiros, seguros e benefícios por adesão, ofertados aos funcionários das empresas. Em 2022, a Wiz registrou, por equivalência patrimonial, R\$ 1,6 milhão em prejuízo líquido proveniente dessa investida.

Nossa investida Paraná Seguros atua na comercialização de produtos de seguridade por meio dos canais de distribuição do Paraná Banco, possuindo acesso a um canal presente em todos os estados brasileiros por meio de uma rede de distribuição *omnichannel*. Em 2022, a Wiz registrou, por equivalência patrimonial, R\$ 0,3 milhão em prejuízo líquido proveniente dessa investida.

Na UN Rede Caixa, atuávamos, até 15 de agosto de 2021, como a corretora parceira da Caixa Seguridade. O acesso ao balcão da Caixa foi estabelecido pelo contrato assinado com a Caixa Seguridade em agosto de 2018, cuja vigência se estendeu até 14 de fevereiro de 2021. Conforme já informado anteriormente, em 23 de dezembro de 2020, a Caixa Seguridade lançou um processo competitivo para seleção de co-corretora(s) para atuação em linhas de negócios em parceria com a corretora própria da Caixa Seguridade, a partir de 15 de fevereiro de 2021, com vigência de 10 anos. Nesse contexto,

¹³ “Correspondentes Bancários” ou “COBANS”: entidades legais contratadas por instituições financeiras para agir em favor delas na comercialização de seus produtos e serviços financeiros.

submetemos ofertas preliminares à Caixa Seguridade e, em 12 de fevereiro de 2021, fomos informados que não nos sagramos vencedores no referido processo competitivo.

Em 2 de fevereiro de 2021, anunciamos a celebração de um termo aditivo ao Acordo Operacional, que disciplinou a transição das atividades até então por nós desempenhadas à corretora própria da Caixa Seguridade e à(s) co-corretora(s) de seguros vencedoras do processo competitivo, além das regras de comissionamento definidas para o período. O período de transição iniciou em 15 de fevereiro de 2021 e teve duração de seis meses. Sendo assim, após o período de transição, a UN Rede Caixa passou a receber apenas o Estoque de Receita, ou seja, as vendas por nós realizadas nos períodos anteriores ao dia 15 de fevereiro de 2021. A UN Rede Caixa representou 24,3% do nosso faturamento total no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

No que tange às nossas principais condições patrimoniais, vale destacar que, em 31 de dezembro de 2022, o nosso caixa líquido totalizou R\$ 283,2 milhões, comparado a R\$ 452,5 milhões em 31 de dezembro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2022, o nosso índice de liquidez corrente (assim entendido o índice obtido pela divisão do nosso ativo circulante pelo passivo circulante) era de 1,0x, comparado a 0,7x em 31 de dezembro de 2021, conforme detalhado na tabela abaixo. O aumento de nossa liquidez corrente no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 se deve, principalmente, à diminuição de Contas a Pagar de Aquisições no passivo circulante.

Possuímos uma estrutura de capital adequada ao nosso modelo de negócio, tendo por característica operar com baixa necessidade de capital e forte geração de caixa, sendo que o nosso passivo é composto pelo saldo a pagar gerado na aquisição, emissão de dívidas (debêntures), empréstimos bancários, fornecedores, obrigações sociais e tributárias, dividendos e juros sobre capital próprio a pagar, provisões e parcelamentos de tributos. A emissão de debêntures por nós realizada teve como finalidade prover recursos para os investimentos por nós realizados.

Indicadores financeiros	Em 31 de dezembro de	
	2022	2021
	<i>em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado</i>	
Ativo Circulante	493.164	522.690
Passivo Circulante	490.923	761.800
Índice de liquidez corrente	1,0x	0,7x

Em 31 de dezembro de 2022, nosso patrimônio líquido consolidado foi de R\$ 904,9 milhões comparado a R\$ 808,2 milhões em 2021. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, as alterações nas nossas condições patrimoniais descritas acima decorreram, principalmente, de Reservas de Lucros, totalizando no exercício um valor de R\$ 365,7 milhões em Participação de Não Controladores, perfazendo no exercício um valor de R\$ 526,5 milhões, comparado a R\$ 298,3 milhões e R\$ 494,5 milhões, respectivamente, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

No que tange às nossas principais condições financeiras, apresentamos um crescimento de 14,6% em Receita Líquida no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, que totalizou R\$ 948,9 milhões, contra R\$ 816,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

No mesmo período, registramos aumento em nosso EBITDA, uma vez que atingimos um resultado operacional 17,8%, ou R\$ 67,3 milhões, superior ao apresentado em 2021, impactando o resultado consolidado no período. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, registramos um EBITDA de R\$ 444,8 milhões, contra R\$ 377,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

No mesmo período, nossa margem EBITDA atingiu o patamar de 46,9%, um crescimento de 0,7p.p versus o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021. A tabela a seguir apresenta a reconciliação do nosso EBITDA e sua conciliação com nossas demonstrações financeiras. Para mais informações sobre nosso EBITDA, vide item 2.5 deste Formulário de Referência.

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro de	
	2022	2021
Lucro líquido	213.100	205.783
(+) Resultado financeiro	75.087	33.923
(+) IRPJ e CSLL correntes e diferidos	69.039	109.084
(+) Depreciação e amortização	87.596	28.779
EBITDA	444.822	377.569
Receita líquida da prestação de serviços	948.884	816.759
Margem EBITDA	46,9%	46,2%
(+) Earn-Out e Outros ¹	7.908	2.054
(-) Participação nos lucros de controladas e coligadas	(22.756)	(27.586)
EBITDA Ajustado	429.974	352.037
Receita líquida da prestação de serviços	948.884	816.759
(-) Custos de Comissões	(189.941)	(142.491)
Receita Líquida ex Comissões	758.943	674.268
Margem EBITDA Ajustado	56,7%	52,2%
Lucro líquido	213.100	205.783
Receita líquida da prestação de serviços	948.884	816.759
Margem Líquida	22,5%	25,2%
Lucro líquido	213.100	205.783
Receita líquida da prestação de serviços	948.884	816.759
(-) Custos de Comissões	(189.941)	(142.491)
Receita Líquida ex Comissões	758.943	674.268
Margem Líquida Ajustado	28,1%	30,5%

(1) Valores em 2021 decorrentes do registro de perdas de capital de investimentos em empresas controladas, sendo parcialmente compensados por baixas do contas a pagar de nossas aquisições. Esses valores foram ajustados para fins de análise gerencial e comparativa com anos anteriores. Valores em 2022 decorrentes do reconhecimento de perdas e ganhos e capital de investimentos em sociedades controladas, bem como do reconhecimento da variação entre o valor previsto e realizado no contas a pagar de aquisições.

A tabela a seguir apresenta um resumo de nossas principais informações financeiras para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Indicadores financeiros	Exercícios encerrados em 31 de dezembro de	
	2022	2021
	(em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)	
Receita bruta de prestação de serviços	1.033,9	902.046
Receita líquida de prestação de serviços	948.884	816.759
Receita líquida de prestação de serviços ex Custos de Comissões	758.943	674.268
EBITDA ⁽¹⁾	444.822	377.569
Margem EBITDA ⁽²⁾	46,9%	46,2%
Lucro líquido ⁽³⁾	213.100	205.783
Margem Líquida ⁽⁴⁾	22,5%	25,2%
Dividendos (% de distribuição) ⁽⁵⁾	50%	50%

⁽¹⁾ O EBITDA, sigla em inglês para *earnings before interest, taxes, depreciation and amortization* (em português: resultado antes dos juros, impostos, depreciação e amortização), consiste no lucro líquido, adicionado pelo resultado financeiro líquido, pelas despesas com imposto de renda e contribuição social, e pelas despesas com depreciação e amortização. O EBITDA não é medida de desempenho financeiro elaborada segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e IFRS, e

tampouco deve ser considerado como uma alternativa ao lucro líquido, um indicador de desempenho operacional, uma alternativa aos fluxos de caixa ou como indicador de liquidez. Entendemos que esse indicador é apropriado para uma melhor compreensão do nosso desempenho financeiro, bem como da nossa capacidade de cumprir com obrigações passivas e obter recursos para arcar com nossas despesas de capital e de capital de giro, uma vez que apresenta os resultados relacionados apenas às nossas atividades operacionais, isentos de impactos de operações financeiras, pagamento de impostos e ajustes contábeis como a depreciação e a amortização. Ademais, acreditamos que o EBITDA fornece uma medida útil de nosso desempenho, que é amplamente utilizada por investidores e analistas para avaliar desempenho e comparar companhias. Entretanto, o indicador não reflete nossa real geração de caixa e não deve ser usado como tal.

⁽²⁾ EBITDA do exercício/período dividido pela receita líquida de prestação de serviços do exercício /período.

⁽³⁾ Lucro líquido consolidado do exercício/período.

⁽⁴⁾ Lucro líquido consolidado do exercício/período dividido pela receita líquida de prestação de serviços do exercício/período.

⁽⁵⁾ Divisão (i) do valor dos dividendos e/ou juros sobre o capital próprio distribuídos e provisionados para pagamento no exercício, pelo (ii) lucro líquido da controladora apurado no respectivo exercício social. Os percentuais indicados no quadro consideram em sua composição os dividendos adicionais propostos e reversão de reserva para pagamento de dividendos.

b. estrutura de capital

Nossos objetivos ao administrar nosso capital são os de salvaguardar a continuidade do nosso modelo de negócios, buscando maximizar o retorno e o valor gerado aos nossos acionistas, produzindo ganhos de eficiência de forma sustentável e consistente ao longo dos anos.

A tabela a seguir apresenta a composição das origens dos financiamentos das nossas operações nas datas indicadas.

	Em 31 de dezembro de			
	2022		2021	
	R\$ mil	(%) ¹	R\$ mil	(%) ¹
Patrimônio líquido	904.880	39,3	808.196	37,2
Passivo total	1.397.897	60,7	1.364.973	62,8
Total	2.302.777	100	2.173.169	100

¹ Em relação ao total.

Em 31 de dezembro de 2022, apresentamos um aumento do volume de passivo total quando comparado a 31 de dezembro de 2021, decorrente, principalmente, da contratação de novos empréstimos (R\$ 140.161 mil), reconhecimento da receita diferida da subsidiária Omni1 Corretora (R\$ 68.145 mil) e aumento de contas a pagar, principalmente pela entrada de novas empresas no grupo (R\$ 106.805 mil). Esses efeitos foram atenuados pela redução do passivo de aquisições (-R\$ 228.704 mil) e da redução de provisões para contingências (-R\$ 39.973 mil), na data-base 31 de dezembro de 2022. Sendo assim, no período, a Companhia não apresentou variações significativas nas origens de financiamento de suas operações.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Temos por característica operar com baixa necessidade de capital e forte geração de caixa, sendo que o nosso passivo é composto basicamente por saldo a pagar gerado em aquisições de empresas, debêntures a pagar, empréstimos bancários, fornecedores, obrigações sociais e tributárias e dividendos.

Em 31 de dezembro de 2022, o capital circulante líquido consolidado (correspondente à subtração do ativo circulante pelo passivo circulante consolidado) era positivo em R\$ 2,2 milhões, uma melhora se comparado a um capital circulante líquido negativo de R\$ 239,1 milhões em 31 de dezembro de 2021.

Possuíamos, em 31 de dezembro de 2022, um caixa líquido (correspondente ao total de empréstimos e parcelamentos de tributos circulantes e não circulantes, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras) negativo, conforme apresentado no quadro abaixo:

em R\$ mil	Em 31 de dezembro de	
	2022	2021
Total de empréstimos e parcelamentos	(376.135)	(228.643)
(+) Caixa e equivalentes de caixa	35.650	25.510
(+) Aplicações financeiras	247.546	427.026
(=) Caixa líquido	(92.939)	223.893

Assim, considerando o nosso perfil de endividamento, o nosso fluxo de caixa e a nossa posição de liquidez, acreditamos que somos capazes de gerar caixa suficiente para cobrir nossos investimentos, despesas e quaisquer outros compromissos assumidos até a data deste Formulário de Referência, a serem pagos nos próximos 12 meses.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Até a data deste Formulário de Referência, o nosso capital de giro, assim como nossos investimentos em ativos não circulantes, foi financiado, principalmente, por recursos gerados por nossas operações e captação de recursos por meio de debêntures e financiamento bancário, conforme melhor detalhado na seção 2.1 f (i).

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Entendemos que o caixa gerado por nossas operações, reforçado pelo caixa oriundo da nossa primeira emissão de debêntures e pelo financiamento tomado junto ao BRB - Banco de Brasília S.A. em dezembro de 2022, será suficiente para financiar nosso capital de giro e eventuais investimentos em ativos não circulantes, no mínimo, pelos próximos doze meses. Não obstante, não descartamos a possibilidade de obter recursos junto às principais instituições financeiras do país ou mediante acesso ao mercado de capitais para suprir eventuais necessidades de capital de giro ou investimentos em ativos não circulantes.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo do nosso endividamento era de R\$ 376.135 mil, sendo composto, substancialmente, pela nossa primeira emissão de debêntures simples e pela cédula de crédito bancária emitida junto ao BRB - Banco De Brasília S.A., cujas informações estão previstas na seção 2.1.f (i) e 2.1.f (iv) abaixo, respectivamente.

Abaixo seguem as informações referentes à reconciliação do nosso índice de endividamento e sua conciliação com nossas demonstrações financeiras:

em R\$ mil	Em 31 de dezembro de	
	2022	2021
Passivo Circulante	490.923	761.800

Passivo não circulante	906.974	603.173
Soma do passivo circulante e não circulante	1.397.897	1.364.973
Patrimônio líquido	904.880	808.196
Índice de endividamento	1,54	1,69

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Debêntures

Em 18 de agosto de 2021, realizamos nossa 1ª (primeira) emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, as quais foram objeto de distribuição pública com esforços restritos, nos termos da então vigente Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, no valor de R\$ 225.000.000,00 ("Debêntures"). Os recursos captados por meio da emissão das Debêntures foram utilizados para fomento do capital de giro da Companhia. As Debêntures têm prazo de vencimento de 60 (sessenta) meses, vencendo, portanto, em 18 de agosto de 2026 ("Data de Vencimento"). As Debêntures não terão seu valor nominal unitário atualizado e renderão juros remuneratórios, calculados a partir da primeira data de integralização, equivalentes a 100,00% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.b3.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida de spread ou sobretaxa de 2,50% (dois inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos desde a Primeira Data de Integralização, conforme definido na Escritura de Emissão (conforme abaixo definido). As Debêntures contam com garantia real outorgada por nós e constituída por alienação fiduciária da totalidade das quotas de emissão da Inter Digital Corretora e Consultoria de Seguros Ltda. ("Inter Seguros") por nós detidas, ou seja, 39,75% (trinta e nove inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) do capital total e votante da Inter Seguros ("Alienação Fiduciária").

As parcelas devidas da remuneração das Debêntures serão pagas semestralmente, a partir da data de emissão, sempre no dia 18 dos meses de agosto e fevereiro de cada ano, sendo que o primeiro pagamento foi realizado em 18 de fevereiro de 2022 e o último pagamento será devido na Data de Vencimento (ou na data em que ocorrer uma Oferta de Resgate Antecipado ou Resgate Antecipado ou Amortização Extraordinária ou vencimento antecipado das Debêntures, conforme previsto no "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Wiz Soluções e Corretagem de Seguros S.A.", conforme aditada ("Escritura de Emissão"), se for o caso).

Possuímos processos de tesouraria que permitem a gestão diária de nosso capital circulante líquido, a partir do monitoramento dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, visando a manter uma posição de caixa com liquidez imediata capaz de honrar, no curto e longo prazo, os nossos compromissos assumidos.

31/12/2022	<i>(em R\$ mil)</i>
Principal	225.000
Juros incorridos	13.814
Custo da transação	(2.840)
Total	235.974

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 14 de dezembro de 2022, emitimos a Cédula de Crédito Bancário nº 22332132, em favor no BRB - Banco de Brasília S.A. ("BRB"), por meio da qual contraímos um empréstimo no valor de R\$ 50.000.000,00 ("CCB"), montante este

disponibilizado pelo BRB para aplicação sem destinação específica. A CCB tem prazo de vencimento de 5 (cinco) anos, vencendo, portanto, em 14 de dezembro de 2027. Sobre o valor da CCB incidirão juros remuneratórios calculados sobre o seu saldo devedor diário e exigíveis mensalmente, equivalentes à variação positiva do CDI, acrescidos do percentual de 0,20% (vinte centésimos por cento) do valor devido. A CCB conta com aval da Wiz Concept Soluções de Teleatendimento Ltda. e da Wiz Parceiros e Corretagem de Seguros Ltda.

Até a data deste Formulário de Referência, não possuíamos outras relações passivas de longo prazo com instituições financeiras registrada em nossas demonstrações financeiras além das descritas nesse Formulário de Referência.

Em setembro de 2022, a nossa subsidiária Polishop Seguros emitiu a CCB nº 1048837 em favor do Banco Santander (Brasil) S.A., Luxembourg Branch, mediante a qual contraiu empréstimo externo no valor de US\$ 7.859 mil ("CCB Polishop"). Sobre o valor da CCB Polishop, cujo início do pagamento do principal está sujeito a prazo de carência de um ano, incidirão juros à taxa de 6,25% ao ano. A CCB tem prazo de vencimento de 5 (cinco) anos e o pagamento do principal (pós carência) e juros deverá ser realizado semestralmente. Para reduzir a exposição ao câmbio, foi contratado um instrumento *swap* de CDI acrescido de 2,80% ao ano sobre o montante de R\$ 40.000 mil.

Em novembro de 2022, a nossa subsidiária Open X emitiu a CCB nº 1050887 em favor do Banco Santander (Brasil) S.A., Luxembourg Branch, mediante a qual contraiu empréstimo externo no valor de US\$ 9.290 mil ("CCB Open X"). Sobre o valor da CCB Open X, incidirão juros à taxa de 7,50% ao ano, os quais deverão ser pagos semestralmente. A CCB Open X tem prazo de vencimento de 5 (cinco) anos. Para reduzir a exposição ao câmbio, foi contratado um instrumento *swap* de CDI acrescido de 2,70% ao ano sobre o montante de R\$ 50.000 mil.

As operações de capital de giro das subsidiárias descritas acima, possuem como garantias o aval dos acionistas e não contam com cláusula de *covenants* financeiros.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Em 31 de dezembro de 2022, a nossa única obrigação com garantia real existente é a primeira emissão de Debêntures, conforme item "f" acima. Todas as nossas demais obrigações são classificadas como créditos de natureza quirografária.

Desta forma, considerando a ordem de preferência em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas nos passivos circulante e não-circulante dos balanços patrimoniais da Companhia é a seguinte:

- Créditos fiscais e trabalhistas (salários e encargos sociais; provisão para impostos e contribuições a recolher e imposto de renda e contribuição social): estes créditos seguirão a ordem de precedência prevista no artigo 83 da Lei 11.101/05;
- Garantia real: créditos constituídos pelas nossas Debêntures, as quais são garantidas pela Alienação Fiduciária da totalidade das quotas de emissão da Inter Seguros por nós detidas, ou seja, 39,75% do capital total e votante da Inter Seguros; e
- Créditos quirografários: as demais obrigações previstas nos passivos circulante e não-circulante das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 2022 não possuem qualquer privilégio em relação aos demais.

iv. eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se a Companhia vem cumprindo essas restrições

CCB

Em 14 de dezembro de 2022, emitimos a Cédula de Crédito Bancário nº 22332132, em favor do BRB - Banco de Brasília S.A. ("BRB"), por meio da qual contraímos um empréstimo no valor de R\$ 50.000.000,00 ("CCB"), montante este

disponibilizado pelo BRB para aplicação sem destinação específica. A CCB tem prazo de vencimento de 5 (cinco) anos, vencendo, portanto, em 14 de dezembro de 2027. Sobre o valor da CCB incidirão juros remuneratórios calculados sobre o seu saldo devedor diário e exigíveis mensalmente, equivalentes à variação positiva do CDI, acrescidos do percentual de 0,20% (vinte centésimos por cento) do valor devido. A CCB conta com aval da Wiz Concept Soluções de Teleatendimento Ltda. e da Wiz Parceiros e Corretagem de Seguros Ltda.

Na data deste Formulário de Referência, estamos cumprindo com todos os pagamentos das parcelas da CCB.

Em razão da emissão da CCB, estamos sujeitos aos *covenants* abaixo descritos. Os termos em maiúsculo terão o significado que lhes é atribuído na CCB.

(i) Eventos que poderão ensejar o vencimento antecipado automático da CCB, sendo que o BRB poderá considerá-la vencida de pleno direito, com exigibilidade da dívida e sustação de qualquer desembolso, independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- (a) infringência de qualquer obrigação contraída no âmbito da CCB;
- (b) ingresso da Companhia, a pedido próprio ou de terceiros, em regime de recuperação judicial ou extrajudicial, decretação de falência ou liquidação judicial, ou caso se verifique qualquer outro evento indicador de mudança do estado econômico-financeiro da Companhia;
- (c) descumprimento de pedido de apresentação dos comprovantes vigentes das obrigações de natureza tributária, trabalhista, previdenciária e outras de caráter social, sempre que forem solicitados;
- (d) existência, a qualquer tempo, de débitos fiscais, trabalhistas ou previdenciários, vencidos e não pagos, em nome da Companhia, exceto aqueles que sejam objeto de discussão judicial e cuja exigibilidade encontre-se suspensa;
- (e) inexistência de saldo em qualquer das contas de titularidade da Companhia que impossibilite o pagamento dos compromissos assumidos no âmbito da CCB;
- (f) falta de contratação ou renovação do seguro obrigatório previsto na CCB;
- (g) mudança ou transferência, a qualquer título, do controle societário, direto ou indireto, da Companhia, sem a prévia anuência do BRB;
- (h) perda da garantia ou ausência de manutenção do percentual mínimo, durante o prazo de vigência da CCB, desde que a Companhia não apresente reforço depois de devidamente notificada, sendo que a substituição da garantia deve ser aceita pelo BRB a seu exclusivo critério;
- (i) a não manutenção do controle acionário da Companhia pelos sócios atualmente constituídos, durante toda a vigência da CCB;
- (j) transferência ou cessão a terceiros, a qualquer título, no todo ou em parte, dos direitos e obrigações decorrentes da CCB sem o prévio e expresso consentimento do BRB; e
- (k) não efetivação dos registros cartorários previstos na CCB, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, contadas a partir da assinatura da CCB, salvo situação excepcional, seja por ato de vontade ou, ainda, por qualquer óbice legal ou convencional.

Debêntures

Conforme supramencionado no item "f", as nossas Debêntures contam com a Alienação Fiduciária. Durante o prazo de vigência das Debêntures, somente poderemos alienar de forma total ou parcial as quotas alienadas fiduciariamente se o

comprador dessas quotas depositar recursos suficientes para quitação integral do saldo devedor das Debêntures na nossa conta aberta junto ao escriturador das Debêntures e realizarmos o resgate antecipado obrigatório das Debêntures.

Na data deste Formulário de Referência, estamos cumprindo com todos os pagamentos das parcelas das Debêntures, bem como não temos qualquer intenção de alienação da participação societária na Inter Seguros. Para maiores informações acerca da Alienação Fiduciária, vide Escritura de Emissão disponível na CVM e no nosso website de relações com investidores.

Ainda, em razão da emissão das Debêntures, estamos sujeitos aos *covenants* abaixo descritos. Os termos iniciados em maiúscula terão o significado que lhes é atribuído na Escritura de Emissão.

(i) eventos que acarretarão o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer aviso extrajudicial, interpelação judicial, notificação à nós ou consulta aos debenturistas:

(a) não pagamento de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures e/ou prevista na Escritura de Emissão, devidas aos Debenturistas na respectiva data de pagamento, não sanado no prazo de até 1 (um) Dia Útil, contado da data do descumprimento;

(b) cessão, promessa de cessão, venda, alienação e/ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros não integrantes do Grupo Econômico, por qualquer meio, de forma gratuita ou onerosa, de ativos (sobre a parcela vendida) cujo valor contábil seja igual ou superior a 10% (dez por cento) do nosso valor do patrimônio líquido, apurado com base nas nossas últimas demonstrações financeiras auditadas (excetuados a cessão, promessa de cessão, venda, alienação e/ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência de (a) ativos no curso normal de negócios ou (b) recebíveis e créditos tributários, desde que não afetem a nossa capacidade de cumprir as obrigações previstas na Escritura de Emissão) que excedam o Valor de Corte, abaixo definido, de forma individual ou agregada, ressalvadas as hipóteses de prévia aprovação de Debenturistas representando, pelo menos, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas convocada especificamente para este fim;

(c) qualquer alienação do nosso controle acionário, conforme definição prevista no artigo 37, parágrafo primeiro do Regulamento do Novo Mercado da B3, atualmente detido por Integra Participações S.A. e CSH, exceto: (i) se os Acionistas Atuais permanecerem com o nosso controle direto ou indireto; (ii) no caso de desinvestimento direto ou indireto da CSH conforme divulgado no nosso fato relevante em 08 de junho de 2021, desde que a Integra Participações S.A. permaneça como nossa controladora ou parte do nosso bloco de controle; ou (iii) se houver prévia aprovação por debenturistas representando, pelo menos, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas convocada especificamente para este fim;

(d) ocorrência de (1) extinção, liquidação, dissolução ou decretação de falência; (2) pedido de autofalência; (3) pedido de falência formulado por terceiros em nosso desfavor e não devidamente elidido no prazo legal, exceto nos casos em que realizarmos o respectivo depósito elisivo; (4) propositura, por nós, de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou (5) ingresso, por nós, em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente;

(e) transformação do nosso tipo societário, de modo que deixemos de ser uma sociedade anônima, nos termos do artigo 220 da Lei das Sociedades por Ações;

(f) realização de redução do nosso capital social, sob qualquer forma, após a data de assinatura da Escritura de Emissão, sem que haja anuência prévia dos Debenturistas, conforme disposto no parágrafo 3º do artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações, exceto quando realizada para a absorção de prejuízos;

(g) distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou realização de quaisquer outros pagamentos por nós aos nossos seus acionistas, caso estejamos inadimplentes com nossas obrigações pecuniárias descritas na Escritura

de Emissão, ressalvando o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;

(h) utilização, por nós, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão de forma diversa à prevista na Cláusula Quarta da Escritura de Emissão;

(i) cessão ou qualquer forma de transferência a terceiros, no todo ou em parte, por nós, conforme aplicável, de qualquer de nossas obrigações nos termos da Escritura de Emissão ou do Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas, exceto se com prévia aprovação de debenturistas representando, pelo menos, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas convocada especificamente para este fim;

(j) ocorrência de vencimento antecipado de quaisquer de nossas obrigações financeiras junto a instituições financeiras, que não sejam decorrentes da Escritura de Emissão, em valor equivalente individual ou agregado igual ou superior a R\$ 20.000.000,00, dentro de um período de 12 (doze) meses, sendo tal valor reajustado anualmente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ("IPCA") ("Valor de Corte"), não sanado nos prazos de cura eventualmente previstos nos respectivos contratos ou instrumentos;

(k) cisão, fusão, incorporação (inclusive incorporação de ações) ou qualquer forma de reorganização societária (qualquer de tais operações, uma "Reorganização Societária") que nos envolva, exceto no caso de: (i) prévia aprovação de debenturistas representando, pelo menos, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas convocada especificamente para este fim; ou (ii) asseguemos aos Debenturistas que assim desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data de publicação das atas dos atos societários relativos à operação, o resgate das Debêntures de que forem titulares, mediante o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Integralização ou a Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento; ou (iii) Reorganização Societária que ocorra exclusivamente dentro do Grupo Econômico, desde que, em caso de cisão (na qual qualquer parcela cindida, em operação única ou em um conjunto, é incorporada em instituição que não seja nossa subsidiária e tais parcelas representem, isoladamente ou em conjunto, mais de 10% (dez por cento) do nosso patrimônio líquido consolidado, conforme verificado na nossa última Demonstração Financeira Consolidada publicada antes da aprovação do evento), fusão ou incorporação que nos envolva (na qual nós somos incorporada), seja observado o disposto nos itens (i) ou (ii) acima;

(l) alteração do nosso objeto social, de forma que deixemos de atuar, direta ou indiretamente, com corretagem de seguros e atividades correlatas;

(m) protesto de títulos em nosso desfavor em valor individual igual ou superior ao Valor de Corte, salvo se em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do referido protesto ou no prazo legal: (1) seja validamente comprovado perante a autoridade judicial que tenha sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros e, neste caso, a exigibilidade esteja suspensa; (2) seja suspenso ou cancelado; ou, ainda, (3) sejam prestadas, e aceitas pelo Poder Judiciário, garantias em juízo;

(n) na hipótese de nós e/ou qualquer empresa do nosso Grupo Econômico praticar qualquer ato visando anular, questionar, revisar, cancelar, descaracterizar ou repudiar, por meio judicial ou extrajudicial, a Escritura de Emissão ou o Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas, qualquer de suas respectivas cláusulas ou de qualquer outro contrato relativo à Escritura de Emissão; e

(o) se qualquer documento da Emissão, incluindo o Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas ou qualquer uma de suas disposições substanciais forem revogadas, anuladas, rescindidas, se tornarem nulas, inválidas, inexequíveis ou deixarem de estar em pleno efeito e vigor.

(ii) eventos que poderão acarretar o vencimento antecipado automático das Debêntures, sendo que na sua ocorrência, o agente fiduciário das Debêntures deverá convocar assembleia geral de debenturistas para deliberar sobre a não declaração de vencimento antecipado das Debêntures:

(a) descumprimento, pelo nosso lado, de qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas não sanada no período de 05 (cinco) Dias Úteis contados da data do referido descumprimento;

(b) não cumprimento de (i) qualquer sentença administrativa definitiva em nosso desfavor ou de nossas controladas que resulte ou possa resultar a nós em obrigação de pagamento de valor individual ou agregado igual ou superior ao Valor de Corte, ou (ii) decisão arbitral definitiva ou judicial transitada em julgado, em nosso desfavor ou de nossas controladas em valor igual ou superior ao Valor de Corte;

(c) na hipótese de qualquer pessoa que não nós ou empresa do nosso Grupo Econômico tentar praticar ou praticar qualquer ato visando anular, questionar, revisar, cancelar, descaracterizar ou repudiar, por meio judicial ou extrajudicial, a Escritura de Emissão, qualquer de suas respectivas cláusulas ou de qualquer outro contrato relativo à Escritura de Emissão, incluindo o Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas, sem que tomemos as medidas cabíveis e tempestivas para sanar tal ato e obtenha êxito no prazo da contestação;

(d) arresto, sequestro, penhora, confisco ou qualquer outra medida de qualquer autoridade governamental ou judiciária que implique perda de nossos bens em valor individual ou agregado igual ou superior ao Valor de Corte;

(e) inobservância, por nós ou por qualquer de nossas controladas, ou, ainda, pelos nossos e/ou seus administradores, da legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais e trabalhistas, especialmente as normas relativas a saúde e segurança ocupacional vigentes (em conjunto com as normas relativas ao uso ou incentivo de mão-de-obra infantil, prostituição, trabalho em condição análoga à de escravo, silvícola, discriminação de raça ou gênero, qualquer espécie de trabalho ilegal) ("Legislação Socioambiental"), conforme (i) verificado por existência de decisão judicial para qual não tenhamos obtido efeito suspensivo em instância superior em razão de tal inobservância; ou (ii) pela nossa inclusão em qualquer espécie de lista oficial emitida por órgão governamental brasileiro de sociedades que descumpram regras de caráter socioambiental;

(f) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão de nossas autorizações, licenças e outorgas exigidas para que possamos desempenhar regularmente nossas atividades e cumprir nossas obrigações estabelecidas na Escritura de Emissão, exceto por aquelas (i) que estejam em processo de obtenção ou renovação; ou (ii) por nós questionadas nas esferas administrativa e/ou judicial e que tenhamos obtido provimento favorável ou (iii) cuja ausência não causem um Efeito Adverso Relevante (conforme abaixo definido);

(g) revelarem-se falsas ou enganosas, incompletas, imprecisas ou insuficientes, quaisquer das declarações ou garantias por nós prestadas na Escritura de Emissão ou no Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas e que causem um Efeito Adverso Relevante;

(h) não cumprimento por nós, por quaisquer empresa do nosso Grupo Econômico ou por nossos e/ou seus respectivos diretores, funcionários, administradores e membros do conselho no exercício de suas funções e na qualidade de nossos representantes, das normas aplicáveis que versam sobre atos de corrupção e atos lesivos contra a administração pública, partidos políticos ou pessoas físicas ou jurídicas privadas, ou qualquer outro ato com oferecimento de vantagem indevida, conforme aplicável, incluindo, sem limitação, a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, conforme alterada, a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme alterada, a Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, conforme alterada, o Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, o Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015 e, desde que comprovadamente aplicável, a *U.S. Foreign Corrupt Practices Act of 1977* e o *UK Bribery Act* de 2010 (em conjunto "Leis Anticorrupção"), e/ou nossa inclusão no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS ou no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP; observado que não estão inclusas neste item as informações que foram ou forem veiculadas na mídia e por nós divulgadas nos termos dos Fatos Relevantes publicados em 26 de novembro de 2020;

(i) constituição de arresto, sequestro, penhora ou qualquer outro gravame ou ônus sobre as Quotas Alienadas Fiduciariamente (conforme definido na Escritura de Emissão) e que venha a afetar a livre e plena propriedade das Quotas Alienadas Fiduciariamente, cujos efeitos não sejam revertidos ou suspensos no prazo de 20 (vinte) dias contados do evento que fragilizar a garantia sobre as Quotas Alienadas Fiduciariamente;

(j) caso seja realizada a alienação, venda, cessão, transferência, permuta, conferência ao capital, comodato, empréstimo, locação, arrendamento, dação em pagamento, endosso, desconto, ou qualquer outra forma de transferência ou disposição das Quotas Alienadas Fiduciariamente;

(k) mora ou inadimplemento de qualquer dívida por nós contraída no mercado financeiro ou de capitais, no Brasil ou no exterior, ou obrigação de nossa responsabilidade (seja como devedor principal, fiador ou devedor solidário), após o encerramento dos respectivos prazos de cura previstos em tais instrumentos, sem que tal inadimplemento tenha sido sanado, cujo valor individual e/ou agregado seja igual ou superior ao Valor de Corte;

(l) caso deixemos de ter nossas demonstrações financeiras auditadas por um dos auditores independentes a seguir: (i) KPMG Auditores Independentes, (ii) PriceWaterHouseCoopers Auditores Independentes, (iii) Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, (iv) Ernst & Young Auditores Independentes, (v) Grant Thornton Auditores Independentes ou (vi) BDO RCS Auditores Independentes; ou

(m) não observância, em quaisquer 2 (dois) trimestres consecutivos, do seguinte índice financeiro ("Índice Financeiro"), a ser calculado por nós e acompanhado pelo Agente Fiduciário trimestralmente, com base nas nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas e/ou nas nossas Informações Trimestrais (ITRs) consolidadas revisadas, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados do envio das respectivas informações ao Agente Fiduciário, sendo certo que a primeira apuração do Índice Financeiro foi realizada em 31 de março de 2022 com base nas nossas informações contábeis consolidadas referentes ao trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2021: a razão entre as contas de Dívida Financeira Líquida e o nosso EBITDA deverá ser menor ou igual a 3,00 (três inteiros).

Para os fins da emissão das Debêntures:

"EBITDA" significa, com base nas nossas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício imediatamente anterior e/ou as informações trimestrais (ITRs) do trimestre imediatamente anterior, calculado de acordo com os princípios contábeis aceitos no Brasil e em linha com a Instrução CVM 527 (a qual foi substituída pela Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022), o somatório: (i) do lucro/prejuízo antes de deduzidos de impostos, outros tributos, contribuições e participações minoritárias; (ii) das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras, e (iii) das depreciações, amortizações e exaustões;

"Dívida Líquida" significa, o somatório de empréstimos e financiamentos tomados com instituição financeira ou não, emissões de títulos de dívida no mercado local ou internacional, e avais e fianças por nós prestados para terceiros que não estejam consolidados nas nossas demonstrações financeiras consolidadas ou nos nossos ITRS, menos as disponibilidades (somatório do caixa mais aplicações financeiras de curto prazo); e

"Efeito Adverso Relevante" significa ocorrência de qualquer dos casos que possa resultar em qualquer efeito adverso relevante (1) na nossa situação econômica, financeira, operacional, reputacional ou de outra natureza, bem como nos nossos negócios, bens, ativos resultados operacionais e/ou perspectivas (2) no pontual cumprimento das obrigações por nós assumidas perante os Debenturistas, nos termos da Escritura de Emissão e do Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas; e/ou (3) nos nossos poderes ou na nossa capacidade jurídica e/ou econômico-financeira de cumprir qualquer de nossas obrigações nos termos da Escritura de Emissão e/ou dos demais documentos que instruem a Emissão e a oferta restrita das Debêntures, conforme aplicável.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Não aplicável, pois não possuímos limites em aberto em nossos financiamentos.

h. alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas das nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e se referem somente aos itens que tiveram alterações significativas em relação às nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Desta forma, apresentamos a seguir as explicações de tais variações ocorridas e ressaltamos que as informações abaixo devem ser lidas e analisadas em conjunto com as nossas demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis tanto no nosso website (<https://ri.wiz.co/>) quanto no website da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>).

Demonstrações de Resultado

Apresentação das principais contas das nossas demonstrações de resultados que apresentaram variação em relação aos nossos resultados referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021

Receita líquida de prestação de serviços

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das nossas atividades. A receita é apresentada líquida dos tributos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das transações entre empresas consolidadas.

No segmento de seguros, nosso negócio consiste na venda de serviços de corretagem, assessoria na área de seguros, bem como na prestação de serviços de teleatendimento. Esses serviços são prestados com base em contrato, onde, para os serviços de corretagem, são determinados os percentuais de comissão devidos, conforme o produto em questão e, para os serviços de teleatendimento, são previstas remunerações fixas por atendimento realizado para cada produto.

Nossas receitas de serviços prestados de corretagem dependem tanto do nosso comissionamento sobre a comercialização de produtos de seguros, como também do valor do prêmio de tais produtos cobrados do cliente final. O prêmio de seguros é definido por uma série de fatores, incluindo sinistralidade, estratégia de precificação do produto e custos de comercialização. O percentual de nossas comissões nas unidades em que atuamos é estabelecido nos acordos operacionais entre a Wiz e/ou suas subsidiárias e os parceiros de negócios. Essas comissões não podem ser modificadas, sem o acordo de todas as partes, variando a receita, portanto, exclusivamente da variação do prêmio (seja em virtude do volume ou do preço do produto) ou da renegociação eventual das comissões. A receita da venda de seguros é registrada no momento em que são informados os valores dos prêmios recebidos sobre as apólices vendidas aos clientes. Em caso de devolução de prêmios aos segurados, a seguradora deduz dos valores a pagar à Companhia. Para os seguros cujo fim da vigência não é objetivamente definido (seguros mensais), o pagamento mensal das contraprestações é determinante para a continuidade da vigência das apólices, não cabendo, em geral, a devolução de comissões.

No segmento de consórcios e crédito, atuamos na venda de consórcios, crédito, seguros correlatos e serviços de *backoffice*, além de *outsourcing*, por meio de canais indiretos. Esses serviços são prestados com base em contrato onde, para os serviços de distribuição de crédito, consórcios e seguros, são determinados os percentuais de comissão devidos, conforme o produto em questão. A receita é registrada mediante a adimplência do cliente, sem exceção. Dessa forma, a receita é reconhecida quando os valores podem ser mensurados com segurança e é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para nós.

No segmento de serviços, nosso negócio consiste na prestação de serviços de pós-venda, atendimento ao cliente, ouvidoria, terceirização de mão-de-obra, gestão de documentos, vistorias e *call center*. Esses serviços são prestados com base em contrato estabelecido com cada cliente, onde são previstas as remunerações por cada serviço contratado. A receita é registrada mediante prestação do serviço.

Custos dos serviços prestados

Referem-se aos custos com nossa estrutura comercial, em especial, custos de salários e encargos de pessoal, que atuam em nossas diversas UNs, seja nas operações de venda ou nas operações de *backoffice*.

Despesas administrativas

As despesas administrativas são compostas pelos gastos incorridos pelas nossas áreas de apoio (*marketing&tecnologia*, finanças, jurídico & *compliance*, relações com o mercado e M&A, e gente & gestão), como as despesas com pessoal, serviços de terceiros, manutenção de *softwares*, infraestrutura de tecnologia, telecomunicações, despesas com instalações da matriz, viagens e honorários advocatícios, entre outros menos relevantes.

Participação nos lucros de controladas e coligadas

A equivalência patrimonial, ou MEP, é o método que consiste em atualizar o valor contábil do investimento ao valor equivalente à participação societária da sociedade investidora no patrimônio líquido da sociedade investida, bem como no reconhecimento dos seus efeitos na demonstração do resultado. Apresentamos, em nossas demonstrações financeiras, na rubrica de "participação nos lucros de controladas e coligadas", a equivalência patrimonial das sociedades investidas pela Wiz.

Depreciação e Amortização

Nossa depreciação e amortização são decorrentes da alocação do valor depreciável dos nossos ativos intangíveis e imobilizados. São reconhecidas por meio do método linear, considerando seus custos e valores residuais durante a vida útil estimada.

Adicionalmente, nossa Depreciação e Amortização é impactada pela amortização dos Contratos Comerciais estabelecidos por nossas subsidiárias para atuação exclusiva em seus canais de distribuição.

Resultado Financeiro Líquido

Nosso resultado financeiro é decorrente da receita de juros sobre aplicações financeiras de fundos de investimento de renda fixa, realizadas em instituições renomadas e sólidas, conforme política determinada por nosso Conselho de Administração.

Adicionalmente, nosso resultado financeiro é impactado pelo ajuste a valor presente decorrente de contas a pagar de aquisições, bem como pelos juros remuneratórios reconhecidos referentes à emissão das Debêntures. Nossa receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um instrumento financeiro, reduzimos o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento.

Nossas despesas financeiras são compostas por atualização de juros de parcelamentos fiscais, descontos concedidos, IOF sobre operações bancárias, juros passivos, multas de trânsito, autuações fiscais e outras taxas bancárias. O reconhecimento dessas despesas é feito por competência e registrado a valor justo.

IRPJ e CSLL correntes e IRPJ e CSLL diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000,00 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados com base nas alíquotas de 25% e 9%, respectivamente. As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem o imposto de renda corrente e o diferido, e são reconhecidas na demonstração do resultado.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, calculado a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Apresentamos a seguir as explicações das principais variações ocorridas e as explicações sobre nosso resultado, a partir das nossas demonstrações financeiras, em relação às principais contas das nossas demonstrações de resultados que apresentaram variação em relação aos nossos resultados referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021

Discussão das principais variações nas demonstrações de resultados para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Demonstração do Resultado	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				Variação 2022x2021 (%)
	2022		2021		
	R\$ mil	(%) ¹	R\$ mil	(%) ¹	
Operações continuadas					
Receita líquida da prestação de serviços	948.884	100%	816.759	100%	16,2%
Custo dos serviços prestados	(398.932)	-42,0%	(314.590)	-38,5%	26,8%
Lucro bruto	549.951	58,0%	502.169	61,5%	9,5%
Despesas administrativas	(131.626)	-13,9%	(137.671)	-16,9%	-4,4%
Depreciação e amortização	(87.596)	-9,2%	(28.779)	-3,5%	204,4%
Outras receitas e despesas	3.740	0,4%	(14.515)	-1,8%	-125,8%
Participação nos lucros de controladas e coligadas	22.756	2,4%	27.586	3,4%	-17,5%
Lucro operacional antes do resultado financeiro	357.226	37,6%	348.790	42,7%	2,4%
Receitas financeiras	27.409	2,9%	12.108	1,5%	126,4%
Despesas financeiras	(102.496)	-10,8%	(46.031)	-5,6%	122,7%
Resultado financeiro	(75.087)	-7,9%	(33.923)	-4,2%	121,3%
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	282.139	29,7%	314.867	38,6%	-10,4%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(58.432)	-6,2%	(105.632)	-12,9%	-44,7%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(10.607)	1,1%	(3.452)	-0,4%	207,3%
Lucro líquido do exercício	213.100	22,5%	205.783	25,2%	3,6%

¹Em relação à receita líquida de prestação de serviços.

Receita líquida de prestação de serviços

Efetuamos a análise do nosso negócio baseada na divisão em segmentos das empresas que compõem o Grupo, as quais oferecem serviços distintos a um público alvo específico, sendo elas: (i) Wiz; (ii) Wiz Benefícios; (iii) Wiz Corporate; (iv) Wiz Parceiros; (v) Wiz Concept; (vi) Wiz Conseg; (vii) Bmg Corretora; (viii) BRB Seguros; (ix) Open X - Promotiva; (x) Polishop Seguros; (xi) Paraná Holding; e (xii) Omni1 Corretora.

O segmento Wiz abrange, tipicamente, a operação de *run-off* da Rede Caixa, onde os clientes adquiriam produtos de seguros de prateleira, com baixa complexidade técnica, seguindo o modelo B2B2C. Abrange, ainda, clientes do segmento PJ que buscam soluções de engajamento de forças de vendas e clientes PJ que buscam um parceiro comercial com expertise em comercialização de seguros para iniciar operações de *bancassurance* em seus canais de venda.

Já os segmentos da Wiz Corporate e da Wiz Benefícios abrangem aqueles clientes que de forma usual adquirem produtos em processos de venda consultivos onde, geralmente, a oportunidade de venda leva mais tempo para ser convertida em negócio.

O segmento Wiz Parceiros abrange clientes que adquirem produtos através do modelo B2B2C, por meio de parceiros comerciais que realizam a venda dos produtos fora de canais bancários. Os parceiros comerciais estão presentes em todas as regiões do país, com acesso aos clientes finais consumidores de produtos de consórcio e de crédito. A força de vendas da Wiz Parceiros atua na prospecção, ativação e capacitação desses parceiros a fim de garantir conformidade e fomentar a venda de produtos de consórcio e de crédito, bem como dos produtos de seguros correlatos às transações.

O segmento Wiz Concept presta serviços por meio do modelo B2B2C, gerenciando operações de pós-venda para produtos financeiros e de seguros e atendimento aos clientes finais dos parceiros comerciais. Ainda, a Wiz Concept possui clientes que adquirem produtos de seguros de prateleira, com baixa complexidade técnica, por meio de canais remotos (*call center*).

O segmento Wiz Conseg abrange clientes que adquirem produtos de seguros relacionados ao segmento Auto – seguro Auto, seguro Prestamista ao financiamento veicular e seguro de garantia mecânica – no formato B2B2C, comercializados por meio de força comercial presente em redes de concessionárias.

No segmento Bmg Corretora, os clientes adquirem produtos de seguros majoritariamente relacionados às transações bancárias realizadas pelo Banco Bmg por meio do modelo B2B2C, e que têm o negócio fechado ou originado nos diversos canais de distribuição do Banco Bmg.

O segmento BRB Seguros abrange, tipicamente, os clientes que adquirem produtos de seguros de prateleira, com baixa complexidade técnica, seguindo o modelo B2B2C, e que, na maioria das vezes, têm o negócio fechado ou originado no balcão de agências do Banco BRB.

A Open X é um veículo por nós utilizado para investimento na controlada indireta Promotiva. Na operação da Promotiva, tipicamente, os clientes adquirem produtos financeiros, de seguridade e consórcios do Banco do Brasil, seguindo o modelo de atuação e distribuição por meio da rede de Correspondentes Bancários, os COBANS, vinculados à Promotiva.

O segmento Polishop Seguros abrange, tipicamente, os clientes que adquirem produtos exclusivamente da rede varejista Polishop. A UN atua de forma consultiva no canal, integrando soluções e conhecimento do mercado para potencializar os canais de venda da rede.

A Paraná Holding é um veículo por nós utilizado para investimento na subsidiária Paraná Seguros. Os resultados de participação na subsidiária são registrados por meio do Método da Equivalência Patrimonial. A operação da Paraná Seguros abrange, tipicamente, os clientes que adquirem produtos de seguridade, realizados por meio de uma rede de distribuição *omnichannel* nos canais do Paraná Banco.

No segmento Omni1 Corretora, abrange, tipicamente, os clientes que adquirem produtos de seguridade, assistências e garantias nos canais do Grupo Omni em seus mais de 10mil estabelecimentos.

Obtemos nossa receita líquida de prestação de serviços a partir de nossa receita bruta de prestação de serviços após deduções dos impostos incidentes diretamente nas vendas de seguros.

Para melhor compreensão das variações da nossa receita, ilustramos abaixo a conciliação entre nossa receita bruta de prestação de serviços e nossa receita líquida de prestação de serviços separada por UN:

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro de				Varição
	2022		2021		2022x2021
	R\$ mil	(%) ¹	R\$ mil	(%) ¹	(%)
Receita Bruta de Prestação de Serviços: Wiz	251.346	24,3%	444.785	49,3%	-43,5%
Vida	143.086	13,8%	167.112	18,5%	-14,4%
Prestamista	(21.389)	-2,1%	94.573	10,5%	-
Habitacional	96.522	9,3%	97.666	10,8%	-1,2%
Outros	33.127	3,2%	85.434	9,5%	-61,2%
Receita Bruta de Prestação de Serviços: BMG Corretora	288.548	27,9%	218.167	24,2%	32,3%
Prestamista	132.483	12,8%	119.511	13,2%	10,9%
Outros	156.064	15,1%	98.656	10,9%	58,2%
Receita Bruta de Prestação de Serviços: Wiz Concept e GClaims	109.944	10,6%	102.044	11,3%	7,7%
Serviços de Backoffice	77.838	7,5%	69.430	7,7%	12,1%
Outros	32.105	3,1%	32.614	3,6%	-1,6%
Receita Bruta de Prestação de Serviços: Wiz Parceiros, WP1 e WP2	68.375	6,6%	71.865	8,0%	-4,9%
Indicação	44.241	4,3%	46.330	5,1%	-4,5%
Outros	24.134	2,3%	25.534	2,8%	-5,5%
Receita Bruta de Prestação de Serviços: Wiz Corporate, Wiz Benefícios e Partners	69.089	6,7%	54.553	6,0%	26,6%
Garantia	30.097	43,6%	30.676	3,4%	-1,9%
Outros	38.992	56,4%	23.937	2,7%	62,9%
Receita Bruta de Prestação de Serviços: Wiz Conseg e WC1	15.672	1,5%	10.632	1,2%	47,4%
Auto	7.987	0,8%	4.953	0,5%	61,3%
Outros	7.685	0,7%	5.679	0,6%	35,3%
Receita Bruta de Prestação de Serviços: BRB Seguros	206.655	20,0%	-	-	-
Prestamista	144.605	14,0%	-	-	-
Outros	62.050	6,0%	-	-	-
Receita Bruta de Prestação de Serviços: Omni	4.968	0,5%	-	-	-
Assistência	2.867	0,3%	-	-	-
Outros	2.101	0,2%	-	-	-

Receita Bruta de Prestação de Serviços: Promotiva	12.645	1,2%	-	-	-
Crédito	10.663	1,0%	-	-	-
Outros	1.982	0,2%	-	-	-
Receita Bruta de Prestação de Serviços: Demais segmentos	6.628	0,6%	-	-	-
Receita Operacional Bruta	1.033.868	100%	902.046	100,0%	14,6%
(-) Impostos sobre receita e deduções	(89.984)	-8,2%	(85.287)	-9,5%	-0,4%
Receita Líquida da Prestação de Serviços	948.884	91,8%	816.759	90,5%	16,2%

¹ Comparada à Receita Operacional Bruta.

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro de				Variação 2022X2021 (%)
	2022		2021		
Demonstração da receita	R\$ mil	(%) ¹	R\$ mil	(%) ¹	
Receita Bruta de Prestação de Serviços – Wiz	251.346	24,3%	444.785	49,3%	-43,5%
Receita Bruta de Prestação de Serviços - Wiz Corporate, Wiz Partners e Wiz Benefícios	69.089	6,7%	54.553	6,0%	26,6%
Receita Bruta de Prestação de Serviços - Wiz Parceiros, WP1 e WP2	68.375	6,6%	71.865	8,0%	-4,9%
Receita Bruta de Prestação de Serviços - Wiz Concept	109.944	10,6%	102.044	11,3%	7,7%
Receita Bruta de Prestação de Serviços - Wiz Conseg	15.672	1,5%	10.632	1,2%	47,4%
Receita Bruta de Prestação de Serviços - BMG Corretora	288.548	27,9%	218.167	24,2%	32,3%
Receita Bruta de prestação de serviços – BRB Seguros	206.655	20,0%	-	-	-
Receita Bruta de prestação de serviços – Open X, Promotiva	12.645	1,2%	-	-	-
Receita Bruta de prestação de serviços – Omni	4.968	0,5%	-	-	-
Receita Bruta de prestação de serviços – Polishop Seguros	6.628	0,6%	-	-	-
Total Receita Bruta de Prestação de Serviços	1.033.868	100%	902.046	100,0%	14,6%
Impostos sobre a Receita	(84.984)	-8,2%	(85.287)	-9,5%	-0,4%
Total Receita Líquida da Prestação de Serviços	948.884	91,8%	816.759	90,5%	16,2%
Receita líquida de prestação de serviços – Wiz	224.579	23,7%	395.868	48,5%	-43,3%
Receita líquida de prestação de serviços - Wiz Corporate, Wiz Benefícios	58.055	6,1%	45.643	5,6%	27,2%
Receita líquida de prestação de serviços - Wiz Parceiros	62.594	6,6%	66.439	8,1%	-5,8%
Receita líquida de prestação de serviços - Wiz Concept	105.246	11,1%	103.344	12,7%	1,8%
Receita líquida de prestação de serviços - Wiz Conseg	13.896	1,5%	9.413	1,2%	47,6%

Receita líquida de prestação de serviços - BMG Corretora	272.053	28,7%	206.242	25,3%	31,9%
Receita líquida de prestação de serviços – BRB Seguros	194.817	20,5%	-	-	-
Receita líquida de prestação de serviços – Open X, Promotiva	12.238	1,3%	-	-	-
Receita líquida de prestação de serviços – Omni	4.687	0,5%	-	-	-
Receita líquida de prestação de serviços – Polishop Seguros	5.735	0,6%	-	-	-
Ajustes de consolidação	(5.017)	-0,5%	(10.190)	-1,2%	-50,8%

¹ Receita Bruta comparada à receita bruta de prestação de serviços. Receita líquida comparada à receita líquida da prestação de serviços.

Nossa receita líquida de prestação de serviços, conforme o quadro acima, totalizou R\$ 948,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de R\$ 132,1 milhões, ou 16,2%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, que totalizou R\$ 816,8 milhões. Esse desempenho foi devido à consolidação da nossa estratégia em diversificar nossas operações ao longo dos últimos anos através do crescimento inorgânico, bem como o crescimento orgânico das operações já estabelecidas.

Seguem abaixo os principais fatores para o aumento da receita bruta de prestação de serviços dos produtos que mais impactaram a variação da nossa receita líquida de prestação de serviços:

i) Wiz

Em 2022, a controladora Wiz, que detém dentre outras operações o Run-Off Rede Caixa, alcançou uma Receita Bruta de R\$ 251,3 milhões, uma retração de 43,5%, quando comparado a 2021. O segmento Wiz foi responsável por 24,3% da nossa receita bruta total no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, tendo apresentado uma retração de 25p.p. em relação a 2021, quando era responsável por 49,3%, em virtude do encerramento da Operação Rede Caixa em 2021.

O desempenho desse segmento no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi impactado pelo fim do recebimento de comissão de vendas novas de seguros em 2021, bem como ao *churn* corrente da carteira.

ii) Bmg Corretora

A Bmg Corretora atingiu, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, uma Receita Bruta de R\$ 288,5 milhões, um aumento de 32,3%, quando comparada a 2021, efeito principalmente do crescimento de 54,1% em receita bruta do Produto Vida. A BMG Corretora foi responsável por 27,9% da receita bruta total da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, tendo apresentado um aumento de 3,7p.p. em relação a 2021, quando era responsável por 24,2%, passando a ser a UN mais representativa em Receita Bruta.

Após o início da operação em parceria com a Wiz, em novembro de 2020, a BMG Corretora atuou na revisão de seu modelo estratégico e operacional, fortalecendo o alinhamento da Corretora à estratégia do Banco Bmg, ampliando a eficiência comercial e abrangência da operação e implementando uma importante mudança de foco para a venda de produtos de relacionamento, gerando recorrência de receita e, conseqüentemente, valor no longo prazo. O resultado alcançado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 decorre especialmente do crescimento de 50,7% no prêmio emitido quando comparado ao exercício de 2021, sendo impulsionado pelo crescimento na emissão de produtos de recorrência e pelo aumento de vendas novas.

iii) Wiz Concept

Nossa subsidiária Wiz Concept possui em seu portfólio contratos de prestação de serviços de *backoffice*, bem como atividades de gestão de documentos e terceirização de mão-de-obra especializada, constituindo uma operação com mais de 800 colaboradores. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Wiz Concept atingiu R\$ 109,9 milhões em Receita Bruta, tendo sido responsável por 10,6% do nosso resultado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Apesar do ano desafiador a Wiz Concept atingiu Receita Bruta 7,7% superior em relação a 2021, efeito do crescimento de 12,1% (ou R\$ 8,4 milhões) nas receitas provenientes dos contratos de prestação de serviços de *backoffice*. Esse crescimento foi decorrente do desempenho dos serviços de *backoffice*, este, para clientes dos ramos de seguros massificados e seguros *corporate*.

iv) Wiz Parceiros

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a nossa subsidiária Wiz Parceiros realizou a venda de R\$ 6,2 bilhões em cartas de consórcios, apresentando uma retração de 2% comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 6,4 bilhões).

Os produtos de seguro vendidos nessa operação são faturados ao longo das prestações do Consórcio, gerando efeito de empilhamento no tempo. Consequentemente, a Receita Bruta da Wiz Parceiros foi de R\$ 68,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, tendo apresentado uma retração de 4,9%, comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 71,9 milhões).

v) Wiz Corporate

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Wiz Corporate, corretora de seguros com foco nos produtos para pessoa jurídica no segmento B2B, e as demais UNs consolidadas em seus resultados, respectivamente Wiz Benefícios e Wiz Partners, atingiu em sua totalidade uma Receita Bruta de R\$ 69,1 milhões no exercício social de 2022. O resultado representa um aumento de R\$ 14,5 milhões, ou 26,6%, comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 54,5 milhões). Esse resultado foi impulsionado pelo aumento de 14% ou R\$ 0,4 bilhão em prêmio de seguros emitidos quando comparado ao exercício findo de 2021, devido ao foco da UN em venda de produtos recorrentes e sua performance em renovações que garantem fluxo de receita à UN.

vi) Wiz Conseg

A nossa subsidiária Wiz Conseg atingiu Receita Bruta de R\$ 15,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, tendo apresentado um crescimento de 47,4%, comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 5,0 milhões), e representou aproximadamente 1,5% do nosso resultado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Esse resultado foi impulsionado principalmente pelo desempenho do produto Seguro Auto, que apresentou crescimento de 61,3% em receita bruta na comparação com o exercício findo de 2021. Adicionalmente, no ano de 2022, a Wiz Conseg adquiriu o controle acionário das corretoras dos Grupos Le Lac e Primavia, ampliando sua atuação nos balcões concessionários.

vii) BRB Seguros

A BRB Seguros, encerrando seu primeiro ano de operação, após parceria firmada em dezembro de 2021 com o Banco de Brasília – BRB, representou 20,0% do nosso faturamento total no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, e teve o foco em promover diversas evoluções em seu modelo de negócios ao longo do exercício de 2022, bem como realizou lançamento de novos produtos para seu portfólio. Como efeito, a operação alcançou mais de R\$ 0,5 bilhão em prêmio emitido de seguros e atingiu patamar de 249 mil clientes em carteira. Já em Receita Bruta, a UN nos adicionou um total de R\$ 206,7 milhões, tendo como principal impulsionador desse resultado o produto prestamista.

vii) Open X / Promotiva

A Open X é a sociedade controladora da Promotiva, UN adquirida em 22 de dezembro de 2022. Essa UN é responsável por gerir a maior rede de Correspondentes Bancários do Banco do Brasil, que atuam sob a marca Mais BB. A operação apresenta um alto volume transacionado em resultado, uma vez que o modelo de negócios estabelecido prevê o recebimento e o repasse de comissões aos correspondentes da rede. Em 2022, a Promotiva gerou um total de R\$ 12,6 milhões em receita bruta, sendo 84% proveniente da comercialização de crédito pessoa física, produto mais relevante em seu portfólio.

viii) Polishop Seguros

A Polishop Seguros, *joint venture* criada em parceria firmada em 2022 com o Grupo Polishop, atua na oferta de produtos de seguridade por meio dos canais de distribuição do Grupo Polishop. A operação iniciou em agosto de 2022 e, no exercício de 2022, representou 0,5% do nosso faturamento total, adicionando R\$ 6,6 milhões em receita bruta.

ix) Omni1

A Omni1, parceria firmada para criação de uma *joint venture* em 2022 com o Grupo Omni, em apenas um mês de operação, portanto a partir de dezembro de 2022, representou 0,5% do nosso faturamento total no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, adicionando um total de R\$ 5,0 milhões em receita bruta, que tem sua composição em produtos de Assistências e Seguro Prestamista.

Custos dos serviços prestados

A tabela abaixo indica a composição dos nossos custos dos serviços prestados de corretagem para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro de				Variação 2022x2021 (%)
	2022		2021		
	R\$ mil	(%) ¹	R\$ mil	(%) ¹	
Salários, encargos e benefícios	(171.459)	43,0%	(143.547)	45,6%	19,4%
Wiz	(1.642)	0,4%	(27.887)	8,9%	-94,1%
Wiz Concept	(72.212)	18,1%	(65.759)	20,9%	9,8%
Wiz Parceiros	(22.293)	5,6%	(16.065)	5,1%	38,8%
Wiz Corporate, Wiz Benefícios	(32.447)	8,1%	(24.105)	7,7%	34,6%
Wiz B2U	-	-	322	-0,1%	-
BMG Corretora	(10.783)	2,7%	(7.997)	2,5%	34,8%
Wiz Conseg	(7.288)	1,8%	(1.410)	0,4%	416,9%
BRB Seguros	(23.521)	5,9%	-	-	-
Open X, Promotiva	(962)	0,2%	-	-	-
Omni1	(91)	0,0%	-	-	-
Polishop Seguros	(219)	0,1%	-	-	-
GR1D Finance	-	-	(645)	0,2%	-
Outros	(1)	0,0%	(1)	0,0%	-
Comissões	(189.941)	47,6%	(142.941)	45,3%	33,3%
Wiz	(2)	0,0%	-	-	-
Wiz Concept	(56)	0,0%	(127)	0,0%	-55,9%
Wiz Parceiros	(4.439)	1,1%	(2.550)		74,1%
Wiz Corporate, Wiz Benefícios	(1.310)	0,3%	1.337	0,4%	198,0%

Wiz B2U	-	-	(22)	0,0%	-
BMG Corretora	(169.771)	42,6%	(140.274)	44,6%	21,0%
Wiz Conseg	(1.703)	0,4%	(856)	0,3%	98,9%
BRB Seguros	-	-	-	-	-
Promotiva	(10.330)	2,6%	-	-	-
Omni1	(2.328)	0,6%	-	-	-
Polishop Seguros	-	-	-	-	-
GRID Finance	-	-	-	-	-
Outros	(2)	0,0%	1	0,0%	-
Outros	(37.532)	9,4%	(28.553)	9,1%	31,4%
Wiz	(205)	0,1%	(1.624)	0,5%	-87,4%
Wiz Concept	(12.673)	3,2%	(8.142)	2,6%	55,6%
Wiz Parceiros	(3.232)	0,8%	(5.780)	1,8%	-44,1%
Wiz Corporate	(5.882)	1,5%	(4.433)	1,4%	32,7%
Wiz B2U	-	-	(132)	0,0%	-
BMG Corretora	(9.394)	2,4%	(7.129)	2,3%	31,8%
Wiz Conseg	(606)	0,2%	(294)	0,1%	106,1%
BRB Seguros	(2.953)	0,7%	-	-	-
Omni1	(213)	0,1%	-	-	-
Promotiva	(120)	0,0%	-	-	-
Polishop Seguros	(2.255)	0,6%	-	-	-
GRID Finance	-	-	(1.017)	0,3%	-
Outros	1	0,0%	(2)	0,0%	-
Custo da Prestação de Serviços	(398.932)	100%	(314.590)	100,0%	26,8%

¹ Em relação ao total do custo dos serviços prestados.

Os custos de salários, encargos e benefícios tiveram um aumento de R\$ 27,9 milhões, ou 19,4%, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, quando totalizaram R\$ 171,5 milhões, em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, quando totalizaram R\$ 143,5 milhões. Destacamos que o aumento nas contas de salários, encargos e benefícios deve-se, majoritariamente, a nossa estratégia de diversificar nossas operações e, portanto, aumento do número de operações no ano de 2022.

Os custos de comissões tiveram um aumento de R\$ 47 milhões, ou 33,3%, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, quando totalizaram R\$ 189,9 milhões, em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, quando totalizaram R\$ 142,9 milhões. Destacamos que nessa conta contabilizamos os repasses de comissões, que são remunerações recebidas por nossas UNs que são repassadas a parceiros comerciais pela atuação conjunta na execução comercial dessas operações. O aumento nessa linha deve-se, majoritariamente, ao melhor desempenho comercial da UN Bmg Corretora no ano de 2022, principal responsável pelos custos de comissões.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, nosso total de despesas administrativas, depreciação e amortização, outras (despesas) receitas operacionais e participação no lucro de investidas foi de R\$ 182,2 milhões, representando um aumento de R\$ 29,4 milhões, ou 19,2%, em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, quando esse total foi de R\$ 153,4 milhões. Essa variação decorre, especialmente, do aumento na linha de Depreciação e Amortização devido, majoritariamente, ao reconhecimento da amortização do intangível de contratos de exclusividade, sendo, porém, parcialmente compensada pela linha de Outras receitas/(despesas), que totalizou um resultado positivo de R\$ 3,7 milhões.

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro de				Variação 2022x2021 (%)
	2022		2021		
	R\$ mil	(%) ¹	R\$ mil	(%) ¹	
Despesas administrativas	(131.626)	72,0%	(137.671)	89,8%	-4,4%
Depreciação e amortização	(87.596)	45,5%	(28.779)	18,8%	204,4%
Outras receitas/despesas	3.740	-1,9%	(14.515)	9,5%	-
Participação nos lucros de controladas e coligadas	22.756	-12,5%	27.586	-18,0%	-17,5%
Total	(192.726)	100%	(153.379)	100,0%	25,7%

¹ Em relação ao total das despesas administrativas, depreciação, amortização e outras receitas (despesas) e participação nos lucros de investidas.

As Despesas administrativas retraíram R\$ 6,0 milhões, ou 4,4%, passando de R\$ 137,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 131,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Essa variação decorreu, principalmente, por uma redução nas despesas de Serviços de Terceiros e Contingências Fiscais. Conforme Fato Relevante divulgado pela Companhia em 22 de setembro de 2022, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF apreciou o Recurso Voluntário nº 10120.740742/2018-04, interposto, pela Companhia em 12 de agosto de 2019, e pelo voto de empate em favor do contribuinte, decidiu favoravelmente ao Recurso Voluntário referente a processo de aproveitamento de benefício fiscal de ágio gerado em incorporação de empresas. Tal decisão alterou a classificação de perda “provável” para “possível” do referido processo, e consequente estorno do valor provisionado no montante de R\$ 42,7 milhões em “Fiscais e Legais”.

A linha de Participação nos lucros de controladas e coligadas apresentou retração de 17,5%, ou R\$ 4,8, milhões, passando de R\$ 27,6 milhões para R\$ 22,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Esse desempenho é reflexo, principalmente, da participação na UN Inter Seguros, cujo resultado foi impactado pela alteração do regime tributário da UN para o Lucro Real.

A linha de Depreciação e Amortização apresentou aumento de 204,4%, ou R\$ 58,8 milhões, passando de R\$ 28,8 milhões para R\$ 87,6 milhões em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Esse desempenho é reflexo do início do reconhecimento da amortização do intangível dos contratos de exclusividade para atuação nos canais de vendas das UNs Bmg Corretora, BRB Seguros, Omni1, Polishop e Wiz Conseg.

Demonstrações de fluxo de caixa

Comparação entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro de		Variação 2022x2021 (%)
	2022	2021	
Demonstração do fluxo de caixa	R\$ mil		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	25.510	29.121	-12,4%
Caixa líquido - atividades operacionais	554.115	226.012	145,2%
Caixa líquido - atividades de investimento	(538.615)	(348.178)	54,7%
Caixa líquido - atividades de financiamento	(5.360)	118.555	-
Caixa e equivalentes de caixa ao final do exercício	35.650	25.510	39,7%

O fluxo de caixa das nossas atividades operacionais apresentou um fluxo gerado de R\$ 554,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, comparado a R\$ 226,0 milhões no mesmo período de 2021. O caixa gerado nas operações é decorrente, principalmente, de variações nas linhas de Contas a Pagar, Contas a Pagar de Aquisições e Receitas Diferidas.

O caixa consumido por nossas atividades de investimentos totalizou - R\$ 538,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, um aumento de R\$ 190,4 milhões, ou 54,7%, se comparado ao consumo de caixa de - R\$ 348,2 milhões no mesmo período de 2021. Essa variação é resultante, principalmente, de variações nas linhas de Pagamento de Aquisições e Aquisição de Intangível.

O caixa consumido pela atividade de financiamento totalizou - R\$ 5,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, comparado a geração de caixa de R\$ 118,6 milhões no mesmo período de 2021. Essa variação de R\$ 123,9 milhões é resultado, principalmente, das linhas de Dividendos Pagos e Debêntures.

2.2 Resultados operacional e financeiro

a. resultados das operações da Companhia

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Nossa receita líquida de prestação de serviços totalizou R\$ 948,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de R\$ 132,1 milhões, ou 16,2%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, que totalizou R\$ 816,8 milhões, em razão, principalmente, da diversificação das operações em curso ao longo dos últimos anos.

Neste sentido, apresentamos abaixo um quadro comparativo entre a nossa receita líquida de prestação de serviços nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, bem como sua conciliação com nossa receita bruta de prestação de serviços de acordo com os nossos segmentos.

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro de				Variação 2022X2021 (%)
	2022		2021		
Demonstração da receita	R\$ mil	(%) ¹	R\$ mil	(%) ¹	
Receita Bruta de Prestação de Serviços – Wiz	251.346	24,3%	444.785	49,3%	-43,5%
Receita Bruta de Prestação de Serviços - Wiz Corporate, Wiz Partners e Wiz Benefícios	69.089	6,7%	54.553	6,0%	26,6%
Receita Bruta de Prestação de Serviços - Wiz Parceiros, WP1 e WP2	68.375	6,6%	71.865	8,0%	-4,9%
Receita Bruta de Prestação de Serviços - Wiz Concept	109.944	10,6%	102.044	11,3%	7,7%
Receita Bruta de Prestação de Serviços - Wiz Conseg	15.672	1,5%	10.632	1,2%	47,4%
Receita Bruta de Prestação de Serviços - BMG Corretora	288.548	27,9%	218.167	24,2%	32,3%
Receita Bruta de prestação de serviços – BRB Seguros	206.655	20,0%	-	-	-
Receita Bruta de prestação de serviços – Open X, Promotiva	12.645	1,2%	-	-	-
Receita Bruta de prestação de serviços – Omni	4.968	0,5%	-	-	-
Receita Bruta de prestação de serviços – Polishop Seguros	6.628	0,6%	-	-	-
Total Receita Bruta de Prestação de Serviços	1.033.868	100%	902.046	100,0%	14,6%
Impostos sobre a Receita	(84.984)	-8,2%	(85.287)	-9,5%	-0,4%
Total Receita Líquida da Prestação de Serviços	948.884	91,8%	816.759	90,5%	16,2%
Receita líquida de prestação de serviços – Wiz	224.579	23,7%	395.868	48,5%	-43,3%
Receita líquida de prestação de serviços - Wiz Corporate, Wiz Benefícios	58.055	6,1%	45.643	5,6%	27,2%
Receita líquida de prestação de serviços - Wiz Parceiros	62.594	6,6%	66.439	8,1%	-5,8%
Receita líquida de prestação de serviços - Wiz Concept	105.246	11,1%	103.344	12,7%	1,8%
Receita líquida de prestação de serviços - Wiz Conseg	13.896	1,5%	9.413	1,2%	47,6%

Receita líquida de prestação de serviços - BMG Corretora	272.053	28,7%	206.242	25,3%	31,9%
Receita líquida de prestação de serviços – BRB Seguros	194.817	20,5%	-	-	-
Receita líquida de prestação de serviços – Open X, Promotiva	12.238	1,3%	-	-	-
Receita líquida de prestação de serviços – Omni	4.687	0,5%	-	-	-
Receita líquida de prestação de serviços – Polishop Seguros	5.735	0,6%	-	-	-
Ajustes de consolidação	(5.017)	-0,5%	(10.190)	-1,2%	-50,8%

¹ Receita Bruta comparada à receita bruta de prestação de serviços. Receita líquida comparada à receita líquida da prestação de serviços.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 nosso lucro operacional antes do resultado financeiro foi de R\$ 357,2 milhões, equivalente a R\$ 8,4 milhões de crescimento contra o mesmo período em 2021, em que tal resultado foi de R\$ 348,8 milhões.

Nossos resultados operacionais foram principalmente impulsionados pela linha de Receita Líquida, que apresentou aumento de R\$ 134,1 milhões, ou 16,2%, em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

No ano de 2022, devido a incorporação dos custos da UN BRB Seguros, bem como das demais novas operações e parcerias que foram firmadas em 2022, registramos crescimento de nossos custos dos serviços prestados em relação a 2021 no valor de R\$ 84,3 milhões. Nossas despesas operacionais (soma das despesas administrativas, outras receitas/despesas e depreciação e amortização) totalizaram R\$ 215,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de R\$ 34,5 milhões ou 19,1% das despesas operacionais em relação ao exercício findo em 2021, quando as despesas operacionais totalizaram R\$ 180,9 milhões.

O quadro abaixo traz os nossos principais resultados operacionais consolidados referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Demonstração do resultado (em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2022	2021
Operações continuadas		
Receita líquida da prestação de serviços	948.884	816.759
Custo dos serviços prestados	(398.932)	(314.590)
Lucro bruto	549.951	502.169
Despesas administrativas	(131.626)	(137.671)
Depreciação e amortização	(87.596)	(28.779)
Outras receitas e despesas	3.740	(14.515)
Participação nos lucros de controladas e coligadas	22.756	27.586
Lucro operacional antes do resultado financeiro	357.226	348.790
Receitas financeiras	27.409	12.108
Despesas financeiras	(102.496)	(46.031)
Resultado financeiro, líquido	(75.087)	(33.923)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	282.139	314.867

IR e CSLL correntes	(58.432)	(105.632)
IR e CSLL diferidos	(10.607)	(3.452)
Lucro líquido do exercício	213.100	205.783

b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

i. Efeito das variações de preços e volumes em nossas receitas

Os preços dos produtos de seguros são corrigidos de acordo com índices de inflação (IGP-M e IPCA), como é prática do mercado.

Além disso, os preços são corrigidos conforme índices de sinistralidade dos produtos. No geral, os produtos de *bancassurance*, que representaram 72,7% da nossa receita bruta de prestação de serviços total no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 (74,7% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021), são produtos caracteristicamente mais simples e de risco mais baixo do que os demais produtos do mercado. A quantidade de produtos comercializados está relacionada à penetração da venda de seguros no volume de transações bancárias e no tamanho da base de clientes do banco.

ii. Efeito da variação da taxa de câmbio em nossas receitas

Todas as nossas receitas são auferidas em reais, portanto, variações na taxa de câmbio não geram efeito sobre as mesmas.

iii. Efeito da inflação em nossas receitas

Em um cenário de pressão inflacionária, a possível resposta do Governo com um aumento na taxa básica de juros aumenta a rentabilidade de nossas aplicações, que são realizadas em fundos de renda fixa, exclusivamente.

Adicionalmente, os preços dos produtos de seguros são corrigidos de acordo com índices de inflação (IGP-M e IPCA), como é prática do mercado. O IGP-M apresentou variação de 5,5% ao longo do ano de 2022 e o IPCA apresentou variação de 5,8% no mesmo período, de forma que foi possível verificar um aumento na nossa receita líquida da prestação de serviços.

iv. Introdução de novos produtos e serviços

A partir da aquisição da Promotiva, concluída em 22 de dezembro de 2022, e da diversificação do portfólio da Wiz Parceiros, passamos a atuar na distribuição de produtos de crédito à pessoa física, tais como crédito consignado, financiamento imobiliário, crédito salário, dentre outros.

c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

- i. Inflação: pode gerar impactos positivos em nosso resultado operacional, uma vez que os prêmios de seguros são reajustados anualmente com índices de inflação (IGP-M e IPCA), impactando positivamente nossa receita líquida da prestação de serviços de corretagem. Por outro lado, pode afetar nossos custos de serviços prestados e nossas despesas administrativas, uma vez que os índices inflacionários são tomados como referência na fixação da taxa de correção salarial negociada nos dissídios coletivos dos quais somos parte. Os gastos com salários e encargos

representam a principal parcela de nossos custos de serviços prestados e de nossas despesas administrativas, possuindo, portanto, um impacto negativo em nosso resultado operacional.

- ii. Variação cambial: não possuímos receitas e despesas relevantes vinculadas diretamente a variações cambiais, bem como investimentos atrelados à moeda estrangeira.
- iii. Taxa de juros: pode gerar impactos positivos nas nossas aplicações financeiras, que são predominantemente em renda fixa, impactando positivamente nosso resultado financeiro. Ainda, pode gerar impacto negativo de retração na demanda por produtos de crédito comercializados por algumas de nossas subsidiárias, devido à elevação do custo da dívida para o cliente.
- iv. A taxa DI impacta diretamente no valor da atualização das nossas Debêntures.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não houve mudanças significativas nas nossas práticas contábeis.

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Demonstrações financeiras consolidadas para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022

O relatório dos auditores independentes sobre as nossas demonstrações financeiras para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 não possui ressalvas ou parágrafos de ênfase. Esse relatório de auditoria contém parágrafo de “outros assuntos” relacionado à apresentação das demonstrações do valor adicionado (“DVA”) individual e consolidada referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, preparadas sob a responsabilidade da nossa administração, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira apenas para as companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA.

2.4 Efeitos relevantes nas Demonstrações Financeiras

a. introdução ou alienação de segmento operacional

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, expandimos nossas operações por meio da BRB Seguros, da Promotiva, da Omni1 e da Polishop Seguros.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia firmou parceria estratégica com o BRB para a comercialização de produtos de seguridade por meio dos canais de distribuição BRB, mediante a aquisição de 50,1% (cinquenta inteiros e um décimo por cento) das ações de emissão de uma nova corretora de seguros, a BRB Corretora de Seguros S.A., que possui exclusividade na comercialização de produtos e serviços de seguridade, incluindo seguros, consórcio, títulos de capitalização e previdência privada, na rede de distribuição controlada pelo BRB, pelo prazo de 20 (vinte) anos. Embora tal operação tenha sido celebrada em 2021, sua operação apenas teve início em 2022.

Em 16 de agosto de 2022, foram implementadas as condições precedentes previstas no contrato de parceria firmado com o grupo varejista Polishop (Polimport Comércio e Exportação LTDA.) em 06 de junho de 2022, de forma que passamos a deter 50% (cinquenta por cento) das quotas de emissão da Polishop Corretora de Seguros Ltda. ("Polishop Seguros"). O referido segmento, incluído nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 da Companhia, abrange, tipicamente, os clientes que adquirem produtos exclusivamente da rede varejista Polishop, de forma que essa unidade de negócios atua de forma consultiva no canal, integrando soluções e conhecimento do mercado para potencializar os canais de venda da rede.

Em 02 de dezembro de 2022, foram implementadas as condições precedentes para o fechamento da operação de aquisição de 50,1% (cinquenta inteiros e um décimo por cento) das quotas de emissão da Omni 1 Corretora de Seguros S.A., uma nova corretora de seguros constituída para a comercialização de produtos de seguridade por meio dos canais de distribuição do Grupo Omni, com exclusividade pelo prazo de 10 (dez) anos contados do fechamento da operação. A Omni1 Corretora atua na oferta de produtos de seguridade, assistências e garantias nos canais do Grupo Omni.

Em 22 de dezembro de 2022, a Companhia informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que foram implementadas as condições precedentes para a concretização da aquisição de 100% (cem por cento) das ações de emissão da Promotiva S.A. ("Promotiva"), uma das principais gestoras de correspondentes do Banco do Brasil S.A. Essa unidade de negócios é responsável por atuar na gestão de uma rede de centenas de Correspondentes Bancários¹⁴ da Rede Mais BB, que ofertam produtos do Banco do Brasil de forma presencial e remota em todo território nacional, incluindo regiões com baixa presença bancária. Essa unidade de negócios possui amplo portfólio de produtos exclusivos do Banco do Brasil, comercializando principalmente produtos de crédito voltados ao público pessoa física.

Para mais informações sobre os impactos desses novos segmentos operacionais nas nossas demonstrações financeiras, vide item 2.1. Para maiores informações sobre as aquisições da Polishop, Omni1, Promotiva e Paraná Seguros, vide item "b" abaixo. Por fim, para maiores detalhes acerca dos nossos segmentos operacionais, vide item 1.3 deste Formulário de Referência.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 14 de janeiro de 2022, foram implementadas as condições precedentes para o fechamento da operação com a LG Informática S.A. para constituição da Ben.up Soluções e Corretora de Seguros Ltda. ("Ben.up"). O acordo de investimentos foi celebrado entre nós e a LG Informática em 20 de setembro de 2021 ("Acordo de Investimentos") e visava a constituição de uma *joint venture* para o desenvolvimento e exploração comercial de uma plataforma digital para a distribuição de benefícios por adesão, a ser disponibilizada para áreas de Recursos Humanos de empresas e seus respectivos colaboradores,

¹⁴ "Correspondentes Bancários" ou "COBANS": entidades legais contratadas por instituições financeiras para agir em favor delas na comercialização de seus produtos e serviços financeiros.

o que inclui produtos de crédito, como consignado privado, produtos de seguro e previdência privada. Com o fechamento da operação, nos tornamos detentores de 49,9% (quarenta e nove inteiros e nove décimos por cento) do capital social da Ben.up e referida operação vem na esteira de nossas últimas parcerias, ampliando nossa posição como uma companhia que traz soluções inovadoras e completas no segmento de seguros e produtos financeiros.

Nos termos do Acordo de Investimentos, realizamos um aporte de capital no montante de R\$ 1,7 milhões nessa *joint venture*.

A referida aquisição foi refletida nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Em 17 de janeiro de 2022, por meio de nossa controlada Wiz Corporate Soluções e Corretagem de Seguros S.A., por sua controlada, a Wiz Partners Corretora de Seguros Ltda., adquirimos 100% (cem por cento) das quotas representativas do capital social das corretoras Águas de Manso Corretora de Seguros Eireli, ASF Corretora de Seguros Ltda., LL Corretora de Seguros Eireli, Orbis Adviser Corretora de Seguros Ltda. e Universa Corretora de Seguros Ltda (cada qual, uma "Corretora"). Referida operação visa consolidar a Wiz Corporate no mercado de produtos de seguridade direcionados à construção civil, notadamente em produtos atrelados a programas habitacionais, corroborando com nossa visão de crescimento no contexto de ampliação de nossas UN.

Os contratos referentes a tal operação preveem um pagamento fixo no montante de R\$ 0,9 milhões, à vista, e parcela variável de 140% (cento e quarenta por cento) do lucro líquido apurado por cada Corretora, a qual será desembolsada nos anos de 2024 e 2025 referente ao resultado de 2023 e 2024 (respectivamente).

A referida aquisição foi refletida nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Em 01 de abril de 2022, por meio de nossa controlada Wiz Concept Soluções de Teleatendimento Ltda., adquirimos, por meio de exercício da opção de compra, 50,1% (cinquenta inteiros e um décimo por cento) das quotas de emissão da General Claims Soluções em TI Ltda. ("GClaims"). A GClaims vem sendo acelerada pelo Wiz Labs desde setembro de 2019, gerando a ampliação de seu portfólio de produtos, a expansão de sua atuação para novos segmentos de seguros, o desenvolvimento de novos módulos para festão automatizada de apólices de crédito e o crescimento da sua receita. Com a referida aquisição, passamos a realizar consultoria em tecnologia da informação, suporte técnico de manutenção e outros serviços em tecnologia da informação, desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis e customizáveis e a a Wiz Concept aumenta seu portfólio de serviços de regulação de sinistro, gestão de apólices de seguros, vistoria presencial e remota, plataformas de crédito para home e *car equity*, além de um módulo de gestão de apólices, corroborando com nossa visão de crescimento no contexto de ampliação de nossas UN.

Os contratos referentes a tal operação previram que o exercício da *call option* (opção de compra) de 50,1% fosse realizado pelo preço de R\$ 1,00.

A referida aquisição foi refletida nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Em 16 de agosto de 2022, foram implementadas as condições precedentes previstas no contrato de parceria firmado com o grupo varejista Polishop (Polimport Comércio e Exportação LTDA.) em 06 de junho de 2022, de forma que passamos a deter 50% (cinquenta por cento) das quotas de emissão da Polishop Corretora de Seguros Ltda. ("Polishop Seguros"). A Polishop Seguros foi constituída com o propósito de comercializar produtos de seguridade por meio dos canais de distribuição da Polishop, com exclusividade pelo prazo de 10 (dez) anos contados do fechamento da operação. O preço de aquisição é composto por (i) uma parcela fixa, no valor de R\$ 20 milhões, que foi paga à vista; e (ii) três parcelas anuais variáveis, cada qual estimada no valor de R\$ 10 milhões, que serão pagas (se, e somente se, atingirem as métricas acordadas na operação) nos exercícios sociais de 2024, 2025 e 2026, considerando o lucro líquido apurado pela Polishop Seguros no exercício social imediatamente anterior, podendo totalizar R\$ 51 milhões, em caso de superação das metas previamente acordadas.

A referida aquisição foi refletida nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Em 06 de outubro de 2022, adquirimos, por meio de nossa controlada Wiz Conseg Corretora de Seguros Ltda. (“Wiz Conseg”), 50,1% (cinquenta inteiros e um décimo por cento), das quotas de emissão da Trombini Corretora de Seguros Ltda., que detém a exclusividade, por 10 (dez) anos, para a comercialização de produtos de seguridade nas 11 (onze) concessionárias de veículos das marcas Jeep, Citroën, Peugeot e Hyundai pertencentes ao Grupo Le Lac, no Estado do Paraná. Referida operação se alinha com a estratégia de crescimento, expansão e consolidação da atuação da Wiz Conseg no segmento de seguros para redes de concessionárias de veículos, corroborando com nossa visão de crescimento no contexto de ampliação de nossas UN.

Os contratos referentes a tal operação preveem que o pagamento será realizado da seguinte forma: uma parcela à vista no valor de R\$ 0,4 milhão e mais uma parcela a prazo no valor de R\$ 0,7 milhão.

A referida aquisição foi refletida nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Em 08 de novembro de 2022, foram implementadas as condições precedentes para o fechamento da operação de aquisição de 100% (cem por cento) das ações da Paraná Wiz Holding S.A., titular de 40% (quarenta por cento) do capital social total e votante da Paraná Corretagem de Seguros S.A. (“Paraná Seguros”), uma nova corretora de seguros constituída para a comercialização de determinados produtos de seguridade nos canais de distribuição do Paraná Banco S.A. (“Paraná Banco”), com exclusividade pelo prazo de 10 (dez) anos contados do fechamento da Operação, e extensível, por igual período, mediante exercício, pelo Paraná Banco, de uma opção de venda de ações representativas de até 9% (nove por cento) das ações da Paraná Seguros, condicionada à sua performance.

O preço de aquisição é composto por (i) uma parcela fixa, no valor de R\$ 17,4 milhões, que será paga em uma única parcela à vista; (ii) uma parte fixa que será paga em três parcelas de R\$ 4,3 milhões, corrigidas pelo CDI acumulado do período e com vencimento em 2025, 2026 e 2027; e (iii) três parcelas variáveis estimadas em R\$ 4,4 milhões, corrigidas pelo CDI acumulado do período e pagas nos exercícios sociais de 2025, 2026 e 2027, considerando o montante de lucro líquido apurado pela Paraná Seguros no exercício social imediatamente anterior e as métricas acordadas na transação.

A referida aquisição foi refletida nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Em 02 de dezembro de 2022, foram implementadas as condições precedentes para o fechamento da operação de aquisição de 50,1% (cinquenta inteiros e um décimo por cento) das quotas de emissão da Omni 1 Corretora de Seguros S.A., uma nova corretora de seguros constituída para a comercialização de produtos de seguridade por meio dos canais de distribuição do Grupo Omni, com exclusividade pelo prazo de 10 (dez) anos contados do fechamento da operação.

O preço de aquisição foi de R\$ 34.719.300,00, pagos em uma única parcela.

A referida aquisição foi refletida nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Em 14 de dezembro de 2022, foram implementadas as condições precedentes para o fechamento da operação de aquisição, por meio da Wiz Conseg, de 50,1% (cinquenta inteiros e um décimo por cento) das quotas de emissão da Primavia Corretora de Seguros Ltda., corretora que detém a exclusividade para comercialização de produtos de seguridade nas concessionárias do Grupo Primavia por 10 (dez) anos. O Grupo Primavia, que atua há 27 (vinte e sete) anos no mercado, é composto por 28 (vinte e oito) concessionárias de veículos das marcas Fiat, Jeep, Renault, Nissan, RAM, Chrysler, Dodge, Citroën, Peugeot e Ventura Marine, distribuídas em 11 (onze) cidades nos Estados de Minas Gerais, Goiás, Bahia, Tocantins e no Distrito Federal.

Os contratos referentes a tal operação preveem que o pagamento será realizado da seguinte forma: uma parcela única no valor de R\$ 1,4 milhão.

A referida aquisição foi refletida nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Em 09 de novembro de 2022, celebramos, por meio da nossa subsidiária Wiz Open X, juntamente com o Banco Votorantim S.A., contrato de compra e venda de ações, sujeito a determinadas condições precedentes, onde nos comprometemos a adquirir 100% (cem por cento) das ações de emissão da Promotiva S.A. (“Promotiva”), uma das principais gestoras de correspondentes do Banco do Brasil S.A. (“BB”) (“Aquisição”).

Em 22 de dezembro de 2022, a Companhia informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que foram implementadas as condições precedentes para a concretização da Aquisição. Com a conclusão da Aquisição, a Wiz, por meio de uma subsidiária, passou a ser titular de 100% (cem por cento) do capital social total e votante da Promotiva que, mediante a celebração de um novo contrato com o BB, continuará atuando como uma das suas gestoras de correspondentes bancários no país para a distribuição de produtos de crédito e correlatos, pelo prazo de 5 (cinco) anos.

Entendemos que a Aquisição é estratégica, pois está alinhada à visão de crescimento, expansão e consolidação da nossa atuação no contexto de ampliação e diversificação dos resultados das nossas operações, especialmente pela atuação e comercialização de produtos financeiros e de seguros por meio de canais indiretos.

A Aquisição se deu pelo preço total estimado de R\$ 85.000.000,00 (oitenta e cinco milhões de reais), sendo R\$ 45,0 milhões à vista e 4 parcelas variáveis de R\$ 10,0 milhões.

c. eventos ou operações não usuais

Em 27 de dezembro de 2022, houve a prorrogação parcial da parcela fixa e da parcela variável de 2023 da aquisição da BRB Corretora, pelo prazo de 12 meses. O montante prorrogado, nos termos previstos no contrato, deverá ser ajustado positivamente pelo percentual de 15,69%. Essa postergação teve um efeito entre passivo circulante e não circulante no valor de R\$ 135 milhões.

2.5 Medições não contábeis

A seguir, apresentamos as principais medições não contábeis utilizadas por nossa administração:

(i) Receita Líquida ex Comissões

Os Custos de Comissões representam remunerações faturadas por nossas UNs que são repassadas a parceiros comerciais pela atuação conjunta na execução comercial dessas operações. Para melhor compreensão da Receita Líquida da Prestação de Serviços excluída dos montantes repassados a parceiros comerciais, acompanhamos o indicador Receita Líquida ex Comissões, cujo cálculo é realizado a partir da Receita Bruta da Prestação de Serviços deduzidos os impostos sobre vendas e os custos de comissões.

(ii) EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*, sigla em inglês para denominar o “LAJIDA” - lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) é uma medição não contábil calculada por nós e conciliada com nossas demonstrações financeiras, observadas as disposições da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM 156”). O cálculo do EBITDA é realizado como lucro líquido, adicionado pelo resultado financeiro líquido (que, quando receita, representa uma subtração), pelas despesas com imposto de renda e contribuição social, e pelas despesas com depreciação e amortização.

A Margem EBITDA corresponde ao nosso EBITDA dividido pela nossa receita líquida da prestação de serviços consolidada.

Ainda, para uma compreensão adicional da nossa situação financeira e possibilidade de comparação com períodos anteriores, utilizamos o “EBITDA Ajustado”, que representa uma medição não contábil divulgada por nós e que corresponde ao EBITDA acrescido de itens não previstos no cálculo do EBITDA conforme Resolução CVM 156, tais como as despesas/receitas com Perdas/Ganhos de Capital em investidas e valores pagos de *Earn-out* e baixas de *Earn-out* registrados em aquisições por nós realizadas. Além disso, é reduzido o valor de Participação nos Lucros de Controladas e Coligadas, para aferição do desempenho das empresas controladas pelo grupo ao qual pertencemos, incluindo nossas subsidiárias (“Grupo”). Adicionalmente, a Margem EBITDA Ajustado é calculada pela divisão do nosso EBITDA Ajustado pela nossa receita líquida da prestação de serviços consolidada subtraída dos custos de Comissões.

Em “*Earn-Out*”, os valores são referentes a baixas de *earn-out* decorrentes das aquisições por nós realizadas, bem como ao pagamento de parcelas de *earn-out* em aquisições que realizamos. Em 2022, os valores decorrem do reconhecimento da diferença entre o valor realizado e previsto (R\$ 2,5 milhões) no contas a pagar de aquisições referente à primeira parcela variável do custo de aquisição da Bmg Corretora.

Em “Perdas/Ganhos de Capital”, os valores são decorrentes do registro de perdas/ganhos de capital provenientes do ajuste no investimento em subsidiárias devido à distribuição desproporcional de dividendos em empresas controladas.

Por fim, em “Participação nos Lucros de Controladas e Coligadas”, registramos, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 o montante de R\$ 22,8 milhões referente à participação nos resultados obtidos pelas investidas Inter Seguros, Ben.up e Paraná Seguros.

Destacamos que o EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustado não são medidas contábeis reconhecidas tanto pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, quanto pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido, como indicadores do desempenho operacional, como substitutos do fluxo de caixa, como indicador de liquidez, ou como base para a distribuição de dividendos. Outrossim, o significado dessas medidas não é padronizado e referidas medidas podem não ser compatíveis

com medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias, sendo que não podemos garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão os mesmos significados aqui apresentados. Dessa forma, tais medidas divulgadas por nós podem não ser comparáveis com indicadores preparados por outras sociedades.

(iii) Margem Líquida e Margem Líquida Ajustado

A Margem Líquida é uma medição não contábil calculada conforme prática do mercado, sendo possível ser conciliada com nossas demonstrações financeiras e consiste na divisão do lucro líquido consolidado do exercício/período pela receita líquida de prestação de serviços do exercício/período. A Margem Líquida é expressa em formato percentual e é um indicador financeiro utilizado para avaliar a nossa rentabilidade final, e pode ser apurada para diversos períodos, como por exemplo, mês, trimestre, semestre, ano, dentre outros. Ainda, para uma compreensão adicional da nossa situação financeira e possibilidade de comparação com períodos anteriores, realizamos o acompanhamento do indicador Margem Líquida Ajustado, que consiste na divisão do lucro líquido consolidado do exercício/período pela receita líquida de prestação de serviços do exercício/período subtraída dos custos de comissões, sendo expressa em formato percentual. Destacamos que a Margem Líquida e a Margem Líquida Ajustado não são medidas contábeis reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser consideradas como substituto para o lucro líquido, como indicador do desempenho operacional, como substituto do fluxo de caixa, como indicador de liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. Outrossim, o significado desta medida não é padronizado e pode não ser compatível com medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias, sendo que não podemos garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão o mesmo significado aqui apresentado. Desta forma, tal medida divulgada por nós pode não ser comparável com indicadores preparados por outras sociedades.

a. informar o valor das medições não contábeis

Seguem abaixo os valores da nossa Receita Líquida ex Comissões, do nosso EBITDA, do nosso EBITDA Ajustado, da nossa Margem EBITDA, da nossa Margem EBITDA Ajustado, da nossa Margem Líquida e da nossa Margem Líquida Ajustado para os períodos indicados:

Medições não contábeis <i>(em milhares de R\$, exceto %)</i>	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2022	2021
Receita Líquida Ex Comissões	758.943	674.268
EBITDA	444.822	377.569
EBITDA Ajustado	429.974	352.037
Margem EBITDA	46,9%	46,2%
Margem EBITDA Ajustado	56,7%	52,2%
Margem Líquida	22,5%	25,2%
Margem Líquida Ajustado	28,1%	30,5%

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

A tabela abaixo apresenta a reconciliação do nosso lucro líquido para o EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA Ajustado e Margem Líquida para os períodos indicados:

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro de	
	2022	2021

Lucro líquido	213.100	205.783
(+) Resultado financeiro	75.087	33.923
(+) IRPJ e CSLL correntes e diferidos	69.039	109.084
(+) Depreciação e amortização	87.596	28.779
EBITDA	444.822	377.569
Receita líquida da prestação de serviços	948.884	816.759
Margem EBITDA	46,9%	46,2%
(+) Earn-Out e Outros ¹	7.908	2.054
(-) Participação nos lucros de controladas e coligadas	(22.756)	(27.586)
EBITDA Ajustado	429.974	352.037
Receita líquida da prestação de serviços	948.884	816.759
(-) Custos de Comissões	(189.941)	(142.491)
Receita Líquida ex Comissões	758.943	674.268
Margem EBITDA Ajustado	56,7%	52,2%
Lucro líquido	213.100	205.783
Receita líquida da prestação de serviços	948.884	816.759
Margem Líquida	22,5%	25,2%
Lucro líquido	213.100	205.783
Receita líquida da prestação de serviços	948.884	816.759
(-) Custos de Comissões	(189.941)	(142.491)
Receita Líquida ex Comissões	758.943	674.268
Margem Líquida Ajustado	28,1%	30,5%

(1) Em “*Earn-out*”, os valores são referentes a baixas de *earn-out* decorrentes das aquisições realizadas por nós, bem como ao pagamento de parcelas de *earn-out* em aquisições realizadas por nós. Em 2021, os valores registrados são referentes a baixa de parcela de *earn-out* reconhecida no contas a pagar de aquisições referente à aquisição da Wiz Conseg. Em 2022, os valores decorrem do reconhecimento da diferença entre o valor realizado e previsto (R\$ 2,5 milhões) no contas a pagar de aquisições referente à primeira parcela variável do custo de aquisição da Bmg Corretora.

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

O EBITDA é utilizado como uma das medidas de desempenho adotadas por nossa administração, pois acreditamos que é uma medida prática para aferir nosso desempenho operacional, sendo que alguns investidores, agências de “*rating*” e analistas financeiros o utilizam como um indicador de nosso desempenho operacional e de nosso fluxo de caixa. Consequentemente, entendemos que o EBITDA Ajustado é uma medida prática para aferir nosso desempenho operacional e nossa condição financeira, tendo em vista que não são considerados para o seu cálculo o resultado financeiro líquido, o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido, os custos e despesas com depreciação e amortização, bem como efeitos não recorrentes como *impairment*, *earn-out* e ganhos/perdas de capital. Além disso, é excluído do EBITDA Ajustado, o resultado de participação nos lucros de nossas investidas, permitindo a análise do resultado operacional das empresas controladas pelo Grupo.

Entendemos, ainda, que o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado servem de parâmetro de comparação com outras empresas que atuam no mesmo setor, mesmo que haja possibilidade de divergências na definição das medidas e na metodologia de cálculo.

2.6 Eventos subsequentes as Demonstrações Financeiras

Não houve evento subsequente no período.

2.7 Destinação de resultados

a. regras sobre retenção de lucros

Segundo a Lei das Sociedades por Ações e nosso Estatuto Social, o lucro líquido será apurado mediante dedução, do resultado do exercício, dos prejuízos acumulados de exercícios anteriores, se houver e da provisão para o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. O lucro líquido terá, então, a seguinte destinação: (i) 5% será aplicado na constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% (vinte por cento) do capital social, nos termos do artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações; (ii) uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório aos acionistas correspondente a 50% do lucro líquido ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações; (iii) o saldo remanescente terá a destinação que a Assembleia Geral determinar, podendo ser distribuído aos acionistas a título de dividendos ou retido nas reservas previstas na Lei das Sociedades por Ações.

b. regras sobre distribuição de dividendos

Do saldo do lucro líquido apurado em cada exercício social, após a dedução da reserva legal e de contingências, se houver, pelo menos 50% será distribuído a título de dividendo obrigatório e/ou juros sobre capital próprio. A distribuição de dividendos ocorre anualmente por deliberação de nossa Assembleia Geral Ordinária, quando da apreciação da proposta da administração para destinação do lucro líquido de cada exercício social. Nosso Estatuto Social também autoriza o levantamento de balanços semestrais ou em prazos menores, podendo ser declarados dividendos intermediários ou intercalares com base nesses balanços.

Em 25 de abril de 2023, nossos acionistas deliberaram em Assembleia Geral Ordinária destinar, do resultado do exercício de 2022, no montante de R\$ 188,0 milhões, o valor de R\$ 94,0 milhões a título de dividendos para distribuição aos acionistas.

c. periodicidade das distribuições de dividendos

Os dividendos são distribuídos conforme deliberação da nossa Assembleia Geral Ordinária, realizada nos quatro primeiros meses do ano. Nosso Estatuto Social permite também a distribuição de dividendos intercalares e intermediários e juros sob capital próprio, podendo os mesmos ser imputados ao dividendo obrigatório. A declaração de dividendos intercalares e de juros sob capital próprio compete ao nosso Conselho de Administração.

d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável à Companhia, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Por força da escritura de emissão da nossa primeira emissão de debêntures, é vedada a distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou realização de quaisquer outros pagamentos aos nossos acionistas, caso estejamos em mora com o cumprimento de quaisquer obrigações pecuniárias previstas na referida escritura de emissão, exceto pelos dividendos mínimos obrigatórios previstos na Lei das Sociedades por Ações. Na data deste Formulário de Referência, estávamos em dia com o cumprimento de nossas obrigações pecuniárias previstas na escritura de emissão, portanto, não havia restrições ao pagamento de dividendos.

Exceto pelo disposto acima, não tivemos quaisquer restrições impostas por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais às distribuições de dividendos havidas no exercício de 2022 ou com relação àquelas a serem realizadas nos exercícios sociais subsequentes.

e. se a Companhia possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso a Companhia divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Não possuímos uma política formal de destinação de resultados.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras

Não existem itens relevantes não evidenciados nas nossas demonstrações financeiras para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados nas Demonstrações Financeiras

Não aplicável, uma vez que não existem itens relevantes não evidenciados nas nossas demonstrações financeiras para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

2.10 Planos de negócios

a. investimentos

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A Companhia não possui investimentos em andamento ou previstos na data da divulgação deste Formulário de Referência.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Os financiamentos de investimentos serão feitos por meio de (i) recursos próprios, uma vez que a empresa possui elevada geração de caixa como pode ser observado no item 2.1.h deste Formulário de Referência, (ii) recursos de terceiros por meio da emissão das debêntures, e (iii) empréstimos, caso sejam necessários, conforme o porte dos projetos vis-à-vis a nossa geração de caixa.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não foram realizados desinvestimentos de capital no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, tampouco existem desinvestimentos previstos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não aplicável.

c. novos produtos e serviços

Na qualidade de corretora de seguros e distribuidora de produtos de crédito, dependemos das sociedades seguradoras e instituições financeiras com as quais operamos para comercialização e lançamento de novos produtos. Adicionalmente, o mercado de seguros de *bancassurance* é composto por produtos de baixa complexidade e já consolidado junto à base de clientes para os quais tais produtos são ofertados.

Não obstante, analisamos e acompanhamos constantemente as necessidades dos consumidores de produtos seguros, bem como novos produtos ofertados por nossos concorrentes para sugerir e auxiliar o processo de desenvolvimento de novos produtos nas seguradoras com as quais atuamos. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, nossa Companhia não teve gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

ii. montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, nossa Companhia não teve gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

iv. montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, nossa Companhia não teve gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios da Companhia relacionadas a questões ASG

A Companhia não possui em seu plano de negócios oportunidades mapeadas relacionadas a questões ASG.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional

Não há outros fatores com influência relevante que não tenham sido divulgados nos itens 2.1 a 2.11 deste Formulário de Referência.

3. PROJEÇÕES

3.1 Projeções divulgadas e premissas

Nos termos do artigo 21 da Resolução CVM nº 80, de 29 março 2022, conforme alterada, a divulgação de projeções e estimativas neste Formulário de Referência é facultativa, desde que a administração da Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas de qualquer tipo. Assim, tendo em vista que nossa Companhia não divulgou projeções e estimativas referentes ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2023, optamos por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais e financeiras) relacionadas aos seus negócios ou atividades.

Ademais, conforme divulgado pela Companhia via Fato Relevante em 16 de março de 2023, a Companhia optou por descontinuar a divulgação da projeção financeira de **Receita Bruta da Prestação de Serviços**, sendo que, no que cabível, as informações acerca da referida projeção realizada para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 serão disponibilizadas no item 3.2 deste Formulário de Referência.

3.2 Acompanhamento das projeções

Não houve divulgação de projeções em relação ao desempenho da Companhia para os exercícios sociais de 2021 e 2020. As informações descritas nesta seção são relacionadas à projeção divulgada pela Companhia, por meio de fato relevante em 10 de dezembro de 2021, referentes ao exercício social de 2022, a qual foi descontinuada pela Companhia, conforme fato relevante divulgado em 16 de março de 2023.

a. informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulgou projeções para o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2023.

b. quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

Conforme fato relevante divulgado em 10 de dezembro de 2021, a Companhia divulgou a projeção financeira de **Receita Bruta da Prestação de Serviços entre R\$920.000.000,00 (novecentos e vinte milhões de reais) e R\$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), em bases consolidadas**, para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a qual foi apurada de acordo com as informações financeiras consolidadas auditadas da Companhia. **A Receita Bruta da Prestação de Serviços da Companhia corresponde à receita líquida da prestação de serviços divulgada na demonstração de resultado da Companhia antes dos impostos incidentes sobre o faturamento.** A Companhia não divulgou qualquer projeção ou fez qualquer estimativa referente à receita líquida.

O período projetado para obtenção da projeção da receita bruta da prestação dos serviços foi de 12 (doze) meses, o qual se iniciou em 1º de janeiro de 2022 (inclusive) e se encerrou em 31 de dezembro de 2022 (inclusive). O prazo de validade da projeção realizada se encerrou com a divulgação das informações financeiras consolidadas e auditadas da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, as quais foram divulgadas pela Companhia em 16 de março de 2023. Com a divulgação das informações financeiras consolidadas e auditadas da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, verificou-se a materialização da projeção financeira supramencionada, conforme se verifica no quadro abaixo:

Indicador financeiro	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			
	2020	2021	2022 (Projeção)	2022 (Reconhecido nos resultados da Companhia)
	<i>(em R\$ mil)</i>			
Receita Bruta da Prestação dos Serviços	905.227	902.046	Entre 920.000 e 1.000.000	1.033.868

A receita bruta da prestação de serviços da Companhia **não** é divulgada na demonstração de resultado da Companhia, porém **a Companhia divulga tal valor na Nota Explicativa da Receita, que acompanha suas demonstrações financeiras auditadas.**

A tabela abaixo contém a reconciliação histórica da Receita Bruta da Prestação de Serviços com a receita líquida da Companhia incluída nas suas demonstrações de resultado para os três últimos exercícios sociais, encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020:

Reconciliação	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
	<i>(em R\$ mil)</i>		
Receita Bruta da	1.033.868	902.046	905.227

Prestação dos Serviços			
(-) Impostos sobre o faturamento	(84.984)	(85.287)	(102.203)
(=) Receita líquida da prestação dos serviços	948.884	816.759	803.026

A Companhia entende que o resultado da projeção financeira se deu em razão da consolidação da estratégia da Companhia, focada na diversificação das suas operações, em curso ao longo dos últimos anos, bem como da expansão orgânica das unidades já estabelecidas.

Conforme previamente informado pela Companhia, **projeções e perspectivas para o futuro são meras previsões hipotéticas, não devendo ser interpretadas como garantia de desempenho futuro.** Devido a fatores e condições de mercado que escapam do controle da Companhia, tais como o cenário político-econômico e alterações legais e/ou regulatórias, o resultado da projeção poderia divergir consideravelmente daquele inicialmente previsto pela Companhia. As declarações encaminhadas ao mercado têm como base as crenças e suposições razoáveis da Administração lastreadas pelas informações que a Companhia tem acesso e manifestam as intenções e expectativas relacionadas ao desempenho dos negócios da Companhia, não constituindo, em nenhuma hipótese, uma promessa ou garantia de resultado.

Por fim, em razão das relevantes mudanças no cenário macroeconômico brasileiro, bem como das medidas adotadas pela Companhia em consequência do seu novo posicionamento estratégico, o qual envolve, *inter alia*, a revisão de suas estratégias e diretrizes voltadas para os próximos anos, a Companhia optou por descontinuar a divulgação de projeções, fato que foi comunicado ao mercado por meio de fato relevante divulgado em 16 de março de 2023.

c. quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulgou projeções referentes ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2023.

4. FATORES DE RISCO

O investimento em valores mobiliários de nossa emissão envolve a exposição a determinados riscos. Entendemos que, previamente à tomada de decisão de investimento em valores mobiliários de nossa emissão, os potenciais investidores devem avaliar cuidadosamente todas as informações especificadas neste Formulário de Referência, os riscos citados abaixo, nossos relatórios de administração, nossas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas. Nossos negócios, reputação, resultados das operações ou situação financeira poderão ser afetados de maneira adversa pelos riscos inerentes ao segmento em que atuamos, que são decorrentes das condições políticas, econômicas e competitivas. Os riscos descritos abaixo são aqueles que conhecemos e acreditamos que, na data deste Formulário de Referência, podem nos afetar adversamente. Além disso, riscos adicionais não conhecidos atualmente ou que consideramos irrelevantes na data deste Formulário de Referência também poderão nos afetar adversamente.

Para fins desta seção “4. Fatores de Risco”, a menção ao fato de que um risco poderá incorrer em um “efeito adverso” ou “efeito negativo” para nossa Companhia, ou expressões similares, significa dizer que este poderia ou poderá causar efeito negativo relevante em nossos negócios, reputação, resultados das operações ou situação financeira de nossa Companhia, bem como no preço dos valores mobiliários de nossa emissão.

Apesar da subdivisão desta seção “4. Fatores de Risco”, determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens.

4.1 Descrição dos fatores de risco

a. Companhia

Nossos controles internos podem não ser suficientes para prevenir, detectar ou responder violações da legislação aplicável ou das políticas internas por nossos funcionários, membros da nossa administração, fornecedores e outros agentes, incluindo violações de leis e regulamentos de prevenção e combate à fraude, corrupção, suborno e lavagem de dinheiro. Violações, alegações e investigações de violações de tais leis podem prejudicar a nossa reputação e resultar em um efeito material adverso em nossos negócios, resultados operacionais e situação financeira.

Nossa Companhia, suas partes relacionadas e fornecedores estão sujeitos a leis e regulamentos de prevenção e combate à corrupção, fraudes, suborno, lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo, tais como a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que entrou em vigor em 29 de janeiro de 2014 (“Lei Anticorrupção”), que dispõe sobre a responsabilização objetiva administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos lesivos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 e a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, bem como outras normas relacionadas.

Qualquer investigação de violação ou má conduta por parte da nossa Companhia e/ou o descumprimento das leis anticorrupção no Brasil pode causar danos à sua reputação e resultar em um efeito material adverso no preço das nossas ações e nos nossos negócios, resultados operacionais e situação financeira.

Adicionalmente, nossos procedimentos de *compliance* e controles internos podem não ser suficientes para prevenir, detectar e responder todas as condutas impróprias, fraudes, atos de corrupção ou violações de leis aplicáveis por parte de nossos funcionários, membros da nossa administração, fornecedores e outros agentes. Caso nossos funcionários ou outras pessoas a nós relacionadas tenham se envolvido ou se envolvam em práticas fraudulentas, corruptas ou desleais ou tenham violado ou violem leis e regulamentos aplicáveis ou nossas políticas internas, poderemos ser responsabilizados por qualquer uma dessas violações, o que pode resultar em (a) multas no valor de 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos e limitado a até a R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), (b) perdimento dos bens, direitos ou valores que representem vantagem ou proveito direta ou indiretamente obtidos da infração, (c) publicação extraordinária da decisão condenatória, (d) suspensão ou interdição parcial de suas atividades, (e) cassação ou suspensão da autorização para o exercício de atividade, operação ou funcionamento, (f) proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas e de instituições financeiras públicas ou controladas pelo poder público, por até 5 (cinco) anos, (g) proibição de contratar com o poder público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios por até 10 (dez) anos, ou (h) dissolução compulsória da pessoa jurídica, o que pode afetar substancial e negativamente nossos negócios e imagem.

Falhas em nossos sistemas, políticas e procedimentos de gestão de riscos poderão afetar adversamente nossos negócios.

Nossas políticas e procedimentos para identificar, analisar, quantificar, avaliar, monitorar e gerenciar riscos podem não ser totalmente eficazes. Os métodos de gerenciamento de riscos podem não prever exposições futuras ou não serem suficientes contra riscos desconhecidos e/ou não mapeados e que poderão ser significativamente maiores do que aqueles indicados pelas medidas históricas que utilizamos.

Outros métodos de gerenciamento de riscos adotados por nós que dependem da avaliação das informações relativas a mercados, clientes ou outros assuntos disponíveis ao público também podem não ser totalmente precisos, completos, atualizados ou adequadamente avaliados.

As informações nas quais nos baseamos, ou com as quais alimentamos ou mantemos modelos históricos e estatísticos, podem ser incompletas ou incorretas, o que poderá gerar um efeito adverso relevante sobre nossos negócios.

Se não formos capazes de manter os controles internos operando de maneira efetiva, poderemos não ser capazes de elaborar nossas demonstrações e informações financeiras de maneira adequada, reportar nossos resultados de maneira precisa e prevenir a ocorrência de fraudes ou a ocorrência de outros desvios. Dessa forma, a falha ou a ineficácia em nossos controles internos poderão ter um efeito adverso significativo em nossos negócios.

Falhas nas estratégias de diversificação dos nossos negócios poderão ter impacto adverso em nossos resultados.

Em 2021, não nos sagamos vencedores no processo competitivo promovido pela Caixa Seguridade Participações S.A. ("Caixa Seguridade") para oportunidade de negócios de co-corretagem, ou seja, para atuação em linhas de negócios em parceria com a corretora da Caixa Seguridade, o que culminou com a não renovação da nossa exclusividade para comercialização de determinados produtos de seguros da Caixa Seguridade e de suas subsidiárias, com possíveis impactos adversos em nossas operações e resultados futuros.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, não houve receita com venda de novos produtos de seguridade no canal da Caixa Econômica Federal ("CAIXA"). Porém, a receita auferida nos contratos vendidos até 14 de fevereiro de 2021, denominado de "Run-Off Caixa", representou 23% da nossa receita bruta da prestação de serviços de *bancassurance*, previdência, capitalização e consórcio (50% no exercício social encerrado em 2021), receita essa que não será mais recorrente, haja vista o encerramento da parceria com a Caixa Seguridade ocorrido em 14 de agosto de 2021.

Nosso foco, estratégia e crescimento dependem da diversificação dos nossos negócios em termos de parceiros e produtos. Nos últimos anos, viemos atuando na diversificação de nossas fontes de receitas, buscando novas parcerias comerciais por meio de operações de aquisição de participação acionária, conforme descrita no item 1.12 deste Formulário de Referência. Não podemos garantir o sucesso de operações futuras de aquisição de participação acionária, bem como não podemos assegurar que seremos capazes de atingir novas unidades de negócios, de modo que eventual insucesso em nossas estratégias de exploração de novos produtos e canais poderá impactar adversamente nossas operações e resultados futuros.

Dentro do plano de crescimento dos nossos negócios, consideramos além da expansão orgânica, a possibilidade de expansão pela aquisição de participação em outras sociedades ou constituição de novos negócios por meio de parcerias, fusões e aquisições.

Nossa habilidade em alcançar os principais objetivos de crescimento que fazem parte de nossa estratégia de negócios depende de uma série de fatores, dentre os quais:

- (a) o aumento da demanda por produtos financeiros e de seguros no Brasil, que é influenciada pelas condições políticas e econômicas;
- (b) a competitividade e crescimento dos nossos parceiros de negócio, incluindo suas estratégias de expansão e capacidade de desenvolver e estruturar novos produtos financeiros e de seguros; e
- (c) nossa capacidade de acessar e gerir novos canais de distribuição, aumentar a penetração das vendas de produtos financeiros e de seguros em nossas verticais de atuação, e realizar a venda (cross-selling) dos produtos que comercializamos.

Não podemos assegurar que quaisquer desses objetivos serão realizados com êxito e por completo. Impactos significativos nos principais fatores relacionados à implantação da nossa estratégia poderão causar um efeito adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

Adicionalmente, a efetivação de aquisições ou parcerias envolve uma série de riscos, que incluem: (i) superestimar o valor do negócio objeto de aquisição/parceria, proporcionando um retorno financeiro aquém do esperado; (ii) possibilidade de aumento da nossa alavancagem financeira; (iii) alocação de recursos humanos e financeiros para as finalidades de integração, as quais podem não ser bem sucedidas; (iv) impactos financeiros e contábeis em nossas demonstrações financeiras referentes a custo dos serviços prestados não antecipados/previstos; (v) não capturar, capturar parcialmente e/ou tardiamente as sinergias esperadas, impactando o nosso resultado; (vi) falha no processo de integração de cultura empresarial e de colaboradores; (vii) celebrar contratos e/ou documentos societários nas parcerias estratégicas e aquisições, que devido à passagem do tempo, podem conter termos e condições não compatíveis com os nossos redirecionamentos estratégicos; (viii) não ter mapeado de forma exaustiva ou não obter as autorizações regulatórias necessárias às operações das sociedades adquiridas ou em processo de aquisição, podendo sofrer sanções administrativas, incluindo o pagamento de multas; (ix) falha no monitoramento adequado dos riscos relacionados a aderência de sociedades em processo de aquisição ou já adquiridas em relação às regras de integridade corporativa (*compliance*, anticorrupção e outras); (x) falha em auditorias ou no mapeamento de riscos relacionadas a passivos (incluindo passivos contingenciais) a que as sociedade adquiridas estão expostas; (xi) necessidade de coordenação de gerenciamento mais extensivo e desvio de atenção excessivo da nossa administração no dia-a-dia das demais atividades operacionais; (xii) falhas na integração de sistemas e demais mecanismos de tecnologia da informação das sociedades adquiridas; (xiii) exposição frente às contingências (judiciais, administrativas ou arbitrais), materializadas ou não, das sociedades adquiridas, que podem nos impactar não apenas financeiramente, mas também reputacionalmente.

Caso haja a materialização dos riscos dispostos acima, nossas operações e resultados futuros poderão ser impactados negativamente.

Não podemos garantir que será possível concluir todas as aquisições que vierem a ser anunciadas em razão da necessidade de satisfação de condições suspensivas, inclusive relacionadas a aprovações regulatórias.

Os contratos de compra e venda ou de parcerias poderão prever condições suspensivas, as quais, se não satisfeitas dentro do prazo e nos termos acordados, nos respectivos contratos poderão impossibilitar a efetivação da operação, como, por exemplo, o atendimento à Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, conforme alterada (“Lei Concorrencial”), que estabelece a obrigação de submissão prévia, ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”), de determinadas operações que possam resultar em atos de concentração. O CADE tem o dever de analisar tais operações e determinar se uma operação específica geraria efeitos negativos nas condições competitivas do mercado no qual operamos, ou mesmo aos consumidores de tal mercado.

Nesse sentido, aquisições ou parcerias podem não ser aprovadas ou podem ser condicionadas a certas restrições como condição para aprovação pelo CADE, incluindo restrições que reflitam na estrutura da operação, em remédios estruturais ou que demandem desembolsos financeiros diretos ou indiretos, o que pode impactar negativamente os nossos negócios e resultados operacionais.

Podemos ter nosso resultado afetado pelo movimento de transformação digital das agências bancárias e vendas de produtos financeiros.

No Brasil, em 2022, as empresas apresentaram, em média, um grau de 66% de nível de maturidade digital, o que representa um aumento de quase 6 (seis) pontos percentuais em relação ao ano anterior, que foi avaliado em 60,02%.

O movimento de digitalização e migração das vendas e comercialização de seguros e produtos financeiros para novos canais de distribuição, fora do ambiente de agências bancárias, poderá impactar nossa eficiência na distribuição de seguros e produtos financeiros, com reflexos nos nossos resultados. Nossa habilidade em adequar a venda de seguros em novos canais de distribuição depende de uma série de fatores, dentre os quais:

- aumentos significativos da venda/comercialização de seguros em novos canais de distribuição, fora do ambiente de agências;
- eficiência na venda de seguros em canais não presenciais (digitais); e

- estratégia de diversificação sobre a nossa atuação em plataforma multicanal.

Podemos ser prejudicados em razão da conduta inadequada de nossos colaboradores, sejam eles corretores internos ou autônomos.

Não possuímos controle total sobre a atuação dos nossos corretores nem dos corretores autônomos contratados por nós ou por nossas controladas. É possível que corretores internos ou autônomos, sem o nosso conhecimento, apresentem conduta não condizente com os padrões estabelecidos por nós ou pelos órgãos reguladores de nossas atividades, o que poderá prejudicar nossa imagem e reputação no mercado e, conseqüentemente, causar um efeito adverso para os nossos negócios.

Decisões contrárias em uma ou mais ações judiciais ou procedimentos administrativos nos quais somos ou viemos a ser parte podem afetar de maneira adversa nosso resultado.

Somos parte em processos judiciais e procedimentos administrativos de natureza cível, trabalhista e tributária, decorrentes do curso regular de nossos negócios. Com relação a tais contingências, efetuamos provisões para as demandas cuja probabilidade de perda foi considerada pela nossa administração como provável, conforme a opinião de assessores jurídicos externos. Não temos como garantir que os valores provisionados serão suficientes para cobrir as despesas envolvidas nas ações judiciais ou procedimentos administrativos dos quais somos parte. Adicionalmente, podemos vir a ser parte em processos judiciais e administrativos que podem nos afetar adversamente. Se ocorrerem decisões adversas em processos ou procedimentos em que somos ou viemos a ser parte e sejamos condenados a pagar um montante superior às respectivas provisões estabelecidas, ou ocorrer situações em que nenhuma provisão tenha sido feita, o resultado de nossas operações e o nosso desempenho financeiro poderão ser negativamente afetados. Adicionalmente, decisões contrárias aos nossos interesses nos poderão afetar adversamente, inclusive em aspectos reputacionais, os nossos negócios. Além da constituição de provisões contábeis e do pagamento de honorários advocatícios relacionados a esses processos judiciais, podemos ser compelidos a realizar depósitos judiciais para garantia de tais processos judiciais, o que poderá afetar adversamente nossa liquidez e condição financeira. Para mais informações sobre nossos processos judiciais e administrativos, vide itens 4.4 a 4.7 deste Formulário de Referência.

Estamos sujeitos a fiscalizações pelas autoridades fiscais nas esferas federal, estadual e municipal.

Estamos sujeitos a fiscalizações pelas autoridades fiscais nas esferas federal, estadual e municipal. Como resultado de tais fiscalizações, nossas posições fiscais podem ser questionadas pelas autoridades fiscais. Não podemos garantir que os provisionamentos para tais processos serão suficientes, que não haverá identificação de exposição fiscal adicional e que não será necessária constituição de reservas adicionais para qualquer exposição fiscal. Qualquer aumento no montante da tributação como resultado das contestações às nossas posições fiscais pode afetar adversamente nossos negócios, resultados operacionais e a nossa condição financeira.

As autoridades fiscais brasileiras intensificaram, recentemente, o número de fiscalizações. Existem diversas questões fiscais objeto de preocupação das autoridades brasileiras e com relação às quais as autoridades brasileiras regularmente fiscalizam as empresas, incluindo controle de estoque, despesas de amortização de ágio, reestruturação societária e planejamento tributário, entre outros. Quaisquer processos judiciais e administrativos relacionados a assuntos fiscais perante os tribunais, incluindo o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF e tribunais administrativos estaduais e municipais, pode nos afetar negativamente.

A suspensão, o cancelamento ou a não renovação dos benefícios fiscais de que somos titulares podem afetar negativamente nossa lucratividade e liquidez.

Caso deixemos de cumprir determinadas obrigações a que estamos sujeitos em decorrência da concessão de benefícios fiscais, tais como apresentação periódica de certos documentos e relatórios às autoridades competentes, os benefícios poderão ser suspensos ou cancelados e poderemos ser obrigados a pagar integralmente o valor dos tributos devidos, sem considerar os benefícios, acrescidos de encargos, o que poderá ter um efeito adverso em nossa lucratividade e liquidez. O mesmo pode ocorrer caso os benefícios fiscais sejam questionados judicialmente por terceiros e a decisão final seja desfavorável, determinando a cassação dos benefícios.

Além disso, há o risco de que uma reforma tributária impeça, interrompa ou modifique o uso de incentivos fiscais concedidos pelos Estados. Não podemos garantir que teremos sucesso com relação a referidos questionamentos ou que seus atuais benefícios serão renovados ou, ainda, que conseguiremos obter novos benefícios fiscais.

Também não podemos assegurar que novos incentivos fiscais serão criados depois de encerrado o prazo de vigência daqueles incentivos fiscais de que somos titulares e que, caso sejam criados, serão contempladas por eles, ou que seus termos e condições sejam equivalentes, ou mais favoráveis, aos termos e condições dos benefícios fiscais que se encontram atualmente em vigor. Caso os incentivos fiscais sejam alterados ou expirem e nós não sejamos capazes de renová-los, ou novos incentivos fiscais não sejam criados após a expiração daqueles em vigor, ou os termos e condições de quaisquer novos incentivos não sejam tão benéficos a nós em comparação aos que estão atualmente em vigor, seremos igualmente afetados de maneira relevante e adversa.

Estamos sujeitos a riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados e pode ser afetada adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções.

Em 14 de agosto de 2018, foi sancionada a Lei nº 13.709 ("LGPD") que regula as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais de forma geral e não mais esparsa e setorial, como até então o direito à privacidade e proteção de dados era regulado no Brasil. A LGPD entrou em vigor oficialmente em 18 de setembro de 2020, exceto pelas disposições relativas às sanções administrativas, que passaram a vigorar em 1 de agosto de 2021.

Criando um microsistema de regras que impacta todos os setores da economia, a LGPD estabelece um novo marco legal a ser observado nas operações de tratamento de dados pessoais e prevê, dentre outras providências, os direitos dos titulares de dados pessoais, os deveres do controlador de dados, obrigações de designar um encarregado pelo tratamento de dados, hipóteses em que o tratamento de dados pessoais é permitido (bases legais), as obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança da informação envolvendo dados pessoais, coleta, armazenamento, processamento, transferência e compartilhamento de dados, com regime especial relacionado à transferência internacional de dados. A LGPD também prevê sanções para o descumprimento de suas disposições, conforme detalhado abaixo. A lei, ainda, autoriza a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados ("ANPD"), autoridade garantidora da observância das normas sobre proteção de dados, que foi estruturada através do Decreto nº 10.474/2020.

O descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD tem como riscos: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas, pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas, na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; (ii) a aplicação das penalidades previstas na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, conforme alterada e regulamentada pelo Decreto nº 7.962, de 15 de março de 2013 (juntos, o "Código de Defesa do Consumidor") e na Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 ("Marco Civil da Internet") por alguns órgãos de defesa do consumidor, uma vez que estes já têm atuado neste sentido, especialmente em casos de incidentes de segurança que resultem em acessos indevidos a dados pessoais; e (iii) a aplicação pela ANPD de sanções administrativas, de forma isolada ou cumulativa, de (a) advertência, (b) obrigação de divulgação de incidente, (c) bloqueio temporário e/ou (d) eliminação de dados pessoais envolvidos na infração, (e) suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, até a regularização da atividade de tratamento pelo controlador, (f) suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, (g) proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados e multas simples ou diárias de até 2% (dois por cento) do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por infração.

Além disso, podemos ser responsabilizados por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados e sermos considerados solidariamente responsáveis por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados por nossas subsidiárias ou por terceiros que tratem dados pessoais em nosso nome e/ou com quem a Companhia tenha compartilhado dados pessoais, devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD.

Desta forma, falhas de segurança e quaisquer outras falhas na proteção dos dados pessoais por nós tratados, bem como a inadequação à legislação aplicável, podem acarretar multas elevadas, pagamento de indenizações, divulgação do incidente para o mercado, eliminação dos dados pessoais da base, e até a suspensão de suas atividades, o que poderá afetar negativamente a nossa reputação e os nossos resultados.

Incidentes de segurança cibernética, incluindo ataques à infraestrutura necessária para manter nossos sistemas de TI, podem resultar em danos reputacionais e financeiros.

Nossas atividades dependem de forma relevante da manutenção e preservação de um sistema de informação seguro e inviolável, para monitoramento e avaliação de nossos indicadores financeiros e operacionais. Além disso, mantemos informações pessoais e confidenciais de clientes no curso normal dos nossos negócios.

Estamos sujeitos à ocorrência de determinados incidentes relacionados à segurança cibernética, incluindo: (i) a invasão dos nossos sistemas de informações e plataformas de tecnologia por terceiros mal intencionados, (ii) a infiltração de *malware* (vírus de computador), contaminação (intencional ou acidental) das redes e sistemas de terceiros com os quais compartilhamos dados, (iii) o acesso e divulgação não autorizado de informações confidenciais e/ou dados privados por pessoas dentro ou fora de nossa estrutura e ataques cibernéticos, que causam degradação dos sistemas ou indisponibilidade de serviços.

Podemos incorrer em custos significativos na tentativa de modificar ou aprimorar as medidas de proteção contra esses ataques, ou investigar ou remediar qualquer vulnerabilidade ou violação resultante ou comunicar ataques cibernéticos a nossos clientes.

Eventuais perdas de segredos comerciais ou de outras informações comerciais sensíveis e a divulgação de dados pessoais ou a interrupção das nossas operações podem afetar negativamente nossos resultados financeiros.

No caso de um incidente de segurança em nossos sistemas que resulte em vazamento, apropriação indevida, perda ou acesso não autorizado a dados pessoais, exclusão ou modificação de informações sobre nossos clientes, bloqueio de serviços ou outra interrupção das operações comerciais, poderemos, sofrer (i) as penalidades LGPD acima mencionadas, (ii) danos à nossa reputação e nos causar a perda de clientes e parcerias estratégicas existentes ou potenciais, (iii) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas, alegando danos resultantes de violações, com base não apenas na LGPD, mas também na legislação mais ampla sobre proteção de dados já em vigor (tal como aquela proveniente do Marco Civil da Internet); e (iv) a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor por alguns órgãos de proteção ao consumidor, uma vez que estes já agiram neste sentido, mesmo antes da LGPD e da estruturação efetiva da ANPD, especialmente nos casos de incidentes de segurança que resultem em acesso indevido a dados pessoais.

O surto de doenças transmissíveis no Brasil e/ou no exterior (a exemplo da pandemia COVID-19) pode provocar um efeito adverso em nossas operações. Ainda, o surto de doenças em todo mundo pode ter um impacto direto na economia brasileira, inclusive paralisando os nossos canais de distribuição, o que poderá provocar um efeito negativo em nossos negócios.

Surtos ou potenciais surtos de doenças podem ter um efeito adverso nas nossas operações. Historicamente, algumas epidemias e surtos regionais ou globais, como a provocada pelo zika vírus, pelo vírus ebola, a gripe provocada pelo vírus H5N5 (popularmente conhecida como gripe aviária), a febre aftosa, a gripe provocada pelo vírus H1N1 (influenza A, popularmente conhecida como gripe suína), a síndrome respiratória do oriente médio (MERS) e a síndrome respiratória aguda grave (SARS) afetaram determinados setores da economia dos países em que essas doenças se propagaram.

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a pandemia da COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2). Na prática, a declaração significou o reconhecimento pela OMS de que, desde então, a mencionada doença se espalha por diversos continentes com transmissão sustentada entre as pessoas, o que provocou impactos econômicos negativos globais, dos quais ainda não é possível quantificar de forma precisa (quer do ponto de vista micro, quer do ponto de vista macroeconômico).

A declaração da pandemia da COVID-19 pela OMS desencadeou providências de políticas públicas por diversos governos, resultando em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas, incluindo quarentena e *lockdown*, restrições a viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de uma maneira geral pela população. No Brasil, alguns estados e municípios seguiram essas providências, adotando medidas para impedir ou retardar a propagação da doença, como restrição à circulação e o isolamento social, que resultaram no fechamento de parques, shoppings centers e demais espaços públicos. Além disso, essas medidas influenciaram o comportamento dos nossos clientes e da população em geral, resultando em queda ou até mesmo na paralisação das atividades de empresas de diversos setores.

As restrições públicas impostas pelos governos federal, estaduais e municipais e a alteração do comportamento das pessoas em função da COVID-19 já afetaram diretamente os nossos negócios, tendo em vista que as nossas operações estão relacionadas à celebração de outros negócios, tais como, a abertura de contas bancárias, a compra e venda de imóveis, a compra e venda de veículos, dentre outras relações comerciais que, em função da COVID-19, foram diretamente afetadas. Ainda, em razão das medidas de restrição impostas nas localidades onde desenvolvemos nossas atividades, parte de nossos colaboradores migraram para o modelo de trabalho remoto (*home-office*) e nossos escritórios foram adaptados para as regras previstas na lei sanitária, tais como limitação de circulação, implementação de rodízio de funcionários,

disponibilização de álcool em gel e máscaras e criação de um comitê não permanente de gestão de crise para coordenação das ações de enfrentamento à pandemia, buscando manter a saúde, segurança e produtividade dos nossos colaboradores diante da necessidade de continuidade das nossas operações. Buscando preservar tanto nosso caixa quanto nossos colaboradores, também suspendemos temporariamente contratos de trabalho dos nossos funcionários que realizavam operações presenciais na rede da CAIXA, após acordo com a Caixa Seguridade e CNP Seguros Holding Brasil S.A. ("CSH"), devido a inviabilidade de implementação do trabalho remoto para esse grupo de colaboradores, assim como renegociamos determinados contratos comerciais, repactuamos prazos de pagamento de fornecedores e postergamos o recolhimento de contribuições sociais, em linha com as Portarias nº 139, de 3 de abril de 2020 e nº 150, de 7 de abril de 2020, expedidas pelo Ministério da Economia.

Ainda há incertezas relacionadas à crise fiscal e de saúde no país, agravada pelo contexto geral da crise sanitária ora vivida. A pandemia provocada pelo novo coronavírus não afetou negativamente nossas receitas e o nosso resultado durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e não temos conhecimento de eventos comparáveis que possam nos fornecer uma orientação quanto ao efeito da continuidade de disseminação da COVID-19 e inalteração prolongada dos efeitos da pandemia global e, como resultado, o impacto final do surto da COVID-19 é incerto e imprevisível, inclusive em relação à cessação dos efeitos e duração da pandemia, especialmente no Brasil, sendo que tanto essa situação quanto o surgimento de novos surtos regionais e globais poderão afetar negativamente nossas receitas e o nosso resultado durante o exercício social corrente.

Três anos após os decretos oficiais de quarentena no Brasil, a economia e o mercado de capitais nacional continua a refletir o impacto negativo causado pelas medidas adotadas pelos governos, sendo que a maioria das ações no Ibovespa ainda acumula perdas significativas. O mercado de capitais tem reagido de forma sensível a quaisquer mudanças que afetem essas questões, de modo que esses fatores podem diminuir o interesse de investidores em ativos brasileiros, o que pode afetar adversamente a cotação dos mencionados ativos, incluindo, as ações de nossa emissão.

Em 22 de abril de 2022, o então ministro da saúde assinou a Portaria GM/MS nº 913 que declara o encerramento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), causada pela pandemia da COVID-19 no Brasil. Na ocasião, o Ministério da Saúde reforçou que nenhuma política pública de saúde será interrompida. No entanto, a flexibilização de medidas pelo fim da emergência não descaracteriza os riscos supramencionados que permanecem surtindo seus efeitos.

Podemos não ser capazes de obter ou manter o registro de nossas marcas.

A perda de alguma marca considerada estratégica poderá resultar em perda substancial de ativos e impactos adversos relevantes às nossas atividades e nossos resultados financeiros e operacionais. Alguns dos registros e pedidos de registro de marca detidos e/ou utilizados por nós podem enfrentar algumas dificuldades em seu processo de obtenção, tais como oposições, sobrestamentos, processos administrativos de nulidade e indeferimento. Caso não tenhamos êxito na obtenção e/ou manutenção do registro de nossas marcas, poderemos enfrentar dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda a possibilidade de sofremos demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderíamos ser impedidos de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações. Não podemos quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as nossas marcas, porém, na hipótese de perda de alguma marca considerada estratégica, poderemos sofrer perda substancial de ativos. Para maiores informações sobre nossas marcas, vide item 1.6.c deste Formulário de Referência.

Podemos não ser capazes de cumprir com os índices financeiros ou outras obrigações previstas nos nossos contratos de dívida.

Alguns dos contratos financeiros celebrados por nós impõem o cumprimento de determinados índices financeiros, cláusulas restritivas financeiras e não financeiras (*covenants*), além de outras obrigações. Dessa forma, caso quaisquer índices financeiros ou outras obrigações sejam descumpridos e, conseqüentemente, ocorra qualquer evento de inadimplemento previsto em tais contratos, as dívidas a eles vinculadas poderão ser consideradas vencidas antecipadamente pelos nossos respectivos credores de acordo com as disposições aplicáveis nos referidos contratos, e, como consequência, o nosso fluxo de caixa e a nossa situação financeira poderão ser afetados adversamente.

Não há garantia de que conseguiremos renegociar as nossas dívidas no futuro caso índices financeiros ou outras obrigações previstas nos contratos financeiros celebrados por nós sejam descumpridos. Caso não sejamos capazes de cumprir com os *covenants* financeiros e/ou outras obrigações e não consigamos renegociar nossas dívidas, o saldo em aberto de nossos

contratos financeiros poderá vir a ser considerado antecipadamente vencido. Além disso, alguns dos nossos contratos financeiros contêm cláusulas que estabelecem o seu vencimento antecipado caso ocorra descumprimento de obrigações ou um evento de inadimplemento em outros contratos em decorrência de determinadas situações, entre elas, o vencimento antecipado de outros contratos seja declarado (*cross-acceleration ou cross-default*). Caso qualquer desses eventos ocorra, o nosso fluxo de caixa e a nossa situação financeira poderão ser afetados de maneira adversa. Para mais informações sobre os contratos financeiros de que somos partes, bem como sobre as obrigações a que estamos sujeitos decorrentes da celebração desses contratos, vide item 2.1.f deste Formulário de Referência.

b. seus acionistas, em especial os acionistas controladores

Somos controlados por um bloco de controle articulado por meio de um acordo de acionistas, cujos interesses poderão diferir daqueles de outros acionistas.

Somos controlados por um grupo de acionistas articulados por meio de um acordo de acionistas, que detém, em conjunto, a maioria do capital social votante. Isso faz com que, independentemente do consentimento dos outros acionistas, este grupo possa:

- eleger a maioria do nosso Conselho de Administração e destituir conselheiros;
- controlar a nossa administração e nossas políticas, inclusive a de distribuição de dividendos;
- determinar o resultado da maioria das operações corporativas ou outros assuntos submetidos à aprovação dos acionistas, inclusive incorporações, fusões e a venda de todos ou substancialmente todos os nossos ativos; e
- agir de modo que o interesse do bloco de controle não coincida com o dos outros acionistas.

Nossos acionistas controladores poderão ter interesse em realizar aquisições, alienações de ativos, parcerias, busca de financiamentos, ou tomar outras decisões que podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas e que podem não resultar em melhorias dos nossos resultados operacionais.

Adicionalmente, com o encerramento da parceria com a CAIXA, a restrição à venda (*lock-up*) das ações integrantes do nosso bloco de controle deixou de ser aplicável a partir de 14 de fevereiro de 2021. Com isso, os acionistas integrantes do nosso bloco de controle poderão alienar as ações de sua titularidade que integram o nosso bloco de controle a terceiros, desde que, via de regra, ofereçam o direito de preferência a nós e ao outro acionista (exceto em casos de ofertas públicas registradas na CVM, às quais o direito de preferência não se aplica).

Não podemos garantir que, caso algum acionista deseje alienar suas ações, o direito de preferência será exercido. A entrada de um novo acionista no nosso bloco de controle pode impactar a composição da nossa administração, as diretrizes e políticas dos nossos negócios e, ainda, o valor de mercado de nossas ações. Em caso de alterações na composição do nosso bloco de controle, os interesses de eventuais novos integrantes poderão diferir daqueles dos controladores atuais e dos interesses de outros acionistas.

Podemos enfrentar potenciais conflitos de interesses envolvendo transações com partes relacionadas.

Nós realizamos e pretendemos continuar a realizar operações comerciais e financeiras com membros do bloco de controle ou com empresas a eles relacionadas, pela própria natureza de nossas atividades operacionais. Essas operações resultam ou podem resultar em situações de interesse conflitante com os nossos demais acionistas.

Nós não podemos garantir que nossa Política de Transações com Partes Relacionadas (descrita no item 11.1 deste Formulário de Referência) seja plenamente eficaz para evitar situações de potencial conflito de interesse, e que nossos acionistas controladores ou os administradores por eles eleitos prestaram ou prestarão estrita observância às boas práticas de governança e/ou normas existentes para dirimir situações de conflito de interesses, incluindo, mas sem se limitar, a observância do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado.

Caso as situações de conflito de interesses com partes relacionadas se configurem, elas poderão causar um impacto adverso em nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e valores mobiliários. Adicionalmente, caso celebremos

transações com partes relacionadas em caráter não comutativo, trazendo benefícios às partes relacionadas envolvidas, nossos acionistas minoritários poderão ter seus interesses prejudicados.

Os titulares de ações de nossa emissão poderão não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

De acordo com a Lei de Sociedades por Ações e com nosso Estatuto Social, precisamos pagar dividendos aos nossos acionistas no valor de pelo menos 50% de nosso lucro líquido anual apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme determinado e ajustado. Esses ajustes do lucro líquido para os fins de cálculo da base dos dividendos incluem a compensação de prejuízos acumulados de exercícios anteriores e contribuições a diversas reservas que efetivamente reduzem o valor disponível para o pagamento de dividendos. A despeito da exigência do dividendo obrigatório, o acionista não terá direito a receber dividendos ou juros sobre o capital próprio no exercício social em que for apurado prejuízo ou caso optemos por não pagar dividendos aos nossos acionistas em qualquer exercício social, se o nosso Conselho de Administração determinar que essas distribuições não sejam aconselháveis em vista de nossa condição financeira.

A relativa volatilidade do mercado de capitais brasileiro poderá restringir consideravelmente a capacidade dos investidores de vender nossas ações pelo preço desejado e no momento desejado.

Investimentos em valores mobiliários no Brasil, como nas ações de emissão da Companhia, envolvem maior risco do que investimentos em valores mobiliários de emissores de países, cujos cenários políticos e econômicos são mais estáveis. Assim, tais investimentos no mercado de valores mobiliários brasileiro são considerados mais especulativos por natureza. Esses investimentos estão sujeitos a riscos econômicos e políticos como:

- alterações no cenário regulatório, tributário, econômico e político que possam afetar a capacidade dos investidores de obter retorno, no todo ou em parte, relativo a seus investimentos;
- interferências do tipo *circuitbreaker* (paralisação temporária de curto período, 15, 30 a 60 minutos, das negociações de ativos na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”)) e/ou *lockdowns* (paralisação temporária por período superior a 60 minutos, podendo ser de um dia inteiro) do balcão secundário de negociações, devido a situações de queda generalizada do valor de mercado das empresas listadas na B3; e
- restrições ao investimento estrangeiro e à repatriação do capital investido.

O mercado brasileiro de valores mobiliários é consideravelmente menor, menos líquido, mais volátil e mais concentrado do que outros mercados de valores mobiliários internacionais, como o dos Estados Unidos. Essas características de mercado podem restringir, consideravelmente, a capacidade de os titulares de ações de emissão da Companhia de vendê-las pelo preço e na data que desejarem, afetando, portanto, desfavoravelmente o preço de mercado de nossas ações.

Poderemos, no futuro, vir a obter capital adicional por meio da emissão de valores mobiliários, o que poderá resultar numa diluição da participação de investidores em nosso capital social.

Poderemos precisar captar recursos adicionais no futuro por meio de emissões públicas ou privadas de ações ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações para financiar nossas iniciativas de crescimento. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, mediante o atendimento a determinados requisitos, a captação de recursos por meio da distribuição pública de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações pode ser realizada com exclusão do direito de preferência dos nossos acionistas, o que pode, consequentemente, resultar na diluição da participação destes investidores no nosso capital social.

c. suas controladas e coligadas

Resultados negativos de sociedades controladas e coligadas podem afetar negativamente o nosso resultado operacional.

Detemos participação direta e indireta em diversas sociedades, conforme detalhado nos itens 1.12 e 6.4 deste Formulário de Referência. Dessa forma, parte de nosso resultado decorre do resultado de referidas sociedades e, sendo assim, o resultado não satisfatório delas poderá afetar negativamente o nosso resultado consolidado.

d. seus administradores***Nossa administração é fortemente influenciada por nossos acionistas controladores.***

Nossa administração é consideravelmente influenciada por nossos acionistas controladores, que orientam vários aspectos da condução de nossos negócios. Assim, eventuais divergências no nosso bloco de controle acerca da forma de condução de nossas atividades podem afetar adversamente nossos negócios, uma vez que nossa estrutura é associada ao bom relacionamento mantido por nossos acionistas controladores com nossos colaboradores, nossos principais fornecedores e demais *stakeholders* relevantes.

Nosso sucesso depende da habilidade de recrutar e reter a liderança executiva.

Nossos negócios são dependentes dos nossos altos executivos, os quais, ao longo de nossa história, têm desempenhado papel fundamental para sua construção. Caso algum dos membros da alta administração ou outro profissional-chave deixe de integrar nosso quadro executivo, poderemos ter dificuldades para substituí-los com a mesma experiência e qualificação ou de manter sua cultura, o que poderá prejudicar o andamento de nossos negócios e resultados operacionais. A saída de membros de nossa administração pode dificultar a implementação dos nossos planos estratégicos e ocasionar um efeito adverso em nossas operações.

A concorrência por pessoal qualificado no nosso segmento é forte, tendo em vista que há um número limitado de profissionais com formação adequada e/ou experiência comprovada nessa área. Além disso, a contratação, capacitação e integração de um novo membro da alta administração, seja uma contratação interna ou externa, podem ser demoradas, onerosas e não ter êxito.

Além disso, na medida em que expandimos nossos negócios, podemos ser incapazes de identificar, contratar e manter trabalhando conosco um número suficiente de profissionais alinhados à nossa cultura corporativa. A competição por tais colaboradores altamente qualificados é intensa e podemos não ser capazes de atrair, contratar, reter, motivar e gerir com sucesso tais profissionais qualificados, ainda mais se tratando de pessoas-chave. Tal falha poderá resultar em uma queda do nosso desempenho operacional, bem como em um enfraquecimento da nossa marca. Dessa forma, a perda de qualquer dos membros da nossa administração e/ou a nossa incapacidade de atrair e manter pessoal qualificado pode afetar adversamente os nossos resultados.

e. seus fornecedores***Podemos ter nosso resultado afetado por falhas e interrupções nos processos operacionais dos nossos parceiros de negócios, na qualidade de nossos fornecedores de serviços, balcão e tecnologia.***

Nossos parceiros de negócios estão sujeitos à interrupção de atividades que envolvem serviços de caráter acessório ou complementar ao seu funcionamento regular. Neste sentido, a realização de negócios no ambiente dos nossos parceiros está sujeita a eventuais interrupções de certas atividades, principalmente aquelas relacionadas à tecnologia, o que pode interferir na realização dos negócios relacionados aos produtos comercializados por nós e impactar de forma adversa nossos negócios e resultados.

Sobre nosso relacionamento com os nossos principais parceiros de negócios, vide item 1.2 deste Formulário de Referência.

Não podemos garantir que os nossos fornecedores não se envolvam com práticas irregulares.

De acordo com as leis brasileiras, se fornecedores ou prestadores de serviços terceirizados não cumprirem suas obrigações nos termos das leis tributárias, trabalhistas, ambientais e previdenciárias, podemos ser responsabilizados solidariamente por tal descumprimento, resultando em multas e outras penalidades que podem nos afetar de maneira material e adversa, inclusive a nossa imagem. Também podemos ser responsabilizados por lesões corporais ou morte dentro de nossas instalações de empregados de terceiros, o que pode afetar adversamente nossa reputação e nossos negócios.

Além disso, caso as empresas terceirizadas que prestam serviços para nós não atendam às exigências da legislação trabalhista, poderemos ser considerados solidários ou subsidiariamente responsáveis pelas dívidas trabalhistas, podendo, assim, ser incluídos no polo passivo de processos trabalhistas por condutas de terceiros e eventualmente ser obrigados a efetuar o pagamento de condenações judiciais e demais penalidades, que podem incluir inserção em listas do Ministério do

Trabalho e Emprego, impossibilidade de contratar com poder público e/ou receber benefícios e incentivos fiscais. Neste caso, nossa imagem, nossos negócios e resultados financeiros poderão ser adversamente afetados.

Não podemos garantir que os nossos fornecedores não terão problemas com relação às condições de trabalho, sustentabilidade, quarteirização da cadeia produtiva e condições de segurança impróprias e/ou corrupção. Se qualquer fornecedor se envolver com essas práticas, a nossa reputação poderá ser prejudicada e, como consequência, a percepção dos clientes, em relação a nós, poderá ser afetada adversamente. Ainda, a depender da irregularidade atribuída ao fornecedor, caso tenha agido em nosso benefício ou interesse, de modo exclusivo ou não, poderá haver incidência das sanções previstas na Lei Anticorrupção.

Podemos ser responsabilizados de forma solidária ou subsidiária por dívidas trabalhistas de terceirizados.

Caso as empresas terceirizadas que prestam serviços para nós, como as empresas que atuam nos setores de estacionamento, construção civil, segurança, serviços de limpeza, dentre outros, não atendam às exigências da legislação trabalhista, podemos, em regra, ser considerados subsidiariamente responsáveis pelas dívidas trabalhistas destas empresas pelo período em que os terceirizados prestaram serviços para nós. Caso seja demonstrada a existência de elementos de vínculo empregatício entre nós e os terceirizados, podemos, inclusive, ser solidariamente responsáveis pelas dívidas trabalhistas das empresas prestadoras de serviços. Portanto, podemos ser incluídos no polo passivo de eventuais processos trabalhistas e até obrigados a efetuar o pagamento de condenações judiciais e demais penalidades, o que pode nos afetar adversamente.

f. seus clientes

Podemos não ser capazes de manter as taxas de renovação das apólices que comercializamos, o que pode afetar adversamente nossos negócios e resultados.

Nossos clientes podem escolher renovar ou cancelar os seus contratos de seguro antes ou no prazo do seu vencimento. Caso o índice de cancelamento de contratos de seguro aumente de forma significativa, os nossos negócios e resultados podem ser afetados adversamente. Além disso, se as renovações efetivamente observadas não atenderem às nossas expectativas, os prêmios de seguros no futuro podem diminuir e, por consequência, diminuir a receita de corretagem, o que pode impactar adversamente os nossos negócios e resultados.

g. setores da economia nos quais a Companhia atue

Enfrentamos concorrência em nossos negócios, o que pode afetar nossa participação de mercado e rentabilidade.

Com relação aos produtos *bancassurance*, nosso negócio é influenciado pela concorrência a que estão sujeitos nossos parceiros de negócios no setor de seguros e também no setor bancário, na medida em que a venda de seguros apresenta alta correlação com a expansão da demanda pelos produtos bancários, inclusive o crédito.

Além disso, operamos em um setor altamente fragmentado, composto por mais de 127mil corretores de seguros, conforme dados da Federação Nacional dos Corretores de Seguros Privados e de Resseguros, de Capitalização, de Previdência Privada, das Empresas Corretoras de Seguros e de Resseguros - FENACOR de 2022.

Devido à concorrência no setor de seguros, não podemos garantir que seremos capazes de manter ou expandir nossa posição de mercado. Adicionalmente, na medida em que a concorrência por clientes passa a ser mais intensa e a demanda por uma adequada prestação de serviços ao cliente aumenta, podemos incorrer em maiores despesas para conquistar e reter clientes, o que poderia ter um efeito adverso material em nossos negócios e resultados.

A economia do Brasil é vulnerável a choques externos e internos, o que pode ter um efeito adverso significativo sobre o crescimento econômico do Brasil e sobre os mercados de valores mobiliários.

A economia do Brasil é vulnerável a choques externos, incluindo eventos econômicos e financeiros em outros países. Por exemplo, um aumento significativo nas taxas de juros nos mercados financeiros internacionais pode afetar adversamente os mercados de títulos e valores mobiliários de emissores brasileiros. Além disso, uma queda no preço das commodities produzidas pelo Brasil pode afetar adversamente a economia brasileira. Um declínio na demanda por exportações de

qualquer um dos principais parceiros comerciais do Brasil, também pode ter um impacto adverso significativo nas exportações brasileiras e afetar negativamente o crescimento econômico do Brasil.

Como as reações dos investidores internacionais aos eventos ocorridos em um país de mercado emergente às vezes produzem um efeito de "contágio", no qual uma região inteira ou classe de investimento é desfavorecida por investidores internacionais, o Brasil pode ser adversamente afetado por fatores econômicos ou financeiros negativos ocorridos em outros países. O Brasil sofreu tais efeitos de "contágio" em diversas ocasiões, inclusive as crises de dívida nos países emergentes durante a década de 1990 e a crise econômica global de 2008. Não podemos assegurar que quaisquer das situações descritas acima não afetarão negativamente a confiança do investidor em mercados emergentes ou economias dos países da América Latina, incluindo o Brasil.

Além disso, a ação militar das forças russas na Ucrânia em fevereiro de 2022 aumentou as tensões entre a Rússia e os Estados Unidos, a Organização do Tratado do Atlântico Norte - OTAN, a União Europeia e o Reino Unido. Os Estados Unidos e outros países impuseram, e provavelmente imporão, sanções financeiras e econômicas e farão controles de exportação contra certas organizações e/ou indivíduos russos, com ações similares implementadas ou planejadas pela UE, o Reino Unido e outras jurisdições.

Os riscos geopolíticos e econômicos também aumentaram nos últimos anos, como resultado das tensões comerciais entre os Estados Unidos e a China, Brexit, e o aumento do populismo. Tensões crescentes podem levar, entre outros, a uma desglobalização da economia mundial, um aumento do protecionismo ou barreiras à imigração, uma redução geral do comércio internacional de bens e serviços e uma redução na integração dos mercados financeiros, o que poderia afetar adversamente os negócios da Companhia.

A economia do Brasil também está sujeita a riscos decorrentes da evolução de fatores macroeconômicos domésticos. Isso inclui condições econômicas e comerciais gerais do país, o nível de demanda do consumidor, a confiança geral nas condições políticas do Brasil, as taxas de câmbio atuais e futuras, taxas de juros atuais e futuras, o nível da dívida interna, a inflação, a capacidade da União de gerar superávits orçamentários e o nível de investimento estrangeiro direto e de carteira. Portanto, qualquer alteração no nível de atividade econômica pode afetar adversamente a liquidez e o mercado dos valores mobiliários da Companhia e, conseqüentemente, suas condições financeiras e a cotação dos valores mobiliários no mercado.

h. regulação dos setores em que a Companhia atue

O setor de seguros e consórcios está sujeito de forma extensiva e contínua a diversas revisões na regulamentação por parte de seus órgãos reguladores, as quais podem ter um efeito adverso relevante sobre os nossos negócios e resultados.

A estrutura regulatória brasileira que rege as sociedades seguradoras, resseguradoras, corretoras de seguros e administradoras de consórcios está em contínua evolução em decorrência da interpretação e aplicação de tratados e acordos internacionais, além de turbulências e volatilidades de mercado e da busca pela solidez do Sistema Nacional de Seguros Privados, bem como da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e do Banco Central do Brasil (BCB). Esses elementos são fatores de motivação para que o governo brasileiro possa criar ou alterar leis e regulamentações existentes, cujas mudanças podem afetar de forma adversa as nossas operações e nossos resultados. Atuando como corretora de seguros e na venda de consórcios, nossos negócios podem ser adversamente impactados em caso de mudanças na regulamentação aplicável às seguradoras e aos corretores de seguros.

Adicionalmente, a SUSEP possui competência de fiscalizar seguradoras. Parcela significativa de nossas receitas está atrelada às apólices oferecidas pelos nossos parceiros de negócios e, caso tais apólices ou os próprios parceiros sejam adversamente impactados por mudanças na regulamentação, ou caso a nossa atuação ou a atuação dos parceiros seja afetada pela ação fiscalizadora da SUSEP, nossos negócios e resultados podem ser adversamente afetados.

Também atuamos na venda de consórcios e crédito com garantia imobiliária (*home equity*), atividades estas sujeitas à normatização, supervisão e controle pelo BCB. Caso as administradoras de consórcios e *home equity* sofram mudanças na regulamentação ou sejam afetadas pela fiscalização do BCB, nossos resultados podem ser impactados negativamente.

Alterações na legislação referente à contratação obrigatória de seguro para determinados produtos e atividades podem ter efeito adverso em nossos resultados.

No Brasil, alguns setores da economia possuem como obrigação legal a celebração de seguros em certas atividades e produtos, conforme disposto no Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, regulamentado pelo Decreto nº 61.867, de 11 de dezembro de 1967. Caso a legislação venha a ser alterada para eliminar ou reduzir os montantes de seguro obrigatório para tais atividades e produtos e caso nossos clientes não venham a contratar voluntariamente esses seguros, o volume de contratações nos mercados em que atuamos poderá ser reduzido, acarretando um efeito adverso em nossos resultados.

Alterações na legislação aplicável à distribuição de produtos de seguridade podem acarretar efeito adverso relevante sobre nós.

Atualmente, o canal bancário é a mais importante alternativa de distribuição utilizada por nós, responsável por 71,59% de nossa receita bruta no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 (75% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021). A distribuição de produtos na rede de agências dos nossos parceiros de negócios é viabilizada por meio de instrumentos contratuais firmados por nós e pelos parceiros.

Nos termos destes contratos, possuímos prepostos e representantes próprios que se responsabilizam pelo início do processo de comercialização dos produtos de seguridade no ambiente das agências dos parceiros, por meio da formulação da proposta de seguros e eventual emissão da apólice em caso de contratação. Eventuais restrições à atuação desses prepostos ou representantes (exigências para qualificação e certificação, entre outros) é definida pela SUSEP. Caso o regulador altere ou limite significativamente as exigências para atuação destes prepostos ou representantes, poderá haver impacto no nosso modelo de negócios, o que pode impactar adversamente o nosso resultado.

O governo brasileiro regula as operações das instituições financeiras e das seguradoras brasileiras, e alterações nas leis e nos regulamentos existentes ou a imposição de novas leis e regulamentos podem afetar, indiretamente, de modo adverso nossas operações e nossas receitas.

Atuando no setor de produtos de seguros de *bancassurance*, nossos negócios são influenciados, indiretamente, pela extensa e contínua fiscalização regulamentar por parte do governo brasileiro a que estão sujeitos os bancos e as seguradoras. Não temos controle sobre a regulamentação governamental, a qual impacta indiretamente todos os aspectos das nossas operações com produtos de seguros, inclusive a imposição às companhias seguradoras de:

- necessidades de capital mínimo;
- necessidades de depósitos compulsórios/reservas;
- requisitos de investimento em ativos fixos;
- limites de empréstimo e outras restrições de crédito;
- requisitos contábeis e estatísticos;
- cobertura mínima; e
- políticas obrigatórias de provisionamento.

Esses regulamentos visam controlar a disponibilidade de crédito e reduzir ou aumentar o consumo no Brasil. As leis e os regulamentos existentes podem ser alterados, a forma pela qual as leis e regulamentos são executados ou interpretados poderia mudar, e novas leis e novos regulamentos poderiam ser adotados. Essas alterações podem afetar negativamente nossas operações e receitas.

Os regulamentos emitidos pelo Banco Central não passam pelo processo legislativo, de forma que sua promulgação e implementação pode ocorrer em um espaço muito curto de tempo, afetando a expansão do crédito e a oferta de produtos bancários e de seguros e, conseqüentemente, afetando nossas atividades de maneira imprevista e repentina.

A eventual conduta ilícita de prepostos pode ocasionar a nossa responsabilidade civil por atos de terceiros e empregados, gerar danos à nossa imagem, bem como afetar adversamente nossos negócios e resultados.

Nossos prepostos e representantes podem eventualmente atuar de forma não condizente com os padrões por nós estabelecidos ou em desacordo com a legislação e com a regulamentação aplicável. Esse risco é inerente aos nossos negócios e não podemos assegurar que nossas políticas e procedimentos serão bem-sucedidos em prevenir e/ou detectar tais condutas. Constitui prática ilegal prestar informações falsas acerca da obrigatoriedade de contratação de seguros, bem como compelir a contratação de seguros, obrigatórios ou não, com a seguradora indicada pelo agente distribuidor, ou a contratação deliberada, sem consentimento do cliente, de qualquer produto ou serviço. Tais condutas poderão prejudicar a nossa imagem e reputação no mercado e gerar responsabilidade pelos atos praticados pelos nossos corretores, o que pode afetar adversamente os nossos negócios e resultados.

i. países estrangeiros onde a Companhia atue

Não aplicável, uma vez que não atuamos em países estrangeiros.

j. questões sociais

Nós e nossas subsidiárias, controladas e sociedades investidas podemos incorrer em perdas financeiras e reputacionais por conta de relacionamento com stakeholders, especialmente clientes, cujas atividades possam vir a gerar impactos sociais negativos.

A atuação em segmentos econômicos faz com que operemos com extensa e diversificada gama de *stakeholders* que podem ter suas atividades econômicas expostas a risco social. Eventuais manifestações de risco social nas atividades econômicas desses *stakeholders* podem acontecer nas mais variadas formas e graus de intensidade, inclusive com a verificação posterior de que possuem acusações relacionadas a trabalho infantil e trabalho análogo ao escravo, por exemplo, impondo-lhes perdas financeiras e reputacionais, que podem afetar seu relacionamento conosco, impactando adversamente os negócios, a reputação e o resultado do nosso grupo.

k. questões ambientais

Não aplicável, visto que não aderimos a nenhuma norma de conduta específica ou padrões internacionais relativos à proteção ambiental, uma vez que a atividade de corretagem de seguros é um ramo de negócio que não gera alto volume de resíduos físicos e poluição direta.

l. questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição

Novas exigências normativas em decorrência do comprometimento do Brasil em mitigar alterações climáticas podem impactar negativamente nosso resultado operacional.

A atividade de corretagem de seguros não traz qualquer prejuízo ao clima, bem como não é impactada por eventuais alterações climáticas. Entretanto, estamos sujeitos a impactos em nosso resultado operacional em decorrência da instituição de novas normativas e exigências regulatórias adicionais para mitigação de alterações climáticas (e.g. redução da emissão de gases poluentes). Mediante a assinatura do Acordo de Paris em 2015, o Brasil se comprometeu a aumentar a parcela de biocombustível sustentável e a utilizar novas fontes de energia sustentáveis, assim como a redução do desmatamento e recuperação de florestas. Em virtude de tal medida, a Companhia pode ser afetada mediante a edição de novas leis e regulamentações relacionadas às alterações climáticas, implicando na necessidade de investimentos para cumprimento das novas determinações, impactando negativamente o nosso resultado operacional.

m. outras questões não compreendidas nos itens anteriores**Fatores Macroeconômicos**

Investigações sobre corrupção poderão ter efeitos sobre a economia brasileira e sobre o setor em que nós e nossas subsidiárias, controladas e sociedades investidas atuamos.

Certas empresas brasileiras estão sendo investigadas pela CVM, pela *U.S Securities and Exchange Commission* (SEC), pelo Departamento de Justiça dos Estados Unidos (DOJ), pela Polícia Federal e outros órgãos públicos brasileiros e estrangeiros responsáveis por investigações sobre formação de cartel, relacionadas a alegações de corrupção, organização criminosa, sonegação fiscal, lavagem de dinheiro e crime contra o sistema financeiro nacional (incluindo as operações oriundas de desdobramento da Operação Descarte, tal qual a "Canal Seguro") e, dependendo do resultado dessas investigações e do tempo necessário para concluí-las, tais empresas podem enfrentar rebaixamentos adicionais das agências de classificação de crédito, restrições de acesso a financiamento e redução nas receitas, entre outros efeitos negativos. Além disso, as investigações de corrupção em andamento contribuíram para reduzir o valor dos títulos e valores mobiliários de várias

empresas. Os efeitos negativos sobre várias empresas também podem resultar em aversão ao risco de investidores e impactar o nível de investimentos no Brasil, resultando em menor crescimento econômico.

Nós não podemos prever a duração das investigações sobre corrupção ou a intensidade dos efeitos que essas investigações poderão ter sobre a economia brasileira e sobre o setor em que nós atuamos. Além disso, em agosto de 2013 foi publicada a Lei Anticorrupção, que é aplicável a companhias e outras entidades, como nós. A Lei Anticorrupção introduziu o conceito de responsabilidade objetiva para pessoas jurídicas envolvidas em atos lesivos à administração pública, sujeitando o infrator a penalidades cíveis e administrativas. Quaisquer investigações sobre nós, bem como sobre as nossas sociedades investidas, como é o caso da Operação “Canal Seguro”, desdobramento da Operação Descarte, relacionadas à Lei Anticorrupção ou a outras leis, sejam nacionais ou estrangeiras, podem afetar nossa reputação e, por conseguinte, nossa condição financeira, econômica e patrimonial e os nossos resultados operacionais. Para maiores informações, vide fator de risco “*Desdobramentos da Operação Canal Seguro, que apura fatos ocorridos no período compreendido entre 2014 e 2016, podem impactar nossa reputação e afetar a cotação dos valores mobiliários de nossa emissão no mercado*”.

A existência de quaisquer investigações, inquéritos ou processos de natureza administrativa ou judicial relacionados à violação destas leis, no Brasil ou no exterior, contra nós ou sociedades por nós investidas e respectiva administração, funcionários ou terceiros atuando em nosso nome ou sociedades por nós investidas podem resultar em (i) multas, sanções e indenizações nas esferas administrativa, civil e penal; (ii) perda dos benefícios ilicitamente obtidos, bem como de licenças operacionais; (iii) confisco de ativos que representem vantagem direta ou indiretamente obtida da infração; (iv) dissolução da pessoa jurídica envolvida na conduta ilícita; (v) proibição ou suspensão das atividades; (vi) perda de direitos de contratar com a administração pública, de receber incentivos ou benefícios fiscais ou quaisquer financiamentos e recursos da administração pública; (v) responsabilização individual criminal dos membros de nossa administração, funcionários e representantes; e (vi) publicação extraordinária da decisão condenatória, entre outras penalidades aplicáveis. Todas essas circunstâncias podem ter um efeito adverso relevante sobre a nossa reputação, bem como sobre nossas operações, condição financeira e resultados operacionais e cotação de ações.

A deterioração das condições econômicas e de mercado em outros países pode afetar negativamente a economia brasileira e os nossos negócios.

O mercado de títulos e valores mobiliários brasileiro é influenciado, em vários graus, pela economia global e condições do mercado, e especialmente pelos países da América Latina e outros mercados emergentes. A reação dos investidores ao desenvolvimento em outros países pode ter um impacto desfavorável no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários de companhias brasileiras. Crises ou políticas econômicas de outros países podem reduzir a demanda do investidor por títulos e valores mobiliários de companhias brasileiras e pelos emitidos por nós, o que pode adversamente afetar o preço de mercado de nossas ações, além de afetar adversamente nossa capacidade de financiamento. No passado, o desenvolvimento adverso das condições econômicas nos mercados emergentes resultou em significativa retirada de recursos do País e queda no montante de capital estrangeiro investido no Brasil. Mudanças nos preços de ações ordinárias de companhias abertas, ausência de disponibilidade de crédito, reduções nos gastos, desaceleração da economia global, instabilidade de taxa de câmbio, aumentos nas taxas de juros no Brasil ou no exterior e pressão inflacionária podem adversamente afetar, direta ou indiretamente, a economia e o mercado de capitais brasileiros, o que poderá reduzir a liquidez global e o interesse do investidor no mercado de capitais brasileiro, afetando negativamente o preço das ações de nossa emissão.

As condições econômicas do Brasil e a percepção do mercado internacional das referidas condições podem afetar de forma adversa os nossos negócios e o acesso aos mercados de capitais bem como os resultados das nossas operações e a nossa condição financeira.

A nossa condição financeira e os resultados das nossas operações dependem da economia brasileira, uma vez que nossas atividades ocorrem exclusivamente no Brasil. O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro cresceu 2,9% em 2022, atingindo R\$9,9 trilhões. Eventual instabilidade nos próximos anos poderá impactar adversamente as nossas operações e, por consequências, os nossos resultados.

Considerando o turbulento e instável cenário econômico do Brasil, as condições socioeconômicas do Brasil podem se deteriorar significativamente, afetando de forma adversa nossos negócios. Este e outros eventos futuros na economia, cujos limites fogem de nossa previsibilidade, poderão afetar as taxas de crescimento do País e, conseqüentemente, o consumo dos nossos serviços, o que poderá impactar negativamente nossas estratégias de negócios, os resultados das nossas operações e nossa condição financeira.

Adicionalmente, como o nosso negócio está diretamente relacionado à performance operacional de nossos clientes, os quais atuam em diversos setores econômicos, poderemos ser adversamente afetados pelo desaquecimento dos referidos setores econômicos no Brasil, como por exemplo, uma possível redução da demanda nos setores de atacado e varejo ou de investimentos em infraestrutura.

A instabilidade do cenário político-econômico do Brasil, incluindo eventual majoração de tributos incidentes sobre nossas operações, poderá nos afetar adversamente, impactando negativamente os nossos resultados operacionais e a nossa situação financeira.

O ambiente político do Brasil historicamente influenciou, e continua a influenciar, o desempenho da economia do país. Crises políticas afetaram e continuam a afetar a confiança dos investidores e do público em geral, o que resultou na desaceleração da economia e no aumento da volatilidade dos valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras.

Nos últimos anos, os mercados brasileiros enfrentaram um aumento da volatilidade devido às incertezas relacionadas com os escândalos de corrupção, os quais continuam sendo investigados pelo Ministério Público Federal nas Operações Lava Jato, Zelotes, Greenfield, Eficiência e outras, e ao impacto dos escândalos sobre a economia e ambiente político brasileiro. Membros do Governo Federal e do Poder Legislativo e Executivo, bem como altos executivos de grandes empresas foram presos ou estão sendo processados ou investigados pelo crime de corrupção, dentre outros crimes que envolvem o pagamento de propina.

O dinheiro recebido por políticos a título de propina teria sido usado para financiar campanhas políticas de partidos políticos atuais e de governos anteriores e para enriquecer os beneficiários do regime de troca de favores. Como resultado, diversos políticos, incluindo ministros, senadores, representantes federais e executivos das principais empresas estatais, foram demitidos ou presos e outros políticos e funcionários públicos eleitos estão sendo investigados por supostas condutas antiéticas e ilegais identificadas durante a Operação Lava Jato. Não se pode garantir que qualquer pessoa que, direta ou indiretamente, esteja vinculada a nós, seja funcionário, diretor, conselheiro, fornecedor, prestador de serviços ou subcontratado não está ou não estará envolvida na Operação Lava Jato ou em investigações similares, o que poderia afetar negativamente a nossa imagem e reputação.

O resultado das investigações em curso é incerto, mas já houve impacto negativo na imagem e reputação das empresas envolvidas, bem como na economia brasileira. Não podemos prever se as investigações resultarão em mais instabilidade política e econômica ou se haverá novas alegações contra funcionários do governo no futuro. Além disso, não podemos prever o resultado dessas investigações, nem seus efeitos sobre a economia brasileira, sobre o mercado acionário brasileiro e/ou sobre os nossos negócios.

O desenvolvimento desses casos de condutas antiéticas tem afetado e pode continuar a afetar adversamente nossa condição financeira e nossos resultados operacionais, bem como o preço de negociação de nossas ações. Não podemos prever se as investigações em curso irão conduzir a uma maior instabilidade política e econômica, nem se novas alegações contra funcionários e executivos do governo e/ou companhias privadas surgirão no futuro.

Ainda, a eleição do presidente brasileiro Luis Inácio Lula da Silva em 2022 e a consequente alteração na composição de diversos cargos no Brasil e de políticas públicas em 2023 aumentou a incerteza política e a instabilidade no Brasil, uma vez que ainda estão sendo definidas e anunciadas temáticas relevantes e sensíveis ao mercado (e.g. políticas fiscais e sociais)

Além disso, temos o risco de eventual majoração dos tributos incidentes sobre nossas operações, o que poderá impactar diretamente nossas receitas, a exemplo do ocorrido em 2016, quando em função de uma alteração na legislação fiscal, fomos submetidos a uma majoração da alíquota combinada das contribuições de PIS / COFINS, passando de 4,65% para os atuais 9,25%. O Presidente do Brasil tem poder para determinar políticas e expedir atos governamentais relativos à condução da economia brasileira e, conseqüentemente, afetar as operações e o desempenho financeiro das empresas, incluindo os nossos. Não podemos prever quais políticas o Presidente irá adotar, muito menos se tais políticas ou mudanças nas políticas atuais poderão ter um efeito adverso sobre a economia brasileira inclusive sobre os nossos negócios. Caso referida situação se repita nos próximos anos, podemos ter nossas receitas e nossos resultados impactados adversamente.

O governo brasileiro exerce influência significativa sobre a economia do País. Essa influência e ações governamentais decorrentes das condições políticas e econômicas do Brasil podem afetar negativamente o mercado brasileiro e os nossos negócios.

Considerando o turbulento e instável cenário político-econômico do Brasil, existe a expectativa pela tomada de medidas de grande impacto pelo governo brasileiro, com o propósito de amenizar as condições macroeconômicas desfavoráveis existentes.

Eventuais medidas do governo brasileiro nas políticas monetária, fiscal, creditícia e cambial, dentre outras, podem afetar adversamente os nossos negócios e estratégias.

Não exercemos qualquer influência sobre as políticas ou regulamentações que o Governo Federal poderá adotar no futuro no gerenciamento da política econômica, nem dispomos da capacidade para prevê-las. Nosso negócio, situação financeira, resultados operacionais e perspectivas poderão ser afetados negativamente por mudanças nas políticas ou regulamentações que envolvam ou afetem certos fatores, como:

- inflação;
- políticas cambiais e monetárias;
- crescimento da economia interna;
- redução na liquidez dos mercados internos de capital e de crédito;
- taxas de juros;
- políticas fiscais e legislação tributária; e
- outros desdobramentos políticos, sociais e econômicos no Brasil ou que o afetem.

Medidas adotadas pelo Governo Federal ou especulação sobre ações do governo podem levar a incertezas em relação à economia brasileira e aumentar a volatilidade dos mercados de capitais domésticos, o que pode afetar negativamente o nosso negócio, situação financeira, resultados operacionais e perspectivas.

Além disso, a economia brasileira vem sendo afetada por eventos políticos, que também afetaram a confiança dos investidores e do público em geral, prejudicando o desempenho econômico brasileiro. Adicionalmente, qualquer falta de decisão do governo brasileiro para implementar mudanças em certas políticas ou regulamentos podem contribuir para a incerteza econômica dos investidores em relação ao Brasil e aumentar a volatilidade do mercado, o que pode ter um efeito adverso relevante sobre nós.

Esforços governamentais para combater a inflação poderão prejudicar o crescimento da economia brasileira e as nossas atividades.

Historicamente, a economia brasileira apresentou taxas de inflação extremamente elevadas. Isso levou o Banco Central a adotar políticas monetárias restritivas para combater a inflação, o que teve um efeito negativo significativo sobre a economia do País. Entre 2004 e 2010, a taxa básica de juros (SELIC) no Brasil apresentou variação entre 19,8% e 8,6% ao ano. Em 31 de dezembro de 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022, a taxa básica de juros ficou em 7,3%, 10,0%, 11,75%, 14,25%, 13,75%, 7,50%, 6,50%, 4,5%, 2%, 9,25% e 13,75%, respectivamente. Não há qualquer garantia de que eventuais aumentos em nossos custos em razão da inflação serão repassados às seguradoras contratantes dos serviços de corretagem que oferecemos ou mesmo aos consumidores finais de produtos de seguro. A inflação e as medidas do governo brasileiro para combatê-la, principalmente por meio do Banco Central do Brasil, tiveram e poderão ter efeitos significativos sobre a economia do País e sobre nossas atividades. Uma maior rigidez das políticas monetárias, aliado a altas taxas de juros, poderá restringir o crescimento econômico do Brasil e, por sua vez, limitar a disponibilidade de crédito. Por outro lado, políticas mais tolerantes do governo e do Banco Central do Brasil e a redução das taxas de juros poderão desencadear aumentos na inflação, e, conseqüentemente, volatilidade de crescimento e a necessidade de aumentos das taxas de juros repentinos e significativos, que podem afetar negativamente nossos negócios, resultados operacionais e condição financeira.

Futuras medidas do governo brasileiro, incluindo redução das taxas de juros, a intervenção no mercado de câmbio e no mercado de títulos e valores mobiliários para ajustar ou fixar o valor do Real, poderão desencadear o aumento de inflação. Se o Brasil experimentar nível de inflação elevada no futuro, poderemos não ser capazes de reajustar os preços que cobramos de nossos clientes para compensar os efeitos da inflação sobre a nossa estrutura de custos, o que poderá afetar a nossa condição financeira. Além disso, na hipótese de aumento de inflação, o Governo Federal poderá optar por elevar significativamente as taxas de juros oficiais. A elevação das taxas de juros poderá impactar não somente o custo de captação de novos empréstimos, como também o custo de nosso endividamento atual, vindo a causar o aumento de nossas despesas financeiras.

O surto de doenças transmissíveis em todo o mundo, como o atual coronavírus (COVID-19), pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global e resultar em pressão negativa sobre a economia mundial e a economia brasileira, impactando o mercado de negociação das ações de nossa emissão.

Surto de doenças que afetam o comportamento das pessoas, como o atual coronavírus (COVID-19), o Zika, o Ebola, a gripe aviária, a febre aftosa, a gripe suína, a Síndrome Respiratória no Oriente Médio ou MERS e a Síndrome Respiratória Aguda Grave ou SARS, podem ter um impacto adverso relevante no mercado de capitais global, nas indústrias mundiais, na economia mundial e brasileira, nos nossos resultados e nas ações de nossa emissão.

O surto da COVID-19 resultou em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas impostas pelos governos de diversos países em face da ampla e corrente disseminação do vírus, incluindo quarentena e lockdown ao redor do mundo. Como consequência de tais medidas, os países impuseram restrições às viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de uma maneira geral pela população, o que pode resultar na volatilidade no preço de matérias-primas e outros insumos, fatores que conjuntamente podem ter um efeito adverso relevante na economia global e na economia brasileira.

Qualquer mudança material nos mercados financeiros ou na economia brasileira como resultado desses eventos mundiais pode diminuir o interesse de investidores nacionais e estrangeiros em valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo os valores mobiliários de nossa emissão, o que pode afetar adversamente o preço de mercado de tais valores mobiliários e também pode dificultar o acesso ao mercado de capitais e financiamento das nossas operações no futuro em termos aceitáveis.

As medidas descritas acima aliadas às incertezas provocadas pelo surto da COVID-19 tiveram um impacto adverso na economia e no mercado de capitais global, incluindo no Brasil, inclusive causando oito paralisações (*circuit-breakers*) das negociações na B3 durante o mês de março de 2020. A cotação da maioria dos ativos negociados na B3 foi adversamente afetada em razão do surto da COVID-19.

O desenvolvimento e a percepção de risco em outros países, notadamente o conflito entre a Rússia e a Ucrânia, podem afetar adversamente a economia brasileira, nossos negócios e o preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros.

O valor de mercado dos valores mobiliários das companhias brasileiras pode ser influenciado, em diferentes medidas, pelas condições econômicas e de mercado de outros países. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode, diante da perspectiva envolvendo os contornos do evento, causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de emissores brasileiros.

Adicionalmente, fatores relacionados à geopolítica internacional podem afetar adversamente a economia brasileira e, por consequência, o mercado de capitais. O conflito envolvendo a Rússia e a Ucrânia, por exemplo, traz como risco uma nova alta nos preços dos combustíveis e do gás; ocorrendo simultaneamente à possível valorização do dólar, esses aumentos causariam ainda mais pressão inflacionária e poderiam dificultar a retomada econômica brasileira.

Frise-se que, diante da invasão perpetrada no dia 24 de fevereiro de 2022, afloram-se as animosidades não apenas entre os países diretamente envolvidos, mas em muitas outras nações indiretamente interessadas na questão, trazendo um cenário de altíssima incerteza para a economia global. Estes desenvolvimentos, bem como potenciais crises e formas de instabilidade política daí decorrentes ou qualquer outro desenvolvimento imprevisto, podem nos afetar negativamente. Por fim, essas tensões podem gerar uma instabilidade política e econômica ao redor do mundo, impactando o mercado.

Qualquer rebaixamento da classificação de crédito do Brasil (rating) pode afetar negativamente o preço das nossas ações ordinárias.

Nós podemos ser adversamente afetados pela percepção dos investidores quanto aos riscos relacionados à classificação de crédito da dívida soberana do Brasil. As agências de classificação avaliam regularmente o Brasil e suas classificações soberanas, que se baseiam em uma série de fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições fiscais e orçamentárias, métricas de cálculos de dívida e a perspectiva de mudanças em qualquer desses fatores. Em junho de 2021 a Standard & Poor's (S&P) reafirmou o rating do Brasil em "BB-", com perspectiva "estável", em maio de 2021 a Fitch reafirmou o rating do Brasil em "BB-", com perspectiva "negativa" e em maio de 2020 a Moody's reafirmou o rating do Brasil em "Ba2", com perspectiva "estável".

4.2 Descrição dos 5 (cinco) principais fatores de risco

Os 5 (cinco) principais fatores de risco da Companhia, conforme descritos no item 4.1 acima, apresentados abaixo em ordem decrescente (*i.e.* do maior ao menor) são:

1. Nossos controles internos podem não ser suficientes para prevenir, detectar ou responder violações da legislação aplicável ou das políticas internas por nossos funcionários, membros da nossa administração, fornecedores e outros agentes, incluindo violações de leis e regulamentos de prevenção e combate à fraude, corrupção, suborno e lavagem de dinheiro. Violações, alegações e investigações de violações de tais leis podem prejudicar a nossa reputação e resultar em um efeito material adverso em nossos negócios, resultados operacionais e situação financeira.
2. Falhas em nossos sistemas, políticas e procedimentos de gestão de riscos poderão afetar adversamente nossos negócios.
3. Falhas nas estratégias de diversificação dos nossos negócios poderão ter impacto adverso em nossos resultados.
4. Podemos ser prejudicados em razão da conduta inadequada de nossos colaboradores, sejam eles corretores internos ou autônomos.
5. Decisões contrárias em uma ou mais ações judiciais ou procedimentos administrativos nos quais somos ou viermos a ser parte podem afetar de maneira adversa nosso resultado.

Maiores informações e detalhamento dos principais fatores de risco apontados neste item 4.2 podem ser encontrados no item 4.1 acima.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Os negócios da Companhia, sua condição financeira e os resultados de suas operações podem ser afetados de forma adversa pelos riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta. Atualmente, o principal risco de mercado ao qual a Companhia está exposta é o risco de taxa de juros.

Não obstante, riscos adicionais não conhecidos pela Companhia atualmente ou que a Companhia considera irrelevantes também podem afetar adversamente a Companhia. Para informações adicionais, ver as demonstrações financeiras anuais consolidadas da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, que apresentam em sua nota explicativa nº 9, informações sobre: gestão de risco financeiro, tratando sobre riscos de mercado, riscos de crédito, riscos de liquidez; gestão de capital e instrumentos financeiros.

Risco de Taxa de Juros

O risco de taxas de juros é o risco de o grupo ao qual a Companhia pertence, incluindo suas subsidiárias ("**Grupo**"), sofrer perdas econômicas devido a alterações nessas taxas. Esse risco é monitorado continuamente com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de mudança das origens e aplicações de recursos do Grupo ou de contratação de proteções contra a volatilidade de suas taxas.

A flutuação nas taxas de juros pode afetar diretamente tanto os ativos financeiros quanto o passivo financeiro da Companhia, conforme abaixo demonstrado.

O Grupo possui ativos financeiros associados a taxa de juros, sendo que CDBs e Fundos de Investimentos com foco em renda fixa são os principais. O principal objetivo dos investimentos em ativos financeiros do Grupo é rentabilizar as suas disponibilidades, mantendo o seu poder de compra.

Em 31 de dezembro de 2022, as informações referentes à distribuição dos ativos financeiros do Grupo por instituição e modalidade de alocação eram as seguintes:

Em R\$ mil	Grupo (consolidado)
Ativos financeiros	31 de dezembro de 2022
Caixa Econômica Federal	4.504
Itaú	131
Santander	68.564
BRB	163.435
Banco do Brasil	44
CDB	236.677
Caixa Econômica Federal	-
Op. Compromissadas	-
BRB	5.649
Fundos de investimento	5.649
Santander	5.219
Letras Financeiras	5.219
Total de aplicações financeiras	247.545

Ainda, os passivos financeiros do Grupo são relacionados a aquisições realizadas pela Companhia e podem ser demonstrados da seguinte forma:

Em R\$ mil	Grupo (consolidado)
Passivo financeiro – Circulante	31 de dezembro de 2022
Contas a pagar aquisição - Inter Seguros	32.669
Contas a pagar aquisição - Wiz Conseg	3.000
Contas a pagar aquisição - BMG Corretora	39.873
Contas a pagar aquisição - Wiz Concept	24.335
Contas a pagar aquisição - BRB Corretora	32
Contas a pagar aquisição - Paraná Holding	17.424
Contas a pagar aquisição – Primavia	1.350
Contas a pagar aquisição - Promotiva	48.917
Total de passivos financeiros circulante	167.600

Em R\$ mil	Grupo (consolidado)
Passivo financeiro - Não circulante	31 de dezembro de 2022
Contas a pagar aquisição - Inter Seguros	59.175
Contas a pagar aquisição - BMG Corretora	33.138
Contas a pagar aquisição – Wiz Concept	10.812
Contas a pagar aquisição - BRB Corretora	266.968
Contas a pagar aquisição - Paraná Corretora	16.320
Contas a pagar aquisição - Promotiva	36.060
Total de passivos financeiros não circulante	422.472

Abaixo, seguem os possíveis impactos que seriam gerados em razão da exposição da Companhia ao risco da taxa de juros. Para construção dos cenários abaixo, foram consideradas as projeções de mercado para a taxa Selic. Quanto à taxa DI, foi considerada a relação entre a apuração oficial da B3 e a taxa Selic vigente, estendendo a mesma relação para a projeção do DI.

Em R\$ Mil	Cenários						
	Aumento dos Juros		Redução dos Juros				
			25%	50%	25%	50%	
Ativos financeiros							
CDB - Certificados de depósito bancário	236.677	CDI	265.869	273.167	280.465	258.571	251.273
Letras financeiras	5.219	CDI	5.863	6.024	6.185	5.702	5.541
Fundos de investimento	5.649	CDI	6.346	6.520	6.694	6.172	5.997
Instrumento financeiros - Opção de compra BMG	21.822	IPCA	23.086	23.402	23.718	22.770	22.454
Total de ativos financeiros	269.368		301.164	309.112	317.061	293.215	285.266
Passivo financeiro							
Contas a pagar aquisição - Inter Seguros	91.844	Selic	104.473	107.630	110.787	101.316	98.158
Contas a pagar de aquisição BMG Corretora	73.011	Selic	83.050	85.560	88.069	80.540	78.030
Contas a pagar de aquisição BRB	267.000	Selic	303.712	312.890	322.068	294.534	285.356
Contas a pagar de aquisição Concept	35.147	Selic	39.980	41.188	42.396	38.771	37.563
Contas a pagar de aquisição Paraná Holding	33.744	Selic	38.384	39.544	40.704	37.224	36.064
Contas a pagar de aquisição Conseg	3.000	Selic	3.413	3.516	3.619	3.309	3.206
Contas a pagar de aquisição Primavia	1.350	Selic	1.536	1.582	1.629	1.490	1.443

Contas a pagar de aquisição Promotiva	84.976	Selic	96.661	99.582	102.503	93.740	90.818
Debêntures	235.974	CDI	265.079	272.355	279.631	257.803	250.526
Instrumentos financeiros derivativos	2.743	CDI	3.081	3.166	3.250	2.996	2.912
Empréstimos	140.161		146.943	171.348	195.753	122.539	98.134
Em moeda nacional	49.324	Selic	56.106	57.802	59.497	54.411	52.715
Em moeda estrangeira	90.837	USD	90.837	113.546	136.256	68.128	45.419
Total de passivos financeiros	968.950		1.086.311	1.138.360	1.190.409	1.034.261	982.212
Exposição líquida no patrimônio líquido			785.147	829.247	873.348	741.047	696.946
Exposição líquida no resultado			149.156	209.154	269.152	89.158	29.159
Índices utilizados							
CDI	n.a.		12,33%	15,42%	18,50%	9,25%	6,17%
Selic	n.a.		13,75%	17,19%	20,63%	10,31%	6,88%
IPCA	n.a.		5,79%	7,24%	8,69%	4,34%	2,90%
USD	n.a.		5,22	6,52	7,83	3,91	2,61

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Em 31 de dezembro de 2022, éramos réus em 517 processos judiciais e administrativos, decorrentes do curso normal de nossas operações, envolvendo questões trabalhistas e aspectos cíveis, cujos valores envolvidos totalizavam R\$ 53,3 milhões. Ademais, éramos réus em 2 processos relevantes, envolvendo questões tributárias cujos valores envolvidos totalizavam R\$ 67,1 milhões.

Em 31 de dezembro de 2022, possuíamos contabilizados R\$ 17,8 milhões a título de provisões para fazer frente às nossas contingências classificadas como perda provável e possuíamos R\$6,5 milhões em depósitos judiciais relativos a processos de natureza trabalhista. É importante destacar que depósitos judiciais são quantias que depositamos em juízo no âmbito de processos judiciais nos quais figuramos como réus e que são revertidos à parte autora em caso de condenação, reduzindo o valor a ser efetivamente pago por nós após a condenação.

Por fim, esclarecemos que consideramos individualmente relevantes os processos judiciais ou administrativos cujo valor envolvido supera 10% de nossa receita líquida da prestação de serviços anual conforme aferida em nossas últimas demonstrações financeiras consolidadas disponíveis, além de processos cujo resultado possa acarretar um risco de imagem para nós ou possa resultar em alterações substanciais em nossas operações.

Tributário

Em 31 de dezembro de 2022, éramos parte passiva em 2 processos tributários relevantes, conforme tabela abaixo

Processo nº 10120-740.742/2018-04	
a. juízo	Receita Federal do Brasil
b. instância	1ª – Administrativo
c. data de instauração	26.12.2018
d. partes no processo	Autor: União Federal Réu: Wiz Soluções e Corretagem de Seguros S.A. (antiga denominação social da Wiz Co Participações e Corretagem de Seguros S.A.)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 58,5 milhões
f. principais fatos	Trata-se de auto de infração relativo ao benefício fiscal do ágio de incorporação das sociedades Boxe Participações Ltda., CST Participações Ltda. e Par Holding Corporativa S.A., relativos aos anos de 2013, 2014 e 2015, no qual a autoridade tributária entendeu como indevida a redução do pagamento do IRPJ e CSLL nos referidos períodos.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	A 2ª Turma Ordinária da 4ª Câmara da 1ª Seção do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (“CARF”), pelo voto de empate em favor do contribuinte, decidiu prover o Recurso Voluntário da Wiz na data de 22 de setembro de 2022. Tal decisão alterou a classificação de “perda provável” para “perda possível”.
h. estágio do processo	Em face do acórdão proferido pela 2ª Turma Ordinária a Procuradoria da Fazenda Nacional apresentou Recurso Especial, estando o referido recurso pendente de exame de admissibilidade desde 21 de dezembro de 2022.
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Pelo valor envolvido e pela matéria
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Saída de caixa e efeito no resultado, somente em caso de insucesso futuro (após discussão na esfera administrativa e judiciária).

Processo nº 18088.720066/2020-14	
a. juízo	Receita Federal do Brasil
b. instância	1ª – Administrativo
c. data de instauração	13.11.2020

d. partes no processo	Autor: União Federal Réu: Wiz Soluções e Corretagem de Seguros S.A. (antiga denominação social da Wiz Co Participações e Corretagem de Seguros S.A.)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 8,6 milhões – Somas dos processos vinculados (18088.720064/2020-25 e 18088.720065/2020-70)
f. principais fatos	Trata-se de auto de infração relativo à desconsideração de pagamentos realizados para prestadores de serviços Marthi (exercícios de 2015 e 2016) e AM Consultoria (03/2015) e o consequente aproveitamento fiscal desses gastos. Dessa forma, foram lavrados 6 autos de infração relativos a IRPJ, CSSL e IRRF em dois processos administrativos correlatos: 18088.720064/2020-25 e 18088.720065/2020-70
g. resumo das decisões de mérito proferidas	18088.720065/2020-70 e 18088.720064/2020-25: Os autos de infrações relativos à desconsideração de pagamentos realizados para prestadores de serviços Marthi foram julgados procedentes pela Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento.
h. estágio do processo	18088.720065/2020-70 e 18088.720064/2020-25: Em face das decisões que julgaram procedentes os autos de infrações foram interpostos, pela Companhia, Recursos Voluntários para o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, que encontram-se pendentes de julgamento.
i. chance de perda	Provável
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Pelo valor envolvido e pela matéria
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Saída de caixa e efeito no resultado, somente em caso de insucesso futuro (após discussão na esfera administrativa e judiciária).

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía os seguintes valores provisionados em conexão com os processos descritos no item 4.4 acima:

- i) Processo nº **18088.720066/2020-14 (18088.720064/2020-25 e 18088.720065/2020-70)**: R\$ 4,2 milhões.

4.6 Processos sigilosos relevantes

Em 31 de dezembro de 2022, não éramos parte em processos sigilosos relevantes.

4.7 Outras contingências relevantes

Em 31 de dezembro de 2022, éramos parte nos seguintes processos judiciais e administrativos repetitivos ou conexos, relevantes em conjunto:

Reclamações trabalhistas (aproximadamente 293 processos)	
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 35,6 milhões.
Prática que causou tal contingência	Os nossos processos trabalhistas em andamento são oriundos do curso normal de nossos negócios e versam, em geral, sobre: (i) integração ao salário de premiação paga extra folha até dezembro de 2011; (ii) horas extras; (iii) enquadramento bancário com pedido de diferenças salariais e benefícios previstos nas normas coletivas dos bancários; (iv) intervalo intrajornada; (v) Participação nos Lucros e/ou Resultados; (vi) pagamento de comissões; (vii) recolhimento previdenciário; e (viii) multa do artigo 477 da CLT.
Processos Cíveis (aproximadamente 146 processos)	
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 17,6 milhões.
Prática que causou tal contingência	Os nossos processos cíveis em andamento são oriundos do curso normal de nossos negócios e versam, em sua quase totalidade, sobre possíveis vícios de comercialização no processo de venda de produtos de seguros aos nossos clientes.
Processos Tributários (aproximadamente 2 processos)	
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 67,1 milhões.
Prática que causou tal contingência	R\$58,5 milhões. Trata-se de auto de infração relativo ao benefício fiscal do ágio de incorporação das sociedades Boxe Participações Ltda., CST Participações Ltda. e Par Holding Corporativa S.A., relativos aos anos de 2013, 2014 e 2015, no qual a autoridade tributária entendeu como indevida a redução do pagamento do IRPJ e CSLL nos referidos períodos. Vide item 4.4; R\$8,6 milhões. Trata-se de auto de infração relativo à desconsideração de pagamentos realizados para prestadores de serviços Marthi (exercícios de 2015 e 2016) e AM Consultoria (03/2015) e o consequente aproveitamento fiscal desses gastos. Dessa forma, foram lavrados 6 autos de infração relativos a IRPJ, CSLL e IRRF em dois processos administrativos correlatos: 18088.720064/2020-25 e 18088.720065/2020-70. Vide item 4.4.

Ademais, em 31 de dezembro de 2022, o valor total para as contingências com probabilidade de perda provável oriundas dos processos repetitivos ou conexos acima descritos era de R\$ 17,8 milhões, sendo (i) R\$ 13,6 milhões para contingências trabalhistas, (ii) R\$ 20 mil para contingências cíveis, e (iii) R\$ 4,2 milhões para contingências fiscais.

5. POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

a. se a Companhia possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais a Companhia não adotou uma política

A nossa Companhia dispõe de uma Política de Gerenciamento de Riscos, que foi reformulada e aprovada pelo Conselho de Administração em 13 de dezembro de 2021.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

Nossa Política de Gerenciamento de Riscos tem como objetivo instituir as definições, o processo e as responsabilidades para a gestão de riscos da Companhia e suas unidades de negócio, processo cujo intuito é identificar, analisar, avaliar, tratar, monitorar e comunicar os riscos inerentes que ameaçam as atividades da Companhia, considerando aspectos de curto, médio e longo prazos. Para tal, as seguintes definições devem ser consideradas:

Risco: Evento que possa afetar negativamente os resultados da Companhia e sua capacidade de atingir seus objetivos estratégicos e de negócios.

Risco inerente: Nível de risco intrínseco ao negócio ou à atividade, sem considerar a execução de controles mitigatórios.

Risco residual: Risco remanescente após a implantação de ações mitigatórias e atividades de controle.

Apetite a risco: Nível de exposição ao risco que a Companhia está disposta a aceitar para atingir seus objetivos estratégicos de curto, médio e longo prazos; esse apetite é limitado pelo nível de tolerância ao risco.

Tolerância ao risco: A tolerância é a medida do nível de aceitação aos riscos, é quantificável e estabelece o limite para o apetite a risco declarado pela Companhia.

Velocidade de propagação do risco (ou apenas Tendência): É a tendência de que a probabilidade de ocorrência do risco se mantenha, aumente ou diminua, com o passar do tempo.

Exposição ao risco: Representa a combinação do impacto e da probabilidade de a Companhia ser afetada por um determinado risco, podendo ser alto, médio ou baixo.

Matriz de riscos: Relação dos riscos identificados e avaliados para a Companhia e suas unidades de negócio, classificados de acordo com seu nível de exposição.

Gestão de riscos: Processos e procedimentos empregados de forma coordenada para identificar, avaliar, mensurar, tratar, monitorar e reportar os riscos da Companhia, tendo por base a adequada compreensão dos tipos de risco, de suas características e interdependências, das fontes de riscos e de seu potencial impacto sobre o negócio.

Perfil de riscos: Característica que reflete as exposições de uma organização a riscos, considerando os riscos assumidos, suas causas, interdependências e potenciais impactos.

Risco de Pessoas: Perdas de qualquer natureza subsequentes a uma falha, deficiência ou inadequação na gestão de pessoas, referente aos processos de contratação, demissão, e alocação de pessoal qualificado, e em quantidade suficiente, afastando possíveis conflitos de interesse, para manutenção das atividades operacionais da Companhia.

Risco de Informação: Sanções e/ou perdas financeiras e operacionais proveniente de tratamento inadequados das informações de terceiros, clientes e colaboradores, incluindo vazamento de dados e utilização de informações desatualizadas e/ou erradas no processamento das atividades da Companhia.

Risco Financeiro: Possibilidade de não sermos capazes de honrar, de forma completa e eficiente, obrigações

esperadas e inesperadas, correntes e futuras. Bem como impactos advindo de cenário econômico, tributário, e político adverso e/ou de variações em taxas de juros, câmbio, inflação que afetem o negócio.

Risco Operacional: Ocorrência de perdas de qualquer natureza subsequentes a uma falha, deficiência ou inadequação dos nossos processos internos e/ou sistemas. Neste conceito está também abarcado formalização inadequada de contratos com terceiros, sua devida contraprestação e a padronização de documentos e processos internos. Podem ser citados como exemplos de situações de risco operacional a ocorrência de fraudes (internas e externas), deficiência na segurança do local de trabalho, inadequação de práticas relacionadas a clientes, vícios de comercialização, ocorrência de danos a ativos físicos e ambientais, possíveis falhas em sistemas de tecnologia da informação ou quaisquer outros riscos que acarretem a interrupção das nossas atividades.

Risco de Governança: Possibilidade de perda ocasionada pela inadequação da estrutura organizacional e de governança.

Risco de Conformidade: Eventuais sanções decorrentes de descumprimento de dispositivos legais, perda ocasionada pela inobservância dos normativos internos e ainda possibilidade de perda ocasionada por interpretação indevida ou não observação da legislação e/ou regulamentação tributária.

Risco Estratégico: Possibilidade de uma estratégia ser malsucedida, ineficaz, e/ou que fracasse em alcançar os retornos pretendidos.

Risco de Reputação/Imagem: Possibilidade de ocorrência de danos à nossa reputação junto a partes interessadas e ao mercado em geral, acarretando impactos no valor da marca.

i. os riscos para os quais se busca proteção

ii. os instrumentos utilizados para proteção

Nossa Companhia busca proteção para os principais riscos que possam impactar de forma adversa e relevante os objetivos traçados por nossa administração, nossa reputação bem como os nossos resultados financeiros e operacionais, os quais se encontram descritos acima e nos itens 4.1 e 4.2 deste Formulário de Referência.

Em relação ao risco de sofrer impactos adversos nas operações e resultados futuros em virtude da não obtenção de sucesso no âmbito do processo competitivo da CAIXA, nossa Companhia demonstrou seu preparo estratégico para a flexibilização de nossas plataformas tecnológicas e soluções, possibilitando a utilização em diferentes cenários, por meio de aquisições e parcerias. Além disso, estamos investindo na construção de novos canais de distribuição de produtos financeiros a fim de diversificar nossa operação.

Visando o aprimoramento dos mecanismos de *compliance* e controle interno, e tendo por base as recomendações do Comitê Especial não estatutário criado para conduzir a análise detalhada sobre as denúncias constantes do processo que originou a busca e apreensão realizada em 26 de novembro de 2020, a Companhia elaborou, em 2022, um plano de ação para (i) aprimoramento de suas políticas e melhoria nos procedimentos de controle; e (ii) monitoramento, em caráter permanente, do andamento das medidas implementadas, conforme aprovado pelo Conselho de Administração que, com isso, declarou encerrados os trabalhos do Comitê Especial em 2021. Como parte do plano de ação: (i) a Política de Gerenciamento de Riscos foi reformulada e aprovada pelo Conselho de Administração em 13 de dezembro de 2021; e (ii) foram aprovadas pelo Conselho de Administração, em 16 de março de 2022, a Política de Negociação com Valores Mobiliários, a Política de Indicação dos Membros do Conselho de Administração e a Política de Remuneração de Executivos. Além disso, foram aprovadas pela Assembleia Geral, em 15 de março de 2022, as seguintes modificações nos Comitês Estatutários da Companhia: (i) reestruturação do Comitê de Gente e Remuneração, que passou a ser o Comitê de Pessoas, Governança, Remuneração e Sustentabilidade (ASG); (ii) criação do Comitê de Riscos, Compliance e Partes Relacionadas; (iii) criação do Comitê de Investimentos, Estrutura de Capital e Dividendos; (iv) Extinção do Comitê de Partes Relacionadas, cujos temas foram transferidos para o Comitê Riscos, Compliance e Partes Relacionadas; e (v) manutenção do Comitê de Auditoria.

A nossa Companhia conta com a área interna de Gente e Cultura, que coordena estratégias de retenção e desenvolvimento dos executivos da alta administração, com o intuito de dar continuidade aos nossos negócios. Também conta com o Comitê Estatutário de Pessoas, Governança, Remuneração e Sustentabilidade (ASG), responsável por (i) assessorar o Conselho de Administração da Companhia no exercício das suas atribuições; (ii) elaborar, revisar regularmente e aprimorar as políticas de recursos humanos e de gestão de pessoas; (iii) recomendar os critérios gerais de remuneração e as políticas de benefícios

dos administradores da Companhia e de sociedades controladas, direta ou indiretamente; e (iv) gerenciar, quando houver, Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, adotando todas as medidas necessárias para implementá-lo. As informações sobre o Comitê de Pessoas, Governança, Remuneração e Sustentabilidade (ASG) são descritas detalhadamente no item 7.1 deste Formulário de Referência.

Além disso, realizamos o monitoramento permanente da variação de tributação nas esferas federal e estadual, bem como o acompanhamento do passivo contencioso e atualização das provisões para fazer frente às nossas contingências classificadas como perda provável, com apoio de nossa equipe interna composta por colaboradores com adequado nível de formação e contratação de parceiros especializados.

O risco financeiro é administrado corporativamente e monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez de nossa Companhia para assegurar que tenhamos caixa suficiente para atender as nossas necessidades operacionais. O excesso de caixa é investido em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos de baixo risco com vencimentos apropriados, rentabilidades compatíveis com os produtos oferecidos no mercado por instituições financeiras de primeira linha e/ou liquidez suficiente, de acordo com nossa Política de Aplicações Financeiras aprovada pelo Conselho de Administração.

Permanecemos em constante processo de revisão e aprimoramento de nossa estrutura de segurança da informação. Desde 2019 a Companhia tem envidado esforços para estabelecer uma estrutura que reforce a atual estrutura de segurança da informação como um todo, em linha com a LGPD.

Dentre os riscos descritos no item 4.2 deste Formulário de Referência, nossos negócios, estrutura de capital e posição de caixa justificam o acompanhamento periódico dos riscos a seguir:

Risco cambial: O risco da taxa de câmbio corresponde à redução dos valores dos ativos ou aumento de seus passivos em função de uma alteração da taxa de câmbio. Em 31 de dezembro de 2022, não possuíamos ativos ou passivos em moeda estrangeira, mas possuíamos contratos com vinculação à moeda estrangeira.

Risco econômico-político relacionado ao fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros: O risco de taxa de juros decorre das contratações de aplicações financeiras e aquisições realizadas pela Companhia. Os instrumentos financeiros emitidos a taxas variáveis expõem nossa Companhia e nossas controladas ao risco de fluxos de caixa associado à taxa de juros. Enquanto os instrumentos financeiros emitidos às taxas prefixadas expõem nossa Companhia e nossas controladas ao risco de valor justo associado à taxa de juros. Por fim, os valores envolvidos nas captações realizadas pela Companhia são atualizados por determinadas taxas de juros, de forma que uma flutuação inesperada destas pode causar impactos adversos nos montantes que deverão ser desembolsados pela Companhia em relação a tais aquisições.

O risco de fluxos de caixa associado à taxa de juros provém das aplicações financeiras emitidas a taxas pós-fixadas. A nossa Companhia mantém a maior parte de nossa carteira de aplicações financeiras corrigida pelo CDI, conforme contratos firmados com as instituições financeiras.

A Companhia entende como baixo o risco de grandes variações no CDI, levando em conta a política monetária vigente conduzida pelo Governo Federal. Dessa forma, não tem contratado derivativos para proteger esse risco. Para maiores informações, vide item 4.2 deste Formulário de Referência.

Risco de inflação: Risco de inflação é o risco que as flutuações nos índices inflacionários têm em nossos custos, uma vez que são considerados para fins de negociações de reajustes salariais com nossos colaboradores e respectivos sindicatos. Como prestadores de serviços de distribuição de produtos de seguros e financeiros, um dos nossos principais insumos consiste em salários, encargos trabalhistas e benefícios. Esse item foi responsável por 79,8% dos nossos custos dos serviços prestados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 (64% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021). O aumento nas despesas do pacote de pessoal decorre da atualização do headcount corporativo. Nossa administração entende que não estamos diretamente expostos a riscos de inflação, uma vez que os preços dos produtos de seguro são corrigidos de acordo com índices de inflação (IGP-M e IPCA), como é a prática do mercado. Dessa forma, não possuímos exposição relevante a variações de índices inflacionários, pois tais variações acabam influenciando também nossas receitas, compensando o aumento dos custos com salários.

A Companhia entende que a nossa exposição, decorrente das aplicações financeiras e contas a receber, não justifica a contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção (hedge).

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Nos termos da nossa Política de Gerenciamento de Riscos, a gestão dos nossos riscos é compartilhada entre os principais órgãos de gestão da Companhia, bem como seus comitês de assessoramento, conforme aplicável, cujas atribuições estão abaixo dispostas.

Cabe ao nosso Conselho de Administração:

- (a) Estabelecer os níveis de Apetite a Risco da Companhia em função dos objetivos estratégicos e de negócio de curto, médio e longo prazos, avaliando e aprovando a Declaração de Apetite a Riscos proposta pela Diretoria Executiva;
- (b) Aprovar a Política de Gerenciamento de Riscos, assim como suas revisões;
- (c) Avaliar os riscos residuais classificados como "Alto";
- (d) Aprovar a Matriz de Riscos e Controles da Companhia;
- (e) Acompanhar os planos de ação estabelecidos para mitigar os riscos inerentes identificados e apontados como "Alto" na Matriz de Riscos e Controles da Companhia.

Ademais, para o cumprimento da Política de Gerenciamento de Riscos, nosso Conselho de Administração conta na sua estrutura com o Comitê de Auditoria, órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração em assuntos relacionados a mecanismos e controles de gestão de riscos, *compliance* e política anticorrupção, estratégias e políticas voltadas a controles internos.

Cabe ao Comitê de Auditoria:

- (a) Auxiliar a equipe de Controles Internos e Riscos na definição das diretrizes e metodologia de gestão de riscos e controles internos, além das métricas de mensuração da tolerância e apetite aos riscos, apresentando ao Conselho de Administração sua recomendação de aprovação.
- (b) Avaliar a aplicação da Política de Gerenciamento de Riscos, anualmente, propondo, quando necessárias, alterações, submetendo-as ao Conselho de Administração para aprovação;
- (c) Acompanhar e recomendar ao Conselho de Administração sobre a aceitação das respostas aos riscos "Altos";
- (d) Avaliar a Matriz de Riscos e Controles da Companhia, apresentando ao Conselho de Administração suas recomendações;
- (e) Avaliar os planos de ação elaborados para os riscos classificados como "Alto" e "Médio", reportando ao Conselho de Administração ocorrências consideradas relevantes;
- (f) Avaliar o Plano de Gestão de Continuidade (PGC) da Companhia;
- (g) Avaliar a Declaração de Apetite a Riscos aprovada pela Diretoria Executiva e indicar ao Conselho de Administração suas recomendações;
- (h) Avaliar a adequação dos recursos humanos e financeiros destinados ao processo de gerenciamento de riscos da Companhia;
- (i) Manter o Conselho de Administração devidamente informado a respeito da efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, bem como, quando necessário, recomendar alterações nos conceitos e nos níveis de apetite ao risco.

Em 2019, foi aprovada a criação da área de Controles Internos e Riscos da Companhia, o órgão técnico de assessoramento ao Conselho de Administração, cuja missão é fortalecer a governança corporativa, avaliando os resultados alcançados pelas Unidades de Negócios e áreas da Companhia, apresentando recomendações para a melhoria dos processos de governança, do gerenciamento de riscos e dos controles internos, e sugerindo soluções para as não conformidades que, porventura, forem detectadas. A implementação de tal área gera valor para a Companhia no sentido de: (i) proteger o negócio, por meio da execução de trabalhos de assecuração, onde o ambiente de controles internos é avaliado e validado de forma independente e objetiva; (ii) resolução de problemas, pois, através de investigação aprofundada, a auditoria é capaz de fornecer as causas-raiz de problemas identificados em trabalhos ordinários e consultorias; (iii) geração de ideias, pois as sugestões de melhoria trazidas pela auditoria estão alinhadas com o que há de mais atual nas melhores práticas de mercado; esse papel proativo da área pode ser fonte de inovação para as áreas que quiserem acatar a essas sugestões; (iv) assessoria de confiança, atuando em consultoria estratégicas ou auditorias requisitadas pelos órgãos de governança, entregando um estudo aprofundado e independente dos fatos analisados. Neste sentido, compete à área de Controles Internos e Riscos:

- (a) Elaborar, propor alterações e submeter às aprovações, a Política de Gestão de Riscos;
- (b) Propor e aplicar a metodologia interna de controles internos e riscos, em conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis, políticas, normas e procedimentos internos e melhores práticas de mercado, criando um sistema eficaz de monitoramento e definindo a classificação dos riscos dispostos nos quadrantes da Matriz de Riscos e Controles;
- (c) Elaborar a metodologia da Matriz de Riscos e Controles da Companhia, levando em consideração, tanto os aspectos quantitativos caracterizados pela probabilidade de ocorrência do risco e tendência (velocidade de propagação do risco), quanto os aspectos qualitativos que se referem a categoria do risco, bem como ao seu impacto. A Matriz de Riscos e Controles deverá ser encaminhada ao Comitê de Auditoria, para posterior avaliação do Conselho de Administração;
- (d) Em conjunto com a área de Auditoria Interna, o Controle Interno deve compatibilizar os conceitos que compõem a metodologia interna de controles internos e riscos, como: categorias de risco, impacto, probabilidade e tendência, de forma a serem usados os mesmos conceitos e parâmetros na avaliação dos riscos em ambas as atividades;
- (e) Conduzir junto às áreas da Companhia e suas unidades de negócio a identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos;
- (f) Elaborar Relatório de Avaliação de Maturidade do Ambiente de Controles Internos e de Riscos para registro e reporte aos órgãos competentes da Companhia;
- (g) A partir dos resultados das Avaliações de Maturidade e de Risco, e da Matriz de Riscos e Controles, e com apoio da Diretoria Executiva, propor uma Declaração de Apetite a Riscos, a ser avaliada pelo Comitê de Auditoria Interna e submetida à aprovação do Conselho de Administração;
- (h) Discutir as recomendações propostas pelos gestores das áreas e unidades de negócio para minimizar os riscos da Companhia em linha com os objetivos estratégicos;
- (i) Monitorar as ações de implementação de controles internos para gerenciamento dos riscos;
- (j) Realizar o acompanhamento e reporte periódico de todas as ações desenvolvidas para os riscos classificados como "Médio" e "Alto", no mínimo duas vezes por ano. Esse reporte deverá ser comunicado ao Comitê de Auditoria que deverá manter o Conselho de Administração devidamente informado;
- (k) Mapear processos e seus respectivos controles junto às áreas da Companhia e suas respectivas unidades de negócio;
- (l) Avaliar inconsistências ou desatualização de desenhos de fluxos de processos, normas e procedimentos cujas alterações possam agravar o ambiente de controles;
- (m) Promover e acompanhar melhorias de controles internos das áreas operacionais;

- (n) Promover a cultura de gestão de risco, conscientizando os gestores sobre a importância da gestão de riscos e controles internos, e a sua responsabilidade inerente e dos demais Wizzers com o processo de gestão de riscos;
- (o) Conduzir junto às áreas da Companhia e suas unidades de negócio a identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação do risco de continuidade operacional;
- (p) Elaborar e promover a atualização das Análises de Impacto nos Negócios (Business Impact Analysis – BIA), conforme metodologia interna de Gestão de Continuidade da Companhia;
- (q) Elaborar e atualizar o Plano de Gestão de Continuidade (PCN), promover a elaboração e atualização dos Planos de Continuidade Operacional (PCO) e Planos de Recuperação de Desastres de Sistemas Críticos (PRD) pelos gestores responsáveis por esses documentos, submetendo os resultados à Diretoria Executiva;
- (r) Participar da Equipe de Gestão de Incidentes, conforme as responsabilidades previstas no PGC; e
- (s) É vedado aos membros da área participar da avaliação de processos nos quais tenham atuado nos 12 (doze) meses anteriores e receber bônus ou incentivos remuneratórios atrelados ao desempenho das unidades de negócio, ressalvadas as disposições da legislação trabalhista.

Ainda em 2019, foi aprovada a criação da área de Auditoria Interna, a qual é guiada pelo seu regimento. No âmbito do gerenciamento dos riscos aos quais a Companhia está exposta, compete à área de Auditoria Interna:

- (a) Utilizar a Matriz de Riscos e Controles da Companhia como subsídio para o plano anual de auditoria dos processos da Companhia e suas unidades de negócio;
- (b) Auditar o processo de gestão de riscos e controles internos da Companhia com pareceres imparciais, independentes e tempestivos, apontando oportunidades de melhoria;
- (c) Identificar a necessidade de priorização de planos de ação a partir dos resultados das auditorias executadas, bem como ampliar o ambiente de testes substantivos ou monitoramento contínuo em função de novos riscos ou agravamento de riscos previamente mapeados;
- (d) Identificar e apontar riscos eventualmente ainda não mapeados na Companhia através da avaliação independente do ambiente de controles internos;
- (e) Auditar o processo de gestão de risco de continuidade operacional da Companhia com pareceres imparciais, independentes e tempestivos, apontando oportunidades de melhoria; e
- (f) Identificar e apontar fragilidades no processo de recuperação operacional eventualmente ainda não mapeadas na Companhia através da avaliação independente dos controles de gestão de continuidade.

Tanto o Diretor Presidente e de Relações com Investidores quanto os gestores das áreas e unidades de negócios também participam da cadeia de gerenciamento de riscos da Companhia, conforme atribuições abaixo descritas.

Cabe ao Diretor Presidente e de Relações com Investidores:

- (a) Garantir a integração entre o gerenciamento de riscos e a construção e manutenção do planejamento estratégico;
- (b) Propor a Política de Alçadas da Companhia;
- (c) Em conjunto com a área de Controles Internos e Riscos, e considerando os resultados das Avaliações de Maturidade do Ambiente de Controles Internos e de Riscos, e o resultado da Matriz de Riscos e Controles da Companhia, propor uma Declaração de Apetite a Riscos a ser avaliada pelo Comitê de Auditoria e aprovada pelo Conselho de Administração;
- (d) Avaliar e aprovar o Plano de Gestão de Continuidade, os Planos de Continuidade Operacional e os Planos de Recuperação de Desastres de Sistemas Críticos da Companhia;

- (e) Garantir os recursos materiais e humanos necessários, próprios ou terceirizados, incluindo pessoal experiente e em quantidade suficiente para o funcionamento adequado da estrutura de gerenciamento de risco (EGR); e
- (f) Garantia a EGR acesso irrestrito e tempestivo às informações necessárias para a realização de suas análises.

Cabe aos gestores das áreas e unidades de negócio:

- (a) Identificar continuamente e documentar os riscos sob sua gestão;
- (b) Realizar os questionários de *Self Assessment* e disponibilizar as evidências necessárias para a equipe de Controles Internos e Riscos;
- (c) Comunicar a equipe de Controles Internos e Riscos novos riscos identificados, lançamento de novos produtos, planos ou modificações relevantes em produtos ou planos existentes e qualquer alteração em seu processo de negócio, área de atuação geográfica, bem como falhas em controles implementados;
- (d) Estabelecer controles adequados para gerenciamento dos riscos;
- (e) Definir e implementar ações de mitigação e práticas de gerenciamento para a exposição aos riscos apresentada na Matriz de Riscos e Controles da Companhia referente aos processos sob sua gestão;
- (f) Assegurar que as ações implementadas sejam efetivas e resultem em redução do grau de exposição aos riscos a níveis aceitáveis;
- (g) Criar e manter atualizados os indicadores-chave para o monitoramento dos riscos inerentes aos processos sob sua gestão.

A nossa Companhia também conta com área de *Compliance*, responsável por garantir a observância ao Código de Ética da Companhia, das políticas internas relacionadas à contratação de terceiros e fornecedores, doações, patrocínios e demais regras relacionadas à conformidade. A área de *Compliance* reporta os trabalhos e iniciativas de *compliance* executadas pela Companhia ao Comitê de Auditoria.

Em 2022, foi criado o Comitê de Riscos, *Compliance* e Partes Relacionadas, órgão de assessoramento e consultivo do Conselho de Administração da Companhia que tem como finalidade: (i) aprimorar a estrutura de gestão de riscos; (ii) avaliar, analisar e monitorar as relações entre as Partes Relacionadas; e (iii) buscar a manutenção da eficácia sob a perspectiva legal da conformidade na atuação da Companhia.

Cabe ao Comitê de Riscos, *Compliance* e Partes Relacionadas, dentre outros:

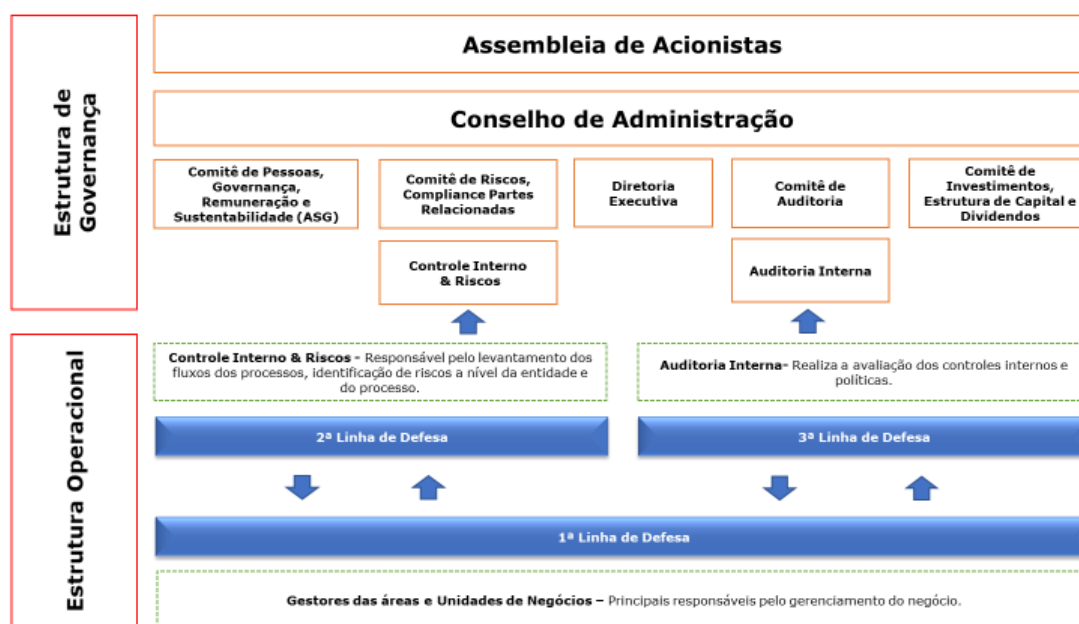
- (a) Supervisionar o cumprimento das políticas e estratégias de gestão de riscos da Companhia;
- (b) Assessorar o Conselho de Administração no monitoramento da adequação e efetividade da estrutura de gestão de riscos da Companhia;
- (c) Assessorar o Conselho de Administração em assuntos de gestão de riscos da Companhia, proporcionando ao colegiado uma visão abrangente dos riscos e seus impactos, incluindo, mas não se limitando, ao acompanhando de movimentações de mercado, alterações legislativas e regulatórias e riscos reputacionais;
- (d) Manifestar-se sobre os relatórios de gestão de riscos da Companhia;
- (e) Manifestar-se sobre políticas e diretrizes inerentes ao gerenciamento dos riscos da Companhia;
- (f) Manifestar-se sobre apetite e limites de tolerância à exposição a riscos que espera que a Companhia assuma ou evite para atingir seus objetivos estratégicos, de formas global e segregada por categoria;
- (g) Monitorar as posições de riscos no âmbito da Companhia, assim como as alterações relevantes em relação às estratégias adotadas e o status dos planos de continuidade de negócios; e

- (h) Monitorar ações, visando ao enquadramento, adequação e mitigação dos riscos que apresentem níveis acima do tolerado.

c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A nossa Companhia estruturou e implementou a estrutura organizacional e sistemas de controles internos voltados para a verificação da efetividade de nossa Política de Gerenciamento de Riscos a partir de 2020. Como fase importante desse processo e melhora da Governança, desenvolvemos a área de *Compliance*, responsável por implementar e monitorar as regras de conduta e integridade; contamos com canais de denúncia externo para manifestações de toda e qualquer violação ao nosso Código de Conduta Ética e, em 2020, foi implantada a área de Controles e Auditoria Interna da Companhia. Adicionalmente, em 2022, com a criação do Comitê de Riscos, *Compliance* e Partes Relacionadas, passamos a ter mais um nível de verificação quanto à efetividade da nossa Política de Gerenciamento de Riscos.

A metodologia interna de controles internos e riscos adotada pela Companhia é baseada na ISO 31000 2018 (norma que fornece diretrizes para gerenciar riscos enfrentados pelas organizações) e no COSO ERM (norma que fornece estrutura de processo de gestão de riscos), e, conforme preconiza a ISO 31000, é deliberado à organização customização do processo de gerenciamento de risco, proporcionando maior efetividade na avaliação e tratamento dos riscos. A Companhia também adota o modelo de 3 linhas de defesa indicado pelo Instituto de Auditores Internos (IIA), com uma estrutura que conta com processo de gestão de riscos a nível operacional, gestão de controles internos, riscos, conformidade e auditoria interna, conforme apresentado abaixo:



Ainda, conforme previsto na Resolução CNSP nº 416/21 (norma que dispõe sobre o Sistema de Controles Internos, a Estrutura de Gestão de Riscos e a atividade de Auditoria Interna), a Estrutura de Gestão de Risco da Companhia deverá ser integrada aos seus Sistemas de Controles Internos, independentemente de como estejam dispostos em sua estrutura organizacional. É previsto na metodologia de Controles Internos e Riscos as atividades operacionais e estratégias inerentes à gestão dos riscos e controles internos, seguindo a orientação das normas vigentes.

Sobre a Auditoria Interna, seu objetivo principal é aferir, de forma independente e objetiva, a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança corporativa, em caráter preventivo e consultivo, contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos da Companhia. A Auditoria Interna também assessora, orienta, acompanha e avalia o gerenciamento de processos operacionais do Conglomerado, com a finalidade de garantir:

- (a) a regularidade da gestão contábil, orçamentária, financeira, patrimonial, operacional e de pessoal da

Companhia;

- (b) informações aos órgãos de governança responsáveis pela administração, planejamento, orçamento e gestão financeira, com o objetivo de aprimorar suas atividades;
- (c) a interpretação de normas, instruções de procedimentos e qualquer outro assunto no âmbito de sua competência ou atribuição; e
- (d) a proposta de alteração nas estruturas, sistemas e métodos das áreas e Unidades de Negócio da Companhia, quando diagnosticadas deficiências ou desvios.

5.2 Descrição dos controles internos

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

Conforme citado anteriormente no item 5.1.c, nossa Companhia se encontra em processo de implementação da estrutura organizacional e sistemas de controles internos voltados para a verificação da efetividade da nossa Política de Gerenciamento de Riscos, tendo como principal esforço a disseminação da importância entre nossos colaboradores. Como medida já implementada e em pleno funcionamento, contamos com a área de *Compliance*, o canal de denúncias às violações ao Código de Ética e a área de Controles Internos e Riscos e Auditoria Interna em seu terceiro ano de atividades.

Além disso, nossos procedimentos de controles internos para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras são processos que envolvem toda a administração visando fornecer garantias sobre as informações contábeis e financeiras, bem como a elaboração delas de acordo com as práticas e princípios contábeis vigentes. Todo o nosso sistema de informação é integrado, com o objetivo principal de garantir que todas as nossas operações sejam registradas. Nossos controles internos foram desenvolvidos para assegurar o adequado reconhecimento dos registros contábeis de receitas, custos e despesas pelo regime contábil de competência, a manutenção dos registros com os detalhes necessários de nossos ativos e o fornecimento de segurança razoável que todas as nossas transações são registradas visando permitir a elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e com as IFRS.

Devido às suas limitações inerentes, os controles internos relacionados às demonstrações financeiras podem não evitar ou detectar erros. Portanto, mesmo os sistemas determinados a serem efetivos podem apenas fornecer conforto razoável a respeito da elaboração e apresentação das demonstrações financeiras. Da mesma forma, projeções de qualquer avaliação sobre sua efetividade para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles possam se tornar inadequados devido a mudanças nas condições, ou ocorrer deterioração no nível de conformidade com as práticas ou procedimentos.

b. as estruturas organizacionais envolvidas

Assim como mencionado no item 5.1.c, nossa Companhia passa por fase de estruturação e implementação da estrutura organizacional e sistemas de controles internos voltados para a verificação da efetividade de nossa Política de Gerenciamento de Riscos. Atualmente a estrutura de Governança da Companhia segue as premissas das 3 linhas de defesa do IIA (Instituto Internacional do Auditoria), com uma estrutura que conta com (i) processo de gestão de riscos a nível operacional, (ii) gestão de controles internos, riscos e conformidade e (iii) auditoria interna como os principais mecanismos de controles internos.

Ademais os valores da Companhia preconizam a ética e a transparência como pilares essenciais da cultura organizacional, elementos observáveis em suas políticas internas, missão e visão, treinamentos periódicos de *Compliance* e Código de Ética próprio.

A estrutura de governança conta com um Comitê de Auditoria com maioria dos seus membros independentes, que são periodicamente informados dos trabalhos de Controles Internos e Riscos, e Auditoria Interna e Externa. Conta ainda com o Comitê de Riscos, *Compliance* e Partes Relacionadas que assessora e supervisiona as áreas de *Compliance* e Controles Internos e Riscos. A Diretoria Executiva também acompanha essas informações em reuniões mensais (PCs), onde todas as áreas da Companhia apresentam o andamento de seus trabalhos regulares, consecução de metas e desenvolvimento de projetos.

Dentre os principais controles internos estabelecidos na Companhia temos: Código de Ética, que tipifica os desvios de conduta não aceitos pela Companhia, Política de Gerenciamento de Riscos, Política de Prevenção a Lavagem de Dinheiro e Corrupção, Política de Negociação com Valores Mobiliários, Política de Indicação dos Membros do Conselho de Administração e Política de Remuneração de Executivos, Canal de Denúncias, Treinamento anual de *Compliance*, monitoramento, validação e bloqueio de operações financeiras por meio de controles sistêmicos que seguem regra pré-estabelecida de alçadas, Avaliação de Riscos periódica, e outros controles automatizados e/ou automáticos que garantem a integridade das informações processadas na Companhia.

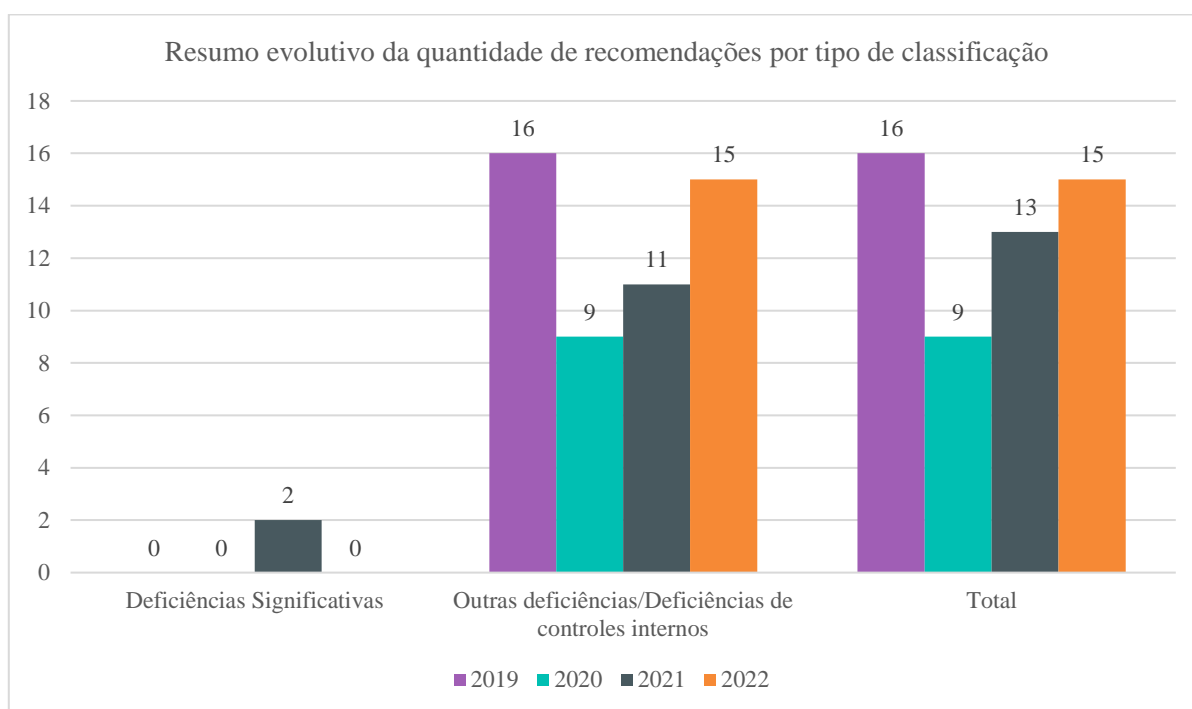
Adicionalmente, a Companhia conta com uma avaliação feita por auditor externo que tem como objetivo identificar e avaliar riscos de distorção relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras. O resultado desta avaliação gera recomendações para o aprimoramento dos controles internos resultantes das constatações feitas no decorrer dos trabalhos da auditoria e são apresentados a administração da Companhia por meio de relatório específico em

conexão com seu parecer relativo ao exame das demonstrações financeiras da Companhia. O relatório de controles internos produzido pelos auditores externos passa por análise e aprovação do Comitê de Auditoria e Conselho de Administração.

Em seu relatório referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o auditor externo classifica suas recomendações em dois tipos:

- Deficiências Significativas de Controle Interno;
- Deficiências de Controle Interno.

Para mais informações sobre as deficiências apontadas pelo auditor externo no relatório referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, vide item 5.2.d deste Formulário de Referência.



c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

O relatório elaborado por auditor externo, contendo a identificação e avaliação de recomendações de melhoria nos nossos controles internos, bem como soluções para seu aprimoramento, é apresentado anualmente para nossa Diretoria Executiva, que, por sua vez, reporta ao Comitê de Auditoria o endereçamento das recomendações de melhoria do ano imediatamente anterior, juntamente com nossas demonstrações financeiras.

Adicionalmente, a área de Auditoria Interna monitora os planos de ação elaborados pelas áreas impactadas tanto pelas recomendações de melhoria apresentadas pela Auditoria Externa, quanto pelas recomendações identificadas pela própria Auditoria Interna no decorrer de seus trabalhos.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Os auditores independentes obtiveram entendimento dos controles internos relevantes da Companhia para a auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre esses controles internos. Como resultado dessa avaliação, para o exercício social encerrado em 31 de

dezembro de 2022 (carta emitida pela auditoria sobre os controles internos em maio de 2023), foram comunicadas à Companhia sugestões de aprimoramento dos controles internos através do relatório circunstanciado emitido nos termos do art. 25, II, da Resolução CVM nº 23/2021, os quais, na avaliação da Administração da Companhia e dos auditores, não se configuram como deficiências significativas ou materiais.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Não aplicável, pois, conforme reportado no item anterior ('d'), as sugestões de aprimoramento identificadas pelos auditores independentes, por meio de relatório circunstanciado relativo às demonstrações financeiras da Companhia e referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, não configuram deficiências significativas.

Adicionalmente, a Companhia já endereçou planos de ação para tratar das demais deficiências de forma tempestiva e em conformidade com o indicado pela auditoria independente, e vem promovendo melhorias em seus processos paulatinamente ao desenvolvimento de uma cultura de gestão de riscos e controles que atenda seu porte e complexidade operacional.

5.3 Programas de integridade

a. se a Companhia possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pela Companhia, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Companhia adota uma série de mecanismos e procedimentos de integridade para prevenir possíveis fraudes ou ilícitos em relação a atividades que envolvam a administração pública ou entidades privadas. As principais regras de nossa Companhia, tais como as de combate à corrupção e fraude, estão previstas em nosso Código de Conduta Ética, aprovado em 19 de março de 2015 e alterado em 05 de agosto de 2020, 13 de dezembro de 2021 e 08 de novembro de 2022 ("CCE"), e em política interna própria, denominada Política de Prevenção e Combate à Fraude e Corrupção, aprovada em 17 de outubro de 2018 e também alterada em 26 de junho de 2019 e em 08 de novembro de 2022 ("Política PCFC") pelo nosso Conselho de Administração.

A Política PCFC dispõe sobre conceitos e esclarecimentos sobre os procedimentos de (i) prevenção e identificação de eventuais ocorrências com indícios de fraude e/ou corrupção, que são incompatíveis com os princípios, objetivos sociais e valores da Companhia; e (ii) combate e denúncia de atos ilícitos. Adicionalmente, a Companhia possui outras políticas internas regendo assuntos correlatos ao combate à fraude e corrupção e reforçando os valores éticos da Wiz, das quais destacam-se as políticas de Contratação de Terceiros/Fornecedores e Doações/Patrocínios. As referidas políticas estão vigentes desde 2017, ano de implementação do nosso Programa de *Compliance*, sendo que a Política de Contratação de Terceiros/Fornecedores foi atualizada em 13 de dezembro de 2021, e a Política de Doações/Patrocínios foi atualizada em 08 de novembro de 2022.

A Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo ("Política PLDFT" e, quando em conjunto com a Política PCFC, "Políticas") visa assegurar a execução diária desse compromisso e evitar prática de lavagem de dinheiro e de financiamento ao terrorismo nas operações da Companhia, atuante como gestora de canais de distribuição de produtos financeiros e de seguros com atuação em todo país. Na Política PLDFT são indicadas todas as diretrizes praticadas pela Companhia a fim de mitigar a ocorrência de eventuais atos criminosos, devendo ser lida e seguida por todos os acionistas, colaboradores, fornecedores, parceiros de negócios e prestadores de serviços efetivos e terceirizados.

As regras previstas tanto no CCE quanto nas políticas afeitas ao tema de integridade e ética são objeto de treinamentos contínuos pela Área de Compliance, os quais são obrigatórios a todos os nossos colaboradores, incluindo, mas não se limitando, aos nossos Diretores e Conselheiros, e reciclados sempre que necessário.

Tanto o CCE quanto as políticas de integridade são aplicáveis aos (i) acionistas controladores da Companhia, diretos ou indiretos; (ii) Diretores, estatutários e executivos; (iii) membros do Conselho de Administração e de quaisquer outros órgãos e comitês com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária ou executiva; e (iv) qualquer pessoa vinculada à Companhia em virtude do cargo, função ou posição que ocupe nesta, ou em suas controladas ou coligadas. Adicionalmente, os valores previstos nos documentos são devidamente compartilhados com terceiros e fornecedores à luz da celebração de quaisquer contratos com a Companhia e o atendimento às regras do CCE é exigido contratualmente.

Nossa Companhia não possui periodicidade pré-determinada para a atualização dos documentos acima mencionados, contudo, a depender da identificação de novos procedimentos e mecanismos que os tornem mais efetivos, caberá à nossa área de *Compliance* realizar as alterações mapeadas.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos da Companhia a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

A nossa área de *Compliance* foi instituída em agosto de 2016 após deliberação do Conselho de Administração, sendo ela responsável pelo monitoramento e aplicação dos mecanismos e procedimentos internos para a promoção de assuntos

relacionados à ética, integridade e governança corporativa. Dentre suas atribuições, ressalta-se a gestão e manutenção do Código de Ética e políticas internas em temas de *compliance*, bem como a divulgação e monitoramento de procedimentos adotados com o intuito de minimizar a exposição aos riscos identificados na matriz de riscos de nossa Companhia. Vale ressaltar que a área de *Compliance* se reporta semestralmente ao nosso Comitê de Auditoria.

Adicionalmente, conforme Fato Relevante divulgado pela Companhia em 26 de novembro de 2020, foi realizada busca e apreensão de documentos e materiais na sede da Wiz, em desdobramento da Operação Descarte, nos autos do processo nº 5005094-02.2020.4.03.6181 ("Operação Canal Seguro"), com vistas a apurar fatos ocorridos no período compreendido entre 2014 e 2016.

A Companhia constatou, da decisão judicial que deferiu a busca e apreensão, que: (i) os fatos em apuração datam do período compreendido entre 2014 e 2016, ou seja, há mais de 5 (cinco) anos; (ii) a Wiz é uma das vítimas dos fatos ainda em apuração, não tendo recebido qualquer benefício decorrente dos fatos sob investigação. Pelo contrário, a Companhia pode ter sofrido prejuízo material, pelo eventual benefício indevido de ex-diretores; e (iii) os principais investigados na Operação Canal Seguro são antigos fornecedores, que já não prestam mais serviços para a Wiz desde 2016.

No mesmo dia da busca e apreensão, a Companhia tomou todas as medidas cabíveis, com base nas melhores práticas de Governança Corporativa, para iniciar e conduzir de forma absolutamente diligente a apuração dos fatos que acabara de tomar conhecimento, bem como para colaborar com as autoridades.

Foi criado, pelo Conselho de Administração da Companhia, um Comitê Especial de Investigação ("Comitê Especial"), sob a coordenação do profissional independente Dr. Otávio Yazbek, ex-membro da Diretoria da Comissão de Valores Mobiliários, com os recursos necessários para a apuração dos fatos relativos aos processos acima mencionados.

Para apoiar o Comitê Especial, foi contratado o escritório de advocacia Cescon, Barriau, Flesch & Barreto Advogados, com equipe especializada em *compliance* e investigações corporativas, que contou, ainda, com a assessoria de uma empresa de auditoria forense.

Os relatórios, conclusões e recomendações do Comitê Especial foram reportados diretamente ao Conselho de Administração da Companhia em reunião do Conselho de Administração realizada no dia 19 de agosto de 2021, e à Companhia foi recomendado o (i) aprimoramento de suas políticas e melhoria nos procedimentos de controle; e (ii) monitoramento, em caráter permanente, do andamento das medidas implementadas, conforme aprovado pelo Conselho de Administração, que, com isso, declarou encerrados os trabalhos do Comitê Especial. Como parte do plano de ação: (i) a Política de Gerenciamento de Riscos foi reformulada e aprovada pelo Conselho de Administração, em 13 de dezembro de 2021; e (ii) foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 16 de março de 2022 a Política de Negociação com Valores Mobiliários, Política de Indicação dos Membros do Conselho de Administração e Política de Remuneração de Executivos. Além disso, foram aprovadas pela Assembleia Geral, em 15 de março de 2022, as seguintes modificações nos Comitês Estatutários da Companhia: (i) reestruturação do Comitê de Gente e Remuneração, que passou a ser o Comitê de Pessoas, Governança, Remuneração e Sustentabilidade (ASG); (ii) criação do Comitê de Riscos, Compliance e Partes Relacionadas; criação do Comitê de Investimentos, Estrutura de Capital e Dividendos; (iii) Extinção do Comitê de Partes Relacionadas, cujos temas foram transferidos para o Comitê Riscos, Compliance e Partes Relacionadas; e (iv) manutenção do Comitê de Auditoria.

iii. se a Companhia possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**
- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**
- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso a Companhia divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A Companhia possui Código de Ética formalmente aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em agosto de 2016, pontualmente alterado em 17 de outubro de 2018, em 26 de junho de 2019 e em 05 de agosto de 2020. O documento está disponível para consulta na CVM e em nosso site de ri (<https://ri.wiz.co/>) e se aplica ao Conselho de

Administração, Diretoria, membros do Conselho Fiscal (caso instalado) e demais diretores, empregados, contratados, corretores parceiros e por qualquer pessoa que aja em nome de nossa Companhia e de nossas sociedades controladas.

Durante o ano de 2020, nossos colaboradores foram submetidos a treinamentos, presenciais ou à distância, sobre as regras e procedimentos presentes no Código de Conduta Ética. O treinamento de novos colaboradores acontece logo nas primeiras semanas após a contratação.

Violações das regras previstas no CCE, nas Políticas ou em quaisquer outras políticas internas são passíveis de medidas disciplinares, que podem variar desde a aplicação de advertência até uma possível demissão por justa causa, além de comunicação aos órgãos de repressão competente, quando aplicável. Na data deste Formulário, nossa Companhia não possuía documento formal com as sanções aplicáveis para cada infração.

Adicionalmente, em 26 de novembro de 2020, o Conselho de Administração de nossa Companhia criou o Comitê especial para conduzir a análise detalhada sobre as denúncias constantes do processo que originou a realização de busca e apreensão em nossa sede. Foi indicado membro externo à Companhia como coordenador do Comitê Especial e a administração da nossa Companhia envidou seus melhores esforços para instrumentalizar e munir o Comitê Especial de todos os recursos técnicos, humanos e financeiros necessários aos trabalhos, incluindo contratação de escritório de advocacia com equipe especializada em *compliance* e investigações corporativas e de empresa de auditoria forense. O Comitê Especial encerrou os trabalhos no dia 19 de agosto de 2021, conforme relatado no item acima.

b. se a Companhia possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

i. se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

ii. se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

iii. se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé

iv. órgão da Companhia responsável pela apuração de denúncias

A Companhia possui canal específico para o recebimento de eventuais denúncias envolvendo o descumprimento das regras previstas no Código de Conduta Ética, na Política PCFC e políticas internas, podendo os relatos serem feitos por quaisquer colaboradores ou terceiros. Este canal é administrado por empresa terceirizada e especializada na prestação deste tipo de serviço. As denúncias podem ser realizadas por qualquer pessoa por meio de contato telefônico (0800 377 8012) ou pelo *website* <https://canalconfidencial.com.br/grupowiz/>, a qualquer horário do dia e em qualquer dia da semana. As denúncias podem ser realizadas de forma anônima, se assim desejado pelo denunciante. De toda forma, mesmo para os denunciante identificados, é assegurada a proteção e a não retaliação ao denunciante de boa-fé. Todas as denúncias recebidas são encaminhadas para conhecimento, apuração e conclusão da área de *Compliance* da Companhia.

c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Nos últimos três (3) exercícios sociais, a Companhia não detectou casos confirmados de desvios, fraudes, irregularidades e/ou atos ilícitos praticados contra a administração pública.

d. caso a Companhia não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais a Companhia não adotou controles nesse sentido

Não se aplica.

5.4 Alterações significativas

A Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia foi reformulada e aprovada pelo Conselho de Administração em 13 de dezembro de 2021, conforme indicado no item 5.1 deste Formulário. Os principais riscos aos quais a Companhia está exposta tiveram seu ordenamento de relevância alterado. Para mais detalhes consultar o item 5.1 deste Formulário de Referência.

5.5 Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes que não tenham sido divulgadas nesta seção 5.

6. CONTROLE E GRUPO ECONÔMICO

6.1/6.2 Posição Acionária

Dados do Acionista					
Nome da Companhia/Sociedade:		Wiz Co Participações e Corretagem de Seguros S.A.			
Nome do Acionista	Integra Participações S.A.			Tipo de Pessoa	Pessoa Jurídica
CPF ou CNPJ	17.429.901/0001-04	Nacionalidade	Brasil	UF	DF
Participa de Acordo de Acionistas	Sim	Acionista Controlador	Sim	Última Alteração	19/04/2022
Acionista Residente no Exterior	Não				
Representante Legal ou Mandatário	N/A				
Tipo de Pessoa	Escolher um item.	CPF ou CNPJ	N/A		
Detalhamento de Ações					
Ações ordinárias (UN)	44.575.893	Ações preferenciais (UN)	0	Total (UN)	44.575.893
Ações ordinárias (%)	27,876%	Ações preferenciais (%)	0,000%	Total (%)	27,876%
Nome do Acionista	CNP Seguros Holding Brasil S.A			Tipo de Pessoa	Pessoa Jurídica
CPF ou CNPJ	14.045.781/0001-45	Nacionalidade	Brasil	UF	DF
Participa de Acordo de Acionistas	Sim	Acionista Controlador	Sim	Última Alteração	23/12/2020
Acionista Residente no Exterior	Não				
Representante Legal ou Mandatário	N/A				
Tipo de Pessoa	Escolher um item.	CPF ou CNPJ	N/A		
Detalhamento de Ações					
Ações ordinárias (UN)	39.976.820	Ações preferenciais (UN)	0	Total (UN)	39.976.820
Ações ordinárias (%)	25,000%	Ações preferenciais (%)	0,000%	Total (%)	25,000%
OUTROS					
Ações ordinárias (UN)	75.354.443	Ações preferenciais (UN)	0	Total (UN)	75.354.443
Ações ordinárias (%)	47,124%	Ações preferenciais (%)	0,000%	Total (%)	47,124%
AÇÕES EM TESOURARIA					
Data da Última Alteração: 09/10/2020					
Ações ordinárias (UN)	126	Ações preferenciais (UN)	0	Total (UN)	126
Ações ordinárias (%)	0,000%	Ações preferenciais (%)	0,000%	Total (%)	0,000%
TOTAL					
Ações ordinárias (UN)	159.907.282	Ações preferenciais (UN)	0	Total (UN)	159.907.282
Ações ordinárias (%)	100,000%	Ações preferenciais (%)	0,000%	Total (%)	100,000%

Dados do Acionista					
Nome da Companhia/Sociedade:		Integra Participações S.A.			
Nome do Acionista	FENAE – Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal	Tipo de Pessoa		Pessoa Jurídica	
CPF ou CNPJ	34.267.237/0001-55	Nacionalidade	Brasil	UF	DF
Participa de Acordo de Acionistas	Sim	Acionista Controlador	Sim	Última Alteração	31/12/2019
Acionista Residente no Exterior		Não			
Representante Legal ou Mandatário		N/A			
Tipo de Pessoa	Escolher um item.	CPF ou CNPJ	N/A		
Detalhamento de Ações					
Ações ordinárias (UN)	192.575	Ações preferenciais (UN)	0	Total (UN)	192.575
Ações ordinárias (%)	65,778%	Ações preferenciais (%)	0,000%	Total (%)	65,778%
OUTROS					
Ações ordinárias (UN)	100.191	Ações preferenciais (UN)	0	Total (UN)	100.191
Ações ordinárias (%)	34,222%	Ações preferenciais (%)	0,000%	Total (%)	34,222%
TOTAL					
Ações ordinárias (UN)	292.766	Ações preferenciais (UN)	0	Total (UN)	292.766
Ações ordinárias (%)	100,000%	Ações preferenciais (%)	0,000%	Total (%)	100,000%

Dados do Acionista					
Nome da Companhia/Sociedade:		CNP Seguros Holding Brasil S.A.			
Nome do Acionista	CNP Assurances S.A.	Tipo de Pessoa		Pessoa Jurídica	
CPF ou CNPJ	05.714.603/0001-79	Nacionalidade	França	UF	N/A
Participa de Acordo de Acionistas	Sim	Acionista Controlador	Sim	Última Alteração	31/12/2019
Acionista Residente no Exterior		Sim			
Representante Legal ou Mandatário		Maximiliano Alejandro Villanueva			
Tipo de Pessoa	Pessoa Física	CPF ou CNPJ	234.482.558-40		
Detalhamento de Ações					
Ações ordinárias (UN)	2.398.886	Ações preferenciais (UN)	0	Total (UN)	2.398.886
Ações ordinárias (%)	50,750%	Ações preferenciais (%)	0,000%	Total (%)	50,750%
Nome do Acionista	Caixa Seguridade Participações S.A.	Tipo de Pessoa		Pessoa Jurídica	
CPF ou CNPJ	22.543.331/0001-00	Nacionalidade	Brasil	UF	DF
Participa de Acordo de Acionistas	Sim	Acionista Controlador	Não	Última Alteração	23/12/2020
Acionista Residente no Exterior		Não			

Representante Legal ou Mandatário					
Tipo de Pessoa		Escolher um item.	CPF ou CNPJ		
Detalhamento de Ações					
Ações ordinárias (UN)	2.280.713	Ações preferenciais (UN)	0	Total (UN)	2.280.713
Ações ordinárias (%)	48,250%	Ações preferenciais (%)	0,000%	Total (%)	48,250%
OUTROS					
Ações ordinárias (UN)	47.269	Ações preferenciais (UN)	0	Total (UN)	47.269
Ações ordinárias (%)	1,000%	Ações preferenciais (%)	0,000%	Total (%)	1,000%
AÇÕES EM TESOURARIA					
Ações ordinárias (UN)	0	Ações preferenciais (UN)	0	Total (UN)	0
Ações ordinárias (%)	0,000%	Ações preferenciais (%)	0,000%	Total (%)	0,000%
TOTAL					
Ações ordinárias (UN)	4.726.868	Ações preferenciais (UN)	0	Total (UN)	4.726.868
Ações ordinárias (%)	100,000%	Ações preferenciais (%)	0,000%	Total (%)	100,000%

Dados do Acionista					
Nome da Companhia/Sociedade:		CNP Assurances S.A.			
Nome do Acionista	CNP Assurances Holding			Tipo de Pessoa	Pessoa Jurídica
CPF ou CNPJ	-	Nacionalidade	França	UF	N/A
Participa de Acordo de Acionistas	Não	Acionista Controlador	Sim	Última Alteração	17/12/2021
Acionista Residente no Exterior	Sim				
Representante Legal ou Mandatário	Não há representante legal no Brasil na data deste Formulário de Referência				
Tipo de Pessoa		Escolher um item.	CPF ou CNPJ	N/A	
Detalhamento de Ações					
Ações ordinárias (UN)	686.618.477	Ações preferenciais (UN)	0	Total (UN)	686.618.477
Ações ordinárias (%)	100,000%	Ações preferenciais (%)	0,000%	Total (%)	100,000%
OUTROS					
Ações ordinárias (UN)	0	Ações preferenciais (UN)	0	Total (UN)	0
Ações ordinárias (%)	0,000%	Ações preferenciais (%)	0,000%	Total (%)	0,000%
TOTAL					
Ações ordinárias (UN)	686.618.477	Ações preferenciais (UN)	0	Total (UN)	686.618.477
Ações ordinárias (%)	100,000%	Ações preferenciais (%)	0,000%	Total (%)	100,000%

Dados do Acionista					
Nome da Companhia/Sociedade:		CNP Assurances Holding			
Nome do Acionista	La Banque Postale S.A.			Tipo de Pessoa	Pessoa Jurídica

CPF ou CNPJ	-	Nacionalidade	França	UF	N/A
Participa de Acordo de Acionistas	Não	Acionista Controlador	Sim	Última Alteração	17/12/2021
Acionista Residente no Exterior		Sim			
Representante Legal ou Mandatário		Não há representante legal no Brasil na data deste Formulário de Referência			
Tipo de Pessoa	Escolher um item.	CPF ou CNPJ	N/A		
Detalhamento de Ações					
Ações ordinárias (UN)	686.618.477	Ações preferenciais (UN)	0	Total (UN)	686.618.477
Ações ordinárias (%)	100,000%	Ações preferenciais (%)	0,000%	Total (%)	100,000%
OUTROS					
Ações ordinárias (UN)	0	Ações preferenciais (UN)	0	Total (UN)	0
Ações ordinárias (%)	0,000%	Ações preferenciais (%)	0,000%	Total (%)	0,000%
TOTAL					
Ações ordinárias (UN)	686.618.477	Ações preferenciais (UN)	0	Total (UN)	686.618.477
Ações ordinárias (%)	100,000%	Ações preferenciais (%)	0,000%	Total (%)	100,000%

Dados do Acionista					
Nome da Companhia/Sociedade:		La Banque Postale S.A.			
Nome do Acionista	La Poste S.A.l			Tipo de Pessoa	Pessoa Jurídica
CPF ou CNPJ	-	Nacionalidade	França	UF	N/A
Participa de Acordo de Acionistas	Não	Acionista Controlador	Sim	Última Alteração	04/03/2020
Acionista Residente no Exterior		Sim			
Representante Legal ou Mandatário		Não há representante legal no Brasil na data deste Formulário de Referência			
Tipo de Pessoa	Escolher um item.	CPF ou CNPJ	N/A		
Detalhamento de Ações					
Ações ordinárias (UN)	80.309.149	Ações preferenciais (UN)	0	Total (UN)	80.309.149
Ações ordinárias (%)	100,000%	Ações preferenciais (%)	0,000%	Total (%)	100,000%
TOTAL					
Ações ordinárias (UN)	80.309.149	Ações preferenciais (UN)	0	Total (UN)	80.309.149
Ações ordinárias (%)	100,000%	Ações preferenciais (%)	0,000%	Total (%)	100,000%

Dados do Acionista					
Nome da Companhia/Sociedade:		La Poste S.A.l			
Nome do Acionista	Caisse des Dépôts			Tipo de Pessoa	Pessoa Jurídica
CPF ou CNPJ	-	Nacionalidade	França	UF	N/A

Participa de Acordo de Acionistas	Não	Acionista Controlador	Sim	Última Alteração	04/03/2020
Acionista Residente no Exterior		Sim			
Representante Legal ou Mandatário		Não há representante legal no Brasil na data deste Formulário de Referência			
Tipo de Pessoa	Escolher um item.	CPF ou CNPJ	N/A		
Detalhamento de Ações					
Ações ordinárias (UN)	1.770.400.950	Ações preferenciais (UN)	0	Total (UN)	1.770.400.950
Ações ordinárias (%)	66,000%	Ações preferenciais (%)	0,000%	Total (%)	66,000%
Nome do Acionista					
Governo Francês		Tipo de Pessoa		Pessoa Jurídica	
CPF ou CNPJ	-	Nacionalidade	França	UF	N/A
Participa de Acordo de Acionistas	Não	Acionista Controlador	Sim	Última Alteração	04/03/2020
Acionista Residente no Exterior		Sim			
Representante Legal ou Mandatário		Não há representante legal no Brasil na data deste Formulário de Referência			
Tipo de Pessoa	Escolher um item.	CPF ou CNPJ	N/A		
Detalhamento de Ações					
Ações ordinárias (UN)	912.024.732	Ações preferenciais (UN)	0	Total (UN)	912.024.732
Ações ordinárias (%)	34,000%	Ações preferenciais (%)	0,000%	Total (%)	34,000%
TOTAL					
Ações ordinárias (UN)	2.682.425.682	Ações preferenciais (UN)	0	Total (UN)	2.682.425.682
Ações ordinárias (%)	100,000%	Ações preferenciais (%)	0,000%	Total (%)	100,000%

Dados do Acionista					
Nome da Companhia/Sociedade:		Federação Nacional das Associações de Pessoal da Caixa Econômica Federal – FENAE			
OUTROS					
Ações ordinárias (UN)	27	Ações preferenciais (UN)	0	Total (UN)	27
Ações ordinárias (%)	100,000%	Ações preferenciais (%)	0,000%	Total (%)	100,000%
TOTAL					
Ações ordinárias (UN)	27	Ações preferenciais (UN)	0	Total (UN)	27
Ações ordinárias (%)	100,000%	Ações preferenciais (%)	0,000%	Total (%)	100,000%

6.3 Distribuição de Capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	28/04/2023
Quantidade acionistas pessoas naturais (Unidades)	83.284
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	392
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	72

Ações em Circulação

Ações em circulação corresponde a todas as ações da Companhia com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores da Companhia e das ações mantidas em tesouraria.

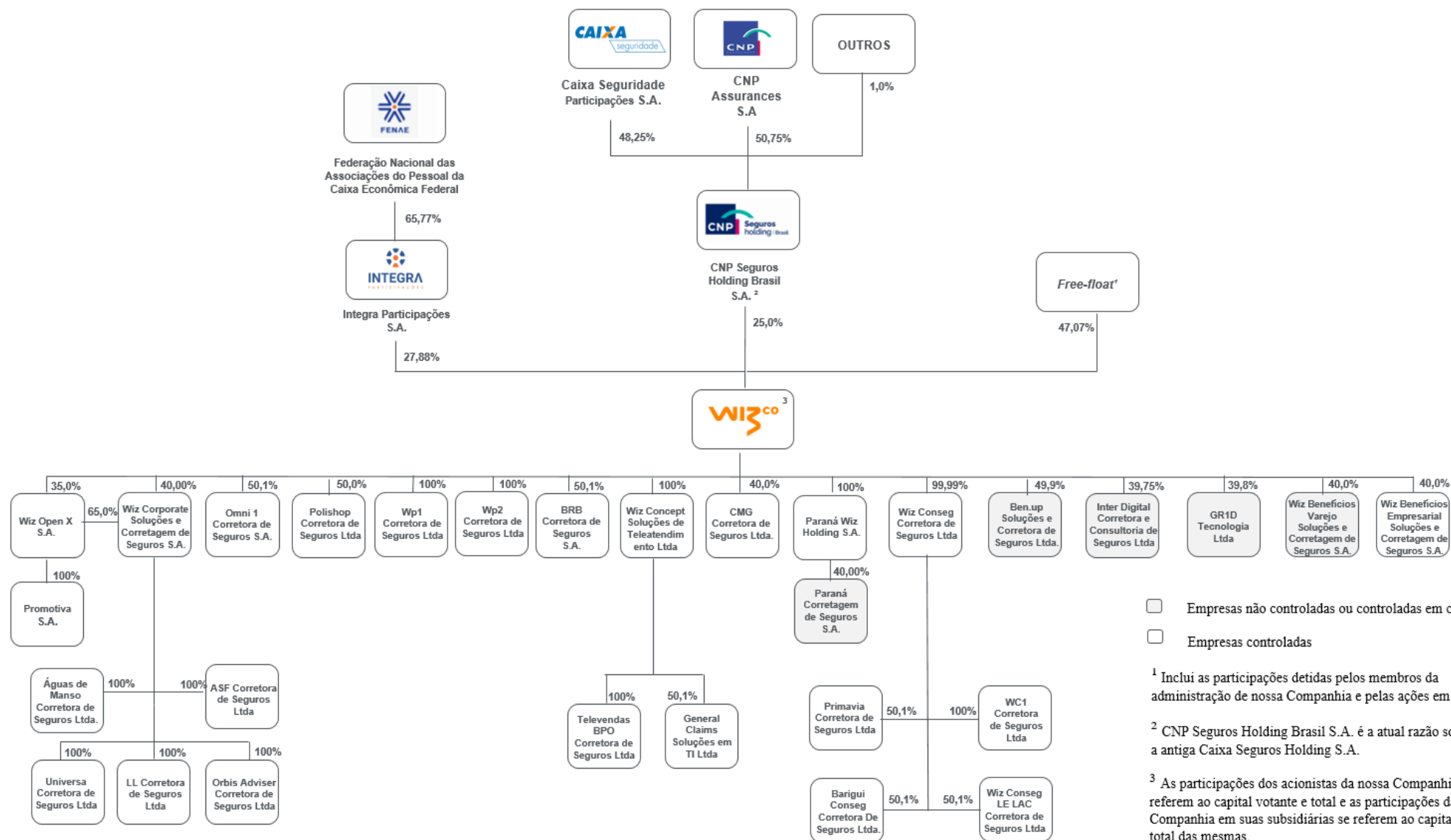
	Unidades	%
Quantidade ordinárias	75.273.443	47,073%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	75.273.443	47,073%

6.4 Participação em Sociedades

Denominação Social	Águas de Manso Corretora de Seguros Ltda.		
CNPJ	07.769.563/0001-98	Participação (%)	40%
Denominação Social	ASF Corretora de Seguros Ltda.		
CNPJ	14.438.425/0001-91	Participação (%)	40%
Denominação Social	Barigui Conseg Corretora De Seguros Ltda.		
CNPJ	49.256.004/0001-24	Participação (%)	50,09%
Denominação Social	Ben.up Soluções e Corretora de Seguros Ltda.		
CNPJ	44.771.490/0001-03	Participação (%)	49,9%
Denominação Social	BRB Corretora de Seguros S.A.		
CNPJ	44.705.886/0001-44	Participação (%)	50,10%
Denominação Social	CMG Corretora de Seguros Ltda.		
CNPJ	22.456.213/0001-65	Participação (%)	40%
Denominação Social	General Claims Soluções em TI Ltda.		
CNPJ	23.487.415/0001-37	Participação (%)	50,1%
Denominação Social	GR1D Tecnologia S.A.		
CNPJ	32.257.142/0001-25	Participação (%)	39,80%
Denominação Social	Inter Digital Corretora e Consultoria em Seguros Ltda.		
CNPJ	00.136.889/0001-39	Participação (%)	39,75%
Denominação Social	LL Corretora de Seguros Ltda		
CNPJ	24.754.890/0001-95	Participação (%)	40%
Denominação Social	Omni 1 Corretora de Seguros S.A.		
CNPJ	48.549.858/0001-36	Participação (%)	50,1%
Denominação Social	Orbis Adviser Corretora de Seguros Ltda.		
CNPJ	13.808.930/0001-18	Participação (%)	40%
Denominação Social	Paraná Corretagem de Seguros S.A.		
CNPJ	48.186.655/0001-22	Participação (%)	40%
Denominação Social	Paraná Wiz Holding S.A.		
CNPJ	48.120.611/0001-08	Participação (%)	100%
Denominação Social	Polishop Corretora de Seguros Ltda.		
CNPJ	47.426.096/0001-18	Participação (%)	50%
Denominação Social	Primavia Corretora de Seguros Ltda.		
CNPJ	45.388.611/0001-97	Participação (%)	50,09%
Denominação Social	Promotiva S.A.		
CNPJ	12.009.683/0001-27	Participação (%)	61,00%
Denominação Social	Televentas BPO Corretora de Segutos Ltda.		
CNPJ	44.781.527/0001-76	Participação (%)	100%
Denominação Social	Universa Corretora de Seguros Ltda.		
CNPJ	16.642.632/0001-99	Participação (%)	40%

Denominação Social	WC1 Corretora de Seguros Ltda.		
CNPJ	40.754.256/0001-09	Participação (%)	99,995%
Denominação Social	Wiz Benefícios Empresarial Soluções e Corretagem de Seguros S.A.		
CNPJ	11.936.221/0001-92	Participação (%)	40%
Denominação Social	Wiz Benefícios Varejo Soluções e Corretagem de Seguros S.A.		
CNPJ	46.597.249/0001-27	Participação (%)	40,0%
Denominação Social	Wiz Concept Soluções de Teleatendimento Ltda.		
CNPJ	31.081.948/0001-42	Participação (%)	100%
Denominação Social	Wiz Conseg Corretora de Seguros Ltda.		
CNPJ	01.220.213/0001-91	Participação (%)	99,995%
Denominação Social	Wiz Conseg LE LAC Corretora de Seguros Ltda.		
CNPJ	77.158.475/0001-35	Participação (%)	50,09%
Denominação Social	Wiz Corporate Soluções e Corretagem de Seguros S.A.		
CNPJ	12.656.482/0001-11	Participação (%)	40%
Denominação Social	Wiz Open X S.A.		
CNPJ	44.384.563/0001-04	Participação (%)	61,00%
Denominação Social	Wp1 Corretora de Seguros Ltda.		
CNPJ	40.631.777/0001-79	Participação (%)	100%
Denominação Social	Wp2 Corretora de Seguros Ltda.		
CNPJ	40.631.755/0001-09	Participação (%)	100%

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico



6.6 Outras informações relevantes

Conforme item 10.2.6(b) do Ofício-Circular/Anual-2023-CVM/SEP, participações relevantes detidas em conjunto por diferentes fundos de investimentos ou carteiras sob uma mesma gestão discricionária, devem ser identificadas por meio da indicação do nome do gestor.

7. ASSEMBLEIA GERAL E ADMINISTRAÇÃO

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

a. principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso a Companhia a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado

A Companhia, desde o início do exercício social de 2022, adota a Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração ("Política de Indicação") de observância obrigatória pelos órgãos deliberativos e de assessoramento da Companhia, e desejável por parte das indicações dos acionistas que, de forma independente, sejam submetidas à Assembleia Geral. A Política de Indicação foi aprovada em reunião do Conselho de Administração da Companhia, ocorrida em 16 de março de 2022. Os casos omissos da Política de Indicação também serão resolvidos por nosso Conselho de Administração. A íntegra da nossa Política de Indicação pode ser acessada no nosso website de relações com investidores (<https://ri.wiz.co/>) e no website da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), na categoria "Política de Indicação".

Processo de Indicação/Seleção de membros do Conselho de Administração, de acordo com nossa Política de Indicação:

A indicação de membros do Conselho de Administração da Companhia deverá obedecer aos seguintes critérios, além dos requisitos legais, regulamentares, e daqueles expressos no Estatuto Social da Companhia: (i) não ocupar cargo de diretoria da Companhia e de nenhuma de suas subsidiárias; (ii) não ter exercido mandato eletivo no Poder Executivo ou Legislativo durante os últimos 3 (três) anos; (iii) não ocupar cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia, em especial em conselhos consultivos, de administração ou fiscal, salvo quando ocorrer dispensa pela Assembleia Geral; (iv) alinhamento e comprometimento com os valores e à cultura da Companhia e seu Código de Conduta Ética; (v) reputação ilibada; (vi) formação acadêmica compatível com as atribuições dos membros do Conselho de Administração, conforme descritas no Estatuto Social da Companhia; (vii) visão estratégica; (viii) estar isento de conflito de interesse com a Companhia; (ix) disponibilidade de tempo para dedicar-se adequadamente à função e responsabilidade assumida, que vai além da presença nas reuniões do Conselho e da leitura prévia da documentação; (x) possuir experiência profissional por participação em conselhos de administração ou fiscal, executivo ou gestor de outras empresas/companhias; e (xi) possuir conhecimento da legislação vigente aplicável à Companhia.

Além do disposto acima, o candidato ao Conselho de Administração deverá declarar: (i) não estar impedido por lei especial, nem condenado por crime falimentar, de sonegação fiscal, de prevaricação, de corrupção ativa ou passiva, de concussão, de peculato, contra a economia popular, a fé pública, a propriedade ou o Sistema Financeiro Nacional, ou condenado a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) não estar declarado inabilitado ou suspenso para o exercício de cargos de conselheiro fiscal, de conselheiro de administração, de diretor ou de sócio administrador de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários, ou em entidades de previdência complementar, sociedades seguradoras, sociedades de capitalização ou companhias abertas; (iii) não responder pessoalmente, nem em qualquer empresa da qual seja controlador ou administrador, por protesto de títulos, cobranças judiciais, emissão de cheques sem fundos, inadimplemento de obrigações e outras ocorrências ou circunstâncias análogas, salvo motivo justificado; (iv) não estar declarado falido ou insolvente; (v) estar incursos em qualquer hipótese de incompatibilidade ou proibição, nos termos das disposições legais de caráter geral ou setorial; (vi) estar apto a firmar termo de posse no cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia, nos termos exigidos pela Comissão de Valores Mobiliários, à época da posse.

A indicação dos membros para composição do Conselho de Administração poderá ser feita pela Administração ou por qualquer acionista da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

O processo de indicação de membros ao Conselho de Administração deve ser baseado em uma análise prévia das habilidades dos membros que compõem o Conselho de Administração, visando verificar a eficiência do colegiado e a complementariedade de funções, bem como apontar eventuais *gaps* em sua composição, de forma a assegurar sua composição adequada.

O acionista que desejar indicar candidatos para o Conselho de Administração poderá notificar a Companhia, por escrito, informando o nome completo e a qualificação dos candidatos, em até 30 (trinta) dias antes da realização da Assembleia Geral que elegerá o novo Conselho de Administração da Companhia.

Nos termos do artigo 3º do Anexo K da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM 80”), o acionista que submeter a indicação de membro do Conselho de Administração deverá apresentar, no mesmo ato: (i) cópia do instrumento de declaração de desimpedimento, nos termos da Resolução CVM 80, ou declarar que obteve do indicado a informação de que está em condições de firmar tal instrumento, indicando as eventuais ressalvas; (ii) currículo do candidato indicado, contendo, no mínimo, sua qualificação, experiência profissional, escolaridade, principal atividade profissional que exerce no momento e o atendimento aos requisitos dos itens 4.6 e 4.7 da Política de Indicação; e (iii) as informações indicadas nos itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência, conforme disposto na Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

Em relação às indicações realizadas nos termos do Acordo de Acionistas da Companhia, o acionista que tem direito a indicar candidatos ao Conselho de Administração comunicará a Secretaria de Governança Corporativa, por escrito, informando o nome completo e a qualificação dos candidatos. Ao indicar o membro para integrar o Conselho de Administração, o acionista deverá apresentar declaração atestando que foram devidamente observados na indicação todos os critérios legais e os previstos na Política de Indicação. Adicionalmente, o acionista deverá apresentar formulário específico (“Formulário”) a ser disponibilizado pela Secretaria de Governança Corporativa, o qual consolidará as informações do profissional e acerca do atendimento aos critérios previstos na Política de Indicação para exercício do cargo. O referido Formulário deverá ser preenchido e assinado pelo indicado e encaminhado à Secretaria de Governança Corporativa, acompanhado dos respectivos documentos comprobatórios mencionados no Formulário.

O Conselho de Administração, após a recomendação do Comitê de Pessoas, Governança, Remuneração e Sustentabilidade (ASG) (antigo Comitê de Gente e Remuneração da Companhia), incluirá na proposta da administração referente à Assembleia Geral para eleição de conselheiros uma manifestação indicando a aderência de cada candidato ao cargo de membro do Conselho de Administração à Política de Indicação.

A indicação de Conselheiros Independentes, por sua vez, poderá ser realizada pela Administração, pelos acionistas controladores ou por acionistas minoritários.

O Conselho de Administração, após a recomendação do Comitê de Pessoas, Governança, Remuneração e Sustentabilidade (ASG) da Companhia, incluirá na proposta da administração referente à Assembleia Geral para eleição de Conselheiros Independentes uma manifestação indicando: (a) a aderência de cada candidato ao cargo de membro do Conselho de Administração à Política de Indicação; e (b) as razões, à luz do disposto na Política de Negociação, nas situações previstas no artigo 16 do Regulamento do Novo Mercado e na declaração mencionada no artigo 17 do Regulamento do Novo Mercado, pelas quais se verifica o enquadramento de cada candidato como Conselheiro Independente.

A caracterização do indicado ao Conselho de Administração como Conselheiro Independente será deliberada pela Assembleia Geral, que poderá basear sua decisão: (a) na declaração, encaminhada pelo indicado a Conselheiro Independente ao Conselho de Administração, atestando seu enquadramento em relação aos critérios de independência estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado, contemplando a respectiva justificativa, se verificada alguma das situações previstas no §2º do artigo 16 do Regulamento do Novo Mercado; e (b) na manifestação do Conselho de Administração da Companhia, inserida na proposta da administração referida acima.

Na hipótese de indicação por acionistas minoritários, o Conselho de Administração, após a recomendação do Comitê de Pessoas, Governança, Remuneração e Sustentabilidade (ASG) (antigo Comitê de Gente e Remuneração), encaminhará sua manifestação, nos termos referidos acima, para a inserção no aviso de acionistas que contiver as informações do indicado, no prazo máximo de 48 horas, após a entrega do documento pelo acionista minoritário formalizando a indicação, sempre respeitando os prazos previstos na legislação aplicável.

O procedimento previsto para eleição de membro independente não se aplica às indicações de candidatos que: (a) não atendam ao prazo de antecedência para inclusão de candidatos no boletim de voto a distância; e (b) mediante votação em separado, nos termos do artigo 16, §3º, do Regulamento do Novo Mercado.

São considerados, para computo das vagas destinadas a membros independentes, todos os membros que assim se enquadrem nos termos do artigo 16 do Novo Regulamento do Novo Mercado.

O processo de indicação de Membros ao Conselho de Administração será integralmente auxiliado pelo Comitê de Pessoas, Governança, Remuneração e Sustentabilidade (ASG) (antigo Comitê de Gente e Remuneração), devendo, tal Comitê, verificar a conformidade do processo de indicação dos membros do Conselho de Administração. Os indicados ao cargo de membro do Conselho de Administração serão avaliados pelo Comitê de Pessoas, Governança, Remuneração e

Sustentabilidade - ASG, que emitirá recomendação, não vinculante, ao Conselho de Administração. O Comitê de Pessoas, Governança, Remuneração e Sustentabilidade (ASG) poderá, a seu critério, contar com a colaboração de assessores externos para avaliar se os candidatos a cargos de membro do Conselho de Administração reúnem as condições necessárias e que não estão incurso em nenhum dos impedimentos indicados.

A reeleição dos membros ao Conselho de Administração deverá levar em consideração: (i) sua assiduidade nas reuniões durante seu último mandato, sendo recomendável a reeleição do indicado que tenha comparecido a, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das reuniões em seu último mandato; (ii) o bom desempenho de sua função durante o seu último mandato; (iii) o número máximo de 10 (dez) reconduções consecutivas; e (iv) avaliação do benefício de sua substituição e renovação do quadro de membros do Conselho de Administração, quando comparada a sua permanência e reeleição.

b. se há mecanismos de avaliação de desempenho

Compete ao Conselho de Administração da Companhia, nos termos de seu Regimento Interno aprovado em 16 de março de 2022, realizar, anualmente, a avaliação de seu desempenho enquanto órgão colegiado, assim como do desempenho dos Comitês de assessoramento da Wiz.

O Presidente do Conselho de Administração da Companhia é o responsável por: (i) assegurar a eficácia do sistema de acompanhamento e avaliação, por parte do Conselho de Administração, do desempenho da Companhia e do próprio Conselho, da Diretoria e, individualmente, dos membros de cada um desses órgãos; (ii) coordenar o processo de avaliação anual, podendo, para tanto, contar com o auxílio de consultoria externa, e por divulgar seu respectivo resultado; e (iii) fornecer, ao Diretor Presidente e ao Diretor de Relações com Investidores, informações sobre o processo de avaliação do Conselho de Administração e dos Comitês de assessoramento, incluindo a sua abrangência, os procedimentos utilizados para realização da avaliação (inclusive, a eventual participação de outros órgãos da Companhia e de consultoria externa, quando for o caso) e a metodologia adotada, de forma a permitir que tais informações sejam divulgadas, oportunamente, no formulário de referência da Companhia.

Ainda, nos termos do Regimento Interno do Comitê de Pessoas, Governança, Remuneração e Sustentabilidade (ASG) aprovado em 16 de março de 2022, compete-lhe: (i) validar, anualmente, as metas para a avaliação de desempenho do Diretor-Presidente da Companhia; e (ii) assessorar o Presidente do Conselho de Administração no processo de avaliação do Conselho de Administração, de seus membros, e do Diretor Presidente.

O desempenho da Diretoria permanece sendo avaliado de acordo com metas globais da Companhia, aprovadas pelo Conselho de Administração, sendo as referidas metas balizadas pela evolução de determinados indicadores da Companhia (mais especificamente: EBITDA, receita bruta e projetos estratégicos). O acompanhamento das metas anuais é realizado mensalmente, e a apuração final dos resultados é feita no ano subsequente ao exercício de referência.

c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Os Conselheiros presentes às Reuniões do Conselho de Administração deverão identificar, espontaneamente, eventuais conflitos de interesses, próprios ou de qualquer de seus pares, na deliberação acerca de determinada matéria. Nos casos em que se verifique uma situação de conflito de interesses, o Conselheiro conflitado deverá registrar sua abstenção de voto e/ou o presidente do Conselho de Administração não deverá registrar o voto proferido em situação de conflito de interesses.

Não adotamos política ou procedimento específico para identificação e administração de conflitos de interesses por entendermos que os mecanismos oferecidos pela Lei das Sociedades por Ações são suficientes e eficientes para tal fim.

d. por órgão:

i. número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de gênero

	Diretoria	Conselho de Administração - Efetivos	Conselho de Administração - Suplentes	Conselho Fiscal - Efetivos	Conselho Fiscal - Suplentes	Total
Feminino	-	1	2	-	-	3
Masculino	2	8	4	-	-	14
Não-Binário	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
Prefere não responder	-	-	1	-	-	1
Não se aplica	-	-	-	-	-	-

ii. número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de cor ou raça

	Diretoria	Conselho de Administração - Efetivos	Conselho de Administração - Suplentes	Conselho Fiscal - Efetivos	Conselho Fiscal - Suplentes	Total
Amarelo	-	-	-	-	-	-
Branco	2	6	5	-	-	13
Preto	-	-	1	-	-	1
Pardo	-	3	1	-	-	4
Indígena	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
Prefere não responder	-	-	-	-	-	-
Não se aplica	-	-	-	-	-	-

iii. número total de membros agrupados por outros atributos de diversidade que a Companhia entenda relevantes

Não aplicável.

e. se houver, objetivos específicos que a Companhia possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía objetivos específicos com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração. Contudo, desde maio de 2022, foi instaurado o Comitê de Pessoas, Governança, Remuneração e Sustentabilidade (ASG), órgão de assessoramento do Conselho de Administração da Companhia responsável por planejar a gestão de temáticas ASG na Companhia, o que inclui a adoção de boas práticas de governança e ampliação de diversidade na composição dos cargos da administração da Companhia.

f. papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima

Na data deste Formulário de Referência, os órgãos de administração (*i.e.* Conselho de Administração e Diretoria) não adotam procedimentos específicos para avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima, visto que a atividade de corretagem de seguros não traz qualquer prejuízo ao clima, bem como não é impactada por eventuais alterações climáticas. Contudo, desde maio de 2022, foi instaurado o Comitê de Pessoas, Governança, Remuneração e Sustentabilidade (ASG), órgão de assessoramento do Conselho de Administração da Companhia

responsável por planejar a gestão de temáticas ASG na Companhia. Adicionalmente, a avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos é constantemente realizada pelo Comitê de Auditoria da Companhia, instituído para avaliar o sistema de controles internos e monitorar as exposições a riscos da Companhia. Para mais informações acerca da nossa política de gerenciamento de riscos, vide a Seção 5 deste Formulário de Referência.

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

a. órgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração

Diretoria

Nossa Diretoria é responsável pela administração dos nossos negócios em geral e pela sua representação legal em todos os atos necessários ou convenientes associados aos seus negócios, ressalvados os atos que a lei ou o nosso Estatuto Social reservem a competência para o Conselho de Administração e/ou para a Assembleia Geral de acionistas.

De acordo com nosso Estatuto Social, a Diretoria deve ser composta por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 3 (três) membros, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, e um Diretor Executivo, para um mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição, bem como a cumulação de cargos.

Compete a Diretoria, de forma geral:

- (i) representar a nossa Companhia perante quaisquer terceiros;
- (ii) zelar pela observância da lei e do Estatuto Social;
- (iii) coordenar o andamento das nossas atividades, incluindo a implementação das diretrizes e o cumprimento das deliberações tomadas em Assembleias Gerais de acionistas e nas Reuniões do Conselho de Administração; e
- (iv) administrar e gerir os negócios sociais.

A Diretoria não possui regimento interno próprio.

Conselho Fiscal

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o conselho fiscal é um órgão societário independente de nossa administração e de nossos auditores externos. O conselho fiscal pode funcionar tanto de forma permanente, quanto de forma não permanente, caso em que atuará somente no exercício social em que for instalado pelos acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

As principais responsabilidades do conselho fiscal consistem em fiscalizar as atividades da administração, rever as demonstrações financeiras da companhia e reportar suas conclusões aos acionistas.

O Conselho Fiscal da Companhia possui caráter não permanente, podendo ser instalado, nos termos do artigo 161, §3º, da Lei das Sociedades por Ações, em Assembleia Geral mediante pedido de acionistas que representam o respectivo percentual mínimo previsto no artigo 4º da Resolução CVM nº 70, de 22 de março de 2022.

Nosso Estatuto Social exige que o conselho fiscal seja composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nosso Conselho Fiscal não poderá ser composto por: (i) membros de nosso Conselho de Administração; (ii) membros de nossa Diretoria; (iii) nossos empregados; (iv) nossos acionistas; (v) empregados de sociedade que controlamos ou de sociedade de nosso grupo; ou (vi) cônjuges ou parentes até o terceiro grau de qualquer membro de nosso Conselho de Administração ou de nossa Diretoria; ou (vii) cônjuges ou parentes até o terceiro grau de qualquer técnico ou fiscal de sociedade concorrente, de acionista controlador de sociedade concorrente ou de sociedades controladas por sociedade concorrente.

A posse dos membros do conselho fiscal estará condicionada à prévia assinatura do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

Atualmente, nosso Conselho Fiscal não está instalado e não possui regimento interno próprio.

Comitês Estatutários e Não-Estatutários

Na data deste Formulário de Referência, nosso Estatuto Social contém previsão de 4 (quatro) comitês estatutários denominados: (i) Comitê de Riscos, Compliance e Partes Relacionadas (cujas atribuições englobam as atribuições do antecedente e extinto Comitê de Transações com Partes Relacionadas); (ii) Comitê de Auditoria; (iii) Comitê de Pessoas, Governança, Remuneração e Sustentabilidade (ASG), resultante da reestruturação do Comitê de Gente e Remuneração; e (iv) Comitê de Investimentos, Estrutura de Capital e Dividendos. Ainda, até o mês de agosto de 2021, a Companhia contava com um comitê não-estatutário denominado Comitê Especial.

Comitê de Riscos, Compliance e Partes Relacionadas

O Comitê de Riscos, Compliance e Partes Relacionadas foi incluído em nosso Estatuto Social em 15 de março de 2022, por deliberação de nossos acionistas reunidos em Assembleia Geral Extraordinária e foi, devidamente, instalado em 09 de maio de 2022. O funcionamento do Comitê de Riscos, Compliance e Partes Relacionadas é regido pelo Conselho de Administração, pela Política de Gestão de Riscos, pela Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia e pelo Regimento Interno do Comitê de Riscos, Compliance e Partes Relacionadas (aprovado em reunião do Conselho de Administração de 16 de março de 2022), o qual está disponível no *website* de relações com investidores da Companhia (<https://ri.wiz.co/>) e no *website* da CVM (www.cvm.gov.br).

O Comitê de Riscos, Compliance e Partes Relacionadas será integrado por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, dentre os quais pelo menos 2 (dois) integrantes serão membros do Conselho de Administração, sendo permitida a indicação de membros externos, que deverão possuir comprovados conhecimentos nas áreas de finanças, contabilidade e/ou mercado brasileiro de seguridade para deliberar sobre as matérias submetidas ao Comitê de Riscos, Compliance e Partes Relacionadas.

Dentre as principais atribuições do Comitê de Riscos, Compliance e Partes Relacionadas, estão:

- a. supervisionar o cumprimento das políticas e estratégias de gestão de riscos da Companhia;
- b. assessorar o Conselho de Administração no monitoramento da adequação e efetividade da estrutura de gestão de riscos da Companhia;
- c. assessorar o Conselho de Administração em assuntos de gestão de riscos da Companhia, proporcionando ao colegiado uma visão abrangente dos riscos e seus impactos, incluindo, mas não se limitando, ao acompanhando de movimentações de mercado, alterações legislativas e regulatórias e riscos reputacionais;
- d. manifestar-se sobre os relatórios de gestão de riscos da Companhia;
- e. manifestar-se sobre políticas e diretrizes inerentes ao gerenciamento dos riscos da Companhia;
- f. manifestar-se sobre apetite e limites de tolerância à exposição a riscos que espera que a Companhia assuma ou evite para atingir seus objetivos estratégicos, de forma global e segregada por categoria;
- g. monitorar as posições de riscos no âmbito da Companhia, assim como as alterações relevantes em relação às estratégias adotadas e o status dos planos de continuidade de negócios;
- h. monitorar ações, visando ao enquadramento, adequação e mitigação dos riscos que apresentem níveis acima do tolerado;
- i. elaborar, revisar regularmente e aprimorar o programa de Compliance da Companhia, identificando pontos de aprimoramento e possíveis violações à legislação e ao programa de Compliance da Companhia;
- j. zelar pelo cumprimento e observância do programa de Compliance da Companhia, visando assegurar que os negócios da Companhia e suas afiliadas sejam conduzidos de forma íntegra e ética;
- k. promover uma cultura de integridade na Companhia, com base em valores éticos e no Código de Conduta Ética, disponibilizando regras claras e práticas;
- l. fiscalizar, exigir e garantir o cumprimento das legislações, do Código de Conduta da Companhia e demais políticas internas da Companhia, visando minimizar os riscos da Companhia no desenvolvimento dos seus negócios e parcerias;
- m. estimular e promover a capacitação dos gestores e equipes da Companhia para que conduzam os negócios sempre de maneira ética, garantindo que a cultura de Compliance seja a base da estratégia e dos objetivos da Companhia;
- n. detectar, sanar e evitar desvios, fraudes, irregularidades e/ou atos ilícitos eventualmente praticados nos negócios ou parcerias da Companhia;
- o. realizar apontamentos ao Conselho de Administração sobre possíveis situações de condutas praticadas em desrespeito à legislação, ao Código de Conduta Ética e às demais políticas internas da Companhia, acompanhando tais procedimentos e recomendando a aplicação das penalidades que possam vir a ser impostas;

- p. opinar sobre as matérias que lhe sejam submetidas pelo Conselho de Administração e verificar o cumprimento de suas recomendações e/ou esclarecimentos às suas manifestações;
- q. avaliar e monitorar os processos, sistemas e controles implementados pela administração para recepção e tratamento de informações acerca de fraudes ou erros relevantes, bem como sobre o descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos, políticas e códigos internos;
- r. receber e/ou supervisionar denúncias, inclusive sigilosas, internas e externas à Companhia, em matérias relacionadas às suas atividades;
- s. assessorar o Conselho de Administração da Companhia na verificação prévia da adequação das transações com partes relacionadas com as disposições da Política de Partes Relacionadas da Companhia, verificando se: (i) a operação observa boas práticas de mercado; (ii) eventual prejuízo aos acionistas, credores e ao interesse social; (iii) eventual prejuízo ao ambiente comercial da Companhia e à estabilidade das relações institucionais com os principais parceiros comerciais da Companhia;
- t. recomendar a divulgação das transações com partes relacionadas, em conformidade com o artigo 247 da Lei das Sociedades por Ações, com a Resolução CVM nº 94, de 20 de maio de 2022 (“Resolução CVM 94”), e, ainda, à Resolução CVM 80, conforme aplicável;
- u. recomendar (i) que as informações relevantes acerca das transações com partes relacionadas, bem como as revisões e atualizações das mesmas, estejam devidamente descritas no Formulário de Referência, nos termos da legislação vigente e/ou (ii) a divulgação de fato relevante, a depender da relevância da transação firmada com Partes Relacionadas, nos termos da legislação vigente;
- v. estabelecer, em relação às transações com partes relacionadas consideradas relevantes, que seja demonstrado na seção 11 do Formulário de Referência que as mesmas foram e permanecem firmadas em condições usuais praticadas pela Companhia; e
- w. aprovar previamente, por unanimidade, a celebração de novos contratos ou novas transações, bem como aprovar eventuais revisões e rescisões de contratos existentes com partes relacionadas, que representem uma quantia superior a 20% (vinte por cento) do lucro líquido do exercício da Companhia e que envolvam um valor total superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) em uma única transação ou em uma série de transações sucessivas e relacionadas realizadas dentro de um período de 12 (doze) meses.

Para mais informações sobre o Comitê de Riscos, Compliance e Partes Relacionadas, *vide* item 5.1 e 11.1 deste Formulário de Referência.

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria foi criado em 01 de setembro de 2016, por deliberação do Conselho de Administração, e é regido pelo Regimento Interno do Comitê de Auditoria, aprovado pelo Conselho de Administração em 16 de março de 2022, que se encontra disponibilizado, nos *websites* da CVM (www.cvm.gov.br) e de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.wiz.co/>). Em 25 de maio de 2017, nossos acionistas se reuniram em Assembleia Geral Extraordinária e aprovaram uma alteração no Estatuto Social, que teve por finalidade tornar estatutários o Comitê de Gente e Remuneração (atual Comitê Pessoas, Governança, Remuneração e Sustentabilidade (ASG)) e o Comitê de Auditoria de nossa Companhia.

O Comitê de Auditoria é composto por 3 (três) membros, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, dentre os quais: (i) pelo menos 1 (um) dos integrantes deverá um Conselheiro independente (conforme critério de independência estabelecido pelo Regulamento do Novo Mercado); e (ii) pelo menos 1 (um) dos integrantes deverá possuir comprovados conhecimentos na área de contabilidade, contabilidade societária e auditoria.

As principais atribuições deste Comitê são:

- a. auditoria interna e externa;
- b. mecanismos e controles relacionados à gestão de riscos, *compliance* e política anticorrupção, estratégias e políticas voltadas a controles internos; e
- c. conformidade com as normas aplicáveis em assuntos relacionados aos temas de sua competência nas sociedades controladas, direta e indiretamente, pela nossa Companhia.

Comitê de Pessoas, Governança, Remuneração e Sustentabilidade (ASG)

O Comitê de Pessoas, Governança, Remuneração e Sustentabilidade (ASG) é decorrente da reestruturação do Comitê de Gente e Remuneração, que foi criado em abril de 2015. Seu Regimento Interno foi aprovado pelo Conselho de

Administração da Companhia em 16 de março de 2022, e sua instalação ocorreu em 09 de maio de 2022 e está disponível no *website* de relações com investidores da Companhia (<https://ri.wiz.co/>) e no *website* da CVM (www.cvm.gov.br).

O Comitê de Pessoas, Governança, Remuneração e Sustentabilidade (ASG) é integrado por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, dentre os quais pelo menos 2 (dois) serão membros do Conselho de Administração, sendo permitida a indicação de membros externos, que deverão possuir comprovados conhecimentos nas matérias de competência de tal Comitê.

As principais atribuições do Comitê de Pessoas, Governança, Remuneração e Sustentabilidade (ASG) são:

- a. assessorar o Conselho de Administração da Companhia no exercício das suas atribuições, relativamente à área de recursos humanos, sustentabilidade e governança;
- b. elaborar, revisar regularmente e aprimorar as políticas de recursos humanos e de gestão de pessoas;
- c. recomendar os critérios gerais e a estratégia de remuneração e as políticas de benefícios dos administradores da Companhia e de sociedades controladas, direta ou indiretamente (“Afiliadas”), bem como validar anualmente as metas para a avaliação de desempenho do Diretor-Presidente;
- d. recomendar ao Conselho de Administração a outorga de opção de compra ou subscrição de ações ou, ainda, outra forma de remuneração variável aos administradores, executivos e/ou empregados da Companhia, e gerenciar, quando houver, Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, adotando todas as medidas necessárias para implementá-lo;
- e. preparar e sugerir ao Conselho de Administração a condução do plano de sucessão dos membros da Diretoria Executiva e demais cargos chave da Companhia, assessorando o Conselho de Administração na tomada de decisões relacionadas a destituição, não-recondução, substituição e/ou eleição, exceto em caso de recondução, do Diretor-Presidente da Companhia;
- f. recomendar ao Conselho de Administração a contratação de consultores externos para auxiliar no cumprimento de suas tarefas;
- g. consultar os departamentos internos da Companhia a respeito de assuntos correlatos a sua atividade;
- h. opinar sobre as matérias que lhe sejam submetidas pelo Conselho de Administração e verificar o cumprimento de suas recomendações e/ou esclarecimentos às suas manifestações;
- i. sugerir alterações no Regimento interno do Comitê, submetendo a aprovação do Conselho de Administração;
- j. zelar pelo funcionamento e eficácia das ferramentas e canais corporativos destinados à preservação da ética nas atividades da Companhia e propor práticas de governança corporativa, inclusive aquelas concernentes à sustentabilidade, em todas as esferas da Companhia e suas Afiliadas, voltadas ao relacionamento entre acionistas, Administração e terceiros, visando à otimização do desempenho e ampliação de forma sustentável do valor econômico e social da Companhia;
- k. acompanhar o processo de implantação das medidas de governança corporativa aprovadas pelo Conselho de Administração, conduzir o processo de avaliação do Conselho de Administração, de seus membros, e do CEO;
- l. exercer o controle dos riscos ambientais;
- m. incentivar a difusão da cultura de governança corporativa, ética e sustentabilidade, por meio de ações de comunicação e programa estruturado de treinamento corporativo;
- n. avaliar a efetiva implementação das recomendações de melhoria nas práticas de governança corporativa pelos gestores da Companhia;
- o. posicionar, regulamente, o Conselho de Administração sobre as atividades do Comitê e fazer as recomendações que julgar apropriadas ao melhor cumprimento de suas atribuições.

Comitê de Investimentos, Estrutura de Capital e Dividendos

O Comitê de Investimentos, Estrutura de Capital e Dividendos foi criado em 15 de março de 2022, por deliberação de nossos acionistas reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, e foi, devidamente, instalado em 09 de maio de 2022. O funcionamento do Comitê de Investimentos, Estrutura de Capital e Dividendos é regido pelo Conselho de Administração e pelo Regimento Interno de tal Comitê (aprovado em reunião do Conselho de Administração de 16 de março de 2022), o qual está disponível no *website* de relações com investidores da Companhia (<https://ri.wiz.co/>) e no *website* da CVM (www.cvm.gov.br).

O Comitê de Investimentos, Estrutura de Capital e Dividendos é integrado por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, dentre os quais pelo menos 2 (dois) integrantes serão membros do Conselho de Administração, sendo permitida a indicação de membros externos, que deverão possuir

comprovados conhecimentos nas matérias de competência de tal Comitê. Dentre suas atribuições, estão:

- a. analisar a conjuntura e os cenários econômico-financeiros e seus impactos sobre as atividades da Companhia;
- b. avaliar a eficácia da gestão de recursos e, se necessário, implementar ações corretivas;
- c. analisar resultados operacionais, financeiros e patrimoniais;
- d. avaliar a compatibilidade das diretrizes estratégicas, de planejamento e *benchmarking* da Companhia e o desempenho dos investimentos financeiros, mobiliários e imobiliários;
- e. supervisionar o cumprimento e revisar a Política de Investimentos da Companhia;
- f. supervisionar e avaliar a estratégia de *Asset Liability Management*, visando à compatibilidade dos ativos e passivos financeiros das obrigações operacionais e administrativas;
- g. supervisionar a alocação do portfólio de investimentos, considerando o resultado corporativo, sua adequação aos ramos operacionais e respectivas provisões técnicas;
- h. avaliar e monitorar a manutenção de linhas de crédito emergenciais para a Companhia;
- i. avaliar a compatibilidade da remuneração dos acionistas com o orçamento anual da Companhia;
- j. avaliar e monitorar as atividades da Companhia para impedir a manipulação de mercado de valores;
- k. avaliar os investimentos diretos relevantes previamente à deliberação do Conselho de Administração a seu respeito;
- l. avaliar as propostas de alteração da Política de Investimentos da Companhia, previamente à deliberação do Conselho de Administração ou em conjunto com os gestores de recursos de terceiros mandatados, incluindo eventual participação na formatação e acompanhamento de fundos de investimento, cujo cotista exclusivo seja a Companhia;
- m. examinar demais questões relacionadas à contabilidade, ao orçamento, à tesouraria e aos investimentos da Companhia;
- n. rever e, caso julgue necessário, propor, ao Conselho de Administração, alterações do Regimento do Comitê e às regras operacionais de funcionamento do Comitê.

Auditoria Interna

A auditoria interna da Companhia assessora a Administração no atingimento dos objetivos e propósitos estabelecidos no Planejamento Estratégico da Companhia. Assim, a Auditoria Interna contribui para a melhoria dos processos e controles internos da Companhia e para o aumento da eficácia do modelo de Governança Corporativa adotado pela Companhia, de forma a dar suporte na mitigação de riscos e aperfeiçoamento das atividades de controle, aumentando a efetividade dos processos operacionais de negócio em consonância com as normas aplicáveis de auditoria, legislações vigentes e boas práticas adotadas pelo mercado.

A área de auditoria interna tem como objetivo principal aferir, de forma independente e objetiva, a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança corporativa do Conglomerado Wiz, em caráter preventivo e consultivo, contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos da Companhia.

A atuação da auditoria interna considera a natureza e a complexidade do ambiente organizacional em que está inserida e abrange os processos operacionais do Conglomerado, das Unidades de Negócio e suas inter-relações, fazendo parte da Governança Corporativa da Companhia, atuando como 3ª linha de defesa, e buscando interação com as demais linhas (1ª linha: gestão operacionais; 2ª linha: controles internos e compliance), porém preservando sua autonomia e independência.

Conforme seu regimento interno, para o atingimento do objetivo, a área de auditoria interna desenvolve atividades de maneira integrada e sinérgica, contemplando os trabalhos de auditoria ordinárias e extraordinárias, consultorias e demandas externas.

O Comitê de Auditoria é responsável por supervisionar as atividades da área de auditoria interna, monitorando a sua independência, efetividade e a suficiência da estrutura, bem como a qualidade e integridade dos processos desempenhados.

b. de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se a Companhia possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente e, caso a Companhia divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Embora a nossa Companhia não possua uma política formalizada de contratação de serviços extra-auditoria, o nosso Conselho de Administração da Companhia seleciona o serviço de auditoria independente dentre as empresas com melhores reputação e experiência no mercado. O nosso Conselho de Administração deve assegurar que as demonstrações financeiras sejam auditadas por auditor independente, com qualificação e experiência apropriadas. Adicionalmente, o nosso Conselho de Administração, com o apoio do nosso Comitê de Auditoria, deve assegurar-se de que os auditores cumpram com as regras profissionais de independência aplicáveis.

Para fins de avaliação do trabalho da auditoria independente, compete ao nosso Comitê de Auditoria nos termos de seu regimento interno, supervisionar a qualidade e integridade dos relatórios financeiros, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias, a adequação dos processos relativos à gestão de riscos e as atividades dos auditores independentes, bem como opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente.

c. se houver, canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração

As questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG são reportadas ao Conselho de Administração pelo Comitê de Pessoas, Governança, Remuneração e Sustentabilidade (ASG), órgão de assessoramento do Conselho de Administração da Companhia responsável por planejar a gestão de temáticas ASG na Companhia.

7.3/7.4 Composição da Administração, Conselhos e Comitês

Pessoa					
Nome	Antônio Carlos Alves			CPF	195.883.301-06
Data de nascimento	24/03/1954		Profissão	Administrador	
Experiência/Critérios de Independência			<p>O Sr. Antônio Carlos é graduado em Administração e possui MBA em Marketing Bancário na Getúlio Vargas. Ingressou na Caixa Econômica Federal - CEF em 1978, ocupando cargos de Gerente de Padrões e Planejamento, Gerente Nacional de Centralizadora, Gerente Nacional de Loterias e Substituto de Superintendência Nacional. Ocupou cargos de Conselho Deliberativo, Diretoria de Esportes, Diretoria de Administração, Vice-Presidência na APCEF/DF, onde, atualmente, exerce a função de Presidente.</p> <p>O Sr. Antônio não é considerado pessoa exposta politicamente (conforme definido na regulamentação aplicável).</p> <p>Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, bem como condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial qualquer.</p>		
Membros da Diretoria, Conselhos e Comitês					
Pertence a administração ou aos Comitês			Administração	Órgão Administração/Tipo Comitê	Pertence apenas ao Conselho de Administração
Cargo eletivo ocupado	Conselho de Administração (Suplente)			Tipo de Comitê de Auditoria	Não aplicável
Descrição de outro cargo/função					
Data da eleição	19/04/2022	Data de posse	19/04/2022	Prazo do mandato	Até a AGO de 2024.
Foi eleito pelo controlador?	Sim	Data de início do primeiro mandato (mandatos consecutivos)		23/03/2020	
Condenações					
Tipo de condenação	N/A		Descrição da condenação		
Pessoa					
Nome	Antonio Cassio dos Santos			CPF	032.330.558-03
Data de nascimento	27/05/1964		Profissão	Economista	
Experiência/Critérios de Independência			<p>O Sr. Antonio Cassio é economista, conta com dois MBAs: no Brasil pelo IBMEC/SP e nos Estados Unidos pela Vanderbilt University/Tennessee, onde também obteve especialização em Assuntos Latino-Americanos. cursou Mestrado em Psicoterapia pela Escola Paulista de Psicodrama; Pós Mestrado em Negócios Globais pelo IESE Madrid; especializações pela London Business School em Liderança Empresarial e em Transformação Digital, pelo IMD Lausanne em Diversidade e Inclusão, pela</p>		

		<p>Cambridge School em Sustentabilidade, e em Física Quântica Aplicada Barra de Access pela Consciousnesses EEUU. Concluiu, ainda, o Curso de Melhores Práticas para Conselho de Administração, Comitê de Auditoria e Responsabilidade dos Administradores, ministrado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). Eleito 4 vezes “Executivo de Valor” como melhor CEO do Setor de Seguros, e Top 20 melhores CEO do Brasil pelo Jornal Valor Econômico e um dos 5 executivos mais influentes da América Latina no Setor pela Insurance Business Review. Com mais de 40 anos de experiência na área, presidiu a Federação Nacional de Vida e Previdência no início da década passada. Entre os principais postos que ocupou estão: (i) foi CEO do IRB Brasil Re e, nos últimos 5 anos anteriores, ocupou cargos no Conselho em várias unidades no mundo da Assicurazioni Generali S.p.A., onde, até março de 2020, ocupou o cargo de CEO para as Regiões Américas e para o Sul da Europa; (ii) foi CEO da Zurich Insurance Group para América Latina, ocasião em que também ocupou o cargo de Chairman para América Latina e Membro do Conselho Consultivo Mundial da empresa de 2011 e 2015; (iii) como Executive Chairman, presidiu o Grupo Mapfre Brasil Seguros entre 2000 e 2011; (iv) trabalhou na Whirlpool em várias posições de alta gestão no Brasil e Estados Unidos entre 1992 e 2000; e (v) entre 1979 e 1992, desenvolveu sua carreira passando por várias empresas do setor, desde a posição de “clerk” até alcançar aos 24 anos de idade o posto de CFO. Além disso, é membro representante do Brasil na Genève Association, importante entidade que reúne relevantes personalidades do mundo do seguro e considerada a principal “think tank” do setor.</p> <p>Atualmente é Presidente do Conselho de Administração do IRB Brasil Re., membro do Conselho de Administração da Obb Capital e membro do Conselho de Trustees da FGV. Empreendedor nos setores veterinário e de cashback.</p> <p>O Sr. Antonio não é considerado pessoa exposta politicamente (conforme definido na regulamentação aplicável).</p> <p>Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, bem como condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial qualquer.</p>			
Membros da Diretoria, Conselhos e Comitês					
Pertence a administração ou aos Comitês		Administração		Órgão Administração/Tipo Comitê	Pertence apenas ao Conselho de Administração
Cargo eletivo ocupado	Presidente do Conselho de Administração			Tipo de Comitê de Auditoria	Não aplicável
Descrição de outro cargo/função					
Data da eleição	19/04/2022	Data de posse	19/04/2022	Prazo do mandato	Até a AGO de 2024

Foi eleito pelo controlador?	Sim	Data de início do primeiro mandato (mandatos consecutivos)	03/11/2021		
Membros da Diretoria, Conselhos e Comitês					
Pertence a administração ou aos Comitês		Comitê		Órgão Administração/Tipo Comitê	Outros Comitês
Cargo eletivo ocupado	Outros			Tipo de Comitê de Auditoria	Não aplicável
Descrição de outro cargo/função		Membro coordenador do Comitê de Investimentos, Estrutura de Capital e Dividendos			
Data da eleição	09/05/2022	Data de posse	09/05/2022	Prazo do mandato	Até 09/05/2023, permanecendo no cargo até a sua reeleição ou a investidura dos novos membros eleitos
Foi eleito pelo controlador?	Não	Data de início do primeiro mandato (mandatos consecutivos)	09/05/2022		
Membros da Diretoria, Conselhos e Comitês					
Pertence a administração ou aos Comitês		Comitê		Órgão Administração/Tipo Comitê	Outros Comitês
Cargo eletivo ocupado	Membro do Comitê (Efetivo)			Tipo de Comitê de Auditoria	Não aplicável
Descrição de outro cargo/função		Membro efetivo do Comitê de Pessoas, Governança, Remuneração e Sustentabilidade (ASG)			
Data da eleição	09/05/2022	Data de posse	09/05/2022	Prazo do mandato	Até 09/05/2023, permanecendo no cargo até a sua reeleição ou a investidura dos novos membros eleitos
Foi eleito pelo controlador?	Não	Data de início do primeiro mandato (mandatos consecutivos)	09/05/2022		
Condenações					
Tipo de condenação	N/A		Descrição da condenação		
Pessoa					
Nome	Carlos Alberto de Figueiredo Trindade Filho			CPF	551.662.537-87
Data de nascimento	01/10/1958			Profissão	Empresário e Corretor de Seguros
Experiência/Critérios de Independência		O Sr. Carlos Alberto foi Vice-Presidente da Sulamérica Seguros, Previdência e Investimentos, posição em que foi responsável pelas áreas de Seguros de Vida e Planos de Previdência, Seguros de Automóvel, de Property & Casualty, além das de Vendas e Marketing e de Estratégia e Projetos. Foi um dos fundadores da Icatu Seguros em 1992, onde iniciou como Vice-Presidente Comercial e de Underwriting e foi Presidente e CEO. Em 2010 deixou a SulAmérica para coordenar a integração de 27 corretoras de			

		<p>seguros na holding Brasil Insurance e participar do processo de IPO desta, antes de retornar à SulAmérica em junho de 2011. Foi membro do conselho de administração da Icatu Seguros e Brasil Veículos Seguradora (Grupo BB) e realizou os programas de Senior Executive Management pela LBS-London Business School, de Preparação de Conselheiros pela FDC-Fundação Don Cabral, MBA pela FEA-USP, Fundamentals of Pension Plans pela Wharton University e Life Insurance Planning pelo American College of Philadelphia.</p> <p>O Sr. Carlos Alberto não é considerado pessoa exposta politicamente (conforme definido na regulamentação aplicável).</p> <p>Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, bem como condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial qualquer.</p>			
Membros da Diretoria, Conselhos e Comitês					
Pertence a administração ou aos Comitês		Administração		Órgão Administração/Tipo Comitê	Pertence apenas ao Conselho de Administração
Cargo eletivo ocupado	Conselho de Administração (Efetivo)			Tipo de Comitê de Auditoria	Não aplicável
Descrição de outro cargo/função					
Data da eleição	19/04/2022	Data de posse	19/04/2022	Prazo do mandato	Até a AGO de 2024
Foi eleito pelo controlador?	Sim	Data de início do primeiro mandato (mandatos consecutivos)		08/07/2021	
Membros da Diretoria, Conselhos e Comitês					
Pertence a administração ou aos Comitês		Comitê		Órgão Administração/Tipo Comitê	Outros Comitês
Cargo eletivo ocupado	Membro do Comitê (Efetivo)			Tipo de Comitê de Auditoria	Não aplicável
Descrição de outro cargo/função		Membro efetivo do Comitê de Riscos, Compliance e Partes Relacionadas			
Data da eleição	09/05/2022	Data de posse	09/05/2022	Prazo do mandato	09/05/2023, permanecendo no cargo até a sua reeleição ou a investidura dos novos membros eleitos.
Foi eleito pelo controlador?	Não	Data de início do primeiro mandato (mandatos consecutivos)		09/05/2022	
Condenações					

Tipo de condenação	N/A	Descrição da condenação	
Pessoa			
Nome	David João Almeida dos Reis Borges	CPF	743.424.441-00
Data de nascimento	10/10/1971	Profissão	Empresário.
Experiência/Critérios de Independência	<p>O Sr. David João Almeida dos Reis Borges é economista, formado pela Université Paris VIII – Saint Denis, França, e possui vasta experiência executiva, incluindo participações como membro da administração de empresas como Terravista/T-Online Portugal (2002), Mobile Value (2003-2005), Exanetis (2002-2006). Atuou como líder de comunicação do Programa PAR (2006-2009) e posteriormente como líder de Responsabilidade Social Corporativa do Grupo PAR (2009-2011). Em 2013 exerceu o cargo de Diretor Executivo da PAR Relacionamento e de 2011 a 2015 exerceu o cargo de Consultor da Presidência do Grupo PAR, continuando sua atuação no grupo onde atualmente desempenha a função de Diretor Executivo da Integra Participações S.A. Além do cargo e função ora descrito, ocupa o cargo de Conselheiro da empresa Crescer Serviços de Orientação a Empreendedores S.A desde 2 de julho de 2019.</p> <p>O Sr. David não é considerado pessoa exposta politicamente (conforme definido na regulamentação aplicável).</p> <p>Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, bem como condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial qualquer.</p>		
Membros da Diretoria, Conselhos e Comitês			
Pertence a administração ou aos Comitês	Administração	Órgão Administração/Tipo Comitê	Pertence apenas ao Conselho de Administração
Cargo eletivo ocupado	Conselho de Administração (Efetivo)	Tipo de Comitê de Auditoria	Não aplicável
Descrição de outro cargo/função			
Data da eleição	19/04/2022	Data de posse	19/04/2022
Foi eleito pelo controlador?	Sim	Data de início do primeiro mandato (mandatos consecutivos)	31/07/2019
Prazo do mandato	Até a AGO de 2024.		
Condenações			
Tipo de condenação	N/A	Descrição da condenação	
Pessoa			
Nome	Elicio Lima	CPF	044.777.258-92
Data de nascimento	17/04/1963	Profissão	Bacharel em Direito

Experiência/Critérios de Independência		<p>O Sr. Elicio Lima é graduado em Direito e possui MBA em Marketing pela Fundação Getulio Vargas. Ingressou na Caixa Econômica Federal - CEF em 2000, ocupando cargos de Gerente Geral e Gerente Nacional, Superintendente Regional de Rede e Superintendente Nacional. Atualmente, Elicio atuou por 8 anos como membro titular do Conselho Deliberativo Regional do SEBRAE DF - Serviço Brasileiro de Apoio à Micro Empresa e do COPEP/DF - Conselho de Gestão do Programa de Apoio ao Empreendimento Produtivo do Distrito Federal.</p> <p>O Sr. Elicio não é considerado pessoa exposta politicamente (conforme definido na regulamentação aplicável).</p> <p>Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, bem como condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial qualquer.</p>			
Membros da Diretoria, Conselhos e Comitês					
Pertence a administração ou aos Comitês		Administração		Órgão Administração/Tipo Comitê	Pertence apenas ao Conselho de Administração
Cargo eletivo ocupado	Conselho de Administração (Efetivo)			Tipo de Comitê de Auditoria	Não aplicável
Descrição de outro cargo/função					
Data da eleição	19/04/2022	Data de posse	19/04/2022	Prazo do mandato	Até a AGO de 2024.
Foi eleito pelo controlador?	Sim	Data de início do primeiro mandato (mandatos consecutivos)		23/03/2020	
Membros da Diretoria, Conselhos e Comitês					
Pertence a administração ou aos Comitês		Comitê		Órgão Administração/Tipo Comitê	Outros Comitês
Cargo eletivo ocupado	Outros			Tipo de Comitê de Auditoria	Não aplicável
Descrição de outro cargo/função		Membro efetivo do Comitê de Riscos, Compliance e Partes Relacionadas.			
Data da eleição	09/05/2022	Data de posse	09/05/2022	Prazo do mandato	09/05/2023, permanecendo no cargo até a sua reeleição ou a investidura dos novos membros eleitos.
Foi eleito pelo controlador?	Não	Data de início do primeiro mandato (mandatos consecutivos)		09/05/2022	
Condenações					

Tipo de condenação	N/A		Descrição da condenação	
Pessoa				
Nome	Fábio Nunes Lacerda		CPF	088.287.297-40
Data de nascimento	09/01/1982		Profissão	Gestor de Administração e Finanças
Experiência/Critérios de Independência		<p>O Sr. Fabio Nunes Lacerda é graduado em gestão de negócios e empreendimentos e tem MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas. Começou sua carreira na Par Corretora em 2009 e ingressou na Integra Participações em 2012, ocupando cargo de Gerência Administrativa e Financeira. Além do cargo e função ora descritos, não ocupa cargos de administração em outras sociedades na data deste Formulário de Referência.</p> <p>O Sr. Fabio não é considerado pessoa exposta politicamente (conforme definido na regulamentação aplicável).</p> <p>Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, bem como condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial qualquer.</p>		
Membros da Diretoria, Conselhos e Comitês				
Pertence a administração ou aos Comitês		Administração	Órgão Administração/Tipo Comitê	Pertence apenas ao Conselho de Administração
Cargo eletivo ocupado	Conselho de Administração (Suplente)		Tipo de Comitê de Auditoria	Não aplicável
Descrição de outro cargo/função				
Data da eleição	19/04/2022	Data de posse	19/04/2022	Prazo do mandato
Foi eleito pelo controlador?	Sim	Data de início do primeiro mandato (mandatos consecutivos)	31/07/2019	
Condenações				
Tipo de condenação	N/A		Descrição da condenação	
Pessoa				
Nome	Flávio Bauer		CPF	029.396.018-60
Data de nascimento	01/08/1955		Profissão	Administrador de empresas
Experiência/Critérios de Independência		<p>O Sr. Flávio Bauer é graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), onde também realizou sua pós-graduação. O Sr. Bauer começou sua carreira como trainee nas empresas Aachener und Munchener Versicherung e RK Harrison Insurance Brokers, London e foi Gerente do Departamento de Resseguros na Divisão Internacional da Bunge (1980/1992), Gerente de co-seguros e</p>		

		<p>resseguros na MAPFRE (1992-1994), Gerente da Divisão do Ramo Metropolitano de São Paulo da MAPFRE, Chefe Executivo na Sedwick and Sedgwick Nikols Portominas do Brasil (1996/1999), Vice-Presidente da ACE Seguradora S/A (2000/2001), Presidente da ACE Seguradora S/A (2002/2005), Presidente da Marsh Corretora de Seguros Ltda., Presidente do Citibank Corretora de Seguros S/A (2009/2010) e Vice-Presidente da Divisão Global de Contas LATAM da Chubb.</p> <p>O Sr. Flavio Bauer não é considerado pessoa exposta politicamente (conforme definido na regulamentação aplicável)</p> <p>Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, bem como condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial qualquer.</p>			
Membros da Diretoria, Conselhos e Comitês					
Pertence a administração ou aos Comitês		Administração		Órgão Administração/Tipo Comitê	Pertence apenas ao Conselho de Administração
Cargo eletivo ocupado	Conselho de Administração (Efetivo)			Tipo de Comitê de Auditoria	Não aplicável
Descrição de outro cargo/função					
Data da eleição	19/04/2022	Data de posse	19/04/2022	Prazo do mandato	Até a AGO de 2024
Foi eleito pelo controlador?	Sim	Data de início do primeiro mandato (mandatos consecutivos)		01/03/2021	
Membros da Diretoria, Conselhos e Comitês					
Pertence a administração ou aos Comitês		Comitê		Órgão Administração/Tipo Comitê	Outros Comitês
Cargo eletivo ocupado	Membro do Comitê (Efetivo)			Tipo de Comitê de Auditoria	Não aplicável
Descrição de outro cargo/função		Membro efetivo do Comitê de Riscos, Compliance e Partes Relacionadas.			
Data da eleição	09/05/2022	Data de posse	09/05/2022	Prazo do mandato	09/05/2023, permanecendo no cargo até a sua reeleição ou a investidura dos novos membros eleitos.
Foi eleito pelo controlador?	Não	Data de início do primeiro mandato (mandatos consecutivos)		09/05/2022	
Condenações					
Tipo de condenação	N/A		Descrição da condenação		

Pessoa								
Nome		Francisca de Assis Araújo Silva		CPF		043.600.103-97		
Data de nascimento		29/01/1951		Profissão		Bancária		
Experiência/Critérios de Independência			<p>A Sra. Francisca de Assis Araújo Silva é graduada em Licenciatura Plena de Letras, pela Universidade Federal do Piauí. Possui ampla experiência profissional, incluindo participações como Presidente da Associação do Pessoal da Caixa Econômica Federal do Piauí - APCEF/PI, Presidente do Sindicato dos Bancários do Piauí e como Membro, eleita, pelos participantes, do Conselho Deliberativo da FUNCEF pelo período de 2002 a 2006. Atualmente, atua como Diretora da Federação Nacional das APCEF's - FENAE e diretora de Saúde da ANAPAR- Associação Nacional dos participantes de fundos de pensão e Planos de Saúde de Auto-Gestão.</p> <p>A Sra. Francisca não é considerada pessoa exposta politicamente (conforme definido na regulamentação aplicável).</p> <p>Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, bem como condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial qualquer.</p>					
Membros da Diretoria, Conselhos e Comitês								
Pertence a administração ou aos Comitês			Administração		Órgão Administração/Tipo Comitê		Pertence apenas ao Conselho de Administração	
Cargo eletivo ocupado		Conselho de Administração (Suplente)			Tipo de Comitê de Auditoria		Não aplicável	
Descrição de outro cargo/função								
Data da eleição		19/04/2022	Data de posse		19/04/2022	Prazo do mandato		Até a AGO de 2024
Foi eleito pelo controlador?		Sim	Data de início do primeiro mandato (mandatos consecutivos)			02/02/2021		
Condenações								
Tipo de condenação		N/A		Descrição da condenação				
Pessoa								
Nome		Gregoire Marie Laurent Saint Gal de Pons		CPF		723.306.941-72		
Data de nascimento		28/09/1974		Profissão		Economista		
Experiência/Critérios de Independência			<p>O Sr. Gregoire é formado em Ciências Políticas s e com pós-graduação em Business e Gestão de Pessoas, Gregoire Marie Laurent Saint Gal de Pons iniciou a carreira em 1999 como adido comercial na Embaixada da França no Brasil. Em 2002 assumiu o cargo de Consultor da Presidência do Grupo Caixa Seguros no qual permaneceu até 2007. Posteriormente assumiu o cargo de Secretário-Geral do</p>					

		<p>Grupo Caixa Seguros, onde atua desde 2007. Além dos cargos e funções ora descritos, não ocupa cargos de administração em outras sociedades na data deste Formulário de Referência.</p> <p>O Sr. Gregoire não é considerado pessoa exposta politicamente (conforme definido na regulamentação aplicável).</p> <p>Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, bem como condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial qualquer.</p>			
Membros da Diretoria, Conselhos e Comitês					
Pertence a administração ou aos Comitês		Administração		Órgão Administração/Tipo Comitê	Pertence apenas ao Conselho de Administração
Cargo eletivo ocupado		Conselho de Administração (Suplente)		Tipo de Comitê de Auditoria	Não aplicável
Descrição de outro cargo/função					
Data da eleição		19/04/2022	Data de posse	19/04/2022	Prazo do mandato
Foi eleito pelo controlador?		Sim	Data de início do primeiro mandato (mandatos consecutivos)		23/03/2020
Condenações					
Tipo de condenação		N/A		Descrição da condenação	
Pessoa					
Nome		Hélio Fernando Leite Solino		CPF	186.274.477-72
Data de nascimento		21/03/1949		Profissão	Economista
Experiência/Critérios de Independência		<p>O Sr. Hélio Fernando Leite Solino, começou sua carreira como Gerente de Orçamento e Custos, na Companhia Internacional de Seguros (1977/1984), foi Superintendente de Planejamento e Controle da Generali do Brasil (1984/1989), com vasta experiência executiva, incluindo atuação na Arbi Seguros/Santa Cruz Seguros (1990/1996), Executivos Seguros (1996/1997), AIG Brasil – Unibanco Seguros e Garantec (1997/2000) e QBE Brasil Seguros S/A (2000/2016). Desde 2017, compõe o Comitê de Auditoria de todas as empresas do Grupo Zurich Seguros, no Brasil, incluindo duas empresas da joint venture entre a Zurich e o Banco Santander.</p> <p>O Sr. Hélio Fernando não é considerado pessoa exposta politicamente (conforme definido na regulamentação aplicável).</p> <p>Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o</p>			

		Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, bem como condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial qualquer.			
Membros da Diretoria, Conselhos e Comitês					
Pertence a administração ou aos Comitês		Comitê		Órgão Administração/Tipo Comitê	Outros Comitês
Cargo eletivo ocupado		Membro do Comitê (Efetivo)		Tipo de Comitê de Auditoria	Não aplicável
Descrição de outro cargo/função		Membro efetivo do Comitê de Investimentos, Estrutura de Capital e Dividendos.			
Data da eleição	09/05/2022	Data de posse	09/05/2022	Prazo do mandato	09/05/2023, permanecendo no cargo até a sua reeleição ou a investidura dos novos membros eleitos.
Foi eleito pelo controlador?	Não	Data de início do primeiro mandato (mandatos consecutivos)		09/05/2022	
Condenações					
Tipo de condenação		N/A		Descrição da condenação	
Pessoa					
Nome		Isabella Saboya de Albuquerque		CPF	017.919.007-55
Data de nascimento		25/08/1970		Profissão	Consultora
Experiência/Critérios de Independência		A Sra. Saboya é graduada em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-RJ (1993). Foi assessora da presidência da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (2000/2001), tendo participado da formulação do Projeto de Reforma da Lei das Sociedades Anônimas e do Grupo de Trabalho do Mercado de Capitais - GTMC. Trabalhou na formulação de um Código de Governança Corporativa lançado pela CVM e foi membro do Conselho do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC. Suas principais experiências profissionais nos últimos 5 anos incluem: (i) Membro do Conselho de Administração da BrasilAgro – Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas (desde outubro de 2021), companhia aberta do ramo de agronegócio; (ii) Membro do Conselho Consultivo da Artha Educação Ltda. (desde maio de 2021), empresa do ramo de consultoria em sustentabilidade; (iii) Membro do Conselho de Administração (de outubro de 2017 a maio de 2021) e Coordenadora do Comitê de Auditoria (de março de 2020 a maio de 2021) da Vale S.A., companhia aberta do ramo de mineração e logística; (iv) Membro Titular do Conselho de Administração do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC (entre março de 2016 e março de 2019), instituição sem fins lucrativos; (v) Membro do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Pessoas, Governança, Remuneração e Sustentabilidade (ASG) e Coordenadora do Comitê de Transações com Partes Relacionadas da Wiz Co Participações e Corretagem de Seguros S.A. (de outubro de 2015 a abril de 2020); (vi) Membro do Conselho Fiscal da Mills S.A. (de abril de 2016 a abril de 2017), companhia aberta do setor de engenharia; e (vii) Membro do Conselho de Administração da Br Malls S.A. (de maio de 2016 a março			

		<p>de 2017), holding de shopping centers. A Sra. Isabella Saboya é Membro do Comitê Executivo do Código Brasileiro de Stewardship (desde setembro de 2021), Membro do Grupo de Trabalho de Implementação do Código Stewardship (desde novembro de 2015).</p> <p>Critério utilizado para determinar independência: Regulamento do Novo Mercado.</p> <p>A Sra. Saboya não é considerada pessoa exposta politicamente (conforme definido na regulamentação aplicável).</p> <p>Nos últimos 5 anos, não esteve sujeita aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, bem como condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial qualquer.</p>			
Membros da Diretoria, Conselhos e Comitês					
Pertence a administração ou aos Comitês		Administração		Órgão Administração/Tipo Comitê	Pertence apenas ao Conselho de Administração
Cargo eletivo ocupado	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)			Tipo de Comitê de Auditoria	Não aplicável
Descrição de outro cargo/função					
Data da eleição	19/04/2022	Data de posse	19/04/2022	Prazo do mandato	Até a AGO de 2024
Foi eleito pelo controlador?	Não	Data de início do primeiro mandato (mandatos consecutivos)		19/04/2022	
Membros da Diretoria, Conselhos e Comitês					
Pertence a administração ou aos Comitês		Comitê		Órgão Administração/Tipo Comitê	Outros Comitês
Cargo eletivo ocupado	Membro do Comitê (Efetivo)			Tipo de Comitê de Auditoria	Não aplicável
Descrição de outro cargo/função		Membro efetivo do Comitê de Pessoas, Governança, Remuneração e Sustentabilidade (ASG).			
Data da eleição	09/05/2022	Data de posse	09/05/2022	Prazo do mandato	09/05/2023, permanecendo no cargo até a sua reeleição ou a investidura dos novos membros eleitos.
Foi eleito pelo controlador?	Não	Data de início do primeiro mandato (mandatos consecutivos)		09/05/2022	
Condenações					
Tipo de condenação	N/A		Descrição da condenação		

Pessoa								
Nome		Januário Rodrigues Neto		CPF		104.314.203-78		
Data de nascimento		17/05/1959		Profissão		Bancário		
Experiência/Critérios de Independência			<p>O Sr. Januário Rodrigues Neto é graduado em Direito, pela Faculdade São Luís e Técnico em Contabilidade, pela Escola Técnica de Comércio. Ingressou como bancário no quadro funcional da Caixa Econômica Federal, onde exerceu a função de Chefe de Gabinete e Consultor da Presidência da CEF. Foi Presidente da Associação do Pessoal da Caixa do Maranhão, Diretor Jurídico e Vice-Presidente do Sindicato dos Bancários do Maranhão. Atualmente é Diretor da Associação Reconta Aí e Membro Suplente do Conselho Fiscal do Instituto Fenae de Responsabilidade Social.</p> <p>O Sr. Januário não é considerado pessoa exposta politicamente (conforme definido na regulamentação aplicável).</p> <p>Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, bem como condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial qualquer.</p>					
Membros da Diretoria, Conselhos e Comitês								
Pertence a administração ou aos Comitês			Administração		Órgão Administração/Tipo Comitê		Pertence apenas ao Conselho de Administração	
Cargo eletivo ocupado		Conselho de Administração (Suplente)			Tipo de Comitê de Auditoria		Não aplicável	
Descrição de outro cargo/função								
Data da eleição		19/04/2022	Data de posse		19/04/2022	Prazo do mandato		Até a AGO de 2024
Foi eleito pelo controlador?		Sim	Data de início do primeiro mandato (mandatos consecutivos)			02/02/2021		
Condenações								
Tipo de condenação		N/A		Descrição da condenação				
Pessoa								
Nome		João Pinheiro Nogueira Batista		CPF		546.600.417-00		
Data de nascimento		13/08/1956		Profissão		Economista		
Experiência/Critérios de Independência			<p>O Sr. João Pinheiro Nogueira Batista é economista, formado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e pós-graduado em engenharia econômica pela Universidade Gama Filho. O Sr. João Nogueira atua há mais de 10 anos em Conselhos de Administração de empresas no Brasil e no exterior, ocupando atualmente o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Wiz Co Participações e Corretagem de Seguros S.A., da Odebrecht S.A. e da Braskem S.A., além de atuar como conselheiro em duas organizações do terceiro setor: Associação Maria Helen Drexel e Instituto de</p>					

		<p>Reciclagem do Adolescente- Reciclar. Em sua ampla carreira executiva construída nos setores público e privado, foi CEO da Swiss Re, da Bertin S.A. e da Suzano Petroquímica, bem como ocupou diretorias em empresas como Petrobras, Dresdner Bank, Citibank e Radiobras. Atualmente, o Sr. João Nogueira é CEO da Evoltz Participações S.A.</p> <p>O Sr. João Nogueira não é considerado pessoa exposta politicamente (conforme definido na regulamentação aplicável).</p> <p>Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, bem como condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial qualquer.</p>			
Membros da Diretoria, Conselhos e Comitês					
Pertence a administração ou aos Comitês		Administração		Órgão Administração/Tipo Comitê	Pertence apenas ao Conselho de Administração
Cargo eletivo ocupado	Conselho de Adm. Independente (Suplente)			Tipo de Comitê de Auditoria	Não aplicável
Descrição de outro cargo/função					
Data da eleição	19/04/2022	Data de posse	19/04/2022	Prazo do mandato	Até a AGO de 2024
Foi eleito pelo controlador?	Não	Data de início do primeiro mandato (mandatos consecutivos)		19/04/2018	
Membros da Diretoria, Conselhos e Comitês					
Pertence a administração ou aos Comitês		Comitê		Órgão Administração/Tipo Comitê	Outros Comitês
Cargo eletivo ocupado	Outros			Tipo de Comitê de Auditoria	Não aplicável
Descrição de outro cargo/função		Membro efetivo (e externo) do Comitê de Riscos, Compliance e Partes Relacionadas.			
Data da eleição	09/05/2022	Data de posse	09/05/2022	Prazo do mandato	09/05/2023, permanecendo no cargo até a sua reeleição ou a investidura dos novos membros eleitos.
Foi eleito pelo controlador?	Não	Data de início do primeiro mandato (mandatos consecutivos)		09/05/2022	
Condenações					
Tipo de condenação	N/A		Descrição da condenação		
Pessoa					

Nome	Lucas Moreno Neves		CPF	366.163.568-92	
Data de nascimento	10/07/1987		Profissão	Contador	
Experiência/Critérios de Independência			<p>O Sr. Neves é formado em Ciências Contábeis pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e graduado Master in Business Administration (MBA) pela IE Business School na Espanha. Com experiência de mais de 15 (quinze) anos na área financeira, com foco em empresas de seguros de capital aberto, o Sr. Neves retorna à Companhia, após ter atuado na Companhia como Controller e Head de Relações com Investidores, ocasião em que participou do processo de Oferta Inicial de Ações (IPO). Nos últimos 5 (cinco) anos atuou como Diretor Financeiro e Vice-Presidente de Canais da Alper Consultoria e Corretora de Seguros S.A.</p> <p>O Sr. Neves não é considerado pessoa exposta politicamente (conforme definido na regulamentação aplicável).</p> <p>Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, bem como condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial qualquer.</p>		
Membros da Diretoria, Conselhos e Comitês					
Pertence a administração ou aos Comitês		Administração		Órgão Administração/Tipo Comitê	Pertence apenas à Diretoria
Cargo eletivo ocupado	Diretor de Relações com Investidores		Tipo de Comitê de Auditoria	Não aplicável	
Descrição de outro cargo/função					
Data da eleição	22/12/2022	Data de posse	21/03/2023	Prazo do mandato	22/03/2024
Foi eleito pelo controlador?	Sim	Data de início do primeiro mandato (mandatos consecutivos)		22/12/2022	
Membros da Diretoria, Conselhos e Comitês					
Pertence a administração ou aos Comitês		Administração		Órgão Administração/Tipo Comitê	Pertence apenas à Diretoria
Cargo eletivo ocupado	Outros Diretores		Tipo de Comitê de Auditoria	Não aplicável	
Descrição de outro cargo/função		Diretor Financeiro			
Data da eleição	22/12/2022	Data de posse	16/01/2023	Prazo do mandato	22/03/2024
Foi eleito pelo controlador?	Sim	Data de início do primeiro mandato (mandatos consecutivos)		22/12/2022	
Condenações					

Tipo de condenação	N/A	Descrição da condenação	
Pessoa			
Nome	Marcus Vinícius de Oliveira	CPF	601.923.807-53
Data de nascimento	26/02/1959	Profissão	Advogado
Experiência/Critérios de Independência	<p>O Sr. Marcus Vinícius é graduado em Ciências Jurídicas e Tecnólogo em Administração, o Sr. Marcus Vinícius de Oliveira possui diversos MBAs e pós-graduação em Direito. Iniciou sua carreira de gestão como Superintendente Administrativo e Financeiro (1993-1996) e posteriormente como Diretor Executivo (1996-2002) da Fena Corretora-. Durante o período de 2002 a 2012 atuou como Auditor Fiscal da Secretaria de Fazenda do Distrito Federal. O Sr. Marcus também atuou como Diretor Presidente e membro do Conselho de Administração (2007-2009) e do Conselho Fiscal (2010) da BRB Card S.A e Diretor Presidente e membro do Conselho de Administração da BRB Administradora e Corretora de Seguros S.A (2011). Atualmente, é membro do Conselho Fiscal da INADCON Assessoria Condominial S/S Ltda. Além dos cargos e funções ora descritos, não ocupa cargos de administração em outras sociedades na data deste Formulário de Referência.</p> <p>O Sr. Marcus não é considerado pessoa exposta politicamente (conforme definido na regulamentação aplicável).</p> <p>Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, bem como condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial qualquer.</p>		
Membros da Diretoria, Conselhos e Comitês			
Pertence a administração ou aos Comitês	Administração	Órgão Administração/Tipo Comitê	Pertence apenas à Diretoria
Cargo eletivo ocupado	Diretor Presidente/Superintendente	Tipo de Comitê de Auditoria	Não aplicável
Descrição de outro cargo/função	Diretor Executivo		
Data da eleição	22/12/2022	Data de posse	16/01/2023
Foi eleito pelo controlador?	Sim	Data de início do primeiro mandato (mandatos consecutivos)	22/12/2022
Prazo do mandato	22/03/2024		
Condenações			
Tipo de condenação	N/A	Descrição da condenação	
Pessoa			
Nome	Miguel Ângelo Junger Simas	CPF	630.804.947-68
Data de nascimento	13/05/1961	Profissão	Contador

Experiência/Critérios de Independência		<p>O Sr. Miguel Ângelo Simas é graduado em administração pela Universidade Estácio de Sá. O Sr. Miguel possui quase 20 anos de experiência no mercado financeiro, tendo atuado como Diretor Estatutário do Banco Investcorp e Diretor Administrativo da Corretora Banfort. Possui mais de 10 anos como sócio das empresas MSimas Contábil, Process BPO e Crow Horwath BPO. Atualmente, também é diretor executivo da Integra Participações S.A., membro do nosso bloco de controle. Além dos cargos e funções ora descritos, não ocupa cargos de administração em outras sociedades na data deste Formulário de Referência.</p> <p>O Sr. Miguel não é considerado pessoa exposta politicamente (conforme definido na regulamentação aplicável).</p> <p>Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, bem como condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial qualquer.</p>			
Membros da Diretoria, Conselhos e Comitês					
Pertence a administração ou aos Comitês		Administração		Órgão Administração/Tipo Comitê	Pertence apenas ao Conselho de Administração
Cargo eletivo ocupado	Conselho de Administração (Efetivo)			Tipo de Comitê de Auditoria	Não aplicável
Descrição de outro cargo/função					
Data da eleição	19/04/2022	Data de posse	19/04/2022	Prazo do mandato	Até a AGO de 2024.
Foi eleito pelo controlador?	Sim	Data de início do primeiro mandato (mandatos consecutivos)		01/12/2016	
Membros da Diretoria, Conselhos e Comitês					
Pertence a administração ou aos Comitês		Comitê		Órgão Administração/Tipo Comitê	Comitê de Auditoria
Cargo eletivo ocupado	Membro do Comitê (Efetivo)			Tipo de Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário não aderente a Resolução CVM nº 23/21
Descrição de outro cargo/função					
Data da eleição	09/05/2022	Data de posse	09/05/2022	Prazo do mandato	09/05/2023, permanecendo no cargo até a sua reeleição ou a investidura dos novos membros eleitos.
Foi eleito pelo controlador?	Não	Data de início do primeiro mandato (mandatos consecutivos)		09/05/2022	

Membros da Diretoria, Conselhos e Comitês					
Pertence a administração ou aos Comitês		Comitê		Órgão Administração/Tipo Comitê	Outros Comitês
Cargo eletivo ocupado		Membro do Comitê (Efetivo)		Tipo de Comitê de Auditoria	Não aplicável
Descrição de outro cargo/função		Membro efetivo do Comitê de Investimentos, Estrutura de Capital e Dividendos.			
Data da eleição	09/05/2022	Data de posse	09/05/2022	Prazo do mandato	09/05/2023, permanecendo no cargo até a sua reeleição ou a investidura dos novos membros eleitos.
Foi eleito pelo controlador?	Não	Data de início do primeiro mandato (mandatos consecutivos)		09/05/2022	
Condenações					
Tipo de condenação		N/A		Descrição da condenação	
Pessoa					
Nome		Rosana Techima Salsano		CPF	563.277.901-78
Data de nascimento		22/07/1969		Profissão	Securitária
Experiência/Critérios de Independência		<p>A Sra. Rosana Techima é funcionária da CSH desde 1991, tendo atuado em posições de gerência e superintendência em diversas áreas comerciais da empresa, assumindo a posição de Diretora do segmento de Vida em 2010, função que exerceu até 2013. A partir do ano de 2013, passou a exercer a posição de Diretora do segmento de Previdência, cargo que ocupa atualmente. Desde 2013 ocupa também o cargo de membro do Conselho de Administração da Seguradora Líder – DPVAT. Além dos cargos e funções ora descritos, não ocupa cargos de administração em outras sociedades.</p> <p>A Sra. Rosana Techima não é considerada pessoa exposta politicamente (conforme definido na regulamentação aplicável).</p> <p>Nos últimos 5 anos, não esteve sujeita aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, bem como condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial qualquer.</p>			
Membros da Diretoria, Conselhos e Comitês					
Pertence a administração ou aos Comitês		Administração		Órgão Administração/Tipo Comitê	Pertence apenas ao Conselho de Administração
Cargo eletivo ocupado		Conselho de Administração (Suplente)		Tipo de Comitê de Auditoria	Não aplicável

Descrição de outro cargo/função					
Data da eleição	19/04/2022	Data de posse	19/04/2022	Prazo do mandato	Até a AGO de 2024.
Foi eleito pelo controlador?	Sim	Data de início do primeiro mandato (mandatos consecutivos)	13/09/2017		
Condenações					
Tipo de condenação	N/A	Descrição da condenação			
Pessoa					
Nome	Shakhaf Wine			CPF	018.755.347-50
Data de nascimento	13/06/1969	Profissão	Economista		
Experiência/Critérios de Independência	<p>Shakhaf Wine é graduado em economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Foi Trader de Câmbio no Banco Icatu, de 1990 a 1993, assumindo, em 1993 a posição de Senior Associate Director pelo Morgan Grenfell DMG / Deutsche Bank em Londres, por cinco anos consecutivos. De 1998 a 2003 Sr. Wine se tornou membro sênior de uma das principais equipes europeias de investment banking no setor de telecomunicações, pelo Merrill Lynch International. Em 2003, o Sr. Wine exerceu o cargo de Membro do Comitê Executivo e do Conselho de Administração da Portugal Telecom, permanecendo no cargo até 2015, quando em 2016 assumiu o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Contax S.A. o qual exerceu até 2017.</p> <p>Critério utilizado para determinar independência: Regulamento do Novo Mercado.</p> <p>O Sr Shakhaf Wine não é considerado pessoa exposta politicamente (conforme definido na regulamentação aplicável).</p> <p>Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, bem como condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial qualquer.</p> <p>Perante a CVM, o Sr. Shakaf Wine figurou como acusado no processo administrativo sancionador nº 19957.004415/2016-57, que visou a apuração de eventual violação de deveres fiduciários relacionados à reestruturação societária da Oi S.A., divulgada por meio de Fato Relevante da referida companhia em 02 de outubro de 2013. Em 31 de maio de 2023, o Colegiado da CVM proferiu decisão absolvendo o Sr. Shakaf Wine quanto à acusação de desvio de poder, conforme art. 154 da Lei nº 6.404/1976, e condenando o Sr. Shakaf ao pagamento de multa pecuniária no montante fixo de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), em razão de descumprimento do dever de diligência, conforme art. 153 da Lei nº 6.404/1976. Da decisão proferida, é cabível a interposição de recurso ao Sistema Financeiro Nacional, com efeitos devolutivo e suspensivo, no prazo de 30 (trinta) dias corridos da intimação do Sr. Shakaf,</p>				

		conforme disposto no artigo 70 da Resolução da CVM nº 45, de 09 de setembro de 2021, conforme alterada.			
Membros da Diretoria, Conselhos e Comitês					
Pertence a administração ou aos Comitês		Administração		Órgão Administração/Tipo Comitê	Pertence apenas ao Conselho de Administração
Cargo eletivo ocupado	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)			Tipo de Comitê de Auditoria	Não aplicável
Descrição de outro cargo/função					
Data da eleição	19/04/2022	Data de posse	19/04/2022	Prazo do mandato	Até a AGO de 2024
Foi eleito pelo controlador?	Não	Data de início do primeiro mandato (mandatos consecutivos)		19/04/2018	
Membros da Diretoria, Conselhos e Comitês					
Pertence a administração ou aos Comitês		Comitê		Órgão Administração/Tipo Comitê	Outros Comitês
Cargo eletivo ocupado	Outros			Tipo de Comitê de Auditoria	Não aplicável
Descrição de outro cargo/função		Coordenador do Comitê de Pessoas, Governança, Remuneração e Sustentabilidade (ASG).			
Data da eleição	09/05/2022	Data de posse	09/05/2022	Prazo do mandato	09/05/2023, permanecendo no cargo até a sua reeleição ou a investidura dos novos membros eleitos.
Foi eleito pelo controlador?	Não	Data de início do primeiro mandato (mandatos consecutivos)		09/05/2022	
Condenações					
Tipo de condenação	Processos Administrativos		Descrição da condenação	Pagamento de multa pecuniária de R\$ 300.000,00 - PAS CVM 19957.004415/2016-57.	
Pessoa					
Nome	Cibele Castro			CPF	070.025.358-03
Data de nascimento	04/11/1965			Profissão	Psicóloga
Experiência/Critérios de Independência		A Sra. Cibele Castro é formada em Psicologia, Rotman School of Management/University of Toronto, Pós-Graduação em Neurociências e Comportamento pela PUCRS, certificada em Inovação pelo Global Innovation Management Institute. Possui experiência em Conselho de empresa privada (AES), em Conselho Deliberativo de Instituto (Intercement), em Comitês de Pessoas, Remuneração e Elegibilidade de empresas públicas, privadas e de sociedade mista (Enel, IRB RE, Banco do Brasil), além de oscip (Sitawi). Na Enel exerceu o cargo de presidente do Comitê. É conselheira certificada pelo IBGC desde 2017 e é mentora de startups na Distrito (maior plataforma de inovação aberta do país). Possui, ainda, 20 anos de experiência como executiva C-level, em empresas multinacionais como GE, AES, General Motors e Philip Morris; além de empresas familiares como Abril Media, Latam Airlines e InterCement.			

		<p>Atuação na gestão de diversas áreas: Pessoas (RH), TI, Supply Chain & Logística, Serviços de Suporte, Inovação e P&D / Eficiência Energética e meio ambiente, têm experiência em negócios globais na Europa, América Latina e África e atua também em coaching executivo de C-levels, sendo formada pelo Neuroleadership Institute. Além dos cargos e funções ora descritos, não ocupa cargos de administração em outras sociedades na data deste Formulário de Referência.</p> <p>A Sra. Cibele não é considerada pessoa exposta politicamente (conforme definido na regulamentação aplicável).</p> <p>Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, bem como condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial qualquer.</p>			
Membros da Diretoria, Conselhos e Comitês					
Pertence a administração ou aos Comitês		Comitê		Órgão Administração/Tipo Comitê	Outros Comitês
Cargo eletivo ocupado		Membro do Comitê (Efetivo)		Tipo de Comitê de Auditoria	Não aplicável
Descrição de outro cargo/função		Membro efetivo do Comitê de Pessoas, Governança, Remuneração e Sustentabilidade (ASG)			
Data da eleição	09/05/2022	Data de posse	09/05/2022	Prazo do mandato	09/05/2023, permanecendo no cargo até a sua reeleição ou a investidura dos novos membros eleitos.
Foi eleito pelo controlador?	Não	Data de início do primeiro mandato (mandatos consecutivos)		09/05/2022	
Condenações					
Tipo de condenação		N/A		Descrição da condenação	
Pessoa					
Nome		Décio Martins Westphalen		CPF	131.555.630-87
Data de nascimento		18/04/1951		Profissão	Engenheiro
Experiência/Critérios de Independência		<p>O Sr. Décio é graduado em Engenharia Eletrônica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Possui MBA em Comércio Internacional pela FIA/USP. O Sr. Westphalen iniciou sua carreira executiva na Hewlett-Packard do Brasil, onde atuou na função de engenheiros de vendas de produtos de informática e software. Em 1996, o Sr. Décio assumiu o cargo de Diretor Presidente do Grupo Quintec, cargo que exerceu até 1997. Em 1998, foi Vice-Presidente de Vendas Internacionais da Datasul, sociedade brasileira de software de gestão. O Sr. Décio foi ainda Diretor Comercial da Oi S.A. (de 2001 a 2003) e Diretor Nacional de Varejo da Claro S.A. (de 2003 a 2006). Além dos cargos e funções ora</p>			

		<p>descritos, não ocupa cargos de administração em outras sociedades na data deste Formulário de Referência.</p> <p>O Sr. Décio não é considerado pessoa exposta politicamente (conforme definido na regulamentação aplicável).</p> <p>Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, bem como condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial qualquer.</p>			
Membros da Diretoria, Conselhos e Comitês					
Pertence a administração ou aos Comitês		Comitê		Órgão Administração/Tipo Comitê	Comitê de Auditoria
Cargo eletivo ocupado		Membro do Comitê (Efetivo)		Tipo de Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário não aderente a Resolução CVM nº 23/21
Descrição de outro cargo/função					
Data da eleição	09/05/2022	Data de posse	09/05/2022	Prazo do mandato	09/05/2023, permanecendo no cargo até a sua reeleição ou a investidura dos novos membros eleitos.
Foi eleito pelo controlador?	Não	Data de início do primeiro mandato (mandatos consecutivos)		01/09/2016	
Condenações					
Tipo de condenação		N/A		Descrição da condenação	
Pessoa					
Nome		Marcus Eduardo Ferreira		CPF	073.442.568-60
Data de nascimento		25/10/1964		Profissão	Empresário
Experiência/Critérios de Independência		<p>O Sr. Marcus Ferreira é graduado em Economia pela Faculdade Economia Santo André e em Contabilidade pela Faculdade Ibirapuera. Executivo com 32 anos de vivência no mercado de Seguros, Previdência e Assistência, ingressei na MAPFRE em 1989 e fiz carreira na empresa chegando à função de CEO Regional. Atualmente, o Sr. Marcus Ferreira é sócio fundador Orbit Participações e Serviços Ltda., onde atua como consultor e investidor anjo em startups. Assumiu a Vice-Presidência da Federação Nacional de Seguros Gerais – FENSEG (2013 a 2018), e atuou como membro do Conselho de Administração do Grupo Segurador BB Mapfre S.A. (2011 a 2018), e Solunion Colombia Seguros de Crédito S.A. (2017 a 2020). Além dos cargos e funções ora descritos, não ocupa cargos de administração em outras sociedades na data deste Formulário de Referência.</p>			

		<p>O Sr. Marcus Ferreira, não é considerado pessoa exposta politicamente (conforme definido na regulamentação aplicável).</p> <p>Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, bem como condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial qualquer.</p>			
Membros da Diretoria, Conselhos e Comitês					
Pertence a administração ou aos Comitês		Comitê		Órgão Administração/Tipo Comitê	Outros Comitês
Cargo eletivo ocupado		Membro do Comitê (Efetivo)		Tipo de Comitê de Auditoria	Não aplicável
Descrição de outro cargo/função		Membro efetivo do Comitê de Investimentos, Estrutura de Capital e Dividendos			
Data da eleição	09/05/2022	Data de posse	09/05/2022	Prazo do mandato	09/05/2023, permanecendo no cargo até a sua reeleição ou a investidura dos novos membros eleitos.
Foi eleito pelo controlador?	Não	Data de início do primeiro mandato (mandatos consecutivos)		09/05/2022	
Condenações					
Tipo de condenação		N/A		Descrição da condenação	
Pessoa					
Nome		Ruy Reis Vasconcellos Filho		CPF	973.386.058-15
Data de nascimento		08/08/1960		Profissão	Administrador de Empresas
Experiência/Critérios de Independência		<p>O Sr. Ruy é graduado em Direito e Administração de Empresas. Possui MBA em Gestão Empresarial pela Universidad de Alcalá (Espanha). O Sr. Vasconcelos iniciou sua carreira executiva na Rodrimar S.A. Comissária e Armazéns Gerais, onde atuou como auxiliar de importação (1983-1984). O Sr. Ruy foi ainda Diretor Comercial, Diretor Jurídico e Diretor Presidente da Brasil Assistência S.A., sociedade de serviços emergenciais e de assistência 24 horas pertencente ao Grupo Mapfre. Entre os anos de 2011 e 2016, assumiu importantes funções na Tempo Participações S.A., sociedade do grupo Qualicorp, tendo sido, inclusive, Vice-Presidente Executivo de Conglomerado Empresarial do Setor de Serviços e Seguros. Além dos cargos e funções ora descritos, não ocupa cargos de administração em outras sociedades na data deste Formulário de Referência.</p> <p>O Sr. Ruy não é considerado pessoa exposta politicamente (conforme definido na regulamentação aplicável).</p>			

		Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, bem como condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial qualquer.			
Membros da Diretoria, Conselhos e Comitês					
Pertence a administração ou aos Comitês		Comitê		Órgão Administração/Tipo Comitê	Comitê de Auditoria
Cargo eletivo ocupado	Membro do Comitê (Efetivo)			Tipo de Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário não aderente a Resolução CVM nº 23/21
Descrição de outro cargo/função		Não ocupa outros cargos.			
Data da eleição	09/05/2022	Data de posse	09/05/2022	Prazo do mandato	09/05/2023, permanecendo no cargo até a sua reeleição ou a investidura dos novos membros eleitos.
Foi eleito pelo controlador?	Não	Data de início do primeiro mandato (mandatos consecutivos)		01/09/2016	
Condenações					
Tipo de condenação	N/A		Descrição da condenação		

Pessoa				
Nome	Gustavo Sampaio Valverde		CPF	861.343.775-72
Data de nascimento	01/04/1974		Profissão	Advogado
Experiência/Critérios de Independência		O Sr. Gustavo é formado em Direito, com pós-graduação em Direito Tributário e mestrado em Direito do Estado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e mestrado em Direito pela Columbia University. Gustavo iniciou sua carreira em 1997, como advogado associado do Costa, Melo & Cavalcanti Advogados. Em 2011, assumiu o cargo de Diretor Jurídico no Brasil e na Venezuela do Grupo Novonor. Em 2006, atuou como advogado visitante nos Estados Unidos no White & Case LLP. Em 2009, tornou-se Vice Presidente Jurídico, Governança Corporativa e de Relações Institucionais da Braskem S/A. Posteriormente, em 2022, tornou-se membro do Conselho de Administração da Caixa Vida e Previdência S/A e,		

		<p>em 2023, membro do Conselho de Administração da Caixa Consócio S/A. Atua, ainda, desde 2019, como sócio fundador da VMB Jurídica. Além dos cargos e funções ora descritos, não ocupa cargos de administração em outras sociedades na data deste Formulário de Referência.</p> <p>O Sr. Gustavo não é considerado pessoa exposta politicamente (conforme definido na regulamentação aplicável).</p> <p>Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, bem como condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial qualquer.</p>			
Membros da Diretoria, Conselhos e Comitês					
Pertence a administração ou aos Comitês		Administração		Órgão Administração/Tipo Comitê	Pertence apenas ao Conselho de Administração
Cargo eletivo ocupado	Conselho de Administração (Efetivo)			Tipo de Comitê de Auditoria	Não aplicável
Descrição de outro cargo/função		Não possui outros cargos ou funções na Companhia			
Data da eleição	15/08/2023	Data de posse	15/08/2023	Prazo do mandato	Até a AGO de 2024
Foi eleito pelo controlador?	Sim	Data de início do primeiro mandato (mandatos consecutivos)		15/08/2023	
Condenações					
Tipo de condenação	N/A		Descrição da condenação	N/A	

7.5 Relações Familiares

Justificativa para não preenchimento:

Na data deste Formulário de Referência, não havia relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau entre nossos administradores, controladas e controladores.

7.6 Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle

Exercício Social: 31/12/2022			
Administrador da Companhia			
Nome	Fábio Nunes Lacerda	CPF	088.287.297-40
Cargo/Função do Administrador	Membro suplente do Conselho de Administração		
Pessoa Relacionada			
Nome empresarial	Integra Participações S.A.		
Tipo de Pessoa	Pessoa Jurídica	CPF/CNPJ	17.429.901/0001-04
Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada	Diretor		
Tipo de relação do administrador com a pessoa relacionada	Prestação de serviço		
Tipo de pessoa relacionada	Controlador Direto		
Observação	Não aplicável.		
Administrador da Companhia			
Nome	David João Almeida dos Reis Borges	CPF	743.424.441-00
Cargo/Função do Administrador	Membro efetivo do Conselho de Administração		
Pessoa Relacionada			
Nome empresarial	Integra Participações S.A.		
Tipo de Pessoa	Pessoa Jurídica	CPF/CNPJ	17.429.901/0001-04
Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada	Diretor		
Tipo de relação do administrador com a pessoa relacionada	Prestação de serviço		
Tipo de pessoa relacionada	Controlador Direto		
Observação	Não aplicável.		
Administrador da Companhia			
Nome	Miguel Ângelo Junger Simas	CPF	630.804.947-68
Cargo/Função do Administrador	Membro efetivo do Conselho de Administração		
Pessoa Relacionada			
Nome empresarial	Integra Participações S.A.		
Tipo de Pessoa	Pessoa Jurídica	CPF/CNPJ	17.429.901/0001-04
Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada	Diretor		
Tipo de relação do administrador com a pessoa relacionada	Prestação de serviço		
Tipo de pessoa relacionada	Controlador Direto		
Observação	Não aplicável.		
Administrador da Companhia			
Nome	Francisca de Assis Araújo Silva	CPF	043.600.103-97
Cargo/Função do Administrador	Membro suplente do Conselho de Administração		
Pessoa Relacionada			
Nome empresarial	Federação Nacional das Associações de Pessoal da Caixa Econômica Federal – FENAE		
Tipo de Pessoa	Pessoa Jurídica	CPF/CNPJ	34.267.237/0001-55

Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada		Membro da Diretoria	
Tipo de relação do administrador com a pessoa relacionada		Prestação de serviço	
Tipo de pessoa relacionada		Controlador Indireto	
Observação	Não aplicável.		
Administrador da Companhia			
Nome	Gregoire Marie Laurent Saint Gal de Pons	CPF	723.306.941-72
Cargo/Função do Administrador	Membro suplente do Conselho de Administração		
Pessoa Relacionada			
Nome empresarial	CNP Seguros Holding Brasil S.A.		
Tipo de Pessoa	Pessoa Jurídica	CPF/CNPJ	14.045.781/0001-45
Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada		Secretário Geral	
Tipo de relação do administrador com a pessoa relacionada		Prestação de serviço	
Tipo de pessoa relacionada		Controlador Direto	
Observação	Não aplicável		

Exercício Social: 31/12/2021			
Administrador da Companhia			
Nome	Francisca de Assis Araújo Silva	CPF	043.600.103-97
Cargo/Função do Administrador	Membro suplente do Conselho de Administração		
Pessoa Relacionada			
Nome empresarial	Federação Nacional das Associações de Pessoal da Caixa Econômica Federal – FENAE		
Tipo de Pessoa	Pessoa Jurídica	CPF/CNPJ	34.267.237/0001-55
Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada		Membro da Diretoria	
Tipo de relação do administrador com a pessoa relacionada		Prestação de serviço	
Tipo de pessoa relacionada		Controlador Indireto	
Observação	Não aplicável.		
Administrador da Companhia			
Nome	Fábio Nunes Lacerda	CPF	088.287.297-40
Cargo/Função do Administrador	Membro suplente do Conselho de Administração		
Pessoa Relacionada			
Nome empresarial	Integra Participações S.A.		
Tipo de Pessoa	Pessoa Jurídica	CPF/CNPJ	17.429.901/0001-04
Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada		Diretor	
Tipo de relação do administrador com a pessoa relacionada		Prestação de serviço	
Tipo de pessoa relacionada		Controlador Direto	
Observação	Não aplicável.		
Administrador da Companhia			
Nome	Miguel Ângelo Junger Simas	CPF	630.804.947-68

Cargo/Função do Administrador	Membro efetivo do Conselho de Administração		
Pessoa Relacionada			
Nome empresarial	Integra Participações S.A.		
Tipo de Pessoa	Pessoa Jurídica	CPF/CNPJ	17.429.901/0001-04
Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada	Diretor		
Tipo de relação do administrador com a pessoa relacionada	Prestação de serviço		
Tipo de pessoa relacionada	Controlador Direto		
Observação	Não aplicável.		
Administrador da Companhia			
Nome	Gregoire Marie Laurent Saint Gal de Pons	CPF	723.306.941-72
Cargo/Função do Administrador	Membro suplente do Conselho de Administração		
Pessoa Relacionada			
Nome empresarial	CNP Seguros Holding Brasil S.A.		
Tipo de Pessoa	Pessoa Jurídica	CPF/CNPJ	14.045.781/0001-45
Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada	Secretário Geral		
Tipo de relação do administrador com a pessoa relacionada	Prestação de serviço		
Tipo de pessoa relacionada	Controlador Direto		
Observação	Não aplicável		
Administrador da Companhia			
Nome	David João Almeida dos Reis Borges	CPF	743.424.441-00
Cargo/Função do Administrador	Membro efetivo do Conselho de Administração		
Pessoa Relacionada			
Nome empresarial	Integra Participações S.A.		
Tipo de Pessoa	Pessoa Jurídica	CPF/CNPJ	17.429.901/0001-04
Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada	Diretor		
Tipo de relação do administrador com a pessoa relacionada	Prestação de serviço		
Tipo de pessoa relacionada	Controlador Direto		
Observação	Não aplicável.		

Exercício Social: 31/12/2020			
Administrador da Companhia			
Nome	Gregoire Marie Laurent Saint Gal de Pons	CPF	723.306.941-72
Cargo/Função do Administrador	Membro suplente do Conselho de Administração		
Pessoa Relacionada			
Nome empresarial	CNP Seguros Holding Brasil S.A.		
Tipo de Pessoa	Pessoa Jurídica	CPF/CNPJ	14.045.781/0001-45
Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada	Secretário Geral		
Tipo de relação do administrador com a pessoa relacionada	Prestação de serviço		

Tipo de pessoa relacionada		Controlador Direto	
Observação	Não aplicável		
Administrador da Companhia			
Nome	Miguel Ângelo Junger Simas	CPF	630.804.947-68
Cargo/Função do Administrador	Membro efetivo do Conselho de Administração		
Pessoa Relacionada			
Nome empresarial	Integra Participações S.A.		
Tipo de Pessoa	Pessoa Jurídica	CPF/CNPJ	17.429.901/0001-04
Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada	Diretor		
Tipo de relação do administrador com a pessoa relacionada	Prestação de serviço		
Tipo de pessoa relacionada		Controlador Direto	
Observação	Não aplicável.		
Administrador da Companhia			
Nome	Fábio Nunes Lacerda	CPF	088.287.297-40
Cargo/Função do Administrador	Membro suplente do Conselho de Administração		
Pessoa Relacionada			
Nome empresarial	Integra Participações S.A.		
Tipo de Pessoa	Pessoa Jurídica	CPF/CNPJ	17.429.901/0001-04
Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada	Diretor		
Tipo de relação do administrador com a pessoa relacionada	Prestação de serviço		
Tipo de pessoa relacionada		Controlador Direto	
Observação	Não aplicável.		
Administrador da Companhia			
Nome	David João Almeida dos Reis Borges	CPF	743.424.441-00
Cargo/Função do Administrador	Membro efetivo do Conselho de Administração		
Pessoa Relacionada			
Nome empresarial	Integra Participações S.A.		
Tipo de Pessoa	Pessoa Jurídica	CPF/CNPJ	17.429.901/0001-04
Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada	Diretor		
Tipo de relação do administrador com a pessoa relacionada	Prestação de serviço		
Tipo de pessoa relacionada		Controlador Direto	
Observação	Não aplicável.		

7.7 Acordos/seguros de administradores

Possuímos seguro de responsabilidade civil de administradores (“D&O”), contratado junto a Akad Seguros S.A pelo período de 08 de dezembro de 2022 a 08 de dezembro de 2023, para a cobertura de perdas, despesas e danos eventualmente causados a terceiros em razão da prática de atos vinculados ao exercício das funções e atribuições dos membros da Diretoria e do Conselho de Administração, limitados ao valor de R\$40.000.000,00 (quarenta milhões), e que sejam verificados em razão de decisão final irrecorrível em processos judiciais, administrativos ou arbitrais, bem como acordo em processos judiciais ou extrajudiciais. O valor do prêmio total para emissão da referida apólice foi de R\$240.452,54 (duzentos e quarenta milhões, quatrocentos e cinquenta e dois mil reais e cinquenta e quatro centavos.) Adicionalmente, a apólice contratada prevê a cobertura de multas e penalidades cíveis e administrativas. A Administração entende que todas as coberturas contratadas, inclusive a cobertura de multas e penalidades cíveis e administrativas, estão no melhor interesse da Companhia e acionistas, em virtude do grau de exposição como participante do Novo Mercado – B3, ao processo interno de maturação dos níveis e estrutura de governança, além do custo benefício do valor pago a título de prêmio em relação aos riscos cobertos.

Nos termos da apólice em vigor, o seguro D&O é extensivo aos administradores das sociedades controladas por nós.

Em complemento ao seguro D&O, o contrato de prestação de serviços de cada diretor estatutário contém cláusula de indenidade, vigendo durante todo o tempo em que o diretor estiver sujeito a uma reclamação de terceiros, decorrente de atos ou fatos praticados em favor ou em nome da Companhia, ainda que esteja destituído da função de membro da diretoria.

A Companhia aderiu à prestação de compromisso de indenidade como forma de trazer mais segurança aos administradores no cumprimento das suas responsabilidades, considerando o grau de exposição como representantes estatutários e o risco a que estão sujeitos. Destaca-se que o compromisso de indenidade compreende apenas ato ou fato questionado que tenha ocorrido ou sido realizado no exercício da função e não tenha sido, em nenhuma hipótese, praticado com dolo, má fé ou culpa grave reconhecidas em decisão judicial ou extrajudicial, irrecorrível, mesmo que a reclamação de terceiros tenha sido instaurada após a rescisão do contrato de prestação de serviços.

A cláusula de indenidade e o seguro D&O não são cumulativos. Caso o ato ou fato em questão seja coberto pelo seguro D&O a cláusula de indenidade não é acionada, exceto para manter indene o diretor durante o curso de apuração do ato ou fato, sendo os recursos devolvidos à Companhia pelo reclamado quando do encerramento da apuração e recebimento da indenização pela seguradora emissora do D&O.

O Conselho de Administração da Companhia é o órgão competente para determinar o pagamento ou reembolso que os administradores fizerem jus nos termos do compromisso de indenidade.

7.8 Outras informações relevantes

(a) Informações sobre quóruns de instalação de assembleias gerais

Seguem abaixo informações sobre a instalação de nossas assembleias gerais de acionistas ocorridas nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente:

Data	Tipo de Assembleia Geral	Instalação em Segunda Convocação	Quórum de Instalação
28/04/2023	Assembleia Geral Ordinária	Não	A assembleia foi instalada com a presença de acionistas representando 55,13% de nosso capital social.
11.04.2023	Assembleia Geral Extraordinária	Não	A assembleia foi instalada com a presença de acionistas representando 54,73% de nosso capital social.
21.03.2023	Assembleia Geral Extraordinária	Sim	A assembleia foi instalada com a presença de acionistas representando 54,81% de nosso capital social.
28/02/2023	Assembleia Geral Extraordinária	Não	A assembleia não foi instalada, haja vista a presença de acionistas representando somente 52,88% de nosso capital social e que referido quórum não seria suficiente para deliberação dos assuntos constantes na ordem do dia.
08/02/2023	Assembleia Geral Extraordinária	Sim	A assembleia foi instalada com a presença de acionistas representando 54,94% de nosso capital social.
13/01/2023	Assembleia Geral Extraordinária	Não	A assembleia não foi instalada, haja vista a presença de acionistas representando somente 55,06% de nosso capital social e que referido quórum não seria suficiente para deliberação dos assuntos constantes na ordem do dia.
12/05/2022	Assembleia Geral Extraordinária	Sim	A assembleia foi instalada com a presença de acionistas representando 55,88% de nosso capital social.
19/04/2022	Assembleia Geral Ordinária	Não	A assembleia foi instalada com a presença de acionistas representando 55,75% de nosso capital social.
23/03/2022	Assembleia Geral Extraordinária	Sim	A assembleia foi instalada com a presença de acionistas representando 55,64% de nosso capital social votante.
15/03/2022	Assembleia Geral Extraordinária	Sim	A assembleia foi instalada com a presença de acionistas representando 54,33% de nosso capital social votante.
14/01/2022	Assembleia Geral Extraordinária	Não	A assembleia foi instalada com a presença de acionistas representando 54,59% de nosso capital social votante.
03/11/2021	Assembleia Geral Extraordinária	Não	A assembleia foi instalada com a presença de acionistas representando

			54,15% de nosso capital social votante.
20/08/2021	Assembleia Geral Extraordinária	Sim	A assembleia foi instalada com a presença de acionistas representando 53,41% de nosso capital social votante.
09/08/2021	Assembleia Geral Extraordinária	Não	A assembleia não foi instalada, haja vista a presença de acionistas representando somente 53,71% de nosso capital social e que referido quórum não seria suficiente para deliberação dos assuntos constantes na ordem do dia.
08/07/2021	Assembleia Geral Extraordinária	Não	A assembleia foi instalada com a presença de acionistas representando 52,40% de nosso capital social.
15/04/2021	Assembleia Geral Ordinária	Não	A assembleia foi instalada com a presença de acionistas representando 59,19% de nosso capital social.
01/03/2021	Assembleia Geral Extraordinária	Não	A assembleia foi instalada com a presença de acionistas representando 61,05% de nosso capital social.
02/02/2021	Assembleia Geral Extraordinária	Não	A assembleia foi instalada com a presença de acionistas representando 61,15% de nosso capital social.
28/08/2020	Assembleia Geral Extraordinária	Não	A assembleia foi instalada com a presença de acionistas representando 75,64% de nosso capital social.
23/03/2020	Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	Não	A assembleia foi instalada com a presença de acionistas representando 78,58% de nosso capital social.
05/02/2020	Assembleia Geral Extraordinária	Não	A assembleia foi instalada com a presença de acionistas representando 65,26% de nosso capital social.

(b) Eleição de Representante dos Acionistas Minoritários no Conselho de Administração da Companhia

Em 19 de abril de 2022, foi realizada Assembleia Geral Ordinária, na qual os acionistas deliberaram, dentre outras matérias, a composição do Conselho de Administração da Companhia. Os acionistas minoritários da Companhia elegeram, em votação que não contou com a participação dos acionistas controladores, 2 (dois) membros efetivos e 01 (um) membro suplente do Conselho de Administração. Dessa forma, os membros eleitos são considerados independentes, atendendo ao propósito do artigo 141, §4º da Lei das Sociedades por Ações, bem como ao critério estabelecido no item 4.3.2 do Regulamento do Novo Mercado da B3.

(c) Código de Conduta Ética

Para atingirmos a excelência operacional e a uniformização de princípios éticos e valores entre nossos colaboradores, elaboramos e instituímos nosso Código de Conduta Ética (“Código de Conduta”), aprovado em 19 de março de 2015 e, atualizado em 04 de agosto de 2016, em 17 de outubro de 2018, em 05 de agosto de 2020, em 13 de dezembro de 2021 e em 08 de novembro de 2022, em reunião de nosso Conselho de Administração. Entendemos que, para manter nossa integridade, o sucesso e a sustentabilidade do nosso negócio, é essencial o estabelecimento de regras referentes à conduta, convivência, relacionamento com a imprensa, sigilo profissional, dentre outras.

O Código de Conduta orienta nossos colaboradores quanto às regras sobre oportunidades internas, contratações, política de divulgação de ato ou fato relevante e de negociação de ações, conflito de interesses, relacionamento com parceiros comerciais, concorrentes e empresas do grupo, venda de produtos, propriedade intelectual, patrimônio da Companhia, uso

dos sistemas eletrônicos de informação, participação política, sindicato, assédio e abuso de poder, relacionamento afetivo entre colaboradores, comércio entre colaboradores, parentesco, preconceito, uso de álcool, drogas e porte de armas, brindes e presentes, interação com clientes, fornecedores, comunidades e governo, mídia, publicidade, imprensa, segurança da informação, uso da marca e zelo pela imagem, apresentações, saúde, segurança e meio ambiente e gestão de registros.

Neste sentido, nosso Código de Conduta tem papel relevante na manutenção de nossa imagem e de nossos colaboradores junto ao mercado, razão pela qual exigimos a estrita observância de todas as normas nele instituídas e qualquer infração deve ser reportada por qualquer colaborador ao seu superior imediato ou aos nossos Diretores. Em caso de descumprimento de suas disposições, nossos colaboradores estão sujeitos a aplicação de medidas disciplinares. Medidas disciplinares também poderão ser estendidas inclusive à chefia imediata e/ou aos demais níveis hierárquicos, caso seja comprovada violação com participação, negligência ou displicência, conforme analisado pela Diretoria.

Para garantir a observância de nossas normas de conduta ética, as regras previstas no Código de Conduta Ética são objeto de treinamentos de integridade, os quais são obrigatórios a todos os nossos colaboradores, incluindo, mas não se limitando, aos nossos Diretores e Conselheiros, e reciclados sempre que necessário.

(d) Práticas de Governança Corporativa

Somos uma companhia comprometida em manter elevados padrões de governança corporativa, baseada em princípios que privilegiam a transparência, tratamento equitativo dos acionistas, prestação de contas, responsabilidade corporativa e respeito aos acionistas.

Adotamos práticas de governança corporativa recomendadas pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), conforme descritas abaixo:

- (i) temos um Comitê de Riscos, Compliance e Partes Relacionadas, incluído em nosso Estatuto Social em 15 de março de 2022 e instalado em 09 de maio de 2022. Seu funcionamento é regido pelo Conselho de Administração, pela Política de Gerenciamento de Riscos, pela Política de Transações com Partes Relacionadas e pelo Regimento Interno do Comitê de Riscos, Compliance e Partes Relacionadas (aprovado pelo Conselho de Administração de 16 de março de 2022), sendo que tais documentos estão disponíveis no *website* de relações com investidores da Companhia (<https://ri.wiz.co/>) e no *website* da CVM (www.cvm.gov.br);
- (ii) nosso Estatuto Social prevê um Comitê de Auditoria, criado em 01 de setembro de 2016 e cujo Regimento Interno foi aprovado na mesma data, o qual foi atualizado em 16 de março de 2022 e está disponível no *website* de relações com investidores da Companhia (<https://ri.wiz.co/>) e no *website* da CVM (www.cvm.gov.br);
- (iii) nosso Estatuto Social prevê um Comitê de Pessoas, Governança, Remuneração e Sustentabilidade (ASG), criado em 15 de março de 2022, como resultado da reestruturação do antigo Comitê de Gente e Remuneração, o qual é regido por um regimento próprio disponível no *website* de relações com investidores da Companhia (<https://ri.wiz.co/>) e no *website* da CVM (www.cvm.gov.br);
- (iv) nosso capital social é dividido apenas em ações ordinárias, proporcionando direito de voto a todos os acionistas;
- (v) nossa Assembleia Geral possui competência para deliberar sobre: (i) aumentos ou redução de nosso capital social (exceto quanto a aumentos dentro do limite do capital autorizado) e sobre a reforma de nosso Estatuto Social; (ii) a eleição e destituição, a qualquer tempo, de membros de nosso Conselho de Administração e conselho fiscal (se instalado); (iii) a aprovação das contas apresentadas por nossos administradores e a aprovação de nossas demonstrações financeiras; (iv) transformação, cisão, dissolução ou liquidação, envolvendo nossa Companhia; (v) a aprovação da remuneração global de nossos administradores; e (vi) aprovar planos de outorga de opção de compra de ações;
- (vi) a pauta de nossas assembleias gerais e a documentação pertinente, com o maior detalhamento possível, são tornadas públicas e disponibilizadas na data da primeira convocação, e não incluem o item “outros assuntos”, bem como são acompanhadas, sempre que exigido por normas da CVM, de proposta da administração com

informações detalhadas sobre cada item que dela conste (sendo que essas propostas são disponibilizadas em nosso *website* e encaminhadas à CVM e à B3 (a partir da listagem das ações de nossa emissão na bolsa);

- (vii) nosso Estatuto Social prevê regras claras e objetivas para votação dos acionistas reunidos em Assembleia Geral;
- (viii) nosso Estatuto Social determina, de forma clara e objetiva, as matérias que são de competência de cada um dos nossos órgãos diretivos e consultivos e da Assembleia Geral;
- (ix) registramos, sempre que requerido por nossos acionistas, a ocorrência de votos dissidentes;
- (x) enviamos à CVM e à B3 (a partir da listagem das ações de nossa emissão na bolsa) todas as atas de nossas assembleias gerais;
- (xi) na hipótese de alienação direta ou indireta de nosso controle acionário, o adquirente do controle tem a obrigação de realizar oferta pública de aquisição de ações a todos os nossos acionistas, de modo a proporcionar tratamento igualitário àquele dado ao acionista alienante das ações representativas do controle;
- (xii) contratamos empresa de auditoria independente para análise de nossos balanços e demais demonstrativos financeiros;
- (xiii) os membros de nosso Conselho de Administração, que é composto por, no mínimo, 8 e, no máximo, 13 membros, possuem mandato unificado de dois anos, permitida a reeleição;
- (xiv) caso nossa Companhia possua diretor executivo, esse não poderá ocupar o cargo de presidente de nosso Conselho de Administração, exceto nas hipóteses previstas no Regulamento do Novo Mercado da B3;
- (xv) possuímos uma política de divulgação de atos ou fatos relevantes, que elenca nosso Diretor de Relações com Investidores como principal porta-voz da Companhia;
- (xvi) adotamos uma política de negociação com ações de nossa emissão, aprovada por nosso Conselho de Administração, e possuímos controles que viabilizam seu cumprimento;
- (xvii) possuímos um código de conduta, que deve ser observado por todos os nossos funcionários, diretores e membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal (quando instalado);
- (xviii) nosso Estatuto Social possui provisões para a instalação de conselho fiscal;
- (xix) nosso Estatuto Social contém disposições claras sobre a forma: (a) de convocação de nossas assembleias gerais; e (b) de eleição, destituição e tempo de mandato de nossos conselheiros e diretores;
- (xx) divulgamos, no início de cada exercício social, um calendário informando todos os eventos corporativos previstos para aquele exercício;
- (xxi) exigimos que todos os membros de nosso Conselho de Administração e Diretoria informem ao nosso Diretor de Relações com Investidores, à B3 (a partir da listagem das ações de nossa emissão na bolsa) e à CVM, periodicamente, a quantidade de ações de nossa emissão das quais são titularidades e as negociações que, eventualmente, tenham sido realizadas com tais ações;
- (xxii) realizamos, com transparência, a publicação do relatório anual de nossa administração;
- (xxiii) os membros de nosso Conselho de Administração possuem livre acesso às nossas informações e instalações;
- (xxiv) nosso Estatuto Social prevê a resolução de conflitos entre nós, nossos acionistas, nossos administradores e membros de nosso conselho fiscal (se instalado), por meio de arbitragem;
- (xxv) os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia participaram de treinamento oferecido pelo IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, no dia 29 de novembro de 2022; e

- (xxvi) a Companhia disponibiliza os documentos referentes às pautas das Reuniões do Conselho de Administração, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da Reunião, para análise dos Conselheiros.

(e) Informações adicionais ao item 7.3/7.4

Mandato do Diretor Lucas Moreno Neves

O Sr. Lucas Moreno Neves ("Lucas") foi eleito pelo Conselho de Administração da Companhia como Diretor Financeiro da Companhia em 22 de dezembro de 2023, sendo que sua posse em referido cargo ocorreu em 16 de janeiro de 2023. Na mesma ocasião, o Conselho de Administração da Companhia decidiu pela propositura à Assembleia Geral de Acionistas da Companhia de reforma estatutária para reestruturação dos cargos e atribuições da Diretoria Estatutária da Companhia, de modo que a Diretoria passasse a ser composta, automaticamente, ao menos, pelos seguintes cargos: (i) Diretor Presidente, (ii) Diretor Financeiro e de Relações com Investidores e (iii) Diretor Executivo. Deste modo, sujeito à reforma estatutária a ser à época proposta à Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, o Sr. Lucas passaria automaticamente a exercer o cargo de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia.

A alteração estatutária proposta pelo Conselho de Administração da Companhia foi aprovada em sede de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de março de 2023, sendo que as informações referentes ao Sr. Lucas contidas no item 7.3/7.4 deste Formulário de Referência são relacionadas à sua posse como "Diretor Financeiro e de Relações com Investidores" da Companhia.

Mandato do Diretor Marcus Vinicius de Oliveira

O Sr. Marcus Vinicius de Oliveira ("Marcus") foi eleito pelo Conselho de Administração da Companhia, sujeito a aprovação da reforma estatutária infra mencionada, como Diretor Executivo da Companhia em 22 de dezembro de 2023, devendo assumir interinamente o cargo de Diretor Presidente e de Relações com Investidores da Companhia, sendo que sua posse em referido cargo ocorreu em 16 de janeiro de 2023. Na mesma ocasião, o Conselho de Administração da Companhia decidiu pela propositura à Assembleia Geral de Acionistas da Companhia de reforma estatutária para reestruturação dos cargos e atribuições da Diretoria Estatutária da Companhia, de modo que a Diretoria passasse a ser composta, automaticamente, ao menos, pelos seguintes cargos: (i) Diretor Presidente, (ii) Diretor Financeiro e de Relações com Investidores e (iii) Diretor Executivo. Deste modo, sujeito à reforma estatutária a ser à época proposta à Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, o Sr. Marcus passaria automaticamente a exercer o cargo de Diretor Executivo da Companhia, permanecendo no cargo de Diretor Presidente interinamente.

A alteração estatutária proposta pelo Conselho de Administração da Companhia foi aprovada em sede de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de março de 2023, sendo que as informações referentes ao Sr. Marcus contidas no item 7.3/7.4 deste Formulário de Referência são relacionadas à sua posse como "Diretor Presidente" interino da Companhia.

(f) Informações sobre o relacionamento mantido entre a Diretoria e o Comitê de Auditoria Estatutário

O Comitê de Auditoria reuniu-se 4 (quatro) vezes no ano de 2022, nos dias: 04/03/2022, 06/05/2022, 04/08/2022 e 03/11/2022, sendo que em todas as Reuniões do Comitê de Auditoria, houve a participação do então Diretor Financeiro da Companhia.

O Comitê de Auditoria reunir-se-á, no mínimo, 6 (seis) vezes no ano de 2023, previstas nas seguintes datas: 31/01/2023, 09/03/2023, 05/05/2023, 24/07/2023, 23/10/2023 e 18/12/2023, tendo já se realizado as 3 (três) primeiras reuniões.

(g) Informações sobre Comitês Não Estatutários

Comitê de Segurança da Informação e Privacidade

A Companhia possui um comitê não estatutário de Segurança da Informação e Privacidade ("Comitê de Segurança da Informação e Privacidade"), como forma de minimizar os riscos de violação de segurança da informação e proteger suas

informações confidenciais contra ameaças internas e externas, o qual visa, dentre outras atribuições: (a) garantir que as informações confidenciais sejam acessíveis apenas para pessoas autorizadas; (b) garantir que as informações não sejam alteradas ou corrompidas por pessoas não autorizadas ou por falhas no sistema; (c) garantir que as informações e sistemas estejam disponíveis quando necessário; (d) identificar e gerenciar os riscos de segurança da informação para minimizar a possibilidade de violações de segurança; (e) identificar, avaliar e mitigar as vulnerabilidades em todos os sistemas e aplicativos do Sistema de Gestão de Segurança da Informação; (f) garantir que as políticas, leis e regulamentos aplicáveis à segurança da informação sejam cumpridos; (g) garantir que os equipamentos e instalações que abrigam as informações sejam protegidos contra roubo, incêndio, inundação e outros desastres; e (h) garantir que os fornecedores e parceiros cumpram as políticas de segurança da informação da organização e implementem medidas de segurança adequada.

O Comitê de Segurança da Informação e Privacidade, no âmbito de suas atividades, viabiliza soluções que buscam: (a) fornecer orientação estratégica e garantir que sejam alcançados os objetivos do negócio do Grupo Wiz Co; (b) manter o foco e promover a Segurança da Informação no Conglomerado Wiz, aprovando políticas e normas que reflitam a cultura da organização; (c) dar direcionamento, revisar e atualizar a estratégia de Segurança da Informação, garantindo que sua política, normas, planos e procedimentos sejam adequadamente atualizados e seguidos pelos colaboradores; (d) garantir que os riscos à Segurança da Informação sejam analisados, avaliados e tratados de acordo com o apetite de risco da organização, definido na metodologia de gestão de riscos de segurança da informação detalhada na Norma de Gestão de Riscos de Segurança da Informação; (e) analisar recomendações para a implementação de controles quanto a seu custo/benefício; (f) garantir que a devida conscientização sobre Segurança da Informação seja fornecida a todos os colaboradores, prestadores de serviços, parceiros e fornecedores do Conglomerado Wiz; (g) viabilizar recursos financeiros para as ações de Segurança da Informação; e (h) analisar infrações e aplicar sanções e punições referentes à incidentes de Segurança da Informação.

O Comitê de Segurança da Informação e Privacidade está subordinado ao Diretor de Tecnologia da Informação.

8. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

8.1 Política ou prática de remuneração

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso a Companhia divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A nossa prática de remuneração tem como principal finalidade promover o alinhamento dos interesses dos nossos administradores com os interesses dos nossos acionistas. Para tal, a remuneração dos nossos administradores é fixada utilizando como parâmetros as práticas de remuneração aplicadas pelo mercado para empresas de porte semelhante ao nosso. Nosso Comitê de Pessoas, Governança, Remuneração e Sustentabilidade (ASG) é responsável por avaliar, anualmente, a remuneração oferecida à nossa alta administração.

b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

A nossa política de remuneração da administração, em linha com as melhores práticas de governança corporativa, visa atrair e reter os melhores profissionais do mercado. A remuneração é estabelecida com base em pesquisas de mercado e alinhada, diretamente, aos interesses dos nossos executivos e acionistas.

i. os órgãos e comitês da Companhia que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

A remuneração individual dos membros do nosso Conselho de Administração é avaliada, anualmente, pelo próprio Conselho de Administração, por meio do seu Comitê de Pessoas, Governança, Remuneração e Sustentabilidade (ASG), e é aprovada conjuntamente com a proposta de remuneração da Diretoria.

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal, quando instalado, será estabelecida pela Assembleia Geral de Acionistas que os eleger.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Para assegurar que a prática de remuneração esteja em conformidade com a legislação, normas e regulamentos que disciplinam o assunto, a metodologia utilizada para avaliação da remuneração individual leva em consideração: (i) as responsabilidades dos administradores, considerando os diferentes cargos que ocupam e as funções que desempenham; (ii) o tempo dedicado às suas funções; (iii) a competência e reputação profissional, tendo em vista a sua experiência e qualificação; e (iv) o valor de seus serviços praticados no mercado.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração da Companhia

O Conselho de Administração avalia a adequação da nossa política de remuneração anualmente, quando da fixação da remuneração individual da Diretoria. Essa avaliação consiste em verificar se a política praticada por nós condiz com as responsabilidades de cada membro da nossa administração, bem como com o volume de trabalho do cargo, com o negócio por nós desenvolvido e com a nossa situação econômico-financeira no exercício social em questão.

c. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

Segue abaixo a descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles, segregados por órgão da administração:

Conselho de Administração

Composição da Remuneração	Descrição e Objetivos
Remuneração Fixa Anual	Os membros do nosso Conselho de Administração fazem jus a uma remuneração fixa mensal, correspondente aos honorários atribuídos ao exercício da função. A parcela fixa tem o objetivo de remunerar os membros do nosso conselho de administração pelo tempo disponibilizado para presença nas reuniões do conselho de administração e a complexidade das matérias submetidas a sua análise. Entretanto, o Presidente do Conselho de Administração faz jus a remuneração distinta dos demais em virtude de sua dedicação e importante papel no desenvolvimento da estratégia da Companhia.
Remuneração Variável	Os membros do nosso Conselho de Administração não fazem jus à remuneração variável
Benefícios Pós-Emprego	Os membros do nosso Conselho de Administração não fazem jus a benefícios pós-emprego.
Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo	Os membros do nosso Conselho de Administração não fazem jus a benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo. Entretanto, o Presidente do Conselho de Administração, em comum acordo com a Companhia, deverá cumprir obrigações de não-concorrência e não-solicitação, conforme fixado em contrato.
Remuneração baseada em Ações	De acordo com o plano de outorga de opção de compra de ações fantasma, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 05.02.2020 (" <u>AGE</u> "), os membros de nosso Conselho de Administração poderão vir a fazer jus a remuneração baseada em ações. Entretanto, na data deste Formulário de Referência, não havia membros do Conselho de Administração beneficiários do programa de outorga de opção de compra de ações fantasma ora vigente.

Diretoria Estatutária

Composição da Remuneração	Descrição e Objetivos
Remuneração Fixa Anual	Os membros da nossa Diretoria Estatutária fazem jus a uma remuneração fixa mensal, definida por nosso Conselho de Administração, correspondente aos honorários atribuídos ao exercício da função. O salário base leva em consideração o nível de responsabilidade do cargo, o desenvolvimento e a experiência do executivo, bem como o seu valor no mercado de trabalho (considerando dados de mercado, oriundos de pesquisas salariais contratadas junto a consultorias especializadas).
Remuneração Variável	Os membros da nossa Diretoria Estatutária fazem jus a participação nos lucros vinculada ao atingimento de metas pré-estabelecidas e acordadas com o Conselho de Administração. Com isto, busca-se aumentar o envolvimento dos colaboradores com o nosso resultado, aprimorando o desempenho coletivo e reforçando o trabalho em equipe. O valor da participação é definido por meio de indicadores de desempenho, aprovados por nosso Conselho de Administração, com a finalidade de valorizar o mérito e resultados alcançados por cada um em seu trabalho e a maior participação dos colaboradores na produtividade da nossa Companhia. Os membros da Diretoria Estatutária não fazem jus a remuneração por participação em reuniões e comissões.
Benefícios Pós-Emprego	Os membros da nossa Diretoria não fazem jus a benefícios pós-emprego.

Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo	O Diretor Presidente e o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, motivados pela cessação do exercício do cargo poderão, em comum acordo com a Companhia, cumprir obrigações de não-concorrência e não-solicitação, conforme fixado em contrato.
Remuneração baseada em Ações	Os membros da Diretoria Estatutária fazem jus à remuneração baseada em ações.

Diretoria Não Estatutária

Composição da Remuneração	Descrição e Objetivos
Remuneração Fixa Anual	Os membros da nossa Diretoria Não Estatutária fazem jus a uma remuneração fixa mensal, definida por nossa Diretoria Estatutária, correspondente aos honorários atribuídos ao exercício da função. O salário base leva em consideração o nível de responsabilidade do cargo, o desenvolvimento e a experiência do executivo, bem como o seu valor no mercado de trabalho (considerando dados de mercado, oriundos de pesquisas salariais contratadas junto a consultorias especializadas).
Remuneração Variável	Os membros da nossa Diretoria Não Estatutária fazem jus a participação nos lucros vinculada ao atingimento de metas pré-estabelecidas e acordadas com a nossa Diretoria Estatutária. Com isto, busca-se aumentar o envolvimento desses diretores com o nosso resultado, aprimorando o desempenho coletivo e reforçando o trabalho em equipe. O valor da participação nos lucros é definido por meio de indicadores de desempenho, aprovados pela nossa Diretoria Estatutária, com a finalidade de valorizar o mérito e resultados alcançados por cada um em seu trabalho e a maior participação dos diretores na produtividade da nossa Companhia. Os referidos diretores não fazem jus à remuneração por participação em reuniões e comissões.
Benefícios Pós-Emprego	Os membros da Diretoria Não Estatutária não fazem jus a benefícios pós-emprego.
Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo	Os membros da nossa Diretoria Não Estatutária não fazem jus a benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.
Remuneração Baseada em Ações	Os membros da Diretoria Não Estatutária fazem jus à remuneração baseada em ações.

Conselho Fiscal

Na data deste Formulário de Referência, não possuíamos Conselho Fiscal instalado.

Comitês Estatutários

Na data deste Formulário de Referência, possuíamos 04 (quatro) Comitês Estatutários: (i) o Comitê de Riscos, *Compliance* e Partes Relacionadas; (ii) o Comitê de Auditoria; (iii) o Comitê de Pessoas, Governança, Remuneração e Sustentabilidade (ASG); e (iv) Comitê de Investimentos, Estrutura de Capital e Dividendos. Os membros dos Comitês Estatutários fazem jus à remuneração, conforme descrito a seguir:

Comitê de Auditoria

Composição da Remuneração	Descrição e Objetivos
----------------------------------	------------------------------

Remuneração Fixa Anual	Os membros do nosso Comitê de Auditoria fazem jus a uma remuneração fixa mensal, correspondente aos honorários atribuídos ao exercício da função. A parcela fixa tem o objetivo de remunerar os membros do nosso Comitê de Auditoria pelo tempo disponibilizado para presença nas reuniões do Comitê de Auditoria e a complexidade das matérias submetidas a sua análise.
Remuneração Variável	Os membros do nosso Comitê de Auditoria não fazem jus à remuneração variável.
Benefícios Pós-Emprego	Os membros do nosso Comitê de Auditoria não fazem jus a benefícios pós-emprego.
Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo	Os membros do nosso Comitê de Auditoria não fazem jus a benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.
Remuneração baseada em Ações	Os membros do nosso Comitê de Auditoria não fazem jus à remuneração baseada em ações.

Comitê de Pessoas, Governança, Remuneração e Sustentabilidade (ASG)

Composição da Remuneração	Descrição e Objetivos
Remuneração Fixa Anual	Os membros do nosso Comitê de Pessoas, Governança, Remuneração e Sustentabilidade - ASG fazem jus a uma remuneração fixa mensal, correspondente aos honorários atribuídos ao exercício da função. A parcela fixa tem o objetivo de remunerar os membros do nosso Comitê de Pessoas, Governança, Remuneração e Sustentabilidade pelo tempo disponibilizado para presença nas reuniões do Comitê de Pessoas, Governança, Remuneração e Sustentabilidade e a complexidade das matérias submetidas a sua análise.
Remuneração Variável	Os membros do nosso Comitê de Pessoas, Governança, Remuneração e Sustentabilidade não fazem jus à remuneração variável.
Benefícios Pós-Emprego	Os membros do nosso Comitê de Pessoas, Governança, Remuneração e Sustentabilidade não fazem jus a benefícios pós-emprego.
Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo	Os membros do nosso Comitê de Pessoas, Governança, Remuneração e Sustentabilidade não fazem jus a benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.
Remuneração baseada em Ações	Os membros do nosso Comitê de Pessoas, Governança, Remuneração e Sustentabilidade não fazem jus a remuneração baseada em ações.

Comitê de Riscos, Compliance e Partes Relacionadas

Composição da Remuneração	Descrição e Objetivos
Remuneração Fixa Anual	Os membros do nosso Comitê de Riscos, Compliance e Partes Relacionadas fazem jus a uma remuneração fixa mensal, correspondente aos honorários atribuídos ao exercício da função. A parcela fixa tem o objetivo de remunerar os membros do nosso Comitê de Riscos, Compliance e Partes Relacionadas pelo tempo disponibilizado para presença nas reuniões do Comitê de Riscos, Compliance e Partes Relacionadas e a complexidade das matérias submetidas a sua análise.
Remuneração Variável	Os membros do nosso Comitê de Riscos, Compliance e Partes Relacionadas não fazem jus à remuneração variável.
Benefícios Pós-Emprego	Os membros do nosso Comitê de Riscos, Compliance e Partes Relacionadas não fazem jus a benefícios pós-emprego.
Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo	Os membros do nosso Comitê de Riscos, Compliance e Partes Relacionadas não fazem jus a benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.
Remuneração baseada em Ações	Os membros do nosso Comitê de Riscos, Compliance e Partes Relacionadas não fazem jus a remuneração baseada em ações.

Comitê de Investimentos, Estrutura de Capital e Dividendos

Composição da Remuneração	Descrição e Objetivos
Remuneração Fixa Anual	Os membros do nosso Comitê de Investimentos, Estrutura de Capital e Dividendos fazem jus a uma remuneração fixa mensal, correspondente aos honorários atribuídos ao exercício da função. A parcela fixa tem o objetivo de remunerar os membros do nosso Comitê de Investimentos, Estrutura de Capital e Dividendos pelo tempo disponibilizado para presença nas reuniões do Comitê de Investimentos, Estrutura de Capital e Dividendos e a complexidade das matérias submetidas a sua análise.
Remuneração Variável	Os membros do nosso Comitê de Investimentos, Estrutura de Capital e Dividendos não fazem jus à remuneração variável.
Benefícios Pós-Emprego	Os membros do nosso Comitê de Investimentos, Estrutura de Capital e Dividendos não fazem jus a benefícios pós-emprego.
Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo	Os membros do nosso Comitê de Investimentos, Estrutura de Capital e Dividendos não fazem jus a benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.
Remuneração baseada em Ações	Os membros do nosso Comitê de Investimentos, Estrutura de Capital e Dividendos não fazem jus a remuneração baseada em ações.

- **seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia**

A remuneração fixa paga mensalmente aos membros do nosso Conselho de Administração, Diretoria Estatutária, Diretoria Não Estatutária, Comitê de Auditoria, Comitê de Pessoas, Governança, Remuneração e Sustentabilidade (ASG), Comitê de Riscos, *Compliance* e Partes Relacionadas e Comitê de Investimentos, Estrutura de Capital e Dividendos se alinha a nossos interesses de curto prazo, que objetiva atrair, motivar e reter profissionais qualificados.

A remuneração variável se baseia no nosso desempenho e evolução, de acordo com o planejamento estratégico estabelecido, no sentido de incentivar nossa administração a conduzir com êxito nossos negócios, tanto no curto, como no médio prazo, de modo alinhado com o retorno aos acionistas.

A remuneração baseada em ações, consubstanciada nos Planos previstos no item 8.4 deste Formulário de Referência, alinha-se à remuneração dos Diretores Estatutários e dos membros do Conselho de Administração, na medida em que o valor de mercado de nossas ações tende a refletir a percepção dos investidores sobre nosso desempenho presente e futuro, incentivando-os à gestão sustentável do nosso negócio no médio e longo prazo. Nos termos dos Planos, poderão ser beneficiários os Diretores e o Presidente do Conselho de Administração da Companhia, em relação ao Plano 2020, e os membros da Diretoria Estatutária, em relação ao Plano 2023.

- **sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais**

2022					
Composição da Remuneração	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Diretoria Não Estatutária	Comitês
Remuneração Fixa Mensal					
<i>Salário ou pró-labore</i>	73,66%	n.a.	27,85%	54,8%	100%
<i>Benefícios Diretos ou Indiretos</i>	0,91%	n.a.	6,08%	11,4%	n.a.
<i>Participação em Comitês</i>	25,43%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
<i>Outros</i>	n.a.	n.a.	5,04%	n.a.	n.a.
Remuneração Variável					
<i>Bônus</i>	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

<i>Participação nos Resultados</i>	n.a.	n.a.	25,71%	33,8%	n.a.
<i>Participações em Reuniões</i>	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
<i>Comissões</i>	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
<i>Outros</i>	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Benefícios Pós-Emprego	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Cessação do Exercício do Cargo	n.a.	n.a.	34,32%	n.a.	n.a.
Remuneração Baseada em Ações	n.a.	n.a.	1,0%	n.a.	n.a.
TOTAL	100,00%	0,0%	100,00%	100,00%	100,00%

2021					
Composição da Remuneração	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Diretoria Não Estatutária	Comitês
Remuneração Fixa Mensal					
<i>Salário ou pró-labore</i>	20,94%	n.a.	47,85%	55,52%	100%
<i>Benefícios Diretos ou Indiretos</i>	0,90%	n.a.	11,77%	9,50%	n.a.
<i>Participação em Comitês</i>	6,58%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
<i>Outros</i>	3,08%	n.a.	5,94%	n.a.	n.a.
Remuneração Variável					
<i>Bônus</i>	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
<i>Participação nos Resultados</i>	1,84%	n.a.	34,44%	34,98%	n.a.
<i>Participações em Reuniões</i>	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
<i>Comissões</i>	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
<i>Outros</i>	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Benefícios Pós-Emprego	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Cessação do Exercício do Cargo	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Remuneração Baseada em Ações	66,66%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
TOTAL	100,00%	0,0%	100,00%	100,00%	100,00%

2020					
Composição da Remuneração	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Diretoria Não Estatutária	Comitês
Remuneração Fixa Mensal					
<i>Salário ou pró-labore</i>	52,50%	n.a.	14,10%	57,81%	100,00%
<i>Benefícios Diretos ou Indiretos</i>	3,78%	n.a.	3,74%	9,81%	n.a.
<i>Participação em Comitês</i>	13,93%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
<i>Outros</i>	8,49%	n.a.	2,87%	n.a.	n.a.
Remuneração Variável					
<i>Bônus</i>	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
<i>Participação nos Resultados</i>	21,30%	n.a.	30,57%	32,38%	n.a.
<i>Participações em Reuniões</i>	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
<i>Comissões</i>	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

<i>Outros</i>	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Benefícios Pós-Emprego	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Cessação do Exercício do Cargo	n.a.	n.a.	48,73%	n.a.	n.a.
Remuneração Baseada em Ações	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
TOTAL	100,00%	0,0%	100,00%	100,00%	100,00%

- **sua metodologia de cálculo e de reajuste**

O reajuste da remuneração fixa de nossos executivos segue a mesma regra estabelecida no nosso acordo coletivo de trabalho, bem como regras de movimentação internas que valorizam o desempenho individual. Pesquisas salariais são realizadas anualmente, com o intuito de subsidiar tomada de decisões que buscam manter a competitividade externa.

Não há metodologia de reajuste específico para a remuneração variável de nossa Diretoria.

- **principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG**

Remuneração Fixa: A parcela fixa da remuneração da Diretoria, do Conselho de Administração e dos Comitês não é impactada por indicadores de desempenho.

Remuneração Variável: Para determinação de todos os itens de remuneração são levados em consideração o desempenho dos diretores e suas metas. Nesse caso, a remuneração variável está diretamente ligada aos indicadores de desempenho e metas definidas para cada período. Com relação à remuneração variável assegurada aos diretores estatutários e não-estatutários, o principal indicador de desempenho levado em consideração, na determinação da referida remuneração, é o EBITDA. Ainda, a partir do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, foi incorporado o indicador relacionado às metas ASG da Companhia como componente dos indicadores considerados para determinação da remuneração variável dos executivos. Essas metas são definidas a partir do plano estratégico ASG da Wiz para o período.

A avaliação do cumprimento de metas é feita, inicialmente, por meio da análise do cumprimento das metas financeiras de nossa Companhia, bem como das metas ASG, de forma global, sendo, posteriormente, realizada a análise do cumprimento das metas estabelecidas para cada profissional, de forma individual.

Remuneração baseada em ações: A remuneração baseada em ações é destinada aos diretores estatutários e está atrelada ao desempenho e à evolução do valor de mercado das ações de emissão da Companhia, que por sua vez, reflete, indiretamente, nosso desempenho financeiro e operacional.

Os diretores não-estatutários contam com um Plano de Retenção e Incentivo, no qual é creditado bônus por Performance aos elegíveis, caso atinjam metas de performance vinculadas ao preço de ação de emissão da Companhia.

ii. razões que justificam a composição da remuneração

Nossa política de remuneração aplicada às nossas Diretorias Estatutária e Não Estatutária, visa à remuneração dos profissionais de acordo com as responsabilidades do cargo, práticas de mercado de companhias com porte similar ao nosso e nosso nível de competitividade. Dessa forma, a remuneração fixa recebida mensalmente por tais diretores se refere ao cumprimento das obrigações funcionais associadas aos cargos ocupados, enquanto a remuneração variável está vinculada ao cumprimento de metas estabelecidas para cada período anual. A remuneração baseada em ações, por sua vez, está vinculada ao valor de mercado de nossas ações, refletindo, indiretamente, nosso desempenho. Acreditamos que a combinação entre os componentes fixos e variáveis da remuneração por nós praticada atende aos desafios existentes no curto, médio e longo prazo, sem comprometer a sustentabilidade do negócio.

A remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração, por sua vez, é estruturada de modo a remunerar o esforço periódico para atuação nas reuniões do Conselho de Administração.

iii. a existência de membros não remunerados pela Companhia e a razão para esse fato

Os membros suplentes de nosso Conselho de Administração somente são remunerados, caso tenham que suprir eventual vacância de algum conselheiro efetivo.

Adicionalmente, todos os membros dos Comitês Estatutários são remunerados. Para mais informações, *vide* item 8.1.c (i).

d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não aplicável. Não há remuneração suportada por nossas subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia

Não aplicável. Não há remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário envolvendo a nossa Companhia.

8.2 Remuneração Total por Órgão

Exercício Social	31/12/2023	Valor total da remuneração (R\$)	17.780.777,20
Remuneração por órgão (reais)			
Órgão da administração	Conselho de Administração	Valor total remuneração do órgão	4.837.742,00
Nº total de membros	9,00	Nº de membros remunerados	9,00
Remuneração fixa anual			
Salário ou pró-labore	3.585.175,00	Benefícios direto e indireto	52.567,00
Participações em comitês	1.200.000,00	Outros	0
Descrição de outras remunerações fixas			
Remuneração variável			
Bônus	0	Participação de resultados	0
Participações em reuniões	0	Comissões	0
Outros	0	Descrição de outras remunerações variáveis	-
Outros benefícios de remuneração			
Pós-Emprego	0	Cessação do cargo	0
Baseada em ações (incluindo opções)	0	Observação	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP
Órgão da administração	Diretoria Estatutária	Valor total remuneração do órgão	12.943.035,20
Nº total de membros	2,00	Nº de membros remunerados	2,00
Remuneração fixa anual			
Salário ou pró-labore	2.645.271,00	Benefícios direto e indireto	628.433,20
Participações em comitês	0	Outros	0
Descrição de outras remunerações fixas			
Remuneração variável			
Bônus	0	Participação de resultados	2.731.952,00
Participações em reuniões	0	Comissões	0
Outros	0	Descrição de outras remunerações variáveis	
Outros benefícios de remuneração			
Pós-Emprego	0	Cessação do cargo	3.008.668,00
Baseada em ações (incluindo opções)	3.928.711,00	Observação	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP
Exercício Social	31/12/2022	Valor total da remuneração (R\$)	12.309.739,27

Remuneração por órgão (reais)			
Órgão da administração	Conselho de Administração	Valor total remuneração do órgão	4.718.861,66
Nº total de membros	9,00	Nº de membros remunerados	9,00
Remuneração fixa anual			
Salário ou pró-labore	3.475,867,00	Benefícios direto e indireto	42.994,66
Participações em comitês	1.200.000,00	Outros	0
Descrição de outras remunerações fixas			
Remuneração variável			
Bônus	0	Participação de resultados	0
Participações em reuniões	0	Comissões	0
Outros	0	Descrição de outras remunerações variáveis	-
Outros benefícios de remuneração			
Pós-Emprego	0	Cessação do cargo	0
Baseada em ações (incluindo opções)	0	Observação	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP
Órgão da administração	Diretoria Estatutária	Valor total remuneração do órgão	7.590.877,61
Nº total de membros	2,00	Nº de membros remunerados	2,00
Remuneração fixa anual			
Salário ou pró-labore	2.114.179,73	Benefícios direto e indireto	844.188,71
Participações em comitês	0	Outros	0
Descrição de outras remunerações fixas			
Remuneração variável			
Bônus	0	Participação de resultados	1.951.550,52
Participações em reuniões	0	Comissões	0
Outros		Descrição de outras remunerações variáveis	
Outros benefícios de remuneração			
Pós-Emprego	0	Cessação do cargo	2.605.246,53
Baseada em ações (incluindo opções)	75.712,12	Observação	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP
Exercício Social	31/12/2021	Valor total da remuneração (R\$)	19.066.860,00
Remuneração por órgão (reais)			
Órgão da administração	Conselho de Administração	Valor total remuneração do órgão	15.026.367,00
Nº total de membros	8,58	Nº de membros remunerados	8,58

Remuneração fixa anual			
Salário ou pró-labore	3.146.544,00	Benefícios direto e indireto	135.679,00
Participações em comitês	987.636,00	Outros	463.422,00
Descrição de outras remunerações fixas		Contribuições previdenciárias suportadas pela Companhia	
Remuneração variável			
Bônus	0	Participação de resultados	277.086,00
Participações em reuniões	0	Comissões	0
Outros	466.222,49	Descrição de outras remunerações variáveis	-
Outros benefícios de remuneração			
Pós-Emprego	0	Cessação do cargo	0
Baseada em ações (incluindo opções)	10.016.000,00	Observação	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP
Órgão da administração	Diretoria Estatutária	Valor total remuneração do órgão	4.040.493,00
Nº total de membros	2,00	Nº de membros remunerados	2,00
Remuneração fixa anual			
Salário ou pró-labore	1.933.743,00	Benefícios direto e indireto	475.391,00
Participações em comitês	0	Outros	240.000,00
Descrição de outras remunerações fixas		Contribuições previdenciárias suportadas pela Companhia	
Remuneração variável			
Bônus	0	Participação de resultados	1.391.359,00
Participações em reuniões	0	Comissões	0
Outros	0	Descrição de outras remunerações variáveis	-
Outros benefícios de remuneração			
Pós-Emprego	0	Cessação do cargo	0
Baseada em ações (incluindo opções)	0	Observação	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP

Exercício Social	31/12/2020	Valor total da remuneração (R\$)	17.784.942,27
Remuneração por órgão (reais)			
Órgão da administração	Conselho de Administração	Valor total remuneração do órgão	5.460.866,94
Nº total de membros	8,92	Nº de membros remunerados	8,92
Remuneração fixa anual			
Salário ou pró-labore	2.867.119,50	Benefícios direto e indireto	206.534,21
Participações em comitês	760.539,07	Outros	463.422,48
Descrição de outras remunerações fixas		Contribuições previdenciárias suportadas pela Companhia	
Remuneração variável			
Bônus	0	Participação de resultados	1.163.251,68
Participações em reuniões	0	Comissões	0
Outros	0	Descrição de outras remunerações variáveis	-
Outros benefícios de remuneração			
Pós-Emprego	0	Cessação do cargo	0
Baseada em ações (incluindo opções)	0	Observação	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP
Órgão da administração	Diretoria Estatutária	Valor total remuneração do órgão	12.324.075,33
Nº total de membros	2,00	Nº de membros remunerados	2,00
Remuneração fixa anual			
Salário ou pró-labore	1.737.937,03	Benefícios direto e indireto	460.731,93
Participações em comitês	0	Outros	353.404,31
Descrição de outras remunerações fixas		Contribuições previdenciárias suportadas pela Companhia	
Remuneração variável			
Bônus	0	Participação de resultados	3.766.960,72
Participações em reuniões	0	Comissões	0
Outros	0	Descrição de outras remunerações variáveis	-
Outros benefícios de remuneração			
Pós-Emprego	0	Cessação do cargo	6.005.041,34
Baseada em ações (incluindo opções)	0	Observação	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP

8.3 Remuneração variável

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente, a ser encerrado em 31 de dezembro de 2023.			
a. órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
b. número total de membros	9,00	2,00	0,00
c. número de membros remunerados	0,00	2,00	0,00
d. em relação ao bônus:			
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos exercício social	0,00	0,00	0,00
e. em relação à participação no resultado:			
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0,00
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	0	2.731.952,17	0,00
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0	2.141.301,45	0,00
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos exercício social	0,00	0,00	0,00

Remuneração variável referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.			
a. órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
b. número total de membros	9,00	2,00	0,00
c. número de membros remunerados	0,00	2,00	0,00
d. em relação ao bônus:			
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00

iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos exercício social	0,00	0,00	0,00
e. em relação à participação no resultado:			
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	2.061.852,00	0,00
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	1.956.335,99	0,00
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos exercício social	0	1.951.550,52	0,00

Remuneração variável referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.			
a. órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
b. número total de membros	8,58	2,00	0,00
c. número de membros remunerados	8,58	2,00	0,00
d. em relação ao bônus:			
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos exercício social	0,00	0,00	0,00
e. em relação à participação no resultado:			
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	277.086,00	1.948.716,00	0,00

iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	277.086,00	1.391.359,00	0,00
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos exercício social	277.086,00	1.391.359,00	0,00

Remuneração variável referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.			
a. órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
b. número total de membros	8,92	2,00	0,00
c. número de membros remunerados	8,92	2,00	0,00
d. em relação ao bônus:			
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos exercício social	0,00	0,00	0,00
e. em relação à participação no resultado:			
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	1.300.180,46	4.143.656,79	0,00
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	1.163.251,68	3.766.960,72	0,00
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos exercício social	1.163.251,68	3.766.960,72	0,00

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Em 05 de fevereiro de 2020, nossos acionistas aprovaram em sede de Assembleia Geral Extraordinária o Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações Fantasma da Companhia – *Phantom Options* e o Programa de Outorga de Opções de Compra de Ações Fantasma ("Plano 2020"). Outrossim, em 21 de março de 2023, nossos acionistas aprovaram, em sede de Assembleia Geral Extraordinária, o Plano de Opção de Compra de Ações Fantasma da Companhia, sendo que, em 03 de maio de 2023, o Conselho de Administração aprovou o Programa de Outorga de Opções de Compra de Ações Fantasma referente a tal plano ("Plano 2023" e, quando em conjunto com o Plano 2020, os "Planos").

As principais características dos Planos estão descritas abaixo.

a. termos e condições gerais

Atualmente, adotamos, como forma de complementação à remuneração de nossos conselheiros e diretores, conforme aplicável, o Plano 2020 e o Plano 2023, sendo o Comitê de Pessoas, Governança, Remuneração e Sustentabilidade (ASG) responsável por sua supervisão e o Conselho de Administração responsável por sua administração.

Nos termos dos Planos, o Conselho de Administração poderá estabelecer programas de outorga de opções de compra de ações fantasmas, bem como definir em cada programa: (i) os beneficiários; (ii) o limite anual de ações de nossa Companhia objeto de outorga, respeitado o limite global, e, eventualmente, a divisão em lotes; (iii) o preço de exercício; (iv) eventuais prazos de carência durante o qual a opção não poderá ser exercida, os períodos para o exercício das opções e as datas-limite para o exercício total ou parcial da opção e em que os direitos decorrentes da opção expirarão; (v) a data de outorga da opção; (vi) o prazo para liquidação da opção; (vii) regras acerca da extinção da opção; e (viii) eventos futuros que poderão alterar as condições da opção ("Programas").

Adicionalmente, quando do lançamento de cada Programa, o Conselho de Administração fixará os termos e as condições de cada opção em Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações ("Contrato"), a ser celebrado entre a Companhia e cada beneficiário. Esse contrato definirá: (i) o número de ações que o beneficiário terá direito de adquirir ou subscrever com o exercício das opções, (ii) o preço por ação, de acordo com o Programa de Opção de Compra de Ações da Companhia, e (iii) quaisquer outros termos e condições adicionais, sob a condição de que não estejam em desacordo com as disposições do respectivo Plano e Programa.

Nos termos no Plano 2020 e do seu respectivo Programa, poderão ser beneficiários do Programa os Diretores, o Presidente do Conselho de Administração (enquanto tiver dedicação exclusiva à Companhia) e pessoas chave do conglomerado (empregados e administradores das empresas da Wiz Co e suas afiliadas) de nossa Companhia. A extensão do Plano 2020 para pessoas chave do conglomerado da Companhia foi aprovado em 14 de janeiro de 2022, em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia. Conforme disposto no Plano 2020, o número total de ações, no âmbito do Plano 2020, deve observar o limite global, que deve ser, em qualquer data, de até 8 (oito) milhões de *Phantom Options*, equivalente a, aproximadamente, 5% do total das ações de emissão da Companhia, na data da deliberação do Conselho de Administração que recomendou a aprovação do Plano 2020 à Assembleia Geral.

Nos termos do Plano 2023 e do seu respectivo Programa, poderão ser beneficiários do Programa os Diretores Estatutários de nossa Companhia. Conforme disposto no Plano 2023, o número total de ações, no âmbito do Plano 2023, deve observar o limite global, que deve ser, em qualquer data, de até 5 (cinco) milhões de *Phantom Options*, equivalente a, aproximadamente, 3% do total das ações de emissão da Companhia, na data da deliberação do Conselho de Administração que recomendou a aprovação do Plano 2023 à Assembleia Geral.

b. data de aprovação e órgão responsável

O Plano 2020 foi aprovado em sede de Assembleia Geral Extraordinária em 05 de fevereiro de 2020 e o Plano 2023 foi aprovado em sede de Assembleia Geral Extraordinária em 21 de março de 2023.

c. número máximo de ações abrangidas

O número total de ações abrangidas, no âmbito do Plano 2020, deve observar o limite global, que deve ser, em qualquer data, de até 8 (oito) milhões de *Phantom Options*, equivalente a, aproximadamente, 5% (cinco por cento) do total das ações de

emissão da Companhia, na data da deliberação do Conselho de Administração que recomendou a aprovação do Plano 2020 à Assembleia Geral.

Já em relação ao Plano 2023, o número total de ações abrangidas deve observar o limite global, que deve ser, em qualquer data, de até 5 (cinco) milhões de *Phantom Options*, equivalente a, aproximadamente, 3% (três por cento) do total das ações de emissão da Companhia, na data da deliberação do Conselho de Administração que recomendou a aprovação do Plano 2023 à Assembleia Geral.

d. número máximo de opções a serem outorgadas

O número total de ações abrangidas, no âmbito do Plano 2020, deve observar o limite global, que deve ser, em qualquer data, de até 8 (oito) milhões de *Phantom Options*, equivalente a aproximadamente 5% (cinco por cento) do total das ações emitidas pela Companhia, na data da deliberação do Conselho de Administração que recomendou a aprovação do Plano 2020 à Assembleia Geral.

Já em relação ao Plano 2023, o número total de ações abrangidas deve observar o limite global, que deve ser, em qualquer data, de até 5 (cinco) milhões de *Phantom Options*, equivalente a, aproximadamente, 3% (três por cento) do total das ações de emissão da Companhia, na data da deliberação do Conselho de Administração que recomendou a aprovação do Plano 2023 à Assembleia Geral.

e. condições de aquisição de ações

Somente poderão participar do Plano 2020 os nossos diretores, o Presidente do Conselho de Administração (enquanto tiver dedicação exclusiva à Companhia) e pessoas chaves do conglomerado que forem elegíveis pelo Conselho de Administração da Companhia. Já em relação ao Plano 2023, somente poderão participar os nossos diretores estatutários que forem elegíveis pelo Conselho de Administração da Companhia.

O Conselho de Administração fixará os termos e as condições específicas da outorga das *Phantom Options* em Contrato a ser celebrado entre a Companhia e cada Beneficiário. O Contrato deverá definir o número de Opções outorgadas e quaisquer outros termos e condições específicos a cada Beneficiário, desde que não estejam em desacordo com o respectivo Plano e com o respectivo Programa.

Em relação ao Plano 2020, no âmbito do Programa, as ações fantasma objeto das opções de compra foram ou serão outorgadas aos beneficiários da seguinte forma:

Data	Número de Opções
05.02.2020 + 2 semanas	1/3 do montante outorgado
1 ano depois da primeira data de outorga	1/3 do montante outorgado
2 anos depois da primeira data de outorga	1/3 do montante outorgado

Já em relação ao Plano 2023, no âmbito do Programa, as ações fantasma objeto das opções de compra foram ou serão outorgadas aos beneficiários da seguinte forma:

Data	Número de Opções
03.05.2023	1/3 do montante outorgado
1 ano depois da primeira data de outorga	1/3 do montante outorgado
1 ano depois da segunda data de outorga	1/3 do montante outorgado

O Conselho de Administração poderá estabelecer termos e condições diferenciados para cada Contrato, não estando obrigado a aplicar qualquer regra de isonomia ou analogia entre as Pessoas Elegíveis ou os Beneficiários, mesmo que se encontrem em situações similares ou idênticas.

Em relação ao Plano 2020, no âmbito do Programa, as ações fantasma objeto das opções de compra outorgadas poderão ser adquiridas pelos beneficiários da seguinte forma:

Data	Número de Opções
-------------	-------------------------

18/02/2023	50% do montante outorgado
18/02/2024	100% do montante outorgado

Já em relação ao Plano 2023, no âmbito do Programa, as ações fantasmas objeto das opções de compra outorgadas puderam e poderão ser adquiridas pelos beneficiários da seguinte forma:

Data	Número de Opções
03/05/2026	50% do montante outorgado
03/05/2027	100% do montante outorgado

f. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O valor fixado no primeiro Programa referente ao Plano 2020, qual seja: R\$11,69, correspondente à média do preço de fechamento das ações de emissão da Companhia, ponderado pelo volume negociado nos 45 pregões da B3 imediatamente anteriores à deliberação do Conselho de Administração que recomendou a aprovação do Plano 2020 e do respectivo Programa à Assembleia Geral, a ser corrigido pela variação acumulada do IPCA, calculada *pro rata die*, até a data da Notificação de Exercício, deduzido dos Proventos pagos entre a Data de Outorga e a data da Notificação de Exercício, sendo que tais Proventos serão igualmente corrigidos, da data do seu pagamento até a data da Notificação de Exercício, pela variação acumulada do IPCA, calculada *pro rata die*. Caso o IPCA referente a um ou mais meses anteriores à data da Notificação de Exercício não esteja disponível, o último índice divulgado deverá ser replicado.

Em relação ao Plano 2023, o valor fixado no Programa corresponde à média do preço de fechamento das ações de emissão da Companhia ponderado pelo volume negociado nos 45 pregões da B3 imediatamente anteriores à deliberação do Conselho de Administração que aprovou o Programa, a ser corrigido pela variação acumulada do IPCA, calculada *pro rata die*, até a data da Notificação de Exercício, deduzido dos Proventos pagos entre a Data de Outorga e a data da Notificação de Exercício, sendo certo que tais Proventos serão igualmente corrigidos, da data do seu pagamento até a data da Notificação de Exercício, pela variação acumulada do IPCA, calculada *pro rata die*. Caso o IPCA referente a um ou mais meses anteriores à data da Notificação de Exercício não esteja disponível, o último índice divulgado deverá ser replicado. Em reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 03 de maio de 2023, restou fixado o valor de R\$ 6,06 à título de Preço de Exercício.

g. critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

Em relação ao Plano 2020 e o respectivo Programa, a partir de 18 de fevereiro de 2023, o beneficiário terá direito a exercer 50% da totalidade das *Phantom Options* que lhe tiverem sido outorgadas até então e, a partir de 18 de fevereiro de 2024, o beneficiário terá direito a exercer 100% da totalidade das *Phantom Options* que lhe tiverem sido outorgadas até então.

Em relação ao Plano 2023 e o respectivo Programa, a partir de 03 de maio de 2026, o beneficiário terá direito a exercer 50% da totalidade das *Phantom Options* que lhe tiverem sido outorgadas até então e, a partir de 03 de maio de 2027, o beneficiário terá direito a exercer 100% da totalidade das *Phantom Options* que lhe tiverem sido outorgadas até então.

h. forma de liquidação

Nos termos do Plano 2020, a liquidação das *Phantom Options* exercidas será feita por meio do pagamento em dinheiro ao Beneficiário da diferença entre a média do preço de fechamento das ações de nossa emissão, ponderado pelo volume negociado nos 45 pregões da B3 imediatamente anteriores à data da notificação de exercício e o Preço de Exercício. Caso o Conselho de Administração avalie que a liquidação no prazo estipulado em cada Programa pode comprometer o adimplemento das demais obrigações da Companhia no mesmo período, poderá determinar, de maneira fundamentada, sua prorrogação por não mais que 24 meses. Adicionalmente, os valores relativos à liquidação prorrogada serão corrigidos pela variação acumulada do IPCA, calculada de forma *pro rata die* entre o prazo original para a liquidação e a data efetiva do pagamento. Caso o IPCA referente a um ou mais meses anteriores à data efetiva do pagamento não esteja disponível, o último índice divulgado deverá ser replicado.

Ainda, o Programa dispõe que a Companhia deverá realizar a liquidação das Opções exercidas pelo Beneficiário em 10 (dez) dias a contar do recebimento da Notificação de Exercício.

Em relação ao Plano 2023, a Liquidação das *Phantom Options* exercidas será feita por meio do pagamento em dinheiro, ao Beneficiário, da diferença entre o Preço de Mercado e o Preço de Exercício. Se o Conselho de Administração avaliar que a Liquidação no prazo estipulado em cada Programa pode comprometer o adimplemento das demais obrigações da Companhia no mesmo período, poderá determinar, de maneira fundamentada, sua prorrogação por não mais que 24 (vinte e quatro) meses. Os valores relativos à Liquidação prorrogada serão corrigidos pela variação acumulada do IPCA, calculada de forma *pro rata die* entre o prazo original para a Liquidação e a data efetiva do pagamento. Caso o IPCA referente a um ou mais meses anteriores à data efetiva do pagamento não esteja disponível, o último índice divulgado deverá ser replicado. O Programa dispõe que a Companhia deverá realizar a liquidação das Opções exercidas pelo Beneficiário em 10 (dez) dias a contar do recebimento da Notificação de Exercício.

i. restrições à transferência das ações

Não aplicável, por se tratar de Planos de Ações Fantasma.

j. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Plano 2020 entrou em vigor na data de sua aprovação pela Assembleia Geral em 5 de fevereiro de 2020, e permanecerá vigente por prazo indeterminado, podendo, no entanto, ser extinto a qualquer tempo por decisão da Assembleia Geral. O mesmo se aplica ao Plano 2023, que entrou em vigor na data de sua aprovação pela Assembleia Geral em 21 de março de 2023.

Na hipótese de reorganização societária da nossa Companhia (dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão, entre outras), em que a sociedade remanescente não seja a nossa Companhia, as *Phantom Options* dos Programas então vigentes, a critério do Conselho de Administração: (i) passarão a ter por referência ações de emissão da companhia sucessora, se tal for previsto em plano aprovado pelo conselho de administração ou assembleia geral dessa última, conforme o caso, ou (ii) terão o Período de Exercício antecipado para que possam ser exercidas pelos Beneficiários, por prazo determinado pelo Conselho de Administração, após o qual o Plano se encerrará e as *Phantom Options* não exercidas se extinguirão de pleno direito, sem direito à indenização.

k. efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Na hipótese de desligamento: (i) antes do início do Período de Exercício, exceto nos casos de invalidez permanente ou falecimento, as Opções que não tiverem atingido o Período de Exercício caducarão, sem produzir quaisquer efeitos; e (ii) durante o Período de Exercício, exceto nos casos de invalidez permanente ou falecimento, as Opções que não tiverem atingido o Período de Exercício caducarão, sem produzir quaisquer efeitos.

Na hipótese de o beneficiário renunciar ao mandato, as ações outorgadas caducarão sem direito a qualquer liquidação.

Na hipótese de extinção de Opções exercidas pelo beneficiário e ainda não liquidadas pela Companhia, as Opções já exercidas pelo beneficiário e que ainda não tiverem sido liquidadas pela Companhia serão extintas, sem direito a indenização, em decorrência das seguintes hipóteses de Desligamento: (i) destituição por violação de deveres e atribuições do administrador; (ii) dispensa por justa causa, nos termos da legislação civil ou trabalhista; e (iii) renúncia voluntária.

Em caso de invalidez permanente do Beneficiário, o Período de Exercício se encerrará em 12 (doze) meses a contar da data do evento que causar a invalidez, ou até o fim do Plano, o que for maior.

Em caso de falecimento do Beneficiário, o Período de Exercício para seus herdeiros e sucessores se estenderá ou em 12 (doze) meses a contar da data do óbito, ou em 3 meses (três) meses, do término do inventário, o que for maior.

Salvo decisão em contrário do Conselho de Administração, o término do respectivo Período de Exercício será antecipado, para 60 (sessenta) dias a contar dos seguintes casos de Desligamento: (i) Término do mandato do administrador sem reeleição; (ii) Substituição ou destituição do administrador sem justa causa ou sem violação de seus deveres e atribuições; (iii) Dispensa sem justa causa; (iv) Dispensa por acordo mútuo; ou (v) Aposentadoria.

8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente, a ser encerrado em 31 de dezembro de 2023.			
a. órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
b. número total de membros	9,00	2,00	0,00
c. número de membros remunerados	0,00	2,00	0,00
d. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:			
i. em aberto no início do exercício social	0	9,73	0
ii. perdidas e expiradas durante o exercício social	0	0	0
iii. exercidas durante o exercício social	0	0	0
e. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0	0	0

Remuneração baseada em ações referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.			
a. órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
b. número total de membros	9,00	2,00	0,00
c. número de membros remunerados	0,00	2,00	0,00
d. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:			
i. em aberto no início do exercício social	0	10,26	0
ii. perdidas e expiradas durante o exercício social	0	0	0
iii. exercidas durante o exercício social	0	0	0
e. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0	0	0

Remuneração baseada em ações referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.			
a. órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
b. número total de membros	8,58	2,00	0,00
c. número de membros remunerados	1,00	2,00	0,00
d. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:			
i. em aberto no início do exercício social	9,40	9,40	0
ii. perdidas e expiradas durante o exercício social	0	0	0
iii. exercidas durante o exercício social	17,50	0	0
e. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0	0	0

Remuneração baseada em ações referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.			
a. órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
b. número total de membros	8,92	2,00	0,00
c. número de membros remunerados	1,00	2,00	0,00
d. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:			
i. em aberto no início do exercício social	11,69	11,69	0
ii. perdidas e expiradas durante o exercício social	0	0	0
iii. exercidas durante o exercício social	0	0	0
e. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0	0	0

8.6 Outorga de opções de compra de ações

Outorga de opções de compra de ações prevista para o exercício social corrente, a ser encerrado em 31 de dezembro de 2023.			
a. órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
b. número total de membros	9,00	2,00	0,00
c. número de membros remunerados	0,00	2,00	0,00
d. data de outorga	0	23/05/2023	n.a
e. quantidade de opções outorgadas	0	666.000	n.a
f. prazo para que as opções se tornem exercíveis	0	50% até 3 anos após a outorga; e 100% até 4 anos após a outorga.	n.a
g. prazo máximo para exercício das opções	0	15/12/2027	n.a
h. prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	n.a	n.a	n.a
i. valor justo das opções na data da outorga	0	0,00	n.a
j. multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	0	0,00	n.a

Outorga de opções de compra de ações referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.			
a. órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
b. número total de membros	9,00	2,00	0,00
c. número de membros remunerados	0,00	2,00	0,00
d. data de outorga	0	24.02.2022	n.a
e. quantidade de opções outorgadas	0	1.533.000	n.a
f. prazo para que as opções se tornem exercíveis	0	Diretor Presidente: 18.02.2023 (até 50%) Diretor Financeiro: 23.09.2023 (até 50%)	n.a
g. prazo máximo para exercício das opções	0	Diretor Presidente: 18.02.2024 (até 100%) Diretor Financeiro: 23.09.2024 (até 100%)	n.a
h. prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	n.a	n.a	n.a
i. valor justo das opções na data da outorga	0	9,70	n.a

j. multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	0	R\$14.870.100,00	n.a
--	---	------------------	-----

Outorga de opções de compra de ações referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.			
a. órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
b. número total de membros	9,00	2,00	0,00
c. número de membros remunerados	9,00	2,00	0,00
d. data de outorga	18.02.2021	18.02.2021	n.a
e. quantidade de opções outorgadas	800.000	1.533.000	n.a
f. prazo para que as opções se tornem exercíveis	18/02/2023 (até 50%) 18/02/2024 (100%)	18/02/2023 (até 50%) 18/02/2024 (100%)	n.a
g. prazo máximo para exercício das opções	15/12/2024 (100%)	15/12/2024 (100%)	n.a
h. prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	n.a	n.a	n.a
i. valor justo das opções na data da outorga	9,40	9,40	n.a
j. multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	R\$7.520.000,00	R\$14.410.200,00	n.a

Outorga de opções de compra de ações referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.			
a. órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
b. número total de membros	9,00	2,00	0,00
c. número de membros remunerados	9,00	2,00	0,00
d. data de outorga	20.02.2020	Diretor Presidente: 20.02.2020 Diretor Financeiro: 23.09.2020	n.a
e. quantidade de opções outorgadas	800.000	1.533.000	n.a
f. prazo para que as opções se tornem exercíveis	18/02/2023 (até 50%) 18/02/2024 (100%)	18/02/2023 (até 50%) 18/02/2024 (100%)	n.a
g. prazo máximo para exercício das opções	15/12/2024	15/12/2024	n.a
h. prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	n.a	n.a	n.a
i. valor justo das opções na data da outorga	11,69	11,69	n.a
j. multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	R\$9.352.000,00	R\$17.920.770,00	n.a

8.7 Opção em aberto

Opções em aberto referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.		
a. órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
b. número total de membros	9,00	2,00
c. número de membros remunerados	0,00	2,00
d. em relação às opções ainda não exercíveis		
i. quantidade	-	4.600.000
ii. data em que se tornarão exercíveis	-	18/02/2024 para 100% das opções que lhe tiverem sido outorgadas até então
iii. prazo máximo para exercício das opções	-	15/12/2024
iv. prazo de restrição à transferência das ações	-	-
v. preço médio ponderado de exercício	-	10,26
vi. valor justo das opções no último dia do exercício social	-	0,00
e. em relação às opções exercíveis		
i. quantidade	-	0
ii. prazo máximo para exercício das opções	-	-
iii. prazo de restrição à transferência das ações	-	-
iv. preço médio ponderado de exercício	-	-
v. valor justo das opções no último dia do exercício social	-	-
f. valor justo do total das opções no último dia do exercício social	-	-

8.8 Opções exercidas e ações entregues

A Companhia esclarece que nenhuma opção foi exercida ao longo dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2020. Ainda, sobre o Plano 2020, as métricas previstas no referido plano, até a data-base de 31 de dezembro de 2020, não haviam sido alcançadas, logo, não havia saldos parciais passíveis de registro, conforme os termos indicados no item 8.8, no tocante ao cálculo. Por fim, as informações relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 seguem abaixo:

Opções exercidas e ações entregues referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.		
a. órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
b. número total de membros	8,58	2,00
c. número de membros remunerados	1,00	2,00
d. número de ações	1.600.000	0,00
e. preço médio ponderado de exercício	11,24	0,00
f. preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	17,50*	0,00
g. multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	10.016.000,00	0,00

*Valor atribuído a cada ação que o Conselheiro recebeu nos termos do Contrato de Outorga de Opções celebrado com a Companhia, e não necessariamente corresponde ao valor de cotação das ações de emissão da Companhia.

8.9 Remuneração baseada em ações, a serem entregues aos beneficiários

Não aplicável, visto que na data deste Formulário de Referência, contamos somente com Plano de Opção de Compra de Ações Fantasma e, desta forma, não haverá a efetiva entrega de ações aos beneficiários.

8.10 Outorga de ações

Não aplicável, visto que na data deste Formulário de Referência, não possuímos planos de outorga de ações, possuindo somente Plano de Opção de Compra de Ações Fantasma.

8.11 Ações entregues

Justificativa para não preenchimento:

Não aplicável, visto que na data deste Formulário de Referência, contamos somente com Plano de Opção de Compra de Ações Fantasma e, desta forma, não houve ou haverá a efetiva entrega de ações aos beneficiários.

8.12 Precificação das ações/opções

a. modelo de precificação

A metodologia utilizada pela Companhia para precificação das opções outorgadas é o modelo Black & Scholes. O Black & Scholes é um método de precificação matemática utilizado para determinar o valor justo de uma opção de compra e venda, baseada nas seguintes variáveis: volatilidade, preço da ação subjacente, data de vencimento, preço de exercício, rendimento de dividendos e taxa de juros livre de riscos.

b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Os dados e premissas utilizados pela Companhia na precificação das opções são descritos na tabela abaixo:

Atualização do preço de exercício	O preço de exercício é atualizado mensalmente pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPCA) desde a data de outorga até a data de exercício.
Preço	O preço de mercado é o preço ajustado de fechamento da ação na data de notificação do exercício da opção.
Volatilidade	A volatilidade esperada é de 5% a 7%.
Prazo	Os prazos condizem com a outorga anual para cada estatutário, cuja data limite é 15 de dezembro de 2024.
Taxa livre de risco	A taxa livre de risco (nominal) esperada é de 13,75% a.a.

c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

O método utilizado para mensuração é o modelo de Black&Sholes. Para o cálculo do valor de resgate, o montante equivale a diferença entre o “preço de mercado” e o “preço de exercício”.

A Companhia estima uma despesa contábil máxima de aproximadamente R\$ 10.426.667,00 (dez milhões, quatrocentos e vinte e seis mil, seiscentos e sessenta e sete reais) por ano, de acordo com os padrões estabelecidos pelo Pronunciamento CPC-10, assumindo um cenário de 100% de atingimentos dos critérios estabelecidos de prazo de exercício e das condições definidas para cada Beneficiário.

Para fins de cálculo do valor justo, caso as opções fossem exercidas pelo valor de mercado cotadas na B3, na data de 31 de dezembro de 2022, não haveria saldo a pagar referente a opção.

d. forma de determinação da volatilidade esperada

A volatilidade baseia-se na variação diária entre o preço de fechamento diário ponderado pelo volume (diário) negociado dos últimos 252 pregões.

e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Nenhuma outra característica foi incorporada a mensuração do valor justo.

8.13 Participações detidas por órgão

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022			
Órgão	Valor Mobiliário	Quantidade	%
Diretoria	Ações ordinárias	15	0,000009
Conselho de Administração	Ações ordinárias	74.000	0,046277
Conselho Fiscal	Ações ordinárias	0	0,000000

8.14 Planos de previdência

Não aplicável, pois a Companhia não patrocina nenhum plano de previdência para os seus administradores.

8.15 Remuneração Mínima, Média e Máxima

Exercício Social		31/12/2022			
Órgão da Administração	Conselho de Administração	Nº total de membros	9,00	Nº total de membros remunerados	9,00
Valor da maior remuneração (reais)	1.118.861,66	Valor da menor remuneração (reais)	450.000,00	Valor médio da remuneração (reais)	524.317,96
Observação	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular/Anual-2023-CVM-SEP. A maior remuneração do Conselho de Administração foi percebida por membro que exerceu a função durante 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual do Conselho de Administração foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros do Conselho de Administração dividido pelo número de membros remunerados informado no item 8.2 acima.				
Órgão da Administração	Diretoria Estatutária	Nº total de membros	2,00	Nº total de membros remunerados	2,00
Valor da maior remuneração (reais)	3.795.438,81	Valor da menor remuneração (reais)	3.360.018,31	Valor médio da remuneração (reais)	3.577.728,56
Observação	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular/Anual-2023-CVM-SEP. A menor remuneração da Diretoria foi percebida por membro que exerceu o cargo por doze meses. A maior remuneração foi percebida por membro que exerceu o cargo por doze meses. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos Diretores dividido pelo número de membros remunerados informado no item 8.2 acima.				
Órgão da Administração	Conselho Fiscal	Nº total de membros	0,00	Nº total de membros remunerados	0,00
Valor da maior remuneração (reais)	0	Valor da menor remuneração (reais)	0	Valor médio da remuneração (reais)	0
Observação	O Conselho Fiscal não foi instalado no exercício de 2022.				

Exercício Social		31/12/2021			
Órgão da Administração	Conselho de Administração	Nº total de membros	8,58	Nº total de membros remunerados	8,58
Valor da maior remuneração (reais)	12.196.370,31	Valor da menor remuneração (reais)	224.208,00	Valor médio da remuneração (reais)	1.751.324,83
Observação	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular/Anual-2023-CVM-SEP. A maior remuneração do Conselho de Administração foi percebida por membro que exerceu a função durante 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual do Conselho de Administração foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros do Conselho de Administração dividido pelo número de membros remunerados informado no item 8.2 acima.				
Órgão da Administração	Diretoria Estatutária	Nº total de membros	2,00	Nº total de membros remunerados	2,00

Valor da maior remuneração (reais)	2.374.193,00	Valor da menor remuneração (reais)	1.666.300,00	Valor médio da remuneração (reais)	2.020.246,50
Observação	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular/Anual-2023-CVM-SEP. A menor remuneração da Diretoria foi percebida por membro que exerceu o cargo por dois meses. A maior remuneração desconsiderou membros que exerceram o cargo por menos de doze meses. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos Diretores dividido pelo número de membros remunerados informado no item 8.2 acima.				
Órgão da Administração	Conselho Fiscal	Nº total de membros	0,00	Nº total de membros remunerados	0,00
Valor da maior remuneração (reais)	0	Valor da menor remuneração (reais)	0	Valor médio da remuneração (reais)	0
Observação	O Conselho Fiscal não foi instalado no exercício de 2021.				

Exercício Social	31/12/2020				
Órgão da Administração	Conselho de Administração	Nº total de membros	8,92	Nº total de membros remunerados	8,92
Valor da maior remuneração (reais)	3.064.439,87	Valor da menor remuneração (reais)	128.919,60	Valor médio da remuneração (reais)	612.204,81
Observação	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular/Anual-2023-CVM-SEP. A maior remuneração do Conselho de Administração foi percebida por membro que exerceu a função durante 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual do Conselho de Administração foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros do Conselho de Administração dividido pelo número de membros remunerados informado no item 8.2 acima.				
Órgão da Administração	Diretoria Estatutária	Nº total de membros	2,00	Nº total de membros remunerados	2,00
Valor da maior remuneração (reais)	8.507.717,57	Valor da menor remuneração (reais)	2.978.690,16	Valor médio da remuneração (reais)	6.162.037,67
Observação	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular/Anual-2023-CVM-SEP. A maior remuneração da Diretoria foi percebida por membro que exerceu o cargo por dois meses. A menor remuneração desconsiderou membros que exerceram o cargo por menos de doze meses. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros do Conselho de Administração dividido pelo número de membros remunerados informado no item 8.2 acima.				
Órgão da Administração	Conselho Fiscal	Nº total de membros	0,00	Nº total de membros remunerados	0,00
Valor da maior remuneração (reais)	0	Valor da menor remuneração (reais)	0	Valor médio da remuneração (reais)	0
Observação	O Conselho Fiscal não foi instalado no exercício de 2020.				

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

Os contratos de prestação de serviços dos nossos diretores estatutários contêm cláusula de não-concorrência e não-solicitação (“Cláusula de Non-Compete”), a ser acionada a exclusivo critério do Conselho de Administração. A Cláusula de Non-Compete estabelece que os nossos diretores estatutários não poderão, direta ou indiretamente, durante o prazo de três anos contados do término do respectivo mandato, sem a prévia autorização escrita da Companhia: (i) ingressar em qualquer atividade, independente do título, onerosa ou não, com ou sem subordinação, seja mediante prestação de serviços ou vínculo societário, que estabeleça ou possa vir a ser considerada como concorrente às atividades da Companhia; (ii) prestar consultoria, tornar-se dirigente, representante, agente e/ou colaborar ou trabalhar, a qualquer título, para quaisquer empresas ou entidades que explorem as atividades concorrentes às atividades exercidas pela Companhia; (iii) tornar-se sócio, acionista, proprietário individual, debenturista de qualquer pessoa jurídica que tenha por objeto as atividades concorrentes às atividades exercidas pela Companhia, com o propósito de influenciar a gestão de qualquer desses negócios; (iv) oferecer emprego ou posição, empregar, reter ou contratar qualquer pessoa que seja ou tenha sido dirigente, empregado, prestador de serviços, colaborador ou preposto da Companhia nos dois anos anteriores à celebração do contrato de prestação de serviços ou durante a vigência do mesmo; (v) exercer outras atividades descritas na Cláusula de Non-Compete, restringindo, portanto, a atuação dos nossos diretores em atividades concorrentes às atividades exercidas pela Companhia.

A cláusula de Non-Compete é calculada considerando a quantidade de meses em que o cargo de diretor estatutário foi exercido, considerando as especificidades de cada caso em que nossa Companhia julgar necessárias, limitado a até 36 meses, multiplicada pela sua última remuneração anual mensalizada.

Adicionalmente, o contrato de prestação de serviços de cada diretor estatutário contém cláusula de indenidade, aplicável quando o diretor estatutário deixar de exercer o cargo de administrador da Companhia.

No mesmo sentido, possuímos seguro de responsabilidade civil de administradores (“D&O”), contratado junto a Akad Seguros S.A., pelo período de 08 de dezembro de 2022 a 08 de dezembro de 2023, para a cobertura de perdas, despesas e danos eventualmente causados a terceiros em razão da prática de atos vinculados ao exercício das funções e atribuições dos membros da Diretoria e do Conselho de Administração, limitados ao valor de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), e que sejam verificados em razão de decisão final irreversível em processos judiciais, administrativos ou arbitrais, bem como acordo em processos judiciais ou extrajudiciais. O valor do prêmio total para emissão da referida apólice foi de R\$ 240.452,54.

Nos termos da apólice em vigor, o seguro D&O é extensivo aos administradores das sociedades controladas por nós.

A cláusula de indenidade e o seguro D&O não são cumulativos. Caso o ato ou fato em questão seja coberto pelo seguro D&O a cláusula de indenidade não é acionada, exceto para manter indene o diretor durante o curso de apuração do ato ou fato, sendo os recursos devolvidos à Companhia pelo reclamado quando do encerramento da apuração e recebimento da indenização pela seguradora emissora do D&O.

Para informações sobre o valor pago a título de prêmio do seguro de responsabilidade civil contratado para nossos administradores, vide item 7.7 deste Formulário de Referência.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
	2023		
Número de membros remunerados	9,00	2,00	0,00
Número de membros - Parte Relacionada aos Controladores (*)	2,00	0,00	0,00
% da remuneração total do órgão	20,62	0,00	0,00
	2022		
Número de membros remunerados	9,00	2,00	0,00
Número de membros - Parte Relacionada aos Controladores (*)	2,00	0,00	0,00
% da remuneração total do órgão	15,89	0,00	0,00
	2021		
Número de membros remunerados	8,58	2,00	0,00
Número de membros - Parte Relacionada aos Controladores (*)	6,58	0,00	0,00
% da remuneração total do órgão	92,76	0,00	0,00
	2020		
Número de membros remunerados	8,92	2,00	0,00
Número de membros - Parte Relacionada aos Controladores (*)	6,92	0,00	0,00
% da remuneração total do órgão	83,00	0,00	0,00

(*) *Considera a média dos membros remunerados que são partes relacionadas aos Controladores.*

8.18 Remuneração - Outras funções

Em relação aos 3 (três) últimos exercícios sociais e ao exercício social corrente, não houve e não há previsão de que hajam pagamentos de remuneração para membros do nosso Conselho de Administração, da nossa Diretoria Estatutária ou do nosso Conselho Fiscal por qualquer razão que não a função que ocupam.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

Em relação aos 3 (três) últimos exercícios sociais e ao exercício social corrente, não houve e não há previsão de que hajam valores reconhecidos nos resultados de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de nossas controladas, como remuneração de membros de nosso Conselho de Administração, de nossa Diretoria Estatutária ou de nosso Conselho Fiscal.

8.20 Outras informações relevantes

Em atenção à Resolução CVM 80, no item 8.2 deste Formulário de Referência, informamos: (i) o número total de membros do nosso Conselho de Administração, de nossa Diretoria e do nosso Conselho Fiscal (item 8.2 b do Anexo C da Resolução CVM 80); e (ii) o número de membros remunerados do nosso Conselho de Administração, de nossa Diretoria e do nosso Conselho Fiscal (item 8.2.c do Anexo C da Resolução CVM 80). Em ambos os casos, o cálculo do número de membros de cada órgão foi apurado nos termos do Ofício-Circular/Anual-2023-CVM-SEP, aferindo-se o número de membros em cada mês do exercício, somando o resultado de todos os meses e dividindo pelo número de meses do exercício, obtendo assim, uma média anual do nº total de membros dos órgãos de administração/ nº de membros remunerados dos órgãos de administração (conforme o caso).

Nos últimos 3 (três) exercícios sociais e para o exercício social corrente, o cálculo do número total de membros e do número de membros remunerados do nosso Conselho de Administração, da nossa Diretoria e do nosso Conselho Fiscal se deu conforme demonstrado abaixo.

Exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2023						
Mês	Conselho de Administração		Diretoria		Conselho Fiscal	
	Membros	Membros remunerados	Membros	Membros remunerados	Membros	Membros remunerados
Janeiro	9,00	9,00	2,00	2,00	0,00	0,00
Fevereiro	9,00	9,00	2,00	2,00	0,00	0,00
Março	9,00	9,00	2,00	2,00	0,00	0,00
Abril	9,00	9,00	2,00	2,00	0,00	0,00
Maió	9,00	9,00	2,00	2,00	0,00	0,00
Junho	9,00	9,00	2,00	2,00	0,00	0,00
Julho	9,00	9,00	2,00	2,00	0,00	0,00
Agosto	9,00	9,00	2,00	2,00	0,00	0,00
Setembro	9,00	9,00	2,00	2,00	0,00	0,00
Outubro	9,00	9,00	2,00	2,00	0,00	0,00
Novembro	9,00	9,00	2,00	2,00	0,00	0,00
Dezembro	9,00	9,00	2,00	2,00	0,00	0,00
Média	9,00	9,00	2,00	2,00	0,00	0,00

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022						
Mês	Conselho de Administração		Diretoria		Conselho Fiscal	
	Membros	Membros remunerados	Membros	Membros remunerados	Membros	Membros remunerados
Janeiro	9,00	9,00	2,00	2,00	0,00	0,00
Fevereiro	9,00	9,00	2,00	2,00	0,00	0,00
Março	9,00	9,00	2,00	2,00	0,00	0,00
Abril	9,00	9,00	2,00	2,00	0,00	0,00
Maió	9,00	9,00	2,00	2,00	0,00	0,00
Junho	9,00	9,00	2,00	2,00	0,00	0,00
Julho	9,00	9,00	2,00	2,00	0,00	0,00
Agosto	9,00	9,00	2,00	2,00	0,00	0,00
Setembro	9,00	9,00	2,00	2,00	0,00	0,00
Outubro	9,00	9,00	2,00	2,00	0,00	0,00
Novembro	9,00	9,00	2,00	2,00	0,00	0,00
Dezembro	9,00	9,00	2,00*	2,00	0,00	0,00
Média	9,00	9,00	2,00	2,00	0,00	0,00

* Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 22 de dezembro de 2022, foram eleitos o Sr. Marcus Vinicius Oliveira para os cargos de Diretor Executivo, assumindo interinamente as funções de Diretor Presidente e de Relações com Investidores, e o Sr. Lucas Moreno Neves para o cargo de Diretor Financeiro, devendo estes tomarem posse em 16 de janeiro de 2023. Entre a data da referida RCA e a data de posse, o Sr. Marcus Vinicius Oliveira, que até então exercia o cargo de Diretor Financeiro da Companhia, permaneceu em seu cargo. Sendo assim, em janeiro de 2023, eram diretores de nossa Companhia o Sr. Heverton Pessoa de Melo Peixoto (Diretor Presidente e de Relações com Investidores) e o Sr. Marcus Vinicius Oliveira (Diretor Financeiro).

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021			
Mês	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal

	Membros	Membros remunerados	Membros	Membros remunerados	Membros	Membros remunerados
Janeiro	7,00	7,00	2,00	2,00	0,00	0,00
Fevereiro	8,00	8,00	2,00	2,00	0,00	0,00
Março	9,00	9,00	2,00	2,00	0,00	0,00
Abril	8,00	8,00	2,00	2,00	0,00	0,00
Mai	8,00	8,00	2,00	2,00	0,00	0,00
Junho	8,00	8,00	2,00	2,00	0,00	0,00
Julho	9,00	9,00	2,00	2,00	0,00	0,00
Agosto	9,00	9,00	2,00	2,00	0,00	0,00
Setembro	9,00	9,00	2,00	2,00	0,00	0,00
Outubro	9,00	9,00	2,00	2,00	0,00	0,00
Novembro	10,00	10,00	2,00	2,00	0,00	0,00
Dezembro	9,00	9,00	2,00	2,00	0,00	0,00
Média	8,58	8,58	2,00	2,00	0,00	0,00

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020						
Mês	Conselho de Administração		Diretoria		Conselho Fiscal	
	Membros	Membros remunerados	Membros	Membros remunerados	Membros	Membros remunerados
Janeiro	9,00	9,00	2,00	2,00	0,00	0,00
Fevereiro	9,00	9,00	2,00*	2,00	0,00	0,00
Março	9,00	9,00	2,00**	2,00	0,00	0,00
Abril	9,00	9,00	2,00	2,00	0,00	0,00
Mai	9,00	9,00	2,00	2,00	0,00	0,00
Junho	9,00	9,00	2,00	2,00	0,00	0,00
Julho	9,00	9,00	2,00	2,00	0,00	0,00
Agosto	9,00	9,00	2,00	2,00	0,00	0,00
Setembro	9,00	9,00	2,00	2,00	0,00	0,00
Outubro	9,00	9,00	2,00	2,00	0,00	0,00
Novembro	9,00	9,00	2,00	2,00	0,00	0,00
Dezembro	8,00	8,00	2,00	2,00	0,00	0,00
Média	8,92	8,92	2,00	2,00	0,00	0,00

* Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de fevereiro de 2020, foram eleitos o Sr. Heverton Pessoa de Melo Peixoto para os cargos de Diretor Presidente e de Relações com Investidores e o Sr. Marcus Vinícius de Oliveira para o cargo de Diretor Financeiro, para tomarem posse em nossa Companhia em 23 de março de 2020. Entre a data da referida RCA e a data de posse, o Sr. Marcus Marques Martino, que até então exercia o cargo de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia, permaneceu em seu cargo. Sendo assim, em fevereiro de 2020, eram diretores de nossa Companhia o Sr. Heverton Pessoa de Melo Peixoto (Diretor Presidente) e o Sr. Marcus Marques Martino (Diretor de Relações com Investidores e Diretor Financeiro).

**Em março de 2020, tivemos, no total, 3 Diretores: Srs. Heverton Peixoto, Marcus Vinícius de Oliveira e Marcus Martino. Contudo, os Srs. Marcus Vinícius de Oliveira e Marcus Martino não exerceram cargos de diretoria simultaneamente, uma vez que o Sr. Martino permaneceu no cargo de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores até 23.03.2020, mesma data na qual o Sr. Marcus Oliveira tomou posse como Diretor Financeiro e o Sr. Heverton Peixoto acumulou os cargos de Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores.

Informações adicionais ao item 8.4

PLANOS DE RETENÇÃO W2025 E W2026 (Diretores Não-Estatutários)

Em 14 de janeiro de 2022, nossos acionistas aprovaram, em sede de Assembleia Geral Extraordinária, a extensão do plano de ações dos Diretores Estatutários para os Diretores não Estatutários, seguindo as mesmas condições anteriormente aprovadas. Assim, foram criados os Planos de Retenção W2025 e W2026, cujas principais características estão descritas abaixo. Para maiores informações, vide item 10.3 deste Formulário de Referência.

a. Principais objetivos dos planos

O objetivo dos Planos W2025 e W2026 é conceder aos beneficiários a oportunidade de obter a rentabilidade dos ganhos relacionados à geração de valor de nossa Companhia, para, conseqüentemente, alinhar seus interesses aos nossos interesses

e de nossos acionistas, bem como nos possibilitar reter os beneficiários, enquanto pessoas-chaves, em nosso quadro de profissionais.

b. Termos e condições gerais

Os Planos W2025 e W2026 são baseados em ações fantasmas (“Phantom Options”), anteriormente aprovadas pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia em 05 de fevereiro de 2020 e que ainda não tinham sido objeto de outorga aos Administradores da Companhia.

Nos termos dos Planos W2025 e W2026, são beneficiários (i) os Diretores das Unidades Corporativas, assim entendidas como as unidades internas da Companhia que não tenham atuação comercial direta (“Diretores Corporativos”); (ii) os Diretores Executivos (estatutários ou não) responsáveis pelas Unidades de Negócios da Wiz, assim entendidas como as unidades comerciais ou as subsidiárias nas quais a Companhia tenha participação, ainda que minoritária (“Diretores Executivos”); e os Diretos de Diretores Executivos ou Corporativos, assim entendidos como os Diretores, Superintendentes e/ou Gerentes diretamente ligados hierarquicamente aos Diretores Executivos e/ou aos Diretores Corporativos da Wiz (“Diretos dos Diretores”). Os beneficiários são escolhidos a exclusivo critério da Diretoria Estatutária da Companhia, representada, pelo Diretor-Presidente, e aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia, sendo certo que o exercício de qualquer dos cargos previsto acima não garante, por si só, ao seu ocupante, o direito à adesão ao Plano.

c. Forma como os planos contribuem para esses objetivos

Os Planos W2025 e W2026, além de gerarem maior alinhamento entre nossos beneficiários e acionistas - uma vez que implicam convergência de esforços para nossos resultados - buscam garantir e incentivar comportamentos que não elevem nossa exposição ao risco acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazo, já que o potencial valor dos benefícios atrelados aos Planos W2025 e W2026 variam de acordo com nossos resultados.

d. Como os planos se inserem na política de remuneração da Companhia

Os Planos W2025 e W2026 complementam a remuneração total de seus beneficiários. Assim, são responsáveis pelo alinhamento de longo prazo dos executivos da Companhia, contribuindo para a sustentabilidade do negócio da Companhia e a retenção de profissionais qualificados.

e. Como os planos alinham os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo

Os Planos W2025 e W2026 permitem a promoção de um alinhamento dos interesses de longo prazo, na criação de valor da nossa Companhia, inclusive em razão do estabelecimento de determinados períodos aquisitivos de direito (vesting periods).

f. Número máximo de ações fantasmas abrangidas

As ações fantasmas utilizadas no Plano W2025 totalizam 1.800.000 (um milhão e oitocentas mil) Phantom Options. Por outro lado, o Plano W2026 utiliza como base a Unidade de Medida W2026 (“UMW26”), equivalente a 1/3 (um terço) das Phantom Options do Plano W2025, até o limite de 600.000 (seiscentas mil) UMW26.

g. Condições de resgate de ações fantasmas

Os Planos W2025 e W2026, cujos beneficiários descritos no item (a) são escolhidos a critério da Diretoria Estatutária da Companhia, consideram os resultados da Companhia para possibilitar o resgate das Phantom Options.

h. Critérios para fixação do prazo de exercício

As Phantom Options outorgadas no Plano W2025, em cada exercício, deverão cumprir o período de *vesting* de pelo menos 2 (dois) anos após a outorga, com exceção à outorga do exercício de 2022, que poderá ser resgatada até 50% (cinquenta por cento) a partir de 2024 e até 100% (cem por cento) a partir 2025, conforme tabela abaixo (“Data de Resgate das Phantom Options”):

Data da Outorga	Data de Resgate das Phantom Options
Fevereiro / 2022	A partir de fevereiro / 2024 (até 50%) A partir de fevereiro / 2025 (até 100%)
Fevereiro / 2023	A partir de fevereiro / 2025
Fevereiro / 2024	A partir de fevereiro / 2026

i. Forma de Liquidação

A liquidação das Phantom Options do Plano W2025 será feita por meio do pagamento em dinheiro aos Beneficiários. O pagamento das UMW26 será dividido em duas etapas, sendo que o montante de até 300.000 (trezentas mil) UMW26 será pago no ano de 2025 e as 300.000 (trezentas mil) UMW26 restantes serão pagas em 2026.

j. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção dos planos

O Plano W2025 entrou em vigor na data de sua aprovação pela Assembleia Geral, em 14 de janeiro de 2022, e permanecerá vigente até o encerramento dos direitos e obrigações previstos no Plano, podendo, no entanto, ser extinto a qualquer tempo por decisão da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração.

O Plano W2026 entrou em vigor na data de sua aprovação pela Assembleia Geral em 14 de janeiro de 2022 e permanecerá vigente até 1º de maio de 2026 ou até o encerramento dos direitos e obrigações previstos no Plano, podendo, no entanto, ser extinto a qualquer tempo por decisão da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração.

k. Efeitos da saída dos beneficiários sobre seus direitos previstos nos planos

Em relação ao Plano W2025, na hipótese de desligamento com justa causa, o Beneficiário perderá integralmente as Phantom Options a ele outorgadas, inclusive aquelas disponíveis para exercício. Nas hipóteses de desligamento sem justa causa ou aposentadoria, o Beneficiário poderá resgatar as Phantom Options outorgadas, seguindo os prazos de resgate no Plano. Nas hipóteses de desligamento voluntário ou mútuo acordo, o Beneficiário somente poderá resgatar as Phantom Options outorgadas e que já estiverem disponíveis para resgate, não tendo direito às Phantom Options outorgadas e que ainda não estejam disponíveis para resgate. Na hipótese de desligamento por falecimento ou invalidez permanente, o Beneficiário ou seus sucessores poderão resgatar todas as Phantom Options outorgadas, respeitadas as regras de resgate previstas no Plano.

No Plano W2026: na hipótese de desligamento com justa causa, o Beneficiário perderá integralmente as UMW26 detidas. Nas hipóteses de desligamento voluntário, sem justa causa, mútuo acordo, por encerramento de mandato não renovado ou aposentadoria, o Beneficiário terá direito somente aos valores já apurados e pagos. Na hipótese de desligamento por falecimento ou invalidez permanente, o Beneficiário ou seus sucessores terão direito ao recebimento das UMW26 outorgadas, ainda que o valor não tenha sido apurado.

Informações adicionais ao item 8.5

Em 31 dezembro de 2020, os desencadeadores previstos no Plano 2020 quanto ao direito e mensuração não foram alcançados, logo as informações não foram divulgadas nas respectivas demonstrações financeiras.

9. Auditores

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	00385-9		
Razão Social	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.		
Tipo de Auditor	Pessoa Jurídica	CPF/CNPJ	49.928.567/0019-40
Data de contratação do serviço	14/03/2023		
Data de início da prestação dos serviços	01/01/2023		
Descrição dos serviços prestados	<p>1. Auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB) relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2024, 2025, 2026 e 2027.</p> <p>2. Revisão das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia, relativas aos períodos findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2023, 2024, 2025, 2026 e 2027, preparadas de acordo com o CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB).</p>		
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social	Não aplicável, tendo em vista que o auditor independente em questão não prestou o serviço no último exercício social.		
Justificativa da substituição	Não aplicável		
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa	Não aplicável		

Código CVM do Auditor	418-9		
Razão Social	KPMG Auditores Independentes		
Tipo de Auditor	Pessoa Jurídica	CPF/CNPJ	57.755.217/0001-29
Data de contratação do serviço	11/01/2018		
Data de início da prestação dos serviços	01/01/2018		
Descrição dos serviços prestados	<p>1. Auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB) relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.</p> <p>2. Revisão das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia, relativas aos períodos findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2022, preparadas de acordo com o CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB).</p>		
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social	Os nossos auditores independentes, em contrapartida aos serviços prestados descritos nos itens 1 e 2 acima, receberam honorários no valor de R\$ 1.068.918,26 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.		
Justificativa da substituição	Rodízio obrigatório de auditores independentes após o decurso do prazo de cinco exercícios sociais previsto na Resolução CVM 23/21.		

Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa	Não aplicável, uma vez que houve anuência da KPMG Auditores Independentes.
--	--

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

A política da Companhia junto aos seus auditores independentes, no que diz respeito à prestação de serviços não relacionados à auditoria externa, está fundamentada nos princípios que preservam a independência do auditor. Esses princípios se baseiam no fato de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais ou ainda advogar para o seu cliente.

Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, os então auditores independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, não foram contratados para serviços adicionais aos constantes da seção 9.1/9.2. Outrossim, os atuais auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., não foram contratados para serviços adicionais aos constantes da seção 9.1/9.2.

9.4 Outras informações relevantes

Nos termos da Resolução CVM nº 23, de 25 de fevereiro de 2021 ("Resolução CVM 23"), é obrigatória a substituição de nossos auditores independentes, no máximo, a cada cinco anos, sendo que os mesmos auditores não podem ser recontratados por um período de três anos. A Resolução CVM 23 também prevê que o período máximo pode ser considerado dez anos se (i) a companhia possuir Comitê de Auditoria Estatutário e (ii) o auditor for pessoa jurídica. Nos termos de nosso Estatuto Social, cabe ao Conselho de Administração deliberar sobre a escolha e destituição dos auditores independentes.

Em conformidade com o Ofício-Circular Anual CVM/SEP 2023, adotamos como procedimento formal consultar os auditores independentes KPMG Auditores Independentes até o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. com início em 2023, no sentido de assegurarmos-nos de que a realização da prestação de outros serviços não venha afetar sua independência e objetividade necessária ao desempenho dos serviços de auditoria independente.

Na contratação de serviços de auditores independentes, nossa administração busca assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade, cabendo ao nosso Conselho de Administração a decisão final sobre a substituição e contratação dos nossos auditores independentes.

10. RECURSOS HUMANOS

10.1 Descrição dos recursos humanos

a. número de empregados, total e por grupos, com base na atividade desempenhada, na localização geográfica e em indicadores de diversidade, que, dentro de cada nível hierárquico da Companhia, abrangem:

- i. identidade autodeclarada de gênero
- ii. identidade autodeclarada de cor ou raça
- iii. faixa etária e localização geográfica

Quantidade de empregados por declaração de gênero					
	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Empregados em posições de liderança	107	116	0	0	89
Empregados em posições de não-liderança	751	491	4	3	371
TOTAL DE EMPREGADOS	858	607	4	3	460

Quantidade de empregados por declaração de cor e raça							
	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Empregados em posições de liderança	9	135	16	67	0	0	85
Empregados em posições de não-liderança	60	555	194	467	5	0	339
TOTAL DE EMPREGADOS	69	690	210	534	5	0	424

Quantidade de empregados por posição e faixa etária						
	Abaixo de 30 anos		De 30 a 50 anos		Acima de 50 anos	
Empregados em posições de liderança	27		249		36	
Empregados em posições de não-liderança	680		901		39	
TOTAL DE EMPREGADOS	707		1150		75	

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica						
	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Empregados em posições de liderança	0	7	218	77	10	0
Empregados em posições de não-liderança	2	67	1221	281	49	0
TOTAL DE EMPREGADOS	2	74	1439	358	59	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero					
	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Norte	1	1	0	0	0
Nordeste	32	31	1	0	10
Centro-Oeste	602	434	2	2	399
Sudeste	188	126	1	0	43
Sul	35	15	0	1	8
Exterior	0	0	0	0	0

TOTAL DE EMPREGADOS	858	607	4	3	460
----------------------------	-----	-----	---	---	-----

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor e raça							
	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Norte	0	1	1	0	0	0	0
Nordeste	0	19	20	28	0	0	7
Centro-Oeste	55	413	163	427	4	0	377
Sudeste	13	216	25	68	1	0	35
Sul	1	41	1	11	0	0	5
Exterior	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL DE EMPREGADOS	69	690	210	534	5	0	424

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária			
	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	1	1	0
Nordeste	26	43	5
Centro-Oeste	560	825	54
Sudeste	109	233	16
Sul	11	48	0
Exterior	0	0	0
TOTAL DE EMPREGADOS	707	1150	75

iv. outros indicadores de diversidade que a Companhia entenda relevantes

A Companhia não analisa outros indicadores de diversidade.

b. número de terceirizados (total e por grupos, com base na atividade desempenhada e na localização geográfica)

Possuímos serviços terceirizados de apoio prestados diariamente, como limpeza e manutenção, assistentes de departamento de pessoal e serviços advocatícios. Os referidos contratos são celebrados com tempo indeterminado de duração, podendo ser rescindidos a qualquer tempo mediante comunicação neste sentido formulada por nós. Nos termos dos contratos celebrados, não há determinação específica da quantidade de prestadores terceirizados, não sendo possível prever com exatidão a quantidade necessária de prestadores para atender as demandas específicas dos referidos contratos.

c. índice de rotatividade

O quadro abaixo evidencia nosso índice de rotatividade para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022:

ROTATIVIDADE	ATIVOS ¹	DESLIGADOS	ÍNDICE
2022			
TOTAL	1907	692	36,3%

¹ Considera a média de colaboradores ativos do período.

10.2 Alterações relevantes

No período compreendido entre 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022, a Wiz Co expandiu seus negócios por meio da realização de parcerias, aquisições e joint ventures, o que ocasionou um aumento significativo (22%) do nosso quadro de empregados, passando de 1.560 empregados em 31 de dezembro de 2021 para 1.907 empregados em 31 de dezembro de 2022.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

a. política de salários e remuneração variável

A estratégia de remuneração dos nossos colaboradores busca atrair e reter os melhores profissionais, além de estimular a entrega de resultados. A política adotada tem por objetivo definir e manter critérios equitativos de valorização dos nossos colaboradores, visando o equilíbrio competitivo interno e externo das estruturas de cargos e salários. A remuneração é fixada com base em referências de mercado e no desempenho individual, com o apoio técnico de uma consultoria especializada.

A equipe de vendas tem sua remuneração mensal composta por salário fixo e variável, para que sejam recompensados pelo alcance das metas propostas. Para alguns cargos a remuneração variável é realizada por comissão, podendo ser um percentual em cima da produção dos parceiros do negócio ou dos valores diretos recebidos pela unidade negócio, com a consequente manutenção da motivação para atingimento de resultados.

Todos os nossos empregados são elegíveis ao recebimento de uma remuneração relativa à participação em nossos resultados, que é uma recompensa de natureza não salarial, a qual está diretamente relacionada ao cumprimento de metas coletivas estabelecidas por nossa Diretoria Executiva. Além disso, são considerados para o cálculo os resultados específicos da Unidade, representados por nossa meta de aderência estratégica (M.A.E.) que é composta pelo resultado de EBITDA da Unidade (70%) e o resultado dos *key results* definidos pela Unidade no momento do planejamento estratégico da Companhia (30%). Para as Unidades Corporativas, a M.A.E. é composta pelo resultado de EBITDA do grupo (50%) e por seus *key results* priorizados (50%).

b. política de benefícios

Oferecemos um plano completo de benefícios para que os nossos colaboradores tenham tranquilidade para exercer plenamente suas funções. Disponibilizamos plano de saúde, vale refeição, vale alimentação, vale transporte, seguro de vida em grupo, assistência funeral, auxílio creche, desconto em medicamentos disponibilizado pelo plano de saúde. Por fim, oferecemos também um check-up médico anual aos nossos executivos.

c. características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando:

Em 14 de janeiro de 2022, nossos acionistas aprovaram, em sede de Assembleia Geral Extraordinária, a extensão do Plano 2020 para, *inter alia*, os Diretores não Estatutários e empregados da Companhia e de suas Afiliadas, seguindo as mesmas condições anteriormente aprovadas ("Plano 2022"). Assim, foram criados os Planos de Retenção "W2025" e "W2026", cujas principais características estão descritas abaixo. Para maiores informações, vide item 8.20 deste Formulário de Referência.

i. grupos de beneficiários

Nos termos do Plano 2022, são elegíveis a participar do Plano 2022 os membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e empregados e administradores das empresas do conglomerado da Companhia e suas Afiliadas.

Nos termos dos Planos W2025 e W2026, são beneficiários (i) os Diretores das Unidades Corporativas, assim entendidas como as unidades internas da Companhia que não tenham atuação comercial direta ("Diretores Corporativos"); (ii) os Diretores Executivos (estatutários ou não) responsáveis pelas Unidades de Negócios da Wiz, assim entendidas como as unidades comerciais ou as subsidiárias nas quais a Companhia tenha participação, ainda que minoritária ("Diretores Executivos"); e os Diretos de Diretores Executivos ou Corporativos, assim entendidos como os Diretores, Superintendentes e/ou Gerentes diretamente ligados hierarquicamente aos Diretores Executivos e/ou aos Diretores Corporativos da Wiz ("Diretos dos Diretores"). Os beneficiários são escolhidos a exclusivo critério da Diretoria Estatutária da Companhia, representada, pelo Diretor-Presidente, e aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia, sendo certo que o exercício de qualquer dos cargos previsto acima não garante, por si só, ao seu ocupante, o direito à adesão ao Plano 2022.

ii. condições para exercício

Os Planos W2025 e W2026, cujos beneficiários descritos no item (ii) são escolhidos a critério da Diretoria Estatutária da Companhia, consideram os resultados da Companhia para possibilitar o exercício das Phantom Options.

iii. preços de exercício

No âmbito do Plano W2025, o preço de exercício será o resultado do preço de mercado das ações da Companhia, considerando a média do preço de fechamento das ações de emissão da Companhia ponderado pelo volume negociado nos 45 (quarenta e cinco) últimos pregões da B3 imediatamente anteriores à data de notificação de exercício, deduzido do valor equivalente ao preço de outorga das Phantom Options. Para fins do Plano W2025, o preço de outorga foi fixado em R\$9,70 para 2022, a ser reajustado anualmente de acordo com o IPCA e deduzido dos dividendos pagos pela Companhia em cada período, e para 2023 e 2024, será fixado de acordo com o preço de mercado das ações da Companhia, considerando a média do preço de fechamento das ações de emissão da Companhia ponderado pelo volume negociado nos 45 (quarenta e cinco) últimos pregões da B3 imediatamente anteriores à aprovação, pelo Conselho de Administração, em relação à distribuição das Phantom Options para 2023 e 2024.

Já em relação ao Plano W2026, o valor das UMW26 (conforme abaixo definido) será apurado considerando o Montante Financeiro Plano W2026, o qual considera, dentre outros, o Lucro Líquido Plano W2026 * 2%, o qual será calculado, nos exercícios de 2025 e 2026 da Companhia, relativamente aos resultados de 2024 e 2025, da seguinte forma:

$$\text{Lucro Líquido Plano W2026} = \text{Lucro Líquido Grupo Wiz} - \text{Lucro Líquido da Operação Caixa}$$

A cada Ano de Apuração, o Montante Financeiro Plano W2026 será dividido pelas UMW26 a serem pagas no período, considerando:

$$\text{Valor Unitário UMW26} = \frac{\text{Montante Financeiro Plano W2026}}{\text{Total de UMW26 a serem pagas no Ano de Exercício}}$$

Após a apuração, será pago a cada beneficiário o Valor Unitário UMW26 multiplicado pela metade das quantidades de UMW26 recebidas para cada ano de pagamento.

$$\text{Valor Recebido pelo Beneficiário} = \text{Valor Unitário UMW26} * \left(\frac{\text{UMW26 Recebidas}}{2} \right)$$

Ressaltamos que a liquidação das Phantom Options do Plano W2025 será feita por meio do pagamento em dinheiro aos Beneficiários. O pagamento das UMW26 será dividido em duas etapas, sendo que o montante de até 300.000 (trezentas mil) UMW26 será pago no ano de 2025 e as 300.000 (trezentas mil) UMW26 restantes serão pagas em 2026.

iv. prazos de exercício

As Phantom Options outorgadas no Plano W2025, em cada exercício, deverão cumprir o período de *vesting* de pelo menos 2 (dois) anos após a outorga, com exceção à outorga do exercício de 2022, que poderá ser resgatada até 50% (cinquenta por cento) a partir de 2024 e até 100% (cem por cento) a partir 2025, conforme tabela abaixo (“Data de Resgate das Phantom Options”):

Data da Outorga	Data de Resgate das Phantom Options
Fevereiro / 2022	A partir de fevereiro / 2024 (até 50%) A partir de fevereiro / 2025 (até 100%)
Fevereiro / 2023	A partir de fevereiro / 2025
Fevereiro / 2024	A partir de fevereiro / 2026

v. quantidade de ações comprometidas pelo plano

O Plano 2022 não atribui Ações de Referência ou quaisquer direitos patrimoniais ou políticos sobre Ações de Referência, nem outros privilégios inerentes à condição de acionista, conferindo apenas um incentivo a ser liquidado em dinheiro, observados os termos e condições aqui dispostos.

Nos termos do Plano 2022, a outorga das opções deve observar o Limite Global, que deve ser, em qualquer data, de até 8 (oito) milhões de *Phantom Options*, equivalente a aproximadamente 5% (três por cento) do total das ações emitidas pela

Companhia na data da deliberação do Conselho de Administração que recomendou a aprovação do Plano 2022 à Assembleia Geral. Nos termos do Plano 2022, cada *Phantom Option* confere a seu titular um direito pecuniário que tem por base 1 (uma) Ação de Referência.

As ações fantasmas utilizadas no Plano W2025 totalizam 1.800.000 (um milhão e oitocentas mil) Phantom Options. Por outro lado, o Plano W2026 utiliza como base a Unidade de Medida W2026 (“UMW26”), equivalente a 1/3 (um terço) das Phantom Options do Plano W2025, até o limite de 600.000 (seiscentas mil) UMW26.

Vale destacar que devido à sua natureza puramente financeira, as *Phantom Options* não onerarão de qualquer modo as Ações de Referência, tampouco ensejarão nova emissão de ações pela Companhia.

d. razão entre (i) a maior remuneração individual (considerando a composição da remuneração com todos os itens descritos no campo 8.2.d) reconhecida no resultado da Companhia no último exercício social, incluindo a remuneração de administrador estatutário, se for o caso; e (ii) a mediana da remuneração individual dos empregados da Companhia no Brasil, desconsiderando-se a maior remuneração individual, conforme reconhecida em seu resultado no último exercício social

A razão entre a maior remuneração individual reconhecidas no resultado da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e a mediana da remuneração individual dos empregados da Companhia no Brasil, no mesmo período, é de 80,66.

10.4 Relações entre a Companhia e sindicatos

Nossos empregados são representados pelos sindicatos das localidades em que possuímos estabelecimentos. Acreditamos manter relações amistosas com todos os Sindicatos envolvidos, havendo negociações coletivas anuais entre nós e os sindicatos com êxito desde 2006. Até o presente momento nunca houve qualquer conflito significativo, greve ou movimento paredista.

Por outro lado, somos representados pelo Sindicato dos Corretores de Seguros, Empresas Corretoras de Seguros, Capitalização e Previdência Privada no Distrito Federal - SINCOR-DF para o qual realizamos nossa contribuição patronal anualmente.

Os acordos coletivos atualmente em vigor são celebrados anualmente. Relacionamos abaixo os sindicatos que representam os nossos funcionários nas negociações coletivas anuais, bem como nas tratativas negociais de jornadas de trabalho, benefícios, participação nos lucros e resultados, conferências das homologações, além das tradicionais negociações coletivas por categoria:

- Federação Nacional dos Securitários – FENESPIC.
- Sindicato Dos Empregados Em Empresas de Processamento de Dados, Serv Comp, Inform Tec. Infor.
- Sindicato dos Securitários da Bahia.
- Sindicato dos Securitários da Paraíba.
- Sindicato dos Securitários de Alagoas.
- Sindicato dos Securitários de Florianópolis.
- Sindicato dos Securitários de Fortaleza.
- Sindicato dos Securitários de Goiás.
- Sindicato dos Securitários de Joinville.
- Sindicato dos Securitários de Minas Gerais.
- Sindicato dos Securitários de Pernambuco.
- Sindicato dos Securitários de Roraima.
- Sindicato dos Securitários de São Paulo.
- Sindicato dos Securitários de Sergipe.
- Sindicato dos Securitários do Amazonas.
- Sindicato dos Securitários do Blumenau.
- Sindicato dos Securitários do Distrito Federal.
- Sindicato dos Securitários do Espírito Santo.
- Sindicato dos Securitários do Maranhão.
- Sindicato dos Securitários do Mato Grosso.
- Sindicato dos Securitários do Mato Grosso Do Sul.
- Sindicato dos Securitários do Pará.
- Sindicato dos Securitários do Paraná.
- Sindicato dos Securitários do Piauí.
- Sindicato dos Securitários do Rio de Janeiro.
- Sindicato dos Securitários do Rio Grande do Norte.
- Sindicato dos Securitários do Rio Grande do Sul.
- Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações da Bahia.
- Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações de Pernambuco.
- Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações do Distrito Federal.
- Sindicato dos Trabalhadores em Telemarketing e Empregados em Empresas de Telemarketing da cidade de São Paulo e grande São Paulo.
- Sindicato dos Trabalhadores em Telemarketing e Empregados em Empresas de Telemarketing da cidade do Rio de Janeiro.
- Sindicato dos Corretores De Seguros e Empresas Corretoras de Seguros, Resseguros, Vida e Capitalização.

10.5 Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes que não tenham sido divulgadas nesta seção 10.

11. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

11.1 Regras políticas e práticas

Celebramos, no curso normal de nossos negócios, operações com partes relacionadas em condições semelhantes àquelas que teriam sido obtidas se tais operações tivessem sido celebradas com terceiros.

Nessa realidade, com o intuito de nos alinharmos com as melhores práticas de governança corporativa e de promovermos maior transparência de nossas operações e maior afinamento com o interesse dos acionistas, nossos acionistas aprovaram, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de janeiro de 2015, a alteração do nosso Estatuto Social para incluir a previsão de um Comitê de Partes Relacionadas. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de março de 2022, nossos acionistas aprovaram a alteração do nosso Estatuto Social para a reestruturação e criação de novos Comitês Estatutários, o que incluiu a extinção do Comitê de Partes Relacionadas e a criação do Comitê de Riscos, Compliance e Partes Relacionadas ("Comitê de Riscos"). Os temas do extinto Comitê de Partes Relacionadas foram transferidos para o Comitê de Riscos. Para informações sobre os membros do Comitê de Riscos, vide item 7.3/7.4 deste Formulário de Referência.

Em 8 de abril de 2015, nosso Conselho de Administração aprovou nossa Política de Transações com Partes Relacionadas, conforme aditada em 11 de maio de 2015 e novamente em 15 de dezembro de 2022 ("Política"), a qual institui os procedimentos a serem observados por nós, nossos acionistas controladores diretos e indiretos, diretores, funcionários, membros do conselho de administração e do conselho fiscal, quando instalado, e de quaisquer outros órgãos com funções técnicas ou consultivas, em transações com partes relacionadas, com o objetivo de promover a transparência do processo de aprovação de transações com partes relacionadas perante os nossos acionistas, investidores e ao mercado em geral, bem como assegurar que tais transações sejam realizadas tendo em vista os interesses da nossa Companhia e de nossos acionistas e em conformidade com as melhores práticas de governança corporativa. A Política está disponível no *website* da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>) e de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.wiz.co/>).

Em 16 de março de 2022, nosso Conselho de Administração aprovou o Regimento Interno do Comitê de Riscos, Compliance e Partes Relacionadas ("Regimento Interno do Comitê de Riscos") que institui, dentre outros, a finalidade, a composição, as atribuições e os deveres e responsabilidades do Comitê de Riscos.

Nos termos do Regimento Interno do Comitê de Riscos, o Comitê de Riscos deve ser composto por, no mínimo, 3 (três), e, no máximo, 5 (cinco) integrantes, a serem indicados em Reunião do Conselho de Administração, dentre os quais ao menos 2 (dois) integrantes são do Conselho de Administração, sendo permitida a indicação de membros externos. Os membros externos deverão ter comprovada capacidade técnica e atender aos demais requisitos da Companhia. Todos os membros do Comitê de Riscos deverão possuir notório conhecimento das áreas de atuação do Comitê de Riscos.

As matérias de competência do Comitê de Riscos estão previstas no Regimento Interno do Comitê de Riscos, o qual se encontra disponível no *website* da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>) e no de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.wiz.co/>).

11.2 Transações com Partes Relacionadas

Nome da parte relacionada	Caixa Econômica Federal		
Relação com a Companhia	Coligada Indireta		
Objeto do contrato	Saldo em conta corrente mantida junto à Caixa Econômica Federal.		
Data da transação	31/12/2022	Montante envolvido no negócio (reais)	13.493.058,97
Taxa de juros cobrada (%)	Não Aplicável	Saldo existente	13.493.058,97
Montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio, se for possível aferir			-
Garantias e seguro relacionados	Não Aplicável	Duração	Indeterminado
Condições de rescisão ou extinção		Em caso de saque integral e encerramento da conta a nosso critério.	
Posição contratual da Companhia	Credor	Natureza e razões para a operação/Outras informações relevantes	Manutenção de saldo em conta corrente. A presente transação observou os requisitos previstos na Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia e está em conformidade com as disposições da Lei das Sociedades por Ações.

Nome da parte relacionada	Banco BMG		
Relação com a Companhia	Coligada Indireta		
Objeto do contrato	Saldo em conta corrente mantida junto ao Banco BMG S.A.		
Data da transação	31/12/2022	Montante envolvido no negócio (reais)	500.550,14
Taxa de juros cobrada (%)	Não Aplicável	Saldo existente	500.550,14
Montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio, se for possível aferir			-
Garantias e seguro relacionados	Não Aplicável	Duração	Indeterminado
Condições de rescisão ou extinção		Em caso de saque integral e encerramento da conta a nosso critério.	

Posição contratual da Companhia	Credor	Natureza e razões para a operação/Outras informações relevantes	Manutenção de saldo em conta corrente. A presente transação observou os requisitos previstos na Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia e está em conformidade com as disposições da Lei das Sociedades por Ações.
--	--------	--	---

Nome da parte relacionada	Caixa Seguradora S.A. e outras		
Relação com a Companhia	Sociedades sob controle comum.		
Objeto do contrato	Valor a receber referente a prestação de serviços de operação de Corretagem de Seguros para CAIXA Seguradora S.A. e CAIXA Vida e Previdência.		
Data da transação	31/12/2022	Montante envolvido no negócio (reais)	19.502.030,27
Taxa de juros cobrada (%)	Não aplicável	Saldo existente	19.502.030,27
Montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio, se for possível aferir			19.502.030,27
Garantias e seguro relacionados	Não aplicável.	Duração	Indeterminado
Condições de rescisão ou extinção		Não Aplicável	
Posição contratual da Companhia	Credor	Natureza e razões para a operação/Outras informações relevantes	Valor a receber pela prestação de serviços no curso normal de suas atividades. A presente transação observou os requisitos previstos na Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia e está em conformidade com as disposições da Lei das Sociedades por Ações.

Nome da parte relacionada	Federação Nacional das Associações de Pessoal da Caixa Econômica Federal – FENAE		
Relação com a Companhia	Controlador Indireto		
Objeto do contrato	Determinação de saldo a ser reembolsado pela FENAE, decorrente de conta garantida (escrow), para processos com fato gerador anterior a outubro de 2012, em condição transitado e julgado e para os quais a Companhia tenha realizado algum desembolso. A Companhia realiza prestação de contas nesse escopo semestralmente para fins de liberação do reembolso. O montante leva em consideração o total de contas a receber – reembolso escrow em 31.12.2022 pela Companhia.		
Data da transação	08/10/2021	Montante envolvido no negócio (reais)	4.713.025,23

Taxa de juros cobrada (%)		Saldo existente	Não aplicável
Montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio, se for possível aferir			4.713.025,23
Garantias e seguro relacionados	Não aplicável	Duração	Indeterminado
Condições de rescisão ou extinção		Não aplicável	
Posição contratual da Companhia	Credor	Natureza e razões para a operação/Outras informações relevantes	<p>A FENAE, na condição de nossa única acionista em outubro de 2012, admitiu como novos acionistas da PAR Holding Corporativa S.A., então nossa única acionista direta, as sociedades Boxe Participações Ltda. e CNP Seguros Holding Brasil S.A. (anteriormente denominada Caixa Seguros Holding S.A.)</p> <p>A presente transação observou os requisitos previstos na Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia e está em conformidade com as disposições da Lei das Sociedades por Ações.</p>

Nome da parte relacionada	Wiz Concept Soluções de Teleatendimento Ltda.		
Relação com a Companhia	Controlada		
Objeto do contrato	Dividendos a receber em 31/12/2022 da Wiz Concept Soluções de Teleatendimento Ltda.		
Data da transação	31/12/2022	Montante envolvido no negócio (reais)	6.311.724,24
Taxa de juros cobrada (%)	Não aplicável	Saldo existente	Não aplicável
Montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio, se for possível aferir			6.311.724,24
Garantias e seguro relacionados	Não aplicável	Duração	31/12/2022
Condições de rescisão ou extinção		Não aplicável	
Posição contratual da Companhia	Credor	Natureza e razões para a operação/Outras informações relevantes	A presente transação observou os requisitos previstos na Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia e está em conformidade com as disposições da Lei das Sociedades por Ações.

Nome da parte relacionada	Wiz Corporate Soluções e Corretagem de Seguros SA		
Relação com a Companhia	Controlada		
Objeto do contrato	Dividendos a receber em 31/12/2022 da Wiz Corporate		
Data da transação	31/12/2022	Montante envolvido no negócio (reais)	306.370,75
Taxa de juros cobrada (%)	Não aplicável	Saldo existente	Não aplicável
Montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio, se for possível aferir			306.370,75
Garantias e seguro relacionados	Não aplicável	Duração	31/12/2022
Condições de rescisão ou extinção		Não aplicável	
Posição contratual da Companhia	Credor	Natureza e razões para a operação/Outras informações relevantes	A presente transação observou os requisitos previstos na Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia e está em conformidade com as disposições da Lei das Sociedades por Ações.

Nome da parte relacionada	Caixa Seguradora S.A. e outras.		
Relação com a Companhia	Sociedades sob controle comum.		
Objeto do contrato	Gestão financeira do programa Mundo Caixa – “MC” conforme definido previamente no Convênio de Parceria Operacional de 2015 e no Contrato de Prestação de Serviços entre a Caixa Seguradora S.A., Caixa Vida e Previdência S.A., Caixa Capitalização S.A., Caixa Consórcios S.A. Administradora de Consórcios firmado em 01/01/2018. Em 06 de abril de 2021 foi formalizado o encerramento do Contrato e de todo o relacionamento jurídico havido entre as Partes em relação ao objeto do Contrato, em que foi estabelecido Plano de Phase Out da operação.		
Data da transação	31/12/2022	Montante envolvido no negócio (reais)	2.250.446,44
Taxa de juros cobrada (%)	Não aplicável	Saldo existente	Não aplicável
Montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio, se for possível aferir			2.250.446,44
Garantias e seguro relacionados	Não aplicável	Duração	31/12/2022
Condições de rescisão ou extinção		Mediante término do período de phase out.	
Posição contratual da Companhia	Devedor	Natureza e razões para a operação/Outras informações relevantes	Intermediação de pagamentos referente a gestão financeira do programa Mundo Caixa. O montante envolvido considera o valor mantido em Conta de Depósito em Garantia

			<p>em 31/12/.2021 junto ao parceiro responsável pela administração de todas as atividades envolvidas no resgate da pontuação da plataforma Mundo Caixa.</p> <p>A presente transação observou os requisitos previstos na Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia e está em conformidade com as disposições da Lei das Sociedades por Ações.</p>
--	--	--	--

Nome da parte relacionada	BRB Administradora e Corretora de Seguros S.A.		
Relação com a Companhia	A Corretora de Seguros BRB possui relação de influência junto à BRB Corretora de Seguros S.A, nossa controlada.		
Objeto do contrato	<p>Em 31 de dezembro de 2021, foi celebrado contrato de Aquisição de Compra e Venda de Ações, de 50,1% entre a Wiz Soluções e Corretagem de Seguros S.A. (antiga denominação social da Wiz Co Participações e Corretagem de Seguros S.A.) e a BRB Administradora e Corretora de Seguros S.A., subsidiária do BRB – Banco de Brasília S.A.</p> <p>O preço de aquisição total é estimado em R\$585.235.334,40, e composto por uma parcela à vista, correspondente a R\$300.000.000,00, três parcelas fixas anuais de R\$57.047.066,88 cada, com vencimentos em 2023, 2025 e 2026, respectivamente, além de três parcelas anuais variáveis, estimadas em R\$ 38.031.377,92 cada, sendo que, em qualquer caso, o valor total a ser pago a título de parcela variável não poderá ser maior que R\$114.094.134,00. A parcela variável com vencimento em 2023 foi postergada para 2024, mediante reajuste do valor da parcela calculado conforme previsto no contrato de aquisição, acrescido da taxa de 15,69%.</p>		
Data da transação	31/12/2022	Montante envolvido no negócio (reais)	266.967.752,68
Taxa de juros cobrada (%)	Não aplicável	Saldo existente	Não aplicável
Montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio, se for possível aferir	266.967.752,68		
Garantias e seguro relacionados	Declarações e garantias dos vendedores referentes à situação da Companhia adquirida.	Duração	2026
Condições de rescisão ou extinção	Violação de declarações e garantias, infração contratual não sanada.		
Posição contratual da Companhia	Devedor	Natureza e razões para a operação/Outras informações relevantes	<p>Aquisição de ações da BRB Corretora de Seguros para expansão das frentes de negócios da Companhia.</p> <p>A presente transação observou os requisitos previstos na Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia e está em</p>

			conformidade com as disposições da Lei das Sociedades por Ações.
--	--	--	--

Nome da parte relacionada	Banco Inter S.A.		
Relação com a Companhia	O Banco Inter possui relação de controle junto à Inter Seguros, e portanto, exerce influência significativa na administração da investida.		
Objeto do contrato	A Companhia adquiriu do Banco Inter S.A. 40% das quotas de capital da Inter Digital Corretora e Consultoria de Seguros Ltda. O montante leva em consideração os desembolsos projetados pela Companhia em 31 de dezembro de 2021 a serem pagos ao Banco Inter, assim como o ajuste a valor presente.		
Data da transação	27/06/2019	Montante envolvido no negócio (reais)	91.844.189,84
Taxa de juros cobrada (%)	Não aplicável	Saldo existente	Não aplicável
Montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio, se for possível aferir			91.844.189,84
Garantias e seguro relacionados	Declarações e garantias dos vendedores referentes à situação da Companhia adquirida.	Duração	02/2024
Condições de rescisão ou extinção		Violação de declarações e garantias, infração contratual não sanada.	
Posição contratual da Companhia	Devedor	Natureza e razões para a operação/Outras informações relevantes	Aquisição das quotas da Inter Seguros para expansão das frentes de negócios da Companhia. A presente transação observou os requisitos previstos na Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia e está em conformidade com as disposições da Lei das Sociedades por Ações.

Nome da parte relacionada	CBFÁCIL Corretora de Seguros e Negócios Ltda		
Relação com a Companhia	A CBFACIL possui relação de influência significativa junto à CMG Corretora de Seguros Ltda, nossa controlada.		
Objeto do contrato	Em 6 de agosto de 2020, foi celebrado contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, entre a Wiz Soluções e Corretagem de Seguros S.A. (antiga denominação social da Wiz Co Participações e Corretagem de Seguros S.A.), a CBFÁCIL Corretora de Seguros e Negócios Ltda. O contrato prevê pagamento no valor total da operação, R\$ 44,8 milhões fixos, pagos em duas parcelas. A primeira ocorreu no fechamento da operação, em novembro de 2020, e a segunda ocorrerá seis meses depois. A Wiz pagará ainda um valor variável		

	que pode chegar a R\$ 119 milhões, que será pago em parcelas nos anos de 2022, 2023 e 2024, considerando o lucro apurado pela CMG em cada ano anterior aos pagamentos. O montante leva em consideração os desembolsos projetados pela Companhia em 31 de dezembro de 2021 a serem pagos à CBFácil, assim como o ajuste a valor presente.		
Data da transação	06/08/2020	Montante envolvido no negócio (reais)	73.010.933,25
Taxa de juros cobrada (%)	Não aplicável	Saldo existente	Não aplicável
Montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio, se for possível aferir			73.010.933,25
Garantias e seguro relacionados	Declarações e garantias dos vendedores referentes à situação da Companhia adquirida.	Duração	2024
Condições de rescisão ou extinção		Violação de declarações e garantias, infração contratual não sanada.	
Posição contratual da Companhia	Devedor	Natureza e razões para a operação/Outras informações relevantes	Aquisição das quotas da CMG Corretora para expansão das frentes de negócios da Companhia. A presente transação observou os requisitos previstos na Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia e está em conformidade com as disposições da Lei das Sociedades por Ações.

Nome da parte relacionada	CNP Seguros Holding Brasil S.A. e suas subsidiárias		
Relação com a Companhia	Controlador Direto		
Objeto do contrato	Atuação da Companhia no balcão da Caixa Econômica Federal ("CAIXA"). Para mais informações vide item 1.2 deste Formulário de Referência. O valor da transação é variável de acordo com o volume de apólices vendidas. O montante envolvido considera o montante histórico bruto referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.		
Data da transação	31/12/2022	Montante envolvido no negócio (reais)	251.786.000,00
Taxa de juros cobrada (%)	Não aplicável	Saldo existente	Não aplicável
Montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio, se for possível aferir			251.786.000,00
Garantias e seguro relacionados	Vide item 1.2 deste Formulário de Referência	Duração	31/12/2021
Condições de rescisão ou extinção		Vide item 1.2 deste Formulário de Referência	

Posição contratual da Companhia	Credor	Natureza e razões para a operação/Outras informações relevantes	<p>Vide item 1.2 deste Formulário de Referência.</p> <p>A presente transação observou os requisitos previstos na Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia e está em conformidade com as disposições da Lei das Sociedades por Ações.</p> <p>A política contábil da Companhia prevê que a contabilização de receitas segue os cinco passos de reconhecimento de acordo com o CPC 47. Dessa forma, as receitas das prestações de serviços são reconhecidas quando (ou à medida que) a entidade satisfizer à obrigação de desempenho ao prestar o serviço prometido ao cliente. Dessa forma, e pelas características do contrato, não é possível mensurar o saldo existente a receber do contrato em questão.</p> <p>Em 29.08.19 foram celebrados contratos definitivos da transação envolvendo a Wiz, a Caixa Seguridade, a CNP e a CSH, que estabeleceu condições de atuação da Wiz no balcão da CAIXA, no contexto das novas sociedades a serem futuramente estabelecidas entre a Caixa Seguridade e parceiros de seguridade selecionados (incluindo a CNP). Para maiores informações sobre a estimativa de estoques de comissão a receber, vide item 1.2 deste Formulário de Referência.</p>
--	---------------	--	--

Nome da parte relacionada	Caixa Econômica Federal
Relação com a Companhia	Coligada Indireta
Objeto do contrato	Rendimentos de Aplicações financeiras junto à CAIXA Econômica Federal

Data da transação	31/12/2022	Montante envolvido no negócio (reais)	91.530,73
Taxa de juros cobrada (%)	Não aplicável	Saldo existente	91.530,73
Montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio, se for possível aferir			-
Garantias e seguro relacionados	Não aplicável	Duração	Indeterminado
Condições de rescisão ou extinção		Em caso de resgate das aplicações financeiras.	
Posição contratual da Companhia	Credor	Natureza e razões para a operação/Outras informações relevantes	<p>Receita Financeira decorrente de rendimento de Aplicação de nossos recursos financeiros.</p> <p>A presente transação observou os requisitos previstos na Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia e está em conformidade com as disposições da Lei das Sociedades por Ações.</p>

Nome da parte relacionada	Fundo de Investimento Imobiliário Renda Corporativa Angico- FII		
Relação com a Companhia	Sociedade sob controle comum.		
Objeto do contrato	<p>Contrato da subsidiária Wiz Concept Soluções de Teleatendimento Ltda. de Locação de 05 salas e duas vagas de garagem situadas no Setor Comercial Quadra 1, Edifício Number One em Brasília/DF.</p> <p>O contrato prevê aluguel de R\$90.000,00/mês por 2.100m², reajustado anualmente pelo IGP-M/FGV. O valor reajustado para 2023 é de R\$ 151.118,69/mês.</p>		
Data da transação	01/12/2018	Montante envolvido no negócio (reais)	1.194.445,78
Taxa de juros cobrada (%)	Não aplicável	Saldo existente	1.103.935,68
Montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio, se for possível aferir			-
Garantias e seguro relacionados	Não aplicável	Duração	01/12/2023
Condições de rescisão ou extinção		Mediante infração contratual não sanada. Ainda, poderá a Wiz Concept por decisão exclusiva e unilateral, rescindir o Contrato, imediatamente e sem ônus, caso conclusa que há indícios suficientes de que o FII está envolvido em situações que possam representar riscos de dano à reputação da Wiz Concept.	
Posição contratual da Companhia	Devedor	Natureza e razões para a operação/Outras informações relevantes	<p>Locação de imóvel para operação da Wiz Concept.</p> <p>A presente transação observou os requisitos previstos na Política de Transações com Partes</p>

			Relacionadas da Companhia e está em conformidade com as disposições da Lei das Sociedades por Ações.
--	--	--	--

11.2 Itens "n" e "o"

Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

n. medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses

Visando orientar o tratamento adequado das transações entre partes relacionadas dentro do conglomerado WizCo e regular a devida divulgação de informações ao mercado, conforme se demonstrar necessário para o atendimento da legislação e da regulamentação aplicável à Companhia, contamos com a Política de Transações com Partes Relacionadas, conforme devidamente descrita no item 11.1 e disponível no *website* da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>) e de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.wiz.co/>) ("Política"), bem como com o Comitê de Riscos, Compliance e Partes Relacionadas ("Comitê"), o qual é responsável, inter alia, por garantir que as transações da Companhia sejam realizadas em consonância com as disposições de nossa Política, de forma a atender os interesses da nossa Companhia e de nossos acionistas e em conformidade com as melhores práticas de governança corporativa. Para maiores informações sobre o Comitê, vide item 11.1 deste Formulário de Referência.

Neste sentido, as operações realizadas pela Companhia com partes relacionadas observam os requisitos previstos na Política e estão em conformidade com as disposições da Lei das Sociedades por Ações.

Outrossim, as transações também são submetidas aos órgãos decisórios da Companhia, sendo que, havendo possibilidade de conflito de interesses entre as matérias sob análise e algum membro dos órgãos decisórios da Companhia, o respectivo membro deve comunicar o possível conflito e se abster de votar, ficando a decisão cabível aos demais membros que não possuem qualquer relação com a matéria a ser deliberada. Adicionalmente, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, qualquer acionista ou membro do conselho de administração está proibido de votar em deliberação acerca de matéria em que tenha interesses conflitantes com os da Companhia.

Posto isto, as transações divulgadas foram celebradas de acordo com a Política e, aquelas celebradas anteriormente à aprovação da Política foram celebradas de acordo com o estatuto social da Companhia, bem como com as práticas estabelecidas em lei.

o. demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

As transações com partes relacionadas efetuadas pela Companhia são realizadas a condições de mercado usuais ou de negociações anteriores da Companhia, ou seja, os preços, prazos e taxas praticados em tais transações seguem os mesmos critérios de avaliação e procedimentos que norteiam negociações feitas com terceiros que não relacionados à Companhia.

As transações também são refletidas nas demonstrações financeiras da Companhia e, quando aplicável, são divulgadas ao mercado, nos termos da Resolução CVM 80, o que, ao entender da Companhia, coibe hipotéticos abusos e/ou a má utilização de ativos da Companhia nas referidas transações.

Ademais, a Companhia acredita que, além da sua estrutura de controles internos, governança e regras para aprovação das referidas transações, os membros de sua administração atuam com lealdade e compromisso ético em relação à Companhia, não permitindo que interesses distintos possibilitem o favorecimento próprio ou de terceiros, o mau uso dos ativos ou hipotéticos abusos em transações envolvendo a Companhia. Dessa feita, a Companhia entende que operações com partes relacionadas por ela realizadas, conforme elencadas no item 11.2 deste Formulário de Referência, possuem caráter estritamente comutativo.

11.3 Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes que não estejam mencionadas na seção 11 deste Formulário de Referência.

12. Capital social e valores mobiliários

12.1 Informações Capital Social

Tipo de Capital	Capital Emitido		Data da autorização ou aprovação	10/12/2014	
Valor do capital (reais)	40.000.000,00		Prazo de integralização	Integralizado	
Unidades					
Quantidade de ações ordinárias	159.907.282	Quantidade de ações preferenciais	0	Quantidade total de ações	159.907.282
Tipo de Capital	Capital Subscrito		Data da autorização ou aprovação	10/12/2014	
Valor do capital (reais)	40.000.000,00		Prazo de integralização	Integralizado	
Unidades					
Quantidade de ações ordinárias	159.907.282	Quantidade de ações preferenciais	0	Quantidade total de ações	159.907.282
Tipo de Capital	Capital Integralizado		Data da autorização ou aprovação	10/12/2014	
Valor do capital (reais)	40.000.000,00		Prazo de integralização	-	
Unidades					
Quantidade de ações ordinárias	159.907.282	Quantidade de ações preferenciais	0	Quantidade total de ações	159.907.282
Tipo de Capital	Capital Autorizado		Data da autorização ou aprovação	03/10/2014	
Valor do capital (reais)	1.000.000.000,00		Prazo de integralização	-	
Unidades					
Quantidade de ações ordinárias	-	Quantidade de ações preferenciais	-	Quantidade total de ações	-

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

Não aplicável, visto que a Companhia não é uma emissora estrangeira.

12.3/12.7 Valores Mobiliários Emitidos no Brasil e Exterior

País de origem	Brasil				
Valor Mobiliário	Debêntures		Identificação do valor mobiliário	1ª Emissão, Oferta Restrita	
Data de emissão	18/08/2021	Data de Vencimento	18/08/2026	Quantidade (unidades)	225.000
Valor nominal global (reais)	R\$225.000.000,00		Saldo Devedor	R\$238.038.845,22	
Restrição a circulação	Sim	Descrição da restrição	<p>As debêntures foram objeto de oferta pública com esforços restritos, nos termos da então vigente Instrução CVM 476, sendo ofertadas apenas a investidores profissionais, definidos nos termos do Art. 11 da Resolução CVM nº 30, de 11 de maio de 2021.</p> <p>As debêntures somente poderão ser negociadas em mercado de balcão organizado depois de 90 dias contados de cada subscrição ou aquisição por investidores profissionais e desde que observadas as demais condições previstas na Instrução CVM 476.</p>		
Banco depositário	Não	Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital social	Não aplicável		
Possibilidade de resgate	Sim	Hipóteses e cálculo do valor de resgate	Em virtude de restrições do sistema, as “Hipótese de resgate e cálculo do valor de resgate” se encontram disponíveis no item 12.9 deste Formulário de Referência.		
Características dos valores mobiliários de dívida	<p>Debêntures simples, nominativas e escriturais, sem emissão de cautela ou certificados, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM 476.</p> <p>i. vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado Em virtude de restrições do sistema, as informações estão previstas no item 12.9 deste Formulário de Referência.</p> <p>ii. juros As Debêntures farão jus ao pagamento de remuneração incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, correspondentes a 100% (cem por cento) da Taxa DI, acrescida de sobretaxa de 2,50% (dois inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados de acordo com o previsto na 1ª Escritura de Emissão.</p> <p>iii. garantia e, se real, descrição do bem objeto Alienação fiduciária de 39.750 (trinta e nove mil setecentas e cinquenta) quotas da Inter Digital Corretora e Consultoria de Seguros Ltda. ("Inter Seguros"), representativas, nesta data, de 39,75% (trinta e nove inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) do capital social total</p>				

	<p>e votante da Inter Seguros ("<u>Quotas Alienadas Fiduciariamente</u>"), para assegurar o fiel, pontual e integral cumprimento de toda e qualquer Obrigação Garantida (conforme definido na 1ª Escritura de Emissão).</p> <p>iv. na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado Não aplicável.</p> <p>v. eventuais restrições impostas à Companhia Configuram eventos de vencimento antecipado não automático das Debêntures (a) a distribuição de dividendos ou de juros sobre capital próprio, caso a Companhia esteja inadimplente com suas obrigações pecuniárias descritas na 1ª Escritura de Emissão, ressalvado o dividendo mínimo obrigatório; (b) cisão, fusão, incorporação (inclusive incorporação de ações) ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Companhia, observadas exceções; e (c) cessão, promessa de cessão, venda, alienação e/ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros não integrantes do Grupo Econômico da Companhia, por qualquer meio, de forma gratuita ou onerosa, de ativos (sobre a parcela vendida) cujo valor contábil seja igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor do patrimônio líquido da Companhia, observadas exceções. A contratação de novas dívidas e a emissão de novos valores mobiliários não são restrições impostas à Companhia pela emissão das Debêntures. Contudo, a Companhia deverá observar o índice financeiro previsto na 1ª Escritura de Emissão.</p> <p>vi. o agente fiduciário, indicando os principais termos do contrato O agente fiduciário da 1ª emissão de Debêntures da Companhia é a VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, 215, 4º andar, Pinheiros, CEP 05425-020, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 22.610.500/0001-88 ("<u>Agente Fiduciário</u>"). Os principais termos do contrato estão previstos no item 12.9 deste Formulário de Referência.</p>
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Quaisquer modificações nas principais condições das debêntures dependerão de aprovação de debenturistas representando, no mínimo, 75% das debêntures em circulação.
Outras características relevantes	Outras características relevantes: vide 12.9 deste Formulário de Referência.

12.4 Número de Titulares de Valores Mobiliários

Em 31 de dezembro de 2022, as informações acerca dos titulares das debêntures descritas no item 12.3/12.7 deste Formulário de Referência são as seguintes:

Valor Mobiliário	Debêntures				
Pessoa física	0	Pessoa jurídica	57	Investidores Institucionais	13

12.5 Mercados de negociação no Brasil

As ações ordinárias de nossa emissão foram admitidas à negociação no segmento do Novo Mercado da B3, com início em 5 de junho de 2015. Ademais, as debêntures descritas nesta seção 12 são admitidas à negociação por meio do CETIP21 - Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possuía, na data deste Formulário de Referência, valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que, não possuímos, na data deste Formulário de Referência, títulos emitidos no exterior.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia, provenientes da 1ª emissão de debêntures descrita nesta seção 12, foram utilizados integralmente para capital de giro da Companhia.

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e a proposta de aplicação divulgada pela Companhia no âmbito da referida emissão.

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável.

12.9 Outras informações relevantes

Informações adicionais sobre a 1ª Emissão de Debêntures mencionada no item 12.3/12.7 deste Formulário de Referência

Principais termos do Contrato celebrado com o Agente Fiduciário

Abaixo, elencamos as principais disposições do "*Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Wiz Soluções e Corretagem de Seguros S.A.*", conforme aditada ("1ª Escritura de Emissão") no tocante ao agente fiduciário das Debêntures, a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Agente Fiduciário"):

- (a) O Agente Fiduciário, nomeado nos termos da 1ª Escritura de Emissão, é responsável por representar os interesses da comunhão de Debenturistas perante a Companhia;
- (b) O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura da 1ª Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a integral quitação de todas as obrigações nos termos da 1ª Escritura de Emissão, ou até sua efetiva substituição;
- (c) Serão devidos ao Agente Fiduciário honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e da 1ª Escritura de Emissão, correspondentes a parcelas anuais de R\$ 12.000,00 (doze mil reais);
- (d) A título de verificação de índices financeiros, serão devidos pela Companhia ao Agente Fiduciário honorários adicionais, equivalentes a parcelas no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por verificação; e
- (e) A Companhia ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que tenha comprovadamente incorrido para prestar os serviços descritos na 1ª Escritura de Emissão a partir da Data de Emissão das Debêntures e proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos. Quando houver negativa para custeio de tais despesas pela Companhia, os Debenturistas deverão antecipar todos os custos a serem despendidos pelo Agente Fiduciário.

Principais termos previstos na 1ª Escritura de Emissão

Abaixo, elencamos as principais disposições da 1ª Escritura de Emissão:

Principais Eventos de Vencimento Antecipado Automático:

I. Não pagamento de qualquer obrigação pecuniária relativa às debêntures e/ou prevista na 1ª Escritura de Emissão devida aos debenturistas não sanado no prazo de até 1 (um) dia útil, contado da data do descumprimento.

II. Cessão, promessa de cessão, venda, alienação e/ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros não integrantes do Grupo Econômico (conforme definido na 1ª Escritura de Emissão) da Companhia, por qualquer meio, de forma gratuita ou onerosa, de ativos (sobre a parcela vendida) cujo valor contábil seja igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor do patrimônio líquido da Companhia, apurado com base nas últimas demonstrações financeiras auditadas (excetuados a cessão, promessa de cessão, venda, alienação e/ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência de (a) ativos no curso normal de negócios ou (b) recebíveis e créditos tributários, desde que não afetem a capacidade da Companhia de cumprir as obrigações previstas na 1ª Escritura de Emissão) da Companhia que excedam o Valor de Corte (conforme abaixo definido), de forma individual ou agregada, ressalvadas as hipóteses de prévia aprovação de titulares representando, pelo menos, 2/3 (dois terços) mais uma das debêntures em circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas convocada especificamente para este fim;

III. Qualquer alienação do controle acionário da Companhia, conforme definição prevista no artigo 37, parágrafo primeiro do Regulamento do Novo Mercado da B3, atualmente detido por Integra Participações S.A. e CNP Seguros Holding Brasil S.A. (anteriormente denominada Caixa Seguros Holding S.A.) ("Acionistas Atuais"), exceto: (i) se os Acionistas Atuais permanecerem com o controle direto ou indireto da Companhia; (ii) no caso de desinvestimento direto ou indireto da CNP Seguros Holding Brasil S.A. conforme divulgado no fato relevante da Companhia em 08 de junho de 2021, desde que a

Integra Participações S.A. permaneça como controladora ou parte do bloco de controle da Companhia; ou (iii) se houver prévia aprovação por debenturistas representando, pelo menos, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas convocada especificamente para este fim;

IV. Ocorrência de (a) extinção, liquidação, dissolução ou decretação de falência da Companhia; (b) pedido de autofalência da Companhia; (c) pedido de falência formulado por terceiros em face da Companhia e não devidamente elidido no prazo legal, exceto nos casos em que a Companhia realizar o respectivo depósito elisivo; (d) propositura, pela Companhia, de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou (e) ingresso pela Companhia em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente;

V. Transformação do tipo societário da Companhia, de modo que esta deixe de ser uma sociedade anônima, nos termos do artigo 220 da Lei das Sociedades por Ações;

VI. Realização de redução de capital social da Companhia, sob qualquer forma, após a data de assinatura da 1ª Escritura de Emissão, sem que haja anuência prévia dos debenturistas, conforme disposto no parágrafo 3º do artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações, exceto quando realizada para a absorção de prejuízos;

VII. Distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas pela Companhia caso a Companhia esteja inadimplente com suas obrigações pecuniárias descritas na 1ª Escritura de Emissão, ressalvando, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;

VIII. Utilização, pela Companhia, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão de forma diversa à prevista na 1ª Escritura de Emissão;

IX. Cessão ou qualquer forma de transferência a terceiros, no todo ou em parte, pela Companhia, conforme aplicável, de qualquer de suas obrigações nos termos da 1ª Escritura de Emissão ou do Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas, exceto se com prévia aprovação de debenturistas representando, pelo menos, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas convocada especificamente para este fim;

X. Ocorrência de vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras junto a instituições financeiras pela Companhia, que não sejam decorrentes da 1ª Escritura de Emissão, em valor equivalente individual ou agregado igual ou superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), dentro de um período de 12 (doze) meses, sendo tal valor reajustado anualmente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ("IPCA") ("Valor de Corte"), não sanado nos prazos de cura eventualmente previstos nos respectivos contratos ou instrumentos;

XI. Cisão, fusão, incorporação (inclusive incorporação de ações) ou qualquer forma de reorganização societária (qualquer de tais operações, uma "Reorganização Societária") envolvendo a Companhia, exceto no caso de: (i) prévia aprovação de debenturistas representando, pelo menos, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas convocada especificamente para este fim; ou (ii) a Companhia assegurar aos Debenturistas que assim desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data de publicação das atas dos atos societários relativos à operação, o resgate das Debêntures de que forem titulares, mediante o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Integralização ou a Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento; ou (iii) Reorganização Societária que ocorra exclusivamente dentro do Grupo Econômico (conforme definido na 1ª Escritura de Emissão), desde que, em caso de cisão (na qual qualquer parcela cindida, em operação única ou em um conjunto, é incorporada em instituição que não seja subsidiária da Companhia e tais parcelas representem, isoladamente ou em conjunto, mais de 10% (dez por cento) do patrimônio líquido consolidado da Companhia, conforme verificado na última Demonstração Financeira Consolidada da Companhia publicada antes da aprovação do evento), fusão ou incorporação (na qual a Companhia é incorporada) da Companhia, seja observado o disposto nos itens (i) ou (ii) acima;

XII. Alteração do objeto social da Companhia, de forma que a Companhia deixe de atuar, direta ou indiretamente, com corretagem de seguros e atividades correlatas;

XIII. Protesto de títulos contra a Companhia em valor individual igual ou superior ao Valor de Corte, salvo se em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do referido protesto ou no prazo legal: (a) seja validamente comprovado perante a

autoridade judicial que tenha sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros e, neste caso, a exigibilidade esteja suspensa; (b) seja suspenso ou cancelado; ou, ainda, (c) sejam prestadas, e aceitas pelo Poder Judiciário, garantias em juízo;

XIV. Na hipótese de a Companhia e/ou qualquer empresa do seu Grupo Econômico praticar qualquer ato visando a anular, questionar, revisar, cancelar, descaracterizar ou repudiar, por meio judicial ou extrajudicial, a 1ª Escritura de Emissão ou o Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas, qualquer de suas respectivas cláusulas ou de qualquer outro contrato relativo a 1ª Escritura de Emissão; e

XV. Se qualquer documento da 1ª Emissão, incluindo o Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas ou qualquer uma de suas disposições substanciais forem revogadas, anuladas, rescindidas, se tornarem nulas, inválidas, inexecutáveis ou deixarem de estar em pleno efeito e vigor.

Principais Eventos de Vencimento Antecipado Não Automático:

I. Descumprimento pela Companhia de qualquer obrigação não pecuniária prevista na 1ª Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas não sanada no período de 05 (cinco) Dias Úteis contados da data do referido descumprimento;

II. Não cumprimento de (i) qualquer sentença administrativa definitiva em face da Companhia ou suas controladas que resulte ou possa resultar à Companhia em obrigação de pagamento de valor individual ou agregado igual ou superior ao Valor de Corte, ou (ii) decisão arbitral definitiva ou judicial transitada em julgado, em face da Companhia ou suas controladas em valor igual ou superior ao Valor de Corte;

III. Na hipótese de qualquer pessoa que não seja a Companhia ou empresa do seu Grupo Econômico tentar praticar ou praticar qualquer ato visando a anular, questionar, revisar, cancelar, descaracterizar ou repudiar, por meio judicial ou extrajudicial, a 1ª Escritura de Emissão qualquer de suas respectivas cláusulas ou de qualquer outro contrato relativo a 1ª Escritura de Emissão, incluindo o Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas, sem que a Companhia tome as medidas cabíveis e tempestivas para sanar tal ato e obtenha êxito no prazo da contestação;

IV. Arresto, sequestro, penhora, confisco ou qualquer outra medida de qualquer autoridade governamental ou judiciária que implique perda de bens da Companhia em valor individual ou agregado igual ou superior ao Valor de Corte;

V. Inobservância pela Companhia, por qualquer de suas controladas e pelos seus administradores, da legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais e trabalhistas, especialmente as normas relativas a saúde e segurança ocupacional vigentes (em conjunto com as normas relativas ao uso ou incentivo de mão-de-obra infantil, prostituição, trabalho em condição análoga à de escravo, silvícola, discriminação de raça ou gênero, qualquer espécie de trabalho ilegal) ("Legislação Socioambiental"), conforme (i) verificado por existência de decisão judicial para qual a Companhia não tenha obtido efeito suspensivo em instância superior em razão de tal inobservância; ou (ii) pela inclusão da Companhia em qualquer espécie de lista oficial emitida por órgão governamental brasileiro de sociedades que descumpram regras de caráter socioambiental;

VI. Não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão de autorizações, licenças e outorgas exigidas para que a Companhia possa desempenhar regularmente suas atividades e cumprir suas obrigações estabelecidas na 1ª Escritura de Emissão, exceto por aquelas (i) que estejam em processo de obtenção ou renovação; ou (ii) questionadas pela Companhia nas esferas administrativa e/ou judicial e que tenha obtido provimento favorável ou (iii) cuja ausência não causem um Efeito Adverso Relevante (conforme definido na 1ª Escritura de Emissão);

VII. Revelarem-se falsas ou enganosas, incompletas, imprecisas ou insuficientes, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Companhia na 1ª Escritura de Emissão ou no Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas e que causem um Efeito Adverso Relevante (conforme definido na 1ª Escritura de Emissão);

VIII. Não cumprimento pela Companhia, por quaisquer empresa do seu Grupo Econômico ou por seus, diretores, funcionários, administradores e membros do conselho no exercício de suas funções e na qualidade de representantes da Companhia, das normas aplicáveis que versam sobre atos de corrupção e atos lesivos contra a administração pública, partidos políticos ou pessoas físicas ou jurídicas privadas, ou qualquer outro ato com oferecimento de vantagem indevida, conforme aplicável, incluindo, sem limitação, a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, conforme alterada, a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme alterada, a Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, conforme alterada, o Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, o Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015 e, desde que comprovadamente

aplicável, a *U.S. Foreign Corrupt Practices Act of 1977* e o *UK Bribery Act* de 2010, e/ou inclusão da Companhia no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS ou no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP; observado que não estão incluídas neste item as informações que foram ou forem veiculadas na mídia e divulgadas pela Companhia nos termos dos Fatos Relevantes publicados em 26 de novembro de 2020;

IX. Constituição de arresto, sequestro, penhora ou qualquer outro gravame ou ônus sobre as Quotas Alienadas Fiduciariamente e que venha a afetar a livre e plena propriedade das Quotas Alienadas Fiduciariamente, cujos efeitos não sejam revertidos ou suspensos no prazo de 20 (vinte) dias contados do evento que fragilizar a garantia sobre as Quotas Alienadas Fiduciariamente;

X. Caso seja realizada a alienação, venda, cessão, transferência, permuta, conferência ao capital, comodato, empréstimo, locação, arrendamento, dação em pagamento, endosso, desconto, ou qualquer outra forma de transferência ou disposição das Quotas Alienadas Fiduciariamente;

XI. Mora ou inadimplemento de qualquer dívida, contraída no mercado financeiro ou de capitais, no Brasil ou no exterior, ou obrigação de responsabilidade (seja como devedor principal, fiador ou devedor solidário) da Companhia, após o encerramento dos respectivos prazos de cura previstos em tais instrumentos, sem que tal inadimplemento tenha sido sanado, cujo valor individual e/ou agregado seja igual ou superior ao Valor de Corte;

XII. Caso a Companhia deixe de ter suas demonstrações financeiras auditadas por um dos auditores independentes a seguir: (i) KPMG Auditores Independentes, (ii) PriceWaterHouseCoopers Auditores Independentes, (iii) Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, (iv) Ernst & Young Auditores Independentes, (v) Grant Thornton Auditores Independentes ou (vi) BDO RCS Auditores Independentes; ou

XIII. Não observância, pela Companhia, em quaisquer 2 (dois) trimestres consecutivos, do seguinte índice financeiro (“Índice Financeiro”), a ser calculado pela Companhia e acompanhado pelo Agente Fiduciário trimestralmente, com base nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas e/ou nas Informações Trimestrais (ITRs) consolidadas revisadas da Companhia, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados do envio das respectivas informações ao Agente Fiduciário, sendo certo que a primeira apuração do Índice Financeiro será realizada em 31 de março de 2022 com base nas informações contábeis consolidadas da Companhia referentes ao trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2021: a razão entre as contas de Dívida Financeira Líquida e EBITDA da Companhia deverá ser menor ou igual a 3,00 (três inteiros). As definições de Efeito Adverso Relevante, Dívida Financeira Líquida e EBITDA podem ser encontradas no item 2.1.f.iv deste Formulário de Referência.

Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures

Sujeito ao atendimentos das condições constantes da 1ª Escritura de Emissão, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo a partir de 18 de agosto de 2023, inclusive, e com aviso prévio aos Debenturistas (por meio de publicação de anúncio nos termos da 1ª Escritura de Emissão ou de comunicação individual a todos os Debenturistas, com cópia ao Agente Fiduciário), ao Agente Fiduciário, ao Escriturador, ao Agente de Liquidação e à B3, de, no mínimo, 3 (três) Dias Úteis da data do evento, o resgate antecipado da totalidade (sendo vedado o resgate antecipado parcial) das Debêntures, com o consequente cancelamento das Debêntures, mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, acrescido de um prêmio de 0,60% (sessenta centésimos por cento) flat, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures (“Resgate Antecipado Facultativo Total”).

Resgate Antecipado Obrigatório das Debêntures

Na hipótese de Venda das Quotas Alienadas Fiduciariamente, a Companhia deverá realizar, em até 05 (cinco) Dias Úteis contados do Depósito dos Recursos decorrentes da Venda das Quotas, o resgate antecipado obrigatório da totalidade das Debêntures (sendo vedado o resgate antecipado parcial) (“Resgate Antecipado Obrigatório”). O Resgate Antecipado Obrigatório será realizado mediante aviso prévio aos Debenturistas (por meio de publicação de anúncio nos termos da 1ª Escritura de Emissão ou de comunicação individual a todos os Debenturistas, com cópia ao Agente Fiduciário), ao Agente Fiduciário, ao Escriturador, ao Agente de Liquidação e à B3, de, no mínimo, 3 (três) Dias Úteis da data do evento, com o consequente cancelamento das Debêntures, mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a

data do efetivo pagamento, acrescido de um prêmio de 0,60% (sessenta centésimos por cento) flat, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures.

Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures

A Companhia poderá realizar, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, oferta de resgate antecipado da totalidade das Debêntures, com o seu consequente cancelamento ("Oferta de Resgate Antecipado"). A Oferta de Resgate Antecipado deverá ser endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, sendo assegurada igualdade de condições a todos os Debenturistas para aceitar a Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures de sua titularidade. A Companhia realizará o resgate das Debêntures detidas pelos Debenturistas que aderiram a Oferta de Resgate Antecipado, independente do percentual de Debenturistas que aderirem a Oferta de Resgate Antecipado.

Amortização

A amortização do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures será realizada em 2 (duas) parcelas, sucessivas e anuais, a serem pagas nas datas indicadas abaixo, e/ou na data em que ocorrer o Resgate Antecipado, Oferta de Resgate Antecipado, Amortização Extraordinária ou vencimento antecipado das Debêntures, conforme previsto na 1ª Escritura de Emissão, se for o caso, nos termos do cronograma de pagamento abaixo:

Nº da parcelas	Datas de Amortização	PORCENTAGEM DE AMORTIZAÇÃO DO SALDO DO VALOR NOMINAL UNITÁRIO
1ª	18 de agosto de 2025	50,0000%
2ª	Data de Vencimento	100,0000%

Amortização Extraordinária Facultativa

Sujeito ao atendimento das condições abaixo, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo a partir de 18 de agosto de 2023 (inclusive), e com aviso prévio aos Debenturistas (por meio de publicação de anúncio nos termos da 1ª Escritura de Emissão ou de comunicação individual a todos os Debenturistas, com cópia ao Agente Fiduciário), ao Agente Fiduciário, ao Escriturador, ao Agente de Liquidação e à B3, de, no mínimo, 3 (três) Dias Úteis da data do evento, a amortização extraordinária facultativa das Debêntures, limitado a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, observado que tal comunicação deverá conter o percentual do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário a ser amortizado ("Amortização Extraordinária Facultativa"). A Amortização Extraordinária Facultativa ocorrerá mediante o pagamento da parcela do Valor Nominal Unitário ou parcela do saldo do Valor Nominal Unitário ser amortizada, acrescida da Remuneração incidente sobre a parcela a ser amortizada, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data da efetiva Amortização Extraordinária Facultativa, acrescido de um prêmio de 0,60% (sessenta centésimos por cento) flat, incidente sobre a parcela do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures.

13.0 Identificação

Todos os responsáveis do formulário declaram que:

- a. Reviram o formulário de referência;
- b. Todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, em especial aos arts. 15 a 20; e
- c. O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Marcus Vinícius de Oliveira
Cargo	Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Lucas Moreno Neves
Cargo	Diretor de Relações com Investidores

13.1 Declaração do diretor presidente

Marcus Vinícius de Oliveira, brasileiro, advogado, divorciado, portador da cédula de identidade RG nº 1.248.944 - SSP/DF e inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 601.923.807-53, residente e domiciliado na cidade de Brasília, Distrito Federal, com endereço comercial no Setor Comercial Norte, Quadra 02, Bloco D, Entrada B, Sala 1.301, Edifício Liberty Mall, Asa Norte, CEP 70712-903, na qualidade de Diretor Presidente da **WIZCO PARTICIPAÇÕES E CORRETAGEM DE SEGUROS S.A.** ("Companhia"), declaro, para fins do item 13.1 do Formulário de Referência da Companhia, que:

- (i) revi o Formulário de Referência da Companhia;
- (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, em especial aos arts. 15 a 20; e
- (iii) as informações contidas no Formulário de Referência da Companhia retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades.

Marcus Vinícius de Oliveira
Diretor Presidente e Diretor Executivo

13.2 Declaração do diretor de relações com investidores

Lucas Moreno Neves, brasileiro, casado sob o regime de comunhão total de bens, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 43848753 SSP/SP e inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 366.163.568-92, residente e domiciliado na cidade de Brasília, Distrito Federal, com endereço comercial no Setor Comercial Norte, Quadra 02, Bloco D, Entrada B, Sala 1.301, Edifício Liberty Mall, Asa Norte, CEP 70712-903, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da **WIZ CO PARTICIPAÇÕES E CORRETAGEM DE SEGUROS S.A.** ("Companhia"), declaro, para fins do item 13.1 do Formulário de Referência da Companhia, que:

- (i) revi o Formulário de Referência da Companhia;
- (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, em especial aos arts. 15 a 20; e
- (iii) as informações contidas no Formulário de Referência da Companhia retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades.

Lucas Moreno Neves
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores